SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 07 de Julho de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3574

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE: Anteomar Pereira da Silva - Ex- Prefeito de São Tomé/ RN

1º Vice-Presidente: JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN

Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ

CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO SERIDO
PORTARIA Nº. 003 / 2025

PORTARIA Nº. 003 / 2025

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, considerando a *Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005*, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências; A Lei nº 10.798, de 16 de novembro de 2020, que dispõe sobre a participação do Estado do Rio Grande do Norte nos consórcios interfederativos de saúde, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005; e o Estatuto do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Seridó:

R E S O L V E:

Art.1º - NOMEAR, **Alane Daísa de Medeiros Dantas**, inscrito no CPF nº XXX.573.374-XX, para o cargo de Provimento em Comissão de Assistente Administrativo do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Seridó.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Caicó-RN, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Presidente do CIS-Seridó

JANYNE TEIXEIRA DE ARAÚJO FONSÊCA
Diretora Executiva do CIS-Seridó

Publicado por:
Janyne Teixeira de Araújo Fonseca
Código Identificador:27E4B977

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CENTRO DE ANALISES CLIN E IMUNOL DE MOSSORO S/C LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0080/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **JUAREZ DE FREITAS VALE** – Representante da **CENTRO DE ANALISES CLIN E IMUNOL DE MOSSORO S/C LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 04 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:EF058D5A

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CLINICA GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0081/2025

OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **LUCAS TIANO SOUSA VASCONCELOS** – Representante da **CLINICA GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 02 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:DC2CA78C

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: OIT CLINICA MEDICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0082/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **ELANO CANTIDIO DE MEDEIROS** – Representante da **OIT CLINICA MEDICA LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 02 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:F346BEE4

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: OIT CLINICA MEDICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0082/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **ELANO CANTIDIO DE MEDEIROS** – Representante da **OIT CLINICA MEDICA LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 02 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:B4CD87BA

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: OFTALMOCLINICA NATAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0083/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **BRENO BARTH A. DE ANDRADE** – Representante da **OFTALMOCLINICA NATAL LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 02 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:8BA4F610

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: ARIANE BEZERRA DE AZEVEDO
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0084/2025

OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **ARIANE BEZERRA DE AZEVEDO** – Representante da **ARIANE BEZERRA DE AZEVEDO**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 02 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:3AF66204

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CLINICA DE BEM ESTAR LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0085/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **JERONYMO GUSTAVO DE GOIS ROSADO** – Representante da **CLINICA DE BEM ESTAR LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 02 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:0CA0F254

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CLINICA WASHINGTON FAELANTE LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0087/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **WASHINGTON FAELANTE LEITE** – Representante da **CLINICA WASHINGTON FAELANTE LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 04 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:B162C740

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: F S LOPES CORREIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0088/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **FRANCISCO SALISMAR LOPES CORREIA** – Representante da **F S LOPES CORREIA LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 04 de julho de 2025

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:FCE14C44

DIRETORIA
PORTARIA Nº 019/2025

Portaria Nº 019/2025 Natal, 04 de julho de 2025.

O **Presidente** do Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto da referida Associação Pública e, ainda, sem prejuízo da observância ao disposto na Lei 8.745/93, no que couber,

RESOLVE:
Art. 1.º – Designar como substituto de **Kamila Mayara dos Santos Marinho Grilo**, Assessora de Gabinete, o servidor **Ailton da Silva Costa Junior,** cumulativamente com seu cargo, no período de

07/07/2025 a 21/07/2025, por motivo de férias regulamentares da titular do cargo.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:0D6A36FA

DIRETORIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 57ª ETAPA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 57ª ETAPA, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

ENDOCLINICA - SAUDE INTEGRADA LTDA – CNPJ:**19.758.860/0001-17 (**Pau dos Ferros, 6ª Região**)**

CARLETTO SERVICOS MEDICOS S/U LTDA – CNPJ:**08.883.297/0001-92 (**Natal, 7ª Região**)**

POLI & SARMENTO LTDA –CNPJ:**09.240.822/0001-14 (**Pau dos Ferros, 6ª Região**)**

Natal, 04 de julho de 2025.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente
CPF/MF nº 393.411.194-72

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:F58E8614

DIRETORIA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Pelo constante nos autos do processo eletrônico nº 424/2025, podemos verificar a ocorrência da situação preconizada pelo **artigo 72, III, IV, V, VIII e parágrafo único, artigo 74, IV da Lei nº 14.133/21, Lei nº 8080/90, artigo 199, §1º e Chamada Pública nº 001/2025,** e suas alterações.
"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VIII - autorização da autoridade competente.
Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos."

Pelo exposto, ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do pelo **artigo 72, III, IV, V, VIII e parágrafo único, artigo 74, IV da Lei nº 14.133/21**, que tem por objeto a Prestação de Serviços de Saúde, no valor estimado de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), tendo como beneficiário: **LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA PROGNÓSTICOS LTDA**.

Natal, 30 de junho de 2025.

SELMA SANTIAGO NUNES
Diretora Executiva

DESPACHO

Usando das atribuições de Presidente do Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte - **COPIRN**, ratificamos a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nos termos do despacho da Diretora Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de Empenho correspondente.

Natal, 30 de junho de 2025.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:0FE572DB

DIRETORIA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Pelo constante nos autos do processo eletrônico nº 421/2025, podemos verificar a ocorrência da situação preconizada pelo **artigo 72, III, IV, V, VIII e parágrafo único, artigo 74, IV da Lei nº 14.133/21, Lei nº 8080/90, artigo 199, §1º e Chamada Pública nº 001/2025,** e suas alterações.
"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VIII - autorização da autoridade competente.
Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos."

Pelo exposto, ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do pelo **artigo 72, III, IV, V, VIII e parágrafo único, artigo 74, IV da Lei nº 14.133/21**, que tem por objeto a Prestação de Serviços de Saúde, no valor estimado de R$ 310.000,00 (trezentos e dezmil reais), tendo como beneficiário: **INSTITUTO DE RADIOLOGIA DE NATAL LTDA – PARNAMIRIM**.

Natal, 30 de junho de 2025.

SELMA SANTIAGO NUNES
Diretora Executiva

DESPACHO

Usando das atribuições de Presidente do Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte - **COPIRN**, ratificamos a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** nos termos do despacho da Diretora Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de Empenho correspondente.

Natal, 30 de junho de 2025.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:36A379A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE CANCELAMENTO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 037/2025

A Comissão de Contratação do Município de Acari/RN, torna público para o conhecimento dos interessados o **CANCELAMENTO** da **Dispensa Eletrônica Nº 037/2025**, referente a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA PROJETOS, FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO, REGULARIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, vinculado ao Processo Administrativo Nº 0000003053/2025, o qual teve como data de abertura o dia 09/06/2025 ás 08h01min, no sistema eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo que a solicitação e justificativa do cancelamento foram manifestadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura. A íntegra da referida decisão se encontra na posse da Comissão de Licitações deste Município, podendo ser solicitada pelo endereço eletrônico cpl@acari.rn.gov.br. Acari/RN, 04 de julho de 2025.

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE ARAÚJO –
Agente de Contratação Direta.

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:F0330FAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 099/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1948/2025

EXTRATO DE CONTRATO 099/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1948/2025
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ:08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: PEDRO PAULO MATIAS FERNANDES - CNPJ 31.318.311/0001-27
OBJETO: Contratação de atração artística musical (Pedro Matias), para apresentação diante do "Arraia do Bairro São Geraldo" a se apresentar no dia 06/07/2025 das 20:00 as 22:00h em praça pública. Em atenção a demanda da secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Afonso Bezerra/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura por até 2 (dois) meses.
BASE LEGAL: 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
02- PODER EXECUTIVO
02.005- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
23 – COMERCIO E SERVIÇOSZ
695- TURISMO
0005- FORTALECIMENTO E DESENVOLMENTO TURISTICO
2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP LEI 9.478/1997
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
Assinaturas em 04/07/2025, **Pela Contratante:**Haroldo José Bezerra da Paz,CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Pedro Paulo Matias Fernandes, CPF: 011.***.***-65.

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:0C11CECD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 675, DE 02 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 675, DE 02 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO JOAFRAN DE LIMA,** CPF nº 031.646.134-23, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 1.810, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 8933-8, referente a diária no período do dia **02 de julho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:EF858E1D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 676, DE 03 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 676, DE 03 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **JOSE KALIONARIO GAMA TEIXEIRA,** portador do CPF nº 707.086.894-42, lotado na Secretaria

Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº 2095, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Parnamirim/RN**, a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 38.232-9, referente a diária no período do dia **04 de julho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 03 de julho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:6FCE7F8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 677, DE 03 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 677, DE 03 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **SAVIO ANDRE DA SILVA FERREIRA,** portador do CPF nº 051.172.794-17 lotado na Secretaria de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 2.006, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Cajazeiras/RN**, a importância de R$ **120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 27.140-3, referente a diária no período do dia **04 de julho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 03 de julho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:494D584B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 678, DE 03 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 678, DE 03 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO GILMAR DE LIMA,** portador do CPF nº 009.461.604-30, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, Matrícula nº 616, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, a importância de **R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 29.622-8, referente a diária no período do dia **04 de julho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,67 (cento e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 03 de julho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:FD0ED88A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 679, DE 03 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 679, DE 03 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **ANDERSON BENEVIDES GAMA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista "D", Matrícula nº 1.459, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 24.460-0, referente à diária no período do dia **04 de julho de 2025**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 03 de julho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:9277B556

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 680, DE 03 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 680, DE 03 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado no artigo 105, Lei Municipal n.º 819, de 1º de julho de 2003, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu licença para tratar de assuntos particulares;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao (a) Servidor (a) **ANDRÉ LUIZ ABRANTES OLIVEIRA,** Matrícula nº 517-1, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, sem remuneração,** por um período de 90 (noventa) dias, a ser gozada de 03 de julho a 30 de setembro de 2025.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 03 de julho de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:2F2AEB3E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA - IPAMA
PORTARIA Nº 014, DE 03 DE JULHO DE 2025*

A Sra. **ALTAMIRA DE LIMA BATISTA,** tesoureira do Instituto de Previdência Municipal de Alexandria/RN - IPAMA, consoante portaria de Nomeação PMA/GP n° 001, de 03 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais encartadas no artigo 23, § II, da Lei Orgânica Municipal 840 de 01 de junho de 2005;
R E S O L V E:
Art. 1 – Conceder ao Sr. **FRANCISCO MARCOLINO NETO,** presidente do IPAMA -, matrícula 2-3, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Pau dos Ferros/RN**, a importância de **R$ 256,50 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos),** a ser creditada no Banco 001, agência 1013-8, conta corrente n° 22.961-x referente a diária no período dos dias **1° e 02 de julho de 2025**, quando tratou de assuntos de interesse desta autarquia _ Encontros Regionais da Escola de Contas (polo V_ Pau dos Ferros), ficando-lhe atribuido 1 e ½ (uma e meia) diárias, no valor unitário de R$ 171,00 (Cento e setenta e um reais).
Art. 2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Alexandria/RN, 03 de julho 2025.
Republicada por incorreção*

ALTAMIRA DE LIMA BATISTA
Tesoureira do IPAMA
Portaria n°001/2025

Publicado por:
Francisco Marcolino Neto
Código Identificador:35286186

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 069/2024 - PE Nº 004/2024 – PE

CONTRATO: Nº 069/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 004/2024**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado gêneros alimentícios para almoxarifado central contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.003 – Secretaria Municipal de Administração - 2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Gêneros Alimentícios.

VIGÊNCIA: 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:3EAF8B59

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 070/2024 - PE Nº 004/2024 – PE

CONTRATO: Nº 070/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 004/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado gêneros alimentícios para saúde, através do Fundo Municipal de Saúde contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.010 – Fundo Municipal de Saúde - 10.302 0075 2018 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Gêneros Alimentícios.

VIGÊNCIA: 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:F6C45DD6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 071/2024 - PE Nº 004/2024 – PE

CONTRATO: Nº 071/2024
ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 004/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado gêneros alimentícios para assistência social, através do Fundo Municipal de Assistência Social contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.011 – Fundo Municipal de Assistência Social - 08.244.0081.2020 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Gêneros Alimentícios.

VIGÊNCIA: 23 de maio de 2025 a 23 de maio de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:66BB3A91

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 074/2024 - PE Nº 005/2024 – PE

CONTRATO: Nº 074/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 005/2024**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado material descartáveis, e de higiene e limpeza para almoxarifado central contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.003 – Secretaria Municipal de Administração - 2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração - 02.012 – Secretaria Municipal de Educação - 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - 3000.00 - Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Limpeza e Higiene.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:C4981F38

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 075/2024 - PE Nº 005/2024 – PE

CONTRATO: Nº 075/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 005/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material descartáveis, e de higiene e limpeza para saúde, através do Fundo Municipal de Saúde contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.010 – Fundo Municipal de Saúde - 2018 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Limpeza e Higiene.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:15BD7D81

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 076/2024 - PE Nº 005/2024 – PE

CONTRATO: Nº 076/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 005/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material descartáveis, e de higiene e limpeza para assistência social, através do Fundo Municipal de Assistência Social contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.011 – Fundo Municipal de Assistência Social - 2020 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Limpeza e Higiene.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:1BE7B859

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 077/2024 - PE Nº 005/2024 – PE

CONTRATO: Nº 077/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 005/2024**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **HF DINIZ - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado material descartáveis, e de higiene e limpeza para almoxarifado central contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.003 – Secretaria Municipal de Administração - 2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração - 02.012 – Secretaria Municipal de Educação - 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - 3000.00 - Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Limpeza e Higiene.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:999FC167

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 078/2024 - PE Nº 005/2024 – PE

CONTRATO: Nº 078/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 005/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **HF DINIZ - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material descartáveis, e de higiene e limpeza para saúde, através do Fundo Municipal de Saúde contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.010 – Fundo Municipal de Saúde - 2018 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Limpeza e Higiene.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:9553EC10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 079/2024 - PE Nº 005/2024 – PE

CONTRATO: Nº 079/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 005/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **HF DINIZ - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material descartáveis, e de higiene e limpeza para assistência social, através do Fundo Municipal de Assistência Social contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.011 – Fundo Municipal de Assistência Social - 2020 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Limpeza e Higiene.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:5F6DC4E0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 080/2024 - PE Nº 006/2024 – PE

CONTRATO: Nº 080/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 006/2024**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material expediente para almoxarifado central contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.003 – Secretaria Municipal de Administração - 2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração - 02.012 – Secretaria Municipal de Educação - 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Expediente.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:8216AA50

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 081/2024 - PE Nº 006/2024 – PE

CONTRATO: Nº 081/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 006/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material expediente para saúde, através do Fundo Municipal de Saúde contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.010 – Fundo Municipal de Saúde - 2018 – Manutenção das Atividades do

Fundo Municipal de Saúde - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Expediente.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:96E24D0A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 082/2024 - PE Nº 006/2024 – PE

CONTRATO: Nº 082/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 006/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material expediente para assistência social, através do Fundo Municipal de Assistência Social contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.011 – Fundo Municipal de Assistência Social - 2020 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Expediente.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:CF229E48

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 083/2024 - PE Nº 006/2024 – PE

CONTRATO: Nº 083/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 006/2024**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **HF DINIZ - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material expediente para almoxarifado central contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.003 – Secretaria Municipal de Administração - 2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração - 02.012 – Secretaria Municipal de Educação - 2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Expediente.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:CDD868EE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 084/2024 - PE Nº 006/2024 – PE

CONTRATO: Nº 084/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 006/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **HF DINIZ - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material expediente para saúde, através do Fundo Municipal de Saúde contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.010 – Fundo Municipal de Saúde - 2018 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Expediente.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:AF255F90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 085/2024 - PE Nº 006/2024 – PE

CONTRATO: Nº 085/2024

ORIGEM: Pregão Eletrônico **nº 006/2024**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **HF DINIZ - ME.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação contratual do fornecimento continuado de material expediente para assistência social, através do Fundo Municipal de Assistência Social contidos nesse contrato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.011 – Fundo Municipal de Assistência Social - 2020 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social 3000.00 – Despesas Correntes: 33.90.30.00 – Material de Consumo – Material de Expediente.

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2025 a 07 de junho de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2025.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:7A87E004

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 424/2025 – GP (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

A Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 55, inciso II;
RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o Sra **ANA PAULA CUNHA DA SILVA**, portador do CPF/MF **702.XXX.XXX-23,** para exercer o cargo de provimento em comissão, como **ENCARREGADO DE SERVIÇOS**, com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **10 de fevereiro de 2025** revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 27 de fevereiro de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gerson Laurentino de Souza Neto
Código Identificador:26176AD1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 639/2025 – GP (EXONERAÇÃO)

A Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista a alínea "a", do inciso II, do seu art. 89, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a Sr. **JOSE PEREIRA DAS NEVES NETO**, portadora do CPF/MF **071.XXX.XXX-60**, para exercer o cargo de provimento em comissão, como **CHEFE DE GABINETE,** com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025 revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 04 de julho de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gerson Laurentino de Souza Neto
Código Identificador:685C45A9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 640/2025 – GP (NOMEAÇÃO)

A Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 55, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o Sr. **JOSÉ PEREIRA DAS NEVES NETO,** portador do CPF/MF **071.XXX.XXX-60**, para exercer o cargo de provimento em comissão, como **ASSESSOR ESPECIAL,** com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de julho de 2025** revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 04 de julho de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gerson Laurentino de Souza Neto
Código Identificador:54AA2DF4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064/2025

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a **Sra. ANA IZES TEIXEIRA BARBALHO**, Mat. 7595, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com alimentação, com o objetivo de participar de Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente, no dia 08 de julho de 2025, em Natal/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 11hs no dia 08 de julho de 2025 e retorno previsto para 18:00hs do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para capital do estado é de **R$ 230,00** (duzentos e trinta reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **115,00** (cento e quinze reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:31450B86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065/2025

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e

Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder o **Sr. MANOEL XAVIER DE ANDRADE NETO**, Mat. 3357, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com alimentação, com o objetivo de participar de Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente, no dia 08 de julho de 2025, em Natal/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 11hs no dia 08 de julho de 2025 e retorno previsto para 18:00hs do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para capital do estado é de **R$ 230,00** (duzentos e trinta reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **115,00** (cento e quinze reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:3256C0C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 066/2025

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder o **Sr. JOSÉ JOAQUIM DE PAULA NETO**, Mat. 13420, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com alimentação, com o objetivo de participar de Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente, no dia 08 de julho de 2025, em Natal/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 11hs no dia 08 de julho de 2025 e retorno previsto para 18:00hs do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para capital do estado é de **R$ 230,00** (duzentos e trinta reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **115,00** (cento e quinze reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:F269A814

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 067/2025

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a **Sra. GISELE MARIA CAVALCANTI**, Mat. 13439, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar do Município de Angicos, ½ (meia) diária, a fim de custear despesas com alimentação, com o objetivo de participar de Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente, no dia 08 de julho de 2025, em Natal/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 11hs no dia 08 de julho de 2025 e retorno previsto para 18:00hs do mesmo dia.
Art. 3º - O valor de uma diária para capital do estado é de **R$ 230,00** (duzentos e trinta reais) para esse cargo, ½ (meia) diária totaliza R$ **115,00** (cento e quinze reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:583FAE3C

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2025 – DISP. NLLC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 429010/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE ANGICOS/RN - CNPJ: 08.085.409/0001-60
CONTRATADA: BALBINOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ. n° 54.352.243/0001-18

OBJETO: Aquisição de estantes de aço com 6 (seis) prateleiras, destinadas à organização e armazenamento de documentos nos arquivos da Prefeitura Municipal de Angicos/RN, bem como nas secretarias municipais vinculadas, para o exercício de 2025.

VALOR TOTAL: R$ 52.188,00 (cinquenta e dois mil cento e oitenta e oito reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (2025)
Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.001 – GABINETE CIVIL
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 1004 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.003 - SEC. MUN.ADM.PLANEJ.LICIT.CONTR.COMP/TECN
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2012 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.003 - SEC. MUN.ADM.PLANEJ.LICIT.CONTR.COMP/TECN
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2008 - Manutenção das Ativ. da Sec. Mul. de Adm. Planej. Licitações, Contratos e Compras
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.004 - SEC. MUNIC. DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2014 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Tributação e Arrecadação
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.005 - SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
Função: 15 - URBANISMO
Subfunção: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 1021 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.005 - SEC. MUNIC.TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
Função: 15 - URBANISMO
Subfunção: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2017 - Manutenção das Ativ. da Sec. Municipal de Transportes e Obras Públicas
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 - GESTÃO DO SUS, GESTÃO DE PESSOAS E CONTROLE E SOCIAL
Projeto/Atividade: 2024 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fontes de Recursos: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0004 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
Projeto/Atividade: 1031 - **Aquisição de Equipamentos e Material Permanente**
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
16003110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0004 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
Projeto/Atividade: 1029 - Construção, Adequação e/ou Amp. e Aquisição de equip. da Unid. Básicas de Saúde
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: : 0004 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção da Equipe Multiprofissional
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0004 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
Projeto/Atividade: 2026 – Manutenção das ESF
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMULATORIAL
Programa: : 0005 - ATENÇÃO A MÉDIA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade: 2104 - Manutenção do Hospital de Angicos
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
17490000 - Outras vinculações de transferências

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0004 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
Projeto/Atividade: 2029 - Instalação e Manutenção do CAPS
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMULATORIAL
Programa: 0005 - ATENÇÃO A MÉDIA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade: 2033 –Manutenção e fortalecimento das Ações de Média e Alta Complexidades
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.006 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Subfunção: 304 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa: 0006 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Projeto/Atividade: 2037- Restruturação e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.007 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Sec. de Educação
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.007 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0002 - EDUCAR E CONSOLIDAR DIREITOS
Projeto/Atividade: 2055 - Manut. dos Recursos do Salário Educação
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15500000 – Transferência do Salário-Educação

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.007 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0002 - EDUCAR E CONSOLIDAR DIREITOS
Projeto/Atividade: 2040 - Manutenção do Ensino Fundamental - 30%
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15430000 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAR
15400000 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.007 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0002 - EDUCAR E CONSOLIDAR DIREITOS
Projeto/Atividade: 2041 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
15703110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.007 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0002 - EDUCAR E CONSOLIDAR DIREITOS
Projeto/Atividade: 2045 - Manutenção do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
15410000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT
15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.007 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0002 - EDUCAR E CONSOLIDAR DIREITOS
Projeto/Atividade: 2047 - Manutenção do Ensino Infantil - 30%
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15400000 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.008 - SEC. MUN.CULT.ESP.LAZER,TURISMO/DESEN.ECO
Função: 13 - CULTURA
Subfunção: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0001- GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2061- Manutenção dos Serviços da Secretaria
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.009 - SEC. MUNIC. ASSIST. SOCIAL E AÇÃO COMUNIT.
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0009 - MAIS DIREITO E CIDADANIA
Projeto/Atividade: 2097- Manutenção das Ativ. da Sec. Municipal de Assistência Social (SMAS)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.009 - SEC. MUNIC. ASSIST. SOCIAL E AÇÃO COMUNIT.
Função: 14 – DIREITO DA CIDADANIA
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

Programa: 0009 - MAIS DIREITO E CIDADANIA
Projeto/Atividade: 2076 - Manutenção do Cons. Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.010 - SEC. MUNIC. AGRICULT/ABASTEC/MEIO AMBIENTE
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0011 - DESENVOLVENDO A AGRICULTURA ANGICANA
Projeto/Atividade: 2089 - Manutenção das Ativ da Sec. Mul de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.011 - SEC. MUN.FINANÇAS,CONTROLE ORÇAM.CONTÁBIL
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 1066 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.012 - TSOURARIA
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0001 - GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2094 - Manutenção das Atividades da Tesouraria Municipal
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.015 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0008 - MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2075 - Manutenção das Ativ. Administ. do Fundo Mul. de Assistência Social
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.015 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0008 - MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 1054 - Manutenção do Programa Criança Feliz
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.015 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0008 - MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2072 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial (PSE)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 17490000 - Outras vinculações de transferências
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.015 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0008 - MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2083 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica (PSB)
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.015 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0008 - MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 3007 - Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Prog. Bolsa Família e Cadastro Único
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fontes de Recursos: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, Inc. II da Lei Federal 14.133/2021.

Angicos/RN, 27 de junho de 2025.

*Republicado por incorreção

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:3D95CC51

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

Ref. Processo Administrativo nº 429010/2025
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Assunto: **Aquisição de estantes de aço com 6 (seis) prateleiras, destinadas à organização e armazenamento de documentos nos arquivos da Prefeitura Municipal de Angicos/RN, bem como nas secretarias municipais vinculadas, para o exercício de 2025.**

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo a empresa **BALBINOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ. n° 54.352.243/0001-18**, situado na Rua Santa Maria Salomé nº 36 – Golandim – São Gonçalo do Amarante/RN CEP: 59.296-165; uma vez que ela foi a empresa que apresentou a melhor proposta para a administração no valor Total de **R$ 52.188,00 (cinquenta e dois mil cento e oitenta e oito reais).**

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no **Artigo 75, Inc. II da Lei Federal 14.133/2021**, a visando a **Aquisição de estantes de aço com 6 (seis) prateleiras, destinadas à organização e armazenamento de documentos nos arquivos da Prefeitura Municipal de Angicos/RN, bem como nas secretarias municipais vinculadas, para o exercício de 2025**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de Angicos/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Angicos/RN, 27 de junho de 2025.

*Republicado por incorreção

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:DA84984E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO - CT Nº 00037/2025 -IN00009/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS

EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOTECA DO PROJETO INCLUIR, BRINCAR E EDUCAR VALE MAIS, E DO PROJETO BIBLIOTECA INFANTIL PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ANTÔNIO MARTINS/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00009/2025, nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: PODER – 02 – PODER EXECUTIVO – ORGÃO – 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – UNIDADE – 00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MANUTENCAO DO QSE – 12.361.0008.2137.0000 – 4 DESPESAS DE CAPITAL – 4 INVESTIMENTOS – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 4.4.90.52.00 – PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – 12.361.0008.2183.0000 – ORGÃO 17 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO – UNIDADE 00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO – VAAR COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB – 12.365.0008.2078.0000 – 4 DESPESAS DE CAPITAL – 4 INVESTIMENTOS – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 4.4.90.52.00 – VAAT COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB – 12.365.0008.2131.0000 – 4 DESPESAS DE CAPITAL – 4 INVESTIMENTOS – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 4.4.90.52.00.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Antônio Martins e: CT Nº 00037/2025 - 04.07.25 - CENTRO DE FORMACAO E CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM EDUCACAO LTDA - CNPJ 07.681.440/0001-09 - R$ 108.499,20 (cento e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:5A03065C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA-114/2025 – GC, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas Atribuições Constitucionais que lhe são conferidas no caput do art.57, IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1° Nomear os membros que constituirão o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de Antônio Martins/RN, para o biênio 2025/2027, conforme representações governamentais, não governamental e da sociedade civil, a seguir relacionados:
I-André Paulo da Silva – Presidente;
II-Rita de Cássia Florêncio Oliveira -Vice-Presidente; e
III-Lilian Beatriz Fonseca de Sousa -Secretária.
§ 1º Representantes do Poder Público Municipal:
I–Representantes da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social:
André Paulo da Silva- (Titular)
Maria José Ferreira de Oliveira –(Suplente)
II- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Rita Alves de Oliveira- (Titular)
Tairon Verissimo de Oliveira–(Suplente)
III-Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Rikelme Gomes Cabral-(Titular)
Odair José de Amorim–(Suplente)
IV- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Ynglete Alves Reinaldo-(Titular)
Jorge Leonardo de Lima–(Suplente)
§ 2º Representantes de Órgão não Governamental do Município de Antônio Martins/RN:
I- Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Antônio Martins/RN:
Milena Brito de Andrade-(Titular)
Patrik Stoitchkov Mesquita–(Suplente)
§ 3º Representantes de Entidades e Organizações da Assistência Social:
Elienice Almeida de Sousa-(Titular)
Messias Torres de Sá–(Suplente)
§ 4º Representantes dos Usuários da Política de Assistência Social:
Beatriz Fonseca de Sousa- para o cargo de (Titular)
Cristiane Batista de Mesquita –(Suplente)
§ 4º Representantes dos Trabalhadores:
Rita de Cássia Florêncio Oliveira --(Titular)
Marcelo Henrique de Mesquita da Silva-–(Suplente).
Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e Cumpra-se
Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Antônio Martins/RN de 17 junho de 2025.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:1A18F076

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº032/2025-DISPENSA

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº032/2025-DISPENSA

OBJETO: Celebração de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Apodi e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) para a execução do Programa de Incentivo à Avicultura - PROMIA, referente à aquisição de aves caipira, tipo: pintos, com um dia de nascido, apropriados para criação como aves caipira, que serão destinados aos pequenos agricultores das comunidades rurais deste Município.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a

empresa EMPARN EMP PESQ AGROP RN SA (08.510.158/0001-13)**,** e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando Celebração de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Apodi e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) para a execução do Programa de Incentivo à Avicultura - PROMIA, referente à aquisição de aves caipira, tipo: pintos, com um dia de nascido, apropriados para criação como aves caipira, que serão destinados aos pequenos agricultores das comunidades rurais deste Município., com o valor total de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.**

DETERMINO que se proceda com o procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/21, visando a **Celebração de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Apodi e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) para a execução do Programa de Incentivo à Avicultura - PROMIA, referente à aquisição de aves caipira, tipo: pintos, com um dia de nascido, apropriados para criação como aves caipira, que serão destinados aos pequenos agricultores das comunidades rurais deste Município.**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de APODI**/**RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 02/06/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:EB7386B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025-DISPENSA

A U T O R I Z A Ç Ã O DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025-DISPENSA
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Gestão SST, eSocial e Serviços de Segurança do Trabalho, para todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Apodi/RN.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a empresa Clínica Hse Integrated Segurança e Medicina do Trabalho Ltda (37.031.850/0001-67), e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando Contratação de Empresa Especializada em Gestão SST, eSocial e Serviços de Segurança do Trabalho, para todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Apodi/RN, com o valor total de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

DETERMINO que se proceda com o procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, visando a Contratação de Empresa Especializada em Gestão SST, eSocial e Serviços de Segurança do Trabalho, para todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Apodi/RN, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do Município de APODI/RN e, na oportunidade, que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 04/07/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:22BC7F95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 04070001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04070001/2025
CONTRATO Nº: 04070001/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apodi
CONTRATADA: Clinica Hse Integrated Seguranca E Medicina Dotrabalho Ltda
PROCESSO DE ORIGEM: 04070001/2025
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Gestão SST, eSocial e Serviços de Segurança do Trabalho, para todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Apodi/RN.
VALOR TOTAL: R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).
DOTAÇÃO: 1057 - 2 . 2034 . 4 . 122 . 3 . 2.228 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA: 04/07/2025 à 04/07/2026.
DATA DA ASSINATURA: 4 de julho de 2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:3CCDDF79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 04070002/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04070002/2025

CONTRATO Nº:04070002/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apodi
CONTRATADA:KAYO MELO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
PROCESSO DE ORIGEM:04070002/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria jurídica voltada a recuperação de créditos e fiscalização tributária, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças do Município de Apodi/RN.
VALOR ESTIMADO:R$20% do valor efetivamente arrecadado.
DOTAÇÃO:93 – 2. 2023 . 4 . 123 . 4 . 2.19 . 0. 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA:04/07/2025 à 04/07/2027.
DATA DA ASSINATURA:4 de julho de 2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:B6C3C385

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2025-DISPENSA

Prefeitura Municipal de Apodi
Extrato de Dispensa de Licitação Nº 032/2025-DISPENSA

Processo Administrativo: 02060011/2025 -DISPENSA
Número da Licitação: 032/2025-DISPENSA
Objeto: Celebração de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Apodi e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) para a execução do Programa de Incentivo à Avicultura - PROMIA, referente à aquisição de aves caipira, tipo: pintos, com um dia de nascido, apropriados para criação como aves caipira, que serão destinados aos pequenos agricultores das comunidades rurais deste Município.
Contratado: EMPARN EMP PESQ AGROP RN SA (08.510.158/0001-13)
Valor Total: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Fundamentação Legal: artigo 75, IX, da Lei 14.133/2021

Apodi/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:49E90E3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025-DISPENSA

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 033/2025-DISPENSA

Processo Administrativo: 04070001/2025 -DISPENSA
Número da Licitação: 033/2025-DISPENSA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Gestão SST, eSocial e Serviços de Segurança do Trabalho, para todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Apodi/RN.
Contratado: Clínica Hse Integrated Segurança e Medicina do Trabalho Ltda (37.031.850/0001-67).
Valor Total: R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)
Fundamentação Legal: artigo 75, II, da Lei 14.133/2021

Apodi/RN, 04/07/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:0333A696

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº032/2025-DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº032/2025-DISPENSA
Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº. 032/2025-DISPENSA, Processo Licitatório nº. 02060011/2025, fundamentada no art. 75, Inciso IX, Lei 14.133/2021, para a contratação da empresa EMPARN EMP PESQ AGROP RN SA (08.510.158/0001-13)**,** no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**,** referente à Celebração de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Apodi e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) para a execução do Programa de Incentivo à Avicultura - PROMIA, referente à aquisição de aves caipira, tipo: pintos, com um dia de nascido, apropriados para criação como aves caipira, que serão destinados aos pequenos agricultores das comunidades rurais deste Município., visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Pesca.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 02/06/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:29F61D1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025-DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025-DISPENSA

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº. 033/2025-DISPENSA, Processo Licitatório nº. 04070001/2025, fundamentada no art. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021, para a contratação da empresa Clínica Hse Integrated Segurança e Medicina do Trabalho Ltda (37.031.850/0001-67), no valor de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), referente à Contratação de Empresa Especializada em Gestão SST, eSocial e Serviços de Segurança do Trabalho, para todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Apodi/RN, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 04/07/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:23D0567D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0080/2025 DE 04 DE JULHO DE 2025.

"TORNA ÁREA "*NON AEDIFICANDI*" PARA NOVAS EDIFICAÇÕES O PERÍMETRO QUE ESPECIFICA NO ENTORNO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS – ETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIS SABINO DA COSTA NETO, Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, IV, da Lei Orgânica Municipal e demais diplomas legais atinentes à espécie e;

CONSIDERANDO a necessidade de delimitação de área "Non Aedificandi" da ETE de Apodi - Estação de tratamento de Esgoto - para a continuidade das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Apodi-RN;

CONSIDERANDO já existir um levantamento topográfico de um lote de terra urbano, realizado pela CAERN, com a finalidade dessa delimitação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada como área de uso restrito "*Non Aedificandi*" num perímetro de 1.682,90m² (mil seiscentos e oitenta e dois metros e noventa centímetros) situada às margens da estrada vicinal que dá acesso ao Vale do Apodi, nas proximidades do Bairro Garilândia, neste município de Apodi.

Art. 2º. A área referida no artigo 1º é composta de 172.938,61m² (cento e setenta e dois mil novecentos e trinta e oito metros e sessenta e um centímetros quadrados), de acordo com o georreferenciamento constante na planta do Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º. A área referida no artigo 1º poderá ser utilizada, mediante permissão do Órgão Municipal competente, para o desenvolvimento das atividades pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte ou outra atividade compatível com suas peculiaridades e desde que respeitada à Legislação Ambiental aplicável.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi, 04 de julho de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi

ANEXO ÚNICO

1 – CARACTERIZAÇÃO DO LOTE

Imóvel: ETE Apodi – Área Non Aedificandi.
Adquirente: CAERN.
Local: às margens da estrada vicinal que dá acesso ao Vale do Apodi, nas proximidades do bairro Garilândia, neste município de Apodi.
Município/UF: Apodi/RN.
Área (m²): 172938,61
Perímetro (m): 1682,90

2 - LIMITES E CONFRONTAÇÕES
Norte: Terreno de Terceiros: 332,64 + 109,49 = 442,13 m
Sul: Terreno de Terceiros: 441,48 m
Leste: Terreno de Terceiros: 364,29 + 32,84 = 397,13 m
Oeste: Terreno de Terceiros: 401.49 m

3 – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PT-0, de coordenadas N 9374644.98m e E 635072.84m. Deste segue com azimute 163°50'32.70" e distância de 332,64m; limitando-se com Terreno de Terceiros até o vértice PT-1, de coordenadas N 9374325.48m e E 635165.41m. Deste segue com azimute 253°37'37.57" e distância de 32,84m; limitando-se com Terreno de Terceiros até o vértice VPT-2,

de coordenadas N 9374316.22m e E 635133.90m. Deste segue com o azimute 163°48'53.52" e distância de 109,49 m; limitando-se com o Terreno de Terceiros até o vértice PT-3, de coordenadas N 9374211.07m e E 635164.42 m. Deste segue com azimute 253°24'16.15" e distância de 364,29m, limitando-se com Terreno de Terceiros até o vértice PT-4, de coordenadas N 9374107.75m e E 634815.09m. Deste segue com azimute 343°16'13.08' e distância de 441,48m; limitando-se com Terreno de Terceiros até o vértice PT-5, de coordenadas N 9374530.55m e E 634688.01m. Deste segue com o azimute 73°26'20.97" e distância de 401,49 m; limitando-se com o Terreno de Terceiros até o vértice PT-0, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:043EE6FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0789/2025 DE 03 DE JULHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO: o pedido de exoneração do senhor **Antonio Florêncio Gama**, do dia 03 de fevereiro de 2025 mais sendo concedido pelo Instituto Nacional do Seguro social -INSS, somente em 03 de junho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido o Senhor **Antonio Florêncio Gama**, do Cargo efetivo de Auxiliar de Infraestrutura/Serviços Gerais, no nível: GNO- A-8 matrícula: 1201, na Secretaria Municipal De Transportes e Obras Públicas - SEMTOP, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 03 de julho de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:96375A6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 009/2025 - CONCORRÊNCIA N.° 004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025.
A Prefeitura Municipal de Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, com sede na Rua Doutor Manoel Francisco de Melo, 555 na cidade de Baía Formosa/RN inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.161.341/0001-50 neste ato representado(a) pela PREFEITA MUNICIPAL, CAMILA VERAS DE MELO, portador do CPF nº072.067.834-06, considerando o julgamento da licitação na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 19050002/25 - Concorrência Eletrônica n.º 004/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando- se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ***Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação em paralelepípedos pelo método convencional com drenagem superficial em diversas ruas no distrito de Pituba, no município de Baía Formosa/RN, remanescente da Tomada de Preços n.º 005/2021****, especificados no Projeto Básico, anexo do edital de Licitação Concorrência Eletrônica nº 004/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.*

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

2.2.

EMPRESA: CONCREALL COMERCIALIZAÇÃO LTDA	
CNPJ: 12.607.846/0001-73	
ENDEREÇO: Povoado Santa Maria, 122 - Zona Rural - Brejinho/RN - CEP: 59.219-000	
REPRESENTANTE: Layssa Matias Medeiros	**CPF:** 072.512.044-44
E-MAIL: licitacaoconcreall@gmail.com	**TEL.:** (84) 99166-3553

ITEM	*DESCRIÇÃO*	*QUANT.*	*UNID. MEDIDA*	*VALOR UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*
001	*OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS PELO MÉTODO CONVENCIONAL COM DRENAGEM SUPERFICIAL NO DISTRITO DE PITUBA, NO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN - Conforme Peças de Engenharia*	*1*	*OBRA*	*R$ 239.950,98*	*R$ 239.950,98*
VALOR TOTAL R$				*R$ 239.950,98*	

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o município de Baía Formosa/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a

contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, e preferencialmente terá seu extrato divulgado no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
*5.4. Após a **homologação da licitação** ou da **contratação direta**, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:*
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a quantidade ofertada na proposta apresentada perante o edital ou aviso de contratação direta, conforme o caso, e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

· Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
· Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
*5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.*
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado preferencialmente no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços no Diário Oficial do Município.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no site do município.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de ***fato superveniente*** *que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.*
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e/ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item ***Erro! Fonte de referência não encontrada.****, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.*
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item ***Erro! Fonte de referência não encontrada.****, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.*
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item ***Erro! Fonte de referência não encontrada.*** *e no item* ***Erro! Fonte de referência não encontrada.****, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.*
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item ***Erro! Fonte de referência não encontrada.*** *será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.*
8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.4.1. Por razão de interesse público;
8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às
contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CONDIÇÕES GERAIS
10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo ao edital.
10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Baía Formosa/RN, 01 de Julho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita Municipal
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

CONCREALL COMERCIALIZAÇÃO LTDA
CNPJ: 12.607.846/0001-73
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:A4599F7D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2025 – CPL/PMBF

O Pregoeiro do Município de Baía Formosa/RN, torna público a quem interessar que a empresa 1°) AI.BRAZIL TECHNOLOGIES & DATACENTER LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.° 45.908.107/0001-70, foi vencedora do item 001, com valor total de R$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais), no tocante ao processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.° 004/2025, o qual visa o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), CENTRO DE SAÚDE E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO QUE CONTEMPLE OS SERVIÇOS DE SERVIDOR EM NUVEM PARA HOSPEDAGEM DO E-SUS APS, CONECTIVIDADE, DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO E APLICAÇÃO WEB, TREINAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SUPORTE TÉCNICO CONTINUO PARA USO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (E-SUS AB), conforme especificações contidas no Edital;

Sexta-feira, 04 de Julho de 2025 (04/07/2025).

HALISON DA COSTA SOUSA
Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial do Município de Baía Formosa/RN
Portaria nº 268/2025 - GP/PMBF

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:E8AF8D69

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO N.º 003 AO CONTRATO N.° 044/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA/RN – CNPJ: 08.161.341/0001-50
CONTRATADA: REDE PREMIUM DE POSTOS LTDA - CNPJ: 36.234.368/0001-61

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto Alterar a vigência final do contrato 044/2024 para 26 de Junho de 2026, nos moldes do Art. 107, da Lei Federal 14.133/21

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
Início da Vigência: 27/06/2025
Término da Vigência:26/06/2026

Baía Formosa (RN), 27 de junho de 2025.

Município de Baía Formosa /RN
CNPJ/MF n. 08.161.341/0001-50)
CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita

Rede Premium de Postos LTDA
CNPJ: 36.234.368/0001-61
GILBERTO DUARTE DA SILVA SOBRINHO
Diretor

Publicado por:
Hálison da Costa Sousa
Código Identificador:2168CA64

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 318 DE 25 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicionalEspecial ao orçamento vigente e dá outrasprovidências.

A Prefeita Municipal de Baia Formosa/RN, no uso de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica Municipal;
D e c r e t a:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento municipal do ano corrente, esse instituído pela Lei Municipal nº 749/2024, de 04.12.2024, combinado com a Lei municipal 762/2025, de 13 de junho de 2025, um crédito adicional especial no valor de R$ 420.000,00(quatrocentos e vinte mil reais), que incluirá no orçamento municipal o projeto atividade existentes na tabela I anexa.
Art. 2º - Servirá como fonte de anulação para o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, a anulação parcial de dotações orçamentárias existentes, conforme previsão legal no artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme tabela II anexa.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Baia Formosa/RN, 25 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita do Município de Baia Formosa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E PROJETO/ATIVIDADES ORA SUPLEMENTADOS, COM SEUS RESPECTIVOS ELEMENTOS DE DESPESAS	
Tabela I	
Unid. Orçamentária	**10.001 – Secretaria Municipal de Saúde**
Função	**17 – Saneamento**
Subfunção	**512 – Saneamento Básico Urbano**
Ação	**1162 – Construção de Unidades Sanitárias**
Natureza da despesa	4490-51 – Obras e Instalações
Valor	R$ 400.000,00
Fonte de recursos	17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Natureza da despesa	4490-51 – Obras e Instalações
Valor	R$ 20.000,00
Fonte de recursos	15000000 – Recursos não vinculados de impostos
Total geral	**R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E PROJETO/ATIVIDADES QUE SERVIRÃO DE ANULAÇÃO, COM SEUS RESPECTIVOS ELEMENTOS DE DESPESAS	
Tabela II	
Unid. Orçamentária	**08.001 – Secretaria Municipal de Obras**
Função	**15 – Urbanismo**
Subfunção	**451 – Infra Estrutura Urbana**
Ação	**1106 - Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos**
Natureza da despesa	4490-52 – Equipamento e material permanente
Valor	R$ 20.000,00
Fonte de recursos	15000000 – Recursos não vinculados de impostos
Ação	**1127 - Conclusão do Sistema de Saneamento Básico**
Natureza da despesa	4490-51 – Obras e Instalações
Valor	R$ 100.000,00
Fonte de recursos	17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Unid. Orçamentária	**12.001 – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente**
Função	**23 – Comercio e Serviços**
Subfunção	**695 – Turismo**
Ação	**1091 - Construção do Centro Municipal de Comercialização de Artesanato e Artigos Turísticos**
Natureza da despesa	4490-51 – Obras e Instalações
Valor	R$ 100.000,00
Fonte de recursos	17063120 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada
Ação	**1121 -Construção do Centro de Apoio e de Informações Turísticas**
Natureza da despesa	4490-51 – Obras e Instalações
Valor	R$ 100.000,00
Fonte de recursos	17063110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
Unid. Orçamentária	**12.002 – Fundo Municipal de Meio Ambiente**
Função	**18 – Gestão Ambiental**
Subfunção	**542 – Controle Ambiental**
Ação	**1046 - Construção da Destinação Final de Lixo**
Natureza da despesa	4490-51 – Obras e Instalações
Valor	R$ 100.000,00
Fonte de recursos	15000000 – Recursos não vinculados de impostos
Total geral	**R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**

Baía Formosa/RN, 25 de junho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita do Município de Baia Formosa

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:C06B5640

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0271/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, nas importâncias abaixo mencionadas, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar da Oficina Novo Modelo de Edital do PAB para Feiras Nacionais de Artesanato – Território Litoral Agreste, no dia 07 de julho de 2025.
1. DEYSE DANIELLE DUARTE DA SILVA – Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Matrícula 00570, Diária: R$ 120,00 (cento e vinte reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 03 de julho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:3D2B3C2F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0272/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar de Palestra com o Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), no dia 07 de julho de 2025.
1. JOSE ANDREILTON SILVA DE LIMA – Assessor Executivo, matrícula 14338, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 04 de julho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:AA4B6868

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0273/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAIA FORMOSA/RN, a Sr.ª **CAMILA VERAS DE MELO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 49, Inciso II, em conformidade com as Lei Municipais nº 252/2005, combinada as Leis 535/2013 e 731/2024,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Sr. **ALBERTO PEREIRA BRAZ** para o cargo de Assessor Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de julho de 2025, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 04 de julho de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:8EA90557

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
EXTRATO DE CONTRATO 1301001/2025/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE COLETA DE RESÍDUOS URBANO NO MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN

CONTRATADA:LR SERVICOS, LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 27.912.017/0001-71

VALOR TOTAL ESTIMATIVO R$ 49.197,00 (quarenta e nove mil cento e noventa e sete reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
PREFEITURA

Órgão: 02 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária:
07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 URBANISMO
Subfunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0002 GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação: 2062 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL 001/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, VIII da Lei n. 14.133/2021

VIGÊNCIA:13 de janeiro de 2025 a 13 de abril de 2025.
*Republicado por incorreção

Signatários

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
PREFEITO

LUCAS RODRIGUES PINTO
PROPRIETÁRIO

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:0DBA54B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 214/2025 - GP

*** REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Portaria nº 214/2025 - GP Bento Fernandes/RN, de 01 de Julho de 2025.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes – Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto Municipal nº 035/2025 de 01/04/2025 e, considerando o Teor do Gabinete do Prefeito, bem como a justificativa ali presente,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a(s) diária (s) abaixo discriminada (s), destinada (s) a cobertura de despesas de alimentação e/ou hospedagem do agente politico/servidor (a) durante o desenvolvimento a serviço desta entidade, a saber.
Agente Politico/servidor (a): ANA MARIA DE ARAUJO DA SILVA;
Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGE, Mat. 1301330-1;
Quantidade: uma diária e meia;
Destino: Natal/RN;
Data de saída: 03 de Julho de 2025;
Valor Unitário: R$ 245,24 (duzentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos),
Valor Total: R$ 367,86 (trezentos sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos).
Discrição do objetivo/serviço do deslocamento: para participar do **da 5ª Conferencia Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Rio Grade do Norte – Geolípia Jacinto da Silva (5ª CESTT/RN)**, a ser realizado nos dias 03, 4 e 05 de julho, no Centro Municipal de Referencia em Educação (CEMURE), situado na Av. Coronel Estevam, nº 3705, Bairro Nazaré, Natal/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:92BA0A05

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DE ENVELOPES

"PLANO DE TRABALHO E HABILITAÇAO"
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025
Aos 04 (quatro) dias do mês de Julho de 2025, às 10:00 horas, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN, onde presentes se encontram a Senhora Presidente e Membros da Comissão, nomeados através da Portaria nº º 217/2025 de 13 de maio de 2025, tiveram continuidade aos trabalhos de abertura dos envelopes de Plano de Trabalho e Habilitação, provenientes do edital de chamada pública nº 001/2025, visando à Seleção de organização da sociedade civil - osc para celebração de parceria com a administração pública municipal, em regime de mútua cooperação, sob a égide da lei federal nº 13.019/2014 e suas alterações, através de termo de colaboração, para apoio técnico e pedagógico à secretaria educação visando à operacionalização e execução das atividades dos programas discriminados neste edital, disciplinados no âmbito da lei municipal criadora dos programas/projetos, com objetivo de prestar serviços complementares a rede municipal de ensino através de atividades complementares educacionais na recomposição de aprendizagem; reforço escolar em língua portuguesa e matemática visando as avaliações externas e internas; e o monitoramento de programa de formação técnica e pedagógica, quem tem como finalidade a melhoraria do aprendizado no município de boa saúde/RN, sob a égide da lei federal nº13.019/2014 e suas alterações. Atendendo as publicações no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), (aviso de edital de chamada pública nº 001/2025), foram protocolados os envelopes de 02 (duas) empresas e 01 (uma) enviou através do envio eletrônico pelo e-mail: educacaoboasaude@gmail.com, sendo elas:INSTITUTO REVIVER BRASIL LTDA: 08.720.669/0001-60, INSTITUTO TRANFORMAR RN - ITRN CNPJ: 09.279.625/0001-09, INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE-ISSERN CNPJ:10.335.101/0001-77
Após a apresentação dos envelopes lacrados e documentação eletrônica, a Presidente deslacrou os envelopes e abriu o arquivo eletrônico contendo os Planos de Trabalho e Habilitações das empresas. A comissão informa que vai analisa as documentações apresentadas e em seguida divulgara o resultado na imprensa oficial (Município).
Boa Saúde/RN, 04 de julho de 2025.

FERNANDA CLENDIA DA SILVA GOMES
Presidente

GABRIELLA XAVIER BARBALHO MESQUITA	*LOWHAN GUSTAVO FAUSTINO DA SILVA*
Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:EEF9BE2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 247, DE 03 DE JULHO DE 2025 - *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

***Republicado por incorreção**
Onde lê-se: **Portaria nº 245, de 03 de julho de 2025**
Leia-se: **Portaria nº 247, de 03 de julho de 2025**
Portaria nº 247, de 03 de julho de 2025

Dispõe sobre a cessão de Servidor Concursado e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica do Município de Boa Saúde/RN.
CONSIDERANDO o Termo de Cooperação recíproca para Cessão de Servidor, de nº **003/2025**, que entre si celebram o Município de Boa Saúde/RN e o Município de Macaíba/RN.

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a cessão do Servidor Concursado da Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN, o Senhor **JOÃO HERICK DE ANDRADE SILVA**, Vigia, Matrícula: **122982-6**, inscrito no CPF sob o número ***.***.***-16, para ficar à disposição da Prefeitura Municipal de Macaíba, pelo período de 04 (quatro) anos, a partir de 01 de julho de 2025 a 01 de julho de 2029, com ônus financeiro para o órgão Cessionário.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de julho de 2025.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 03 de julho de 2025.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:646A8F44

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 248, DE 03 DE JULHO DE 2025 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Portaria nº 248, de 03 de julho de 2025.

Dispõe sobre a nomeação de ocupante de cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos na Lei Complementar nº 299, de 04 de abril de 2017, que dispõe sobre organização administrativa dos níveis de gestão e da estrutura de cargos de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN e dá outras providencias.

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR a Srª. **RAYANE DEIZY DA SILVA QUEIROZ FREITAS**, inscrita no CPF nº 060.***.***-83, para ocupar o Cargo Comissionado de SECRETARIO MUNICIPAL – S-CC1, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, no quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Boa Saúde/RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data de sua assinatura.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Saúde/RN, 03 de julho de 2025.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:AED551BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2025 - ATO DE SUSPENSÃO

PROCESSO Nº: 001/2025 INTERESSADO: ONEPAY MEIOS DE PAGAMENTO LTDA – CNPJ 48.820.105/0001-13 DATA: 03/07/2025 DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2025 Considerando o não atendimento da notificação expedida em 18/06/2025, que tratava da exigência de apresentação dos relatórios obrigatórios de prestação de contas, decido pela suspensão temporária das atividades da concessionária ONEPAY MEIOS DE PAGAMENTO LTDA, no âmbito da concessão para exploração das modalidades lotéricas passivas e de prognósticos em meio virtual. A suspensão terá início em 03 de julho de 2025 e vigorará pelo prazo de 30 dias, conforme previsto contratualmente, podendo ser revogada mediante a regularização das pendências com apresentação dos relatórios exigidos e pagamento das referidas taxas de outorga. Ressalte-se que a manutenção da irregularidade poderá ensejar sanções adicionais, inclusive rescisão do contrato de concessão e aplicação de multas. Publique-se esta decisão e anexe-se aos autos para registro e controle.

Bodó, 03 de julho de 2025

SUELI NUNES SOARES
Secretaria de Controle Interno

Publicado por:
Sueli Nunes Soares
Código Identificador:5A0944E8

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025 - ATO DE SUSPENSÃO

PROCESSO Nº: 002/2025 INTERESSADO: DF PARTICIPAÇÕES LTDA - CNPJ 57.841.833/0001-00 DATA: 03/07/2025 DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025 Considerando o não atendimento da notificação expedida em 18/06/2025, que tratava da exigência de apresentação dos relatórios obrigatórios de prestação de contas, decido pela suspensão temporária das atividades da concessionária DF PARTICIPAÇÕES LTDA, no âmbito da concessão para exploração das modalidades lotéricas passivas e de prognósticos em meio virtual. A suspensão terá início em 03 de julho de 2025 e vigorará pelo prazo de 30 dias, conforme previsto contratualmente, podendo ser revogada mediante a regularização das pendências com apresentação dos relatórios exigidos e pagamento das referidas taxas de outorga. Ressalte-se que a manutenção da irregularidade poderá ensejar sanções adicionais, inclusive rescisão do contrato de concessão e aplicação de multas.
Publique-se esta decisão e anexe-se aos autos para registro e controle.
Bodó, 03 de julho de 2025

SUELI NUNES SOARES
Secretaria de Controle Interno

Publicado por:
Sueli Nunes Soares
Código Identificador:6AE8B9EB

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2025 - ATO DE SUSPENSÃO

PROCESSO Nº: 003/2025 INTERESSADO: BRAPAY NEGOCIO E PARTICIPAÇÃO LTDA - 49.138.107/0001-90 DATA: 03/07/2025 DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2025 Considerando o não atendimento da notificação expedida em 18/06/2025, que tratava da exigência de apresentação dos relatórios obrigatórios de prestação de contas, decido pela suspensão temporária das atividades da concessionária BRAPAY NEGOCIO E PARTICIPAÇÃO LTDA, no âmbito da concessão para exploração das modalidades lotéricas passivas e de prognósticos em meio virtual. A suspensão terá início em 03 de julho de 2025 e vigorará pelo prazo de 30 dias, conforme previsto contratualmente, podendo ser revogada mediante a regularização das pendências com apresentação dos relatórios exigidos e pagamento das referidas taxas de outorga. Ressalte-se que a manutenção da irregularidade poderá ensejar sanções adicionais, inclusive rescisão do contrato de concessão e aplicação de multas.
Publique-se esta decisão e anexe-se aos autos para registro e controle.

Bodó, 03 de julho de 2025

SUELI NUNES SOARES
Secretaria de Controle Interno

Publicado por:
Sueli Nunes Soares
Código Identificador:9AA09431

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO Nº001/2025

CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS	
Número: 001/2025	**Data de Emissão: 04/07/2025**
Razão Social: ISSERN – INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – CNPJ: 10.335.101/0001-77.	
Endereço: Rua Paulo Pinto de Abreu nº 1997 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59.064-360	
Atendidos todos os requisitos legais, fica a Entidade, sem fins lucrativos, de utilidade pública do Estado do Rio Grande, qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS, no município de Bom Jesus/RN, nos termos da Lei Federal nº 9.637/1988, Decreto Federal nº 9.190/2017 e do Decreto Municipal nº 017/2023, visando desenvolver atividades dirigidas aos serviços, ações, procedimentos na área da Educação, Cultura e Desportos, embasada no Parecer Jurídico e Termo de Homologação ratificador do julgamento proferido pela Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 1.797/2025 – Chamada Pública nº 002/2025 (2ª CHAMADA).	
JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA	***DAVID FRANCIOLE DE OLIVEIRA SILVA***
Prefeito Municipal Bom Jesus/RN	Secretário Municipal De Educação, Cultura E Desportos

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:415FEE82

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO Nº002/2025

CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Número: 002/2025	**Data de Emissão: 04/07/2025**
Razão Social: ISSERN – INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – CNPJ: 10.335.101/0001-77.	
Endereço: Rua Paulo Pinto de Abreu nº 1997 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59.064-360	
Atendidos todos os requisitos legais, fica a Entidade, sem fins lucrativos, de utilidade pública do Estado do Rio Grande, qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, no município de Bom Jesus/RN, nos termos da Lei Federal nº 9.637/1988, Decreto Federal nº 9.190/2017 e do Decreto Municipal nº 017/2023, visando desenvolver atividades dirigidas aos serviços, ações, procedimentos na área da Assistência Social, embasada no Parecer Jurídico e Termo de Homologação ratificador do julgamento proferido pela Comissão de Qualificação e Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 1.797/2025 – Chamada Pública nº 002/2025 (2ª CHAMADA).	
JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA	***MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal Bom Jesus/RN	Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:E3535AFF

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2025

Processo nº 2.464/2025– Pregão Eletrônico (SRP) nº 009/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS/RN
Contratada: **ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA**
CNPJ: **15.003.806/0001-00**

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para locação de estruturas e equipamentos para eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN.

Vigência: 04/07/2025 à 04/07/2026.

Valor: R$972.920,00 (novecentos e setenta e dois mil e novecentos e vinte reais).

Bom Jesus/RN, 04 de julho de 2025

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:195851FF

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO (EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL) - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 (2ª CHAMADA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1.797/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025 (2ª CHAMADA)

Objeto: Credenciamento para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços nas áreas da Educação e Assistência Social, desenvolvidos no âmbito do Município de BOM JESUS/RN.

HOMOLOGAMOS pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento dessa Comissão, referente a CHAMADA PÚBLICA nº 002/2025 (2ª CHAMADA), realizado em 26 de junho de 2025, nos termos da Lei Federal nº 9.637/1988, Decreto Federal nº 9.190/2017 e do Decreto Municipal nº 017/2023, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 1.797/2025.

INSTITUIÇÃO QUALIFICADA:

ISSERN – INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – CNPJ: 10.335.101/0001-77; e

Bom Jesus/RN, 04 de julho de 2025.

MATHEUS YURE GOMES DA SILVA
Presidente
Comissão de Seleção de Julgamento de Chamamento Público
Para Entidades do Terceiro Setor

JULIETE BERNARDINO PEREIRA
Membro
Comissão de Seleção de Julgamento de Chamamento Público
Para Entidades do Terceiro Setor

LARA PEREIRA DE AZEVEDO
Membro
Comissão de Seleção de Julgamento de Chamamento Público
Para Entidades do Terceiro Setor

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:B4837433

SECRETARIA MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL
PORTARIA Nº 01/2025

PORTARIA Nº 01/2025

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Diagnóstico Socioterritorial da Situação da Criança e do Adolescente no município de Bom Jesus – RN.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 390 de 03 de abril de 2019 e suas alterações na Lei nº 463/2023, e em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 obedecendo à decisão do colegiado conforme registrado em ATA nº 05/2025 de 03 de Julho de 2025 resolve:
Art. 1º Fica instituída a Comissão de Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente do município de Bom Jesus - RN, com a finalidade de realizar o levantamento, análise, sistematização e construção do Plano de Trabalho para qualificar as políticas públicas de atendimento, visando à proteção integral do público correspondente.
Art. 2º A Comissão será composta pelos(as) seguintes membros:

• Anny Nayne Fernandes de Oliveira – Presidente do CMDCA

• Luiz Alberto Ferreira Fernandes – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

• Roberta Cristina da Silva – Representante da Secretaria Municipal de Saúde

• Anne Karoline de Fatima Pinheiro e Silva – Representante da Secretaria Municipal de Educação

• Ana Lúcia de Macedo Ribeiro – Pastoral da Criança - Representante da Sociedade Civil

Art. 3º A Comissão terá prazo para concluir os trabalhos e apresentar o referido documento ao CMDCA até novembro de 2025, conforme

termo de cooperação e demais avenças firmadas, não havendo prorrogação de prazo.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ANNY NAYNE FERNANDES DE OLIVEIRA
0XX. 529.004-XX
Presidenta do CMDCA/ Bom Jesus - RN

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:CDC5C611

SECRETARIA MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2025 BOM JESUS, 03 DE JULHO DE 2025. DELIBERA COM PARECER FAVORÁVEL SOBRE A ADESÃO AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL PARA OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN.

RESOLUÇÃO Nº 005/2025 BOM JESUS, 03 DE JULHO DE 2025.

DELIBERA COM PARECER FAVORÁVEL SOBRE A ADESÃO AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL PARA OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN.

Resolução Nº 005/2025, Bom Jesus/RN, 03 de julho de 2025.

O presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Caiada /RN, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 205/2001, alterada pela Lei nº 388/2018 e em observância à**Lei Federal Nº 8.742(**Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS),alterada pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011.
CONSIDERANDO a Resolução da CIB RN Nº 53, de 30 de maio de 2025 quepactua os critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento aos municípios, na modalidade fundo a fundo, destinados aos Serviços de Proteção Social Básica no âmbito do SUAS.
CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
CONSIDERANDO, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
CONSIDERANDO, a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO, a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, em especial, o inciso II do art. 15 que trata da responsabilidade do Estado de cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local;
CONSIDERANDO, que o SUAS se pauta no pacto federativo e define como pressupostos a gestão compartilhada, o cofinanciamento da Política de Assistência Social pelas três esferas de governo e a definição clara das competências técnico-políticas dos Entes;
CONSIDERANDO a Resolução CEAS nº 11, de 02 de outubro de 2015, que dispõe sobre a política de cofinanciamento estadual da política de assistência social;
CONSIDERANDO, a Lei Complementar Nº 741, de 27 de setembro de 2023, que Institui a Política Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte (PEAS/RN), dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências;
CONSIDERANDO, o art. 62 sobre o que Compete à Comissão Intergestores Bipartite do Rio Grande do Norte (CIB/RN), da Lei Nº 741, de 27 de setembro de 2023, nos incisos I e V.
CONSIDERANDO, a Lei Estadual nº 12.047, de 28 de janeiro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício financeiro de 2025;
CONSIDERANDO, ainda, a Reunião Ordinária realizada em 23 de abril de 2025 da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Norte (CIB).
CONSIDERANDO o Processo SEI nº 02010012.002272/2025-04, que trata da Adesão ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica para o Município de Bom Jesus/RN.
RESOLVE:
1º- Aprovar o Termo de Aceite, relacionado ao compromisso que entre si celebram a Secretaria do Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Estado do Rio Grande do Norte – SETHAS/RN e o município de Bom Jesus/RN, contempladocom o co-financiamento estadual para o Serviço de Proteção Social Básica, amplamente discutido em Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, em 03 de julho de 2025, com registro em Ata de nº 009/2025.
2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

ROSIANE DOS SANTOS SILVA
XXX.885.644-XX

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:876168B6

SECRETARIA MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02/2025

Resolução nº 02/2025 Bom Jesus, 03 de julho de 2025.

Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente no município de Município de Bom Jesus - RN.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Bom Jesus-RN no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na Lei Municipal nº 390 de 03 de abril de 2019 e suas alterações na Lei nº 463/2023 de acordo com o exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Jesus.
CONSIDERANDO a necessidade de levantamento e análise de dados que subsidiem o planejamento e o monitoramento das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO deliberação aprovada em reunião ordinária realizada no dia 03 de julho de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º Fica criada a **Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente** no município de Bom Jesus – RN, com a finalidade de planejar, acompanhar, articular e validar as etapas do processo diagnóstico.
Art. 2º Compete à Comissão:
I – acompanhar a coleta e sistematização de dados;
II – promover articulações com órgãos públicos e entidades para subsidiar o diagnóstico;
III – validar metodologias e instrumentos utilizados;
IV – apresentar relatórios parciais e finais ao plenário do CMDCA.
Art. 3º A composição nominal da comissão será definida por Portaria da Presidência do CMDCA.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANNY NAYNE FERNANDES DE OLIVEIRA
0XX. 529.004-XX
Presidenta do CMDCA.

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:9626AF34

SECRETARIA MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03 /2025 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 03 /2025 – CMDCA

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2025 E A RECOMENDAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO PROJETO "ESPAÇO ELO: DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM" PARA O ANO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AMIGO DE VALOR – BANCO SANTANDER.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Bom Jesus-RN no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na Lei Municipal nº 390 de 03 de abril de 2019 e suas alterações na Lei nº 463/2023 de acordo com o exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Jesus.
CONSIDERANDO a importância do Projeto "Espaço Elo: de Convivência e Aprendizagem" para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes do município;
CONSIDERANDO a apresentação, em reunião ordinária, da prestação de contas referente ao exercício de 2025, devidamente acompanhada de relatório técnico e financeiro;
CONSIDERANDO a análise do relatório de desafios enfrentados e estratégias de superação implementadas no ano vigente, bem como as inovações previstas para o próximo ciclo de execução;
CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Trabalho e do Orçamento para o ano de 2026, contendo metas, indicadores, ações estratégicas e metodologia de avaliação;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Projeto "Espaço Elo: de Convivência e Aprendizagem", referente ao exercício de 2025, executado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Jesus – RN, com o apoio do Programa Amigo de Valor – Banco Santander.
Art. 2º Recomendar a **renovação do Projeto Espaço Elo para o ano de 2026**, considerando sua relevância para a garantia de direitos e sua contribuição para o fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes no município.
Art. 3º Reconhecer como parte integrante da recomendação de renovação o **Plano de Trabalho e o Orçamento para o exercício de 2026**, apresentados na reunião ordinária do CMDCA, os quais incluem:

• A implementação da iniciativa "**Primeira Experiência**" de inserção protegida de adolescentes no mundo do trabalho;
• A oferta de cursos profissionalizantes;
• A aquisição de veículo para transporte dos beneficiários;
• A ampliação das ações nas comunidades quilombolas;
• O fortalecimento das estratégias de monitoramento, avaliação e participação comunitária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus/RN, 03 de julho de 2025.

ANNY NAYNE FERNANDES DE OLIVEIRA
0XX. 529.004-XX
Presidenta do CMDCA.

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:4FAB5AC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. 307/2025-SMG DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE UMA PSICÓLOGA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N. 307/2025-SMG

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE UMA PSICÓLOGA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 34, II, a, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º -Designa a Sra. LEANNE DE BRITO COELHO BORGES DE ALBUQUERQUE, Psicóloga, portadora do CPF: XXX.037.243-XX, para participar de comissão; grupo de trabalho; programa; etc., Representando o município de Bom Jesus frente à Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 04 de julho de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:BA4F5062

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº306/2025 - SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR MUNICIPAL ROBSON JÚNIOR GOMES.

PORTARIA Nº306/2025 - SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, incisos VII e na forma do art. 34, inciso II, alínea "g", todos da Lei Orgânica do Município, concomitante com o art. 90, caput, da Lei nº 176/97 – que dispõe sobre o Regime Jurídico do Servidor Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o pedido de Licença Prêmio a Servidor ROBSON JÚNIOR GOMES, portador do CPF nº XXX.019.334-XX, vinculado a matrícula nº 0137, exercendo a função de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, o gozo de licença prêmio pelo período de dias, contados a partir do dia **07/07/2025** com término em **04/10/2025**.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 04 de junho de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:816DE889

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBIIDADE 016/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

Fica dispensada a realização do certame licitatório para custear a despesa com a inscrição do 20º fórum nacional de educação.
O enquadramento da situação especificada com Inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, III, alínea F da Lei n° 14133/2021, buscando atender expressamente o interesse público face ao princípio da economicidade e celeridade processual, tendo em vista a exclusividade ora mencionada.
O objeto da presente demanda possui previsão legal especifica e trata-se de locação de imóvel por critérios de exclusividade.
Em razão dessas características, esse tipo de contratação deverá ser formalizado mediante processo de inexigibilidade de licitação em virtude do caráter escorreito da contratação. Além de que a contratação ora mencionada é norteada pelo critério da vantagem econômica e na busca da realização de atividades-fim deste Ente Federativo, conforme dados descritos abaixo.
VALOR GLOBAL: R$ 4590,00
CONTRATADO: UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RN, CNPJ 00.596.662/0001-76.

Brejinho-RN, 04 de julho de 2025

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:614A166A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 254/2025-GP

PORTARIA Nº. 254/2025-GP

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear o Senhor KLECIO DE ASSIS RAIMUNDO, inscrito sob CPF: 700.***.***-22, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL -ANOS IFINAIS– INGLÊS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) do quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação desta prefeitura; por haver sido aprovado(a) em Concurso Público, realizado em 08 de novembro de 2020, através do Decreto nº 186/2021 de 18 de fevereiro de 2021, conforme Relação devidamente divulgada e publicada, no Sítio Eletrônico da Banca Examinadora da FUNCERN, (www.funcern.br), em 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Brejinho -RN em, 04 de julho de 2025.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabulo Jose Cunha Bezerra
Código Identificador:C39AA995

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2025- REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2020.**

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2025- REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2020.

A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, em atendimento as determinações judiciais, proferida no auto do Processo nº. 0803938-64.2025.8.20.0000, vem realizar a convocação do candidato abaixo indicado para apresentar documentação, nos termos do Edital de Concurso Público nº 002/2020.
Data: **Prazo de 30 dias a contar da publicação desta para apresentar documentação, impreterivelmente.**
Horário: **das 08h00 ás 13h00**.
Local: **Prefeitura Municipal de Brejinho/RN -no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura no horário das 08h00 ás 13h00 no endereço: Praça Presidente Castelo Branco, nº 207, Centro, Brejinho/RN, CEP: 59.219-000/RN.**
Convocados:

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL -ANOS FINAIS – INGLÊS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) .
KLECIO DE ASSIS RAIMUNDO, portador do CPF: 700.***.***-22.

Os candidatos deverão comparecer munidos dos referidos documentos *(todos com fotocopia autenticada ou acompanhada de seus originais)*:
01 – Registro Geral (Carteira de Identidade) frente e verso;
02 – Título de Eleitor;
03 – Comprovante de última votação – 1° e 2° turnos (pode ser a quitação eleitoral);
04 – Certificado de Escolaridade conforme exigido no Edital;
05 – Histórico Escolar;
06 – Registro Profissional em Conselho Regional – caso seja pertinente ao cargo;
07 – Comprovante de que está com o Registro Profissional ativo e sem pendencia;
08 – Uma foto 3X4 datada;
09 – Registro no PIS/PASEP;
10 – Cadastro de Pessoa Física (CPF);
11 – Certidão de Nascimento ou Casamento
12 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (caso houver);
13 – Declaração bancaria comprovando número de conta corrente ou fotocópia do cartão;
14 – Certificado de Reservista (se for do sexo masculino);
15 – Certidão de Antecedentes Criminais Estadual e Federal onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida, no máximo, há seis meses;
16 – Declaração de Imposto de Renda/Declaração de Bens;
17 – Laudo Médico fornecido por Perícia Médica (atestado de admissão);
18 – Comprovante de residência atualizado;
19 – Carteira de trabalho (frente, verso e primeira folha de registro de contrato);
20 – Certidões Negativas (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista);
21 – Declaração de vínculo público;
22 – Comprovação médica da patologia que o classificou como PCD (*caso tenha se candidatado com PCD*).

Brejinho/RN, 19 de maio de 2025.

FÁBULO JOSÉ CUNHA BEZERRA
Secretário de Administração e Planejamento

Publicado por:
Fabulo Jose Cunha Bezerra
Código Identificador:6BB825D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0801001/2024

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0801001/2024 celebrado com o senhor EMERSON THIAGO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF – Cadastro Nacional da Pessoa Física – de nº 048.607.814-06. Objeto:

Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/08/2025 a 31/07/2026. Essa prorrogação se refere a Locação de imóvel destinado ao Anexo da Escola Centro Educacional Rio do Vento no município de Caiçara do Rio do Vento/RN. O valor total global é de R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 02 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária: 02.050 – Secretaria Municipal de Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 0008 – Gestão Educacional; Ação: 2040 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação; Natureza da Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica; Fonte de Recurso: 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Data da Assinatura: 02/07/2025. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Emerson Thiago de Oliveira - Contratado. Processo n° 130/2025.

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:3EFC70DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2025

Ref. Processo Administrativo MC/RN nº 2025.07.02.0046

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2025

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do Agente de Contratação/Pregoeiro da Comissão Permanente de Contratação, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal nº 107/2025, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Licitatório MC/RN 2025.07.02.0046, na** modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 041/2025**, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SOM E ILUMINAÇÃO E TELÃO**, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais. Edital disponível no Endereço: Av. Coronel Martiniano, 993, Centro – Caicó/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 07/07/2025 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 21/07/2025 às 08h01. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Caicó/ RN, 04 de julho de 2025.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação / Pregoeiro

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:212911D7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 007/2024 - PROC. ADMINIST. Nº 2024.01.26.0045

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 007/2024

PROC. ADMINIST. Nº 2024.01.26.0045

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** GONTIJO DE TRANSPORTES S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 16.624.611/0098-73; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Renovação do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 007/2024, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS NO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN, com fundamento com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 09 de abril de 2025 e termo final em 09 de abril de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e a Empresa GONTIJO DE TRANSPORTES S/A – pela Permissionária.

Caicó/RN, 09 de abril de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:B6B44E3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.592 DE 04 DE JULHO DE 2025

"Institui o Censo de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Município de Caicó-RN e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, o Censo Municipal de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de identificar e mapear as pessoas diagnosticadas com autismo no âmbito do Município de Caicó-RN.

Art. 2º - O Programa Censo de Inclusão do Autismo será realizado de 02 (dois) em dois anos no Município de Caicó, devendo o primeiro ser realizado no ano posterior ao da promulgação desta lei.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal deverá, no ato regulamentador desta Lei, apontar o órgão responsável pela sua execução, bem como a forma de coleta e disponibilização dos dados obtidos.

Art. 4º - O levantamento dos dados deverá incluir, no mínimo:
I – Nome, idade e sexo da pessoa diagnosticada com TEA;
II – Endereço Residencial;
III – Nível de suporte necessário;
IV- Situação Educacional e/ou ocupacional;
V- Informações sobre acesso a serviços de saúde, educação e assistência social.
Art. 5º - Os dados coletados serão utilizados para:
I – Planejamento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas às pessoas com TEA;
II- Ampliação e qualificação dos serviços de atendimento especializados;
III- Identificação de demandas e carências nas diferentes regiões do município.

Art. 6º - A privacidade e os direitos das pessoas com TEA deverão ser respeitados, sendo os dados pessoais protegidos nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018).

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentarias sob responsabilidade do Município.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:FFA998CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.593 DE 04 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a denominação de Artéria Projetada 010, com código de logradouro 01361.7, localizada no Loteamento Serrote Branco V, Bairro Antônio Bernardino de Sena, homenageando Benjamim Morais dos Santos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica denominada de Benjamim Morais dos Santos, a Artéria Projetada 010, com código de logradouro 01361.7, localizada no Loteamento Serrote Branco V, Bairro Vereador Antônio Bernardino de Sena, no Município de Caicó/RN.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:326875CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.594 DE 04 DE JULHO DE 2025

Esse projeto de lei dispõe sobre a denominação de artéria projetada 007, com o código de logradouro 01358-7, localizado no loteamento Serrote Branco V, bairro vereador Antônio Bernadino de Sena, homenageando Sebastião Dias Filho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica denominada de Sebastião Dias Filho – Bastinho Violeiro, a artéria projetada 007, com o código de logradouro 01358-7, localizada no loteamento Serrote Branco V, Bairro vereador Antônio Bernadino de Sena, no município de Caicó/RN.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6E3E96D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.595 DE 04 DE JULHO DE 2025

Confere denominação de canteiro no município de Caicó/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado Canteiro Zélia Dantas Chianca Vale (Zélia Chianca) o canteiro situado entre a Travessa Padre Sebastião, Praça Monsenhor Walfredo Gurgel e limites com a rua Padre Sebastião (Ao lado da Catedral de Sant'ana), Centro, no município de Caicó/RN.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:A92A6A85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 5.596 DE 04 DE JULHO DE 2025

Confere denominação de artéria no município de Caicó/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado de Cristina do Pescador (Cristina Dantas) a rua projetada 004, código 01355.2, Loteamento Serrote Branco V, Bairro Vereador Antônio Bernadino de Sena, no município de Caicó/RN.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:C374408A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0889/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0889/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15244			
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	01:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisco Albino de Morais, do Hospital do Seridó, para a o Hospital do Coração, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7D5FD181

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0890/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0890/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	EDVÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS
CARGO:	Técnica de Enfermagem
MATRÍCULA:	15605
DOCUMENTOS:	CPF: 014.205.784-30
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	01:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Francisco Albino de Morais, do Hospital do Seridó, para a o Hospital do Coração, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	23/06/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:6EE6A0CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0892/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0892/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELISA FERREIRA SOARES**
CARGO:	Técnica de enfermagem
MATRÍCULA:	15677
DOCUMENTOS:	CPF: 069.xxx.xxx-13
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde - central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	15:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Mayara Moreira Costa, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	23/06/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:55299486

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0893/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0893/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) com pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	0509966
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	00:45 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**SPIN RQL – 9B81**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Dianelle Damiana da Silva, para realizar internação no Hospital Walter Cantidio, em Fortaleza/CE, no dia 23/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Fortaleza/CE	23/06/2025	R$ 220,00	R$ 220,00

Importa a quantia de R$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:CB008852

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0895/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0895/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198920-0
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Maria dos Santos Araújo, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 24/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	24/06/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:78E5DBCD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0896/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0896/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	JOELYA KARLA PEREIRA DE ARAÚJO			
CARGO:	TECNICA DE ENFERMAGEM			
MATRÍCULA:	15567			
DOCUMENTOS:	CPF: 094.xxx.xxx-37			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Maria dos Santos Araújo, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 24/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**24/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:46E9F371

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0897/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0897/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15357			
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	14:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4J61			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Enzo Gabriel dos Santos, por ter recebido alta do Hospital Infantil Varela Santiago, em Natal/RN, no dia 24/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**24/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de junho de 2025

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:666ED5F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0898/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0898/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) com pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002- 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQL – 9B81			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Italllo Miguel Caldas de Souza, para realizar consulta no Hospital SARAH, em Fortaleza/CE, no dia 25/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Fortaleza/CE**	**25/06/2025**	**R$ 220,00**	**R$ 220,00**

Importa a quantia de R$ 220,00 (Duzentos e Vinte reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:0573C79A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0900/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0900/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	GERIFRAN ALVES DE ARAÚJO			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15668			
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-04			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4J61			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Ysla Vitoria Medeiros de Oliveira, para realizar atendimento na Orto Rio – Produtos Ortopedicos, em Natal/RN, no dia 25/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:98559976

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0901/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0901/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	14687			
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF – 4F92			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Ivonaldo Gomes, para realizar exames no Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 26/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**26/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 26 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C6349A46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 098/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 3,5 (Três diária e meia) (s) ao (à):

SERVIDOR (A):	Judas Tadeu Alves dos Santos			
CARGO:	Prefeito Municipal			
MATRÍCULA:	1120379			
DOCUMENTOS:	**CPF: XXX.598.714-XX**	**RG: X.580.XXX SSP/RN**		
LOTADO (A):	Gabinete do Prefeito			
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 h			
HORARIO DA VOLTA	15:00 h			
TIPO DE TRANSPORTE:	Aéreo			
OBJETIVO DA VIAGEM				
VIAGEM ADMINISTRATIVA Á BRASILIA/DF,PARACUMPRIMENTO DA AGENDA INSTITUCIONAL, DE 07 A 10 DE JULHO DE 2025, JUNTO AOS MINISTÉRIOS, DA EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL PALÁCIO DO PLANALTO E GABINETE DOS PARLAMENTARES, COM O OBJETIVO DE TRATAR QUESTÕES ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CAICÓ.				
Conforme solicitação da Secretaria: Gabinete do Prefeito.				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
3,5 Diárias	Brasília/DF	07 de julho de 2025 a 10 de julho de 2025	C/pernoite 1.200,00 S/pernoite 600,00	4.200,00

Importa a quantia de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:172F75CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 576 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V, de conformidade com o Ofício nº 305/2025 - SEMTHAS;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros, abaixo, para compor a Comissão de Elaboração, Captação, Monitoramento, Avaliação de Projetos e Parcerias Institucionais, em nosso município.

Priscilla Brandão de Medeiros;
Bruno Elismar dos Santos;
Janaina Christine Azevedo Uchôa Braga;
Maria Raphaela Cristiny de Oliveira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:17EE9A9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 574 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2025.05.21.0001;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses, a funcionária, **MARCIANA FÉLIX DA SILVA**, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1.4159/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:CE6095FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 575 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 306/2025 - SEMTHAS;

R E S O L V E:

Art. 1° - Tornar sem efeito, a Portaria nº 481/2024, de 23 de agosto de 2024, que designou os membros para compor o Serviço Especializado em Abordagem Social no Município de Caicó/RN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:749484F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 577 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V, de conformidade a **Lei n° 4.263 de 06 de dezembro de 2007**, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e ainda com o Ofício nº 304/2025 - SEMTHAS;

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** os membros abaixo para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD.**

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

A - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: ISADORA MEDEIROS DA COSTA
Suplente: IZAYANE RAFAELY DE ARAÚJO TERTULIANO

B - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: ANNA BEATRIZ SOUZA OLIVEIRA
Suplente: LUCIENE LUCENA DE ARAÚJO

C - Representante da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

Titular: RAYANNE DAS CHAGAS SANTOS NERI
Suplente: ALCIONY RÉGIA SOARES SANTOS

D - Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Titular: GEOVANY SILVA DE MEDEIROS
Suplente: VANDERSON DIAS DE ARAÚJO

E - Representante do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Titular: ANA PAULA DE SENA CUNHA
Suplente: GILBERTO COSTA DE ARAÚJO

F - Representante da 10ª Diretoria Regional de Educação Cultura e Desporto - 10ª DIRED

Titular: GISONALDO ARCANJO DE SOUSA
Suplente: GIULIANA CRISTINA ARAÚJO DE AZEVEDO

2- REPRESENTANTES DE ORGÃNIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

A - Representante das pessoas com Deficiência Auditiva

Titular: CLAUDIANE DOS SANTOS VASCONCELOS
Suplente: WALLISON LUCAS FREITAS DA SILVA

B - Representante das pessoas com Deficiência Visual

Titular: RAIMUNDA BRAGA DOS SANTOS
Suplente: JOSÉ CARLOS ROBERTO XAVIER

C - Representante das pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Múltiplos

Titular: SAUDERES DE OLIVEIRA VALE DANTAS DE SOUZA
Suplente: DEILTON BRITO DE MEDEIROS

D - Representante das pessoas com Deficiência Física

Titular: PALLOMA LETYCIA SANTOS DA SILVA
Suplente: PALOMA MARIA DA SILVA PEREIRA

E - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Titular: RAQUEL PEREIRA GURGEL SILVA DE OLIVEIRA
Suplente: RALINA FERNANDES SANTOS DE FRANÇA MEDEIROS

F - **Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RN - LOCAL**

Titular: SILVANO SANTOS FILHO
Suplente: ELÍSIO PEREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Portaria nº 537/2025, 06 de junho de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:5073BA25

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000028/2025
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.358.723/0001-79. CONTRATADA: RF

SEGURANÇA DO TRABALHO E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS, inscrita no CNPJ sob nº. 24.505.516/0001-56. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E ENGENHARIA DO TRABALHO PARA ASSESSORIA E ENVIO MENSAIS DOS EVENTOS DE SST DO ESOCIAL.. VALOR DO CONTRATO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil oitocentos reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 de julho de 2025 a 02 de julho de 2026. DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2025.

Município de Campo Redondo/RN -
RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO **-**
Prefeito Municipal /

RF Segurança do Trabalho e Soluções Empresariais -
RAFAEL FÁGNE DA SILVA **–**
Representante Legal

Publicado por:
Aluisio Eloi Rodrigues Junior
Código Identificador:AD1FB5BC

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000001/2021

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 044/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.161.234/0001-22. CONTRATADA: LA ENGENHARIA E LOCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 24.621.931/0001-75. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 044/2021. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 21/07/2025 a 20/07/2026. DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2025. MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN -

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO **-**
Prefeito Municipal /

LA Engenharia e Locações EIRELI -
JOSÉ LUIZ DA SILVA ANDRADE **-**
Sócio Diretor

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:74875E20

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 510.006/2023

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 039/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.161.234/0001-22. CONTRATADA: CDH - CENTRO DE DIAGNOSTICO HUMANO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.666.364/0001-66. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 039/2023. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 23 DE JUNHO DE 2025 à 22 DE JUNHO DE 2026. DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2025. MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN - RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO - Prefeito Municipal / CDH - CENTRO DE DIAGNOSTICO HUMANO LTDA - GLEIDE MARIA DA SILVA MEDEIROS - Representante Legal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:75BDFCE0

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000001/2022

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 032/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.358.723/0001-79. CONTRATADA: EP CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 40.118.098/0001-09. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 032/2022. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 15/06/2025 a 14/06/2026. DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2025. MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN - RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO - Prefeito Municipal / EP CONSTRUÇÕES LTDA - ELTON ANTUNES DE ARAÚJO PEREIRA - Representante Legal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:54E3EAD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2022 ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA BARROS, MARIZ & REBOUÇAS ADVOGADOS, CNPJ: 09.199

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Jurídica **BARROS, MARIZ & REBOUÇAS ADVOGADOS, inscrito CNPJ: 09.199.046/0001-56**, sediada rua Nelson Geraldo Freire n° 1567, Lagoa Nova, CEP: 59.064-160, Natal/RN, neste ato representado pela Sr. **GABRIELLA MELO DE SOUZA RODRIGUES REBOUÇAS BARROS**, brasileira, casada, advogada, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x73-ITEP/RN e inscrito no CPF sob nº 050.xxx.xxx-94, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a renovação de prazo, com escopo no inciso II, art 57 da Lei nº 8.666/93, que tem como objeto a contratação de escritório de advocacia destinado à prestação de consultoria e assessoria jurídica, notadamente concernente aos serviços de elaboração de estudos jurídicos para implantação de programa de aposentadoria incentivada dos servidores municipais: elaboração de estudos jurídicos para criação de agencia de desenvolvimento municipal: treinamento dos servidores e organização jurídica para implantação do protocolo e procedimentos para o passo a passo do processo administrativo municipal: pareceres e consultoria técnico-jurídico na área administrativa. com meios para qualificação capacitação dos funcionários em gestão pública e emissão de pareceres nas impugnações e recursos apresentados em processos licitatório e em casos específicos solicitados pelo gabinete do gestor (art. 13, i e ii n° 8.666/93); assessoramento e consultoria específica junto às recomendações expedidas pelos órgãos de fiscalização, na área de convênios federais e estaduais, como prestações de contas do município até a vigência final do presente contrato; detalhamento específicos na elaboração de projetos de lei, decretos e outros provimentos regulamentares, inclusive como minutar mensagens, sanções e vetos governamentais; advocacia pública junto aos tribunais estaduais, federais e superiores em questão de interesse do município que envolva demandas de profundo conhecimentos jurídicos e elevada expertise, em conjunto com procuradoria do municipio, dando complementação técnica e especializada.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado,

conforme inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 001/2022 a Inexigibilidade De Licitação Nº 016/2022 - Processo Administrativo n° 531008/2022 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Caraúbas/RN, 04 de julho de 2025.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Barros, Mariz & Rebouças Advogados
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***GABRIELLA MELO DE SOUZA RODRIGUES REBOUÇAS BARROS***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:4D73C999

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 655/2025- GP, DE 04 DE JULHO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a existência de cargos vagos, pela Lei Complementar Municipal 40/2023, que criam e dispõe sobre os cargos públicos de provimento efetivo vinculados ao quadro de pessoal do MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS;
CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público promovido pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN, conforme o Edital nº. 001/2023 – EDITAL nº. 01/2023 PREFEITURA / CÂMARAS MUNICIPAIS DO SERIDÓ;
CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada nos termos da Portaria nº 454/2025, de 22 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 16/05/2025. Edição 3538;
CONSIDERANDO a existência de cargo no Anexo I do quadro geral de cargos permanentes da Lei Complementar 49/2025.
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear **WHABSON KAIO SOARES DOS SANTOS** para ocupar o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** deste Município, sob Regime Jurídico Estatutário, nos termos da Lei Municipal 423 de 30 de maio de 2001**.**

Art. 2º. A posse dos nomeados realizar-se-á no dia 07 de julho de 2025, às 8h30min, na Rua Juvenal Lamartine, 200, Bairro Centro, Carnaúba dos Dantas/RN, respeitando-se o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação.

Art. 3º. Nos termos do Edital do Concurso público os nomeados terão até a data da posse para apresentar a desvinculação definitiva de algum outro órgão ao qual estavam vinculados.

Art. 4º. O empossado entrará em exercício imediato posteriormente à assinatura do termo de posse, respeitando a validação da documentação exigida para a posse.

Art. 5º. O empossado que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado do cargo.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 04 de julho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:18F3B8FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 657/2025- GP, DE 04 DE JULHO DE 2025

"Dispõe sobre concessão de licença prêmio a Servidores Municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carnaúba dos Dantas/RN,
CONSIDERANDO a Art. 108 e Art. 109 do Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas.
CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 03/07/2025.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a Servidora **MARIA DE FÁTIMA DANTAS**, matrícula nº 49, ocupante do cargo efetivo de Professora, Licença – Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – no período de 07/07/2025 a 04/10/2025, referente ao período aquisitivo de 01/04/2008 a 31/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 04 de junho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:F5A03A75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 656/2025- GP, DE 04 DE JULHO DE 2025

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 01/07/2025.

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder a **RIADLEY DANTAS DE ARAÚJO** matrícula 18133, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG, da Secretaria Municipal de Tributação e Fiscalização, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 05/07/2025 a 19/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2024 a 05/07/2025.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Palácio Valdemar Cândido de Medeiros de Carnaúba dos Dantas/RN, em 04 de julho de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Matrícula 1067

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:9B0ABA19

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.165 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.165 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Yuri Nogueira da Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Lavanderia**, junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:34E434CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.166 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.166 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Cláudio José Gonçalves Oliveira**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Setor da Agricultura Familiar**, junto **à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:727EB95F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.167 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.167 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Hudson Caetano Bezerra**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Setor da Agricultura Familiar**, junto **à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8C40BE06

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.168 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.168 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Eriberto Ananias dos Santos**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Setor da Agricultura Familiar**, junto **à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5FA78A8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.169 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.169 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Mariene Nascimento de Souza**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Fiscalização**, junto **à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:18FB997F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.170 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.170 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Matheus de Santana Rodrigues**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Apoio Administrativo**, junto **à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A1628403

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.171 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.171 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Maria de Lurdes dos Santos Praxedes do Nascimento**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Proteção e Defesa do Consumidor**, junto **à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C9EBA728

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.172 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.172 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Gildezia Maria de Souza**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor da Secretaria Executiva**, junto **à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:6D183AAC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.173 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.173 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Ana Beatriz Correia da Fonseca**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador Administrativo de Recursos Humanos**, junto **à Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:183D6F37

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.174 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.174 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Luzia Vital da Silva, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7D3697EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.175 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.175 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Wesley David Moura Pereira, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Transporte, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4E8B8062

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.176 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.176 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Suzete Efigênia da Silva, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Admissão e Processos de Pessoal, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5CD91920

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.177 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.177 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Iran Marques de Araújo, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Departamento de Gestão de Veículos e Abastecimento, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E9DFDBBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.178 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.178 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Hilderica da Conceição Farias, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor Administrativo e Financeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F0DB5ACF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.179 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.179 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Damião dos Santos Silva**, do cargo de provimento em comissão de **Assessor Especial Geral**, junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:FED463B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.180 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.180 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Damião dos Santos Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador Administrativo de Transporte**, junto **à Secretaria Municipal de Educação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:AB439330

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.181 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 2.181 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonera **Vinicius Matheus Alves da Silva**, do cargo de provimento em comissão de **Coordenador Administrativo de Licitações e Contratos**, junto à **Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo-se seus efeitos a 30 de junho de 2025.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E26917EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.182 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 2.182 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Maria do Socorro Oliveira da Luz**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador Administrativo de Licitações e Contratos**, junto à **Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:0A3DAB86

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.183 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.183 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Anna Margarida da Cruz Brandão do Nascimento, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gestor da Divisão de Recursos Humanos, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5DC9A454

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.184 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.184 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luciana Costa de Mendonça, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Limpeza, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7B88BFE6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.185 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.185 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luciana de Lima Clemente, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Atenção Básica, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D9ED2286

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.186 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.186 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Saynara Tavare4s Nunes, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Nutrição, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:ACC77CFE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.187 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.187 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Adalberto da Silva Segundo, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Serviços Gerais, junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5063691B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.188 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.188 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria Eduarda Teixeira Varela, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Saúde Bucal, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:877F8D14

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.189 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 2.189 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonera **Edileide Leite Rodrigues**, do cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Divisão de Manutenção dos Cemitérios Massaranduba**, junto **à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:68C70C29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.190 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.190 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aldilene Silva de Souza Nascimento, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado de Divisão de Manutenção dos Cemitérios Massaranduba, junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F31BEE2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.191 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 2.191 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e Lei Municipal nº 2.302/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonera **João Batista Gomes**, do cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor do Ginásio**, junto à **Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F45ACF38

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.192 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.192 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Ulisses Lucas Modesto Melo Feitos**a, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor do Ginásio**, junto **à Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:89BB3D13

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.193 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.193 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Maelia Gonzaga Maciel Santiago**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Organização de Eventos**, junto **à Secretaria Municipal de Cultura e Eventos.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D6A62489

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.194 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.194 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **João Maria Gomes Barbosa**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Departamento de Compras**, junto **à Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:52A3F399

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.195 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.195 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

Dispõe sobre a cessão do servidor à Câmara Municipal de Ceará-Mirim, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o servidor **CARLOS AUGUSTO DE MEDEIROS**, matrícula nº 091090-1, à Câmara Municipal de Ceará-Mirim, com ônus para o Município, no período de **05 de março de 2025 a 31 de dezembro de 2025**.

Art. 2º A presente cessão tem seus efeitos **retroativos a 05 de março de 2025**, conforme solicitação e tramitação constante nos autos do processo administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na forma do artigo anterior.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C453C7F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.196 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.196 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

Dispõe sobre a cessão do servidor FERNANDO DA SILVA DIAS para a Prefeitura Municipal de Barcelona/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Ceder o servidor **FERNANDO DA SILVA DIAS**, matrícula nº 0062057-1, ocupante do cargo de **Agente Administrativo**, para exercer suas funções junto à **Prefeitura Municipal de Barcelona/RN**, pelo prazo de **02 (dois) anos**, **sem ônus para o Município de Ceará-Mirim/RN**, com efeitos **retroativos a 01 de fevereiro de 2025**.

Art. 2º A cessão será regida pelas normas da legislação vigente, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante interesse da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos conforme disposto no art. 1º.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:626175CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.197 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.197 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Manoel Daniel de Lima para a Função de Confiança FC5, junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 20 de maio de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D328F90C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.198 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.198 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Paula de Morais Nogueira para a Função de Confiança FC5, junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 20 de maio de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:AFC4DE88

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.199 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.199 DE 04 DE JULHO DE 2025**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Designar Walter Venâncio da Silva para a Função de Confiança FC5, junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 20 de maio de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2E0BE99A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.200 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.200 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Clodoneide Alves Barbosa, como membro da Comissão de Acumulação de Cargos Públicos, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:06018704

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.201 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.201 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Marcela Tatiana Silva, como membro da Comissão de Acumulação de Cargos Públicos, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:37E088DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.202 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.202 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Latecio Otaviano de Oliveira, como membro da Comissão de Acumulação de Cargos Públicos, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EC982FA1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.203 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.203 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Antonia Mileidy da Cruz Cocentino dos Santos, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9DEBE5FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.204 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.204 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear Andreza Lisboa Pereira, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:210767BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.205 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.205 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Rosilda Firmino de Oliveira Rocha, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A7E557F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.206 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.206 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Maria Neta Andrade da Silva, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D09A7714

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.207 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.207 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Paulo Sergio Garcia de Araújo, como membro da Comissão de ITIV'S, junto a Secretaria Municipal de Tributação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:0C334E8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.208 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.208 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Adylson Morais Gomes, como membro da Comissão de ITIV'S, junto a Secretaria Municipal de Tributação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:FC1866A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.209 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.209 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Rosania Bezerra da Cruz, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:0D2A5616

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.210 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.210 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Antonio Clemilson da Silva, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:FC23C7E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.211 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.211 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Any Thuely Nascimento de Moura, como membro da Comissão de Analise e avaliação habitacional e Regularização Fundiária, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:14E5655E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2.212 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N.º 2.212 DE 04 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Otávio PimentelFilho, como membro da Comissão de Analise e avaliação habitacional e Regularização Fundiária, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4B77D411

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2.213 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 2.213 DE 04 DE JULHO DE 2025.

Concede diárias a servidor para participação em evento interestadual.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **10 (dez) diárias** ao servidor **Antônio Santana de Lima**, lotado na **Secretaria Municipal de Cultura e Eventos**, para custear despesas durante sua participação na **25ª Feira Nacional de Negócios de Artesanato – FENEARTE**, que ocorrerá no período de **09 a 20 de julho de 2025**, na cidade de **Olinda/PE**.

Art. 2º O servidor referido neste artigo representará oficialmente o Município de Ceará-Mirim no evento, tendo como objetivo acompanhar as novas tendências e técnicas do artesanato nacional, com vistas à aplicação de tais conhecimentos nos projetos culturais e artesanais locais, contribuindo para o desenvolvimento cultural do município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7348CC9D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.214 DE 04 DE JULHO DE 2025

PORTARIA Nº 2.214 DE 04 DE JULHO DE 2025

A Secretária Municipal do Gabinete do Prefeito de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art.1°. Conceder a(o) servidor(a) **João Batista lima de Souza** - Matrícula nº **001309-1**, categoria funcional de **Fiscal de Tributo**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Tributação, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao **1º** período aquisitivo, a contar de 22/05/2025 a 19/08/2025.
Art.2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de maio de 2025.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Ceará-Mirim/RN, 04 de julho de 2025.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:28A74CCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2025

CONTRATANTE: Município de Ceará-Mirim - inscrito no CNPJ sob n° 08.004.061/0001-39;

CONTRATADO: LUZIA DA CRUZ SOARES, inscrita no CPF nº 720.759.XXX-72;

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO RUA VEREADOR EUCLIDES CAVALCANTE, Nº 231, CENTRO, CEP 59.575-000 CEARÁMIRIM/RN, DESTINADO Á INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

VALOR GLOBAL: O valor total do presente contrato é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este contrato está inexigível de licitação de acordo com o artigo 74, V, caput, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, conforme processo de inexigibilidade nº 071/2025.

ASSINATURAS:

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA - P/ Contratante;
LUZIA DA CRUZ SOARES - P/ Contratada.

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:779E0BAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2025 – INEXIGIBILIDADE 032/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1506/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** PRMUSIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.908.217/0001-01. **OBJETO:** contratação de show musical com o artista "PAULO RICARDO" no dia 01 de agosto de 2025 (sexta-feira), para a programação da "XXI FESTIVAL DE INVERNO DE CERRO CORÁ/RN" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 032/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1506/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 02 de julho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Paulo Medeiros – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:5B40B921

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2025 – INEXIGIBILIDADE 033/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1507/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** GERACAO PRODUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.839.992/0001-00. **OBJETO:** contratação de show musical com o artista "GERALDO AZEVEDO" no dia 02 de agosto de 2025 (sábado), para a programação da "XXI FESTIVAL DE INVERNO DE CERRO CORÁ/RN" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 033/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1507/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 23 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Emilia Barros Veras – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:16C1960D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2025 – INEXIGIBILIDADE 034/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1508/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** V B SANTOS ENTRETENIMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.388.469/0001-04. **OBJETO:** contratação de show musical com o artista "WALKYRIA SANTOS" no dia 02 de agosto de 2025 (Sábado), para a programação da "XXI FESTIVAL DE INVERNO DE CERRO CORÁ/RN" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 033/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1507/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 25 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Valkiria Bezerra dos Santos – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:816D92A2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2025 – INEXIGIBILIDADE 035/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1509/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26. **CONTRATADA:** ACONCHEGO EDICOES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.571.808/0001-08. **OBJETO:** contratação de show musical com o artista "NANDO CORDEL" no dia 01 de agosto de 2025 (sexta-feira), para a programação da "XXI FESTIVAL DE INVERNO DE CERRO CORÁ/RN" neste município de Cerro Corá/RN, tudo de acordo com as condições e valores constantes na proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante do Processo Administrativo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **PROCESSO:** Inexigibilidade 035/2025 (Processo/PMCC/RN nº 1509/2025). **DATA DA ASSINATURA:** 27 de junho de 2025. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua assinatura. **VALOR DO CONTRATO**: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). **SIGNATÁRIOS:** Maciel dos Santos Freire – pela Contratante e Josilene Menezes dos Santos – pela Contratada.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:1A2A4C25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 481//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:
Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **03 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:C80C441B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 482/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: 523.953.754-20, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **04 de junho de 2025**, acompanhar a paciente **M. C. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no HUAB/UFRN – Hospital Universitário Ana Bezerra –- Praça Tequinha Farias, 13 - Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:D065773F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 483/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.
RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **04 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **M. J. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:8E7B64B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 484//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **05 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:DC41C298

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 485/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: 465.820.614-53, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **05 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **M. L. B** encaminhada para realização de procedimento especial na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (Meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:7A90910F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 486/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Rui Soares de Brito,** matricula nº. 0004774 – Motorista – N4E, CPF: 289.095.004-25, a concessão de **01 (Uma)** diária com pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **06 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **F. J. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – Avenida Salgado Filho – Tirol – Natal/RN – CEP: 59015-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais)**, correspondente a **01 (Uma)**, diária com pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:AD97EC2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 488//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **07 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:2E593CB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 489/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.
RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: 523.953.754-20, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **07 de junho de 2025**, acompanhar a paciente **V. V. M. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no HUAB/UFRN – Hospital Universitário Ana Bezerra –- Praça Tequinha Farias, 13 - Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:98E6D272

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 493//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **10 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:FC613C4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 494/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Rui Soares de Brito,** matricula nº. 0004774 – Motorista – N4E, CPF: 289.095.004-25, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no dia **10 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **F. A. M** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Hospital Regional do Seridó – Telecila Freitas Fontes – Estrada do Perímetro Irrigado do Sabugi s/n - Paulo VI – Caicó/RN – CEP: 59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:C3B3A92F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 496/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: 523.953.754-20, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **11 de junho de 2025**, acompanhar a paciente **V. J. S. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no HUAB/UFRN – Hospital Universitário Ana Bezerra –- Praça Tequinha Farias, 13 - Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:FF4B68EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 497/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **11 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **M. J. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:7954F389

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 498//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **12 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:651543AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 499/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Rui Soares de Brito,** matricula nº. 0004774 – Motorista – N4E, CPF: 289.095.004-25, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **12 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **E. F. C** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Hospital da Policia Militar – Avenida Prudente de Morais 1291 – Tirol – Natal/RN – CEP: 59020-400.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta em reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:473CD514

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 501/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: 465.820.614-53, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Caicó/RN, no dia **12 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **M. M. S** encaminhado (a) para realização de Procedimentos (tratamento) especial no Hospital Regional do Seridó – Telecila Freitas Fontes – Estrada do Perímetro Irrigado do Sabugi s/n - Paulo VI – Caicó/RN – CEP:59300-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**, correspondente a **1/2 (Meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:6F08E77E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 507//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **14 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:4B2C73AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 508/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: 523.953.754-20, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **15 de junho de 2025**, acompanhar a paciente **A. C. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no HUAB/UFRN – Hospital Universitário Ana Bezerra –- Praça Tequinha Farias, 13 - Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:DFCEF8C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 509/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: 465.820.614-53, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **16 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **V. M. T. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (Meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:8A88AEE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 511//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **17 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:7A8C1D91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 513/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **18 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **M. J. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:CA4C039B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 516//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **19 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:2C523EA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 518/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Rui Soares de Brito,** matricula nº. 0004774 – Motorista – N4E, CPF: 289.095.004-25, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **20 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **M. M. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos (**t**ratamento) especiais no Hospital do Coração – Rua Coronel Auris Coelho 235 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59075-050.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta em reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:5446EEA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 519//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **21 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:C507152B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 520//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **24 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:500F875D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 523/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: 523.953.754-20, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **25 de junho de 2025**, acompanhar a paciente **C. F. C** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no HUAB/UFRN – Hospital Universitário Ana Bezerra –- Praça Tequinha Farias, 13 - Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:F514D305

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 524/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **25 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **M. J. S** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:B20E5F42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 525/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Rui Soares de Brito,** matricula nº. 0004774 – Motorista – N4E, CPF: 289.095.004-25, a concessão de **01 (uma)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **25 de junho de 2025**, conduzindo (Buscar e ou pegar), a paciente **I. S. S** que se encontrava de alta medica do Hospital Memorial São Francisco – Avenida Governador Juvenal Lamartine 979 – Tirol – Natal/RN – CEP: 59022-020.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais)**, correspondente a **01 (uma)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:5FC967CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 526//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **26 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:47E5EF7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 527/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: 465.820.614-53, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **27 de junho de 2025**, conduzindo a paciente **F. S. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (Meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:C83FEB21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 528//2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva,** matricula nº. 0003239 – Motorista – N4F, CPF: 750.632.044-49, **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **28 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **J. F. S** encaminhado para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:625D80AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 533/2025/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: 465.820.614-53, a concessão de **01 (Uma)** diária com pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **30 de junho de 2025**, conduzindo o paciente **M. R. D** encaminhado (a) para realização de procedimentos especiais no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – Avenida Senador Salgado Filho, s/n – Tirol - Natal/RN – CEP: 59015.000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais)**, correspondente a **01 (Uma),** diária com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:F1915BCA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 01/2025 - PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORONEL EZEQUIEL/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 001/2025.

PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORONEL EZEQUIEL/RN.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legais através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, atendendo ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, em consonância com o Decreto Nº 12/2025, de 12 de junho de 2025, torna público o Edital do Processo de Eleições para escolha de diretores e vice-diretores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Coronel Ezequiel/RN – Gestão 2025/2027, conforme as normas estabelecidas neste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º A escolha de Diretores e Vice-diretores para as unidades escolares municipais dar-se-á mediante análise dos critérios técnicos de mérito e desempenho.
Art. 2º O interessado em se candidatar para a função de diretor e vice-diretor deverá preencher os critérios exigidos nos termos deste Edital.
Art. 3º Os interessados a função de diretor e vice-diretor concorreram aos respectivos cargos para a Rede Municipal de Ensino, podendo ser lotados em qualquer das unidades escolares municipais.
Art. 4º A seleção para provimento do cargo de diretor e vice-diretor das escolas públicas municipais, considerando-se a aptidão para a liderança e as habilidades gerencias necessárias ao exercício do cargo, será realizada em etapas, sendo elas:
I – 1ª Etapa: inscrição junto à Secretaria Municipal de Educação, contendo documentação comprobatórias de escolaridade relativa à formação em pedagogia ou especialização, mestrado ou doutorado na área da Educação; comprovação de experiência profissional em atividades educacionais; apresentação de plano de gestão;
II – 2ª Etapa: divulgação, por meio da Comissão Eleitoral, das inscrições deferidas e indeferidas;
III – 3ª Etapa: análise dos recursos interpostos, primando pela clareza, isonomia e equidade, além de observar o princípio da legalidade e da impessoalidade no processo de análise;
IV – 4ª Etapa: organizar e realizar as entrevistas com os(as) candidatos(as) classificados(as);
V – 5ª Etapa: emitir e enviar o resultado final do processo de seleção para divulgação.

II – DAS INSCRIÇÕES
Art. 5º As inscrições serão realizadas na sede da Secretaria Municipal de Educação, entre os dias 09 e 11 de julho de 2025, das 8h às 12h.
Art. 6º Para concorrer ao cargo, o candidato deve atender aos seguintes requisitos técnicos, conforme disposto no Decreto Nº 12/2025, de 12 de junho de 2025, que estabelece critérios para o processo de gestão democrática da Rede Municipal de Ensino de Coronel Ezequiel:
I – possuir formação em pedagogia ou especialização, mestrado ou doutorado na área de educação;
II – estar no uso das atribuições do cargo;
III – comprovação de experiência profissional em atividades educacionais;
IV – não possuir registro de penalidade em procedimento administrativo disciplinar;
V – possuir disponibilidade de gerenciar a escola nos turnos de funcionamento da unidade, cumprindo as 30 (trinta) horas semanais de trabalho;
VI – apresentação, no ato da inscrição, do Plano de gestão, cuja finalidade será a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na unidade escolar a ser dirigida;
Art. 7º Para concorrer à função de diretor e vice-diretor das unidades escolares da Rede Municipal, os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:
I – cópia dos documentos pessoais: CPF, cédula de identidade e comprovante de endereço;
II – comprovante de regularidade eleitoral emitido pelo site oficial do Tribunal Superior Eleitoral;
III – certidão de antecedentes criminais emitida pelo site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Rio Grande do Norte;
IV – diploma de graduação em pedagogia ou especialização, mestrado ou doutorado na área de educação;
V – formulário de inscrição disponível na Secretaria Municipal de Educação;
VI – plano de gestão;
VII – declaração de próprio punho assumindo o compromisso de dedicação, bem como compromisso e responsabilidade nos âmbitos pedagógico e administrativo durante a vigência do mandato.
VIII – ter experiência em atividades pedagógicas.
Art. 8º O Plano de Gestão deverá conter:
I – objetivos e metas para a melhoria da unidade escolar, incluindo os índices de ensino e aprendizagem;
II – estratégias para o fortalecimento da participação da comunidade no cotidiano da escola, acompanhando e avaliando as ações pedagógicas e administrativas.
Art. 9º É vedada a participação no processo eleitoral do professor que:
I – tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;
II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;
III – esteja sob processo de sindicância;
IV – esteja inadimplente junto ao Tribunal de Justiça.

III – DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS
Art. 10º A relação dos candidatos aptos a participarem do processo eleitoral, será divulgada no dia 15 de julho de 2025, em mural da Secretaria Municipal de Educação, assim como no sítio eletrônico oficial, Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias Sociais Oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Coronel Ezequiel/RN.
Art. 11º Em caso de indeferimento da inscrição, caberá recurso à Comissão Eleitoral no prazo de 2 (dois) dias úteis, que serão recebidos na Secretaria Municipal de Educação, das 8h às 12h.

IV – DA ENTREVISTA
Art. 12º O(a) candidato(a) classificado(a) será submetido(a) a uma entrevista a ser realizada pelos membros da comissão eleitoral organizadora e executora do processo de seleção de Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar, cuja pontuação implicará no resultado final.
Art. 13º Na entrevista serão abordados os seguintes tópicos:
I – liderança na gestão ou direção escolar;
II – responsabilidade administrativa referente à organização escolar;
III – entendimento da gestão democrática na escola;
IV – entendimento da gestão pedagógica e curricular na escola;
V – entendimento sobre a aplicação adequada dos recursos financeiros destinados à escola;
VI – entendimento sobre a gerência e o zelo do patrimônio da escola;
VII – conduta ética na relação interpessoal e profissional;
VIII – proatividade na resolução de conflitos.

V – DOS CRITÉRIOS PARA PREENCHIMENTO E PERMANÊNCIA NO CARGO

Art. 14º O(a) Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar selecionado e posteriormente designado cumprirá o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por no máximo, igual período, desde que observado o cumprimento das metas estabelecidas no respectivo Plano de Gestão devidamente corroborado pela comunidade escolar.

Parágrafo único. Em caso de vacância ou renúncia ao cargo, o Chefe do Poder Executivo nomeará profissional que atenda aos requisitos previstos neste decreto para um mandato-tampão.

Art. 15º A melhoria dos indicadores educacionais, tais como: índice de aprovação e reprovação de aluno, índice de evasão e abandono escolar, índice de distorção idade/ano escolar, indicadores de avaliação interna e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, serão considerados indicadores para a permanência e/ou continuidade do(a) Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar na ocupação do cargo.

Art. 16º As metas estabelecidas no Plano de Gestão serão verificadas anualmente, e o IDEB será analisado conforme as realizações e publicações dos resultados divulgados pelo INEP.

Art. 17º O(a) Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar será auxiliado por ocupante do cargo de Coordenação Pedagógica, sendo este de livre nomeação por parte do Chefe do Poder Executivo.

VI – DO LOCAL E DATA DA ENTREVISTA

Art. 18º A entrevista será realizada no dia 23 de julho de 2025, das 8h às 12h, na sede da Secretaria Municipal de Educação.

VII – ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ELEITORAL E PROCEDIMENTOS DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Art. 19º A Comissão Eleitoral constituída pela Portaria Nº 139/2025, de 13 de junho de 2025, terá, dentre outras atribuições, a de:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato pela comunidade;

II – divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;

III – receber os pedidos de impugnação por escrito relativos aos candidatos ou ao processo de análise junto à Secretaria Municipal de Educação;

IV – elaborar o edital de seleção para o cargo de Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar, contendo os critérios técnicos de mérito e desempenho;

V – organizar o material de inscrição dos pretendentes ao cargo, com orientações claras e transparentes, evitando informações ambíguas e conflitantes;

VI – analisar a documentação dos candidatos(as) inscritos(as) no processo de seleção, registrando as devidas observações e emitindo parecer de forma conjunta;

VII – enviar para publicação o resultado preliminar;

VIII – analisar os recursos interpostos, primando pela clareza, isonomia e equidade, além de observar o princípio da legalidade e da impessoalidade no processo de análise;

IX – organizar e realizar as entrevistas com os(as) candidatos(as) classificados(as);

X – emitir e enviar o resultado final do processo de seleção, após avaliar todos os recursos;

XI – manter as documentações relativas ao processo devidamente organizadas e arquivadas.

Art. 20º Será eleito o candidato que obtiver maior nota conforme requisitos do anexo I.

Art. 21º Na ocorrência de empate, será considerado eleito o candidato que:

I – Tenha o maior tempo de Experiências em atividades administrativas educacionais e/ou pedagógicas.

Art. 22º Concluído os trabalhos, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da Comissão Eleitoral todo material será entregue à Secretaria Municipal de Educação que arquivará todo processo.

VIII – CRONOGRAMA

Art. 23º As etapas previstas para a execução do processo seletivo serão realizadas nas datas descritas abaixo, podendo sofrer alterações, caso haja necessidade.

ETAPAS	**DATA**
Publicação do edital	05/07/2025
Período da inscrição	09/07/2025 à 11/07/2025
Publicação homologação das inscrições	15/07/2025
Período de Interposição de Recursos	16/07/2025 à 17/07/2025
Publicação das inscrições homologadas	21/07/2025
Análise de Currículo	23/07/2025
Entrevista	24/07/2025
Resultado Preliminar	25/07/2025
Período de Interposição de Recursos	25/07/2025 à 28/07/2025
Resultado final da seleção	30/07/2025
Publicação e portaria de nomeação	31/07/2025

IX– DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24º Poderão participar do processo de seleção de Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar, profissionais da educação básica, efetivo ou temporário, em exercício ou aqueles que, comprovadamente, tenham experiência profissional, desde que atendam aos requisitos mínimos exigidos para a participação na seletividade.

Parágrafo Único: As remunerações dos Gestores selecionados pelo presente Edital, terão por base as normas já especificadas na legislação municipal vigente.

Art. 25º É de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a realização da transmissão do cargo ao eminente diretor que deve ser empossado em cerimonial realizado em até 10 (dez) dias após a eleição.

Art. 26º As escolas que participarão do processo eleitoral estão listadas no anexo III deste edital.

Art. 27º Ao candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidades no desenvolvimento do processo eleitoral, será facultado dirigir representação por escrito à Comissão Eleitoral, a qual deverá reunir-se e tomar providências cabíveis imediatamente.

Art. 28º A classificação final, será em ordem crescente segundo a pontuação obtida, nos critérios descritos nos Anexos I e II, num total máximo de 100 pontos.

Art. 29º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 30º O eleito ao tomar posse assinará termo de responsabilidade de gestão.

Art. 31º Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Coronel Ezequiel/RN, 04 de julho de 2025.

ELIZETE DANTAS DA SILVA FARIAS
Secretária Municipal de Educação

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Para realização da inscrição do cargo de diretor(a) e vice-diretor(a) das unidades escolares do município de Coronel Ezequiel/RN, entende-se como experiência comprovada os seguintes pontos:

I – Graduação em Pedagogia; (5 pontos)

II – Especialização, mestrado ou doutorado na área em educação; (10 pontos)

III – Plano de gestão, (10 pontos) e;

IV – Comprovação de experiência profissional através de declaração comprobatória. (1 pontos a cada ano), num total máximo de 15 pontos.

ANEXO II

Tópicos abordados na entrevista:

TÓPICOS	PONTUAÇÃO
Liderança na Gestão ou Direção Escolar	5 Pontos
Responsabilidade Administrativa Referente à Organização Escolar	5 Pontos
Entendimento da Gestão Democrática na Escola	5 Pontos
Entendimento da Gestão Pedagógica e Curricular da Escola	5 Pontos
Entendimento sobre a aplicação adequada dos Recursos Financeiros destinados à Escola	10 Pontos
Entendimento sobre a gerência e o Zelo do Patrimônio da Escola	10 Pontos
Conduta Ética na Relação Interpessoal e Profissional	10 Pontos
Proatividade na Resolução de Conflitos	10 Pontos

ANEXO III

Escolas da Rede Municipal de Ensino a serem atendidas pelo presente Edital.

ESCOLAS	**CARGOS DISPONÍVEIS**

Centro Municipal de Ens. Infantil Mundo Mágico	1 (um) Diretor
Escola Municipal Manoel Cassimiro Gomes	1 (um) Diretor e 1 (um) vice
Escola Municipal José Pedro de Farias	1 (um) Diretor
Escola Municipal Sebastião Constantino Dantas	1 (um) Diretor
Escola Municipal Nelson Solon de Farias	1 (um) Diretor

ELIZETE DANTAS DA SILVA FARIAS
Secretária Municipal de Educação

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:7417749E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
PORTARIA DE Nº 140/2025

Portaria nº. 140/2025 Cel. João Pessoa/RN, em 04/07/ 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CEL. JOÃO PESSOA (RN), no uso das suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a **L**ei **O**rgânica do **M**unicípio- **LOM**, e em conformidade com o Arst. 64 e 65 da Lei Municipal de Nº 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. - Conceder a ***Sr. CARLOS HENRIQUE ALVES REGO*** Matrícula/portaria nº. 130945-5 (Cargo) SECRETARIO DE FINANÇAS deste município, 02 (DUAS) diária ao custo unitário de **R$ 300,00** para custear despesas com alimentação, estadia, durante o período de 01.07.2025 a 02.07.2025 para que a mesma possa dirigir-se a Pau dos ferro -RN
Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE CUMPRA-SE

Cel. João Pessoa/RN, 04/07/2025.

MARIA DE FATIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:92C8701F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
PORTARIA DE Nº 141/2025

Portaria nº 141/2025

Cel. João Pessoa/RN, em 04/07 /2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CEL. JOÃO PESSOA (RN), no uso das suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a **L**ei **O**rgânica do **M**unicípio- **LOM**, e em conformidade com Arts. 64 e 65 da Lei Municipal de nº 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. - Conceder a ***Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA,*** Matrícula / Port. 012/2024 (CARGO) EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇOES, 02 (DUAS) diária **ao** custo unitário de **R$ 200,00** para custear despesas com alimentação, estadia, durante o período de 01/07/2025 a 02.07.2025, para que a mesma possa dirigir-se a PAU DOS FERROS -RN

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Cel. João Pessoa/RN, **em 04/07/2025.**

MARIA DE FATIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:1DDC2A7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
PORTARIA DE Nº 142/2025

Portaria nº 142/2025

Cel. João Pessoa/RN, em 04/07 /2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CEL. JOÃO PESSOA (RN), no uso das suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a **L**ei **O**rgânica do **M**unicípio- **LOM**, e em conformidade com Arts. 64 e 65 da Lei Municipal de nº 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. - Conceder a ***Sr. KENELLY ROBSON DE SOUZA,*** Matrícula nº. Port. 130916-1 (Cargo) CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE, 02 (DUAS) **diária** ao custo unitário de **R$ 200,00** para custear despesas com alimentação, estadia, durante o período de 01/07/2025 a 02.07.2025, para que a mesma possa dirigir-se a PAU DOS FERROS -RN

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Cel. João Pessoa/RN, **em 04/07/2025.**

MARIA DE FATIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:DD77F126

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 042/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 042/2025, Processo Licitatório nº. 104/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da 23.676.704 ALAN DE MELO TRINDADE**,** inscrita no CNPJ: **23.676.704/0001-84,** qual é a representante exclusiva do artista, no valor de **R$ 6.500,00 (**Seis mil e quinhentos reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – ALAN PERSA**, para apresentação no dia 10 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura

e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:09AC3EA8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 043/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 043/2025, Processo Licitatório nº. 105/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da 13.003.102 CARLOS ALEXANDRE DE MELO BEZERRA**,** inscrita no CNPJ: **13.003.102/0001-02,** qual é a representante exclusiva do artista, no valor de **R$ 7.000,00 (**Sete mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – CARLOS ALEXANDRE JR**, para apresentação no dia 11 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:8104029F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 044/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 044/2025, Processo Licitatório nº. 106/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da M L PARAGUAI**,** inscrita no CNPJ: **42.038.011/0001-00,** qual é a representante exclusiva do artista, no valor de **R$ 10.000,00 (**dez mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – MESSIAS PARAGUAI E BANDA**, para apresentação no dia 11 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:80B9DB9B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 045/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 045/2025, Processo Licitatório nº. 107/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da BANDA GRAFITH PRODUCOES E PROMOCOES ARTISTICAS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **05.088.013/0001-88,** qual é a representante exclusiva da banda, no valor de **R$ 120.000,00 (**Cento e vinte mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – BANDA GRAFITH**, para apresentação no dia 12 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:E1E60E22

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 046/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 046/2025, Processo Licitatório nº. 108/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da MARCIA A FENOMENAL SHOWS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **22.413.698/0001-00,** qual é a representante exclusiva da cantora, no valor de **R$**

250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – MARCIA FELLIPE**, para apresentação no dia 16 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:83A9CF79

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 047/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 047/2025, Processo Licitatório nº. 109/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da FM PRODUCOES E EVENTOS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **45.226.544/0001-04,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 200.000,00 (**Duzentos mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – MIKAEL SANTOS**, para apresentação no dia 16 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:C578D89F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 048/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 048/2025, Processo Licitatório nº. 110/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da VD EDICOES MUSICAIS E SHOWS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **42.746.402/0001-80,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 150.000,00 (**Cento e cinquenta mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – THALES PLAY**, para apresentação no dia 16 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:DCE99AB8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 049/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 049/2025, Processo Licitatório nº. 111/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da JONAS ESTICADO GRAVACOES & EDICOES MUSICAIS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **21.939.747/0001-80,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 200.000,00 (**Duzentos mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – JONAS ESTICADO**, para apresentação no dia 17 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:CA87BBF7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 050/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 050/2025, Processo Licitatório nº. 112/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da SD PRODUCOES E EVENTOS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **28.214.459/0001-07,** qual é a representante exclusiva da Banda, no valor de **R$ 350.000,00 (**Trezentos e cinquenta mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – BANDA SEU DESEJO**, para apresentação no dia 17 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:74FB0592

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 051/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 051/2025, Processo Licitatório nº. 113/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da ATHENAS PRODUCOES LTDA**,** inscrita no CNPJ: **21.718.917/0001-04,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 60.000,00 (**sessenta mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – TONNY FARRA**, para apresentação no dia 17 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:5C279826

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 052/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 052/2025, Processo Licitatório nº. 114/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **17.985.184/0001-99,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 200.000,00 (**Duzentos mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – BANDA LUAN E FORRÓ ESTILIZADO**, para apresentação no dia 18 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:63A66648

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 053/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 053/2025, Processo Licitatório nº. 115/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **23.626.845/0001-92,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 60.000,00 (**sessenta mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – BANDA RAYNEL GUEDES**, para apresentação no dia 18 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:D5A39C20

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 054/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 054/2025, Processo Licitatório nº. 116/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da SAIA RODADA PROMOCOES ARTISTICAS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **05.323.996/0001-90,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 350.000,00 (**Trezentos e cinquenta mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para as festividades alusivas à Padroeira do Município - Nossa Senhora dos Remédios – BANDA SAIA RODADA**, para apresentação no dia 18 de outubro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:03882572

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 055/2025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 055/2025, Processo Licitatório nº. 117/2025, fundamentada no Art. 74, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, para a contratação da ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA**,** inscrita no CNPJ: **23.626.845/0001-92,** qual é a representante exclusiva do cantor, no valor de **R$ 400.000,00 (**quatrocentos mil reais**)**, referente à **Contratação dos serviços artísticos de apresentação musical para a festividade alusiva a Emancipação Política do Município – BANDA ZEZO**, para apresentação no dia 24 de novembro de 2025.

Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado artista, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:8889EAA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 165/2025-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Cícero Damião Felix Aciole.
Cargo /Função: Motorista.
Quantidade: 6 (seis) ½ (meias) diárias.
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 23, 24, 26, 27, 28, 30 de junho de 2025
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagens a Natal/RN, com a finalidade de transportar pacientes.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 03 de julho de 2025

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:D4935C2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 166/2025-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Cícero Damião Felix Aciole.

Cargo /Função: Motorista.
Quantidade: 3 (três) ½ (meias) diárias.
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 01,03, 04 de julho de 2025
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagens a Natal/RN, com a finalidade de transportar pacientes.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 03 de julho de 2025

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:02EF3C07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2025-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Luiz Roberto da Silva
Cargo /Função: Motorista.
Quantidade: ½ (meia) diária
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 28 de junho de 2025
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem a Natal/RN, com a finalidade de transportar paciente.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 03 de julho de 2025

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:0D623425

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 168/2025-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Luiz Roberto da Silva
Cargo /Função: Motorista.
Quantidade: ½ (meia) diária
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 02 de julho de 2025
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem a Natal/RN, com a finalidade de transportar paciente.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 03 de julho de 2025

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:3A5EBB55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2025-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Darci Pereira de Medeiros
Cargo /Função: Delegada do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte
Quantidade: 3 (três) diárias
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 03,04,05 de julho de 2025
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem à Natal/RN para participar da 5º CESTT – Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Rio Grande do Norte.
(x) Diária com pernoite
( ) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 03 de julho de 2025

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:3A6759F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
PORTARIA Nº 170/2025-SMAT

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, Estado do Rio Grande do Norte, no usando das atribuições legais que lhe são conferidos pelo Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal em conformidade com a Lei nº 1.195 de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal Nº 1290 de 27 de março de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo indicado, a (s) diária (s) correspondente (s) para pagamento de despesa com estadia e alimentação quando em deslocamento a serviço deste Município no período citado.

Agente Político ou Servidor: Luiz Roberto da Silva
Cargo /Função: Motorista.
Quantidade: ½ (meia) diária
Destino: Natal/RN
Data do Afastamento: 04 de julho de 2025
Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento: Viagem a Natal/RN, com a finalidade de transportar paciente.
( ) Diária com pernoite
(x) Diária sem pernoite

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta/RN, 04 de julho de 2025

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito de Cruzeta/RN

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:34342256

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025.

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da ComissãoPermanente de Licitação - CPL, referente aoPregão Eletrônico nº **90014/2025**, que tem por objeto o **registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (hortifrúti),** realizada em 03 de abril de 2025 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

J F COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – Inscrita no CNPJ: 56.776.548/0001-82, saiu vencedora nos itens:

Item 01 pelo valor unitário de R$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) e quantidade de 10.000 unidades;
Item 02 pelo valor unitário de R$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) e quantidade de 3.000 quilos;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) e quantidade de 20.000 quilos;
Item 04 pelo valor unitário de R$ 12,37 (doze reais e trinta e sete centavos) e quantidade de 8.000 quilos;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 24,90 (vinte e quatro reais e noventa centavos) e quantidade de 1.500 quilos;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) e quantidade de 20.000 quilos;
Item 09 pelo valor unitário de R$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) e quantidade de 2.000 quilos;
Item 10 pelo valor unitário de R$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos) e quantidade de 10.000 quilos;
Item 11 pelo valor unitário de R$ 4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos) e quantidade de 600 quilos;
Item 12 pelo valor unitário de R$ 4,42 (quatro reais e quarenta e dois centavos) e quantidade de 9.000 quilos;
Item 14 pelo valor unitário de R$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos) e quantidade de 10.000 quilos;
Item 19 pelo valor unitário de R$ 19,00 (dezenove reais) e quantidade de 1.000 quilos;
Item 20 pelo valor unitário de R$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos) e quantidade de 1.500 quilos;
Item 21 pelo valor unitário de R$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) e quantidade de 1.000 quilos;
Item 22 pelo valor unitário de R$ 4,79 (quatro reais e setenta e nove centavos) e quantidade de 10.000 quilos;
Item 23 pelo valor unitário de R$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) e quantidade de 300 quilos;
Item 24 pelo valor unitário de R$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos) e quantidade de 600 quilos;
Item 25 pelo valor unitário de R$ 4,79 (quatro reais e setenta e nove centavos) e quantidade de 2.000 quilos;
Item 26 pelo valor unitário de R$ 1,90 (um real e noventa centavos) e quantidade de 10.000 quilos;
Item 27 pelo valor unitário de R$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) e quantidade de 15.000 quilos;
Item 28 pelo valor unitário de R$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos) e quantidade de 800 quilos;
Item 29 pelo valor unitário de R$ 5,24 (cinco reais e vinte e quatro centavos) e quantidade de 300 quilos;
Item 31 pelo valor unitário de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos) e quantidade de 300 quilos;
Item 32 pelo valor unitário de R$ 16,95 (dezesseis reais e noventa e cinco centavos) e quantidade de 100 quilos;
Item 33 pelo valor unitário de R$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos) e quantidade de 100 quilos.

L S MOURA DISTRIBUIDORA LTDA – Inscrita no CNPJ: 30.386.911/0001-60, saiu vencedora nos itens:

Item 05 pelo valor unitário de R$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos) e quantidade de 1.500 unidades;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) e quantidade de 6.000 quilos;
Item 15 pelo valor unitário de R$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos) e quantidade de 1.000 quilos;
Item 17 pelo valor unitário de R$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) e quantidade de 400 unidades;
Item 34 pelo valor unitário de R$ 5,98 (cinco reais e noventa e oito centavos) e quantidade de 12.000 quilos.

SUPERMERCADO ALTERNATIVO LTDA - Inscrita no CNPJ: 10.822.501/0001-07, saiu vencedora nos itens:

Item 13 pelo valor unitário de R$ 1,24 (um real e vinte e quatro centavos) e quantidade de 1.000 unidades;
Item 16 pelo valor unitário de R$ 1,81 (um real e oitenta e um centavos) e quantidade de 600 unidades;
Item 18 pelo valor unitário de R$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) e quantidade de 2.000 unidades;
Item 30 pelo valor unitário de R$ 5,49 (cinco reais e quarenta e nove centavos) e quantidade de 300 quilos.

Currais Novos/RN, 02 de julho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por Incorreção*

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:59FC5E6E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação- CPL, referente aoPregão Eletrônico nº 90021/2025, que tem por objeto a **Aquisição de Gêneros Alimentícios de Panificação**, realizada em 16 de junho de 2025 (segunda-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

RENASCER PANIFICADORA LTDA, CNPJ 52.360.506/0001-05, saiu vencedor(a) nos itens:

Item 01 pelo valor unitário de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) e a quantidade de 500 unidades;
Item 02 pelo valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e a quantidade de 1.000 unidades;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e a quantidade de 1.000 unidades;
Item 04 pelo valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e a quantidade de 1.000 unidades;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e a quantidade de 6.000 unidades;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 7,95 (sete reais e noventa e cinco centavos) e a quantidade de 1.000 pacotes;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 19,00 (dezenove reais) e a quantidade de 800 quilogramas;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 8,95 (oito reais e noventa e cinco centavos) e a quantidade de 3.300 quilogramas;
Item 09 pelo valor unitário de R$ 8,95 (oito reais e noventa e cinco centavos) e a quantidade de 15.000 quilogramas;
Item 10 pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais) e a quantidade de 1.000 quilogramas;
Item 11 pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais) e a quantidade de 1.000 quilogramas;
Item 12 pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais) e a quantidade de 1.000 quilogramas;
Item 13 pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais) e a quantidade de 1.000 quilogramas;
Item 14 pelo valor unitário de R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 2.000 pacotes;
Item 15 pelo valor unitário de R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 1.000 pacotes;
Item 16 pelo valor unitário de R$ 34,50 (trinta e quatro reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 1.000 quilogramas.

Currais Novos/RN, 27 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:B87714C6

GABINETE DO PREFEITO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA Nº 17/2025

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS E A LIGA DESPORTIVA CULTURAL CURRAISNOVENSE – LDCC.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN**, COM SEDE À PRAÇA DEZ. TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ N° 08.109.126/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, O SR. **LUCAS GALVÃO DA CRUZ**, BRASILEIRO, CASADO, BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, RESIDENTE À RUA MANDACARU, Nº 80, CONDOMÍNIO PARQUE BREJUÍ, BAIRRO PARQUE DAS PEDRAS, CURRAIS NOVOS/RN, INSCRITO NO CPF Nº 057.782.584-45, COMO **CONCEDENTE**, E DE OUTRO LADO, A **LIGA DESPORTIVA CULTURAL CURRAISNOVENSE – LDCC**, ASSOCIAÇÃO PRIVADA, INSCRITA NO CNPJ Nº **08.108.839/0001-50**, SITUADA NO ESTADIO MUNICIPAL CORONEL JOSÉ BEZERRA, S/N, CENTRO, CURRAIS NOVOS/RN, REPRESENTADA NESTE ATO POR SEU PRESIDENTE, O SR. **MANOEL GALDINO SOARES**, BRASILEIRO, INSCRITO NO CPF/MF N° ***.669.914-**, DORAVANTE DENOMINADA DE **CONVENIADA**, COM BASE NO INCISO XXI, DO ART 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI 14.133/2021, RESOLVEM CONVENIAR-SE MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Este Convênio tem por objetivo o repasse financeiro para a **LIGA DESPORTIVA CULTURAL CURRAISNOVENSE – LDCC**, com o intuito de apoiar e incentivar a realização do "Campeonato Municipal de Futebol Amador" no município de Currais Novos. Esta Campeonato tem como finalidade a criação de oportunidade para a prática esportiva por meio de campeonatos para as equipes amadoras nas modalidades de futebol de campo, futsal, master, categorias de base, tanto do feminino e masculino, permitindo que todos tenham acesso as práticas desenvolvidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES
O valor do presente convênio será de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), pago em parcela única de acordo com o Plano de Trabalho, em conta bancária de titularidade da conveniada, com a finalidade exclusiva de movimentação do recurso do convênio.
Parágrafo Único – as DESPESAS decorrentes deste convênio são as constante na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025, aprovada para o Município de Currais Novos/RN, e será levado a débito na **Unidade Orçamentária:** 02.001 Gabinete do Prefeito – **Ação:** 2121 Convênios com Entidade do Município de Currais Novos, **Natureza: 3.3.90.41** – Contribuições, Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
Este convênio terá vigência com início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA
Constituem obrigações da Conveniada:

I. Para igual propósito mencionado na Cláusula Primeira, a CONVENIADA se compromete a aplicar os recursos repassados por esta municipalidade em atividades descritas no Plano de Trabalho;
II. Fornecer a infraestrutura necessária à realização dos procedimentos conveniados, dentro das normas e padrões estabelecidos;
III. Apresentar prestação de contas do recurso dentro da vigência do convênio. Sendo este item critério para a viabilidade de uma possível renovação do convênio, em caso de aprovação da prestação de contas;
IV. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos integrantes deste processo.
Parágrafo Único: A prestação de contas referente ao recebimento do recurso financeiro deverá ocorrer por meio de notas fiscais emitidas em nome da CONVENIADA, seguido do seu comprovante de pagamento com as informações compatíveis com a nota fiscal, em conformidade com o Decreto nº 4.924/2020 e a IN CGM nº 001/2025. Quaisquer outros documentos ou comprovantes não serão considerados válidos para fins de reconhecimento da utilização do recurso, bem como, o mesmo deverá ser utilizado conforme o plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE
Constituem obrigações da convenente:
I. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
II. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades;
III. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre o **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS** e a **LIGA DESPORTIVA CULTURAL CURRAISNOVENSE – LDCC.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO
O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes conveniadas, mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
A CONCEDENTE providenciará a publicação deste convênio, por extrato em veículo oficial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Currais Novos/RN, para nele se dirimirem todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas com entendimento direto das partes CONVENIADAS, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que seguem assinadas pelas testemunhas, que a tudo assistiram e atestam

Currais Novos/RN, 04 de julho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal
Município de Currais Novos

MANOEL GALDINO SOARES
Presidente
Liga Desportiva Cultural Curraisnovense – LDCC

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:88E3EC8C

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA AO EDITAL Nº 08/2025 - CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais, considerando a publicação do EDITAL Nº 08/2025, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em 24 de junho de 2025, Edição 3565, RESOLVE retificar o presente Edital:

ONDE LÊ-SE:

Art.6º. DO CRONOGRAMA

LEIA-SE:

Art.6º. DO CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA/PERÍODO
Apresentação de documentos	08/07/2025 a 21/07/2025
Divulgação dos candidatos aptos	22/07/2025
Recurso contra inaptidão	25/07/2025 a 29/07/2025
Resultado dos Recursos	01/08/2025
Divulgação do agendamento da Perícia Médica Oficial	11/08/2025 a 15/08/2025
Período previsto para perícia	18/08/2025 a 22/08/2025
Divulgação dos candidatos aptos a nomeação	28/08/2025

Prefeitura Municipal de Currais Novos-RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 04 de julho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A646C50A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 63/2025

OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços de locação de pranchão, estrutura móvel composta por palco elevado, sistema de sonorização de alta potência, iluminação profissional, camarim, gerador integrado, com cavalo mecânico e combustível inclusos.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2025 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
JANAÍNA G. DA SILVA -ME, CNPJ 17.252.037/0001-00, saiu vencedor (a) no item:
Item 01 pelo valor unitário de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e a quantidade de 03 diárias.

VIGÊNCIA: 07/07/2025 até 06/07/2026.

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:15DE3872

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 60/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
CNPJ: 05.340.639/0001-30.

Considerando o Contrato Administrativo n° 411/2022, oriundo da Adesão n° 01/2025 à Ata de Registro de Preços n° 117/2022, resultante do Pregão Eletrônico SRP n° 028/2021, promovido pelo Município de Guarantã do Norte/MT, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob o n° 05.340.639/0001-30.

Considerando os apontamentos realizados pelo POSTO GALVÃO, CNPJ° 29.856.682/0001-10.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, para que em até 05 (cinco) preste esclarecimentos acerca dos apontamentos que resultaram na suspensão do fornecimento de combustível à Prefeitura de Currais Novos/RN.

Currais Novos/RN, 27 de julho de 2025

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretaria Municipal de Administração

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0151A707

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CANCELAMENTO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N°01/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 56, inciso V;

Considerando o princípio da autotutela da Administração de rever os seus atos e revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, e que a revogação pode perfazer-se por meio de outro ato administrativo auto executável;

Considerando o teor do Ofício nº 101/2025/SECULT, de 11/06/2025, protocolizado sob o nº 13.709/2025;

RESOLVE:
Art. 1º. **TORNAR SEM EFEITO** o Termo de Execução Cultural n° 01/2025, concedida a proponente **Édilla Juliana de Macedo Diniz**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 19/06/2025. Edição 3562.

Art. 2º. Esta Publicação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Currais Novos/RN, 04 de julho de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:DA79B60F

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 242/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3948/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 60.797.824 MANUEL SILVANO DA SILVA, CNPJ Nº 60.797.824/0001-66, para prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, no período de 11 de junho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, com valor de R$ 123,11 (cento e vinte e três reais e onze centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 180 diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 13677/2025.
Currais Novos, 11 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal.

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:DA9D2B7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 248/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3.872/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa CENTRO DE CITOPATOLOGIA GINECOLOGICA E MAMARIA LTDA, CNPJ: 04.547.167/0001-28, para prestação de serviços compreendendo a análise de exames Citopatológicos e Anatomopatológicos, no período de 02 de junho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, com valor de R$ 13,72 (treze reais e setenta e dois centavos) a prestação de serviço de Exame citopatológico cérvico - vaginal/microflora, obedecendo ao limite máximo de 1.050 serviços; com valor de R$ 14,37 (quatorze reais e trinta e sete centavos) a prestação de serviço de Exame citopatológico cérvico vaginal/microflora-rastreamento, obedecendo ao limite máximo de 2.450 serviços de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 12.517/2025.

Currais Novos, 02 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:72B7059C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 253/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3.874/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa LAC- LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CITOLÓGICAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 09.142.263/0001-00, para prestação de serviços compreendendo a análise de exames Citopatológicos, no período de 02 de junho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, com valor de R$ 13,72 (treze reais e setenta e dois centavos) a prestação de serviço de Exame citopatológico cérvico - vaginal/microflora, obedecendo ao limite máximo de 1.050 serviços; com valor de R$ 14,37 (quatorze reais e trinta e sete centavos) a prestação de serviço de Exame citopatológico cérvico vaginal/microflora-rastreamento, obedecendo ao limite máximo de 2.450 serviços de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 12.514/2025.

Currais Novos, 02 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9430FCD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 254/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 3.870/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa JATOBA LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGIA E CITOLOGIA LTDA, CNPJ: 11.823.880/0001-12, para prestação de serviços compreendendo a análise de exames citopatológicos e anatomopatológicos, no período de 02 de junho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, com valor de a prestação de serviços de Exame citopatologico cervico-vaginal/microflora no valor unitário de R$ 13,72 (treze reais e setenta e dois centavos) obedecendo ao limite máximo de 1.050 serviços; a prestação de serviços de Exame citopatologico cervico vaginal/microflora-rastreamento no valor unitário de R$ 14,37 (quatorze reais e trinta e sete centavos) obedecendo ao limite máximo de 1.050 serviços; a prestação de serviços de Exame citopatologico de mama no valor unitário de R$ 35,34 (trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos) obedecendo ao limite máximo de 420 serviços; a prestação de serviços de Imunohistoquimica de neoplasias malignas (por marcador) no valor unitário de R$ 131,52 (cento e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) obedecendo ao limite máximo de 210 serviços; a prestação de serviços de Exame de citologia (exceto cervico-vaginal) no valor unitário de R$ 20,96 (vinte reais e noventa e seis centavos) obedecendo ao limite máximo de 70 serviços; a prestação de serviços de Exame anatomopatológico do colo uterino-peça cirúrgica no valor unitário de R$ 61,77 (sessenta e um reais e

setenta e sete centavos) obedecendo ao limite máximo de 210 serviços; a prestação de serviços de Exame anatomopatológico para congelamento/parafina por peça cirúrgica ou por biopsia (exceto colo uterino e mama) no valor unitário de R$ 53,59 (cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos) obedecendo ao limite máximo de 700 serviços; a prestação de serviços de Exame anatomopatológico de mama – biopsia no valor unitário de R$ 45,83 (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) obedecendo ao limite máximo de 70 serviços; a prestação de serviços de Exame anatomopatológico de mama - peça cirúrgica no valor unitário de R$ 61,77 (sessenta e um reais e setenta e sete centavos) obedecendo ao limite máximo de 70 serviços; a prestação de serviços de Exame anatomopatológico do colo uterino – biopsia no valor unitário de R$ 40,78 (quarenta reais e setenta e oito centavos) obedecendo ao limite máximo de 350 serviços, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 12.512/2025.

Currais Novos, 02 de junho de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:AFB9342B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 291/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO (A): CLINICA ESPAÇO VIVA LTDA-ME S/C, CNPJ: 22.336.511/0001-11.
OBJETO: prestação de serviços de Fisioterapia Ambulatorial.
VALOR: a prestação de serviço de ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS, pelo valor unitário de R$ 20,03 (vinte reais e três centavos) obedecendo ao limite máximo de 240 serviços; a prestação de ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM DISTÚRBIO NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS, pelo valor unitário de R$ 21,00 (vinte e um reais) obedecendo ao limite máximo de 240 serviços; a prestação de serviços de ATENDIMENTO FISIOTERAPÉUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS pelo valor unitário de R$ 22,86 (vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) obedecendo ao limite máximo de 1.600 serviços; a prestação de serviços de ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS pelo valor unitário de R$ 20,60 (vinte reais e sessenta centavos) obedecendo ao limite máximo de 1.600 serviços; a prestação de serviços de ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÈMICAS pelo valor unitário de R$ 31,61 (trinta e um reais e sessenta e um centavos) obedecendo ao limite máximo de 240 serviços; a prestação de serviços de ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR pelo valor unitário de R$ 23,25 (vinte e três reais e vinte e cinco centavos) obedecendo ao limite máximo de 240 serviços.
VIGENCIA: 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:4FEBB3FB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO.

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 2024.0035, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NOS SISTEMAS SIASUS, CNES E DEMAIS SISTEMAS DO SUS, QUALIFICANDO ASSIM OS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA SAÚDE PÚBLICA DE DOUTOR SEVERIANO/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA M Z SANTOS.

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, onde de um lado, como **CONTRATANTE**, o Município de Doutor Severiano/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 08.355.489/0001-26, com sede Rua Padre Tertuliano, 23 – Centro – Doutor Severiano/RN, representada neste ato pela Excelentíssima Senhora Prefeita Maria de Fátima Leite Gonçalves, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa M Z SANTOS, inscrita no CNPJ Nº 22.675.331/0001-64, com sede Rua Doutor Raimundo Diogenes S. Paiva, 718, Princesinha Do Oeste, Pau dos Ferros/RN, CEP Nº 59.900-000, representado nesse ato por Maria Zeneide da Silva Nascimento dos Santos, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, originário do Termo de Inexigibilidade de Licitação, objeto do Processo do Presente Processo Administrativo regido pelas Cláusulas e pelos preceitos de Direito Público da Lei das Licitações Consolidadas, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:
Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 2024.0035, celebrado entre o Município de Doutor Severiano/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano – RN, e do outro lado a empresa M Z SANTOS, inscrita no CNPJ Nº 22.675.331/0001-64, com sede Rua Doutor Raimundo Diogenes S. Paiva, 718, Princesinha Do Oeste, Pau dos Ferros/RN, CEP Nº 59.900-000, com o objetivo de alterar a Cláusula V do Termo Contratual, de acordo com os termos do art. 106 da Lei nº 14.133/21 para que o contratado continue prestando os serviços cujo objeto estar presente no processo de Inexigibilidade 013/2024.

CLÁUSULA 2ª - DOS PRAZOS:
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 2024.0035, por mais 12 (meses), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 3ª - DA BASE LEGAL:
A celebração deste Aditivo, ao Contrato nº. 2024.0035, está previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato Nº 2024.0035, celebrado em 03 de julho de 2024.
E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Doutor Severiano - RN, em 03 de julho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeitura Municipal de Doutor Severiano.
C.N.P.J.: 08.355.489/0001-26

MARIA ZENEIDE DA SILVA NASCIMENTO DOS SANTOS
M Z Santos
CNPJ Nº 22.675.331/0001-64

TESTEMUNHAS:

_____
CPF:

_____
CPF:

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:D3035A5F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO.

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 2024.0027, CONTRATAÇÃO DE CARTÓRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TAIS COMO: REGISTROS DE ATAS, RECONHECIMENTO DE FIRMAS, AUTENTICAÇÕES E DEMAIS DEFINIÇÕES, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA DOUTOR SEVERIANO CARTORIO UNICO OFICIO DE NOTAS.

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, onde de um lado, como **CONTRATANTE**, o Município de Doutor Severiano/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 08.355.489/0001-26, com sede Rua Padre Tertuliano, 23 – Centro – Doutor Severiano/RN, representada neste ato pela Excelentíssima Senhora Prefeita Maria de Fátima Leite Gonçalves, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa DOUTOR SEVERIANO CARTÓRIO ÚNICO OFICIO DE NOTAS, inscrita no CNPJ nº 08.392.136/0001-04, com endereço na Rua Padre Tertuliano, Centro, Doutor Severiano/RN, CEP nº 59910-000, representado nesse ato por Francisco Samuel Guimarães Barbosa, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, originário do Termo de Inexigibilidade de Licitação, objeto do Processo do Presente Processo Administrativo regido pelas Cláusulas e pelos preceitos de Direito Público da Lei das Licitações Consolidadas, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:
Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 2024.0027, celebrado entre o Município de Doutor Severiano/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano – RN, e do outro lado a empresa DOUTOR SEVERIANO CARTÓRIO ÚNICO OFICIO DE NOTAS, inscrita no CNPJ nº 08.392.136/0001-04, com endereço a Rua Padre Tertuliano, Centro, Doutor Severiano/RN, CEP nº 59910-000, com o objetivo de alterar a Cláusula V do Termo Contratual, de acordo com os termos do art. 106 da Lei nº 14.133/21 para que o contratado continue prestando os serviços cujo objeto estar presente no processo de Inexigibilidade 010/2024.

CLÁUSULA 2ª - DOS PRAZOS:
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 2024.0027, por mais 12 (meses), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 3ª - DA BASE LEGAL:
A celebração deste Aditivo, ao Contrato nº. 2024.0027, está previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato Nº 2024.0027, celebrado em 17 de junho de 2024.
E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Doutor Severiano - RN, em 16 de junho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeitura Municipal de Doutor Severiano.
C.N.P.J.: 08.355.489/0001-26

FRANCISCO SAMUEL GUIMARÃES BARBOSA
Doutor Severiano Cartório Único Oficio De Notas
CNPJ nº 08.392.136/0001-04

TESTEMUNHAS:

_____
CPF:

_____
CPF:

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:F44BCF0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
027/2025

OBJETO: Contratação de gráfica para confeccionar materiais.
A Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidos, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃO para atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas, e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no Art. 75, II, da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende as finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Doutor Severiano – RN, 04 de julho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:1A36FE87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
033/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de link de internet, para atender a necessidade do Município.

A Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidos, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃO para atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas, e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no Art. 75, II, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende as finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Doutor Severiano – RN, 04 de julho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:597BEDD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Prezado (a) Senhor (a),

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO - RN convoca a proponente GERSON SAMUEL ALMEIDA LIRA - CNPJ: 12.113.424/0001-41. Para assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação na modalidade Dispensa nº 027/2025.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Doutor Severiano - RN, 04 de julho de 2025.

VÉRCIA LOPES MORAIS SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:21A0C84A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS - SAAE
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO/RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO/RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2024/04-001

1º ADITIVO à Ata de Registro de Preços n. 2024/04-001, celebrada entre o Serviço Autônomo De Água e Esgotos – SAAE, e a empresa 4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA.

O Serviço Autônomo De Água e Esgotos – SAAE, com sede na Rua João Nogueira de Souza, 45A, Centro, Dr. Severiano/RN, CEP: 59910.000, inscrito no CNPJ sob o nº 28.716.476/0001-42, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, sob as condições estabelecidas, neste ato representado pelo Senhor Francisco Edson da Silva, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Doutor Severiano – RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa (s) vencedora (s): 4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA - CNPJ: 50.207.491/0001-14, com sede na Rua Cônego Ismar Fernandes, 071, Centro, Doutor Severiano/RN, neste ato representada por seu Procurador/Sócio Administrador, Sr. Cicero Freire de Queiroz, portador do CPF nº: 009.147.024-24, doravante, denominada FORNECEDORA, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fazer manutenção nos veículos maquinas e equipamentos do Serviço Autônomo de Águas e Esgoto deste município, desta ata, referente a Dispensa de Licitação 04/2024, mediante as cláusulas a seguir:

DO OBJETO

Cláusula primeira.
Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n. 2024/04-001 por 1 (um) ano.

DA PRORROGAÇÃO

Cláusula segunda.
Fica prorrogada até 13 de junho de 2026 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.

§ 1º – Os valores e quantitativos registrados poderão ser ajustados conforme o previsto na Lei nº 14.133/2021, observadas as condições legais e as necessidades do SAAE.
§ 2º – Fica assegurado à FORNECEDORA o direito de solicitar o reajuste de preços nos termos da legislação vigente, especialmente conforme os índices ou critérios estabelecidos para o reajuste durante a execução da Ata, observando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DA RATIFICAÇÃO
Cláusula terceira.
Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 2024/04-001, que não foram modificadas por este Termo Aditivo, permanecendo em pleno vigor e efeito, conforme estabelecido na Ata original.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula quarta.
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE providenciará a publicação deste aditivo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – (FEMURN).

Doutor Severiano - RN, 13 de junho de 2025.

Órgão Gerenciador:

FRANCISCO EDSON DA SILVA
Serviço Autônomo de água e Esgotos – SAAE
CNPJ Nº: 28.716.476/0001-42
Contratante

Fornecedor:

4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 50.207.491/0001-14
Contratada (o)

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:241C75F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 090501/2025

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 090501/2025

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 090501/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada na assessoria e consultoria na Regularização das obrigações decorrentes do Termo de Adesão do Município ao SNHIS Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Encanto/RN **pelo valor de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)** em favor da empresa IMOB JUS CONSULTORIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA LTDA

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 16 de maio de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 090501/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08050014/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 090501/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: IMOB JUS CONSULTORIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada na assessoria e consultoria na Regularização das obrigações decorrentes do Termo de Adesão do Município ao SNHIS Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Encanto/RN
VALOR TOTAL: R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 16 de maio de 2025
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA - Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:60993533

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E LAZER
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 040701/2025

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 040701/2025

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 040701/2025, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa para confecção de bolas padronizadas para as atividades da Secretaria de Esporte, Turismo e Laser desse Município de Encanto RN. **pelo valor de R$ 13.482,00 (treze mil e quatrocentos e oitenta e dois reais),** em favor da empresa IND. E COM, DE BOLAS E CHUTEIRAS CARREIRO LTDA

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 4 de julho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 040701/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0407010001/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 040701/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: IND. E COM, DE BOLAS E CHUTEIRAS CARREIRO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para confecção de bolas padronizadas para as atividades da Secretaria de Esporte, Turismo e Laser desse Município de Encanto RN.
VALOR TOTAL: R$ 13.482,00 (treze mil e quatrocentos e oitenta e dois reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 4 de julho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:765D7AD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E LAZER
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 040702/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04070002/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040702/2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 040702/2025

*O **PREFEITO MUNICIPAL DE ENCANTO/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e A organização e inscrição da Copa Playboy Sport Nosso Atacarejo de Futsal 2025 é realizada exclusivamente pela empresa/entidade promotora do evento, sendo ela a única detentora do direito de inscrição de equipes, conforme documentação e regulamento apresentados. Portanto, por inexistência de concorrência possível para a inscrição da equipe, resta caracterizada a inviabilidade de competição, o que justifica a inexigibilidade da licitação.;*

Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de R$ R$ 700,00 (setecentos reais), correspondentes à INSCRIÇÃO DE EQUIPE MUNICIPAL DO ENCANTO NA COPA PLAYBOY SPORT NOSSO ATACAREJO DE FUTSAL 2025., conforme especificações constantes da Proposta Orçamentária.
A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no i Art. 74, III, e da lei 14.133/21 e alterações subseqüentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74.*É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
....

III*- contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
;
e)*patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação dos serviços ora pretendida deve ser efetuada diretamente à empresa J & D ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME - CNPJ: 10.933.739/0001-00, com sede na RUA PRAÇA DA MATRIZ, 122, Centro, Pau dos Ferros/RN, compreendendo todos os serviços inerentes na proposta de preço.

ENCANTO/RN, 4 de julho de 2025

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:EAFBC2ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00013/2025 ADIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Equador manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que

objetiva: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de decoração e locação de materiais, para eventos oficiais de pequeno, médio e grande porte a serem realizados pela Prefeitura Municipal Equador e suas Secretarias. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN, ou acessando: http://equador.rn.gov.br/. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas **até o dia 07 de Julho de 2025**, **até as 17:00** horas, e que poderão ser encaminhadas pelo e-mail: licitacaoequador@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.
Equador - RN, 30 de Junho de 2025

NATALIA ROBERTA DE SOUZA SILVA -
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:CA697AEA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO COMPRA DIRETA Nº 00006/2025

OBJETO: SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE 07 FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÓNICAS INCLUSO APARELHO TELEFONICOS, PARA CADA LINHA (COM CONFIGURAÇÃO MINIMA DE: 128GB; MEMORIA RAM 4GB, TELA MINIMA 6"; + PACOTES DE DADOS, LIGAÇÃO LIVRES PARA TODO O BRASIL PARA LINHAS DE QUALQUER OPERADORA E CHIPS INCLUSOS. FUNDAMENTO LEGAL: COMPRA DIRETA nº 00006/2025, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04.122.0002.2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390.39 outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: 30 de junho de 2026..PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1CD06/2025 – 04/07/2025 – CLARO S/A. CN´J 40.432.544/0001-47 - R$ 7.560,00.

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:5217368D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO COMPRA DIRETA Nº 00007/2025

OBJETO: SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE 05 FORNECIMENTO DE LINHAS TELEFÓNICAS INCLUSO APARELHO TELEFONICOS, PARA CADA LINHA (COM CONFIGURAÇÃO MINIMA DE: 128GB; MEMORIA RAM 4GB, TELA MINIMA 6"; + PACOTES DE DADOS, LIGAÇÃO LIVRES PARA TODO O BRASIL PARA LINHAS DE QUALQUER OPERADORA E CHIPS INCLUSOS. FUNDAMENTO LEGAL: COMPRA DIRETA nº 00007/2025, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04.122.0002.2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 1.500,0000 Recursos não Vinculados de Impostos (LIVRE) 3390.39 outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: 30 de junho de 2026..PARTES CONTRATANTES: FUNDO MUNIPAL DE SAUDE DE EQUADOR e: CT Nº 1CD07/2025 – 04/07/2025 – CLARO S/A. CN´J 40.432.544/0001-47 - R$ 5.400,00.

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:F7782F24

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO_Nº_026_2025_SUPLEMENTAÇÃO_CÂMARA_MUNICIPAL

DECRETO Nº 026/2025-GP. Espírito Santo/RN, em 03 de julho de 2025.

Dispõe sobre a Autorização para a Abertura de Crédito Suplementar na LOA-2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO-RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA
Art. 1º - Fica aberto na Lei nº 495/2024, de 19 de dezembro de 2024 - LOA-2025, Um Crédito Suplementar no valor de **R$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais)**, conforme especificações contidas na tabela I, anexa.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face à abertura do Crédito Suplementar especificado no Art. 1º, a anulação parcial ou total de dotações orçamentária, de acordo com o Artigo 43, § 1º**,** Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme especificações contidas na Tabela II, anexa.
Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Tabela I

UNIDADE	01.001	CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO	
FUNÇÃO	01	Legislativa	
SUB-FUNÇÃO	031	Ação Legislativa	
PROJETO ATIVIDADE	**2.001**	**Manutenção das Atividades da Câmara Municipal**	
NATUREZA DA DESPESA	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - PC	136.000,00
TOTAL			**136.000,00**

Tabela II

UNIDADE	01.001	CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO	
FUNÇÃO	01	Legislativa	
SUB-FUNÇÃO	031	Ação Legislativa	
PROJETO ATIVIDADE	**2.001**	**Manutenção das Atividades da Câmara Municipal**	
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	43.000,00
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.46	Auxílio Alimentação	93.000,00
TOTAL			**136.000,00**

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:571AB17F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 01, DE 04 DE JULHO DE 2025

ESTABELECE A MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE ESPÍRITO SANTO / RN.

A Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Espírito Santo/RN, no uso de suas atribuições legais,
R E S O LV E:
Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal da Cidade de São Gonçalo do Amarante - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades -, convocada por meio do Decreto nº 024/2025 de 30 de junho de 2025, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Espírito Santo/RN, 04 de julho de 2025.

Jocileide Fernandes de Lima Nogueira – Membro da Comissão Organizadora
Bruno César de Oliveira Barbosa – Membro da Comissão Organizadora
Thiago Bovo Mendes – Membro da Comissão Organizadora
Luzia da Silva Vieira – Membro da Comissão Organizadora
Luzia Félix Costa Viana – Membro da Comissão Organizadora
José Heriberto Sezino da Silva - Membro da Comissão Organizadora

ANEXO
REGIMENTO INTERNO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE ESPÍRITO SANTO/RN

CAPÍTULO I
Disposições Gerais
SEÇÃO I
Dos Objetivos

Art. 1º São objetivos da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Espírito Santo/RN:
I - Sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;
II - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça, etnia e pessoa com deficiência, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade;
III - promover a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados às políticas locais de desenvolvimento urbano; e
IV - escolher as delegadas e os delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

SEÇÃO II
Do Temário

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal da Cidade terá como temática: "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".
§ 1º Os debates, proposições e os documentos de todas as etapas da Conferência Municipal da Cidade devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
§ 2º A Conferência Municipal deverá debater o temário da 6ª Conferência Nacional das Cidades, expresso em seu Texto-Base, adequando a sua realidade e cultura local.
Parágrafo único. A Etapa Municipal será composta de palestras, mesa redonda, grupos de discussão e plenárias.

CAPÍTULO II
DA ETAPA MUNICIPAL
SEÇÃO I
Da Realização

Art. 2º A Conferência Municipal da Cidade, será aberta à participação de todos os cidadãos interessados e deverá contemplar em suas análises, formulações e proposições os temas propostos pelos Documentos Base Federal e Estadual, analisados a partir da realidade local.
Art. 3º Os resultados da Conferência Municipal da Cidade e a relação de delegados para a 6ªConferência Estadual das Cidades deverão ser remetidos à Comissão Organizadora Estadual em até cinco dias após a sua realização, impreterivelmente, de conformidade com o estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Norte.

SEÇÃO II
Da Comissão Organizadora da Conferência Municipal

Art 4º Para a Realização da Conferência Municipal, fica criada a Comissão Organizadora, conforme Portaria 139/2025, publicado no Diário Oficial da FEMURN, com a participação de diversos segmentos como estabelecido no artigo 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
Art. 5º Compete à Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Espírito Santo / RN:
I - Coordenar, supervisionar e promover a realização da Conferência, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, garantindo:
a) a participação de representantes dos diversos segmentos listados no Art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
b) a eleição das delegadas e dos delegados estaduais, em aderência ao Regimento Interno da Etapa Estadual;
II - Elaborar documentos e textos de apoio que subsidiarão as discussões;
III - planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal, indicando a pauta e programação;
IV - Mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;
V – Aplicar a metodologia de sistematização para as propostas a serem apresentadas na Conferência Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em especial com relação aos eixos e grupos temáticos e a quantidade de propostas;
VI - Elaborar o relatório final da Conferência Municipal, na forma do art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
VII - preencher o formulário da Conferência Municipal, conforme art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e realização da Etapa Municipal.

SEÇÃO III
Dos Participantes da Conferência Municipal

Art. 6º A Conferência Municipal será pública e acessível a todos os cidadãos, que serão admitidos mediante credenciamento.
§ 1º Cada participante da conferência municipal deverá ser identificado como pertencente a um segmento ou entidade.
§ 2º Para que seja credenciada como pessoa delegada, no ato do credenciamento, a pessoa participante deverá apresentar comprovante de associação, filiação ou outro tipo de vínculo à entidade ou ao segmento que se propõe representar, por meio de documentos exemplificados a seguir, mas não restritos a:
I – ficha de cadastro, filiação ou associação devidamente preenchida e assinada;
II – Carteira, crachá de identificação ou outro documento similar;
III – declaração, de lavra da entidade, atestando que a pessoa participante é associada, filiada ou vinculada à entidade, conforme modelo constante do Anexo III deste Regimento Interno; ou
IV – Ata de eleição e/ou de posse de dirigente, liderança ou membro de instância decisória, ou meio de prova assemelhado.
§ 3º A Comissão Organizadora Municipal terá como parâmetro o conhecimento da realidade local, de forma a evitar o cerceamento da participação popular, sempre que houver ambiguidade ou dificuldade, por parte do cidadão, de seu enquadramento em uma entidade ou segmento.
§ 4º O participante que não puder ser identificado como pertencente a um segmento ou entidade será credenciado como observador.
Art. 7º As pessoas participantes da Conferência Municipal se distribuirão em três categorias:
I - Delegadas e delegados;
II - Observadoras e observadores;
III - convidadas e convidados.
§ 1º As delegadas e delegados terão direito a voz e voto na análise e votação das propostas e estarão habilitadas a votar e serem votadas como delegadas e delegados para a Conferência Estadual;
§ 2º As observadoras e observadores terão direito a voz e voto apenas nas etapas de análise e votação das propostas, não tendo direito a voz e voto na etapa de eleição das delegadas e delegados para a Conferência Estadual.

§ 3º Os critérios para escolha das convidadas e convidados, que terão direito apenas a voz, serão definidos pela Comissão Organizadora Municipal.

SEÇÃO IV
Da Eleição dos Delegados Municipais para a Etapa Estadual

Art. 8º O quantitativo de delegados municipais a serem eleitos na Conferência Municipal e que participarão da Etapa Estadual será conforme Regimento Interno da Conferência Estadual das Cidades, conforme Portaria Nº 70, de 14 de abril de 2025, da Secretaria de Estado do Planejamento do Orçamento e Gestão do Rio Grande do Norte.
Art. 9º A 1ª Conferência Municipal da Cidade de Espírito Santo/RN elegerá 04 delegados para a etapa estadual, conforme Decreto de convocação N.º 13.381 de 29 de maio de 2025, a saber:
I- 2 representantes do Poder Público Municipal;
II- 2 representantes de movimentos sociais ou associações;
Parágrafo único. As delegadas e os delegados a serem eleitos na Etapa Municipal para a Etapa Estadual deverão necessariamente estar presentes na Conferência Municipal.
Art. 10º A escolha dos(as) delegados(as) representantes de cada segmento para a Conferência Estadual das Cidades será efetuada pelos participantes da Conferência Municipal, em eleições feitas pelos respectivos participantes de cada segmento, reunidos em local definido pela Comissão Organizadora.
§ 1º O(a) interessado em pleitear vaga como delegado(a) deverá, no ato da eleição, apresentar-se ao respectivo segmento com a indicação de delegado suplente, que o substituirá em eventual necessidade, devendo o suplente pertencer ao mesmo segmento do titular.
§ 2º O segmento deverá encaminhar, até o final da Conferência Municipal, relação contendo as informações de identificação de cada delegado(a) e respectivo(a) suplente, para que conste do Relatório Final da Conferência Municipal.
§ 3º Cada reunião para a eleição de delegado(a) deverá ser presidida por um membro da Comissão Organizadora.

SEÇÃO V
Do Relatório Final da Conferência Municipal

Art. 11º O relatório final da Conferência Municipal deverá ser elaborado e publicado conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
§ 1º O envio de relatório final da Conferência Municipal da Cidade em desacordo com o modelo definido implicará na não incorporação das propostas municipais no Caderno de Propostas da Etapa Estadual.
§ 2º O relatório final deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora da Conferência Estadual das Cidades de seu estado nos termos definidos em resolução do Conselho das Cidades.
§ 3º A Comissão Organizadora Municipal deverá preencher formulário eletrônico disponibilizado na forma definida em Resolução do Conselho das Cidades.

CAPÍTULO III
Disposições finais

Art. 12º Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Preparatórias Municipais, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Espírito Santo/RN, 04 de julho de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:33C29EE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº522/2025-SEMARH EM, 03 DE JULHO DE 2025

Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora Sra. Ana Cristina Gomes de Freitas de Castro na função de Controladora Geral e da outra providência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30 (trinta) dias de férias a servidora **Sra. Ana Cristina Gomes de Freitas de Castro** na função de **Controladora Geral** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/07/2025 a 30/07/2025. Férias referente ao ano aquisitivo de 2022.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Felipe Guerra – RN, 03 de Julho de 2024

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:DE8D7A73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº530/2025-SEMARH EM, 04 DE JULHO DE 2025

Nomeia a Sra. Hannan Lanier de Oliveira no cargo de Assessora de Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear **Sra. Hannan Lanier de Oliveira** no cargo de **Assessora de Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM** do Município de Felipe Guerra RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.
Felipe Guerra - RN, 04 de Julho de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:BB2824DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0040070008/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0040070008/2025
Objeto:. Contratação de serviços de confecção de camisetas destinado a campanha de vacinação para profissionais da atenção básica
Contratado: Jenner Marcos Camara (009.483.314-10)
Valor Total Julgado: R$ 7.842,11
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/07/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:99337C7D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0300060036/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0300060036/2025
Objeto:. Serviços médicos prestados de pequenas cirurgias eletivas realizadas no Hospital e Maternidade Severina Carlos de Andrade
Contratado: LUCÍDIO JÁCOME FERREIRA (175.499.574-87)
Valor Total Julgado: R$ 7.413,34
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 02/06/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E04B9DB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN – CNPJ: 08.162.687/0001-73
CONTRATADA: PARELHAS GAS LTDA– CNPJ nº 24.206.617/0011-06
Processo nº 307/2023– **PREGÃO ELETRÔNICO** n° 031/2023 CPL
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 031/2023, cujo objeto consiste em **FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS com maior desconto sobre a tabela da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), objetivando atender a demanda de consumo da frota de veículos e máquinas do Município de Goianinha/RN**, por mais 12 (doze) meses
DOTAÇÃO:
UNIDADE 02.001 – GABINETE DO PREFEITO
PROJETO 2.004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
PROJETO 2.005 – Instalação e manutenção da Guarda Municipal
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
PROJETO 2.007 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE 03.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PROJETO 2.008 – Manut. da Sec. M. de Planejamento, Administração e Finanças
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE 04.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
PROJETO 2015 – Manutencao da Sec.Munic.de Tributacao e Arrecadacao
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO 2026 - Manutenção das Ações da Atenção Primária à Saúde
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2024 - Atenção Primária à Saúde - Ações Estratégicas - ESF
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2099 - Manutenção das Ações de Incremento ao PAB
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2037 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2034 – Atenção Especializada e Hospitalar - CAPS I e II
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2028 – Atenção Primária à Saúde - NASF
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2038 – Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar - SAD
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2041 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
16000000- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde
PROJETO 2030 – Manutencao do Fundo Municipal de Saude
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com ações e serviços públicos de saúde
PROJETO 1129 – Incrementos Saúde
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 17060000- Transferência Especial da União
17063110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
UNIDADE 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO 2045 - Manutenção da Secretaria M de Educação

NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001001- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
PROJETO 2047 - Manutenção do Ensino Fundamental
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15001001- Recursos não Vinculados de Impostos-Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
PROJETO 2049 - Manutencao do Ensino Fundamental-FUNDEB 30%
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15400000- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos
UNIDADE 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO 2105 – Manutenção do Fundo Municipal Assistência Social
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17040000- Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
16600000- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
PROJETO 2095 – Manutenção do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
16600000- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
PROJETO 2110 – Manutenção do Piso Básico Fixo - CRAS
NAT. /DESPESA 3333.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
16600000- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
UNIDADE 09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
PROJETO 2121 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE 11.001 – SEC. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANISTICO
PROJETO 2122-Manutencao da Sec. M. de Des. Ambiental e Urbanístico
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
PROJETO 2148- Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE 12.001 – SEC. MUNIC. DE SERVIÇOS URBANOS
PROJETO 2020- Manutenção da Secretaria M de Serviços Urbanos
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
UNIDADE 14.001 – SEC. MUNIC. DE TRANSPORTE E TRANSITO
PROJETO 2135- Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
NAT. /DESPESA 33.90.30 – Material de Consumo
FONTE 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2025. **VIGÊNCIA**: início em 11/07/2025 até 11/09/2025.

Município de Goianinha/RN
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

PARELHAS GAS LTDA
CNPJ nº 24.206.617/0011-06
Contratada

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:FCF8EB23

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 121/2025 – GP

Dispõe sobre a nomeação da Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Governador Dix-Sept Rosado-RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO, Estado do Rio Grande do Norte, **Artur Rodrigues do Vale Costa**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 768/2024 Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social - FMAS e demais legislações pertinentes à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **MONALISA LOPES EVANGELISTA**, para exercer a função de **Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS** do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN, com a competência de movimentar, acompanhar, executar e prestar contas dos recursos do referido Fundo, observando a legislação vigente e as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN, em 01 de julho de 2025.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:8ACF4D84

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 028/2025

A Secretária Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas

urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, no dia 07 ou 08 de julho de 2025, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 04 de julho de 2025.

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 028/2025

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL** **E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: **LICENCIATURA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
52.	075	ANTONIA EMANUELY SILVA DE OLIVEIRA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,
RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:36E95115

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90019/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90019/2025, Processo Administrativo nº 521/2025 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, que tem por objeto a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Esportivo para o exercício de 2025, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Guamaré/RN. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Sessão Inicial dia 17/07/2025, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 04 de julho de 2025.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:3856DB8B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90020/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônico N° 90020/2025, Processo Administrativo nº 1622/2025 - Secretaria Municipal de Assistência Social, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado destinados às unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social, no município de Guamaré/RN. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Sessão Inicial dia 18/07/2025, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 04 de julho de 2025.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:370FB132

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 855/2025

Dispõe sobre a denominação da Rua da Rio Miassaba, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guamaré, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Rua hoje denominada de Rua Rio Miassaba localizada entre as Ruas Monsenhor josé Tiburcio, Rua Miassaba e Travessa Miassaba, no bairro do centro, neste município de Guamaré, passa a denominar-se "RUA FRANCISCO DOS SANTOS – SEU TITICO".

Art. 2º. As despesas com a confecção e colocação da placa com o nome do homenageado, são as consignadas na dotação orçamentária vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, Palácio Luiz Virgílio de Brito, em 03 de julho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:92EBACEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 040/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUAMARÉ/RN - CNPJ nº: 08.184.442/0001-47
CONTRATADA: DEPOSITO DE GAS SALINA LTDA - CNPJ nº 45.118.249/0001-34;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP DE 13KG E 45KG, DESTINADOS A TODAS AS UNIDADES VINCULADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ.

FUNDAMENTO LEGAL: Este contrato tem amparo legal nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2.307/2025;

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência pelo período de 09 (NOVE) MESES, contados da data de sua assinatura.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTÁ CONSIGNADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, CONCERNENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

VALOR MAXIMO ESTIMADO: R$ 118.555,00 (cento e dezoito mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais);

FIRMADO EM: 03/07/2025

SIGNATÁRIOS:

CONTRATANTE: HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA - CPF Nº. 852.482.904-49

CONTRATADO: FRANCISCA ANTONIA NAZARIO DO NASCIMENTO
CPF Nº 077.195.639-80

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:8E64F58F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 748/2025

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 07/2025 – JOCÉLIO DA SILVA MORAIS

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho **Despacho3- 2.132/2025** datado em 25/06/2025, advindo do Processo nº10/2025-CPS, fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis apuração dos fatos e providencias cabíveis, envolvido **Jocélio da Silva Morais .**

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 30 de Junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:959A2259

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 749/2025

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 08/2025 – ANTÃO MORAIS DA SILVA JUNIOR.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho **Despacho 3- 2.135/2025** datado em 20/06/2025, advindo do Processo nº 11/2025- CPS, fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis apuração dos fatos e providencias cabíveis, envolvido **Antão Morais da Silva Junior .**

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 30 de Junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:44EF31B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 750/2025

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 06/2025 –JOSE RONALDO FERREIRA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho **Despacho 3- 2.130/2025** datado em 25/06/2025, advindo do Processo nº 09/2025- CPS, fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possível sinistro de transito, envolvido **Jose Ronaldo Ferreira da Silva.**

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 30 de Junho de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:9DF017FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 214/2025

Contrato de Pessoal n°. 00214/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 00214/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada:RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Digitador - Cadastro Único
Carga Horária: com carga horária de 40 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Desenvolvimento Social e Habitação
Signatário: Nilson Freitas de Paiva Filho / Airlla Antonia Batista Maia

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:1762A307

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 220/2025

Contrato de Pessoal n°. 00220/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 0220/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada:MILENE STEFANNY MELO COSTA
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professora Pedagoga - Educação Infantil
Carga Horária: com carga horária de 30 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário:Francisca Simone de Araújo / Ricardo Magno B. Nobre

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:4AC04F6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 221/2025

Contrato de Pessoal n°. 00221/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 0221/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada: LUANA MARA MAIA DA SILVA
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professora Pedagoga - Educação Infantil
Carga Horária: com carga horária de 30 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário:Andreza Juliana Maia Régis / Iris Dayane de Oliveira Freitas

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:A5A9D9A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 222/2025

Contrato de Pessoal n°. 0222/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 0222/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.

Contratada:LEILIANE LUISA ARAÚJO PINHEIRO
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professora Pedagoga - Educação Infantil
Carga Horária: com carga horária de 40 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário: Andreza Juliana Maia Régis / Iris Dayane de Oliveira Freitas

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:FE0B48ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 227/2025

Contrato de Pessoal n°. 227/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 227/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada:VAGNA CRISTINA BRASIL GURGEL FREIRE
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professora Pedagoga - Fundamental Anos Iniciais
Carga Horária: com carga horária de 30 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário: Paula Vitória de S. Silva / Edson Alves de Lima Júnior

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:8A3627AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 228/2025

Contrato de Pessoal n°. 228/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 228/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada:LEANDRO ALVES DE MEDEIROS
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professor Pedagoga - Fundamental Anos Iniciais
Carga Horária: com carga horária de 30 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário: Antonia Maria de O. G. Almeida / Paula Vitória de S. Silva

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:97E6AF60

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 229/2025

Contrato de Pessoal n°. 229/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 229/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada:ANTONIA MARIA DE OLIVEIRA
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professora Pedagoga - Fundamental Anos Iniciais
Carga Horária: com carga horária de 30 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário: Andreza Juliana Maia Régis / Iris Dayane de Oliveira Martins

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:1FCF4ACD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE CONTRATO PESSOAL Nº 232/2025

Contrato de Pessoal n°. 232/2025
Referente ao Instrumento Particular de Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado n°. 232/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Itaú.
Contratada:LENILDA LILYANE SILVA MELO
Objeto:O presente contrato é firmado com o objetivo de atender à necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, sendo a contratada convocada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025com fundamento no art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Orgânica Municipal n° 202/1990.
Cargo: Professora Pedagoga - Fundamental Anos Iniciais
Carga Horária: com carga horária de 30 horas.
Data da Assinatura:01/07/2025
Vigência: 01/07/2025 a 13/06/2026
Secretaria: Educação
Signatário: Edson Alves de Lima / Paula Vitória de S. Silva

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:2B42B288

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 050723001
Processo Administrativo: 0510001/2023
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÚ-RN
Contratada: C. L. CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA
Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do Contrato Nº 05073001
Até 05 de janeiro de 2026, nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93.
Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e seus adendos.
Vigência: 05 de julho de 2025 à 05 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:A313110B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA 0145/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, "a", do art.26 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO,o que dispõe o art. 77 e 78, da Lei nº 202/1992 do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal;
CONSIDERANDO,os requerimentos do servidor abaixo relacionado, solicitando o gozo de férias;
RESOLVE:
Art. 1º. - Conceder ao servidor e relacionado no Anexo Único, parte integrante desta Portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaú.
Art. 2º. - Determinar ao Setor de Recursos Humanos as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.
Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01de julhode 2025.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Itaú/RN, em 04 de Julho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ RÉGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 0145/2025 - GP

SERVIDORES	MATRÍCULA	FÉRIAS
MARIA DE LOURDES FIALES	642-7	01/07/2025 a 31/07/2025
ALEXANDRE JOSÉ MAIA PINHEIRO	1122-0	01/07/2025 a 31/07/2025
MOSANIELE FERREIRA DOS SANTOS LIMA	1120-0	01/07/2025 a 31/07/2025
JATIANNE GURGEL PINHEIRO	1095-0	01/07/2025 a 31/07/2025
JERONIMO COSME DE OLIVEIRA	638	01/07/2025 a 31/07/2025

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:0A8AA428

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA 0146/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, "a", do art.26 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO,o que dispõe o art. 77 e 78, da Lei nº 202/1992 do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal;
CONSIDERANDO,os requerimentos do servidor abaixo relacionado, solicitando o gozo de Licença Prêmio;
RESOLVE:
Art. 1º. - Conceder ao servidor e relacionado no Anexo Único, parte integrante desta Portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaú.
Art. 2º. - Determinar ao Setor de Recursos Humanos as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.
Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01de julho de 2025.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Itaú/RN, em 04 de Julho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ RÉGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 0146/2025 - GP

	SERVIDORA	MATRÍCULA	LICENÇA
1	MARIA DO DISTERRO SABINO	641	01/07/2025 a 30/09/2025

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:B3212461

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA N° 0143/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, "a", do art.26 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO,o que dispõe o art. 77 e 78, da Lei nº 202/1992 do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal;
CONSIDERANDO,os requerimentos do servidor abaixo relacionado, solicitando o gozo de ferias;
RESOLVE:
Art. 1º. - Conceder ao servidor e relacionado no Anexo Único, parte integrante desta Portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaú.
Art. 2º. - Determinar ao Setor de Recursos Humanos as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.
Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01de julho de 2025.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Itaú/RN, em 04 de Julho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ RÉGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 0143/2025 - GP

	SERVIDOR	MATRÍCULA	FÉRIAS
1	Joaquim Domingos de Lima Neto	432	01/07/2025 a 31/07/2025

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:726E918D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA N° 0144/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, "a", do art.26 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO,o que dispõe o art. 77 e 78, da Lei nº 202/1992 do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal;
CONSIDERANDO,os requerimentos do servidor abaixo relacionado, solicitando o gozo de ferias;
RESOLVE:
Art. 1º. - Conceder ao servidore relacionado no Anexo Único, parte integrante desta Portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaú.
Art. 2º. - Determinar ao Setor de Recursos Humanos as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.
Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01de julhode 2025.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Itaú/RN, em 04 de Julho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ RÉGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 0143/2025 - GP

	SERVIDOR	MATRÍCULA	FÉRIAS

1	Francisco Gerinaldo de Lima Ferreira	468	01/07/2025 a 31/07/2025

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:1FB64A9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
REPUBLICAÇÃO DE AVISO PÚBLICO

Edital Nº 001/2025 de Convocação Pública para Qualificação de Organizações Sociais na Área de Saúde.

O Município de ITAÚ/RN, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a presente convocação para que entidades, sem fins lucrativos, se qualifiquem como Organização Social junto ao Município de ITAÚ/RN, nos termos das Leis nº 14.133/2021, nº 9.637/1998 e nº 13.019/2014 e do DECRETO MUNICIPAL Nº 010, DE 31 DE JANEIRO DE 2023.

Poderão se habilitar à qualificação pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam, dentre outras, dirigidas à promoção da saúde.

Os requisitos específicos e o procedimento para a obtenção do certificado de qualificação como Organização Social estão previstos nas normas descritas no Edital Nº 001/2025, que poderá ser obtido através de solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação através do endereço eletrônico pmitaulicitacao@gmail.com, no período de 8 (oito) dias úteis, a partir desta publicação,

ITAÚ/RN, 04 de julho de 2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

MÁRCIA RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:1D6EE3D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 191/2025 – DIARIA CIVIL

PORTARIA Nº 191/ 2025 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao **Sr. João Lopes Neto, Conselheiro Tutelar, ½ (meia) diária civil**, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de **Natal/RN**, o mesmo participará da **Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolecente, no dia 08 de julho de 2025,** e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 04 de Julho de 2025.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:80A63A6F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 119/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2727/2025. AARP – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº 03

EXTRATO DO CONTRATO 119/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2727/2025.
AARP – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº 03

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E DESPORTO
Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN.**

Objeto: Contratação direta por meio do procedimento carona, para Adesão a Ata de Registro de Preços nº 2025.01.24.0003.01 do Pregão Eletrônico nº 2025.01.24.003, celebrada entre o Município de Luís Gomes/RN e a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado do RN, referente a prestação de serviços complementares em educação, de forma contínua, com foco no gerenciamento, operacionalização e execução das atividades centrais da Rede Municipal de Ensino e dos demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Janduís/RN.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura até o dia 30 de abril de 2026.

Valor global do contrato: **R$ 283.583,50, (duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
• 3.3.50.43– SUBVENÇÕES SOCIAIS
• 3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Janduís, 30 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Cooperativa de Trabalho Dos Profissionais da Educacao do Estado Do RN
CNPJ: 35.537.126/0001-84
ALEXANDRE SOARES GOMES
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:B596A639

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 120/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2727/2025. AARP – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº 04

EXTRATO DO CONTRATO 120/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2727/2025.
AARP – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Nº 04

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E DESPORTO
Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN.**

Objeto: Contratação direta por meio do procedimento carona, para Adesão a Ata de Registro de Preços nº 10/2025 do Pregão Eletrônico nº 03/2025, celebrada entre o Município de Monte Alegre/RN e a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado do RN, referente a prestação de serviços complementares em educação, de forma contínua, pelo período de 12 (doze) meses, com foco no gerenciamento, operacionalização e execução das atividades centrais da Rede Municipal de Ensino e dos demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Janduís/RN.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura até o dia 30 de junho de 2026.

Valor global do contrato: R$ **3.320.106,72, (três milhões, trezentos e vinte mil, cento e seis reais e setenta e dois centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
• 3.3.50.43– SUBVENÇÕES SOCIAIS
• 3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Janduís, 30 de junho de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN
CNPJ: 35.537.126/0001-84

ALEXANDRE SOARES GOMES
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:BA7483FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 121/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1723/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICANº 002/2025

EXTRATO DO CONTRATO 121/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *1723/2025*
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICANº 002/2025.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: **A A DUARTE EMPREENDIMENTOS LTDA.**

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na execução dos serviços de engenharia, visando à execução dos serviços de reforma e manutenção das instalações físicas da Unidade Básica de Saúde, Hermiro Régis de Almeida, contemplando, entre outros elementos, a substituição de revestimentos cerâmicos, serviços de pintura, adequação de esquadrias, criação de nova fachada, adequação da recepção e criação de sala sensorial e demais intervenções necessárias à plena funcionalidade e segurança da edificação**.**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses conforme previsão em Cronograma Físico Financeiro do setor de engenharia civil desta administração e será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período inicialmente previsto para execução, conforme previsão do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

Valor global do contrato: R$ **92.580,00, (noventa e dois mil, quinhentos e oitenta reais)**

02.071- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
02.072 -Fundo Municipal de Saúde de Janduis;
Dotação Orçamentária/Natureza da despesa:
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES

Janduís, 02 de julho de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

A a Duarte Empreendimentos LTDA
CNPJ: 28.897.241/0001-02
ANTONIO ALDIMAR DUARTE DA SILVA
Representante legal
Contratada

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:EF6FEB1E

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 040725.036/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS / CNPJ: 08.349.003/0001-47 / **CONTRATADA**: RAYANNE CRISTINA LOPES DOS SANTOS / CPF: 118.579.364.00 e RG nº 3.441.118/ITEP-RN / Objeto: Prestar, serviços como **RECEPCIONISTA DO CRAS I**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana/SEMASPH – Janduís/RN. **Vigência**: de 04 de julho a 31 de dezembro de 2025, podendo ser rescindido a qualquer momento de acordo com a Lei Municipal nº 708/2025 e conveniência do município. **Valor Global**: O valor estimado do presente contrato é de **R$ 8.956,20** (oito mil novecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos); correspondente ao período da vigência / **2052 – Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social. Natureza da Despesa – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado - Pessoa Civil - Fonte do Recurso: Recursos Ordinários da Secretária – FPM – 15000000 (Recursos Ordinários). /** PAULA BIANCA DANTAS MATIAS - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇAO E PROMOÇÃO HUMANA – **CONTRATANTE** / RAYANNE CRISTINA LOPES DOS SANTOS – **CONTRATADA** / Janduís (RN), 04 de julho de 2025.

PAULA BIANCA DANTAS MATIAS ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Sec. M. de Assistência Social, H. Promoção Humana Prefeito Municipal
Port. nº 285/2025–GP CPF: 262.026.974-15
CPF: 106.964.284-31

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:1CF01C80

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 040725.037/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS / CNPJ: 08.349.003/0001-47 / **CONTRATADA**: DAMIANA REGINILDA NOBREGA DE BRITO / CPF: 050.895.084-88 e RG nº 2.260.397 - ITEP-RN / Objeto: Prestar serviços, como **COORDENADORA DO CRAS I** na Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana/SEMASPH - com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira. **Vigência**: de 04 de julho a 31 de dezembro de 2025, podendo ser rescindido a qualquer momento de acordo com a Lei Municipal nº 708/2025 e conveniência do município. **Valor Global:** O valor estimado do presente contrato é de **R$ 12.979,99** (doze mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos); correspondente ao período da vigência / **2052 – Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social. Natureza da Despesa – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado - Pessoa Civil - Fonte do Recurso: Recursos Ordinários da Secretária – FPM – 15000000 (Recursos Ordinários). /** PAULA BIANCA DANTAS MATIAS - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA – **CONTRATANTE** / DAMIANA REGINILDA NOBREGA DE BRITO – **CONTRATADA** / Janduís (RN), 04 de julho de 2025.

PAULA BIANCA DANTAS MATIAS ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Sec. M. de Assistência Social, H. Promoção Humana Prefeito Municipal
Portaria nº 285/2025–GP CPF: 262.026.974-15
CPF: 106.964.284-31

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:1CA15959

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 020125.012/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN, REPRESENTADA PELO EXCELENTISSIMO O SENHOR PREFEITO, ELVÉCIO GURGEL DE SALES, E A SENHORA, RAYANNE CRISTINA LOPES DOS SANTOS, NA FORMA.

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO**, e em Caráter Emergencial, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS**, Estado do Rio Grande do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 08.349.003/0001-47, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Janduís, sito a Rua do Sul, nº 159, Dr. Onésimo Maia, nesta cidade, representada neste ato pela a senhora, **PAULA BIANCA DANTAS MATIAS,** Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana/SEMASPH – Portaria nº 285/2025-GP, brasileira, solteira, cadastrada no CPF sob o nº 106.964.284-31 e do RG nº 2.774.927, residente e domiciliada na Rua Altamiro Gurgel, 01, Bairro São Bento – Janduís/RN, conforme autorização do Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 135086787 - SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº 262.026.974.15, residente e domiciliado na Rua Tabelião João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – Janduís/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e a senhora, **RAYANNE CRISTINA LOPES DOS SANTOS**, Coordenadora do CRAS I, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.441.118 - ITEP/RN, cadastrada no CPF sob o nº 118.579.364.00, residente e domiciliada na Rua Rai Lima, 07, Bairro Doze de Junho – Janduís/RN - CEP: 59.690-000, doravante denominada **CONTRATADA.** Firmam entre si o presente instrumento, observadas as normas de direito público e em caráter de excepcionalidade interesse público, de acordo com a Constituição Federal 1988, artigo 37, inciso IX, e a Lei Municipal nº 708/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições que ora aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Contrato por Tempo Determinado nº 020125.012/2025, oriundo da contratação temporária pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana/SEMASPH, como **COORDENADORA DO CRAS I**, sendo o contrato celebrado em 02 de janeiro de 2025.

Parágrafo Único: Fica nesta data de 04 de julho de 2025, rescindindo este Contrato por Tempo Determinado e irrevogável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força de pedido unilateral do contratado, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, assim, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente ao Poder Judiciário da Comarca de Campo Grande/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento, tornado ajustado e verídico o pleno acordo neste Termo de Rescisão.

Janduís/RN, 04 de julho de 2025.

PAULA BIANCA DANTAS MATIAS
Sec. M. de Assistência Social, H. Promoção Humana
Portaria nº 285/2025–GP
CPF: 106.964.284-31

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
CPF: 262.026.974-15

Contratada:
RAYANNE CRISTINA LOPES DOS SANTOS
Sec. M. de Assistência Social, Hab. e Prmoção Humana
Coordenadora do CRAS I
CPF: 118.579.364.00

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:8600A6E5

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 020625.035/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN, REPRESENTADA PELO EXCELENTISSIMO O SENHOR PREFEITO, ELVÉCIO GURGEL DE SALES, E A SENHORA, DAMIANA REGINILDA NOBREGA DE BRITO, NA FORMA.

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO**, e em Caráter Emergencial, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS**, Estado do Rio Grande do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 08.349.003/0001-47, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Janduís, sito a Rua do Sul, nº 159, Dr. Onésimo Maia, nesta cidade, representada neste ato pela a senhora, **PAULA BIANCA DANTAS MATIAS,** Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana/SEMASPH – Portaria nº 285/2025-GP, brasileira, solteira, cadastrada no CPF sob o nº 106.964.284-31 e do RG nº 2.774.927, residente e domiciliada na Rua Altamiro Gurgel, 01, Bairro São Bento – Janduís/RN, conforme autorização do Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 135086787 - SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº 262.026.974.15, residente e domiciliado na Rua Tabelião João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – Janduís/RN, doravante denominado

CONTRATANTE, e a senhora, **DAMIANA REGINILDA NOBREGA DE BRITO**, Recepcionista do CRAS I, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.260.397 - SSP/RN, cadastrada no CPF sob o nº 050.895.094-88, residente e domiciliada na Rua Lourival Gurgel, 09, Bairro Centro – Janduís/RN - CEP: 59.690-000, doravante denominada **CONTRATADA.** Firmam entre si o presente instrumento, observadas as normas de direito público e em caráter de excepcionalidade interesse público, de acordo com a Constituição Federal 1988, artigo 37, inciso IX, e a Lei Municipal nº 708/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições que ora aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Contrato por Tempo Determinado nº 020625.035/2025, oriundo da contratação temporária pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana/SEMASPH, como **RECEPCIONISTA DO CRAS I**, sendo o contrato celebrado em 02 de janeiro de 2025.

Parágrafo Único: Fica nesta data de 04 de julho de 2025, rescindindo este Contrato por Tempo Determinado e irrevogável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força de pedido unilateral do contratado, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, assim, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente ao Poder Judiciário da Comarca de Campo Grande/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento, tornado ajustado e verídico o pleno acordo neste Termo de Rescisão.

Janduís/RN, 04 de julho de 2025.

PAULA BIANCA DANTAS MATIAS ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Sec. M. de Assistência Social, H. Promoção Humana Prefeito Municipal
Portaria nº 285/2025–GP CPF: 262.026.974-15
CPF: 106.964.284-31

Contratada:
DAMIANA REGINILDA NOBREGA DE BRITO
Sec. M. de Assistência Social, H. e Promoção Humana
Recepcionista do Cras I
CPF: 050.895084-88

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:40E09DC2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
ATO MODIFICATIVO Nº 001/2025

ATO MODIFICATIVO Nº 001/2025

"Modifica a Lei nº 548/2025 para incluir o cargo de Médico do Trabalho na contratação temporária e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono o seguinte Ato:
Art. 1º – Da Inclusão do Cargo de Médico do Trabalho
Fica incluído o cargo de **Médico do Trabalho** no **Anexo I** da **Lei nº 548/2025**, como função passível de contratação temporária nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.
Art. 2º – Da Modificação do Artigo 2º da Lei nº 548/2025
O **artigo 2º** da Lei nº 548/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público as situações previstas no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, como:
(...)
**IV - Atendimento a demandas transitórias de serviços técnicos especializados ou de natureza operacional, incluindo a assistência à saúde ocupacional dos servidores municipais, por meio da atuação de Médico do Trabalho."
Art. 3º – Das Atribuições, Remuneração e Carga Horária
O **Anexo I** da referida Lei deverá especificar as atribuições, remuneração e carga horária do cargo de **Médico do Trabalho**, conforme regulamentação municipal.
Art. 4º – Da Disponibilidade Orçamentária
As contratações de que trata o artigo 1º serão realizadas conforme a disponibilidade orçamentária do Município, respeitando-se os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Art. 5º As demais disposições da Lei nº 548/2025 permanecem inalteradas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data desuapublicação.

Jardim de Angicos/RN, 04 de julho de 2025.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

ANEXO I – QUADRO DE CARGOS PARA CONTRATAÇÃO

CARGO/FUNÇÃO	*QUANT.*	*FONTE PAGADORA*	*SÁLARIO*
MEDICO DO TRABALHO	*01*	*EQUIPE MULTIDISCIPLINAR*	*R$ 10.000,00*

Jardim de Angicos/RN, 04 de julho de 2025.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cristina Camara da Silva Oliveira
Código Identificador:8524B688

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223/2025 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

O Prefeito do Município de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 108/2025, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução no 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.

R E S O L V E:
Art. 1º -Conceder 1 (uma) diária ao valor total de R$250,00 (duzentos reais), para o Servidor, a Senhor ANDERSON LICURGO DE MELO BILRO, Matricula: 566, portadora do CPF Nº 031.***.***-30, ocupante do Cargo de AGENTE DE DESENVOLVIMENTO, Lotado na Secretaria de Finanças e Tributação deste Município, para se deslocar à cidade de Natal/RN, nos dias 07/07/2025 a 08/07/2025, onde o mesmo irá participar do Encontro AD AVANÇADO, do SEBRAE/RN.

Art. 2º- Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na

hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, 04 de julho de 2025

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito do Município de Jardim de Angicos

Publicado por:
José Yure Morais Dos Santos
Código Identificador:DC5200F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00033/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00033/2025, fundamentada no Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21, que objetiva: AQUISIÇÃO DE ALGUNS PNEUS EM CARÁTER EMERGENCIAL, EM RAZÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO PREGÃO 004/2025, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: A B AUTO CENTER LTDA - CNPJ: 26.728.561/0001-03 - R$ 101.472,80.
Jardim de Piranhas-RN, 03 de Julho de 2025

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:855B55B3

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALGUNS PNEUS EM CARÁTER EMERGENCIAL, EM RAZÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO PREGÃO 004/2025, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00033/2025, nos termos do Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2005 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração 3.3.90.30 - Material de consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 05001 - SECRETARIA. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 2010 - Manutenção das Atividades Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 11001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos 3.3.90.30 - Material de Consumo 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos 10031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2017 - Programa de Atenção Primaria a Salde - APS 2022 - Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde 3.3.90.30 - Material de Consumo 16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Achoes e Serviços Públicos de Saúde 15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00133/2025 - 04.07.25 - A B AUTO CENTER LTDA - CNPJ 26.728.561/0001-03 - R$ 101.472,80 (cento e mil quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:B2FB3C2B

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DP00033/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALGUNS PNEUS EM CARÁTER EMERGENCIAL, EM RAZÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO PREGÃO 004/2025, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 03/07/2025.

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:66B11A21

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DP00033/2025

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: AQUISIÇÃO DE ALGUNS PNEUS EM CARÁTER EMERGENCIAL, EM RAZÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO PREGÃO 004/2025, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; DESIGNO os servidores Israel Souza Donato dos Santos, Secretário Municipal de Administração, como Gestor; e Ilana Murieli de Sousa, Atendente, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa nº DP00033/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.
Jardim de Piranhas-RN, 03 de Julho de 2025

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Daisy de Queiróz Bezerra
Código Identificador:945A2DCB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REEQUILÍBRIO

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO DE PRAZO E REEQUILIBRIO
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NO ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS FIRMADOS PELO MUNICÍPIO COM DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, INCLUSIVE A OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV E DEMAIS SISTEMAS, FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00038/2021. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CONTRATO Nº 00060/2021 - M. DUARTE GUEDES inscrito no CNPJ n° 16.888.557/0001-11- 4º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses O prazo de vigência do contrato será prorrogado por mais: 12 (doze) meses, passando para 26/07/2026, A alteração contratual acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, justifica-se pela necessidade de: Dar continuidade a execução do objeto contratado - prorrogação de prazo e reequilíbrio no contrato.
Vimos através deste, solicitar de Vossa Senhoria, a aditivação financeira/ equilíbrio financeiro do Pregão Presencial 038/21 no

tocante aos nossos serviços contratados, passando dos atuais R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) para R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), acréscimo este de 13,50%. Demais cláusulas contratuais devem permanecerem. Totalizando o valor total do reequilíbrio o montante de R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:B83F896D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO PARA ATENDER AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, DA CIDADE DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, OBJETIVANDO SUPERAR OU MINIMIZAR A SUA DEFICIÊNCIA E INTEGRA-LA NA SOCIEDADE. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº IN00030/2024. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00159/2024 - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAICO - CNPJ: 08.094.195/0001-98 - 2º Aditivo O prazo de vigência do contrato será prorrogado por mais: 5 (cinco) meses, passando para 31/10/2025**.**
meses. ASSINATURA: 26.05.2025

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:D01A32DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 412/2025 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 412/2025 – GP/PMJP

Dispõe sobre a exoneração de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor **VICTOR JOSÉ DANTAS RODRIGUES** inscrito no CPF sob nº 169.539.034-22, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Rodovias – CC2**,** ocorrida em 01 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de julho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 04 de julho de 2025.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:C78911DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 034/2025 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 408.022/2025

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca a seguinte empresa: **M JUCIANE DA SILVA - ME - CNPJ:** 46.519.830/0001-20, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preço encaminhada pelo e-mail: cplmjs2021@gmail.com referente ao Pregão Eletrônico 034/2025 cujo o objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, INSUMOS E EQUIPE MÉDICA DEVIDAMENTE HABILITADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021.Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Fone: (84) 3472-3902.

Jardim do Seridó/RN, em 04 de julho de 2025.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:82E8628A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 049/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 034/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 408.022/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN , PREFEITURA MUNICIPAL, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 08.086.662/0001-38; CONTRATADA M JUCIANE DA SILVA ME INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 46.519.830/0001-20, ; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, INSUMOS E EQUIPE MÉDICA DEVIDAMENTE HABILITADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.DATA DA ASSINATURA: 04 DE JULHO DE 2025; VIGÊNCIA: 04 DE JULHO DE 2025 E TERMO FINAL 04 DE JULHO DE 2026; MODALIDADE LICITATÓRIA: PREGÃO ELETRÔNICO; VALOR DO CONTRATO: R$ 554.337,00(QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS).SUBSCRITORES: JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR, INSCRITA NO CPF/MF SOB O N° 051.***.***-82 PELO CONTRATANTE E MIRTES JUCIANE DA SILVA , INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 054.***.***-94 PELA CONTRATADA.

Jardim do Seridó/RN, em 04 de julho de 2025.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:2D14F95A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2025 – ORIUNDO DO CONTRATO ADMMINISTRATIVO Nº 100/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO 029/2022 - PROCESSO ADMIN. MJS/RN N° – 609.027/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA: FRANCINEIDE AZEVEDO DANTAS - ME,** inscrita no CNPJ/MF: 45.778.273/0001-08; **OBJETO:** O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, cujo contrato se refere a "Contratação de

veículos com capacidade mínima de 14 (catorze) passageiros para transportar pacientes e acompanhantes autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de realizar consultas e tratamentos médicos especializados na cidade de Caicó e Currais Novos/RN **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Art. 84 da Lei Federal n° 14.133/2021; **DATA DA ASSINATURA:** 04 de julho de 2025 **VIGÊNCIA**: 04 de julho de 2025 e termo final em 04 de julho de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **SUBSCRITORES:** José Anchieta Rodrigues de Moura Junior, inscrito do CPF/MF sob o nº 051.***.***-82 pelo Contratante e Francineide Azevedo Dantas, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.***.***-51, pela contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 04 de julho de 2025

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:6F4FC60B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 186, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **EMERSON BRUNO BEZERRA DE MEDEIROS,** matrícula n.º 1892, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 21/07/2025 à 04/08/2025, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:373FA526

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 187, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MARIA DAS VITORIAS SILVA,** matrícula nº 1525, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 21/07/2025 à 09/08/2025, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:3C4DDEF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 188, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ANA CECÍLIA ARAÚJO SANTOS,** matrícula n.º 1968, ocupante do cargo de Enfermeiro, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 21/07/2025 a 30/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:DBE6FEDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 189, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **IVANILDA APARECIDA DE OLIVEIRA,** matrícula n.º 0389, ocupante do cargo de Agente Saúde/Endemias PD

III, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 07/07/2025 à 21/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:436BA1AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ANDERSON TARO MAEDO,** matrícula n.º 1717, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde PD I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 14/07/2025 a 23/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:878BC86F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 191, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **VERÔNICA FERREIRA,** matrícula n.º 1957, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 07/07/2025 a 21/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:D0591761

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 192, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **GERLANE ALVES DA SILVA MEDEIROS,** matrícula n.º 0661, ocupante do cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 04/07/2025 a 18/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:25D64D55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 193, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ARIMÁRIA DE LIRA FONSECA,** matrícula n.º 0366**,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais PA III, da

Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 07/07/2025 à 21/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:62605C4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 194, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/07/2025.
R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ELIENE AZEVEDO DE LUCENA,** matrícula nº 1374, ocupante do cargo de Professor P III-E, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 21/07/2025 à 04/08/2025, correspondente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:1C3E3B18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 195, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA,** matrícula n.º 1104, ocupante do cargo de Digitador PD III, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 07/07/2025 à 26/07/2025, correspondente aos períodos aquisitivos 2022/2023 e 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:351D0F32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 196, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **VALDENIR MAXIMINO DA COSTA,** matrícula nº 0964, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde PD III, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 14/07/2025 à 28/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:4C782B05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 197, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MONIQUE LARISSA DA SILVA CUNHA,** matrícula n.º 1477, ocupante do cargo de Assistente Social, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 07/07/2025 à 16/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:260E350A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 198, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 04/07/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ANA LÚCIA ARAÚJO DE MEDEIROS,** matrícula n.º 0344, ocupante do cargo de Agente Administrativo PD III, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 07/07/2025 à 16/07/2025, correspondente ao período aquisitivo 2022/2023.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:F1A8A380

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 088 DE 04 DE JULHO DE 2025

DECRETO N° 088 DE 04 DE JULHO DE 2025

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO EM VIGOR NA PREFEITURA DE JOSÉ DA PENHA - RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento em vigor no valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), para reforço de dotações orçamentárias.
Art. 2° - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto, serão obtidos na forma do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

I – R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso I, do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320/64, conforme discriminações constantes no Anexo I, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de junho de 2025, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José da Penha - RN, 04 de julho de 2025.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Anexo I do Decreto nº 088 de 04 de julho de 2025.

SUPLEMENTAÇÃO:

1 – CÂMARA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA
Programa: Programa de ações Legislativa
2.4- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO LEGISLATIVO
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente - Fonte: 100 R$ 1.400,00
Total da Ação: R$ 1.400,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 1.400,00

TOTAL SUPLEMENTADO R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

REDUÇÃO:

1 – CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
Programa: Programa de ações Legislativa
2.4- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO LEGISLATIVO
3.3.90.13.00 – Obrigações Patronais - Fonte: 100 R$ 1.400,00
Total da Ação: R$ 1.400,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 1.400,00

TOTAL REDUÇÃO R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:EBFD8F8E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25070001/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25070001/2024.

CONTRATO Nº: 25070001/2024
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO SUELDO CHAVES
CPF/CNPJ CONTRATADO: 22.717.291/0001-76
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa Presencial n.º 11070001/2024
OBJETO: Prestação de Serviços de instalação e manutenção de ar condicionados destinados as diversas Secretarias da prefeitura de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 59.300,00 (cinquenta e nove mil e trezentos reais) passa a ter o valor de **R$ 74.125,00 (setenta e quatro mil e cento e vinte e cinco reais)**, sendo que o aditamento contratual que perfazem o total de **R$ 14.825,00 (quatorze mil e oitocentos e vinte e cinco reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE GESTORA:.....2 – Município de José da Penha

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO:.....4000 - Secretaria Municipal de Administração
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:.....4101 – Secretaria Municipal de Administração
FUNÇÃO:.....4 – Administração
SUBFUNÇÃO:.....122 – Administração Geral
PROGRAMA:..... 1 – Apoio Administrativo
AÇÃO:..... 2.10 – Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos.
DESPESA:.....46. 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
FONTE DE RECURSOS:.....100 – Recursos Próprios
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 26/07/2025 à 31/12/2025.
DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2025

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9D92E5EE

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 425/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 425/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 04 de Julho de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). RICARDO FERREIRA FONTES, Conselheiro Tutelar, 04 (quatro) diária(s) no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 1.000,00 (um mil reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de participar do I Congresso Nacional de Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e do Sistema de Garantia de Direitos, no período de 17 a 20 de Julho de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:AD85E81D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 485/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 485/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 04 de Julho de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). PATRICIA KELLY DA COSTA EDUVIRGENS, Conselheiro Tutelar, 04 (quatro) diária(s) no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 1.000,00 (um mil reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de participar do I Congresso Nacional de Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e do Sistema de Garantia de Direitos, no período de 17 a 20 de Julho de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:97A08E2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 380, DE 03 JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 380, DE 03 JULHO DE 2025.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio de 90 dias ao servidor efetivo **Lásaro Damião da Silva,** CPF: 050.***.654-** e matrícula nº 2087-5**,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conformidade com a Lei Complementar nº 04/2006, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, contados na forma do Art. 92 desta Lei.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a partir de **04 de julho de 2025 até 01 de outubro de 2025.**

Art. 3º - O servidor deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim da Licença Prêmio, independentemente de convocação.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos conforme Art. 2º.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 03 de julho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

* matéria republicada por incorreção

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:A2FF906F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024 TOMADA DE PREÇOS N° 001/2023 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 02050001/2023

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADA: CS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHRAIA LTDA (CNPJ: 47.250.208/0001-22); OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do período vigencial por mais 90 (noventa) dias do contrato administrativo destinado a Contratação de empresa destinada a execução das obras de "Melhorias Sanitárias Domiciliares" – Convênio 906989/2020 – FUNASA, na Zona Urbana do Município de Jucurutu/RN; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo tem por termo inicial o dia 04 de julho de 2025 e termo final em 03 de outubro de 2025, podendo ser prorrogado de acordo com Art. 57, da Lei Federal nº 8.666 de 1993; SUBSCRITORES:

Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Cassio Silvestre Souza – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 02 de julho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:02BC2DA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 007/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2021 TOMADA DE PREÇOS N° 003/2021 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 26040003/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; CONTRATADA: A L LIMPEZA URBANA LTDA (CNPJ: 33.681.071/0001-56); OBJETO: prorrogação do período vigencial e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PARA A LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE JUCURUTUL/RN; VIGÊNCIA: termo inicial o dia 01 de julho de 2025 e termo final em 30 de junho de 2026; DO VALOR: Conforme o reequilíbrio econômico-financeiro realizado, os valores atualizados do presente orçamento são os seguintes: Valor mensal: R$ 161.859,36 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos); Valor anual: R$ 1.942.312,32 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e doze reais e trinta e dois centavos).SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Airon Lucena Araújo Leite – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 30 de junho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C5EF7232

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18060001/2025 – DISPENSA N° 041/2025 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ATO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA EMERGENCIAL

Acolho os termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município, para autorizar a contratação direta das empresas **JUCAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 00.524.514/0001-46,** apresentou o melhor valor perfazendo um preço global de **R$ 6.946,00 (seis mil, novecentos e quarenta e seis reais),** com fundamento no **art. 75, inc. VIII, da Lei n.º 14.133/2021**, e em conformidade com as condições insculpidas no Documento de formalização de Demanda, para a **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS.**

Por conseguinte, autorizo a emissão de nota de empenho em favor das referidas empresas.

Divulgue-se o presente ato no site oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Publique-se na imprensa oficial deste Município.

Jucurutu/ RN, 04 de julho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:5B8D0D7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE APOSTILAMENTO APOSTILAMENTO N° 001/2025 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024 TOMADA DE PREÇOS N° 001/2023 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 02050001/2023

Interessado: CS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHRAIA LTDA - nº 47.250.208/0001-22.
Assunto: APOSTILAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024

Trata o presente do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo n°. 101/2024, firmado entre o MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN e a empresa CS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHRAIA LTDA - nº 47.250.208/0001-22, de acordo com o constante nos autos do respectivo processo, visando o REAJUSTE DE PREÇOS DO CONTRATO, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente APOSTILAMENTO tem como objeto o reajuste de preços do **Contrato Administrativo nº 101/2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O reajuste de preços está previsto nos arts. 40, XI e 55 da Lei nº 8.666/1993.

2.2 - A Apostila, como instrumento próprio para formalização de reajuste de preços, está prevista no §8º do artigo 65 da Lei n° 8.666/1993:

Art. 65. [...]
*§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao **reajuste de preços** previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por **simples apostila**, dispensando a celebração de aditamento.*

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO
3.1 - Em vista do presente **REAJUSTE DE PREÇOS**, o valor unitário do contrato é reajustado utilizando calculadora do Banco Central, e o índice do INCC, divulgado pela FGV, onde constatamos o percentual de 11,55593% no período de 05/2023 a 05/2025. Dessa forma, o valor do serviço será reajustado em **R$ 30.520,09** (trinta mil, quinhentos e vinte reais e nove centavos), passando o valor global do Contrato Administrativo para **R$ 294.627,64** (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
4.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 01 de julho de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:3E3A5A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TOMADA DE PREÇOS N° 001/2023 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 02050001/2023 ASSUNTO: APOSTILAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024 INTERESSADO: CS CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - Nº 47.250.208/0001-22.

No uso de minhas atribuições legais, notadamente as previstas na Lei nº 8.666/1993, **considerando** a solicitação da apuração do reajuste de preços do contrato em referência, **AUTORIZO** a atualização do valor unitário do contrato, utilizando calculadora do Banco Central, e o índice do INCC, divulgado pela FGV, onde constatamos o percentual de 11,55593% no período de 05/2023 a 05/2025.

Dessa forma, o valor do serviço será reajustado em **R$ 30.520,09** (trinta mil, quinhentos e vinte reais e nove centavos), passando o valor global do Contrato Administrativo para **R$ 294.627,64** (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Ficam integralmente mantidas todas as demais condições pactuadas no Contrato Administrativo nº 101/2024.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 01 de julho de 2025.

IOG NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:7EAA5F48

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
AO REPRESENTANTE DA EMPRESA JUCAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 00.524.514/0001-46 RUA MANOEL PEREIRA DE MEDEIROS, 116, CENTRO, JUCURUTU/RN, CEP: 59.330-000 SRA. PAULA CLÉDINA BEZERRA DE ARAÚJO LOPES

COMUNICADO

Vimos através deste, comunicar a V. Sª que foi solicitada a **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS.**

Assim, comunicamos V. Sª da demanda apresentada, ao tempo em que concedemos 01 (um) dia útil para a **assinatura de contrato administrativo** pelo ProSipe, onde disponibilizaremos ao prestador de serviços os dados necessários via e-mail.

Atenciosamente,

Jucurutu/ RN, 04 de julho de 2025.

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Planejamento

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:5A38885A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 02040002/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 - AVISO DE DILAÇÃO DE PRAZO

A Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, torna público que, com base no subitem 5.2.2 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 27/2025, e em caráter excepcional, será concedido prazo adicional de 10 (dez) dias úteis, contados a partir desta publicação, para que os fornecedores vencedores deste certame regularizem a documentação exigida como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços.
A medida é fundamentada na prerrogativa expressa no edital, que autoriza a dilação do prazo mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade do processo licitatório. Durante a fase de atendimento às CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme estabelecido no item 5 do Termo de Referência, foi constatado que fornecedores apresentaram certificados de curso para transporte de passageiros, em desacordo com a exigência editalícia, que requer especificamente o curso de transporte escolar, conforme as normas regulamentares vigentes. Observou-se, ainda, que alguns fornecedores sequer apresentaram o certificado, limitando-se a anexar comprovante de matrícula no referido curso. Considera-se que o prazo solicitado será suficiente para que os licitantes regularizem essa pendência, bem como outras que possam ter surgido no decorrer da análise documental.
Tal cenário motivou a decisão de ampliar o prazo, considerando que a finalidade da Administração Pública é assegurar o atendimento ao interesse público, com observância ao princípio da legalidade, mas também da razoabilidade, de forma a não inviabilizar a participação de fornecedores que podem se adequar tempestivamente às exigências.
A presente medida visa garantir o regular andamento do processo licitatório, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos de transporte escolar, preservando a isonomia entre os participantes e a economicidade do certame.
Publique-se e cumpra-se.
Jucurutu/RN, 04 de julho de 2025.

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Secretária de Planejamento

Publicado por:
João Marcos de Medeiros Brito
Código Identificador:06ED4B55

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTARIO
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 18020001/2025 CONVOCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025

Vimos através deste, CONVOCAR os representantes das empresas: **ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – CNPJ:** 27.029.083/0001-06**, JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – ME – CNPJ:** 26.690.173/0001-72 **e WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ:** 44.554.219/0001-08, visando à assinatura do **Registro de preços para possível aquisição gradativa e eventual de materiais e insumos odontológicos.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

Jucurutu/RN, 04 de julho de 2025.

Atenciosamente,

JOELMA DE FÁTIMA LOPES DE MEDEIROS
Secretária de Planejamento

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:02E5E02D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 122/2025 - GP

DE 01 DE JULHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

1 Fica **NOMEADO** a ocupar o cargo de **"SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO"**, junto a Secretaria Municipal de Administração de Jundiá/RN, **JOSE GILDERLAN DO NASCIMENTO LIMA**

2. Esta Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de julho de 2025

3. Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:73391300

GABINETE DO PREFEITO
REGULAMENTO DO 1º FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS

REGULAMENTO

A Prefeitura Municipal de Jundiá do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos em conjunto com as demais Secretarias Municipais, torna público oregulamento do 1º Festival de Quadrilhas Juninas (**categoria estilizada**) de Jundiá/RN. A ser realizado dentro da **Programação do SÃO JULHÃO**. O festival acontecerá no Ginásio Poliesportivo Cecílio Paulino Neto, Centro, Jundiá/RN, no dia 17 de Julho do corrente ano, com início ás 19:00h.

REGULAMENTO DO 1º FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS

CAPÍTULO I – DO OBJETIVO E DA PARTICIPAÇÃO

Art. 1º -A finalidadedeste regulamento éestabelecer etornar públicoum procedimento únicoque regerão Festival de Quadrilhas Juninas em nível estadual. O Festival de Quadrilhas Juninas 2025 de Jundiá/RN, tem como primordiais objetivos, valorizar, difundir e incentivar a preservação e o fomento a Cultura Popular Nordestina do período junino.

Art.2º-Poderãoparticiparquaisquergruposdequadrilhajunina de qualquer parte do Estado do Rio Grande do Norte que atendam as exigências deste regulamento e se inscrevam no prazo estabelecido.

Art. 3° - É vetada a participação de pessoas que possuam vínculo familiar em primeiro grau com membros das comissões julgadora e /ou apuradora deste concurso.

PARÁGRAO ÚNICO – Caso haja representação por parte de algum integrante, se faz necessário as devidas comprovações legais.

Art. 4º - O Festival contará com categoria única em sua disputa, que é a Estilizada.

Art. 5º - Cada quadrilha junina deverá ter no mínimo 16 (DEZESSEIS) pares, no total de 32 (TRINTA E DOIS) brincantes. O descumprimento deste artigo acarretará na perda de 01 (um) ponto no cômputo geral.

Art 6º - As Quadrilhas Juninas Estilizadas que possuirem integrantes menores de 18 anos, o representante legal da mesma, deverá anexar no formulário de inscrição a autorização dos pais ou responsáveis legais, como sendo único e principal responsável no concurso pelos componentes menores, ficando desde já acordado que esta coordenação se exime da responsabilidade pela apresentação ou não dos referidos menores.

Art. 7º - A organização do evento disponibilizará para os participantes, em âmbito estrutural/acessórios: ENTRADA USB PARA PEN DRIVE, MICROFONE COM E SEM FIO, SOM E EQUIPAMENTOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS PARA O USO DE MÚSICA AO VIVO E CAIXA DE TOMADAS. Todo e qualquer outro equipamento fora dos itens listados, é necessário que seja mencionado na ficha de inscrição, para que seja visto com antecedencia a possível disponibilidade.

CAPÍTULO II – DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES

PARÁGRAFO ÚNICO - A comissão organizadora se encarregará de divulgar data e horários do festival, bem como, a divulgação das ordens das apresentações de cada quadrilha através de sorteio realizadoao vivo pelo instagram da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN.

Art. 8º - A Comissão Julgadora será composta por 05 (cinco) membros, definidos pela equipe de organização do festival, levando em consideração as experiências de cada jurado em participações nos festivais e concursos de quadrilhas juninas, considerando preferencialmente a imparcialidade e a capacidade de discernimento cultural dos critérios estabelecidos para efeito de julgamento.

Art. 9º - A composição da Comissão Julgadora deverá permanecer inalterada durante o festival. Caso um dos membros desta comissão venha a se ausentar do processo de julgamento por motivo de força maior, haverá outro convidado que automaticamente substituirá a vaga; não acarretando deste modo nenhum prejuízo para os grupos participantes.

Art. 10º - Cada membro da Comissão Julgadora preencherá o mapa de julgamento de cada quadrilha, entregando-o ao presidente da mesa que passará as 05 cópias do mapa parcial em um envelope lacrado para a comissão apuradora, que ao final da apresentação emitirá cópia para o presidente ou responsável pelo grupo junino.

Art. 11° - Os mapas de votação não deverão conter rasuras, correções ou emendas, caso isto ocorra, o jurado deverá preencher outra ficha de votação.

Art. 12° - A Comissão Julgadora atribuirá uma nota individual para rainha, marcador e casal de noivos, sendo que apenas marcador fará parte da pontuação geral da quadrilha. Esta nota atribuída pela Comissão Julgadora será para a escolha da rainha, marcador e casal de noivos no Festival de Quadrilhas juninas da cidade de Jundiá/RN, sendo conferido aos vencedores um troféu de participação.

Art. 13º - A Comissão Apuradora será responsável pela computação dos mapas de votação do julgamento do festival, sendo responsável também pelo resultado final das quadrilhas vencedoras.

Art. 14º - Serão julgados neste festival os seguintes critérios: **COREOGRAFIA/EVOLUÇÃO/ HARMONIA, ANIMAÇÃO, FIGURINO/ADEREÇOS, MARCADOR E TEMÁTICA/REPERTÓRIO MUSICAL**. A decisão da Comissão Julgadora é incontestável, não cabendo á organização e a nenhum participante manifestar contestações verbais de conotação agressiva ou de caráter jurídico.

CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES

PARÁGRAFO ÚNICO - As inscrições para o festival serão gratuitas e realizadas através do formulário: https://forms.gle/kVBDujqvrJzuhLp26 que será divulgado, também, pelas redes sociais do município, no período de 07/07/2025 a 11/07/2025 até as 23h59min ou até o preenchimento das vagas que serão limitadas em 08 (oito) grupos da categoria estilizada. A inscrição será realizada apenas de forma online.

Art. 15º - No ato da inscrição, deverá ser anexada, juntamente ao preenchimento do Formulário de Inscrição, a seguinte documentação para possível recebimento de premiação em dinheiro:
I - R.G. (responsável pelo recebimento da premiação, se houver);
II - C.P.F. (responsável pelo recebimento da premiação, se houver);
III - Comprovante de Residência (responsável pelo recebimento da premiação, se houver);

IV - Certidões negativas de débitos - municipal, estadual e federal - (responsável pelo recebimento da premiação, se houver)
V - Autorização assinada, prevista no Art. 6º, do presente regulamento, no que se refere a participação de integrantes menores de 18 anos (se houver);
VI - Certidões negativas de débitos - municipal, estadual e federal - do CNPJ (se houver).

Art. 16º - A inscrição somente será efetivada, mediante o preenchimento e envio do formulário de inscrição citado no Art 6º deste capítulo, como também, o envio dos anexos mencionados no item do Art. 15º deste regulamento.

Art. 17º - O sorteio da ordem de apresentação dos grupos de quadrilhas participantes acontecerá dia **14/07/2025**, às **10h**, através de um sorteio realiado no Instagram da Prefeitura Municipal de Jundiá

Art. 18º - A acomodação, deslocamento e alimentação serão de total responsabilidade dos participantes das quadrilhas. Não será oferecida estrutura para pernoite dos brincantes, em nenhuma hipótese.

Art. 19º - A utilização de música ao vivo ou mecânica (pen drive), fica a critério e responsabilidade dos participantes, devendo informar no ato da inscrição que tipo de material sonoro será utilizado na data de sua apresentação, desde que este seja compatível com o equipamento disponível. Caso isso não ocorra à organização do evento não se responsabilizará por possíveis transtornos.

Art. 20º - Toda e qualquer quadrilha que tenha em sua equipe de dançarinos e apoio menores de 18 anos de idade, deverá apresentar no ato da inscrição ficha de autorização assinada pelo responsável legal, sendo este responsável pela autorização de acordo com os termos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21º - Todas as quadrilhas obedecerão à ordem de apresentação do sorteio. Cada quadrilha terá o seu tempo regulamentar de 50 (cinquenta) minutos para preparação, passagem de som, apresentação e saída da arena, que será controlado eletronicamente por um painel com visibilidade para a Arena.

CAPÍTULO IV – DA PREMIAÇÃO

Art.22º–
Apremiaçãoédeinteiraetotalresponsabilidadedacoordenaçãodo1º FestivaldeQuadrilhasJuninasdaCidadede Jundiá/RN,queécomposta pela prefeitura municipal da cidade de Jundiá/RN, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos.

Art. 23º – O pagamento da premiação será realizado pela Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, no prazo da ORDEM CRONOLÓGICA MUNICIPAL, contemplando o 1º, 2º e 3º lugar, que será feito ao grupo junino ou ao diretor/responsável pelo grupo, mediante adocumentação ofertada ao festival. O pagamento acontecerá num prazo de até 90 (noventa) dias úteis após o resultado.

Art. 24º - Serão premiadas as 03 (três) primeiras quadrilhas que obtiverem o maior número de pontos no cômputo geral dos quesítos de julgamento,como detalhamento:

QUADRILHA ESTILIZADA:
1° Lugar: R$ 5.000,00 (cinco mil reais) + Troféu;
2° Lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais) + Troféu;
3° Lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais) + Troféu;

MELHOR CASAL DE NOIVOS 2025
1° Lugar: Troféu do I Festival de Quadrilhas em Jundiá/RN

MELHOR RAINHA 2025
1° Lugar: Troféu do I Festival de Quadrilhas em Jundiá/RN

MELHOR MARCADOR 2025
1° Lugar: Troféu do I Festival de Quadrilhas em Jundiá/RN

Art. 25º - As demais quadrilhas participantes receberão troféu de participação do festival.

CAPÍTULO V – DAS COMISSÕES
Organizadora, Julgadora e Apuradora

I – A Comissão Organizadora é composta por representantes em função a realização do 1º Festival de Quadrilha em Jundiá/RN, bem como, pela organização e pareceres dos recursos (caso necessário);

II - A Comissão Julgadora é composta por representantes da comunidade e/ou convidados através de análise curricular pela comissão, os quais devem possuir experiência nas áreas culturais de cada festival/concurso, objeto de julgamento dos mesmos;

III - A Comissão Apuradora é composta por colaboradores, sendo responsável pela computação dos mapas de julgamento do Festival.

CAPÍTULO VI – DAS INSCRIÇÕES

I – O período, os locais e os documentos necessários para as inscrições do 1º Festival de Quadrilhas Juninas da cidade de Jundiá/RN, estãoespecificados no regulamento.

II - Ao se inscreverem, todos os participantes aceitarão automaticamente as condições previstas no presente regulamento.

CAPÍTULO VII – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 27º - Para efeito de julgamento, serão considerados os critérios abaixo relacionados:

COREOGRAFIA / EVOLUÇÃO/ HARMONIA – Criatividade das coreografias, graça, leveza, coordenação, precisão dos movimentos, harmonia entre componentes. Dança coletiva dos pares da Quadrilha Junina, que deverá obedecer ao comando do marcador que indicará através de gestos ou de voz os passos coreográficos a serem executados. Serão consideradas as diversificações das coreografias e dança das damas e cavalheiros.

ANIMAÇÃO – Empolgação, entusiasmo de todos os componentes e o envolvimento do grupo durante a apresentação. Deve-se perceber a exaltação prazerosa, o entusiasmo que se desenvolve durante a apresentação através do repertório, da simpatia dos brincantes etc. Atenção para não confundir animação com algazarra.

FIGURINO/ADEREÇOS – Deve estar adequado à festa junina e de acordo com o estilo, tema, enredo e criação da Quadrilha Junina. Deve-se levar em consideração a originalidade e a criatividade dos materiais utilizados na confecção do vestuário. Deve-se, também, perceber e valorizar a harmonia das cores e o conjunto destas, sempre atentando para a temática abordada pela Quadrilha Junina e respeitando a diversidade regional.

MARCADOR - Pessoa que anima, lidera e comanda os passos e os dançarinos. Sendo objeto de julgamento sua dicção, seu domínio de espaço e sua capacidade de dirigir e conduzir o grupo, seja por gestos ou comando de voz, para execução dos movimentos coreográficos com segurança e precisão.

TEMÁTICA/ REPERTÓRIO MUSICAL – Este item julga a apresentação como um todo. O tema deverá ser explicito e direto de forma que não fique nenhuma dúvida do que foi apresentado pelo grupo participante. A temática deverá estar presente em todos os itens em julgamento, porém, deverá estar muito mais visível ainda, nos seguintes itens: Entrada, Figurino, Casamento e especialmente no Repertório Musical da Quadrilha Junina.

Art. 28º - Para efeito de julgamento das categorias extras, serão considerados os critérios abaixo relacionados:

RAINHA - Expressão facial, desenvoltura corporal adequada com a coreografia da Quadrilha Junina, postura e elegância na liderança da Quadrilha e interação com a mesma, solo no momento de glamour

dentro do arraial e deverá seguir os seguintes subitens: Expressão facial, expressão corporal, postura e elegância, interação com sua quadrilha junina e show individual.

CASAL DE NOIVOS - Será avaliada a desenvoltura, interação e harmonia do casal entre si e com os demais componentes da quadrilha juninas, especialmente na encenação do casamento proposto pelo grupo e também com o público e jurados. Serão julgados interpretação, desenvolvimento dos personagens, interação, animação e figurinos.

MARCADOR/APRESENTADOR – Nesse item observa-se a liderança, empolgação, desenvoltura, criatividade na execução dos movimentos e no desenvolvimento das coreografias. Deve-se observar bem a entrada e a saída desse personagem em cena, inclusive a utilização de sinais e da linguagem textual na execução da sua marcação (por gestos ou voz). Será julgado pela capacidade de dirigir e conduzir o seu grupo para a execução dos movimentos coreográficos, com segurança e precisão.

§ 1º Para efeito de julgamento haverá a escolha da melhor rainha, melhor casal de noivos e melhor marcador, dentre todas as quadrilhas participantes, que receberão troféus. Estes quesitos serão julgados separadamente em relação as quadrilhas juninas e a escolha será realizada através das notas obtidas pela Comissão Julgadora.

Art. 29º - Notas: Os itens julgados receberão mínimo de 05 (cinco) e máximo de 10 (dez) pontos cada critério, podendo, portanto, serem fracionadas. Ex: 5,1; 5,2; 5,3; 5,4; 5,5; 6,6; 6,7; 6,9; 7,0; 7,1; 7,2; 8,3; 8,4; 8,5; 9,6; 9,7; 9,8; 9,9; 10,0. A nota final do grupo será o resultado do número total de pontos acumulados pelo somatório das notas individuais dos membros da Comissão Julgadora.

Art. 30º – Do Resultado: O resultado será divulgado logo após a apresentação da última quadrilha. O resultado será divulgado inicialmente pelos destaques rainha, casal de noivos e marcador, e em seguida as quadrilhas que ficaram em 3º, 2º e 1º lugar do 1º Festival de Quadrilhas Juninas da Cidade de Jundiá/RN.

CAPITULO VIII – DAS NORMAS E PENALIDADES

Art. 31º - Todas as quadrilhas participantes do concurso devem levar seu pen drive ou Grupo Regional ao vivo para sua apresentação e contactar com a mesa de som com antecedência. As quadrilhas serão responsáveis pelas músicas durante as apresentações.

Art. 32º - Em caso de empate vencerá a quadrilha em que a Coreografia/Evolução/Harmonia obtiverem o maior número de pontos, persistindo o empate, será beneficiada a quadrilha que obtiver o maior número de pontos no quesito Animação e assim sucessivamente, seguindo sempre a ordem da ficha de votação.

Art. 33º - A decisão da Comissão Julgadora é soberana, não cabendo a nenhum participante, contestações verbais ou recursos.

Art. 34º – Qualquer integrante de quadrilhas (BRINCANTES, COORDENADORES, TÉCNICOS OU APOIO), que cometer algum tipo de agressão, seja de ordem verbal ou física, contra algum membro das comissões Organizadora, Apuradora ou Julgadora, desclassificará automaticamente sua quadrilha, bem como, o mesmo ficará impedido de participar do festival no ano seguinte.

Art. 35º - Não haverá tolerância de atraso, pois o cronômetro de cada quadrilha seguirá contando o tempo. O não cumprimento do tempo de 50 (cinquenta) minutos para preparação, passagem de som, volta de apresentação e saída, acarretará ao grupo infrator a perda de 01 (um) décimo por cada minuto excedido.

Art. 36º - O tempo só será considerado esgotado quando o cronometro ultrapassar a marcação de 50:59 (cinquenta minutos e cinquenta e nove segundos), havendo a tolerância de 01 (um) minuto.

Art. 37º - Não será permitido à quadrilha o uso de animais, garrafas de vidro, facas ou qualquer material cortante que possam ameaçar a segurança dos participantes do evento, exceto objetos cenográficos. O descumprimento deste artigo fará com que a coordenação tenha autonomia de fazer a retirada se possível em quadra desses objetos. Importante que a diretoria já sinalizasse a coordenação que irá se fazer de uso em quadra.

Art. 38º - Não será permitido aos concorrentes, contato com a Comissão Julgadora sem que está não esteja ligada a finalidade de suas apresentações.

Art. 39º – Os casos por ventura não citados neste regulamento, serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Art. 40º - Em caso do não comparecimento do grupo, o coordenador/presidente deverá justificar a ausência no prazo máximo de 12 (DOZE) horas antes da apresentação. As quadrilhas juninas inscritas que não comparecerem ao festival sem justificativa no prazo determinado, serão impedidas de participar do festival no ano seguinte.

Art. 41º - É recomendável que os grupos cheguem ao local do festival, em média, 40 (quarenta) minutos antes do seu horário de apresentação com 15min de tolerância.

Art. 42º - A organização do evento não se responsabilizará por eventuais problemas com transporte ou semelhantes, que contribuam para um possivel atraso do grupo junino, fica o grupo inteiramente responsável por esta eventualidade.

Art. 43º - A quadrilha que não estiver devidamente pronta no horário previsto, fará sua apresentação ao final da sequência previamente definida. Caso o atraso seja justificado pós avaliação da comissão organizadora, o grupo será isento da punição de exclusão do festival.

Art. 44º - Para entrega da premiação do 1º Festival de quadrilha em Jundiá/RN, se faz necessário a presença de um integrante ou pessoa indicada pelo presidente da quadrilha junina á comissão organizadora.

Art. 45º - Estão aptas a representar a comissão organizadora do 1º Festival de quadrilhas juninas em Jundiá/RN, as seguintes pessoas:Tobias Fernandes da Silva (Coordenador do Festival), Arnaldo Elias Barros e Gildeane Cortez da Silva Fernandes.

Art. 46º - O Festival será regido sobe a coordenação da prefeitura municipal de Jundiá/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos.

Jundiá/RN, 03 de julho de 2025.

GILDEANE CORTEZ DA SILVA FERNANDES
Secretária de Educação, Cultura e Desportos
Portaria nº096/2025-GP

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:3BED0E05

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025

PROCESSO Nº 1166/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na assessoria de apoio administrativo com ênfase na assistência, regularização de pendências, monitoramento e acompanhamento nos sistemas do Ministério da Educação (SIMEC), e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Jundiá/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

RESOLVE:

1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto a **AGIR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° **41.922.079/0001-95**, para procedermos com a contratação de empresa especializada na assessoria de apoio administrativo com ênfase na assistência, regularização de pendências, monitoramento e acompanhamento nos sistemas do Ministério da Educação (SIMEC), e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Jundiá/RN, perfazendo a quantia total de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2025;

3 – A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Jundiá/RN, 04 de julho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:EEB076B4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2025

PROCESSO Nº 1166/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na assessoria de apoio administrativo com ênfase na assistência, regularização de pendências, monitoramento e acompanhamento nos sistemas do Ministério da Educação (SIMEC), e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Jundiá/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade da referida contratação.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

I – Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa **AGIR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° **41.922.079/0001-95**, para procedermos com a contratação de empresa especializada na assessoria de apoio administrativo com ênfase na assistência, regularização de pendências, monitoramento e acompanhamento nos sistemas do Ministério da Educação (SIMEC), e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Jundiá/RN, perfazendo a quantia total de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

II – Determino ao setor competente a publicação da presente Dispensa de Licitação.

Jundiá/RN, 04 de julho de 2025.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:DA1BF9BF

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2025

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1204/2025** da **Dispensa de Licitação nº 035/2025**, cujo objeto é a contratação de serviços para confecção e instalação de películas autoadesivas com impressão digital personalizados e película insulfilm, para manutenção da frota de veículos do município de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 07 de julho de 2025 até as 10h:00min do dia 10 de julho de 2025**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 04 de junho de 2025.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:0531FB57

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2025

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 1207/2025** da **Dispensa de Licitação nº 036/2025**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de assessoria e consultoria administrativo-tributária, destinada a identificar as carências, propor soluções e acompanhar o desenvolvimento da política tributária do Município de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 07 de julho de 2025 até as 10h:00min do dia 10 de julho de 2025**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 04 de junho de 2025.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:6AF5D8AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 024/2025

À vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, AUTORIZO E RATIFICO a dispensa de licitação para contratação da empresa JN COMERCIO E SERVICO - LTDA, inscrita no CNPJ nº. 37.563.047/0001-73, visando a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de computadores, impressoras, nobreak, estabilizadores bem como suporte aos usuários para atender as necessidades das diversas secretarias municipais de Lagoa D'anta/RN, no importe global de R$ 62.100,00 (sessenta e dois mil e cem reais), mediante contratação direta, após cotações de preços, realizadas no mercado e acostadas nos autos do devido processo supramencionado.

Lagoa D'Anta/RN, 04 de julho de 2025 – GABINETE DO PREFEITO.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:4443D480

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 09/2025

A Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, através do seu agente de contratação, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Formação de registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de pneus, câmara de ar, protetores e serviços diversos para suprir as demandas dos veículos da frota própria e a serviço do município de Lagoa de Pedras-RN, por maior percentual de desconto. – inicio de acolhimento das propostas: 09:00 horas do dia 08/07/2025 – termino: 09:00 horas do dia 18/07/2025. E Abertura das propostas: às 09:00 horas do dia 18/07/2025, início da sessão de disputa de preços: às 09:01 horas do dia 18/07/2025. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, R. Cel. Francisco Tomaz, 99 – Centro – Lagoa de Pedras/RN – ou pelo email: licitacaolp25@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lagoa de Pedras/RN, 04 de julho 2025.

Agente de Contratação

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:1F376402

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250228

CONTRATO Nº 20250228

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 050/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 27050001/25

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09

CONTRATADO: JOÃO TARGINO GOMES FILHO
CPF: 084.191.184-35
OBJETIVO: Locação de imóvel com piscina para aulas de natação no Município de Lagoa de Pedras/RN, situado na Travessa Santo Antonio, s/n, Balneário São Sebastião, Centro, Cep: 59244-000, Lagoa de Pedras/RN.
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais).
PROGRAMA DE TRABALHO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.01- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Ação: 2090 - Manut. Das Atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 – Outros serviços de Pessoa Física
Subelemento: 3.3.90.36.15 - Locação de Imóvel.
Fonte dos recursos: 1500000000.

VIGÊNCIA: **11 de junho de 2025 a 09 de junho de 2026.**

Base Legal: **Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 74, inc. V**.
Data Assinatura: **11 de junho de 2025.**

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:FB753BDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2025

PROCESSO Nº 69/2025
ASSUNTO: Contratação de atração musical do setor artístico cultural, consagrada pela crítica regional (DIDI PAKERA), para apresentação no dia 05 de julho de 2025, para apresentação cultural em praça pública, dentro do Projeto Som na Praça, no município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE: PREFITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: JODELCI FRANCISCO DA SILVA
CPF: ***.470.564-**
ENDEREÇO: Rua Geraldo Gomes de Carvalho, 26, Centro, Lagoa de Velhos/RN, CEP: 59.430-000.
DESCRIÇÃO DO ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
01	Atração musical do Setor Artístico consagrada pela crítica regional (DIDI PAKERA), para apresentação no dia 05 de julho de 2025, para apresentação cultural em praça pública, dentro do Projeto Som na Praça, no município de Lagoa de Velhos/RN.	SERV.	01	R$ 480,00	R$ 480,00
VALOR TOTAL				**R$ 480,00**	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 021/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02 de julho à 31 de dezembro de 2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.02.01 – GABINETE DO PREFEITO; PROJETO ATIVIDADE: 04.122.0001.2006 – Manutenção do Gabinete do Prefeito; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa de Velhos/RN, 02 de julho de 2025.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: José Nildo Galdino
P/ CONTRATADA: Jodelci Francisco da Silva

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:94C8CA6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

Iranildo Aciole da Silva, Prefeito Municipal de LAGOA NOVA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 74, III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/2021, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2025 nos termos a seguir descritos: Objeto: Prestação de serviços pela Prof.ª Maria José de Oliveira Macêdo para três palestras interativas e formativas, com foco em leitura, literatura e promoção da cultura, no âmbito do I Festival Literário da Serra de Santana – I FLISS, evento promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Nova/RN, entre os dias 07 e 10 de julho de 2025. Contratado(a): Palestrante *Prof.ª Maria José de Oliveira Macêdo*. Valor Total: R$ 3.000,00 (Três mil reais). Lagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025. Assinatura: Iranildo Aciole da Silva/Prefeito Municipal.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:3295F546

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2025

Iranildo Aciole da Silva, Prefeito Municipal de LAGOA NOVA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2025 nos termos a seguir descritos: *aquisição direta de 100 (cem) exemplares de livros de autoria do poeta e escritor Manoel Cavalcante, para compor o acervo pedagógico e bibliotecário das unidades escolares do Município de Lagoa Nova/RN, como forma de promoção da leitura, valorização da cultura regional e incentivo às práticas educacionais*. Contratado(a): 34.341.062 MANOEL CAVALCANTE DE SOUZA CASTRO (EDITORA CAEIRA), inscrita no CNPJ nº 34.341.062/0001-89, detentora exclusiva dos direitos das obras. Valor Total: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais). Lagoa Nova/RN, 17 de junho de 2025. Assinatura: Iranildo Aciole da Silva/Prefeito Municipal.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:3980D1BA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025-SRP - AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO E SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA

A Pregoeira do Município de Lagoa Nova/RN comunica aos interessados que a empresa RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.790.727/0001-34, protocolou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2025-SRP, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (A a Z) DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL. Considerando a necessidade de análise técnica e jurídica das questões suscitadas, fica suspensa a sessão pública inicialmente agendada, até posterior deliberação. Os documentos pertinentes ao processo licitatório estão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas.
Lagoa Nova/RN, em 04 de julho de 2025.

RENATA SABRINA SILVA DE MENEZES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:F36458DE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025-SRP - AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO E SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA

A Pregoeira do Município de Lagoa Nova/RN comunica aos interessados que a empresa RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.790.727/0001-34, protocolou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2025-SRP, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MATERNIDADE GARIBALDI ALVES FILHO, INTEGRANTE DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL. Considerando a necessidade de análise técnica e jurídica das questões suscitadas, fica suspensa a sessão pública inicialmente agendada, até posterior deliberação. Os documentos pertinentes ao processo licitatório estão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas.
Lagoa Nova/RN, em 04 de julho de 2025.

RENATA SABRINA SILVA DE MENEZES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:11BA558E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0373/2025 - GP

Portaria nº 0373/2025 - GP Lagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE GESTORES DE CONTRATOS RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal, Decreto Municipal n.º 682/2021 de 07 de maio de 2021.

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO que é dever da Administração acompanhar e fiscalizar os contratos para verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, consoante ao disposto na Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e demais dispositivos correlatos.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n° 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal impôs a necessidade de planejamento na execução das ações governamentais, atendendo ao princípio da eficiência, expresso no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade premente do Município de Lagoa Nova em se adequar às regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Resolução n° 032/2016-TCE e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais que se especificam para desempenhar a função como Gestor de Contratos da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

• Maria do Céu Aciole da Costa – Matrícula: 021.
• Francisco Hudson de Medeiros Matias – Matrícula: 37559.

Art. 2º – Com a finalidade de desempenhar o fiel cumprimento das atribuições inerentes a função de Gestor de Contratos e zelar pela garantia do interesse público, com a promoção de medidas necessárias e adequadas pela Administração Pública, nos exatos termos da Lei.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:68A525F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0374/2025 – GP

Portaria nº 0374/2025 – GP Lagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025.

"ALTERA A PORTARIA Nº 0382/2024-GP QUE CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SENHOR MARCIO FRANCISCO DE MEDEIROS, FUNCIONÁRIO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 002/2007, que estabelece o prazo máximo de 02 (dois) anos para a concessão de licença para tratar de assuntos particulares;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do ato administrativo aos preceitos legais vigentes, garantindo sua validade e conformidade jurídica;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a portaria **Nº 0382/2024-GP** de licença para tratar de interesses particulares, ao servidor **MARCIO FRANCISCO DE MEDEIROS,** Matrícula nº: **835**; Cargo: **ASG**; lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei Complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença sem vencimentos terá início em **15 de maio de 2024 e término em 14 de maio de 2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:835EA21B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0375/2024 - GP

Portaria nº 0375/2024 - GP Lagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Senhora **AURINETE MARIA DE MATOS MEDEIROS,** matrícula nº: **3534**; Cargo de **Vice-Diretora Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Professor Evilásio Luiz**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é **15.04.2024 a 14.04.2025.** com período de gozo de: **30.06.2025 a 29.07.2025** e retorno em **30.07.2025.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30 de junho de 2025.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:4EACE9C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0376/2025 - GP

Portaria nº 0376/2025 - GPLagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025.

"ALTERA A PORTARIA N° 0214/2025 – GP, QUE DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAREM A COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO E ATESTO DE AQUISIÇÕES DE BENS, SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONSUMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legal.

CONSIDERANDOa necessidade da realização de procedimentos de recebimento e atesto de aquisições de bens, serviços e materiais de consumo da Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar a Portaria n° 0214/2025 – GP, que designa a Comissão Permanente de Recebimento e Atesto de Aquisições de Bens, Serviços e Materiais de Consumo, adquiridos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º- Ficam designados os seguintes servidores e agentes públicos municipais para integrar a comissão a que se refere o artigo anterior:
• Secretaria Municipal de Educação:
Francisco Aldery Lopes de Lima
DaionaraBatista de Souza
Jose Wagner da Costa
• Secretaria Municipal de Saúde:
Maria Aparecida dos Santos Augusto
Francisco de Assis Araújo Júnior
Isabel Patrício da Costa
Hilmerita Bezerra da Silva
• Secretaria Municipal de Obras, Serviço e Mobilidade Urbana.
Dailton Alan dos Santos Silva
Úrsula Andini de Lima Araújo
João Lucas da Silva Sabino
• Secretaria Municipal de Assistência Social:
Camila Vanessa Martins da Silva
Aline Manuele Gomes da Silva
• Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária:
Hal Amser Costa de Oliveira
José Vitoriano dos Santos
• Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:
Jonaelson Coutinho Berto
Joagra Raianny Damasceno Galvao
• Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Juventude:
Pedro Rafael Da Costa
Mateus José da Silva
• Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Bruno Alexandre Barreto
• Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e demais Secretarias Municipais:
Cintia Bibiane de Medeiros Honorato
Fagundes da Silva Cruz
Joyce Lorrany de Medeiros Galvão

Art. 3º- Ficam designados os seguintes servidores e agentes públicos municipais para integrar a Comissão Permanente de Recebimento e Atesto, para atestar todos as Ordens de Abastecimento referente a toda frota de veículos municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no âmbito da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Secretaria Municipal de Saúde:
Paulo Judson Santos de Lima
Suplente: Maria Aparecida dos Santos Augusto
Secretaria Municipal de Educação:
Tiago Felipe Aciole da Silva
Suplente: José Wagner da Costa
Secretaria Municipal de Assistência Social:
Jailson dos Santos Damasceno
Suplente: Camila Vanessa Martins da Silva
Secretaria Municipal de Obras, Serviço e Mobilidade Urbana.
Dailton Alan dos Santos Silva
Suplente: João Lucas da Silva Sabino
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária:
Hal Amser Costa de Oliveira
Suplente: José Vitoriano dos Santos
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:
Joagra Raianny Damasceno Galvão
Suplente: Jonaelson Coutinho Berto
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Juventude:
Mateus José da Silva
Suplente: Pedro Rafael da Costa
Demais Secretarias: Francisco de Assis Araújo
Suplente: Jailson dos Santos Damasceno

Art. 4º- Ficam designados os seguintes servidores e agentes públicos municipais para integrar a Comissão Permanente de Recebimento e Atesto, responsável por atestar todas as Ordens de Serviço referentes à frota de veículos de passeio com capacidade de até 20 (vinte) passageiros, bem como aos veículos de transporte coletivo, pertencentes ao município ou por ele locados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.
Secretaria Municipal de Saúde:
Paulo Judson Santos de Lima
Suplente: Maria Aparecida dos Santos Augusto
Secretaria Municipal de Educação:
Tiago Felipe Aciole da Silva
Suplente: José Wagner da Costa
Secretaria Municipal de Assistência Social:
Jailson dos Santos Damasceno
Suplente: Camila Vanessa Martins da Silva
Secretaria Municipal de Obras, Serviço e Mobilidade Urbana.
Dailton Alan dos Santos Silva
Suplente: João Lucas da Silva Sabino
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária:
Hal Amser Costa de Oliveira
Suplente: José Vitoriano dos Santos
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:
Joagra Raianny Damasceno Galvão
Suplente: Jonaelson Coutinho Berto
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Juventude:
Mateus José da Silva
Suplente: Pedro Rafael da Costa
Demais Secretarias:
Jailson dos Santos Damasceno
Suplente: Francisco de Assis Araújo

Art. 5º - O mandato da Comissão tem vigência de 04 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e terá a supervisão dos Gestores de Contratos e dos membros que compõem o Setor de Compras do Município de Lagoa Nova/RN.

Parágrafo 1º. Os servidores ora designados deverão realizar o recebimento, bem como atestar a qualidade e a quantidade dos bens, dos serviços e materiais de consumo adquiridos, conforme contrato dos objetos licitados pelo órgão municipal, bem como acrescentar registro fotográfico sempre que julgar pertinente.

Parágrafo 2º. Os serviços prestados pela Comissão nomeados por esta Portaria são considerados de relevância pública, descabendo qualquer remuneração a mais pelo serviço.

Art. 6º- Esta portaria entrará em vigor na data da assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:5531409A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 90/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: JOSÉ GUILHERME GOUVEIA DA SILVA
CNPJ: 22.664.274/0001-18
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:C44198E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 91/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: KAUÊ DA SILVA MATOS
CNPJ: 54.152.036/0001-10
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:F0207D71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 92/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: ERALDO DA SILVA
CNPJ: 03.929.078/0001-00
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:FB6F6345

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 93/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: EULLEN VALDIR SANTOS DE MATOS
CNPJ: 33.545.947/0001-37
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:3C9F3816

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 94/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: J L DA S ARAUJO MODAS
CNPJ: 30.860.916/0001-82
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:BF907EB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 95/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: JOSÉ RANIELE DE MATOS FARIAS

CNPJ: 41.297.934/0001-14
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:50896E71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 95/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: KADIONOGUCHERO SOUZA REIS
CNPJ: 34.731.135/0001-49
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:4A81FB50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 97/2024 DO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: PAULO SÉRGIO DE MEDEIROS
CNPJ: 34.306.890/0001-86
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, para: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA FORMA COMPLEMENTAR PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.
DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 03 DE JULHO DE 2025, encerrando-se em 02 DE JULHO DE 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. . 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa Nova/RN, em 30 de Junho de 2025.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:76B65243

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 55/2025 – ADITIVO DE VALOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 808/2025
Dispensa de Licitação N° 30/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE LAJES/RN, E A EMPRESA GN EMPREENDIMENTOS.

Pelo presente instrumento contratual onde de um lado **O MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Ramiro Pereira da Silva, nº 17, centro – CEP: 59.535-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº. 08.113.466/0001-05, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, resolve promover, de forma unilateral, a alteração do Contrato nº 55/2025, firmado com a empresa **GN EMPREENDIMENTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.360.374/0001-74, com sede na Avenida Prudente de Morais, n° 5121 – Lagoa Nova – Natal/RN, CEP: 59.064-625, representada pela Sra. **NAAMA PATRÍCIA OLEGÁRIO DOS SANTOS**, CPF nº XXX.770.XXX-70, RG nº XXX.786.XXX – SSP/RN, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta no Processo nº 808/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto o Acréscimo de **24,63**% (vinte e quatro vírgula sessenta e três por cento) do valor inicial do Contrato, com fundamento no art. **124, I, b**, e o art. **125** da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Em razão da alteração ora formalizada, o valor total do contrato passa a ser de R$ 89.226,81 (oitenta e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), representando um acréscimo de R$ 17.633,71 (dezessete mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e um centavos), correspondente a 24,63% (vinte e quatro vírgula sessenta e três por cento) do valor originalmente contratado, conforme tabela abaixo:

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO	R$ 71.593,10
VALOR ADITIVADO	R$ 17.633,71
PERCENTUAL ADITIVADO	24,63 %
VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS O ADITIVO	R$ 89.226,81

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Unidade Orçamentária:03.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2209 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA
Natureza: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Região: 0001 - Lajes

CLÁUSULA QUARTA – PRODUÇÃO DE EFEITOS

O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir de 04 de julho de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Lajes/RN, em 04 de julho de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:0E496045

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2025

Convoca a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social e cria Comissão para Organização.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAJES/RN, reunido no dia 01 de julho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 849/2019.

Considerando a Resolução CNAS nº 174/2024 que dispõe sobre a convocação ordinária da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social,
Considerando o inciso VI do artigo 18 da Lei Federal nº 8.742/1993,
Considerando que as conferências de assistência social são instâncias deliberativas, com a atribuição de avaliar a política de assistência social e definir diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União,

RESOLVE:
Art. 1º. Convocar e definir a data de 09 de julho de 2025 para a realização da **13ª Conferência Municipal de Assistência Social,** com o tema: ***"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"***.
Art. 2º. Constituir a Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social.
§1º A Comissão Organizadora será formada pelos seguintes Conselheiros:
I – Maria Liete de Farias;
II – Micarla Almeida da Silva;
§2º Caberá ao Órgão Gestor Municipal de Assistência Social designar 02 (dois) técnicos para dar apoio logístico, operacional e administrativo às ações deste Colegiado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 01 de julho de 2025.

RAFAELLA JULIANA DE SOUZA ALVES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:7261E1DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA
CONVÊNIO N°. 03/2025

Partes: Prefeitura Municipal de Lucrécia/RN e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN.
Objeto: O presente **ACORDO** tem por objetivo a conjugação de esforços, no sentido de estabelecer ações conjuntas, visando a prestação de serviços de consultorias (gestão e tecnológica) para os produtores rurais visando o melhoramento da pecuária do município de Lucrécia/RN, por meio da implementação do projeto LEITE E GENÉTICA.
Base Legal: As partes declaram expressamente sujeitas às normas legais e regulamentares, tendo como base a lei municipal nº 566/2016, resolução nº 028/2020 – TCE/RN e decreto municipal nº 494/2021
Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será de 10 (dez) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo de prazo, se houver manifesto interesse das partes, com antecedência de 30 (trinta) dias do término deste ACORDO.

Valor Total: A execução do objeto do presente ACORDO compreenderá o valor total de até **R$ 54.100,00 (cinquenta e quatro mil e cem reais)**, do qual caberá ao MUNICÍPIO a responsabilidade pelo pagamento de **R$ 13.525,00 (treze mil, quinhentos e vinte cinco reais),** o que se dará por transferência bancária ao SEBRAE/RN. Por sua vez, caberá aos PRODUTORES RURAIS arcar com a quantia de **R$ 2.705,00 (dois mil, setecentos e cinco reais)** e ao SEBRAE/RN subsidiar o valor de **R$ 37.870,00 (trinta e sete mil, oitocentos e setenta reais)**.

Lucrécia/RN, 04 de julho de 2025.

ANTÔNIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito Constitucional – Prefeito Constitucional

JOSÉ FERREIRA DE MELO NETO
Diretor Superintendente

MARCELO SALDANHA TOSCANO
Diretor de Operações

Publicado por:
Kylson Kennedy Bandeira
Código Identificador:C6E20350

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 020/2025

A Prefeitura Municipal de LUCRÉCIA, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, que fará realizar procedimento licitatório - Modalidade: **Pregão** - Tipo**: Menor preço** - Objeto: **Registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo diesel S10 e gasolina comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN** - Sessão Pública

às **09:00 do dia 18 de julho de 2025**, Local: https://www.novobbmnet.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local.

LUCRÉCIA/RN, 04/07/2025

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:4947D9B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 276/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis, pertencentes ao patrimônio público municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o Sr. KLEBERSON ALVES DOS SANTOS, Agente de Contratação desta Prefeitura, para atuar como Leiloeiro Oficial na condução do procedimento de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis do Município de Lucrécia/RN, mediante leilão público.
Art. 2º Designar, para compor a Equipe de Apoio, os seguintes servidores:
I – Victor Hugo de Oliveira Amaral
II – Sandeji Suassuna Fernandes
III – Maria Ada da Costa Cunha
Art. 3º Compete ao Leiloeiro Oficial, com o auxílio da Equipe de Apoio:
I – Proceder à organização, avaliação e descrição dos bens a serem leiloados;
II – Preparar o edital do leilão, submetendo-o previamente à apreciação da Assessoria Jurídica Municipal;
III – Divulgar o leilão, observando os princípios da publicidade e da transparência;
IV – Conduzir a sessão pública do leilão, observando as normas legais vigentes;
V – Praticar demais atos necessários ao bom andamento e conclusão do procedimento.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 04 de julho de 2025.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:D87C966E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 021/2025

A Prefeitura Municipal de LUCRÉCIA, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, que fará realizar procedimento licitatório - Modalidade: **Pregão** - Tipo**: Menor preço** - Objeto: **Registro de preços para aquisição contínua e gradual de lubrificantes para a manutenção dos veículos pertencentes ao Município de Lucrécia/RN** - Sessão Pública às **09:00 do dia 21 de julho de 2025**, Local: https://www.novobbmnet.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local.

LUCRÉCIA/RN, 04/07/2025.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro (a)

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:B1FDC276

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA

O município de Marcelino Vieira-RN através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, torna público o Edital da Concorrência Eletrônica nº 002-C.E/2025, Objeto: contratação de empresa para os serviços de reforma no novo centro administrativo na rua Coronel José Marcelino, Centro de Marcelino Vieira-RN. O Edital e seus anexos estão disponíveis a todos para visualização e download na plataforma eletrônica www.novobbmnet.com.br; no Portal da Transparência Municipal em a partir de 07/07/2025 https://marcelinovieira.rn.gov.br/licitacao.php e no TCE-RN. A sessão no modo aberto se dará as 08:00 do dia 11/08/2025. O processo será conduzido por Franck Jackson de Araújo, Agente de Contratação designado para o ato.

ANTÔNIO DE LISBOA DIAS.
Secretária Municipal

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:2A32A402

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

O município de Marcelino Vieira-RN, através da Secretaria de Saúde em cumprimento a Lei Federal 14.133/2021 art. 74, inciso IV. TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO das empresas credenciadas junto a esta Instituição para prestação dos serviços oriundos do Chamamento Público por Credenciamento nº 2-CRED./2024. Cujo o objeto e o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS para prestação de serviços, conforme especificações e descrição na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", disponível por meio do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) no seguinte endereço eletrônico: http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp. na Secretaria municipal de Saúde de Marcelino Vieira-RN. Empresa Habilitada: POLI & SARMENTO LTDA. EPP. CNPJ nº 09.240.822/0001-14. Fica a Secretaria Municipal de Saúde Autorizada a convocar a empresa para assinar os demais termos e executar o serviço conforme demanda.
Marcelino Vieira-RN, 16 de junho de 2025

HINDEMBERG PONTES DE LIMA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:F6D71981

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
EXTRATO DE EDITAL - SECET

O Município de **Marcelino Vieira – RN**, por meio da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei nº 14.399/2022** (Lei Aldir Blanc), o **Decreto nº 11.740/2023**, a **Instrução Normativa MinC nº 23/2025** e o **Guia Prático da PNAB,** torna público o **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2025 – SECULT,** com informações acerca da Convocação dos **fazedores de cultura, artistas, produtores,**

coletivos culturais, conselheiros e sociedade civil para participação na **Escuta Pública** que irá subsidiar a elaboração do **Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR)** – Ciclo 2025, destinado à **definição de ações culturais** a serem financiadas com recursos da Aldir Blanc. O Edital se encontra no endereço eletrônico no link https://www.marcelinovieira.rn.gov.br/publicacoes.php?id=693 (site oficial do município de Marcelino Vieira-RN), com informações a cerca de programação, local, data, anexos e demais instruções.

Publicado por:
Hugo José Adelino
Código Identificador:D1858F6E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 247 -2025 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETORES E VICE-DIRETORES

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do Edital n° 001/2025, as servidoras abaixo relacionadas, nas atribuições inerentes à função de **DIRETORA ESCOLAR E VICE-DIRETORA ESCOLAR**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CENTRO DE ENSINO
ADRIANA DE SOUZA COSTA	DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL PROFESSOR JOÃO ONOFRE
FRANCISCA DAS CHAGAS PAIVA SILVA	VICE-DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL RITA BALIZA ALVES - CERBA
FRANCISCA MARTINS DOS SANTOS	DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MARGARIDA FERNANDES - CEIMF
MÁRCIA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRACHAVES	DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL RITA BALIZA ALVES - CERBA
MARIA JOSÉ FERNANDES DA SILVA	DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE CARLOS - CEPC
MARLUCE DA COSTA BARBOSA	DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL PROFª. AGÁ FERNANDES - CEPAF
REGINA DE FÁTIMA RIBEIRO TEIXEIRA MELO	DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL RAIMUNDA BARRETO - CERB

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS, em 04 de julho de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:04D92BF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 248 -2025 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR.

"Dispõe sobre designação de servidor público."

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 56, incisos I, II, IX, X e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º – **DESIGNAR** a servidora **ELISÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para desempenhar suas funções no Centro Educacional Professor João Onofre.

Art. 2º – A presente **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS, em 04 de julho de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:ADC3C7F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 249 -2025 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR.

"Dispõe sobre designação de servidor público."

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 56, incisos I, II, IX, X e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º – **DESIGNAR** a servidora **MARIA DA GLÓRIA FERNANDES DE ANDRADE**, ocupante do cargo de Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para desempenhar suas funções no Centro Educacional Rita Baliza Alves.

Art. 2º – A presente **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS, em 04 de julho de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:44C6CCCA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
2º AVISO DE COTAÇÃO REFORMULADO/SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

O município de Maxaranguape/RN, torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, em obediência aos parâmetros impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO:
AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO, AQUISIÇÃO, REVERSÃO DE PASSAGENS NÃO UTILIZADAS, COTAÇÃO DE PREÇOS E EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS PARA VOOS NACIONAIS, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DE VIAGENS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PORCENTAGEM DE DESCONTO NA TAXA RAV	VALOR TOTAL ESTIMADO
001	AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MARCAÇÃO,	PERCENTUAL	XXXXXXXXXXX %	R$ 50.000,00

	REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO, AQUISIÇÃO, REVERSÃO DE PASSAGENS NÃO UTILIZADAS, COTAÇÃO DE PREÇOS E EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS PARA VOOS NACIONAIS.			

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: compraspmmaxaranguape@gmail.com, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (*Portable Document Format*), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
b) Valor ou percentual total por extenso;
c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão;
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
g) Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.
A cotação deverá ser encaminhada até o 3º (terceiro) dia útil a partir dessa publicação, ou seja até o dia 10/07/2025.

Maxaranguape/RN, 04 de julho de 2025.

Atenciosamente,

SETOR DE COMPRAS – PMM

Publicado por:
Kedson Jose de Lima
Código Identificador:087A42A0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 198/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 198/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Exonerar a pedido a servidora efetiva **KAROLINE LOUISE SILVA DA COSTA**, CPF nº. 063.xxx.xxx-33, do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 04 de julho de 2025.

Maxaranguape/RN, 04 de julho de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:131C7035

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 199, DE 07 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 199, DE 07 DE JULHO DE 2025.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,
CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;
CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.
Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:
I – declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
II – declaração de bens.
Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.

Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 07 de julho de 2025 a 14 de julho de 2025, das 08h às 14h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do diploma de licenciatura em Pedagogia em Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC;
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares.
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;

8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
MYLENA GOMES DE ALBUQUERQUE	113.042.744-70	42º

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:33FB0B9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

A Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, por meio do Setor de Licitações e Contratos torna público que realizará no **dia 22/07/2025 às 09:00**horas, Licitação Pública na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**, com critério de julgamento ***Menor Preço por lote,*** nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, cujo objeto se trata de Contratação de empresa para ampliação das Escolas Municipais Belo Horizonte e Grimaldi Ribeiro no município de Montanhas, com a construção de duas salas de informática conforme Projeto Básico, de acordo com condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.portaldecompraspublicas.com.br , na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com.

Montanhas/RN, 04 de julho de 2025.

TASSIO PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:C871F09B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

PROCESSO Nº 78/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 042/2025
LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
LOCADOR: MARCOS BELMIRO DA ROCHA
CNPJ: 035.688.057-58
OBJETO: Locação de campo de futebol destinado à partidas e treinamento, localizado no sítio Serrote, zona rural do município de Montanhas/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 2.541,60 (Dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).
ORIGEM DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 19.001 - Secretaria Municipal de Esportes; AÇÃO: 2211 - Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes; NATUREZA: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; FONTE: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; REGIÃO: 0001 – Montanhas.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021

Montanhas/RN, 10 de junho de 2025.

ASSINAM PELAS PARTES:

LOCATÁRIO: Antonio Marcolino Neto
LOCADOR: Marcos Belmiro da Rocha

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:30D077EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 81/2025 PROCESSO LICITAÇÃO: Nº 300066/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: UNDIME-UNIAO DOS DIRIG.MUNIC.DE EDUCACAO, **CNPJ: 00.596.662/0001-76**
VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 4.890,00 (Quatro mil oitocentos e noventa reais)
OBJETO CONTRATADO: Inscrição de senha de acesso referente à participação do Secretário de Educação no 20º Fórum Nacional Ordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, promovido pela Undime Nacional, a ser realizado no período de 27 a 30 de julho de 2025, no Centro de Convenções Salvador, localizado na Av. Octávio Mangabeira, nº 5.490 – Boca do Rio, Salvador/BA.S.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, f, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A contratação direta encontra respaldo no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, que permite a inexigibilidade de licitação para contratação de instituição sem fins lucrativos, desde que a escolha do contratado decorra de inviabilidade de competição. O evento é promovido exclusivamente pelo UNDIME, entidade referência no âmbito da Educação e cuja participação se mostra indispensável para a atualização técnica e política do secretário Municipal de Educação.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 04/07/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso III, f, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 04 de julho de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:6C59AB04

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 82/2025 PROCESSO LICITAÇÃO: Nº 300067/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: UNDIME-UNIAO DOS DIRIG.MUNIC.DE EDUCACAO, **CNPJ: 00.596.662/0001-76**

VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 4.890,00 (Quatro mil oitocentos e noventa reais)
OBJETO CONTRATADO: Inscrição de senha de acesso referente à participação do servidor da secretaria de Educação no 20º Fórum Nacional Ordinário dos Dirigentes Municipais de Educação, promovido pela Undime Nacional, a ser realizado no período de 27 a 30 de julho de 2025, no Centro de Convenções Salvador, localizado na Av. Octávio Mangabeira, nº 5.490 – Boca do Rio, Salvador/BA.S.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, f, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A contratação direta encontra respaldo no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, que permite a inexigibilidade de licitação para contratação de instituição sem fins lucrativos, desde que a escolha do contratado decorra de inviabilidade de competição. O evento é promovido exclusivamente pelo UNDIME, entidade referência no âmbito da Educação e cuja participação se mostra indispensável para a atualização técnica e política do servidor vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 04/07/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso III, f, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 04 de julho de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:96A556F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 205 DE 04 DE JULHO DE 2025 - CMSB

PORTARIA Nº 205 DE 04 DE JULHO DE 2025 - CMSB

O Prefeito Constitucional do Município de Monte das Gameleiras, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação atual;

Considerando a instituição da Política Municipal de Saneamento Básico no município de Monte das Gameleiras/RN;

Considerando o estabelecido no Parágrafo único do Art. 25 da Lei Municipal nº 444, de 21 de junho de 2022 – "O Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico – SMSB, coordenado pelo Prefeito Municipal, é composto dos seguintes organismos e agentes institucionais: I – Conselho Municipal de Saneamento Básico";

Considerando que o Conselho Municipal de Saneamento Básico é um órgão consultivo e deliberativo, e que assegura a representação, mediante adequação, das representações previstas no Art. 26 da Lei Municipal nº 444/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, do Município de Monte das Gameleiras-RN:

1 – Representantes dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico

Genilson Júlio Rodrigues Félix - Secretaria Municipal de Turismo e Meio ambiente
Joaquim Mousinho de Pontes Neto - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
Suênia Karla Melo de Carvalho - Secretaria Municipal de Saúde
Josivaldo Rodrigues Félix - Secretaria Municipal de Finanças

2 – Representante dos segmentos de usuários dos serviços de saneamento básico

Lindolfo do Nascimento Lima - Representante da associação desenvolvimento serras do agreste potiguar - ADESAP
Francisco Nelson Gomes – Igreja Católica

3 - Representantes da entidade técnica relacionada ao setor de saneamento básico

Joaldo Batista da Silva – Engenheiro Civil
José de Lemos Junior – Representante da entidade técnica vinculada à Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Monte das Gameleiras/RN, 04 de julho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FÉLIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:D9D38083

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE N º 080511/2024 ADESÃO 002/2024

O Município de Monte das Gameleiras/RN, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº 08.196.941/0001-54, com endereço a Rua Justiniano da Costa, 118– Centro, Monte das Gameleiras – RN CEP 59.217-000, neste ato representado pelo Exmº. Senhor Prefeito Municipal, JEFERSON RODRIGUES FELIX, na qualidade de ordenador(a) de despesas, doravante denominado(a) CONTRATANTE, STA CAMINHOES RN VEICULOS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.365.912/0001-92, situada na AV. PIL. PEREIRA TIM (BR 101), 5000 SALA D, NOVA PARNAMIRIM, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59150-010, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). Sr. CARLOS ANDRÉ COSME FRANÇA, portador(a) do CPF nº, 983.551.554-91 – denominado(a) CONTRATADO, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação do Valor do Contrato inicial, é de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) será concedido um acréscimo/reequilíbrio de aproximadamente 4,62% (quatro vírgula sessenta e does por cento), passando valor global pra de R$ 355.710,00 (trezentos e cinquenta e

cinco mil setecentos e dez reais) contratado inicialmente, tudo em conformidade com a legislação vigente.; Fundamento Legal: no Art. 124, inciso II, alínea ―d‖ da Lei Federal n°. 14.133/2021;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

EXERCÍCIO 2025
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0207 SECRETARIA MUNIC DE SAUDE
PROJETO ATIVIDADE: 1.048 AQUISICAO DE AMBULANCIA SEMI UTI
FONTE DE RECURSOS: 1500100200, 1601000000
FICHA DE DESPESA: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir de 03/06/2025, e terá sua vigência até 02/06/2026

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

MONTE DAS GAMELEIRAS/RN 04 DE JUNHO DE 2025

PREFEITURA MUNICIPAL MONTE DAS GAMELEIRAS/RN,
CNPJ nº 08.196.941/0001-54
Contratante

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:99EAE962

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº. 059/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN – CNPJ nº. 08.167.306/0001-49. **CONTRATADA: VILLA LOBOS DA SILVA FERREIRA 09248167403** – **CNPJ nº** 41.933.860/0001-65. Objeto: atração musical VILLA LOBOS. Vigência 31/12/2025. Fundamento Legal: Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/21. Nísia Floresta/RN, em 03 de julho de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:2BC42A4F

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº. 060/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN – CNPJ nº. **08.167.306/0001-49**. **CONTRATADA:** UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCACAO DO RN, CNPJ Nº 00.596.662/0001-76. Objeto: INSCRIÇÃO NO 20º FÓRUM NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, que tem como tema: "Plano Decenal de Educação, Política de Estado para Garantir o Direito à Educação", que será realizado nos dias 27, 28, 29 e 30 de julho do corrente ano. Vigência 31 de dezembro de 2025. Fundamento Legal: Art. 74, Inciso III, "f", da Lei 14.133/21. Nísia Floresta/RN, em 04 de julho de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:CAFE9394

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO
SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

A Secretaria Municipal de Cultura de Nísia Floresta, por meio da Comissão Julgadora designada pela Portaria nº 02/2025, de 28 de abril de 2025, torna público o resultado final da Seleção Pública Nº 02/2025, referente ao Apoio Financeiro Aos Arraiás Juninos para compor a programação do São João de Nísia Floresta em 2025.
A Comissão Julgadora, composta pelos servidores João Paulo Pereira da Silva, Clédina Tavares dos Santos e Flavio da Silva do Nascimento, realizou a análise documental e de mérito das propostas submetidas, considerando os critérios estabelecidos no edital, tais como histórico, relevância cultural e adequação ao evento.

Arraiás aprovados para compor os apoios financeiros dos festejos juninos de 2025:

Arraiá	PROPONENTE	CPF
Arraiá do Zé Carão	Leonardo José do Nascimento	073.421.12X-XX
Arraiá dos Trindades	Lucas Nascimento da Silva	018.264.58X-XX
Arraiá do Raimundinho	Raiana Silva Araújo de Holanda	097.516.74X-XX
Arraiá do Lago Azul	Josenildo Souza da Silva	056.508.08X-XX
Arraiá dos Amigos	Ana Carla Trindade Ferreira Ambrósio	024.309.48X-XX
Arraiá da Lua	Teresinha Alves da Conceição	188.394.52X-XX
Arraiá da Capela de São Gonçalo	Genildo Valentim Costa	038.818.74X-XX
Arraiá da comunidade	Jônatas Costa do Nascimento	116.433.92X-XX
Arraiá da Ceiça	Creusa Cristina da Silva	056.515.12X-XX
Arraiá da Sebastiana	Gilvânia da Silva Luz Florêncio	010.403.57X-XX
Arraiá do Cumpadi Chico	Domarcos Peterson Lopes da Silva	712.737.92X-XX
Arraiá da Bela Vista	Amilton Itelo Barbosa de Almeida	071.065.17X-XX
Arraiá do Jorge Romano	Alexsandra Laurentino da Silva	051.463.95X-XX

Os proponentes aprovados deverão comparecer à Secretaria Municipal de Cultura para assinatura do termo de compromisso e retirada das orientações operacionais.
A lista completa dos aprovados será publicada no **Diário Oficial do Município (FEMURN)** e no site oficial da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta.

Nísia Floresta/RN, 10 de junho de 2025.

Comissão Julgadora:

JOÃO PAULO PEREIRA DA SILVA

CLÉDINA TAVARES DOS SANTOS

FLAVIO DA SILVA DO NASCIMENTO

JORGE JANUÁRIO DE CARVALHO
Secretaria Municipal Cultura – SEMUC

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:B9FFF6B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11, DE 04 DE JULHO DE 2025

Regulamenta o Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no inciso VI do art. 57 da Lei Orgânica do Município e demais fundamentos,

D E C R E T A :

CAPITULO I – Dos Objetivos

Art. 1º Fica regulamentado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso (FMDI), criado pelo Art. 16 da Lei Nº 639/2010 que será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Art. 2º O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas à proteção aos direitos da pessoa idosa no Município de Ouro Branco-RN.

§ 1º As ações de que trata o **caput** do artigo referem-se, prioritariamente, aos programas de proteção à pessoa idosa, com direitos violados ou ameaçados, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito da atuação das políticas sociais básicas.

§ 2º Eventualmente, os recursos do Fundo poderão se destinar a pesquisa, estudo e capacitação de recursos humanos.

§ 3º Dependerá de deliberação do Conselho Municipal de Direito do Idoso (CMDI) expressa nos seus Planos de Aplicação, a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas não estabelecidos no § 1º, deste Artigo.

§ 4º Os recursos do Fundo serão administrados segundo Diretrizes definidas pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso e integrarão o orçamento do Município.

CAPÍTULO II – Da Operacionalização do Fundo

Art. 3º O Fundo Municipal será cogerido e administrado pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso e pela Secretaria de Finanças e Tributação do município.

Art. 4º São atribuições do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, em relação ao Fundo:

I - Elaborar o plano de Aplicação de Recursos do Fundo.

II - Estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos.

III - Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo.

IV - Avaliar e aprovar os balancetes e o balanço anual do Fundo.

V - Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo.

VI - Mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do Fundo.

VII - Acompanhar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo, requisitando, para tal, auditoria do Poder Executivo sempre que necessário.

VIII - Aprovar convênios, ajustes, acordos e/ou contratos a serem firmados pelo Poder Executivo com recursos do Fundo.

IX – Publicar todas as resoluções do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, referentes ao Fundo.

Art. 5º São atribuições do Gestor Administrativo – Financeiro do Fundo, nomeado pelo Prefeito:

I - Coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação previsto no inciso I do art. 4º.

II - Preparar e apresentar ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso a demonstração da receita e da despesa executada do Fundo.

III - Emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento de despesa do Fundo.

IV - Tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios e ou contratos firmados pelo administrador e que digam respeito ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso;

V - Manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do Fundo;

VI - Manter o controle dos bens materiais patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo;

VII - Encaminhar à Contabilidade Geral do Município:

a) mensalmente, demonstração da receita e da despesa;

b) trimestralmente, inventário de bens materiais;

c) anualmente, inventário dos bens móveis e balanço geral do fundo.

VIII - Elaborar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, a demonstração constante do inciso II.

IX - Providenciar junto à Contabilidade do Município para que na demonstração fique indicada a situação econômica-financeira do Fundo;

X - Apresentar ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, de acordo com os demonstrativos;

XI - Manter o controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não governamentais;

XII - Manter o controle da receita do Fundo;

XIII - Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, relatório de acompanhamento e avaliação do Plano de Aplicação de recursos do Fundo;

XIV - Fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

CAPÍTULO III – Dos Recursos do Fundo

Art. 6º São receitas do Fundo:

I – Recursos provenientes de órgãos da União ou dos Estados, vinculados à Política Nacional da Pessoa Idosa;

II - Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município e as verbas adicionais que a lei vier a estabelecer no decurso de cada exercício;

III - Por doações do setor privado, de pessoas físicas e jurídicas;

IV - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional de Direitos do Idoso;

V - Por transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;

VI - Por doações, auxílio e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

VII - De produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitadas as legislações em vigor;

VIII - Pelos recursos advindos de Convênio, acordos e contratos firmados entre Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

IX - Pelos valores provenientes de imposição de penalidades administrativas e multas previstas na Lei 10.741/2003;

X - Por outros recursos que porventura lhe forem designados.

Art.7º Constituem ativos do Fundo, salvo determinação em contrário:

I - O saldo positivo do exercício anterior, conforme o artigo 73, da Lei Federal 4.320/64;

II - Disponibilidade monetária em bancos, oriundos das receitas especificadas no artigo anterior;

III - Direitos que por ventura vier a constituir;

IV - Bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas, projetos do Plano de Aplicação.

Art. 8º A contabilidade do Fundo Municipal tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observado os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 9º A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO IV – Da Execução Orçamentária

Art. 10. No prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da promulgação da Lei de Orçamento, o órgão co-gestor pelo Fundo apresentará ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso, para análise, aprovação e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Parágrafo Único – O Tesouro Municipal fica obrigado a liberar para o Fundo, no prazo estabelecido no cronograma financeiro do Plano de Aplicação, os recursos a ele destinado.

Art. 11. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

§ 1º Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

§ 2º Os recursos aprovados como Créditos Adicionais deverão ser liberados no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da aprovação.

Art. 12. A despesa do Fundo constituir-se-á:

I - Do financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial constantes do Plano de Aplicação;

II - Do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável.

Art. 13. A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas neste Decreto e será depositada e movimentada através de rede bancária oficial.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. O fundo terá vigência indeterminada.
Art. 15. Este decreto estará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito, Palácio Prefeito José Isaías de Lucena, Ouro Branco/RN, 04 de julho de 2025.

SAMUEL OLIVEIRA DE SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizeu Gomes Martins
Código Identificador:A29BEE31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE JULGAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025

A Prefeitura Municipal de Parazinho/RN, por meio da Comissão de Seleção, torna público o resultado da fase de qualificação do Chamamento Público nº 004/2025, cujo objeto é a qualificação de Organizações Sociais para futura celebração de Termo de Colaboração para gestão e execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Município de Parazinho/RN. Instituições qualificadas: Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana – IADVH; INEAS – Instituto Norte Rio-grandense de Educação, Assistência Social e Saúde; e Instituto Transformar RN – ITRN. Instituição não qualificada: Instituto Panamericano de Serviço – IPAS, em razão do não atendimento ao item 2.1.4, alínea "a" do Edital. Os interessados poderão consultar a íntegra da Ata de Julgamento e demais informações na sede da Prefeitura Municipal de Parazinho/RN, situada na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h.
Parazinho/RN, 04 de julho de 2025.

GEOVANDERSON SOARES GOMES
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Geovanderson Soares Gomes
Código Identificador:17F08BFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO/RN**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.631/0001-29, localizada na Praça Senador João Câmara, nº 20, Centro, Parazinho/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, objetivando a aquisição de medicamentos para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Parazinho/RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 025/2022/GP/PMP e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação em tela, devendo ser observadas as seguintes disposições: **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 10h00min do dia 07/07/2025. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 10h00min do dia 17/07/2025. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 10h15min do dia 17/07/2025. **PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO:** Às 23h59min do dia 14/07/2025. **PRAZO PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** Às 23h59min do dia 14/07/2025. **LOCAL/SITE:** www.bnc.org.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. **DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 07/07/2025, no sítio www.bnc.org.br. **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS**: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Agente de Contratação, através do sítio www.bnc.org.br. **AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** Geovanderson Soares Gomes. Parazinho/RN, em 03 de julho de 2025.

Publicado por:
Geovanderson Soares Gomes
Código Identificador:29C245F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 19/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 3969/2025
DISPENSA ELETÔNICA 19/2025

O MunicípiodeParelhas/RN através de sua agente licitante, torna público que no dia **10/07/2025**CETRàs **8:00h**, realizará licitação na modalidade **DISPENSA Nº 19/2025**, tendo como objeto: **"CONTRATAÇÃO DE JUIZ DO TORNEIO LEITEIRO"**, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br , por intermédio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.** As especificações estão estabelecidas no edital e seus Anexos, o envio de propostas será iniciado dia 07/07/2025 ás 08:00. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sites www.portalcompraspublicas.com.br, www.parelhas.rn.gov.br. E-mail: licitacao@parelhasrn.gov.br e cplparelhas@gmail.com.

Parelhas/RN, 03 de julho de 2025.

HENRIQUETA MONALISA FARIAS
Agente Licitante

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:872F84A8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 3221/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 33/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL

ADJUDICOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Eletrônico nº 33/2025 realizada em 16 de junho de 2025 (segunda-feira),no valor total de R$35.000,00, sendo vencedorasa(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

L DA S SOUZA LTDA- CNPJ: 50.319.684/0001-67 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**.

Parelhas/RN, em 04 de julho de 2025

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:3CD0674F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 3498/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 35/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A A Z, ATRAVÉS DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA OFICIAL DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ABC FARMA, MEDIANTE SOLICITAÇÃO PERIÓDICA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER DIARIAMENTE NOS QUANTITATIVOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PARELHAS/RN

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Eletrônico nº 35/2025 realizada em 26 de junho de 2025 (quinta-feira),no valor total de R$181.380,00, sendo vencedorasa(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

DROGARIA BEATO JOAO PAULO II- CNPJ: 35.658.327/0001-30 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3 ; totalizando o valor de **R$ 41.940,00 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta reais)**.

DROGARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA LTDA- CNPJ: 26.877.924/0001-64 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2 ; totalizando o valor de **R$ 41.880,00 (quarenta e um mil, oitocentos e oitenta reais)**.

SRL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 46.613.581/0001-38 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 97.560,00 (noventa e sete mil, quinhentos e sessenta reais)**.

Parelhas/RN, em 04 de julho de 2025

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:CB1121BB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 3221/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL

HOMOLOGO pelo presente Termo,para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Eletrônico nº 33/2025realizada em 16 de junho de 2025 (segunda-feira),no valor total de R$35.000,00, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:.

L DA S SOUZA LTDA- CNPJ: 50.319.684/0001-67 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**.

A(s) empresa(s) acima citada(s) está(ão) convocada(s), através de seu representante legal, para assinatura do(a) (ata de registro de preços ou contrato), no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

Parelhas/RN, 04 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:0E94D542

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 3498/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025

TABELA OFICIAL DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ABC FARMA, MEDIANTE SOLICITAÇÃO PERIÓDICA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER DIARIAMENTE NOS QUANTITATIVOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PARELHAS/RN

HOMOLOGO pelo presente Termo,para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Eletrônico nº 35/2025realizada em 26 de junho de 2025 (quinta-feira),no valor total de R$181.380,00, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:.

DROGARIA BEATO JOAO PAULO II- CNPJ: 35.658.327/0001-30 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3 ; totalizando o valor de **R$ 41.940,00 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta reais)**.

DROGARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA LTDA- CNPJ: 26.877.924/0001-64 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2 ; totalizando o valor de **R$ 41.880,00 (quarenta e um mil, oitocentos e oitenta reais)**.

SRL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 46.613.581/0001-38 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 97.560,00 (noventa e sete mil, quinhentos e sessenta reais)**.

A(s) empresa(s) acima citada(s) está(ão) convocada(s), através de seu representante legal, para assinatura do(a) (ata de registro de preços ou contrato), no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

Parelhas/RN, 04 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Neri de Oliveira Macedo
Código Identificador:B31E979C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 43/2025

REF. PROCESSO LICITATÓRIO PMP/RN N° 4.287/2025

INTERESSADO: Sec. Mun.de Assist. Soc.do Trab.Habit. e do Espo.
ASSUNTO: TAXA DE INSCRIÇÃO – ENCONTRO DE FORMAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 43/2025

Considerando, a análise técnica da Comissão de Contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município;

Considerando, a análise técnica da Comissão de Contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município; DETERMINO, que se proceda com a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO decorrente de TAXA DE INSCRIÇÃO – ENCONTRO DE FORMAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR., junto ao interessado: JE Assessoria e Consultoria em Formação Continuada, CNPJ (34.160.932/0001-13).
Em respeito ao disposto no art. 72, Inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021, RATIFICO e AUTORIZO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no Artigo Art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133, e, em consequência, determino a Contratação do interessado acima, de acordo com o que consta nos autos.

Parelhas/RN, 03 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henriqueta Monalisa Farias
Código Identificador:CF701610

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1.559/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 137/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 1.559/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 137/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO**.

Data da Assinatura: 27/06/2025.
Vigência: 27/06/2025 até 27/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Orgão participante: O Fundo de saúde do municipio de Parelhas
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Fornecedor: empresa **BIOPLENNA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA DIAGNOSTICO LTDA**
CNPJ: n° 13.160.859/0001-00
Representante: Alexandre Nicolas da Nobrega
CPF: **790.***.***-44**.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
0007	0022476 - TUBOS PARA COLETA DE SANGUE (SORO) TAMPA BRANCA SEM ADITIVO 4 ML	UND	6.000	0,55	3.300,00
0008	0003638 - LUGOL 2%	L	2	69,00	138,00
0009	0024361 - CÁLICE DE SEDIMENTAÇÃO PARA FEZES	Unidade	12	3,20	38,40
0026	0004142 - KITS PARA FATOR REUMATOIDE 2 ML	Unidade	4	32,00	128,00
0030	0018964 - CONTROLE DE BIOQUIMICA	KIT	12	82,50	990,00
0049	0024376 - REAGENTE PROTEÍNAS TOTAIS COLORIMETRICO 250ML	Unidade	3	39,00	117,00
Valor Total: R$ 4.711,40					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:C1CA748E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1.559/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 141/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 1.559/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 141/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO**.

Data da Assinatura: 27/06/2025.

Vigência: 27/06/2025 até 27/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Orgão participante: O Fundo de saúde do municipio de Parelhas
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Fornecedor: **EBD BIOTECH IMPORTACAO**
CNPJ: n° 13.977.106/0001-91
Representante: Rafael Augusto Nicolau dos Reis Montenegro Vilarinhos
CPF: **042.***.***-08**.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
0001	0018956 - TROPONINA I QUALITATIVA (TESTE RÁPIDO)	UND	600	R$ 5,58	R$ 3.348,00
Valor Total: R$ 3.348,00					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:04FB43CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 139/2024. PROCESSO: 2384/2024 PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2024

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 139/2024.

PROCESSO: 2384/2024
PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2024

CONTRATADA: **EMPRESA DE TERCEIRIZACAO SERVICOS E EVENTOS LTDA**
CNPJ: 26.915.808/0001-92**.**
OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a renovação da ata de registro de preços de n° 139/2024, cujo objeto se refere à para **"SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA"**, por mais 12 (dose) meses nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021 e decreto administrativo 284/2024.

ASSINATURA: 11/06/2025;
VIGÊNCIA: 11/06/2025 ATÉ 11/06/2026

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:60857E04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO N° 133, 134,135, 136 E 137/2024.

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO N° 133, 134,135, 136 E 137/2024.

PROCESSO: 1769/2024
PREGÃO ELETRÔNICO: 18/2024
CONTRATADAS:
J FABIO DOS SANTOS SOUZA TRANSPORTES, inscrita no CNPJ n° 13.049.464/0001-34;
MANOEL SEVERO DOS SANTOS MEI, inscrita no CNPJ n° 15.781.635/0001-40;
DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 29.048.853/0001-85;
FRANCISCO DAS CHAGAS MENDONÇA, inscrita no CNPJ n° 33.294.088/0001-50;
J S SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 45.663.429/0001-05.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a renovação das atas de registro de preços de n° **133, 134,135, 136 E 137/2024.**, cujo objeto se refere à para **"SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAL E CARGAS POR DEMANDA LIVRE",** por mais 12 (dose) meses nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021 e decreto administrativo 284/2024.

ASSINATURA: 10/06/2025;
VIGÊNCIA: 10/06/2025 ATÉ 10/06/2026

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:1B947A91

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO DE Nº. 155/2025-GAB/PREFEITO-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO DE Nº. 155/2025-GAB/PREFEITO-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, afetadas por desastre natural climatológico por seca, que provoca a redução sustentada das reservas hídricas existentes (COBRADE/1.4.1.2.0-Seca), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO os dados pluviométricos apurados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN, que apontam índices de chuvas significativamente abaixo da média histórica na zona rural do Município de Parelhas no primeiro semestre do ano de 2025, com precipitação acumulada inferior a 200 mm em diversas localidades, resultando na perda de safras e colheitas, bem como no colapso parcial das fontes de abastecimento hídrico rural;
CONSIDERANDO que a escassez hídrica tem comprometido o abastecimento para consumo humano e animal, afetando diretamente a subsistência das famílias rurais, bem como inviabilizando a produção agrícola e agropecuária de base familiar;
CONSIDERANDO que a severidade da seca impõe dificuldades à Administração Pública local na adoção de medidas isoladas, exigindo a atuação articulada com os Governos Estadual e Federal, especialmente para acesso a ações emergenciais como operação carro-pipa, distribuição de alimentos e apoio à recuperação da produção agrícola;
CONSIDERANDO os impactos socioeconômicos gerados pelo desastre climático, especialmente nas comunidades de agricultura familiar e áreas de maior vulnerabilidade social;
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada **situação de emergência por seca** na zona rural e zona urbana do Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, em virtude de desastre natural climatológico (COBRADE 1.4.1.2.0 – Seca), caracterizado pela redução sustentada das reservas hídricas e agravamento da vulnerabilidade socioeconômica da população rural.
Parágrafo Único. A Situação de Emergência de que trata o caput deste artigo:
I – Abrange todo o território rural e urbano do Município de Parelhas/RN;
II – Terá vigência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogada, caso persistam os efeitos da seca.
Art. 2º - Durante o período de vigência da Situação de Emergência, poderá o Município, com base no disposto no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizar contratações diretas, por dispensa de licitação, para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento das consequências da seca, mediante procedimento simplificado.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Parelhas, 03 de julho de 2025

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA.
Prefeito do Município de Parelhas

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:6A2DF807

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 261/2025 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N° 261/2025-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **SONEIDE MARIA DOS SANTOS,**ocupante do Cargo de Agente de Saúde matrícula nº 1007327, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 04 de agosto de 2025 e tendo como data fim 01 de novembro de 2025.
Parelhas, 04 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:85C74262

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 262/2025 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N° 262/2025-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses ao servidor Efetivo**GLICÉRIO DE SOUZA DANTAS,**ocupante do Cargo de Agente de Saúde matrícula nº 1007424, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 04 de agosto de 2025 e tendo como data fim 01 de novembro de 2025.
Parelhas, 04 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:A3557A03

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 263/2025 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N° 263/2025-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **JONEIDE MARIA DE LIMA ARAUJO,**ocupante do Cargo de Agente de Saúde matrícula nº 1007149, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 21 de julho de 2025 e tendo como data fim 18 de outubro de 2025.
Parelhas, 04 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:3E1F0F0D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 260/2025-GAB/PREFEITO

PORTARIA DE Nº 260/2025-GAB/PREFEITO

REVOGA A PORTARIA 254/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria n°254/2025 de 02 de julho de 2025, tendo em vista que o secretário não vai mais para o evento.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, Parelhas, 04 de julho de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:32A4125E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210518001. LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA.

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 20210518001 – Prorrogação de Prazo.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pilões/RN - CNPJ: 08.148.488/0001-00
CONTRATADO: MHF DE FREITAS EIRELI - EPP - CNPJ: 14.148.901/0001-30.
OBJETO: O presente aditivo tem como objeto o Acréscimo de mais 12 (doze) meses ao prazo estabelecido no Contrato nº 20210518001, com o ultimo aditivo firmado entre as partes em 01/06/2021, o qual teve seu prazo aditivado até a data de 29/05/2025 nos termos previstos em sua cláusula oitava.
ACRÉSCIMO E DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato, após o aditivo será 29/05/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.
RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato nº 20210518001, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme contrato originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.

Pilões/RN, em 29 de maio de 2025.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:8617B9FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210518002. LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 20210518002 – Prorrogação de Prazo.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pilões/RN - CNPJ: 08.148.488/0001-00
CONTRATADO: MHF DE FREITAS EIRELI - EPP - CNPJ: 14.148.901/0001-30.
OBJETO: O presente aditivo tem como objeto o Acréscimo de mais 12 (doze) meses ao prazo estabelecido no Contrato nº 20210518002, com o ultimo aditivo firmado entre as partes em 01/06/2021, o qual teve seu prazo aditivado até a data de 29/05/2025 nos termos previstos em sua cláusula oitava.
ACRÉSCIMO E DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato, após o aditivo será 29/05/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.
RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato nº 20210518002, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme contrato originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.

Pilões/RN, em 29 de maio de 2025.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:91D35F6C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20250515001 – MHF DE FREITAS LTDA

Termo de Contrato nº 20250515001; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES; CONTRATADA: M H F DE FREITAS LTDA; CNPJ: 14.148.901/0001-30; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PRÉ-ESCOLA MAGNA RODRIGUES BEZERRA, PILÕES/RN – FNDE - TIPO 2, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 959918/2024/FNDE/CAIXA - OPERAÇÃO Nº 1093857-57 – PROGRAMA: EDUCAÇÃO BÁSICA DEMOCRÁTICA, COM QUALIDADE E EQUIDADE; FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Municipal nº 002/2023 e Resolução nº 028/2020 TCE/RN; MODALIDADE DE

LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº**20250515001**; PROCESSO Nº **20250515001**; DATA DE ASSINATURA: 25/06/2025; VIGÊNCIA: 25/06/2026; VALOR: R$ 2.918.204,05; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 253 - 2 . 2009 . 12 . 365 . 12 . 1.64 . 0 . 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações / 254 - 2 . 2009 . 12 . 365 . 12 . 1.64 . 0 . 449051 - 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; SIGNATÁRIOS: MARIA MADALENA DE SOUZA - Prefeita, e MARIA HELENA FERREIRA DE FREITAS – MHF DE FREITAS LTDA.

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:98F7AE2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES
PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

MUNICIPIO DE PILÕES, CNPJ N° 08.148.488/0001-00, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a Licença Simplificada para a **Construção de Creche Padrão FNDE – Tipo 2, localizada Rua Pedro Nonato Fernandes, s/n, Bairro João Ferreira de Lima – Pilões/RN**.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:BF6BA9BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 469/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 469/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Valdemar de Araújo Bezerra**, matrícula nº **904**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5(meia)**diária (s), ao preço unitário de **R$60,00**(**SessentaReais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **03/07**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 04 de Julhode 2025.

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:678CF47B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 470/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 470/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Marcio Marcolino Pinto**, matrícula nº **343**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5(meia)**diária (s), ao preço unitário de **R$60,00**(**SessentaReais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **03/07**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/cirúrgico oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 04de Julhode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B8C224D5

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2025 PSS 011-25
PSICOLOGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislação aplicável, considerando a homologação do resultado do **Processo Seletivo Simplificado nº 011/2025**, destinado ao provimento temporário do cargo de **PSICÓLOG**O.

RESOLVE:
1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Ficam convocados os candidatos habilitados conforme listagem constante no **Anexo I** deste Edital, para manifestação formal de interesse na vaga e apresentação da documentação exigida.

2. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E FORMALIZAÇÃO DO VÍNCULO
2.1. O candidato convocado deverá comparecer à **Secretaria Municipal de Trab. Habit. Ass Social**, situada na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar de **07 de julho de 2025**, no horário das **08h às 12h**, para verificação de compatibilidade de horários junto à secretaria de Assistência Social, **Maria Markylyana Dias Soares**.

2.2. Confirmada a compatibilidade de horários, o candidato deverá comparecer ao **Departamento de Recursos Humanos**, localizado no mesmo endereço, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, a contar de **07 de julho**, no horário das **08h às 12h**, para entrega dos documentos exigidos nos Anexos II e III deste Edital, diretamente à servidora **Carla Dannielle Santos Leite**.

2.3. A entrega da documentação deverá ser realizada de forma completa, sendo vedado o recebimento parcial dos documentos, exceto no caso da **conta salário**. A ausência de qualquer documento

exigido nos anexos deste Edital ensejará o indeferimento da contratação.

2.4. O não comparecimento do candidato no prazo e local estipulados nos itens **2.1 e 2.2** acarretará a **perda do direito à contratação**, sem prejuízo da convocação dos candidatos subsequentes.

3.2. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Portalegre/RN, 04 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PSS – 011/2025 – PSICÓLOGO (A)

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: PSICÓLOGO (A)

Nº	NOME	CLASSIFICAÇÃO
04	**BRENNA BEZERRA DE ALMEIDA**	**CLASSIFICADA**

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1.1. 01 (uma) Foto 3x4;
1.2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (primeira página frente e verso)
1.3. Cópia do PIS/PASEP;
1.4. Apresentação cópia legível dos seguintes documentos **+ Original para conferência.**
1.5 – CPF;
1.6 - Cédula de Identidade (RG); (não pode ser substituída por carteira de motorista)
1.7- Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;
1.8 – Atestado de Antecedentes Criminais;
1.9 - Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
1.10 - Certidão de nascimento de filhos com até 21 (vinte) anos e CPF dos filhos;
1.11 - Certificado de reservista para o gênero masculino;
1.12 - Comprovante de escolaridade exigida para o cargo – frente e verso (Diploma de Graduação);
1.13 - Comprovante de residência atual, últimos 03 três meses;
1.14 - Comprovante de habilitação em órgão profissional de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
1.15 – Exame Nacional de Revalidação de Diploma - REVALIDA -
1.16 – Declaração de Regularidade com órgão de classe – CRM, CRP, ABO, OAB,CRF...
1.17. Comprovante de conta corrente/salário Banco Bradesco expedido em Portalegre RN – Solicitar ofício para autorização de abertura de contas no RH.
1.18. (anexo IV) - Declaração/Relação de Bens assinada, podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
1.19.(anexoV) Declaração assinada de que o candidato não possui cargo na administração Pública.
1.20. (anexo VI) Declaração de acúmulo de cargo, quando for o caso, assinada;
1.21. (anexo VII) Autodeclaração de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública;
1.22. (anexo VIII) Autodeclaração de Cor/Etnia
1.23. (anexo IX) - Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato;
1.24-(anexo X) - Requerimento de Reclassificação.
1.25-(anexo XI) - Termo de Desistência.

ANEXO III

3. DA RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OBRIGATÓRIOS

3.1. Os candidatos convocados deverão apresentar os seguintes exames médicos, com validade de até 90 (noventa) dias, em documentos originais (não serão aceitas cópias):

. Hemograma Completo
. Sumário de Urina e VDRL
. **Atestado de Aptidão Física e Mental emitido por médico do trabalho**
. Carteira de Vacinação atualizada

3.2. A ausência de qualquer um dos exames listados resultará no indeferimento da contratação do candidato.

ANEXO IV: **DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____,Declaro, nos termos de Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:
( )**Não possuo bens a declarar;**
( )**Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:**

Casa, Apartamento ou Terreno				
Endereço	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículos				
Tipo	Ano	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Cargo:_____

Portalegre (RN) _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO QUE NÃO EXERCE OUTRO CARGO NA ADMINISTRAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função público em qualquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste poder.

Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, em especial o disposto no art. 37, XVI.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Portalegre (RN) _____, de _____de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Declaro para os fins que se fizerem necessários, **acúmulo**, de acordo com as prerrogativas legais, o cargo de _____, Trabalhando _____h, semanal, correspondendo a _____h mensal, junto a _____, no município de _____.

Portalegre/RN, _____de_____e _____

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO (A)

ANEXO VII
DECLARAÇÃO QUE NÃO SOFREU PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

....

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO VIII

AUTODECLARAÇÃO DE COR/ETINIA

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, classificado (a) em _____ lugar, no Processo Seletivo Simplificado em epígrafe, para contratação de _____
Regido pelo edital, acima citado, convocado (a) através do edital de convocação nº _____
Publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN em _____; declaro, em conformidade com o quesito raça ou cor utilizadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de acordo com meu fenótipo, isto é, conforme minhas características físicas, que sou:
( ) Preto(a)
( ) Pardo(a)
( ) Indígena
( ) Branco(a)
( ) Amarelo(a)

Declaro também que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que, em caso de falsidade ideológica, estarei sujeito (a) às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, bem como a classificação e seleção será tornada sem efeito.
E por ser verdade, firmo a presente para que surtam seus efeitos legais.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO (A)

ANEXO IX

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no **Processo Seletivo Simplificado, acima citado** da Prefeitura Municipal de Portalegre (RN), confirmo o interesse em assumir o cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.
Telefone para contato: _____
E-mail para contato: _____

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____
ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO X

REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, classificado (a) em _____ lugar, no Processo Seletivo Simplificado em epígrafe, para contratação de _____
Regido pelo edital, acima citado, convocado (a) através do edital de convocação nº _____
Publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN em _____;
Venho por meio deste, **renunciar a minha posição** no certame mencionado e **solicitar minha reclassificação na última posição** da lista de classificados. Declaro ter conhecimento de que esta renúncia, efetuada em meu exclusivo interesse, tem caráter irretratável e que minha contratação somente será possível após a convocação de todos os demais candidatos. Declaro ainda ter ciência de que tal contratação poderá não se efetivar no período de vigência do referido edital.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO (A)

ANEXO XI

TERMO DE DESISTÊNCIA DE CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no Processo Seletivo Simplificado acima citado da Prefeitura Municipal de Portalegre (RN), declaro para os devidos fins, que fui convocado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Portalegre(RN), a tomar posse do cargo de_____, sob classificação nº_____ da listagem do Processo Seletivo em epígrafe, venho, de forma **irrevogável**, manifestar de livre e espontânea vontade a **desistência** de assumir o cargo o qual fui aprovado, renunciando a qualquer direito inerente ao concurso prestado, pelo que firmo a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____
ASSINATURA DO CANDIDATO

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:764BBCBF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 019/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 019/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. Teorgia Fonseca de Paiva Pinheiro, brasileira, inscrita no CPF nº 779.XXX.XXX-15, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Teorgia Fonseca de Paiva Pinheiro para o exercício da função de ASD – Auxiliar de Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, em razão de remanejo inesperado de servidora efetiva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início em 05 de maio de 2025 e término em 03 de agosto de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao

CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E19D2A25

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 019/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 019/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. Teorgia Fonseca de Paiva Pinheiro, brasileira, inscrita no CPF nº 779.XXX.XXX-15, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Teorgia Fonseca de Paiva Pinheiro para o exercício da função de ASD – Auxiliar de Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, em razão de remanejo inesperado de servidora efetiva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início em 05 de maio de 2025 e término em 03 de agosto de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:2CD67DED

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. Suelange de Souza Leite, brasileira, inscrita no CPF nº 028.XXX.XXX-09, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Suelange de Souza Leite para o exercício da função de ASD – Auxiliar de Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, em razão de remanejo inesperado de servidora efetiva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início em 06 de maio de 2025 e término em 04 de agosto de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 06 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3EE30C4A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 021/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 021/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. Daniele Lucena David, brasileira, inscrita no CPF nº 119.XXX.XXX-64, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Daniele Lucena David para o exercício da função de ASD – Auxiliar de Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, em razão de remanejo inesperado de servidora efetiva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início em 06 de maio de 2025 e término em 04 de agosto de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 06 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:5F244D6E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 022/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 022/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. **Libina Vitória de Brito**, brasileira, inscrita no CPF nº 150.XXX.XXX-69, residente em Felipe Guerra/RN.
Objeto: Contratação temporária de profissional FISIOTERAPEUTA com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, para suprir vaga decorrente da vacância do cargo, considerando a inexistência de provimento efetivo pelo concurso público vigente, conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2025.
Fundamentação Legal: : com base no inciso XI, artigo 2º e 4º da Lei Municipal nº. 403/2018, cumulado com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 7 de maio de 2025 e término em 7 de maio de 2026.
VALOR: R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 30 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 07 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:668C75BA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 023/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 023/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADO:** Sr. Alex Aquilla Souza Queiroz, brasileiro, inscrito no CPF nº 085.XXX.XXX-97, residente em Pau dos Ferros/RN.
Objeto: Contratação temporária de profissional CIRURGIÃO DENTISTA com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, para suprir vaga decorrente da vacância do cargo, considerando a inexistência de provimento efetivo pelo concurso público vigente, conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2025.
Fundamentação Legal: com base no artigo 2º, inciso IX, cumulado com artigo 5º §2º da Lei Municipal nº. 403/2018, para atender a programa do Governo Federal, A Equipe de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família – modalidade I. Em conformidade com a Portaria da Secretaria do Ministério da Saúde - Nº 32, DE 19 de maio de 2021.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 7 de maio de 2025 e término em 7 de maio de 2026.
VALOR: R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) mensais, com acrescido de adicional de insalubridade 20% e Gratificação por Incentivo R$ 1.755,39 (Mil setecentos e cinquenta e correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.
Portalegre/RN, 07 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:724CD5AC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 025/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 025/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. **Maria Consuelo Feitoza Cardoso**, brasileira, inscrita no CPF nº 068.XXX.XXX-83, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Maria Consuelo Feitoza Cardozo para o exercício da função de Técnica em Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico para atender a demanda inesperada em virtude da Portaria de Licença Maternidade de Servidora Efetiva, Portaria nº 405/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso X alínea "a", do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 175 (cento e setenta e cinco) dias, com início em 12 de maio de 2025 e término em 03 de novembro de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 12 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3AE096DD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 026/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 026/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. Francisca Euderlania Nascimento Ribeiro, brasileira, inscrita no CPF nº 011.XXX.XXX-28, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Francisca Euderlania Nascimento Ribeiro para o exercício da função de ASD – Auxiliar de

Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, em razão de remanejo inesperado de servidora efetiva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início em 12 de maio de 2025 e término em 10 de agosto de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 12 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:48E57C78

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 027/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 027/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. **Marilange Aparecida Leide de Souza**, brasileira, inscrita no CPF nº 059.XXX.XXX-07, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Marilange Aparecida Leide de Souza para o exercício da função de Merendeira, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, com base no Processo Seletivo nº 003/2024.
FUNDAMENTO LEGAL: com base no inciso XI, artigo 2º e 4º da Lei Municipal nº. 403/2018, cumulado com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 15 de maio de 2025 e término em 15 de maio de 2026.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 15 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:21B77F48

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 028/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 028/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADO:** Sr. **Marcos Vinicius do Nascimento Silva**, brasileiro, inscrito no CPF nº 131.XXX.XXX-82, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária do Sr. Marcos Vinicius do Nascimento Silva para o exercício da função de ASD – Auxiliar de Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, em razão de Auxilio Doença de Servidor efetivo.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 160 (cento e sessenta) dias, com início em 22 de maio de 2025 e término em 29 de outubro de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 22 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:CCCDA04E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 038/2025.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 038/2025.
Partes:
CONTRATANTE: Município de Portalegre/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. José Augusto de Freitas Rêgo. **CONTRATADA:** Sra. **Edvania Maria Costa da Silva**, brasileira, inscrita no CPF nº 103.XXX.XXX-75, residente em Portalegre/RN.
OBJETO: Contratação temporária da Sra. Edvania Maria Costa da Silva para o exercício da função de ASD – Auxiliar de Serviços Diversos, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o inciso XI do art. 2º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início em 01 de junho de 2025 e término em 30 de agosto de 2025.
VALOR: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, correspondente a uma carga horária de 40 horas semanais, com os devidos acréscimos e descontos legais.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 01 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:8AD45C42

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO PARA COMPOSIÇÃO EQUIPE EMULTI.
OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Psicólogo**.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Felipe Moises Fernandes Galdino**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 094.XXX.XXX-46, residente no município de Pau dos Ferros/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento artigo 2º, inciso IX, cumulado com artigo 5º §2º da Lei Municipal nº. 403/2018, para atender a programa do Governo Federal, Equipe Emulti Estratégia, regulamentada pela Lei Complementar nº 024 de 28 de agosto de 2023.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **8 de maio de 2025** e término em **8 de maio de 2026**.
Portalegre/RN, 8 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:46A37A55

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE FONOAUDIÓLOGA PARA COMPOSIÇÃO EQUIPE EMULTI.
OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Fonoaudióloga**.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Leocadia Raimunda Soares Bezerra**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 701.XXX.XXX-01, residente no município de Francisco Dantas/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento artigo 2º, inciso IX, cumulado com artigo 5º §2º da Lei Municipal nº. 403/2018, para atender a programa do Governo Federal, Equipe Emulti Estratégia, regulamentada pela Lei Complementar nº 024 de 28 de agosto de 2023.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 1.700,00 (Mil e setecentos reais)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 10 (dez) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **24 de maio de 2025** e término em **24 de maio de 2026**.
Portalegre/RN, 24 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:C4294FC0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO PARA COMPOSIÇÃO EQUIPE EMULTI.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO PARA COMPOSIÇÃO EQUIPE EMULTI.
OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Psicólogo**.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Felipe Moises Fernandes Galdino**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 094.XXX.XXX-46, residente no município de Pau dos Ferros/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento artigo 2º, inciso IX, cumulado com artigo 5º §2º da Lei Municipal nº. 403/2018, para atender a programa do Governo Federal, Equipe Emulti Estratégia, regulamentada pela Lei Complementar nº 024 de 28 de agosto de 2023.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **8 de maio de 2025** e término em **8 de maio de 2026**.
Portalegre/RN, 8 de maio de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:646496A8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Debora Juliana Rodrigues Pereira**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 103.XXX.XXX-99, residente no município de Portalegre/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **09 de junho de 2025** e término em **09 de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 09 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:C0345D69

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Maria José da Silva**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 094.XXX.XXX-30, residente no município de Francisco Dantas/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **09 de junho de 2025** e término em **09 de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 09 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E4308B72

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSOR PEDAGOGO, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, o Sr. **Weverton de Queiroz Nobre**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 083.XXX.XXX-01, residente no município de Francisco Dantas/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **09 de junho de 2025** e término em **09 de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 09 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:4BBBB8AD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Maria Fabiana Soares de Oliveira**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 106.XXX.XXX-09, residente no município de Francisco Dantas/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em 16**de junho de 2025** e término em 16**de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 16 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:950BCBDB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Meri Regiane Ribeiro de Lima**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 033.XXX.XXX-76, residente no município de Portalegre/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **16 de junho de 2025** e término em **16 de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 16 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E7499A3D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2025,

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Maria de Fatima Marques Sousa**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 026.XXX.XXX-47, residente no município de Portalegre/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **16 de junho de 2025** e término em **16 de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 16 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:90E42FAD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Pedagoga**, conforme aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.
PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Sra. **Nadja Dias Paiva**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 028.XXX.XXX-06, residente no município de Portalegre/RN, doravante denominada **CONTRATADA**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: A contratada perceberá a remuneração mensal de **R$ 3.650,82 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **16 de junho de 2025** e término em **16 de junho de 2026**.

Portalegre/RN, 16 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:4445875C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2025, REFERENTE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO PARA COMPOSIÇÃO EQUIPE CRAS I.

PARTES: De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59.810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, o Sr. **Clívio Iago Dias de Paiva** , brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 099.XXX.XXX-55, residente no município de Umarizal/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.
OBJETO: Contratação temporária de profissional para o exercício da função de **Psicólogo** junto à equipe CRAS I.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como os arts. 2º e 4º da Lei Municipal nº 403/2018.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **2 de junho de 2025** e término em **2 de junho de 2026**.
REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA: O contratado perceberá a remuneração mensal de **R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais)**, sujeita aos descontos legais e encargos decorrentes da natureza do vínculo, com **carga horária de 30 (trinta) horas semanais**.
CLÁUSULA DE RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao CONTRATADO amparado nas clausulas da Lei 403/2018, que versa sobre a contratação temporária.
VEDAÇÃO: Fica proibida qualquer forma de assédio eleitoral no âmbito da execução contratual, nos termos da Cláusula Oitava.
FORO: Comarca de Portalegre/RN.

Portalegre/RN, 2 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:2C6F1E40

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 078/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 078/2024

Partes:

De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Francisca Calinne Soares**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 078/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 078/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Francisca Calinne Soares.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:B7C4DD75

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 079/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 079/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Fernanda Maria da Costa Cavalcante**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 079/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 079/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Francisca Maria da Costa Cavalcante.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:10A372FE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 080/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 080/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Francisca Gecica da Silva**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 080/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 080/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Francisca Gecica da Silva.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:C95AA3CC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 081/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 081/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Cristiane Regina Pereira**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 081/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 081/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Cristiane Regina Pereira.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:067FBF51

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 082/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 082/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Ana Kassandra da Silva Torres**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 082/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 082/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Ana Kassandra da Silva Torres.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:D501DB2C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 083/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 083/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Cosma de Oliveira Holanda**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 083/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 083/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Cosma de Oliveira Holanda.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:2E97A29D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 084/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 084/2024
Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Luiza Rafaela Nunes de Souza**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 84/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 84/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Luiza Rafaela Nunes de Souza.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E88068E8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 085/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 085/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Francisca Mariete Macário Ribeiro**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 085/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 085/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Francisca Mariete Macário Ribeiro.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:D150CE1C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 086/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 086/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Camila Nadja de Oliveira**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 086/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 086/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor

legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Camila Nadja de Oliveira.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:30C366A4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 086/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 086/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Camila Nadja de Oliveira**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 086/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 086/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Camila Nadja de Oliveira.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F78E6E34

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 088/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 088/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Ana Vita Otaviano Costa**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 088/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 088/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Ana Vita Otaviano Costa.

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:7E849178

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 089/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 089/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Joaquina Silva Nascimento**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 089/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 089/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos

da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Joaquina Silva Nascimento.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E5831840

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Paloma Soares Crisóstomo**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 090/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 090/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Paloma Soares Crisóstomo.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3C92D33B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/2024
Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Paloma Soares Crisóstomo**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 090/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **merendeira**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 090/2024** para o período compreendido entre **02 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Paloma Soares Crisóstomo.

Portalegre/RN, 02 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E0E9AE36

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 098/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 098/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, o senhor **Antônio Fabíulo da Costa Olímpio**, com endereço no município de Pau dos Ferros/RN, doravante denominado CONTRATADO.

Objeto:
Prorrogação da vigência do Contrato nº 098/2024, que tem por objeto a contratação temporária de **Professor de CIÊNCIAS**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do Contrato nº 098/2024 para o período compreendido entre **04 de junho de 2025** a **04 de junho de 2026**.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Antônio Fabíulo da Costa Olímpio.

Portalegre/RN, 04 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E6FB7212

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 099/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 099/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Maria Edileuza Pereira**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 099/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **ASD**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 099/2024** para o período compreendido entre **18 de junho de 2025 a 18 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Maria Edileuza Pereira.

Portalegre/RN, 18 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:983216EC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 099/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 099/2024

Partes:
De um lado, o **Município de Portalegre**, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.358.053/0001-90, com sede à Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **José Augusto de Freitas Rêgo**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a senhora **Maria Edileuza Pereira**, residente e domiciliado no Município de Portalegre/RN, doravante denominado **CONTRATADO**.

Objeto:
Prorrogação da vigência do **Contrato nº 099/2024** e alteração do valor da remuneração referente à contratação temporária de **ASD**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Fundamentação Legal:
Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com os arts. 4º e 5º, §2º, da Lei Municipal nº 403/2018.

Vigência:
O presente ajuste prorroga a vigência do **Contrato nº 099/2024** para o período compreendido entre **18 de junho de 2025 a 18 de junho de 2026**.

Valor Salarial:
Fica ajustado que a remuneração mensal do CONTRATADO passa a ser de **R$ 1.518,00** (um mil, quinhentos e dezoito reais), nos termos da Lei Municipal nº 586/2025, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2025, em razão da não formalização tempestiva de aditivo específico à época. Esta correção visa adequar o contrato ao valor legal vigente desde aquela data, preservando a legalidade e a continuidade da contratação.

Signatários: Jose Augusto de Freitas Rêgo e Maria Edileuza Pereira.

Portalegre/RN, 18 de junho de 2025

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:46DE92E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 502, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 502, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Walmor Fernandes de Paiva**, CPF Nº 050.XXX.XXX-83, matrícula nº 459, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, conforme previsão legal vigente. O valor unitário da diária é de R$ 60,00 (sessenta reais), neste caso, o servidor receberá o valor referente a **R$ 30,00 (trinta reais),** destinado ao custeio das despesas referentes ao deslocamento para a cidade de Mossoró/RN, no dia 04 de julho do corrente ano, para análise e avaliação de Caminhão Basculante em serviço mecânico no Município de Mossoró/RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está em conformidade com os normativos legais e regulamentares vigentes, sendo sua aplicação condicionada à devida prestação de contas nos termos do Decreto Municipal nº 057/2019.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:0147A53B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 503, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 503, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Walmor Fernandes de Paiva**, CPF Nº 050.XXX.XXX-83, matrícula nº 459, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, conforme previsão legal vigente. O valor unitário da diária é de R$ 60,00 (sessenta reais), neste caso, o servidor receberá o valor referente a **R$ 30,00 (trinta reais),** destinado ao custeio das despesas referentes ao deslocamento para a cidade de Caicó/RN, no dia 04 de julho do corrente ano, com objetivo de transportar motorista municipal que irá reconduzir Veículo Van que passa por manutenção em Caicó/RN.
Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está em conformidade com os normativos legais e regulamentares vigentes, sendo sua aplicação condicionada à devida prestação de contas nos termos do Decreto Municipal nº 057/2019.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:BFB9C875

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 504, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 504, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de N° 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal N° 057/2019, de 06 de setembro de 2019, que trata das conceções de Diárias.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Francisco Rodrigues Neto Marques da Silva**, CPF Nº **070.XXX.XXX-60**, matrícula nº **905**, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, cujo valor unitário é R$ 60,00 (sessenta) reais, neste caso, o servidor receberá o valor referente a **R$ 30,00 (trinta)** reais para custear despesas na cidade de Caicó/RN no dia 04 de julho do corrente ano, para reconduzir veículo municipal que estava em manutenção no município de Caicó/RN.
Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está em conformidade com os normativos legais e regulamentares vigentes, sendo sua aplicação condicionada à devida prestação de contas nos termos do Decreto Municipal nº 057/2019.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:AC52F0A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 501, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA Nº 501, DE 04 DE JULHO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR POR MOTIVO DE SAÚDE, EM RAZÃO DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 22 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a apresentação do atestado médico, pela servidora **EDILEUZA MARIA SOARES,** concedendo afastamento do trabalho para tratamento médico, pelo prazo de 04 (quatro) dias;
CONSIDERANDO o disposto no art. 104, VIII, alínea "b" da Lei municipal nº 181/2007, que regulamenta a concessão de afastamentos para tratamento de saúde no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **EDILEUZA MARIA SOARES,** ASD, afastamento de suas funções pelo período de [04] dias, compreendido entre [24/06/2025] e [27/06/2025], em razão da apresentação de atestado médico expedido por profissional de saúde regularmente habilitado.
Art. 2ºA servidora deverá retomar suas atividades no primeiro dia subsequente ao término do afastamento, salvo nova recomendação médica devidamente justificada e apresentada ao setor competente.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de junho de 2025.

JOSÉ AGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:091C48BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 171 - 2025 - LICENÇA PRÊMIO - FRANCISCA NOÉLIA DINIZ

PORTARIA Nº 171/2025 – GP/PMRG
Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 04 de julho de 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISCA NOÉLIA DINIZ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no artigo 103 da Lei nº 221/1996 – Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN,
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder **Licença-Prêmio por Assiduidade** a servidora pública municipal **FRANCISCA NOÉLIA DINIZ**, *Auxiliar de Serviços Diversos*, matrícula funcional nº 4484, pertencente ao quadro de servidores efetivos da **Secretaria Municipal de Educação**, pelo período de **07 de julho de 2025 a 07 de outubro de 2025**, conforme requerimento formalmente apresentado pela servidora.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:42FD45ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 199/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. **Antônio Adriano Ferreira, CPF nº 030.***.***-30,** motorista, 01 diária e meia, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 03 e 04 de Julho acompanhando a Secretaria do Gabinete Civil para resolver assuntos do interesse da gestão.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 04 de Julho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:4B83467B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 200/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. Francisco Luciano de Paiva Soares, CPF nº 076.*.***-51,** Assistente de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Meia diária, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Fortaleza/CE, no dia 04 de Julho de 2025, transportando paciente carente para consulta medica especializada.

Cumpra-se

Riacho da Cruz/RN, 04 de Julho de 2025

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:B174BBBB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 201/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder, a Sra. **Raphaella Alexandre Cavalcante, CPF nº 065.***.***-03,** Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Família, 03 (três) diárias e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Aracaju/SE, nos dias 06 a 09 de Julho de 2025, para participar do encontro regional do colegiado de gestores municipal de Assistência Social com o tema 25º encontro nacional do CONGEMAS: ¨consolidando o SUAS pelo brasil: panorama regionais, novos rumos e desafios decenais¨.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 04 de Julho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:1A482ADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 202/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder, a Sra. **Paulo Guilherme de Oliveira Ferreira, CPF nº 131.***.***-46,** Gerente de Proteção Social Básica, 03 (três) diárias e meia, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Aracaju/SE, nos dias 06 a 09 de Julho de 2025, para participar do encontro regional do colegiado de gestores municipal de Assistência Social com o tema 25º encontro nacional do CONGEMAS: ¨consolidando o SUAS pelo brasil: panorama regionais, novos rumos e desafios decenais¨.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 04 de Julho de 2025.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:7841408C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 203/2025

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. Francisco Luciano de Paiva Soares, CPF nº 076.*.***-51,** Assistente de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Meia diária, para que o mesmo possa se deslocar até o aeroporto de Fortaleza/CE, no dia 06 de Julho de 2025, transportando servidores da Assistência Social que iram participar do encontro regional do colegiado de gestores municipal de Assistência Social com o tema 25º encontro nacional do CONGEMAS: ¨consolidando o SUAS pelo brasil: panorama regionais, novos rumos e desafios decenais¨.

Cumpra-se

Riacho da Cruz/RN, 04 de Julho de 2025

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Evaristo de Paiva
Código Identificador:0B992D81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2025

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00015/2025, que objetiva: fornecimento de peças automotivas para veículos pesados da linha amarela pertencentes as Secretarias Municipais deste Município de Riacho de Santana–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI - R$ 384.315,62; J. MARANGONI COMERCIAL – IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - R$ 10.530,80.
Riacho de Santana - RN, 04 de Julho de 2025

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:11B918BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 343/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 4 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 343/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 4 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **LUIS ELIAS DE FREITAS**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 4 de julho de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:BC8A3CAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 344/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 4 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 344/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 4 DE JULHO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY DE SOUSA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 4 de julho de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:27E21AC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 062/2024

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato n° 062/2024

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. João Basílio Neto, torna pública a celebração de Termo Aditivo ao contrato administrativo sob o nº 062/2024, com a empresa **ANGULO ENGENHARIA LTDA - EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.035.352/0001-50, sediado(a) na Rua Maristela Alves, 720, Bloco A, Apto 302. Bairro: Felipe Camarão – Natal/RN**, para fins de prorrogação de prazo, que vigorará a partir do dia 04 de julho de 2025 até o dia 04 de julho de 2026, podendo ser prorrogado, verificando-se as disposições contidas nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. O presente extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Riachuelo/RN, 04 de julho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EXTRATO DE TERMO ADITIVO acima foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados.

Riachuelo/RN, 04 de julho de 2025.

FRANCISCA VALDELENE TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Tributação

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:CC6C2315

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 063/2024

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato n° 063/2024

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. João Basílio Neto, torna pública a celebração de Termo Aditivo ao contrato administrativo sob o nº 063/2024, com a empresa **NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.964.948/0001-08, sediado(a) na SAUS, Quadra 5, Bloco K, Salas 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816 e 817 – Ed. OK Office Tower, Asa Sul – Brasília-DF, CEP 70.070-050**, para fins de prorrogação de prazo, que vigorará a partir do dia 04 de julho de 2025 até o dia 04 de julho de 2026, podendo ser prorrogado, verificando-se as disposições contidas nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. O presente extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Riachuelo/RN, 04 de julho de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EXTRATO DE TERMO ADITIVO acima foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados.

Riachuelo/RN, 04 de julho de 2025.

FRANCISCA VALDELENE TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Tributação

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:08D53872

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 028/2025 – PMR/RN

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 028/2025 – PMR/RN
Processo Administrativo n° 068/2025

Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica do Município, como também a informação da Secretaria Municipal de Finanças, onde assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o suporte da despesa aqui tratada, destinada ao **Pagamento da Inscrição do Secretário Municipal de Educação de Riachuelo/RN, o Sr. Rômulo Araújo Basílio, para participação no 20º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, com o tema, Plano Decenal de Educação, Política de Estado para Garantir o Direito à Educação, que será realizado de 27 a 30 de julho de 2025, na cidade de Salvador/BA**, **AUTORIZO e RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de: **UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO,** inscrita no CNPJ nº 03.604.410/0001-30**,** no valor global de R$ 600,00 (seiscentos reais), tendo como Diploma Legal o Art. 74, Inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores e Decreto Municipal n° 1024 de 19 de janeiro de 2022, mediante contratação direta.

Riachuelo/RN, em 03 de julho de 2025

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:15BF3B27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 214/2025 - CONCEDE DIÁRIA A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 214/2025

Concede Diária a Servidores do Município de Riachuelo e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RIACHUELO,Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições, cumulado com as disposições trazidas nos Decretos n° 930/2028 e n° 1.105/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder diárias, conforme determina os Decretos n° 930/2018 e n° 1.105/2025, para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano e hospedagem durante viagem a Aracajú/SE, para participar do **25° Encontro do CONGEMAS-Nordeste**, nos dias 07 e 08 de julho de 2025, das 8h às 17h, aos senhores:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
DAMIÃO JOAQUIM DA SILVA NETO	Secretário	2 e meia diárias	R$2.000,00
FRANCISCO LEVY GOMES AZEVEDO	Coordenador	2 e meia diárias	R$1.250,00
SORAYA VALÉRIA CAVALCANTE ALVES	Assistente Social	2 e meia diárias	R$1.250,00
MYRELLA ALVES DE ARAÚJO	Assessora	2 e meia diárias	R$1.250,00

Art. 2º. Solicita a Sra. Secretária Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Riachuelo/RN, 04 de julho de 2025

JOSÉ ELITO ARAÚJO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:03B735DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 387/2025 – GPMRF

Conceder diárias a Conselheira Tutelar e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 02 (duas) diárias, a senhora **Andreia Batista Gomes Ferreira**, Conselheira Tutelar, durante sua permanência em Martins/RN, com fulcro na participação do "**ENCONTRO DE FORMAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**", que acontecerá nos dias 03 a 05 de julho do corrente ano, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 01 de julho de 2025.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Republicada por incorreção

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:570FBDFD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 390/2025 – GPMRF

Conceder diárias ao Motorista e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 02 (duas) diárias, ao senhor **GILBERTO FERREIRA LOPES**, Motorista, durante sua permanência em Martins/RN, com fulcro em conduzir os servidores para participarem do "**ENCONTRO DE FORMAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**", que acontecerá nos dias 03 a 05 de julho do corrente ano, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 01 de julho de 2025.

Republicado por incorreção

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:4204199B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025

Contratante: Município de Rio do Fogo/RN - **CNPJ**: 01.612.393/0001-57
Contratada: MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSTRUMETOS MUSICAIS, PARA ATENDER AS BANDAS MARCIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOANA DE SOUZA RIBEIRO E ESOLA MUNICIAPAL ZACARIAS GOMES DESTE MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO/RN.
Valor Global: R$ 9.940,00 (NOVE MIL NOVECENTOS E QUARENTA REAIS);
Vigência: 04/07 a 31/12/2025
Fundamentação: Lei n° 14.133/2021, art. 75, inciso II (com posteriores alterações).
Assinaturas:
Pelo contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - CPF: 000.659.704-11 (Prefeito Municipal);

Pela contratada: MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96.

Rio do Fogo- RN, 07 de julho de 2025.

Publicado por:
Marcio Gleidson Brito do Nascimento
Código Identificador:11834C47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025

Contratante: Município de Rio do Fogo/RN - **CNPJ**: 01.612.393/0001-57
Contratada: MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSTRUMETOS MUSICAIS, PARA ATENDER AS BANDAS MARCIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOANA DE SOUZA RIBEIRO E ESOLA MUNICIAPAL ZACARIAS GOMES DESTE MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO/RN.
Valor Global: R$ 9.940,00 (NOVE MIL NOVECENTOS E QUARENTA REAIS);
Fundamentação: Lei n° 14.133/2021, art. 75, inciso II (com posteriores alterações).
Assinaturas:
Pelo contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - CPF: 000.659.704-11 (Prefeito Municipal);

Pela contratada MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96
Rio do Fogo- RN, 04 de julho de 2025.

Publicado por:
Marcio Gleidson Brito do Nascimento
Código Identificador:9C8B711E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 270/2025

Dispõe sobre a Nomeação do Cargo Comissionado na Função de Coordenador Administrativo do Ensino Fundamental, Jovens e Adultos, e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e incisos II, VIII, XI do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os cargos de livre nomeação e exoneração, vagos na estrutura administrativa, a consequente impossibilidade da

prestação dos serviços públicos, e, em observância a Lei da Estrutura Administrativa, Lei Municipal nº 498/2013 e suas alterações.
RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear **GLÓRIA HYSTHEFANY SILVA PINHEIRO**, inscrita no CPF sob nº XXX.674.574-XX, para exercer o Cargo Comissionado na Função de Coordenador Administrativo do Ensino Fundamental, Jovens e Adultos.

Art. 2°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 04 de julho de 2025.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:480DA183

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 271/2025

Dispõe sobre a concessão de licença maternidade a servidora, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e incisos II, VIII, XI do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Conceder licença maternidade (gestação) no período de 180 (cento e oitenta) dias a servidora abaixo especificada;

SERVIDORA	MATRÍCULA	CARGO	SECRETARIA	PERIODO DE GOZO
ROBERTA KELLY DO VALE OLIVEIRA BARRA	170428-0	PROFESSORA	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	01.07.2025 a 27.12.2025

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 01 de julho de 2025.

Art. 3º - Comunique-se ao Setor de Recursos Humanos, para que faça as devidas anotações e registros.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 04 de julho de 2025

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:DE9ADEF2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0506001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 04060001/2025
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO, PARA MINISTRAR FORMAÇÃO CONTINUADA VOLTADA AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA

EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0506001/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES/RN

CONTRATADA: Alzira Rocha do Carmo

CPF nº 985.288.154-04

ORIGEM: TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060401/20225

OBJETO: Contratação de profissional especializado, para ministrar formação continuada voltada aos profissionais da educação da rede pública municipal de Rodolfo Fernandes/RN, por meio de cursos, oficinas e capacitações pedagógicas

VALOR TOTAL DO CONTRATO: O valor total do presente avença é de R$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais) a serem pagas em 12 parcelas mensais de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) pelo Município de Rodolfo Fernandes.

Gestão/Unidade: 2006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
Fonte de Recursos:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
1.500.0000 - Sem Classificação
Programa de Trabalho: 2.7 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
Elemento de Despesa: 3.3.90.36. 00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PESSOA FISICA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 74, inciso III, alínea a, da Lei N° 14.133/21;

VIGÊNCIA: O presente Termo de Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura 05 de junho de 2025 e vigerá até 05 de junho de 2026 podendo ser prorrogado de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21.

LOCAL DE DATA: Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

ASSINANTES:
Ana Claudia Almeida Cavalcante – PREFEITA MUNICIPAL
Alzira Rocha do Carmo –CONTRATADA

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:DA73031A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 060401/20225

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 04060001/2025
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO, PARA MINISTRAR FORMAÇÃO CONTINUADA VOLTADA AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, POR MEIO DE CURSOS, OFICINAS E CAPACITAÇÕES PEDAGÓGICAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 060401/20225

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão de contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, a Contratação de profissional especializado, para ministrar formação continuada voltada aos profissionais da educação da rede pública municipal de Rodolfo Fernandes/RN, por meio de cursos, oficinas e capacitações pedagógicas, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, junto à pessoa física: **Alzira Rocha do Carmo inscrito no CPF nº 985.288.154-04,** a fim de atender, nos termos da **SOLICITAÇÃO INICIAL**, as necessidades e demandas do Município de Rodolfo Fernandes/RN – Secretaria Municipal de

Educação, com a importância global estimada de **R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) a serem pagas em 12 parcelas mensais de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos Reais) pelo Município de Rodolfo.**

Em respeito ao disposto no art. 72, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 74, inciso III, aliena c, da Lei nº 14.133/2021 da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.

Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Rodolfo Fernandes/RN, 05 de junho de 2025.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:ACB65B5D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Ruy Barbosa/RN, através de seu Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação acima epigrafada, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de próteses dentárias diversas, para atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde de Ruy Barbosa/RN**. O Edital e seus anexos podem ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sítio eletrônico oficial do município (https://ruybarbosa.rn.gov.br), através do e-mail cplruybarbosa@gmail.com, na sala da Comissão de Licitações, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, e através do sistema eletrônico **Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)**, no qual será conduzida a sessão pública e acompanhamento do processo. As propostas comerciais serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico já mencionado, até as 14:30 horas do dia 21/07/2025. A abertura das propostas e início da sessão de disputa de preços ocorrerá às **14:31** horas do dia **21/07/2025**.

Ruy Barbosa/RN, 04 de Julho de 2025.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:9ABC1F98

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002, DE 21 DE MAIO DE 2025

Institui a Comissão Organizadora da Xª Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 20 de maio de 2025 institui a Comissão Organizadora da Xª Conferência Municipal de Assistência Social, que no uso das atribuições que lhes confere a Lei nº 425 de 25 de novembro de 2013,

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, especialmente o art. 3º, inciso I, que dispõe: "convocar, em processo articulado com a Conferência Nacional, as conferências de assistência social, na respectiva esfera de governo, aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno, de acordo com os arts. 116 a 118 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012;"
CONSIDERANDOa Resolução CNAS/MDS nº 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução nº 07, de 02 de abril de 2025, que dispõe sobre a Convocação Conjunta da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social no Rio Grande do Norte;

RESOLVE:
Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da Xª Conferência Municipal de Assistência Social composta pelo Presidente do CMAS – Elisanjela Maria da Silva, pelo Vice-presidente do CMAS Maria de Fatima de Lima de Ruy Barbosa/RN e pelos (as) conselheiros (as):

a) Francisco Elson dos Santos - Secretário Executivo do CMAS;
b) Ana Cristina Pereira de Souza – Suplente da Sec. de Assistência Social no CMAS;
c) Jose Auricélia Garcia – Suplente da Sec. de Saúde no CMAS;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ruy Barbosa/RN, 21 de maio de 2025

ELISANJELA MARIA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:3BF64364

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 003, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a Convocação da Xª Conferência Municipal de Assistência Social Ruy Barbosa/RN

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUY BARBOSA/RN,no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 425 de 25 de novembro de 2013 e no seu Regimento Interno, e

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, especialmente o art. 3º, inciso I, que dispõe: "convocar, em processo articulado com a Conferência Nacional, as conferências de assistência social, na respectiva esfera de governo, aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno, de acordo com os arts. 116 a 118 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012;"

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a Convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CEAS/RN nº 07, de 02 de abril de 2025, que dispõe sobre a Convocação Conjunta da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ruy Barbosa/RN, realizada no dia 20 de maio de 2025;

RESOLVE:
Art. 1º - Convocar a Xª Conferência Municipal de Assistência Social que será realizada no dia 08 de julho de 2025 em Ruy Barbosa/RN, com o tema “20 anos de SUAS: construção, proteção social e resistência”.

Art. 2º - A Xª Conferência Municipal de Assistência Social de Ruy Barbosa abordará 5 (cinco) Eixos:

I -Eixo 1 – Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;
II -Eixo 2 – Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;
III -Eixo 3 – Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS;
IV -Eixo 4 – Gestão Democrática, informação e comunicação transparente: Fortalecendo a participação social no SUAS;
V - Eixo 5 – Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ruy Barbosa/RN, 30 de junho de 2025.

ELISANJELA MARIA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:2EB80CB4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 097/2025 – GP

Concede Lincença-Prêmio a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor FRANÇOALDO DE MOURA FREITAS, matrícula funcional nº 0282339, ocupante do cargo efetivo de VIGILANTE, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, Licença-Prêmio de 03 (três) meses, conforme estabelece o Art. 106, da Lei Municipal nº 174/1997 (Estatuto dos Servidores Municipais), com início em 01/07/2025 e término em 30/09/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de julho de 2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN, em 04 de julho de 2025.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito de Ruy Barbosa

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:52B49D4A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 07.577/2025 - GC/PMSC

Concessão de redução de jornada de trabalho de servidor, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o direito à saúde está intrinsecamente ligado ao direito à vida, garantia constitucional esculpida no artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **ANTÔNIO ARIVANALDO RODRIGUES DE SOUZA** protocolado na Secretaria Municipal de Educação, solicitando redução de jornada de trabalho;

CONSIDERANDO parecer Jurídico favorável ao pedido do servidor, anexo ao expediente nº 476/25, oriundos da Secretaria Municipal de Educação;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder redução de jornada de trabalho a pedido do servidor efetivo **ANTÔNIO ARIVANALDO RODRIGUES DE SOUZA**, ocupante do cargo de Professor, Matrícula: **0040240/1**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo da remuneração, com redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária.

Parágrafo Único: o servidor deverá comunicar à Administração qualquer fato modificativo da condição ensejadora do afastamento;
Art. 2º - A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos adotará as providências decorrentes do presente ato, inclusive no que se refere aos registros, anotações e comunicações legais.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 4 de julho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:06C3E155

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 07.578/2025 – GC/PMSC

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida, ½ (meia) DIÁRIA no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), a servidora **MARIA GISELDA DOS SANTOS**, matrícula nº 0053864, ocupante do cargo de Subcoordenadora de Acompanhante de paciente do município, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custear despesas destinadas à cobertura dos gastos com alimentação e hospedagem, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Assú/RN, no dia 07 de julho do corrente ano, com a finalidade de acompanhar um paciente para cirurgia no Hospital Regional Nelson Inácio dos santos. Conforme consta na Estimativa de Custo da Concessão, anexa.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 04 de julho de 2025

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Roberto Jose Fernandes da Paz
Código Identificador:A290BE3E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 07.579/2025 – GC/PMSC

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida, 2,5 (duas e meia) DIÁRIAS no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a servidora **RITA DE CÁSSIA LOPES DA SILVA**, matrícula nº 1530216, ocupante do cargo de Coordenadora de Compras e Contratos, vinculada à Secretaria Municipal de Licitações e Contratos deste município, para custear despesas destinadas à cobertura dos gastos com alimentação e hospedagem, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de João Pessoa/PB, nos dias 08, 09 e 10 de julho do corrente ano, com a finalidade de participar do II Encontro dos Conselhos de Alimentação Escolar – (CAE) da Região Nordeste, que acontecerá nos dias 08, 09 e 10 de julho de 2025. Conforme consta na Estimativa de Custo da Concessão, anexa.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 04 de julho de 2025

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Roberto Jose Fernandes da Paz
Código Identificador:2244E1E0

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 07.580/2025 – GC/PMSC

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida, 2,5 (duas e meia) DIÁRIAS no valor de R$ 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco reais), a servidora **MAIRA ÁLIDA XAVIER DE SOUZA**, matrícula nº 1534319, ocupante do cargo de Nutricionista, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear despesas destinadas à cobertura dos gastos com alimentação e hospedagem, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de João Pessoa/PB, nos dias 08, 09 e 10 de julho do corrente ano, com a finalidade de participar do II Encontro dos Conselhos de Alimentação Escolar – (CAE) da Região Nordeste, que acontecerá nos dias 08, 09 e 10 de julho de 2025. Conforme consta na Estimativa de Custo da Concessão, anexa.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 04 de julho de 2025

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Roberto Jose Fernandes da Paz
Código Identificador:1394C5E9

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 07.581/2025 – GC/PMSC

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida, 2,5 (duas e meia) DIÁRIAS no valor de R$ 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco reais), ao Presidente Municipal do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, **JOSÉ BARBOSA DE LIMA**, CPF: 022.******-06, para custear despesas destinadas à cobertura dos gastos com alimentação e hospedagem, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de João Pessoa/PB, nos dias 08, 09 e 10 de julho do corrente ano, com a finalidade de participar do II Encontro dos Conselhos de Alimentação Escolar – (CAE) da Região Nordeste, que acontecerá nos dias 08, 09 e 10 de julho de 2025. Conforme consta na Estimativa de Custo da Concessão, anexa.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 04 de julho de 2025

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Roberto Jose Fernandes da Paz
Código Identificador:9CCCA3BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 423041/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2025 com início no dia 16 de junho de 2025 que tem por objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento futuro e parcelado de combustíveis, destinado à frota de veículos do Município de Santa Cruz/RN. em favor da empresa relacionada a seguir: AUTO POSTO PARAISO LTDA-ME- CNPJ: 02.795.690/0001-48, saiu vencedor no item: 01 com o percentual de 12% (doze por cento), item 02 com o percentual de 14,1% (quatorze virgula um por cento), item 03 com o percentual de 14,1% (quatorze virgula um por cento); As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 03 de julho de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:E89AA218

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2025

O ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/21 e a instrução normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, bem como o que consta no processo administrativo que trata da contratação dos (as): **GN EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.360.374/0001-74 saiu vencedora do item: 001 com o valor total de R$ 62.378,00 (sessenta e dois mil, trezentos e trinta e oito reais) objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECONSTRUÇÃO DE SERVIÇOS QUE NECESSITARÃO SEREM REFEITOS REFERENTES AO CENTRO DE CONVENÇÕES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RN,** vem **AUTORIZAR E RECONHECER A DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA** para a referida contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Santa Maria/RN, 02 de julho de 2025.

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juecy Fernandes Aurino da Silva
Código Identificador:8718F33A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

O Município de Santa Maria/RN, através de sua Pregoeira Oficial, no uso de suas atribuições, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tendo como objeto a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS E MEDICAMENTOS QUE FORAM FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002.2025 OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RN.** A sessão pública ocorrerá às **09h00min do dia 18 de julho de 2025**. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site: https://portaldecompraspublicas.com.br/, poderão ser solicitados através do e-mail: licitacoes@santamaria.rn.gov.br, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Prefeitura, localizada na Av. Presidente Juscelino nº 461, 1º Andar, Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 08h00min às 14h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Santa Maria/RN, 04 de julho de 2025.

BRENA MERIZE DIAS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Juecy Fernandes Aurino da Silva
Código Identificador:BEE6ED43

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 040/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025

Contratante:PREFEITURA DE SANTA MARIA/RN – CNPJ Nº 01.612.438/0001-93

Contratado:GN EMPREENDIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob Nº 27.360.374/0001-74.

Processo nº:1.461/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECONSTRUÇÃO DE SERVIÇOS QUE NECESSITARÃO SEREM REFEITOS REFERENTES AO CENTRO DE CONVENÇÕES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RN.

Valor Mensal: R$ 62.378,00 (sessenta e dois mil, trezentos e trinta e oito reais).

Vigência:O contrato tem vigência no período de 04 de julho de 2025 a 03 de julho de 2026. O prazo de execução/conclusão do objeto do presente contrato será de 60 (sessenta) dias e deverá seriniciado no prazomáximo de até 7 (sete) dias corridos a contar da data de emissão da ordem de serviço/execução.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Santa Maria/RN,04 de julho de 2025.

Município de Santa Maria/ RN
CNPJ Nº: 01.612.438/0001-93
Contratante
RANIERY SOARES CAMARA
Prefeito Municipal

GN Empreendimentos LTDA
CNPJ Nº: 27.360.374/0001-74
Contratada
NAAMA PATRICIA OLEGARIO DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Juecy Fernandes Aurino da Silva
Código Identificador:F31F05AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1053-2025 INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS POPULARES E TRADICIONAIS

LEI Nº1053/2025

Institui o Calendário Oficial de Festas Populares e Tradicionais do Município de Santana do Matos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Calendário Oficial de Festas Populares e Tradicionais do Município de Santana do Matos, com o objetivo de valorizar as manifestações culturais locais, incentivar o turismo e apoiar a economia criativa da cidade.
Art. 2º O calendário oficial incluirá, anualmente, os seguintes eventos:
I – Festa de Ano Novo (Réveillon Popular);
II – Carnaval de Santana do Matos;
III – Sábado de Aleluia – Festa Popular Tradicional;
IV – Festa de São João – Arraiá de Santana;
V – Vaquejada de Santana do Matos;
VI – Aniversário da Cidade – comemorado em **1º de outubro**.
Art. 3º Os eventos incluídos neste calendário poderão receber apoio do Poder Executivo Municipal, por meio de:
I – Infraestrutura pública (palco, som, iluminação, segurança, banheiros químicos etc.);
II – Contratação de atrações culturais e artísticas, priorizando artistas locais e regionais;
III – Apoio logístico e/ou financeiro mediante dotação orçamentária disponível;
IV – Campanhas de divulgação nos meios institucionais da Prefeitura.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude será responsável por coordenar a organização, regulamentar os critérios de apoio, e manter atualizada a programação anual dos eventos previstos nesta Lei.
Art. 5º Os eventos incluídos no calendário oficial poderão firmar parcerias com entidades culturais, associações comunitárias e empresas privadas, desde que respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade e interesse público.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 04 de julho de 2025.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:2111067D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1054-2025 INSTITUI A CATEGORIA DE COMPETIÇÃO MUNICIPAL DE VAQUEIROS

LEI Nº1054/2025

Institui a Categoria de Competição Municipal de Vaqueiros e regulamenta sua obrigatoriedade em eventos de vaquejada realizados no Município de Santana do Matos/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui, no âmbito do Município de Santana do Matos/RN, a Categoria de Competição Municipal de Vaqueiros, com o objetivo de:
I – Valorizar o vaqueiro local como agente cultural e esportivo;
II – Fomentar a tradição da vaquejada no município;
III – Garantir espaço exclusivo para competidores residentes em Santana do Matos em eventos oficiais de vaquejada.
Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se vaqueiro municipal aquele que comprove residência no Município de Santana do Matos/RN e participe de competições de vaquejada nas categorias profissional, amador ou iniciante.
Art. 3º A realização de eventos de vaquejada no território municipal deverá observar as normas de segurança para competidores, público e animais, de acordo com a legislação vigente e com os padrões definidos pela Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ) ou entidade reconhecida.
Art. 4º Fica instituída, no âmbito das vaquejadas realizadas no Município de Santana do Matos/RN, a Categoria de Competição Municipal de Vaqueiros, destinada exclusivamente à participação de competidores domiciliados no município.
§1º A inclusão da referida categoria será obrigatória em todos os eventos de vaquejada realizados no **Parque Manoel de França Assunção**.
Parágrafo único. Caso a vaquejada tradicional de Santana do Matos, integrante do calendário oficial da festa da padroeira, venha a ser realizada em outro espaço dentro do território municipal, a obrigatoriedade também se estenderá a esse novo local, ainda que seja de natureza privada.
Art. 5º A Prefeitura Municipal, por meio de sua secretaria competente, poderá:
I – Oferecer apoio logístico, técnico ou financeiro à realização da categoria municipal;
II – Estabelecer parcerias com associações e clubes de vaquejada para o fortalecimento da categoria;
III – Promover campanhas educativas sobre o respeito aos animais e à cultura local da vaquejada.
Art. 6º Os vaqueiros locais que obtiverem destaque nas competições da categoria municipal poderão ser homenageados pelo Poder Executivo, mediante diplomas, certificados de honra ao mérito, premiações ou outros incentivos.
Art. 7º O Poder Executivo poderá instituir um Cadastro Oficial de Vaqueiros do Município, com a finalidade de regulamentar a participação dos competidores e viabilizar a aplicação desta Lei.
Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 04 de julho de 2025.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:59AF5D7C

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2025*

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2025*

Pactua diretrizes para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTANA DO MATOS/RN, reunido no dia 15 de maio de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 880/2019.

Considerando a Resolução CNAS nº 174/2024 que dispõe sobre a convocação ordinária da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social,
Considerando os Informes dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social,

RESOLVE:
Art. 1º. Pactuar diretrizes para o processo de organização da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social.
Art. 2º. Aprovar a redação do Regimento Interno da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social e abrir consulta pública a ser realizada de forma virtual, com resultado final referendado pela Comissão Organizadora.
Art. 3º. Aprovar a proposta de programação da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, com um total de nove horas de evento.
Art. 4º. Definir que o credenciamento da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social será realizado, de forma presencial, no mesmo dia do evento, iniciando às 7:00 horas, findando às 8:00horas.
Art. 5º. Aprovar a avaliação das deliberações da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 2023 e encaminhar, como sugestão, as propostas "não alcançadas" ou "alcançadas parcialmente".
Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 15 de maio de 2025.

LUANA ALDEMILES RIBEIRO ASSUNÇÃO DA SILVA FERREIRA
Presidente do CMAS

*Republicado por Incorreção

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Asunção da Silva Ferriera
Código Identificador:037BC8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2025

Aprova a prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS nos exercícios 2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTANA DO MATOS/RN, reunido ordinariamente no dia 30 de junho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 880/2019

Considerando as Portarias nº 38/2021 e 208/2022, da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS/RN,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social e executados no exercício 2024, com o objetivo de Co financiar as ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 30 de junho de 2025.

LUANA ALDEMILES RIBEIRO ASSUNÇÃO DA SILVA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Asunção da Silva Ferriera
Código Identificador:13A11C8F

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2025

Aprova relatório final da Conferência Municipal de Assistência Social do município de Santana do Matos/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTANA DO MATOS/RN, reunido no dia 30 de junho 2025, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 880/2019

CONSIDERANDO a realização da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema 20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência;
CONSIDERANDO a apresentação do Relatório Final e da Avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do CMAS, realizada em 30/06/2025;

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar o **Relatório Final** da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: ***"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"***, do município de Santana do Matos.
Art. 2º Aprovar a Avaliação Final da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, do município de Santana do Matos.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 30 de junho de 2025.

LUANA ALDEMILES RIBEIRO ASSUNÇÃO DA SILVA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Asunção da Silva Ferriera
Código Identificador:6996F9E4

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 07/2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 07/2025

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO SANTANA DO MATOS /RN, reunido no dia 30 de junho de 2025, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 880/2019

CONSIDERANDO o disposto no Ofício Circular nº 2/2025, da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS, que trata da adesão dos municípios ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica;

CONSIDERANDO a manifestação de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social de Santana do Matos/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente à adesão do Município de Santana do Matos ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica, conforme previsto na Resolução CIB/RN nº 53/2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada à Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS/RN, acompanhada dos documentos exigidos para fins de habilitação do município ao referido cofinanciamento.

Santana do Matos/RN, 30 de junho de 2025.

LUANA ALDEMILES RIBEIRO A. S. FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Asunção da Silva Ferriera
Código Identificador:15C284FC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 180.2025.

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89 – CONTRATANTE e **EDER DA SILVA BENTO**, CPF: XXX.362.074-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação vigente, contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município de Santana do Matos/RN, tendo em vista que os processos seletivos vigentes não possuem mais candidatos APTOS a serem convocados/contratados, contrata os serviços do **CONTRATADO** para exercer a função de **MOTORISTA**, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Desempenhado suas funções na rota de Santa Tereza I (zona rural).

Do Valor Global: **R$ 4.554,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais),** que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: 25 junho de 2025 a 25 de setembro de 2025.

O presente contrato terá vigência pelo prazo máximo de 03 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, desde que não ultrapasse os limites legais.

O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem que isso gere direito a indenização de qualquer natureza, exceto quanto às obrigações já assumidas e comprovadamente executadas até a data da rescisão.

A rescisão também poderá ocorrer de forma imediata, a critério exclusivo da contratante, em razão de reestruturações administrativas, adequações operacionais ou por superveniência de fatos que

justifiquem a descontinuidade da prestação dos serviços, devidamente formalizados.

Da Dotação Orçamentária: 02 – Poder Executivo. Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção do Fundo de Educação - Elemento de despesa: 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 25 de junho de 2025.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal - Contratante) e EDER DA SILVA BENTO (Contratado).

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:303B4DBB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 181.2025

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **EVANEIDE SOARES DE LIMA**, CPF: XXX.326.234-XX, CONTRATADA.

Do objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação vigente, contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município de Santana do Matos/RN, tendo em vista que os processos seletivos vigentes não possuem mais candidatos APTOS a serem convocados/contratados, contrata os serviços da **CONTRATADA** para exercer a função de **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**, lotada na Secretaria de Saúde. Desempenhado suas na UBS do Nova Aparecida, em substituição da servidora Katia Susana da Silva, matricula nº 2317, que encontra-se em gozo de férias.

Do Valor Global: **1.518,00 (mil e quinhentos e dezoito reais)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **02 de julho de 2025 a 30 de julho de 2025.**

O presente contrato terá vigência pelo prazo máximo de 03 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, desde que não ultrapasse os limites legais.

O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem que isso gere direito a indenização de qualquer natureza, exceto quanto às obrigações já assumidas e comprovadamente executadas até a data da rescisão.

A rescisão também poderá ocorrer de forma imediata, a critério exclusivo da contratante, em razão de reestruturações administrativas, adequações operacionais ou por superveniência de fatos que justifiquem a descontinuidade da prestação dos serviços, devidamente formalizados.

Da Dotação Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2254 – Programa da Saúde Bucal. 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 02 de julho de 2025.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal - Contratante), AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante), EVANEIDE SOARES DE LIMA (Contratada).

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:55DB2FCD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA FÍSICA 037/2025

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDO, por meio do Sr. MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA, nomeado Agente de Contratação, através da Portaria n° 017/2025, e Equipe de Apoio nomeada por meio da Portaria de Nº 027/2025, torna público, a quem possa interessar, o cancelamento da Dispensa Física 037/2025, processo administrativo n° 1933/2025, que tem como objeto a contratação de empresa autorizada para o fornecimento de peças e lubrificantes durante o período de garantia de fábrica do veículo furgão 417 Sprinter 2023/2024, de placa RQG-2A18, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, considerando que as peças descritas na publicação serão cobertas pela propria garantia.

Santana do Seridó, 04 de julho de 2025.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:562C8BEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA FÍSICA 038/2025

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDO, por meio do Sr. MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA, nomeado Agente de Contratação, através da Portaria n° 017/2025, e Equipe de Apoio nomeada por meio da Portaria de Nº 027/2025, torna público, a quem possa interessar, o cancelamento da Dispensa Física 038/2025, processo administrativo n° 1961/2025, que tem como objeto a contratação de empresa autorizada para prestação de serviços de mão de obra durante o período de garantia de fábrica do veículo furgão 417 Sprinter 2023/2024 de placa RQG-2A18, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, considerando que os serviços descritos na publicação serão cobertas pela propria garantia.
Santana do Seridó, 04 de julho de 2025.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:2EBED93D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0134/2025/PMSS/CD/ADM DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 0134/2025/PMSS/CD/ADM de 04 de julho de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **MANOEL DANTAS DE ARAUJO JUNIOR**, ocupante do cargo de Motorista, inscrito na matricula de n° 130209-4, para realizar viagem a cidade de Martins – RN, no dia 05

de julho de 2025, com a finalidade de realizar o transporte de retorno dos membros do Conselho Tutelar, que se encontram naquela cidade participando de evento oficial, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0134/2025/PMSS/CD/ADM de 04 de julho de 2025.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:49100C6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0135/2025/PMSS/CD/ADM DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA N. º 0135/2025/PMSS/CD/ADM de 04 de julho de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **MARIA APARECIDA AZEVEDO SILVA**, ocupante do cargo de Subcoordenadora de Sistema da Media e Alta Complexidade – CC-4, para realizar viagem ao município de Caicó – RN, no dia período de 07 a 11 de julho de 2025, com a finalidade de participar do Curso CID-10 de qualificação dos Sistemas de Mortalidade (SIM) e Nascidos Vivos (SINASC), que acontecerá no Auditório do Hospital Estadual Telecila Freitas Fontes. Esse aperfeiçoamento é de suma importância para interpretação das informações médicas do atestado de óbito e aplicação das regras de seleção, aprimoramento e as disposições sobre mortalidade, com intuito de melhoria da qualidade da informação, subsídio base para a gestão municipal e cumprimento de prazos de digitação da ocorrência do óbito, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0135/2025/PMSS/CD/ADM de 04 de julho de 2025.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 04 (quatro) diárias, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:7346EFF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0257/2025 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 0257/2025 DE 04 DE JULHO DE 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e na Lei Municipal Nº 285 de 24 de agosto de 2009 de criação do **CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE.**

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes do **CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE** de Santana do Seridó/RN, visando acompanhar e avaliar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, no município.

I – Representantes do Poder Público Municipal
Titular: Luíz Bezerra da Cunha Júnior
Suplente: Vitória Regina Bezerra dos Santos

II – Representantes das Entidades de trabalhadores da Educação e de Discentes
Titular: Marineide Cabral dos Santos
Suplente: Nizete Maria de Azevedo Figueiredo
Titular: Hélia Maria de Macedo Morais
Suplente: Adriane Simplício de Medeiros

III – Representantes dos Pais de alunos das Escolas Públicas Municipais
Titular: Eliene Almeida da Silva
Suplente: Juliana Souza de Oliveira
Titular: Francineide Bezerra de Azevedo
Suplente: Adailma Pereira Duarte

IV – Representantes da Sociedade Civil
Titular: Givanaldo Pereira dos Santos
Suplente: Edmilson Almeida da Silva
Titular: Edilene Santos Farias
Suplente: Josineide da Silva

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santana do Seridó-RN, em 04 de julho de 2025

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:FA6ADD54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0258/2025 DE 04 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 0258/2025 DE 04 DE JULHO DE 2025.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder à servidora contratada, **TAMARA ALICE DE ARAUJO SANTOS,** Matrícula nº 130280-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Contrato, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença para o gozo de férias no período de 01/07/2025 à 30/07/2025, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, com adicional de 1/3 (um terço) de férias.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de julho de 2025.

Art. 3º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó (RN), em 04 de julho de 2025.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:755ED3B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

Nos autos do Processo Administrativo nº 2049/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 029/2025, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso XII do Decreto Municipal nº 1.058/2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto a contratação de empresa de representação exclusiva no fornecimento de peças destinadas a manutenção de Cata-Ventos, marca Escol, instalados na Zona Rural do Município de Santana do Seridó, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso V do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VII do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, os elementos contidos no parecer jurídico, conforme Art. 72, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso X do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, o Termo de Inexigibilidade emitido pelo Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 255, inciso VI, VIII e IX do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

Ratifico a contratação da empresa: METALURGICA ESCOL LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 08.385.262/0001-23, no valor global de R$ 55.445,00 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), a presente contratação será satisfeita nas seguintes dotações orçamentárias:
PROJETO/ATIVIDADE: 20.605.0043.2029 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Agricultura.
FONTE DE RECURSOS: 15001001 – Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.
Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso I, de forma a RATIFICAR E RECONHECER A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação.

Santana do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:85BDC46F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA AREA EDUCACIONAL, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS, de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (05) cinco dias, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações (84) 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VL.UNT	VL. TOTAL
1	OFICINEIRO ARTESANAL	60	Mês	R$	R$
2	PROFESSOR AUXILIAR	84	Mês	R$	R$
				TOTAL:	R$

Santana do Seridó/RN, 04 de julho 2025.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:075BE5D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 180501/2023

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

CNPJ:08.114.514/0001-80

CONTRATADA:R. R. LOPES ASSESSORIA CONTABIL LTDA

CNPJ:11.801.158/0001-87

Objeto do aditivo: Fica prorrogado até 30 de junho de 2026 o contrato 180501/2023 referente a contratação de empresa especializada em serviços de assessoria para acompanhamento técnico e operacional dos convênios junto ao Governo Federal, provenientes de emendas parlamentares através da Caixa Econômica Federal e contratos de repasse para o município de São Bento do Norte/RN.

Data da Assinatura:30 de junho de 2025.

Prazo da Vigência:01/07/2025 a 30/06/2026

Fundamento Legal: artigo 57. Inciso II da Lei Federal nº 8.666

São Bento do Norte/RN 30 de junho de 2025

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:2B9C9460

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE Nº. 01070407239/2025, firmado em 04 de julho de 2025; **Origem**: Termo de Adesão Nº. 007/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; **Contratante**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ 08.160.467/0001-00; **Contratada**: R M DE MELO INACIO, inscrita no CNPJ sob o nº. 47.167.319/0001-70; **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO

DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS; **Valor Total**: R$ 1.158.687,97**; Adequação Orçamentária**: 03.001 - Sec. Mun. de Administração e planejamento; 2007 - Manut. das Ativ. da Sec. Mun. de Adm. e Planj, 3.3.90.30 – Material de Consumo; 06.001 - Sec. Mun. de Educação, 2029 - Manut. das Atividades da Sec. Mun. de Educ, 3.3.90.30 – Material de Consumo; 09.001 - Sec. Mun. de Trabalho e Assist. Social, 2063 - Manut. das Ativ. da Sec.Mun.de Trab. e Assist. Social, 3.3.90.30 – Material de Consumo; 10.001 - Fundo Municipal de Saúde, 2066 - Manut.do Fundo Mun. de Saúde, 3.3.90.30 – Material de Consumo; 11.001 - Fundo Municipal de Assist. Social, 2092 - Manut. das Ações do Fundo Mun. Assistência social, 3.3.90.30 – Material de Consumo; 08.001 - Sec. Mun .de Saúde, 2065 - Manut. da Sec. Municipal de Saúde, 3.3.90.30 – Material de Consumo; **Vigência**: 04/07/2026; **Signatários**: **Pela Contratante** – Rafael dos Santos Matias, Prefeito de São Bento do Trairi/RN; **Pela Contratada** - Rafael Matheus de Melo Inacio, representante Legal.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:662AA6E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO Nº. 007/2025

O Município de São Bento do Trairi/RN, torna público a ADESÃO de Ata de Registro de Preços - ARP, FIRMADA em 04 de julho de 2025, nos termos da Lei 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas em vigor, CONFORME A SEGUIR ESPECIFICADO: Ata de Registro de Preços Nº. 030/2025, oriunda do Pregão Eletrônico Nº. 007/2025; **Órgão Gerenciador**: Prefeitura Municipal de Macaíba/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.234.148/0001-00, doravante denominado Órgão Gerenciador; **Órgão não Participante (Carona)**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN; **Objeto**: ADESÃO PARCIAL em 50% (cinquenta por cento) dos itens registrados na Ata de Registro de Preços – ARP acima mencionada, oriunda do Pregão Eletrônico supracitado, realizado pelo Município de Macaíba/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.234.148/0001-00, doravante denominado Órgão Gerenciador, objetivando o registro de preços referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS; **Detentora dos preços registrados**: R M DE MELO INACIO, inscrita no CNPJ sob o nº. 47.167.319/0001-70; **Valor Total**: R$ 1.158.687,97; **Vigência da Ata de Registro de Preços**: 23/04/2025 a 23/04/2026; **Vigência para o órgão aderente**: 04/07/2025 a 23/04/2026; **Signatários: Pelo Órgão Carona,** Rafael dos Santos Matias, Prefeito de São Bento do Trairi/RN; **Pela Empresa detentora dos preços registrados**, Rafael Matheus de Melo Inacio, representante legal.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:C5980E18

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º 833/2025.

Regulamenta a Lei Municipal n.º 0959/2025, fixando o valor da contribuição à Associação Instância de Governança Regional do Seridó - IGR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, usando de suas atribuições legais, especialmente estabelecidas no art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, decreta:

Art. 1.º - Este decreto tem o objetivo a regulamentar o art. 4.º da Lei Municipal n.º 0959/2025, fixando o valor da contribuição a ser repassada mensalmente à Associação Instância de Governança Regional do Seridó – IGR, em R$ 600,00 (seiscentos reais).
Art. 2.º - Com fulcro no art. 5.º da Lei Municipal n.º 0959/2025, o Chefe do Poder Executivo atualizará o valor da contribuição mensal de acordo com as deliberações plenárias da Associação Instância de Governança Regional do Seridó – IGR. Caso não haja deliberação coletiva a respeito de atualização, a medida poderá ser tomada tendo como fator de correção a inflação do período de 12 (doze) meses, medida pelo INPC, calculada pelo IBGE.
Art. 3.º - A data base para atualização será sempre o mês de abril do calendário civil.
Art. 4.º – Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de São Fernando/RN, 02 de julho de 2025. 66.º Ano de Emancipação Política.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:F5D5BD27

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 0958/2025.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, usando de suas atribuições legais, especialmente previstas no art. 74, inciso I da Lei Orgânica Municipal;
FAÇO saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo a doar a Agência Missionária – Missão Atos 29, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 17.186.407/0001-58, um terreno do patrimônio público municipal localizado à Rua Raimundo Pereira, s/n, bairro Vital Galdino, medindo 20,00m de frente por 20,00m de comprimento, totalizando uma área de 400,00m².
Art. 2.º - A Agência Missionária beneficiária ficará obrigada a iniciar e concluir a construção da edificação multiuso no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da assinatura da escritura pública de doação, sob pena de reversão automática do terreno ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização por benfeitorias eventualmente realizadas.
§1.º - Após a conclusão da edificação, a entidade donatária deverá dar início às atividades sociais previstas no art. 3.º no prazo de até 3 (três) meses, sob pena de reversão automática do imóvel, com todas as benfeitorias nele incorporadas ao patrimônio público municipal, também sem direito a indenização.
§2.º - A reversão do imóvel ao Município será formulada mediante lavratura de termo administrativo, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no parágrafo único do art. 3.º.
§3.º - Em caso de dissolução ou extinção da entidade Agência Missionária – Missão Atos 29, no âmbito do Município de São Fernando/RN, seu patrimônio líquido remanescente, será destinado à entidade equânime de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omisso este, por deliberação dos associados, ao patrimônio público municipal.
§4.º - A entidade donatária fica obrigada no prazo de até 90 (noventa) dias, a providenciar o registro do imóvel e averbação de sua edificação com as benfeitorias realizadas em sua titularidade, junto ao Tabelionato do Registro de Imóveis do Município de São Fernando, considerado a necessidade da averbação desta lei.
Art. 3.º - Em contrapartida, a instituição beneficiária desta lei se compromete a desenvolver trabalho social junto as famílias com vulnerabilidade social, como perfuração e instalação de poços tubulares, cursos profissionalizantes, oficinas, etc.
Parágrafo único – A quebra de compromisso por parte da entidade beneficiária implicará na penalização mediante multa correspondente ao valor venal do terreno, com base no banco de dados da Prefeitura Municipal.

Art. 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de São Fernando/RN, 01 de julho de 2025. 66.º Ano de Emancipação Política.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:460FCE6D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 0959/2025.

Dispõe sobre a associação do Município de SÃO FERNANDO-RN à Associação Instância de Governança Regional do Seridó - IGR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, I da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Esta lei tem por objetivo formalizar a adesão do Município de São Fernando-RN à Associação Instância de Governança Regional do Seridó - IGR, promovendo o fortalecimento da cooperação intermunicipal, intersetorial e o desenvolvimento regional integrado do turismo.
Art. 2º - Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a execução desta lei:
I - A participação ativa do Município nas reuniões e decisões da instância de governança;
II - A cooperação técnica, financeira e administrativa em iniciativas de interesse comum;
III - A promoção do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade na região, especialmente relacionadas às políticas públicas de turismo.
Art. 3º - Os órgãos competentes serão responsáveis pela fiscalização e execução desta lei, conforme normativas específicas, assumindo a Secretaria Municipal de Esporte e Turismo a gestão direta e assento na Assembleia com poderes de voz e voto, por intermédio do Secretário em exercício.
Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a mensalidade associativa decidida em assembleia, no valor e periodicidade constantes nos registros oficiais.
Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a atualização periódica do valor da contribuição para a referida Associação, desde que haja recursos financeiros disponíveis e o aumento seja decidido em assembleia e com o devido registro e solicitação formal.
Art. 6º - O Poder Executivo Municipal, para assegurar o cumprimento da presente lei, disporá dos recursos para esse fim constantes na LOA - Lei Orçamentária Anual e criará elemento de despesa exclusivo para essa finalidade.
Art. 7º - O descumprimento das disposições desta lei acarretará as sanções previstas em legislação vigente.
Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, 01 de julho de 2025. 66.º Ano de Emancipação Política.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:DC865EE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 0517 - GPMSF/2025.

Dispõe sobre exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das atribuições facultadas pelo art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal,
R E S O L V E:

Art. 1. ° - Exonerar a pedido o agente político ocupante de cargo em comissão que especifica da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN:

JOÃO BATISTA DE ARAÚJO JÚNIOR, CPF n.° 008.134.304-37, do cargo de Secretário Adjunto de Educação, Cultura e Laser, vinculado a Estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Laser. Código CC-1.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Fernando-RN, 04 de julho de 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal
CPF n.º 455.474.244-04

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:FAF5709D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0510 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0510 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	90,00 (NOVENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	01 DE JULHO DE 2025		
Datas de afastamento	02 DE JULHO 2025	Saída/origem	04H DO DIA 02 DE JULHO DE 2025
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	20:00 DO DIA 02 DE JULHO DE 2025
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE		

Finalidade: ACOMPANHAR A PACIENTE MONICA DOS SANTOS TEIXEIRA PARA REALIZAR CONSULTA E EXAMES MEDICOS CLINICA AEF CONFORT, LOCALIZADO AV. AMINTAS BARROS, 2537 | LAGOA NOVA 59020-255 | NATAL/RN, NO DIA, NO DIA 02 DE JULHO DE 2025.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 01 DE JULHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal De Saúde E Saneamento
CPF N° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:B0379E10

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0512 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0512 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	280,00 (DUZENTOS E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REIAS)		
Destino	PATOS PB		
Data da concessão	01 DE JULHO DE 2025		
Datas de afastamento	02 DE JULHO DE 2025	Saída/origem	**06HS DO DIA 02 DE JULHO DE 2025.**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**16:30 H DO 02 DE JULHO DE 2025**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR O PACIENTE JOSE RUBENS LOPES PARA CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA E EXAMES NA CLÍNICA UDI, LOCALIZADO RUA BOSSUET WANDERLEY, 411 - CENTRO, PATOS - PB, NO DIA 02 DE JULHO DE 2025.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 01 DE JULHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:D91DF553

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0513 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0513 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	02 DE JULHO DE 2025		
Datas de afastamento	03 DE JULHO DE 2025	Saída/origem	**13HS DO DIA 03 DE JULHO DE 2025.**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**19:00 H DO 03 DE JULHO DE 2025**
Beneficiário	GARRIDO FERNANDES DANTAS DE ARAÚJO		
CPF n.°	053.795.234-98		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE MARIA NICLEIA DE SOUZA SILVA PARA CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA E EXAMES NA CLINICA HUMANITARE, LOCALIZADO R. CIPRIANO PINHEIRO GALVÃO, 212 - MANOEL SALUSTINO, CURRAIS NOVOS - RN, NO DIA 03 DE JULHO DE 2025.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 02 DE JULHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal De Saúde E Saneamento
CPF N.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7419872C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0514 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0514 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS -RN		
Data da concessão	02 DE JULHO DE 2025		
Datas de afastamento	03 DE JULHO DE 2025	Saída/origem	09:00H DO DIA 03 DE JULHO DE 2025
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	19:00 DO DIA 03 DE JULHO DE 2025
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		

CPF n.°	088.680.234-23
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE

Finalidade: ACOMPANHAR A PACIENTE VERA LUCIA VERONICA DOS SANTOS PARA REALIZAR CONSULTA E EXAMES MEDICOS NA CLINICA HUMANITARE, LOCALIZADO R. CIPRIANO PINHEIRO GALVÃO, 212 - MANOEL SALUSTINO, CURRAIS NOVOS - RN NO DIA 03 DE JULHO DE 2025

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 02 DE JULHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:65A534AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0516 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0516 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	90,00(NOVENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	03 DE JULHO DE 2025		
Datas de afastamento	04 DE JULHO DE 2025	Saída/origem	04H DO DIA 04 DE JULHO DE 2025
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	19:30 DO DIA 04 DE JULHO DE 2025
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE		

Finalidade: ACOMPANHAR A PACIENTE CARLA ANDREIA G. DE MEDEIROS PARA REALIZAR CONSULTA E EXAMES MEDICOS NA CLÍNICA NASCER, LOCALIZADO AV. R. CLÁUDIO MACHADO, 536 - PETRÓPOLIS, NATAL - RN, NO DIA 04 DE JULHO DE 2025.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 03 DE JULHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:882C19D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 201/2025

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 03 de julho de 2025.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 03 de julho de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 03 de julho de 2025.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisco Das Chagas Dos Santos Alves
Código Identificador:BA48C28D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 170/2025

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 76, inciso IV, da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 06 meses ao Sr. **GISLAINE MORAIS DA SILVA**, matrícula nº 108, ocupante do cargo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infra-estrutura e Trânsito, no período de 01/07/2025 a 01/01/2026, tendo como base o período trabalhado de 02/05/1986 a 02/05/1996.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de julho de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:0EC7B014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 171/2025

DISPÕE SOBRE A LICENÇA NÃO REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares de caráter não remunerada por 02 (anos) anos, no período de 04/07/2025 a 04/07/2027, a servidora pública **JACIANA DIAS FREITAS,** matrícula nº 7655, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no art. 76, V da Lei Municipal Complementar nº 001/2001.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de julho de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:C063686A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 172/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PROVISÓRIA DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **DERCÍLIO PINTO MEDEIROS MORAIS**, CPF nº 490.***.***-91, para assumir provisoriamente o cargo de Conselheiro Tutelar, por ocasião do gozo de férias dos Conselheiros Tutelares:
Ivonaldo Santos de Morais, no período de 01/07/2025 a 30/07/2025;
Maíra Jayne Mariz de Medeiros Félix, no período de 31/07/2025 a 29/08/2025;
Saul Cavalcanti de Medeiros, no período de 30/08/2025 a 28/09/2025;
Adnama Lins Gorgônio Costa, no período de 29/09/2025 a 28/10/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de julho de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:CED49451

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 173/2025

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE PERMUTA ENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o pedido formal da Prefeitura Municipal de Caicó/RN.
RESOLVE:
Art. 1º Fica cancelada, a partir desta data, a permuta entre as servidoras **KATIENE FLORÊNCIO DE MEDEIROS FERNANDES**, cargo Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e **PATRÍCIA MEDEIROS DE ARAÚJO**, cargo Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º As servidoras mencionadas deverão retornar às suas unidades de origem, conforme os registros funcionais anteriores à permuta.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 04 de julho de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:5F67F2F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 32 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2026- 2029

DECRETO Nº 32/2025 – GP

Dispõe sobre a criação da Comissão responsável pela coordenação e elaboração do Plano Plurianual – PPA 2026-2029 no município de São José de Mipibu/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU /RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de planejar, de forma participativa e estratégica, as ações e metas da Administração Pública Municipal do Município de São José de Mipibu para o período de 2026 a 2029;
CONSIDERANDO o disposto no art. 165, inciso I, da Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964, que tratam do Plano Plurianual como instrumento de planejamento governamental de médio prazo;
CONSIDERANDO a importância de instituir comissão técnica para coordenar, acompanhar e subsidiar o processo de elaboração do PPA 2026-2029, garantindo a participação dos diversos setores da gestão pública municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica constituída a Comissão Técnica de Coordenação e Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2026-2029, com a finalidade de coordenar, acompanhar e consolidar os trabalhos técnicos necessários à elaboração da proposta do PPA do Município de São José de Mipibu/RN.
Art. 2º Compete à Comissão:
Coordenar as atividades relacionadas à elaboração do PPA 2026-2029;
Estabelecer diretrizes, eixos estratégicos e metodologias de elaboração do Plano;
Promover reuniões técnicas, oficinas e audiências públicas para construção participativa do PPA;
Subsidiar tecnicamente a elaboração do Projeto de Lei do PPA;
Realizar ações de participação popular e consultas públicas;
Reunir as propostas setoriais das Secretarias e consolidar as informações em programas, ações, metas e indicadores

Elaborar minuta do Projeto de Lei do PPA 2026-2029 para envio ao Poder Legislativo Municipal até o prazo legal.
Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Representante da Secretaria Geral do Município;
Representante da Secretaria de Administração e Finanças;
Representante da Secretaria de Educação;
Representante da Secretaria de Saúde;
Representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca;
Representante da Secretaria de Cultura;
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
Representante da Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;
Representante da Secretaria de Comunicação;
Representante da Secretaria de Transporte e Trânsito;
Representante da Secretaria de Tributação;
Representante da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
Representante da Secretaria de Esporte e Lazer;
Representante da Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos;
Representante da Secretaria de Mulheres e Minorias;
Representante da Secretaria de Turismo;
Representante da Secretaria de Integração com as Localidades, Comunidades e Distritos;
Representante da Secretaria da Juventude;
Representante da Secretaria da Defesa Social;
Representante do Gabinete do Prefeito;
Representante da Controladoria Geral do Município;
Representante da Contabilidade;
Representante da Assessoria Técnica do Município.
§ 1º - A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Controladoria Geral do Município.
§ 2º - Os membros da Comissão serão designados por Portaria expedida pela Chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 4º A Comissão deverá apresentar a versão final da proposta do PPA 2026-2029 até o dia 26 de setembro de 2025, para posterior envio à Câmara Municipal, nos termos da legislação vigente.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 04 de julho de 2025

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Brito Ferreira
Código Identificador:1165A106

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2025 – GP

São José de Mipibu/RN, 04 de julho de 2025.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU - RN

A Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, atendendo ao princípio da publicidade art.37 da CF, publica a Portaria de Nº 109/2025 de abertura de Sindicância Administrativa nº 004/2025, em desfavor do Servidor, ANDRÉ VALLUNHESE BARROS, matricula nº0001931, Ocupante do Cargo de Agente de Endemias.

CLIDENOR FERREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão

Renato Soares Galvão
Membro da Comissão

Francisca Ferreira da Silva
Membro da Comissão

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:AE22542F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110/2025 – GP

São José de Mipibu/RN, 04 de julho de 2025.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU - RN

A Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, atendendo ao princípio da publicidade art.37 da CF, publica a Portaria de Nº 110/2025 de abertura de Sindicância Administrativa nº 005/2025, em desfavor do Servidor, TEREZINHA DE LIMA SANTOS, matricula nº0005985, Ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem.

CLIDENOR FERREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão

RENATO SOARES GALVÃO
Membro da Comissão

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA
Membro da Comissão

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:A62AF6D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2025 – GP

São José de Mipibu/RN, 04 de julho de 2025.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU - RN

A Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, atendendo ao princípio da publicidade art.37 da CF, publica a Portaria de Nº 111/2025 de abertura de Sindicância Administrativa nº 006/2025, em desfavor do Servidor, SANDRA CRISTIANE BATISTA LEITÃO, matricula nº0009022, Ocupante do Cargo de Psicóloga.

CLIDENOR FERREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão

RENATO SOARES GALVÃO
Membro da Comissão

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA
Membro da Comissão

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:C1948B5B

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTHAS
RESOLUÇÃO CMAS Nº 08/2025 DE 02 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a Reprogramação dos Recursos do Estrutura SUAS, do Grupo de Natureza de Despesa – GND4, para a aquisição de material permanente para a Instituição de Longa Permanência para Idosos, Abrigo Anizia Pessoa, oriundos de emenda parlamentar direta individual.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, em reunião ordinária realizada no dia 02 de julho de 2025, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 1062 de 26 de agosto de 2014, alterada pela Lei nº 1.178/2018 e,

CONSIDERANDO a Resolução CIT N º 17, de 13 de dezembro de 2024; Resolução CNAS/MDS N º 177, de 17 de dezembro de 2024 e a Portaria MDS N º 1.044, de 24 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é órgão colegiado de caráter deliberativo, fiscalizador e permanente e que possui atribuições de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e ações em relação ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

CONSIDERANDO que o repasse de recursos para entidades prestadoras de serviços socioassistenciais exige parecer do CMAS;
RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o repasse de recursos de emenda parlamentar do GND 4, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) destinados à Instituição de Longa Permanência para idosos, Abrigo Anizia Pessoa;
Art. 2º - A execução do recurso deverá respeitar o Grupo de Natureza de Despesa - GND 4 da transferência e a aquisição de itens não previstos resultará na devolução do valor correspondente;
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ANTONIA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:8FA2AA58

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTHAS
RESOLUÇÃO/CMAS Nº 09, DE 02 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite para o Cofinanciamento Estadual para a oferta dos Serviços da Proteção Social Básica no município de São José de Mipibu/RN.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 1062 de 26 de agosto de 2014, alterada pela Lei n.º 1.178/2018 e,

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é órgão colegiado de caráter deliberativo, fiscalizador e permanente e que possui atribuições de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e ações em relação ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1178/2018 que institui no município de São José de Mipibu o Sistema Único de Assistência Social de São José de Mipibu/RN.
CONSIDERANDO a Resolução CIB/RN nº 53/2025 que trata da pactuação da organização do Sistema Estadual de Assistência Social, definindo estratégias para a implementação e operacionalização da oferta de serviços e benefícios no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em nível estadual,
RESOLVE:
Artigo 1º - Aprovar o Termo de Aceite para o Cofinanciamento Estadual para a oferta dos Serviços de Proteção Social Básica, que acontecem nos 02(dois) Centros de Referência de Assistência Social e seus respectivos Centros de Convivência no município de São José de Mipibu/RN.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ANTONIA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:31B1B027

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ – RN, Nº 003/2025

CONVOCADA PARA APRECIAR DOAÇÃO DE AUTOMÓVEL (VAN COM ACESSIBILIDADE) PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME E APRECIAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2021, ENTRE SETHAS, ALDEIAS INFANTIS E MUNICÍPIO. REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2025.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 10h (dez) horas, na Sede dos Conselhos Municipais, localizada na travessa Elias Uchôa, s/n, centro, nesta cidade de São José do Seridó – RN, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS – deste município, convocada para apreciação e aprovação de doação de automóvel Van com acessibilidade pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), referente à emenda Parlamentar nº 59/2025 – FERNANDO MINEIRO/CD , de 09 de junho de 2025 e referente à emenda nº 43740024 – RP6, autorizada na Lei Orçamentária Anual nº 15.121. Abrindo os trabalhos, a presidenta deste conselho Sra. SIMONE DE ARAÚJO E SANTIAGO, cumprimentou a todos os presentes e em seguida ressaltou que pela lista de presença que antecede esta ata havia número legal para deliberação. Informou aos conselheiros sobre a informação do MDS de que o município havia sido contemplado com doação de Van com acessibilidade, sendo requisitado envio de documentos pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS) para efetivar a doação. A Secretária da SEMTHAS, a Sra. Suzete Pereira de Medeiros afirmou que o transporte auxiliaria bastante as atividades da Assistência Social no município, especialmente para o público de pessoas com deficiência que precisam se deslocar para outras localidades com vistas à oferta de serviços conveniados ao município. Em seguida, a Sra. Simone colocou para votação o ponto da pauta referente à aquisição do veículo, sendo unanimemente aprovado pelos conselheiros presentes. Após, foi apreciado termo aditivo ao termo de colaboração 001/2021 entre SETHAS, Aldeias Infantis e o município de São José do Seridó, referente ao Processo SETHAS nº 02010021.002581/2021-33, que permite o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de perda ou fragilização de vínculos familiares. A Secretária da SEMTHAS, a Sra. Suzete Pereira, declarou que o serviço é de suma importância para o município, pois tem aumentado a demanda pelo acolhimento de crianças. Assim, o termo aditivo foi aprovado por unanimidade dos conselheiros. Como nada mais havendo a tratar, considerando haver cumprido a pauta da presente reunião a Sra. SIMONE DE ARAÚJO E SANTIAGO agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, determinando que fosse lavrada esta ata que, uma vez lida e aprovada, segue assinada por mim Cilmária dos Santos Costa, na condição de secretária executiva deste conselho, a presidenta e pelos demais conselheiros. Em São José do Seridó – RN, 25 de Junho de 2025.

_____
(Presidente da Sessão)

_____
(Secretária da Sessão)

_____

Publicado por:
Daniel Gomes da Silva Neto
Código Identificador:BB0FA16A

GABINETE DO PREFEITO
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN N° 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025

Interessado: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Assunto: Não cumprimento de cláusula do Contrato Administrativo nº 030/2025
Objeto: Execução dos serviços de transporte escolar

CONSIDERANDO, o não cumprimento de cláusula do Contrato Administrativo nº 030/2025 celebrado com a **empresa L M A EMPREENDIMENTOS ESERVIÇOS LTDA** (CNPJ/MF sob o nº 30.616.194/0001-15) com a omissão da empresa em não apresentar a garantia de execução contratual exigida na cláusula 10ª:

10 CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.
10.2. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
b) seguro-garantia;
c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

CONSIDERANDO, que o **Contrato Administrativo nº 030/2025** prevê em seu cláusula 12ª:
12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
(...)
12.12 ***O contrato será extinto se a contratada não apresentar, no prazo e nas condições estipulados, a garantia contratual de execução, prevista na CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO deste contrato.***

CONSIDERANDO, por fim, o que disciplina o art. 137 da Lei 14.133/2021:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/ RN**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Extinguir o **Contrato Administrativo nº 030/2025** celebrado com a empresa **L M A EMPREENDIMENTOS ESERVIÇOS LTDA** (CNPJ/MF sob o nº 30.616.194/0001-15) por não apresentar a garantia de execução prevista na cláusula contratual décima, **sob a justificativa de não ter como arcar com o valor de 5% do seguro garantia do contrato**, devendo haver a apuração da conduta de inexecução do referido contrato com a possível aplicação das penalidades estabelecidas no edital, em seus anexos e no contrato administrativo.

Após o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Pregoeira deste Município visando a continuação da apuração do Pregão Eletrônico com a convocação das empresas classificadas em segundo lugar.

Publique-se.

São José do Seridó/ RN, 04 de julho de 2025.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:568FEBF9

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 003/2025

Dispõe sobre a aprovação de doação de automóvel Van com acessibilidade e aprovação do termo aditivo de colaboração entre SETHAS, Aldeias Infantis e Município de São José do Seridó.

O **Conselho Municipal De Assistência Social – CMAS, de São José do Seridó/RN,** no uso das suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei Municipal N° 155/1995;

Considerando o disposto no artigo 166, § § 9º a 12 da Constituição Federal, que tratam do orçamento impositivo para as emendas parlamentares individuais;
Considerando o sinstrumentos de planejamento e orçamento constantes na Constituição Federal em seus artigos 165 a 169;
Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990, em seus artigos 92 a 97, que tratam do acolhimento de crianças e adolescentes em instituição de acolhimento, e ainda;
Considerando a Resolução CONANDA nº 334/2006, que define diretrizes para as instituições de acohimento e reforça o caráter da proteção de crianças e adoelwscentes, entre outros.

RESOLVE:
Art. 1. Aprovar a doação de um automóvel Van com acessibilidade para a estruturação dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de São José do Seridó.
Art. 2. Aprovar o termo aditivo ao termo de colaboração entre a SETHAS, as Aldeias infantis e o município de São José do Seridó para o acolhiento de crianças e adolescentes em situações de perda ou fragilização dos vínculos familiares.
Art. 3. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Seridó-RN, 30 de junho de 2025.

SIMONE DE ARAÚJO E SANTIAGO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Daniel Gomes da Silva Neto
Código Identificador:F5E3463F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE ITENS NÃO ASSUMIDOS PELO PRIMEIRO CLASSIFICADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

A Prefeitura Municipal de São Miguel/RN, torna público que, em conformidade com o resultado do procedimento licitatório nº 01/2025 - PE, realizado para o Registro de preços para futura aquisição fracionada para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender as necessidades das unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de São Miguel/RN, e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, especialmente o artigo 56, convoca o segundo colocado, M M ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA

(03.126.525/0001-66), para assumir os itens 05 e 28, que o primeiro colocado não se comprometeu a executar.
O convocado deverá comparecer à sede desta entidade, localizada na Rua Padre Tertuliano Fernandes, 46, Centro, São Miguel/RN, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, das 7:00 as 13:00horas, para assinatura de Ata de Registro de Preços e formalização da assunção dos itens, ou através de manifestação expressa via e-mail licitacao@saomiguel.rn.gov.br.
O não comparecimento no prazo estabelecido implicará na perda do direito à contratação, podendo a administração convocar o próximo classificado, nos termos da legislação vigente.
Para mais informações, entrar em contato pelo e-mail licitacao@saomiguel.rn.gov.br.

São Miguel/RN, em 04 de julho de 2025.

Prefeitura Municipal de São Miguel
LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:D382453E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 43/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 17/2025 INEXIGIBILIDADE

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **53.662.996 PEDRO MATHEUS FREIRE DE HOLANDA**
CNPJ: **53.662.996/0001-67**

Objeto: **Contratação do Show artístico da atração ferro na boneca, Brenda Cibely e Catarina Ferreira, durante as festividades do arraia do tio Kalika.**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	15669 - Show artístico com banda Catarina Ferreira para se apresentar em praça pública no município de São Miguel/RN 01h40 (Uma hora e quarenta minutos)	UNID	1	15.000,00	15.000,00
Total Geral				**15.000,00**	

Fontes de Recurso: **1255 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 31 . 2.387 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1254 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 31 . 2.387 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1204 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 31 . 2.23 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 842 - 2 . 2003 . 13 . 122 . 31 . 1.88 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 567 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 35 . 2.285 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 83 - 2 . 2003 . 12 . 122 . 35 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Início da Vigência: **25/06/2025**
Final da Vigência: **31/12/2025**
Assinatura: **25/06/2025**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:34888CE1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 44/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 17/2025 INEXIGIBILIDADE

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **52.877.532 ANTONIO BRAYAN ANDERSON DE SOUZA BARROS**
CNPJ: **52.877.532/0001-05**

Objeto: **Contratação do Show artístico da atração ferro na boneca, Brenda Cibely e Catarina Ferreira, durante as festividades do arraia do tio Kalika.**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total (R$)
2	15668 - Show artístico com banda Brenda Cibely para se apresentar em praça pública no município de São Miguel-RN 01h40 (Uma hora e quarenta minutos)	UNID	1	10.000,00	10.000,00
Total Geral				**10.000,00**	

Fontes de Recurso: **1255 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 31 . 2.387 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1254 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 31 . 2.387 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1204 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 31 . 2.23 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 842 - 2 . 2003 . 13 . 122 . 31 . 1.88 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 567 - 2 . 2003 . 13 . 392 . 35 . 2.285 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 83 - 2 . 2003 . 12 . 122 . 35 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Início da Vigência: **25/06/2025**
Final da Vigência: **31/12/2025**
Assinatura: **25/06/2025**

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:2879F557

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 11, DE 1º DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

O Sr. FRANCISCO FÁBIO PINHEIRO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de São Miguel – IPSAM, consoante Portaria de Nomeação PM/GP n.º 0173/2025, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 53, da Lei Ordinária Municipal n.º 12, de 30 de junho de 2014 e,

CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** pela Servidora Pública Municipal, **ELIS CRISTINA PESSOA FRANCO,** admitida no Serviço Público em 18 de fevereiro de 1999, exercendo as atribuições do cargo de **Professora Nível III Referência "D",** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, inscrita na matrícula n° 130.152-7, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no magistério;

CONSIDERANDO que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos no artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003 à Constituição Federal de 1988 e §5º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, e especificamente no âmbito municipal em seu artigo 8°, inciso I, alínea b, da Lei Ordinária Municipal n.º 12, de 30 de junho de 2014; consoante corrobora Ficha Financeira, Ficha Funcional, Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Ente Federativo, e Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

CONSIDERANDO que a emissão de Parecer da Assessoria Jurídica do IPSAM pugnando pelo deferimento do pleito;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a **ELIS CRISTINA PESSOA FRANCO**, brasileira, Servidora Pública Municipal, matriculada sob o nº 130.152-7, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **PROFESSORA Nível III Referência "D",** portadora da carteira de Identidade nº. 1.083.447 SSP/RN e CPF/MF nº. 655.442.424-53, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE**

CONTRIBUIÇÃO, cadastrado sob o número 101.101.463-3, fixando-se os rendimentos da aposentadoria conforme preceituado no artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais, que corresponderão a título de provento básico o piso nacional do magistério, conforme dispõe a Lei Ordinária Nacional n° 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, proporcional às horas laboradas pela servidora (no caso da servidora 40 horas), considerando-se ainda o nível e a referência em que está enquadrada a servidora, ou seja, Nível III, Classe "D", em concomitância com a Lei Ordinária Municipal n° 668, de 09 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações do Magistério Público Municipal, reajustado anualmente, adicionando-se ao referido provento básico, em rubricas próprias, o valor das verbas incorporadas, ou seja, 06 (seis) quinquênios, nos termos do artigo 75, da Lei Complementar Municipal n.º 356, 04 de novembro de 1997, bem como, 02 (duas) gratificações de título estatuído no inciso I do artigo 19, da Lei Complementar Municipal n.º 668, de 09 de fevereiro de 2009, no percentual de 5 % (cinco por cento) cada, incidentes sobre o salário base da classe e nível respectivos, respectivamente.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as contrárias.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

FRANCISCO FÁBIO PINHEIRO
Presidente do IPSAM
Portaria PMSM/GP n.º 0173/2025

* Retificação da Portaria em relação a data de ingresso e inclusão do §5º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, conforme Notificação nº 00757/2025 – DE – TCE/RN;

* Retificação da Portaria em relação a quantidade de Adicionais de Tempo de Serviço, conforme PROCESSO N.º: 0800019-68.2023.8.20.5131, Sentença datada de 28/05/2024.

Publicado por:
Francisco Fábio Pinheiro
Código Identificador:1A14A5AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: JOZILMA MARIA DE CARVALHO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.886.312/0001-60. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de material esportivo, destinado a atender as demandas da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação da ATA Registro de Preços celebrada em 03 de junho de 2024, com vencimento em 02 de junho de 2025, passando a vigorar de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 84 e 87, e Decreto nº 213/24.

São Paulo do Potengi/RN, em 29 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

e

JOZILMA MARIA DE CARVALHO
P/Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:D813C81C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.886.312/0001-60. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de material esportivo, destinado a atender as demandas da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação da ATA Registro de Preços celebrada em 03 de junho de 2024, com vencimento em 02 de junho de 2025, passando a vigorar de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 84 e 87, e Decreto nº 213/24.

São Paulo do Potengi/RN, em 29 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

e

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA
P/Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:7CED19E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: RICARDO MARQUES ALVES, inscrita no CNPJ sob o nº 15.053.338/0001-89. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de material esportivo, destinado a atender as demandas da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação da ATA Registro de Preços celebrada em 03 de junho de 2024, com vencimento em 02 de junho de 2025, passando a vigorar de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 84 e 87, e Decreto nº 213/24.

São Paulo do Potengi/RN, em 29 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

e

RICARDO MARQUES ALVES
P/Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:3053E2C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: ROSILENE TONATTO SPAZZINI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.045.994/0001-01. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de material esportivo, destinado a atender as demandas da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação da ATA Registro de Preços celebrada em 03 de junho de 2024, com vencimento em 02 de junho de 2025, passando a vigorar de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 84 e 87, e Decreto nº 213/24.

São Paulo do Potengi/RN, em 29 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
- Prefeito – Contratante

e

ROSILENE TONATTO SPAZZINI -
P/Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:6D2EA397

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: VERTENTES MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.755.750/0001-77. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de material esportivo, destinado a atender as demandas da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação da ATA Registro de Preços celebrada em 03 de junho de 2024, com vencimento em 02 de junho de 2025, passando a vigorar de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 84 e 87, e Decreto nº 213/24.

São Paulo do Potengi/RN, em 29 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

e

RICARDO TADEU DA SILVA
P/Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:A06866D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.027.640/0001-96. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de material esportivo, destinado a atender as demandas da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação da ATA Registro de Preços celebrada em 03 de junho de 2024, com vencimento em 02 de junho de 2025, passando a vigorar de 03 de junho de 2025 a 02 de junho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seus artigos 84 e 87, e Decreto nº 213/24.

São Paulo do Potengi/RN, em 29 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

e

WAGNER AZEVEDO SILVA
p/Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:D79C91A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 080/2023 - INEXIGIBILIDADE Nº 016/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: ANDERSON COSTA ASSESSORIA, inscrita no CNPJ. sob o nº 33.790.405/0001-20. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem como objeto a Contratação de empresa especializada nos serviços de assessoria e consultoria em Licitações e Contratos (Elaboração de Editais e Contratos, Acompanhamento em Sessão pública e Processos). **DA VIGÊNCIA:** O presente Termo Aditivo tem como objetivo prorrogação da vigência contratual que tem seu vencimento previsto para 09 de julho de 2025. O presente Termo Aditivo passará a vigora com início em 10 de julho de 2025 e término em 09 de julho de 2026. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Paulo do Potengi/RN, 30 de junho de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Contratante

e

ANDERSON COSTA ASSESSORIA
P/Contratada.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:662A7241

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 03030005/2025

CONTRATO Nº.....: 03030005/2025

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN
CNPJ: 08.079.915/0001-46

CONTRATADA(O).....: IVELIZE SUERDA ARAUJO DE MOURA
CPF: 021.615.474-02

OBJETO.....: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA RUA MONSENHOR EXPEDITO, S/N, CENTRO, SÃO PEDRO/RN, PARA FUNCIONAMENTO DA GARAGEM MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN.

VALOR MENSAL.....: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2025

Und. Orçamentária: 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
Ação: 15.452.0001.2012.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC OBRAS, TRANSP E URBANISMO
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

VIGÊNCIA.....: 03 de março de 2025 a 31 de dezembro de 2028.

DATA DA ASSINATURA.....: 03 de março de 2025.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:7D995336

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21020007/2025

O Prefeito do Município de São Pedro/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancoradas na norma inscrita no Art. 72, VIII, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, considerando o incomensurável interesse público e considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico e o Laudo da Vistoria emitido pelo setor de engenharia da Prefeitura Municipal de São Pedro/RN, **AUTORIZA** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, junto à **IVELIZE SUAERDA ARAUJO DE MOURA**,pessoa Física, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.615.474-02, com objeto: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA RUA MONSENHOR EXPEDITO, S/N, CENTRO, SÃO PEDRO/RN, PARA FUNCIONAMENTO DA GARAGEM MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN,** valor mensal de **R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)** pelo período de **03 de março de 2025 a 31 de dezembro de 2028**, ancorado no caput do art. 74, Inciso V da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

São Pedro/RN, 03 de março de 2025.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Onde - lê:
ORIGEM.....: R$ 800,00 (oitocentos reais)

Leia - se:
ORIGEM.....: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

(*) Republicado por incorreção, tendo em vista erro de digitação (Publicação anterior: Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte – Femurn – Edição nº 3513, DIA 08/04/2025.

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:F58344E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 146/2025, DE 03 DE JULHO DE 2025.

PORTARIA Nº 146/2025, DE 03 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando ainda que o Parágrafo Único do Art. 19 da Lei Municipal nº 449 de 3 de agosto de 2022, preceitua que os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes representantes para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, pelo Poder Público Municipal:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Maria Joseane da Silva (Titular)
Jórgia Thaise Medeiros de Lima (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Kaitilene Ferreira Guedes Bezerra (Titular)
Alcilene Maria da Silva (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos
Edivan Varela do Nascimento Santos (Titular)
Luan Medeiros da Silva (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Finanças
Bruno Dior Galdino de Araújo (Titular)
Roberto Pedro da Silva (Suplente)

Art. 2º Nomear os seguintes representantes para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, representando a Sociedade Civil:

Representantes dos Usuários do SUAS
Zuleide Calixto de Lima (Titular)
Francisca Zildenete de Oliveira (Suplente)

Representantes do Grupo de Mães Atípicas
Maria Virgínia Ferreira do Nascimento (Titular)
Ozenilda da Silva Dias Farias (Suplente)

Representantes do Grupo de Artesãs
Francisca Francineide da Silva (Titular)
Érica Samara de Lima Moura (Suplente)

Representantes do PA Bela Vista
Maria Juliana Lima (Titular)
Ana Carla de Souza Santos (Suplente)

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

São Pedro/RN, 03 de julho de 2025.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:9E02859D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2025, DE 03 DE JULHO DE 2025.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2025

Compõe a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO PEDRO/RN, reunido no dia 03 de julho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2022.

Considerando as alterações ocorridas na composição do Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Compor a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social com mandato findo em 03 de julho de 2027.
I – Presidente: Maria Joseane da Silva
II – Vice-Presidente: Jórgia Thaise Medeiros de Lima
III – 1ª Secretária: Maria Juliana Lima
IV – 2ª Secretária: Francisca Francineide da Silva

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro/RN, 03 de julho de 2025.

MARIA JOSEANE DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:68022A47

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2025, DE 03 DE JULHO DE 2025.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2025, DE 03 DE JULHO DE 2025.

Convoca a 12ª Conferência Municipal de Assistência Social e cria Comissão para Organização.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PEDRO/RN, reunido no dia 03 de julho de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2022.

Considerando a Resolução CNAS nº 174/2024 que dispõe sobre a convocação ordinária da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social,

Considerando o inciso VI do artigo 18 da Lei Federal nº 8.742/1993,

Considerando que as conferências de assistência social são instâncias deliberativas, com a atribuição de avaliar a política de assistência social e definir diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar e definir a data de 08 de julho de 2025 para a realização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência".

Art. 2º. Constituir a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social.
§1º A Comissão Organizadora será formada pelos seguintes Conselheiros:
I – Maria Joseane da Silva;
II – Roberto Pedro da Silva;
§2º Caberá ao Órgão Gestor Municipal de Assistência Social designar 02 (dois) técnicos para dar apoio logístico, operacional e administrativo às ações deste Colegiado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 03 de julho de 2025.

MARIA JOSEANE DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:F6D07567

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 073, DE 03 DE JULHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. JÚLIO CÉSAR BARBOSA DA COSTA, Delegado de Polícia da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 157.845-6, a quantia de R$ 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos) referente a 18 (dezoito) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 16/06 e 17/06 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 17/06 e 18/06 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 18/06 e 19/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 19/06 e 20/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 20/06 e 21/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 21/06 e 22/06 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias), 25/06 e 26/06 das 18:00 às 06:00h e 28/06 e 29/06 das 08:00h às 08:00h do mês de junho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:424EF339

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 074, DE 03 DE JULHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. FRANCISCO ALVES FEITOSA NETO, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 249379-9 a quantia de R$ 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos) referente a 18 (dezoito) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 16/06 e 17/06 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 17/06 e 18/06 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 18/06 e 19/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 19/06 e 20/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 20/06 e 21/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 21/06 e 22/06 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias), 25/06 e 26/06 das 18:00 às 06:00h e 28/06 e 29/06 das 08:00h às 08:00h do mês de junho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:49092CFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 075, DE 03 DE JULHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ALEXANDRO JOSÉ DA SILVA, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 194.966-7, a quantia de R$ 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos) referente a 18 (dezoito) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 16/06 e 17/06 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 17/06 e 18/06 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 18/06 e 19/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 19/06 e 20/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 20/06 e 21/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 21/06 e 22/06 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias), 25/06 e 26/06 das 18:00 às 06:00h e 28/06 e 29/06 das 08:00h às 08:00h do mês de junho do corrente ano com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:13A844A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 076, DE 03 DE JULHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. MARCIO VIANA DE MEDEIROS, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 197.209-0, a quantia de R$ 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos) referente a 18 (dezoito) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 16/06 e 17/06 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 17/06 e 18/06 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 18/06 e 19/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 19/06 e 20/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 20/06 e 21/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 21/06 e 22/06 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias), 25/06 e 26/06 das 18:00 às 06:00h e 28/06 e 29/06 das 08:00h às 08:00h do mês de junho do corrente ano com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:34C23A38

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 077, DE 03 DE JULHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ANTONIO MARQUES DE ANDRADE, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula167.259-2, a quantia R$ 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos) referente a 18 (dezoito) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 16/06 e 17/06 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 17/06 e 18/06 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 18/06 e 19/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 19/06 e 20/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 20/06 e 21/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 21/06 e 22/06 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias), 25/06 e 26/06 das 18:00 às 06:00h e 28/06 e 29/06 das 08:00h às 08:00h do mês de junho do corrente ano, com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:499D8F4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº. 078, DE 03 DE JULHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do estado democrático de direito, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante a implementação de ações pelos órgãos integrantes do SISPRN (PMRN / PCRN),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. ROGERIO CESAR DE ALMEIDA PINTO, Policial Civil da 34ª DP – São Tomé/RN, matrícula 207.237-8, a quantia de R$ 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos) referente a 18 (dezoito) diárias operacionais integrais pela prestação de serviços em São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 16/06 e 17/06 das 18:00h às 6:00h (2 diárias), 17/06 e 18/06 das 18:00h às 06:00h (02 diárias), 18/06 e 19/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 19/06 e 20/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias), 20/06 e 21/06 das 18:00h às 06:00h (2 diárias) e 21/06 e 22/06 das 18:00h às 06:00 h (2 diárias), 25/06 e 26/06 das 18:00 às 06:00h e 28/06 e 29/06 das 08:00h às 08:00h do mês de junho do corrente ano com base no Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a Prefeitura Municipal de São Tomé, com vistas ao desenvolvimento de atividades de segurança pública e defesa social do município pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:9C32901B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE-RN (CNPJ: 08.308.470/0001-29)

OBJETIVO:
OBTER PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 75 DA LEI Nº 14.333/2021

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS.

Quantidade de material da solução a ser contratada (expectativa):			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNID.**	**QUANT.**
1.	Torta 120 tubos 20 mm baixo ruído	UNIDADE	10
2.	Torta 100 tubos 20 mm baixo ruído	UNIDADE	04
3.	Torta 300 tubos efeito leque baixo ruído	UNIDADE	04
4.	Torta zig zag 120 tubos 20 mm baixo ruído	UNIDADE	08
5.	Girandola 468 baixo ruído	UNIDADE	20
6.	Girandola 702 baixo ruído	UNIDADE	10

BASE LEGAL:
INCISO II DO ART. 75 DA LEI 14.133/21

PERÍODO DE PROPOSTAS:
ATÉ AS 15H00MIN DO DIA 11/07/2025.

ENDEREÇOS PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
E-MAIL: prefsaovicente@yahoo.com.br
ENDEREÇO: PRAÇA JOAQUIM ARAÚJO SILVA, 84 – Centro – São Vicente/RN

PREFERÊNCIA ME/EPP/PESSOA FÍSICA:
SIM

EXIGÊNCIAS:
HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS:
TELEFONE(S): (84) 3436-0226

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:85A4AB4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°253/2025-GP, DE 03 DE JULHO DE 2025

Concede diária(s) a ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma) diária integral ao servidor **ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS**, Mat. 275, ocupante da função de **VICE-PREFEITO** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de Natal/RN, para comparecer ALRN – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, para tratar de assuntos referente ao Município, no dia 03 de julho de 2025, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, dia 03 de julho de 2025

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F8CA9CFB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 255/2025 - GP, DE 04 DE JULHO DE 2025

Nomeia Comissão de Planejamento de Contratações para atuar em processo específico e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;
CONSIDERANDO, que cabe ao município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO, a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO, oDecreto Municipal nº 115/2023, que dispõe sobre o regime de transição para a plena aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecendo planejamento, com vistas à regulamentação do novo regime de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, embora o artigo 187, da Lei Federal nº 14.133/2021 permita o Município aplicar os regulamentos editados pela União, torna-se necessário que sejam baixados regulamentos municipais específicos, para atender as particularidades inerentes à sua realidade;

R E S O L V E

Art. 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituir a Equipe de Planejamento de Contratação referente à **AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAL DE EXPEDIANTE.**

Membro: Sarah Sales Matos (Mat.1080)
Membro: Ana Beatriz da Silva (Mat. 1167)
Membro: Eric Yan da Silva (Mat. 60436)

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 04 de julho de 2025.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F49B4FBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 254/2025 – GP, DE 04 DE JULHO DE 2025

DESIGNAR SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO DE RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;
CONSIDERANDO o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
CONSIDERANDO a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato 20250139, Dispensa de Licitação N° 012/2025, tendo por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CONTROLE PARA CRIAÇÃO DO SITE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, OU OUTRA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA COM PAINEL ADMINISTRATIVO, INCLUINDO, CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS PRESENCIAL, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO, SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DE MELHORIAS EVOLUTIVAS;

RESOLVE:
Art.1º. Dispensar o(a) servidor(a) PALLOMA DE FREITAS OGANDO, MAT: 1095, CPF: 098.414.304-10, das funções de acompanhamento e fiscalização, como titular, da execução do Contrato nº 20250139, celebrado entre o Município de São Vicente/RN e a empresa GARAGNANI & GARANHANI LTDA, CNPJ: 28.306.139/0001-87.

Art. 2º. Designar o(a) servidor(a) ERIC YAN DA SILVA, matrícula nº 60436 e CPF nº 142.710.154-07, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato nº 20250139, celebrado entre o Município de São Vicente/RN e a empresa GARAGNANI & GARANHANI LTDA, CNPJ: 28.306.139/0001-87.
Art. 3º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 4º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º. A presente designação não representará em ônus a Administração Pública Municipal, nem ensejará pagamento de horas extraordinárias de serviço aos servidores

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos da Portaria nº 140/2025 – GP, de 25 de março de 2025, código identificador 02040A0F.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
São Vicente/RN 04 de julho de 2025

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9D1FB121

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 162/2025 – SMS, DE 04 DE JULHO DE 2025

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO Nº 20250202.

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como **FISCAL DO CONTRATO Nº 20250202**, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ Nº 11.261.481/0001-05)** e a empresa **JOELMA DANTAS AUTO PECAS E SERVICOS LTDA (CNPJ Nº 39.973.416/0001-21)**, o(s) seguinte(s) servidor(es): Clezio Dantas de Medeiros, matrícula nº 1169.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 04 de julho de 2025.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JÚNIOR
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A9C9AC99

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2025(*)

Processo nº 117/2025 – Dispensa de Licitação nº 062/2025 – CPL

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN;**
Contratada: **54.917.056 LEANDRO DA SILVA FERREIRA;**
CNPJ: **54.917.056/0001-34;**

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de computadores desktops, para suprir as necessidades do município de senador Elói de Souza/RN.

Vigência: 14/06/2025 à 31/12/2025
Valor: R$ 57.200,00 (cinquenta e sete mil e duzentos reais)

Senador Elói de Souza/RN, 14 de junho de 2025.

(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza

Publicado por:
José Lúcio Júnior da Silva
Código Identificador:0B6D8B61

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº028/2025

Em conformidade com Parecer da Assessoria Jurídica, o qual opinou pela inexigibilidade de licitação, o ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as determinações do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/21, é considerado que consta no processo administrativo em que trata a respeito da Locação de imóvel, pertencente ao sr. **EDEILTON LUIZ DA SILVA**, inscrito no CPF sob nº **XXX.841.114-XX,** para o funcionamento da GARAGEM MUNICIPAL, PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN, pelo valor total estimado de R$ 8.400 (oito mil e quatrocentos reais), a ser pago mensalmente de forma parcelada, venho desta forma declarar a inexigibilidade de licitação para locação do imóvel, determinando que se proceda com a formalização do contrato, assim como elaboração do extrato e respectiva publicação na imprensa oficial.

Senador Elói de Souza/RN, 10 de junho de 2025.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
José Lúcio Júnior da Silva
Código Identificador:070FDA37

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISP Nº 054-2025

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1º deabril de 2021, e suas atualizações, para a contratação da(o) JOSE BEZERRA GUEDES - AUTO PECASME, referente à Aquisição de pneus para atender a frota municipal de Serra de São Bento.
RATIFICO, conforme prescreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr.(a). Presidente da Comissão de Licitação, determinando que seproceda a publicação do devido extrato.SERRA DE SÃO BENTO - RN, 04 de Julho de 2025.

Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:828FC9DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 124, DE 04 DE JULHO DE 2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 124, de 04 de Julho de 2025

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 5 diárias para Okátio Oliveira da Silva CPF nº 030.600.354-66, Matrícula 071 ocupante do cargo de Controlador Geral do Município, o mesmo irá participar de uma capacitação em Controle no Orçamento Público com inscrição gratuita promovida pela escola de Governo do RN que ocorre dia 07 a 11 de julho de 2025 na escola de Governo.

A participação do Controlador Geral do Município na capacitação em "Controle no Orçamento Público" é de fundamental importância para o aprimoramento das atividades de controle interno, fiscalização e transparência da gestão pública municipal. O orçamento público é o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas, e seu correto acompanhamento e controle são essenciais para garantir a legalidade, eficiência e economicidade dos gastos públicos.

A capacitação permitirá ao Controlador Geral atualizar-se quanto às normas legais, técnicas e boas práticas relacionadas à elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do orçamento público, além de fortalecer a atuação preventiva e corretiva do controle interno. Isso contribuirá diretamente para a melhoria da governança, o cumprimento das metas fiscais e o atendimento aos princípios constitucionais da administração pública.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 04 de julho de 2025

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:98007183

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 31.863/2025

Da autorização e da contratação ao processo administrativo Nº 31.863/2025. Contratação de execução de serviços entre o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS** pessoa jurídica de direito público, doravante denominado contratante, e por outro lado **V M DE CARNEIRO**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 32.489.493/0001-61, doravante denominada contratada. Resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2025, processo administrativo n° 31.863/2025.

O objeto do presente instrumento é contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Vigilância Sócio Assistencial no Sistema Único de Assistência Social e CADÚNICO, programas estes que estão diretamente ligados ao Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil IDG – PAB, este investimento tem o intuito de melhorar atendimento à população de Serra do Mel/RN.

Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de elaboração do planejamento e execução de ações da proteção social básica no Sistema Único de Assistência Social IGD – PAB do município de Serra do Mel/RN.	MÊS	02	R$ 24.450,00	**R$ 48.900,00**

.

O prazo de vigência do presente contrato será de **02 (dois) meses**, contados da data da assinatura do contrato, prorrogando-se automaticamente por se tratar de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto não seja integralmente realizado no período ora pactuado.

Município de Serra do Mel/RN, 26 de junho de 2025.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:64E5D51E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO Nº 001/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO 122/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2404150001

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.
CONTRATADO: REFRI PEÇAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ n° 18.620.984/0001-79.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a prorrogação da vigência da ata de registro de preço 122/2024, por mais 1 (um) ano.
VALOR GLOBAL R$ 145.150,09 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS E NOVE CENTAVOS).
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: 1 (um) ano, com início em 09 de JULHO de 2025 prorrogável na forma do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis.

Serra Negra do Norte/RN,03 de JULHO de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

MERYELLE MARA DE OLIVEIRA SANTOS.
Pela Contratada

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:5EA21F99

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24891/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75
CONTRATADO: ORTUS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ n° 32.650.989/0001-75.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Auditorias nos repasses efetuados a título de contribuição Previdenciária Patronal com escopo de apurar a real dívida do Município.

VALOR GLOBAL : O valor do presente Termo de Contrato é de : 20% (vinte por cento), o valor a ser pago à pelo município, será de acordo com os valores recebidos (recuperados) pelo município, sendo destes pagos 20% (vinte por cento) a empresa contratada
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:02.005 – SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO, AÇÃO:2006 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO, NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, FONTE DE RECURSOS:15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 04.julho.2025 a 03 de julho 2026, prorrogável na forma do art. 107,da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicável.

Serra Negra do Norte-RN, em 04 de julho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
CPF Nº 626. ***. ***-20.
Prefeito Municipal.

FREDERICO DE ALCANTARA E SILVA.
CPF:018.***.***-71.
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:DB4F9B3E

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 705, DE 04 DE JULHO DE 2025.

Regulamenta a Lei federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos na administração pública em Serra Negra do Norte/RN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN**, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando a entrada em vigor da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, a merecer regulamentação em âmbito municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto Municipal tem por objetivo regulamentar a aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos pelo Poder Executivo Municipal de SERRA NEGRA DO NORTE/RN, envolvendo todos os órgãos da administração direta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Prefeitura.

Art. 2º. Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e demais legislações aplicáveis).

CAPÍTULO II
DOS BENS DE CONSUMO DE QUALIDADE COMUM E DE LUXO

Art. 3º. Para fins no disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo, considera-se:
I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:
a) ostentação;
b) riqueza;
c) forte apelo estético; ou
d) requinte.
II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;
III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:
a) Durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;
b) Fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
c) Perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
d) Incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
e) Transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e
IV - Elasticidade-renda da demanda - razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

Art. 4º. O ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do Caput do art.3º:
I - Relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, tendo o seu custo que ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado de bens equivalentes, que atendam a mesma finalidade, principalmente observando a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem;
II - Relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:
a) evolução tecnológica;
b) tendências sociais;
c) alterações de disponibilidade no mercado; e
d) modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 5º. Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 6º:
I - For adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou
II - Tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do município para aquele objetivo pretendido.

Art. 6º. O setor de compras e pesquisa mercadológica, em conjunto com as unidades técnicas, identificarão os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas com bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no caput, os documentos de formalização de demandas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

CAPÍTULO III
DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 7º. Ao Agente de Planejamento incumbe a responsabilidade de centralizar, coordenar e liderar o planejamento das contratações públicas, assegurando o cumprimento das exigências legais e promovendo a integração entre as secretarias municipais, com as seguintes atribuições:
I - Coordenar e liderar o planejamento das contratações públicas, promovendo a integração entre as secretarias municipais e o cumprimento das diretrizes legais previstas na Lei nº 14.133/2021;
II - Supervisionar e validar os estudos técnicos preliminares, análises de viabilidade, planos de riscos e demais artefatos essenciais ao processo de contratação;

III - Articular a atuação da Comissão de Planejamento de Contratações, promovendo reuniões, distribuindo tarefas e assegurando o alinhamento das ações às metas da administração pública;
IV - Monitorar o cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano Anual de Contratações (PCA), propondo medidas de correção ou aprimoramento, quando necessário;
V - Garantir a padronização e a qualidade dos documentos que instruem os processos de contratação pública, reduzindo falhas e inconsistências que possam comprometer os resultados.

Art. 8º. Ao Agente de Contratação, Pregoeiro, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:
I – Conduzir a sessão pública;
II – Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao aviso da dispensa e edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III – verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
IV – Verificar e julgar as condições de habilitação;
V – Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica;
VI – Encaminhar à autoridade competente para adjudicar o objeto; – Conduzir os trabalhos da equipe; e
VII – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
§1º. Caberá aos Agentes de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei, no tocante a fundamentação legal, análise de possibilidade da contratação direta e despachar para ratificação.
§2º. Para o julgamento e tomada de decisões, caso paire dúvidas, o agente de contratação poderá contar com auxílio de sua equipe, das assessorias técnicas e jurídicas, do controle interno e, também, de profissionais especialistas mediante contratação específica, se for o caso.
§3º. O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação poderá contar com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 2 (dois) membros, dentre servidores efetivos, ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

Art. 9º. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro, e desempenhará no âmbito do pregão as mesmas atribuições do Agente de Contratação previstas neste artigo.
Art. 10. O Agente de Contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, serão designados dentre os servidores da administração, ou cedidos de outros órgãos ou entidades para atuar na Prefeitura.
Parágrafo único. O Agente de Contratação e os membros da Comissão de Contratação, poderão, de forma excepcional, serem designados dentre os servidores ocupantes de cargos em comissão, desde que devidamente justificado e comprovado a real necessidade e a falta de outras possibilidades, até que tenha um servidor efetivo para ocupação da função.

CAPÍTULO IV
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 11. O Município poderá elaborar Plano(s) de Contratações Anual (PCA), com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.
§1º. O plano de contratações anual de que versa o inciso VII c/c o § 1.º do art. 12 da Lei Federal n.º 14.133/2021, obedecerá a média de compras e serviços contratados no último triênio.
§2º. Esta média versada no parágrafo anterior somente poderá ser quebrada para maior, mediante justificativa técnica e para fins específicos e nos casos de registros de preços.

CAPÍTULO V
DA CENTRAL DE COMPRAS

Art. 12. As compras serão, preferencialmente, realizadas por uma Comissão Central de Compras Públicas, designada entre os servidores municipais e agentes públicos pela Autoridade Superior.
Parágrafo único. Na formação da comissão citada no caput, administração irá selecionar no mínimo um membro do setor de compras município, juntamente com um representante designado de cada unidade orçamentária, de modo a aumentar o nível técnico de conhecimento das demandas.

Art. 13. Na renomeação da Comissão Central de Compras Públicas, preferencialmente será trocado, pelo menos um dos membros anteriores, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

CAPÍTULO VI
DA ADOÇÃO DE CATÁLOGO ELETRÔNICO PARA COMPRAS

Art. 14. O Catálogo eletrônico de que trata o § 1.º do art. 19 da Lei Federal n.º 14.133/2021, para as compras, terá o perfil e/ou características que servirão de parâmetro para o Termo de Referência, com descrição clara, objetiva e primazia de qualidade, vedada a opção específica de marca.
§1º. Quando pela natureza da situação for exigida a marca, dever-se-á fazer a devida justificativa nos autos do procedimento.
§2º. Quando da elaboração do catálogo, serão observados todos os cadastros inscritos no software atual de gestão, e será designada uma comissão para realizar um levantamento de itens utilizados nos últimos 3 (três) anos e a devida atualização cadastral dos produtos.

CAPÍTULO VII
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 15. A administração deverá elaborar Estudo Técnico Preliminar antecedendo a aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sempre embasado nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos naturais, e será opcional nos seguintes casos:
I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação, desde que seja justificado na formalização da demanda de que os estudos podem ser dispensados sem prejuízos a escolha da melhor solução diante da baixa complexidade da contratação;
II - Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
III - Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
IV - Contratação de objetos corriqueiros da administração, visando a manutenção do trabalho diário das secretarias, onde a administração realiza de forma repetitiva a mesma solução, que é única, ou ainda quando o objeto já estiver definido por lei ou regulamento específico, momento em que poderá ainda ainda um estudo mais simplificado tratando dos resultados da última contratação.
V - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO VIII
DA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Art. 16. A formulação de orçamento estimativo para as aquisições de produtos e serviços em geral, de acordo com exigência do art. 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observar-se-á os seguintes critérios:
I – Aferir-se-á a aquisição de produtos ou serviços semelhantes a contratação pretendida pela administração pública em que os

contratos estejam em pleno vigor, ou tenham se encerrado a no máximo 12 (doze) meses.
§1º. A partir dos preços obtidos nos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado será sempre a média aritimética dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.
§2º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados, que seja de pelo menos 30% (trinta por cento) entre os preços.
§3º. A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.
§4º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos, e após já terem esgotadas todas as possibilidades previstas na Lei.

Art. 17. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, enquanto esta for a norma mais recente de que se trata o tema.
Art. 18. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observarse-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020, enquanto esta for a norma mais recente de que se trata o tema.

CAPÍTULO IX
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS

Art. 19. Na aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, conforme previsão no § 2.º do art. 26 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Poder Executivo Municipal, no âmbito da Administração local, concederá preferência para estes produtos e serviços mediante a adjudicação do objeto com valor até 5% (cinco por cento) superior aos demais produtos e serviços comuns.

CAPÍTULO X
DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO

Art. 20. A licitação na modalidade leilão, no âmbito do Município de SERRA NEGRA DO NORTE/RN, poderá ser conduzida por um Leiloeiro Administrativo designado para o processo específico pelo Chefe do Poder Executivo, o qual terá a obrigação de conduzir as negociações em sessão pública, decidindo com fundamento nas normas legais e no edital de convocação sobre os entreveros resultantes das negociações.
§1º. As decisões não acolhidas pelos participantes poderão ser recorridas ao agente público responsável pela condução da sessão, mediante fundamento, que o decidirá se rever a decisão anterior ou se a mantêm. Caso mantenha, o recurso poderá subir à Autoridade Superior, que decidirá em vinte e quatro horas, contadas do conhecimento.
§2º. Caso a decisão da Autoridade Superior seja reformista da decisão que deu causa ao recurso, as negociações retornarão ao ponto divergente.

Art. 21. De qualquer forma a transmissão do bem leiloado somente será realizada ao adjudicatário depois de efetuado o pagamento no valor negociado em sessão pública.

CAPÍTULO XI
DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 22. Será considerado "Jornal de Grande Circulação" todo meio de publicidade que tenha edição diária, impresso ou digital, com ampla circulação no Estado do Rio Grande do Norte e que atinja quase todos os municípios, senão todos.

Art. 23. Não restando prejudicada a publicidade legal no PNCP, o município de SERRA NEGRA DO NORTE/RN também poderá realizar suas publicações de atos relativos a licitações e contratações diretas:
I – De forma geral, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do RN - FEMURN;
II – No sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de SERRA NEGRA DO NORTE/RN, https://serranegra.rn.gov.br/.

CAPÍTULO XII
DA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO

Art. 24. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil, ou ainda aqueles já autorizados por outros meios conforme Lei Federal nº 14.063, de 2020.

Art. 25. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.
Art. 26. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Art. 27. Em se tratando de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, poderá o agente de contratação (Pregoeiro) realizar diligências a fim de complementar a documentação apresentada, desde que se comprove o atendimento prévio dos requisitos, anteriores a data de abertura das propostas de preços.
Parágrafo único. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo agente público responsável.

Art. 28. A documentação de habilitação poderá ser dispensada nos casos de contratações para entrega imediata, como também nos casos cujo o valor da contratação não ultrapasse ¼ (um quarto) do limite atual para dispensa de licitação.

CAPÍTULO XIII
DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Art. 29. Para efeito de participação de empresas estrangeiras nas licitações municipais, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber e quando previsto em edital, o disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, e eventuais alterações.

CAPÍTULO XIV
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 30. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns,

inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços, na modalidade pregão, para contratação de obras de engenharia, bem como nas contratações diretas de dispensa e inexigibilidade de licitação, nas seguintes hipóteses:
I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
Parágrafo único. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

Art. 31. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.
§1º. Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.
§2º. Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 32. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado e/ou renovada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços.
Parágrafo único. Na hipótese de renovação prevista no caput deste artigo, todos os quantitativos licitados serão reestabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Art. 33. A ata de registro de preços poderá ser objeto de reajuste, repactuação, revisão, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 34. O registro do fornecedor será cancelado quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do *caput* será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 35. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: I - por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.

Art. 36. Poderá a administração municipal realizar ou ceder adesões a Atas de Registro de Preços, desde que haja previsão no instrumento convocatório.
§1º. Nas hipóteses previstas no *caput* deste artigo, as contratações não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
§2º. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CAPÍTULO XV
DO CREDENCIAMENTO

Art. 37. O credenciamento nos termos do art. 79 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.
§1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.
§2º. A administração poderá fixar o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.
§3º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço, nesses casos o credenciamento poderá será realizado a partir do momento da publicação do edital.
§4º. Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.
§5º. Sempre que o critério de escolha dos credenciados for pelo método de "sorteio", este deverá ser realizado após a sessão pública de habilitação dos credenciados e a lista será atualizada a cada ingresso de novo interessado, incluindo o novo credenciado no final da fila sequencial de distribuição da demanda.
§6º. Poderá a administração estabelecer no edital um critério objetivo por sequência de credenciados para distribuição da demanda, podendo ainda realizar o credenciamento de forma eletrônica, de modo que possibilite o acesso público imediato ao registro dos novos interessados.
§7º. No caso de distribuição de demanda conforme o § 5º, o credenciado será contratado imediatamente após o aceite da sua solicitação e irá compor a lista de credenciados da administração.
§8º. O prazo mínimo para realização de sessão pública, quando for o caso, para recebimento de documentação dos interessados, não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.
§9º. O prazo para credenciamento deverá permanecer aberto durante todo o período de contratação, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XVI
DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 38. No âmbito do Município de Serra Negra do Norte/RN, o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, procedimento auxiliar previsto no art. 80 da Lei nº 14.133/2021, terá a finalidade de permitir que pessoas jurídicas de direito privado apresentem projetos, estudos, levantamentos ou investigações para subsidiar futuras contratações públicas.

Art. 39. O PMI poderá ser instaurado por iniciativa da Administração Pública Municipal, mediante publicação de edital específico, contendo:
I – Identificação do objeto do procedimento;
II – Especificação dos documentos técnicos esperados;
III – Requisitos de habilitação jurídica, técnica e fiscal dos interessados;
IV – Critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas apresentadas;
V – Forma e local de apresentação das manifestações;
VI – Prazo mínimo de 20 (vinte) dias para envio dos documentos e propostas técnicas.

Art. 40. A forma eletrônica será preferencial para a tramitação do PMI, utilizando-se como plataforma oficial o Portal de Compras Públicas, salvo comprovada inviabilidade técnica.
Parágrafo único. Quando adotada a forma eletrônica, todos os atos, comunicações, entregas de documentos e julgamentos deverão ocorrer

via sistema, garantindo a publicidade, a transparência e a rastreabilidade do procedimento.

Art. 41. Deverá ser instituída, a cada realização de PMI, comissão especial de avaliação, formada por servidores com conhecimento técnico sobre o objeto, para análise das propostas recebidas e emissão de relatório de seleção.

CAPÍTULO XVII
DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 42. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.
Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Federal n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XVIII
DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 43. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.
§1º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
§2º. É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.
§3º. No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação, bem como nos casos de agenciamento.

CAPÍTULO XIX
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 44. O objeto do contrato será recebido:
I - Em se tratando de obras e serviços:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
b) Definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.
II - Em se tratando de compras:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
b) Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.
§1º. O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.
§2º. Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art. 73 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XX
DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 45. A administração municipal poderá adotar o sistema de dispensa eletrônica quando não obtiver obtido êxito na escolha do fornecedor de forma direta e, sempre que possível, nas seguintes hipóteses:
I - Contratação de serviços comuns de engenharia e manutenção de veículos automotores, nos termos do disposto no inciso I, Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021;
II - Aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II, Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021; e
III - Nos casos de Urgência e Emergência, nos termos do disposto no inciso VIII, Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, quando cabível.
§1º. Será realizado chamamento público para as licitantes participarem de dispensa eletrônica, com convocação para apresentação de propostas de preços em um prazo de até 3 (três) dias úteis, via e-mail, que será informado na publicação do aviso.
§2º. Poderá o processo de contratação direta, independentemente de ser na forma presencial ou eletrônica, seguir com o recebimento de apenas uma única proposta de preço válida, desde que seja realizada a comprovação de que os preços ofertados estão de acordo com o valor de mercado, conforme reza o Art. 23 da Lei 14.133/21, podendo ainda o próprio contratado comprovar o valor ofertado, através de notas fiscais emitidas para outros entes da administração pública, não superiores a 1 (um) ano, da data da contratação.
§3º. O prazo citado no § 1º deverá ser prorrogado por prazo igual, caso não seja obtida a quantidade mínima necessária propostas válidas e não se tenha obtido o preço público para ser utilizado como referência.
§4º. O prazo citado no § 1º poderá ser reduzido para 1 (um) dia, para os casos citados no Inciso III.
§5º. Será publicado o aviso de Dispensa Eletrônica no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), juntamente com o Termo de Referência na integra, para que os interessados possam retirar todas as informações para formular suas propostas e enviar seus documentos de habilitação;
§6º. Deverá ser adotado, para realização de dispensas eletrônicas com disputa, a mesma plataforma já utilizada para realização dos Pregões na forma eletrônica, sempre que a contratação de recursos oriundos da União ou do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
§7º. Na operacionalização da dispensa eletrônica na forma do § 6º, será seguido toda a orientação disposta na Instrução Normativa nº 067, de 08 de Julho de 2021.
§8º. Na hipótese de dispensa de licitação eletrônica com disputa, com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços da contratação poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.
§9º. Nos casos em que for utilizado o disposto no § 8º e que a disputa não obtiver o mínimo de 3 (três) preços válidos, deverá ser realizada pesquisa mercadológica de acordo com parâmetros estabelecidos no Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, de modo a assegurar que os preços vencedores da disputa estão de acordo com o preço de mercado.

CAPÍTULO XXI
DA PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 46. O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br;
§1º. O sistema de que trata o *caput* serão dotados de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.
§2º. Na hipótese de que trata o disposto no *caput*, poderão ser utilizados outros sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

CAPÍTULO XXII
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Art. 47. A Secretaria Municipal de Administração, será responsável pela designação formal do gestor dos contratos celebrados pela Administração Municipal.
§1º. Compete ao demandante fazer a designação dos agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplente.
§2º. Na designação do gestor e fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições.

Art. 48. A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.
§1º. Todo contrato terá, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado responsável pela fiscalização da execução do contrato e outro agente público formalmente designado para a gestão do contrato e da ata de registro de preços, observada a segregação de funções.
§2º. Os agentes relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.
§3º. Os agentes públicos relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativa.
§4º. Havendo manifestação do agente público acerca de eventual ausência de condições para o desempenho da função de fiscal, caberá ao agente público, responsável pela indicação, decidir se manterá a designação ou solicitará ao demandante a indicação de outro agente público, sendo vedada a manutenção de agentes públicos que tenham relacionamento direto com o contratado.
§5º. Os agentes públicos, que atuarem na gestão e fiscalização dos contratos, contarão com o apoio e auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das suas atribuições.

Art. 49. Deverá ser aberto processo específico de gestão e fiscalização do contrato, apartado do respectivo processo de contratação, que será público e poderá ser acessado livremente por qualquer interessado.

Art. 50. A Administração Municipal respeitará, em relação aos seus contratos e atas de registro de preços, os princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica e primará pelo respeito mútuo, boa convivência, transparência, cordialidade, diálogo e pontualidade.

Art. 51. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras:
I - coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;
II - manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
IV - acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;
V - notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;
VI - ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;
VII - encaminhar pedido para instauração de processo administrativo sancionador;
VIII - tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;
IX - tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas; e
X - outras atividades compatíveis com a função.

Art. 52. Designado o fiscal do contrato, será providenciada sua capacitação ou atualização adequada e suficiente para o desempenho das atribuições, sendo sua obrigação tomar as medidas necessárias para conhecer os documentos que integram o processo de contratação, em especial o edital, o termo de referência e o contrato.
Parágrafo único. A Secretaria de Administração providenciará, se for o caso, a contratação de terceiros para auxiliar o fiscal, necessidade que deverá ser analisada na elaboração do estudo técnico preliminar relativo a cada contratação.

Art. 53. No mesmo ato em que se designar o fiscal do contrato, será designado o seu suplente, que será formalmente convocado na ausência do fiscal, assumindo, a partir de então e até o retorno do fiscal, a responsabilidade pela fiscalização do contrato.
§1º. Quando a suplência decorrer de férias, licença ou outro evento de duração estendida, o demandante deverá comunicar, formalmente, a ausência ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços.
§2º. Aplicam-se aos suplentes as mesmas regras aplicáveis aos fiscais.

Art. 54. São atribuições do fiscal de contrato, entre outras:
I - fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;
II - apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;
III - nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas;
IV - explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;
V - realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;
VI - avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;
VII - determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;
VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
IX - determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;
X - registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;
XI - manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;
XII - manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;
XIII - verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;
XIV - requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XV - conferir as notas fiscais emitidas;
XVI - receber provisoriamente o objeto do contrato; e
XVII - comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contatada.
§1º. Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.
§2º. Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.

CAPÍTULO XXIII
DAS SANÇÕES

Art. 55. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pelo Prefeito Municipal, acompanhando sempre de parecer jurídico.

Art. 56. Deverá ser elaborado pela controladoria geral do município, um manual de sanções, que servirá de parâmetro para os servidores que fiscalização os contratos, no momento de descumprimento por parte dos fornecedores.

CAPÍTULO XXIV
DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 57. A Controladoria do Município regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XXV
DO PAGAMENTO

Art. 58. O pagamento obedecerá aos critérios de ordem cronológica das obrigações decorrentes de contratos regidos pela Lei federal nº 14.133; no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Município de SERRA NEGRA DO NORTE/RN.
Parágrafo único. Para efeitos do presente Decreto, considera-se:
I - Contrato: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da administração pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;
II - Pagamento: ordem de pagamento exarada por autoridade competente.

Art. 59. O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:
I – Fornecimento de bens;
II – Locações;
III – Prestação de serviços; e
IV – Realização de obras.

Art. 60. O estabelecimento da ordem cronológica das exigibilidades e procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-ão com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de SERRA NEGRA DO NORTE/RN.
§1º. O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria responsável, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase de despesa "em liquidação" , identificando o gestor do contrato, previamente definido no instrumento convocatório e/ou termo de contrato, conforme § 1º e § 2º do Art. 4º da Resolução n.º 032/2016 – TCE/RN, e ainda na "ordem de compra" e/ou "ordem de serviço" quando tais documentos figurem no processo de despesa em substituição ao instrumento contratual, e encaminhará a documentação apresentada pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras, acompanhada da cópia da nota de empenho.
§2º. O gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa terá 5 (cinco) dias para conferir a documentação comprobatória exigida pela legislação em vigor, verificando, inclusive, a autenticidade das certidões apresentadas junto aos respectivos órgãos expedidores e verificará, por meio de relatórios de confirmação de entrega de produtos ou execução de serviços prestados, pelo fiscal de contrato ou responsável legalmente designado, que atendem às especificações e condições previamente acordadas, conforme estabelece o art. 63 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e, não havendo qualquer pendência emitirá o atesto. Após a verificação da documentação apresentada pelo credor, e o cumprimento de todas as providências, inclusive de prazo, e emissão de atesto, o gestor deverá remeter a respectiva documentação para fins de liquidação de despesa e pagamento.
§3º. Constatada qualquer pendência em relação à Nota Fiscal, à prestação do serviço, à realização da obra, à entrega do bem ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis ao Município de SERRA NEGRA DO NORTE/RN exclusivamente quanto ao fornecedor, do prestador de serviços ou do responsável pela execução de obras, correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

Art. 61. Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados a finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento.

Art. 62. O pagamento das despesas orçamentárias será efetuado após a expedição da Ordem de Pagamento, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, com a previsão de que o pagamento ocorra em:
I - Até 5 (cinco) dias úteis, para as despesas de baixo valor;
II - Até 30 (trinta) dias, para os demais casos.

Art. 63. A alteração da ordem cronológica de pagamentos ocorrerá, exclusivamente, por razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da administração pública municipal e ao tribunal de contas competente.
§1º. Consideram-se razões de interesse público as seguintes situações:
I - Situação de emergência ou calamidade pública;
II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV - Grave perturbação da ordem;
V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público essencial;
VI - Direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada, ou decisão judicial transitada em julgado;
VII - Decisão do Tribunal de Contas dos Municípios que determine a suspensão de pagamentos.
§2º. O pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidade deverá ser precedido de justificativa circunstanciada pelo ordenador de despesas, sendo obrigatória a publicação no Diário Oficial do Município - Eletrônico, e a disponibilização no Portal da Transparência, sob pena de responsabilização funcional.

Art. 64. A inobservância imotivada da ordem cronológica de que trata este Decreto ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

Art. 65. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, e as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Art. 66. O órgão municipal de inovação, ciência e tecnologia, em conjunto com o órgão municipal de finanças, deverão promover as adequações necessárias no sistema de execução orçamentária e financeira para o estrito cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 67. As informações sobre os atos praticados na observância da ordem cronológica de pagamentos disponibilizadas no Portal da Transparência serão alimentadas via sistema pela respectiva unidade administrativa responsável pela gestão do contrato.

Art. 68. As despesas de exercício anterior ao da vigência deste Decreto (Restos a Pagar) serão ordenadas em listas próprias e seguirão a ordem cronológica de exigibilidade para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a partir da liquidação da despesa.

Art. 69. Não se sujeitarão às disposições desta Resolução os pagamentos decorrentes de:
I – Suprimentos de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
II – Remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatórias;
III – Prestação de serviços de energia elétrica, água e esgotos, correios, telefonia fixa e móvel, internet, imprensa oficial, fornecimento de combustíveis, limpeza pública e transporte escolar;
IV – Obrigações tributárias.

Art. 70. O titular do órgão municipal de finanças poderá expedir, no que couber, atos complementares disciplinando os casos omissos neste Decreto.

Art. 71. A fiscalização do cumprimento do disposto neste Decreto será realizada pela Controladoria do Município.
Parágrafo único. No caso de descumprimento dos termos deste Decreto, as autoridades responsáveis poderão ser responsabilizadas pelos atos decorrentes de sua ação ou omissão.

CAPÍTULO XXVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72. Não haverá prejuízo à realização de licitações ou procedimentos de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 174 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, eis que o Município adotará as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelo Governo Federal, no que couber, nos termos deste Decreto.

Art. 73. A Secretaria Municipal de Administração poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 74. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 75. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 04 de Julho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:1970DD73

GABINETE CIVIL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PORTARIA DE DIÁRIA Nº 192/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Jussiê Silva Lopes de Vasconcelos			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.074-45	**Quantidade:** 01 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 01/07/2025	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral		**TOTAL:** R$ 150,00	
( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor			
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir pacientes para consultas especializadas no veículo van de placa RQI-6E55 na cidade de Natal/RN.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 01 de julho de 2025.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:402E4EFA

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 142/2025

Dispõe sobre a exoneração de cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 806/2022,

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar a servidora **JAYANNE ARAÚJO SOARES** (matrícula 3573) do cargo em comissão de **Coordenadora das Bibliotecas Públicas Municipais**, Simbologia CC1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º. **A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 04 de julho de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:57C50090

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 030701/2025
OBJETO: Aquisição de 100 Kits Natalidade para atender as familias carentes do municipio, atendidas pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), para qual solicitamos as providências necessárias.
ORIGEM: Dispensa 180601/2025
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social 14.784.461/0001-07
CONTRATADA(O): LE MAGASIN COMERCIO E SERVICOS LTDA 30.501.825/0001-50
VALOR TOTAL: R$ 48.200,00
VIGÊNCIA: 04/07/2025 a 03/07/2026
ORIGEM DOS RECURSOS: 766 - 4 . 4002 . 8 . 122 . 5000 . 2.116 . 0 . 339030 - Material de Consumo
DATA DA ASSINATURA: 4 de julho de 2025

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:C8DEFB7F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 043/2025 ORIUNDO DA DISPENSA Nº 015/2025

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 043/2025 ORIUNDO DADISPENSA Nº 015/2025
Processo nº 200341/2025- Dispensa nº 015/2025
CONTRATANTE:Prefeitura Municipal de Tangará. Inscrita no CNPJ sob o n°08.159.089/0001-45.
CONTRATADO: Empresa ***CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRANSITO LTDA,*** inscrita no CNPJ nº ***05.593.990/0001-32.***
OBJETO:PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE TRANSPORTES ESCOLARES
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Adespesa será consignada à dotação orçamentária prevista no OGM – Orçamento Geral do Município Tangará, conforme o caso.

Unidade orçamentária: 07.002 - secretaria municipal de educação;
Ação: 2023 - manutenção do ensino fundamental;
Elemento de despesa: 3.3.90.39 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica;
Fonte de recursos: 15001001 - recursos não vinculados de impostos - despesas com manutenção E desenvolvimento do ensino
VALOR CONTRATADO: R$ 2.484,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e quatro)
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
O prazo de vigência do contrato será de 90 dias podendo ser prorrogado, conforme o caso, tendo sua vigência iniciada no ato da sua assinatura, dia 04 de julho de 2025.

DATA: 04 de julho de 2025

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

CLÉVERSON JOSE DA SILVA E JUSSARA DA SILVA
Representantes Legais

Publicado por:
Frankemberg Pereira Dantas
Código Identificador:1413E4AF

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE TRANSPORTES ESCOLARES.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando:

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE TRANSPORTES ESCOLARES.

CREDOR: CESPTRAN CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRÂNSITO LTDA, inscrita no CNPJ **nº** *05.593.990/0001-32***.**

VALOR TOTAL: R$ 2.484,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e quatro)

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Tangará/RN 27 de junho de 2025.

***Republicado por incorreção**

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Frankemberg Pereira Dantas
Código Identificador:924554C1

TANGARAPREV
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA DE PROFESSOR EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 773/2022 EMENDA A LEI Nº 759/2022, EM FAVOR DA SERVIDORA RÚBIA DE AMADOR SOARES PEREIRA.

TANGARAPREV

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEfiCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA DE PROFESSOR EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 773/2022 EMENDA A LEI Nº 759/2022, EM FAVOR DA SERVIDORA RÚBIA DE AMADOR SOARES PEREIRA.

O GERENTE DE PREVIDÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TANGARÁ - TANGARAPREV, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhe outorgadas nos termos do artigo 33, da Lei Municipal 564/2014, de 06 de junho de 2014.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder o benefício Aposentadoria de Professor(a), com proventos integrais, à servidora RÚBIA DE AMADOR SOARES PEREIRA, portadora do RG nº 001.474.879 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 000.613.184-00, Efetiva, no cargo de Professora PM III - M, registrada sob a Matrícula Funcional nº 0000062/1, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TANGARÁ/RN, em conformidade com os dispositivos contidos no Artigo 3º da Lei Municipal nº 773 de 16 de Dezembro de 2022, emenda a Lei Municipal nº 759 de 15 de Junho de 2022.

I - 5 (cinco) quinquênios, nos termos do art. 42, inciso I, §1º da Lei Municipal n°480, de 15 de dezembro de 2009, bem como, 10% de Gratificação de Títulos do cargo de ‘‘Professora’’ nos termos do art. 31° da Lei Municipal n°317/1998, de 30 de junho de 1998.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com data retroativa em 01 de julho de 2025.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Joao Pedro Varelo de Araujo
Código Identificador:E7E20104

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Modalidade: Pregão Eletrônico
Edital N° 9/2025-0001
Processo N° 920250001
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (Pregão eletrônico)

A Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias, sra Dayane da Silva Batista, no uso das atribuições legais, conforme a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), após constatar a legitimidade dos atos procedimentos e correção jurídica das fases internas e externas do procedimento, resolve HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 9/2025-0001, que institui o Pregão realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:
Número do Lote: 1
Finalidade da Licitação: Registro de Preços de Bens
Critério de aceitação da proposta: Menor Preço
Objeto da Licitação: Registro de preços para futura aquisição de 01 (um) aparelho analisador automático de bioquímica para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde do município de Tenente Ananias/RN
Marca: SNIBE
Valor total contratado: R$ 99.899,00 (Noventa e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais)
Participante Vencedor: DIAGFARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA
CNPJ(MF): Nº 11.426.166/0001-90
Responsavel pela homologação do lote: Dayane da Silva Batista

Tenente Ananias - RN, 04 de Julho de 2025

DAYANE DA SILVA BATISTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:916D7591

GABINETE DA PREFEITA
APROVA A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS/RN AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Resolução CMAS/TA n.º 004/2025 de 02 de julho de 2025.

Aprova a adesão do município de Tenente Ananias/RN ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Tenente Ananias/RN, em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de junho de 2025, no uso da competência que lhe confere a Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no art. 24 da Lei Municipal nº 215/2017;

CONSIDERANDO,a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
CONSIDERANDO,a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, em especial, o inciso II do art. 15 que trata da responsabilidade do Estado de cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local;
CONSIDERANDO, a Resolução da CIB/RN nº 53, de 30 de maio de 2025 que pactua os critérios, prazos e procedimentos de repasse de recursos estaduais para cofinanciamento aos municípios, na modalidade fundo a fundo, destinados aos Serviços de Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e
CONSIDERANDO o compromisso do município com a qualificação da oferta dos serviços da Proteção Social Básica, notadamente os executados no âmbito do CRAS, do PAIF e do SCFV;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a adesão do município de Tenente Ananias/RN ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica - PSB, conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS/RN.

Art. 2º - Autorizar a Secretaria Municipal de Assistência Social a realizar os trâmites necessários à adesão, inclusive o envio de documentação exigida e posterior prestação de contas dos recursos recebidos, conforme normativas estaduais vigentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Tenente Ananias/RN, 02 de julho de 2025.

JOSÉ NILSON MAIA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:D1E50BFF

GABINETE DA PREFEITA
CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES

Portaria no174/2025.
A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições dos incisos I e II, do Art. 7o; do inciso I, do Art. 15 e do inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a proposição do(a) servidor(a) JEAN JOSE DA SILVA, MATRICULA N° 552, CPF:094.755.474-28;
Considerando as disposições do Capítulo III, do Título VI, da Lei Municipal 068/2001, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal,
Considerando a proposição do(a) referido(a) servidor(a);
Considerando o teor da Comunicação Interna de no 049/2025, do(a) Ilmo(a). Secretário Municipal de Saúde, responsável pela pasta de lotação do servidor(a);
Considerando que a concessão do gozo de férias requerido pelo(a) servidor(a) JEAN JOSE DA SILVA, MATRICULA N° 552, CPF:094.755.474-28, ***implica em substituição***;
Considerando que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas de Saúde;
Considerando, o que os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativas;
Considerando que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;
Considerando parecer do Ilmo. Secretário Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1o Conceder ao(à) servidor(a) JEAN JOSE DA SILVA, MATRICULA N° 552, CPF:094.755.474-28, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, suas férias regulamentares.

Art. 2º As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 03/03/2024 a 03/03/205, com o 1º período de gozo de 15 dias. 23/07/2025 a 06/08/2025, devendo retornar as suas atividades funcionais em 07/08/2025**.**
Art. 3º Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.
Art. 4ºO(a) servidor(a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.
Art. 5º Esta Portaria tem efeitos a partir de 03 de janeiro de 2025.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN,
Gabinete da Prefeita, em 04 de junho de 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:7CF54AFD

GABINETE DA PREFEITA
CONCESSÃO DE LICENÇA PÊMIO

Portaria nº173/2025.
A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições dos incisos I e II, do Art. 7º; do inciso I, do Art. 15 e do inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a proposição do(a) servidor(a) FRANCISCO WAGNER DE CARVALHO MATRICULA N°423, CPF:069.727.754-26;
Considerando as disposições do Capítulo IV, do Título VI, da Lei Municipal 048/2025, em seus "Art"s. de 106 a 112 – Da Licença Prêmio", que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal;
Considerando as disposições do Decreto Municipal 016, de 9 de março de 2020;
Considerando o teor da Comunicação Interna de nº016/2023, do(a) Ilmo(a). Secretário Municipal de Saúde, responsável pela pasta de lotação do servidor(a);
Considerando que a concessão do gozo de Licença Prêmio requerido pelo(a) servidor(a) FRANCISCO WAGNER DE CARVALHO MATRICULA N°423, CPF:069.727.754-26, implica em substituição;
Considerando que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas de Saúde;
Considerando, o que os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativas;
Considerando que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;
Considerando parecer do Ilmo. Secretário Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao(à) servidor(a) FRANCISCO WAGNER DE CARVALHO MATRICULA N°423, CPF:069.727.754-26, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sua Licença Prêmio, regulamentar.
Art. 2ºA Licença Prêmio concedida, corresponde ao período de aquisição de **03/01/2018** a **03/01/2023**, com gozo no período de 03 meses a partir de **07/07/2025** a **07/10/2025**,com retorno em 08/10/2025.
Art. 3º Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes.
Art. 4ºO(a) servidor(a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN,
Gabinete da Prefeita, em 04 de julho de 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:08323B00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 033/2025

Interessado:SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Assunto: Solicitação de contratação de artista credenciado no credenciamento 02/2025 para o ano de 2025 atração " Kledson Gustavo (Sistema Nervoso)"

O Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDOLei 14.133/2021, Art. 74, III, a (PNCP)

CONSIDERANDOque o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDOque o parecer jurídico favorável;

RESOLVE:

01. E dispensável o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.

02. Importará a despesa o valor de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.

03. Fica autorizado à contratação da empresa KLEDSON GUSTAVO PEREIRA DE ARAUJO 04538894419, CNPJ 38.051.708/0001-44, com sede na Rua Laurentino Cruz, Centro, Floriana/RN, para de contratação de artista credenciado no credenciamento 02/2025 para o ano de 2025 atração " Kledson Gustavo (Sistema Nervoso)", conformeSolicitação de nº 65/2025 e processo nº 2011000064/2025 da SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO deste Município.

04. O Presente Termo deInexigibilidade deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 04 de julho de 2025.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
CPF: 045.XXX.XXX-08
Prefeito do Município

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:F289408B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 034/2025

Interessado:SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Assunto: Solicitação de contratação de artista credenciado no credenciamento 02/2025 para o ano de 2025 atração Alison Mikael (Grupo Mais Pagode).

O Prefeito Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDOLei 14.133/2021, Art. 74, III, a (PNCP)

CONSIDERANDOque o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDOque o parecer jurídico favorável;

RESOLVE:

01. E dispensável o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.

02. Importará a despesa o valor de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais) que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.

03. Fica autorizado à contratação de Alison Mikael da Silva Nascimento, CPF071.5628.934-75, com domicilio na Av. Candido Dantas, 438, Currais Novos/RN, para contratação de artista credenciado no credenciamento 02/2025 para o ano de 2025 atração do Grupo Mais Pagode, conformeSolicitação de nº 70/2025 e processo nº 2011000067/2025 da SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO deste Município.

04. O Presente Termo deInexigibilidade deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 04 de julho de 2025.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
CPF: 045.XXX.XXX-08
Prefeito do Município

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:8BC00A11

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 25/2025 – GP

"Dispõe sobre regras e procedimentos do Regime Jurídico das Parcerias Celebradas entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, previsto na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014."

O PREFEITO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Disposições preliminares

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a, no âmbito do município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou
II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.
§ 1º O termo de fomento será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.
§ 2º O termo de colaboração será adotado para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da administração pública municipal, com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas pela administração pública municipal.

Art. 3ºO processamento das parcerias será realizado por meio da plataforma eletrônica própria da administração pública municipal.

Art. 4ºA administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.
Parágrafo único. Os órgãos da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais, obedecendo as diretrizes de políticas públicas recomendadas pelo Governo Federal.

Seção II
Do acordo de cooperação

Art. 5ºO acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.
§ 1º O acordo de cooperação poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.
§ 2º O acordo de cooperação será firmado pelo dirigente máximo do órgão da administração pública municipal, permitida a delegação.
§ 3º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

CAPÍTULO II
DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Seção I
Disposições gerais

Art. 6ºA seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.
§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital.

§ 2º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.
§ 3º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do administrador público municipal, nos termos do art. 32 da referida Lei.

Art. 7ºO edital de chamamento público especificará, no mínimo:
I - a programação orçamentária;
II - o objeto da parceria com indicação da política, do plano, do programa ou da ação correspondente;
III - a data, o prazo, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;
IV - as condições para interposição de recurso administrativo no âmbito do processo de seleção;
V - o valor de referência para a realização do objeto, no termo de colaboração, ou o teto, no termo de fomento;

VI - a previsão de contrapartida em bens e serviços, se for o caso, observado o disposto no art. 10, deste;
VII - a minuta do instrumento de parceria;
VIII - as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria; e
IX - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso.
§ 1º N*os casos das parcerias com vigência*plurianual*ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão da administração pública municipal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.*
§ 2º Os critérios de julgamento de que trata o inciso IX do caput deverão abranger, no mínimo, o grau de adequação da proposta:
I - aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria; e
II - ao valor de referência ou teto constante do edital.
§ 3º Os critérios de julgamento não poderão se restringir ao valor apresentado para a proposta, observado o disposto no§ 5º do art. 27 da Lei Federal n.º 13.019, de 2014.
§ 4º Para celebração de parcerias, poderão ser privilegiados critérios de julgamento como inovação, criatividade e regionalização, local da sede administrativa da organização social, conforme previsão no edital.
§ 5º O edital não exigirá, como condição para a celebração da parceria, que as organizações da sociedade civil possuam certificação ou titulação concedida por ente da administração pública.
§ 6º O edital poderá incluir cláusulas e condições específicas da execução da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria e poderá estabelecer execução por público determinado, delimitação territorial, pontuação diferenciada, cotas, local da sede administrativa da organização social, entre outros, visando, especialmente, aos seguintes objetivos:
I - redução nas desigualdades sociais e regionais;
II - promoção da igualdade de gênero, racial, ou de direitos das pessoas com deficiência;
III - promoção de direitos de indígenas, de quilombolas e de povos e comunidades tradicionais; ou
IV - promoção de direitos de quaisquer populações em situação de vulnerabilidade social.
§ 7º O edital de chamamento público deverá conter dados e informações sobre a política, o plano, o programa ou a ação em que se insira a parceria para orientar a elaboração das metas e indicadores da proposta pela organização da sociedade civil.
§ 8º O órgão da administração pública municipal deverá assegurar que o valor de referência ou o teto indicado no edital seja compatível com o objeto da parceria, o que pode ser realizado por qualquer meio que comprove a estimativa do valor especificado.

Art. 8ºO chamamento público será amplamente divulgado no diário oficial adotado pelo município e na plataforma eletrônica própria.
Parágrafo único. A administração pública municipal disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação dos editais de chamamento público, especialmente nos casos de parcerias que envolvam indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais sujeitos a restrições de acesso à informação pelos meios tradicionais de comunicação.
Art. 9ºO prazo para a apresentação de propostas será de, no mínimo, quinze dias, contado da data de publicação do edital.

Art. 10.É facultada a exigência justificada de contrapartida em bens e serviços, cuja expressão monetária será identificada no termo de fomento ou de colaboração, não podendo ser exigido o depósito do valor correspondente.
Parágrafo único. Não será exigida contrapartida quando o valor global da parceria for igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Seção II

Da comissão de seleção
Art. 11.A administração pública municipal designará, em ato específico, os integrantes que comporão a comissão de seleção, a ser composta por no mínimo 03 (três) servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal, com notória especialização em processos de seleção e ou licitatórios.

§ 1º Para subsidiar seus trabalhos, a comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
§ 2º O órgão da administração pública municipal poderá estabelecer uma ou mais comissões de seleção, observado o princípio da eficiência.
§ 3º A seleção de parceria executada com recursos de fundo específico poderá ser realizada por comissão de seleção a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, e deste Decreto.

Art. 12.O membro da comissão de seleção deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que:
I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público; ou
II - sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse.
§ 1º A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão da administração pública municipal.
§ 2º Na hipótese do § 1º, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.
Seção III

Do processo de seleção

Art. 13.O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.
Art. 14.A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.
§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.
§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:
I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
IV - o valor global.
Seção IV
Da divulgação e da homologação de resultados

Art. 15.O órgão da administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no diário oficial adotado pela administração pública municipal e na plataforma eletrônica própria.

Art. 16. As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.
§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final.
§ 2º Os recursos serão apresentados por meio da plataforma eletrônica ou enviados por meios previstos no edital.
§ 3º No caso de seleção realizada por conselho gestor de fundo, a competência para decisão final do recurso poderá observar regulamento próprio do conselho.
§ 4ºNão caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 17. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o órgão da administração pública municipal deverá homologar e divulgar, no diário eletrônico oficial adotado pela administração municipal e na plataforma eletrônica própria, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III
DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PARCERIA
Seção I
Do instrumento de parceria

Art. 18.O termo de fomento ou de colaboração ou o acordo de cooperação deverá conter as cláusulas essenciais previstas no art. 42 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.

Art. 19.A cláusula de vigência de que trata o inciso VI do caput do art. 42 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, deverá estabelecer prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda cinco anos.
Parágrafo único. Nos casos de celebração de termo de colaboração para execução de atividade, o prazo de que trata o caput, desde que tecnicamente justificado, poderá ser de até dez anos.

Art. 20.A cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública municipal após o fim da parceria, prevista no inciso X do caput do art. 42 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, poderá determinar a titularidade dos bens remanescentes:
I - para o órgão da administração pública municipal, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
II - para a organização da sociedade civil, quando os bens forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.
§ 1º Na hipótese do inciso I do caput, a organização da sociedade civil deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil não mais será responsável pelos bens.
§ 2º A cláusula de determinação da titularidade dos bens remanescentes para o órgão da administração pública municipal formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o art. 35, § 5º, da Lei Federal nº. 13.019, de 2014. § 3º Na hipótese do inciso II do caput, a cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes poderá prever que a organização da sociedade civil possa realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.
§ 4º Na hipótese do inciso II do caput, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a organização da sociedade civil, observados os seguintes procedimentos:
I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.
§ 5º Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil durante a vigência da parceria:
I - os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no praz ode até noventa dias, contado da data de notificação da dissolução, quando a cláusula de que trata o caput determinar a titularidade disposta no inciso I do caput; ou
II - o valor pelo qual os bens remanescentes foi adquirido deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido, quando a cláusula de que trata o caput determinar a titularidade disposta no inciso II do caput.

Seção II
Da celebração

Art. 21.A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

Art. 22. Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a organização da sociedade civil selecionada para, no prazo de até quinze dias, apresentar o seu plano de trabalho, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
I - a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
II - a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
III - a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
IV - a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;
VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
VII - as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na forma do art. 35.
§ 1º A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso V do caput deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.
§ 2º Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no edital.
§ 3º Para fins do disposto no § 2º, a administração pública municipal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.
§ 4º O prazo para realização de ajustes no plano de trabalho será de até quinze dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada à organização da sociedade civil na forma do § 3º.

Art. 23. Além da apresentação do plano de trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de que trata o capu tdo art. 22, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2, deste, nos incisos I a IV do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:
I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas noart. 33 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014;
II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe, com cadastro ativo, desde antes da publicação do edital;
III - comprovantes de composição de profissionais, dentre os gestores da instituição, no exercício de atividades compatíveis com o objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira

de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

VIII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
IX - declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento; e
X - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.
§ 1º A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.
§ 2º Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VI do caput, as certidões positivas com efeito de negativas.
§ 3 As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que tratam os incisos IV a VI do caput que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.
§ 4º A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

Art. 24. Além dos documentos relacionados no art. 23, a organização da sociedade civil, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o caput do art. 22, declaração de que:
I - não há, em seu quadro de dirigentes:
a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; e
b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;
II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
III -não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:
a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Art. 25. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados nos termos dos art. 23 e art. 24 ou quando as certidões referidas nos incisos IV a VI do caput do art. 23 estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de até quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

Art. 26. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública municipal deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e o Cadastro Nacional das Empresas Punidas - CNEP, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.
Parágrafo único. Para fins de apuração do constante no inciso IV do caput do art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, o gestor da parceria verificará a existência de contas rejeitadas em âmbito municipal, estadual, distrital ou municipal que constem da plataforma eletrônica de que trata o art. 3º, cujas informações preponderarão sobre aquelas constantes no documento a que se refere o inciso IX do caput do art. 23, se houver.

Art. 27.O parecer de órgão técnico deverá se pronunciar a respeito dos itens enumerados no inciso V do caput do art. 35 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.

Parágrafo único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do caput do art. 35 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho, conforme disposto no § 1º do art. 22, e o valor de referência ou teto indicado no edital, conforme disposto no § 8º do art. 7º, deste.

Art. 28.O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria-Geral do Município, pelos órgãos a ela vinculados ou pelo setor jurídico do órgão da administração pública municipal.
§ 1º O parecer de que trata o caput abrangerá:
I - análise da juridicidade das parcerias; e
II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.
§ 2º A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.
§ 3º A manifestação individual em cada processo será dispensada quando já houver parecer sobre minuta-padrão e em outras hipóteses definidas no ato de que trata o § 4º.
§ 4º Se necessário, ato do Procurador-Geral do Município disciplinará, no âmbito da administração pública municipal, o disposto neste artigo.

Art. 29. Os termos de fomento e de colaboração serão firmados pelo dirigente máximo do órgão da administração pública municipal, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

CAPÍTULO IV
DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

Seção I
Da liberação e da contabilização dos recursos

Art. 30.A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso que guardará consonância com as metas da parceria.
§ 1º Os recursos serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública ou privada.

§ 2º Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Art. 31. As liberações de parcelas serão retidas nas hipóteses previstas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.
§ 1º A verificação das hipóteses de retenção previstas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:
I - a verificação da existência de denúncias aceitas;
II - a análise das prestações de contas anuais, nos termos da alínea "b" do inciso I do § 4º do art. 61 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014;
III - as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
IV - a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.
§ 2º O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração, conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei Federal nº.13.019, de 2014.
§ 3º As parcerias com recursos depositados em conta corrente específica e não utilizado prazo de trezentos e sessenta e cinco dias

deverão ser rescindidas conforme previsto no inciso II do § 4º do art. 61, deste.
§ 4º O disposto no § 3º poderá ser excepcionado quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo do órgão da administração pública municipal.

Art. 32. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil estão vinculados ao plano de trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Seção II
Das compras e contratações e da realização de despesas e pagamentos

Art. 33. As compras e contratações de bens e serviços pela organização da sociedade civil com recursos transferidos pela administração pública municipal adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado.
§ 1º A execução das despesas relacionadas à parceria observará, nos termos de que trata oart. 45 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014:
I - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; e
II - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento ou de colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal quanto à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.
§ 2º A organização da sociedade civil deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
§3º Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56, deste, quando for o caso.
§ 4º Será facultada às organizações da sociedade civil a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

Art. 34. As organizações da sociedade civil deverão obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

§ 1º A organização da sociedade civil deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas na plataforma eletrônica, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas.
§ 2º As organizações da sociedade civil deverão manter a guarda dos documentos originais referidos no caput, conforme o disposto no art. 51, deste.

Art. 35. Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final na plataforma eletrônica.
§ 1º O termo de fomento ou de colaboração poderá admitir a dispensa da exigência do caput e possibilitar a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela organização da sociedade civil no plano de trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:
I - o objeto da parceria;
II - a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou
III - a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.
§ 2º Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite individual de R$ 3.000,00 (três mil reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração da parceria, ressalvada disposição específica nos termos do § 3º.
§ 3º Ato do dirigente máximo do órgão da administração pública municipal disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.
§ 4º Os pagamentos realizados na forma do § 1º não dispensam o registro do beneficiário final da despesa na plataforma eletrônica.

Art. 36. Os custos indiretos necessários à execução do objeto, de que trata o inciso III do caput do art. 46 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.

Art. 37.A organização da sociedade civil somente poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento ou de colaboração quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

Art. 38. Para os fins deste Decreto, considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
Parágrafo único. É vedado à administração pública municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

Art. 39. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas com remuneração da equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:
I - estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e
II -sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo municipal.
§ 1º Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá inserir na plataforma eletrônica a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, nos termos do parágrafo único do art. 49, deste, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.
§ 2º Poderão ser pagas diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir, para a equipe de trabalho e para os prestadores de serviço voluntário.
§ 3º O pagamento das verbas rescisórias de que trata o caput, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

§ 4º A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência, inclusive na plataforma eletrônica, aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores, na forma do art. 70, deste.

Seção III
Das alterações na parceria

Art. 40.O órgão da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do

plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:
I - por termo aditivo à parceria para:
a) ampliação de até trinta por cento do valor global;
b) redução do valor global, sem limitação de montante;
c) prorrogação da vigência, observados os limites do art. 19, deste; ou
d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.
§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas nocaput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:
I - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou
II - indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.
§ 2º O órgão da administração pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de trinta dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à organização da sociedade civil.
§ 3º No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da organização da sociedade civil até a decisão do pedido.

Art. 41.A manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município, de seus órgãos vinculados ou do jurídico do órgão da administração pública municipal é dispensada nas hipóteses de que tratam a alínea "c" do inciso I e o inciso II do caput do art. 40 e os incisos I e II do§ 1ºdo art. 40, sem prejuízo de consulta sobre dúvida jurídica específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifeste no processo.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
Seção I
Da comissão de monitoramento e avaliação

Art. 42.A comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
§ 1º O órgão da administração pública municipal designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação, a ser constituída por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.
§ 2º A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
§ 3º O órgão da administração pública municipal poderá estabelecer uma ou mais comissões de monitoramento e avaliação, observado o princípio da eficiência.
§ 4º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas na Seção II deste Capítulo.
§ 5º O monitoramento e a avaliação da parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, e deste Decreto.

Art. 43.O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que:
I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil;
II - sua atuação no monitoramento e na avaliação configure conflito de interesse envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses.
III - tenha participado da comissão de seleção da parceria.

Seção II
Das ações e dos procedimentos

Art. 44. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, e devem ser registradas na plataforma eletrônica.
§ 1º As ações de que trata o caput contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.
§ 2º O termo de fomento ou de colaboração deverá prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto a serem realizados pelo órgão da administração pública municipal.
§ 3º As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.
§ 4º O relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, será produzido na forma estabelecida pelo art. 53, deste.

Art. 45.O órgão da administração pública municipal deverá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.
§ 1º O órgão da administração pública municipal deverá notificar previamente a organização da sociedade civil, no prazo mínimo de três dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.
§ 2º Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado na plataforma eletrônica e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão da administração pública municipal.
§ 3º A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pelo órgão da administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 46. Nas parcerias com vigência superior a um ano, o órgão da administração pública municipal realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação.
§ 1º A pesquisa de satisfação terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.
§ 2º A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pela administração pública municipal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.
§ 3º Na hipótese de realização da pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

§ 4º Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Seção I
Disposições gerais

Art. 47.A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas.
Parágrafo único. Na hipótese de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante apresentar a prestação de contas, inclusive no que se refere às ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

Art. 48. Para fins de prestação de contas anual e final, a organização da sociedade civil deverá apresentar relatório de execução do objeto, na plataforma eletrônica, que conterá:
I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.
§ 1º O relatório de que trata o caput deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:
I - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
III - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.
§ 2º As informações de que trata o § 1º serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 25.
§ 3º O órgão da administração pública municipal poderá dispensar a observância do § 1º deste artigo e da alínea "b" do inciso II do caput do art. 54 quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

§ 4º A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

Art. 49. Quando a organização da sociedade civil não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a administração pública municipal exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:
I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
III - o extrato da conta bancária específica;
IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.
Parágrafo único. A memória de cálculo referida no inciso IV do caput, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

Art. 50.A análise do relatório de execução financeira de que trata o art. 56 será feita pela administração pública municipal e contemplará:
I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 33; e
II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Art. 51. As organizações da sociedade civil deverão manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Seção II
Prestação de contas anual

Art. 52. Nas parcerias com vigência superior a um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.
§ 1º A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até trinta dias após o fim de cada exercício, conforme estabelecido no instrumento da parceria.
§ 2º Para fins do disposto no § 1º, considera-se exercício cada período de doze meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.
§ 3º A prestação de contas anual consistirá na apresentação do Relatório Parcial de Execução do Objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no art. 48.
§ 4º Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de quinze dias, apresentar a prestação de contas.
§ 5º Se persistir a omissão de que trata o § 4º, aplica-se o disposto no§ 2º do art. 70 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.

Art. 53.A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação quando a parceria for selecionada por amostragem, conforme ato do dirigente máximo do órgão da administração pública municipal, considerados os parâmetros a serem definidos pela Controladoria-Geral do Município.
§ 1º A análise prevista nocaputtambém será realizada quando:
I - for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação de que trata o art. 44, deste; ou
II - for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.
§ 2º A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.
§ 3º Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a administração pública municipal notificará a organização da sociedade civil para apresentar, no prazo de até trinta dias, Relatório Parcial de Execução Financeira, que deverá observar o disposto no art. 49, deste, e subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 54.O relatório técnico de monitoramento e avaliação referido no art. 53, deste, conterá:
I - os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014; e
II - o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, que deverá:
a) avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e
b) descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes:
1 - aos impactos econômicos ou sociais;
2 - ao grau de satisfação do público-alvo; e
3 - à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§ 1º Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de trinta dias:
I - sanar a irregularidade;
II - cumprir a obrigação; ou
III - apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.
§ 2º O gestor avaliará o cumprimento do disposto no § 1º e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.
§ 3º Serão glosados valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.
§ 4º Na hipótese do § 2º, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:
I - caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:
a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
b) a retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 31; ou
II - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:
a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.
§ 5º O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, na forma do art. 42, que o homologará, no prazo de até quarenta e cinco dias, contado de seu recebimento.
§ 6º O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação.
§ 7º As sanções previstas no Capítulo VII poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas de acordo com o § 6º.

Seção III
Da prestação de contas final

Art. 55. As organizações da sociedade civil deverão apresentar a prestação de contas final por meio de Relatório Final de Execução do Objeto, que deverá conter os elementos previstos no art. 55, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 39, deste.
Parágrafo único. Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 48 quando já constarem da plataforma eletrônica.

Art. 56.A análise da prestação de contas final pela administração pública municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido na plataforma eletrônica, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:
I - o Relatório Final de Execução do Objeto;
II - os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
III - relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.
Parágrafo único. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o § 1º do art. 48.

Art. 57. Na hipótese de a análise de que trata o art. 56 concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, que deverá observar o disposto no art. 49.
§ 1º Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV do caput do art. 49 quando já constarem da plataforma eletrônica.
§ 2º A análise do relatório de que trata o caput deverá observar o disposto no art. 50.

Art. 58. Para fins do disposto no art. 69 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil deverá apresentar:
I - o Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até trinta dias, contado do término da execução da parceria, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia da organização da sociedade civil; e
II - o Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até sessenta dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia da organização da sociedade civil.

Art. 59.O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deverá concluir pela:
I - aprovação das contas;
II - aprovação das contas com ressalvas; ou
III - rejeição das contas.
§ 1º A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.
§ 2º A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.
§ 3º A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:
I - omissão no dever de prestar contas;
II - descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
IV - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
§ 4º A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação de que trata o parágrafo único do art. 56.

Art. 60.A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.
Parágrafo único. A organização da sociedade civil será notificada da decisão de que trata o caput e poderá:
I - apresentar recurso, no prazo de trinta dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de trinta dias, encaminhará o recurso ao Ministro de Estado ou ao dirigente máximo do órgão da administração pública municipal, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Art. 61. Exaurida a fase recursal, o órgão da administração pública municipal deverá:
I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na plataforma eletrônica as causas das ressalvas; e
II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de trinta dias:
a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do§ 2º do art. 72 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.
§ 1º O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VII.
§ 2º A administração pública municipal deverá se pronunciar sobre a solicitação de que trata a alínea "b" do inciso II do caput no prazo de trinta dias.
§ 3º A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.
§ 4º Compete exclusivamente ao dirigente máximo do órgão da administração pública municipal autorizar o ressarcimento de que trata a alínea "b" do inciso II do caput.
§ 5º Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea "b" do inciso II do caput serão definidos em ato do

dirigente máximo do órgão da administração pública municipal, observados os objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida.
§ 6º Na hipótese do inciso II do caput, o não ressarcimento ao erário ensejará:
I - a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas na plataforma eletrônica e no Siafi, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Art. 62.O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública municipal deverá ser fixado no instrumento da parceria e será de até cento e cinquenta dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto.
§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado, justificadamente, por igual período, não podendo exceder o limite de trezentos dias.
§ 2º O transcurso do prazo definido nocaput, e de sua eventual prorrogação, nos termos do § 1º, sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.
§ 3º Se o transcurso do prazo definido no caput, e de sua eventual prorrogação, nos termos do § 1º, se der por culpa exclusiva da administração pública municipal, sem que se constate dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela administração pública municipal, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 63. Os débitos a serem restituídos pela organização da sociedade civil serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:
I - nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 62; e
II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3ºdo art. 62.
Parágrafo único. Os débitos de que trata ocaputobservarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de um por cento no mês de pagamento.

CAPÍTULO VII
DAS SANÇÕES

Art. 64. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública municipal poderá aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária; e
III - declaração de inidoneidade.
§ 1º É facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.
§ 2º A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.
§ 4º A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a dois anos.
§ 5º A sanção de declaração de inidoneidade impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
§ 6º A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Chefe do Executivo.

Art. 65. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III do caput do art. 64 caberá recurso administrativo, no prazo de dez dias, contado da data de ciência da decisão.
Parágrafo único. No caso da competência exclusiva do Chefe do Executivo prevista no § 6º do art. 64, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Art. 66. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a organização da sociedade civil deverá ser inscrita, em cadastro oficial de empresas inidôneas, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Art. 67. Prescrevem no prazo de cinco anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de noventa dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.
Parágrafo único. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CAPÍTULO VIII
DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 68.A administração pública municipal e as organizações da sociedade civil deverão dar publicidade e promover a transparência das informações referentes à seleção e à execução das parcerias.
Parágrafo único. São dispensadas do cumprimento do disposto no caput as parcerias realizadas no âmbito de programas de proteção a pessoas ameaçadas.

Art. 69.O órgão da administração pública municipal divulgará informações referentes às parcerias celebradas com organizações da sociedade civil em dados abertos e acessíveis e deverá manter, no seu sítio eletrônico oficial adotado pelo município e na plataforma eletrônica própria, a relação dos instrumentos de parcerias celebrados com seus planos de trabalho.

Art. 70. As organizações da sociedade civil divulgarão nos seus sítios eletrônicos oficiais e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que tratam oart. 11 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.
Parágrafo único. No caso de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante divulgar as informações de que trata o caput.

Art. 71.O Portal da Transparência do Município deverá conter atalhos recíprocos para os respectivos sítios eletrônicos oficiais.
Art. 72.A divulgação de campanhas publicitárias e programações desenvolvidas por organizações da sociedade civil nos termos do art. 14 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, observará as diretrizes e os objetivos dispostos na lei de transparência.
§ 1º Os meios de comunicação pública municipal de radiodifusão de sons e imagens e de sons poderão reservar em suas grades de programação espaço para veiculação de campanhas informativas e programações que promovam o acesso à informação das ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil no âmbito das parcerias.
§ 2º Os recursos tecnológicos e a linguagem utilizados na divulgação das campanhas e programas deverão garantir acessibilidade às pessoas com deficiência.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73.Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto, os patrocínios realizados para apoio financeiro concedido a projetos de iniciativa de terceiros com o objetivo de divulgar atuação, agregar valor à marca, gerar reconhecimento ou ampliar relacionamento do patrocinador com seus públicos de interesse.

Art. 74. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data de entrada em vigor deste Decreto permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.
§ 1º Os convênios e instrumentos congêneres de que trata o caput poderão ser prorrogados de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.
§ 2º Nos termos do§ 2º do art. 83 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, os convênios e instrumentos congêneres com prazo indeterminado ou prorrogáveis por período superior ao inicialmente estabelecido serão, no prazo de um ano, contados da data de entrada em vigor da referida Lei, alternativamente:
I - substituídos por termo de fomento, de colaboração ou por acordo de cooperação, para adaptação ao disposto na referida Lei e neste Decreto, no caso de decisão do gestor pela continuidade da parceria; ou
II - rescindidos, justificada e unilateralmente, pela administração pública municipal, com notificação à organização da sociedade civil parceria para as providências necessárias.
§ 3º A administração pública municipal poderá firmar termos aditivos de convênios e instrumentos congêneres prorrogáveis por período igual ou inferior ao inicialmente estabelecido, observada a legislação vigente ao tempo da sua celebração original e a aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.

§ 4º Para a substituição de que trata o inciso I do § 2º, a organização da sociedade civil deverá apresentar os documentos previstos nos art. 23 e art. 24 deste, para fins de cumprimento dos art. 33, art. 34 e art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014.
§ 5º A prestação de contas das parcerias substituídas na forma do inciso I do § 2º observará o disposto na Lei Federal nº. 13.019, de 2014, e neste Decreto.
§ 6º Excepcionalmente, a administração pública municipal poderá firmar termo aditivo da parceria de que trata o § 2º, a ser regida pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, desde que seja limitada sua vigência ao que dispõe o art. 19, deste.
§ 7º Para atender ao disposto no caput, poderá haver aplicação da Seção III do Capítulo VI deste Decreto para os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei Federal nº. 13.019, de 2014, que estejam em fase de execução de seu objeto ou que estejam em fase de análise de prestação de contas.

Art. 75. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 04/2023 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, em 04 de julho de 2025.

FRANCISCO MACÊDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:69255520

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE ADITIVO Nº 1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2024

PROCESSOnº 312344/2024

Pregão Eletrônico SRP nº 9/2024

ORGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Tibau/RN - CNPJ: 01.622.882/0001-90

ORGÃO(S) PARTICIPANTE(S): Fundo Municipal de Saúde de Tibau - CNPJ: 12.745.010/0001-35 e o Fundo Municipal de Assistência Social de Tibau/RN - CNPJ: 15.547.803/0001-38

OBJETO DA ARP: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE VIDEOMONITORAMENTO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP 14/2024

DATA DA ASSINATURA: 02 de julho de 2025

VIGÊNCIA: 03 de julho de 2025 á 02 de julho de 2026.

AMPARO LEGAL:art. 84, da Lei 14133/2021, conforme Pregão Eletrônico nº 9/2024

Tibau/RN,02 de julho de 2025

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

MARCIA CRISTINA ALVES JUSTINO BARBOSA
Gestora do FMS

CLARISSE REBOUÇAS DE SOUZA
Gestora do FMAS

LEILA FERREIRA DA SILVA
49.143.634 Leila Ferreira da Silva

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:C4F1A9EB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 51/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº1 ao Contrato nº 51/2024.
Contratante: Município de Tibau/RN – CNPJ: 01.622.882/0001-90
Contratada:HOTEL TERRA DO SAL LTDA – CNPJ 12.045.204/0001-28
Objeto Do Contrato: Serviço de hospedagem na cidade de Tibau/RN, para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município.

Objeto Do Aditivo: Prorrogação do Prazo de Vigênciado Contrato nº 51/2024.
Data de Assinatura:03 de julho de 2025
Prazo de Vigência:04 de julho de 2025 a 03 de julho de 2026
Dotação Orçamentaria:
Unidade Orçamentária:02.014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação: 2073 - Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS
Sub-Função: 695 - TURISMO
Programa: 0003 - GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação: 2073 - Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS
Sub-Função: 695 - TURISMO
Programa: 0003 - GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 2170 - Manutenção das Ações de Eventos Culturais e Comemorativos do Município de Tibau
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0023 - DIFUSÃO DO PATRIMONIO CULTURAL DE TIBAU
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 2170 - Manutenção das Ações de Eventos Culturais e Comemorativos do Município de Tibau
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0023 - DIFUSÃO DO PATRIMONIO CULTURAL DE TIBAU
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.001 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Ação: 2009 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria do Gabinete do Prefeito
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.001 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Ação: 2009 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria do Gabinete do Prefeito
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação: 2016 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0004 - GESTÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação: 2016 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0004 - GESTÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Educação
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0005 - EXCELÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA GARANTIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Educação
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0005 - EXCELÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA GARANTIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI
Ação: 2111 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI
Ação: 2111 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação: 2089 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0012 - EXCELÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA GARANTIR A QUALIDADE DA SAÚDE
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação: 2089 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0012 - EXCELÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA GARANTIR A QUALIDADE DA SAÚDE
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Amparo Legal:art. 57, da Lei 8.666/93, conforme Pregão Eletrônico nº 13/2024

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

AMANDA CARLA GOIS DO NASCIMENTO
Contratado

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:2001C534

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 53/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 1ao Contrato nº 53/2024.
Contratante: Fundo Municipal de AssistênciaSocial de Tibau/RN – CNPJ:15.547.803/0001-38
Contratada:SM LOCACOES, SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA – CNPJ 35.098.562/0001-02
Objeto do Contrato:AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS, ACESSÓRIOS FÚNEBRES E SERVIÇO DE TRANSLADO (POR KM RODADOS).
Objeto do Aditivo: Prorrogação do Prazo de Vigênciado Contrato nº 53/2024.
Data de Assinatura:03 de julho de 2025
Prazo de Vigência:04 de julho de 2025 a 03 de julho de 2026
Dotação Orçamentaria:
Unidade Orçamentária:04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Ação: 2121 - Manutenção das Ações de Assistência a População Carente
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0030 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Natureza: 3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Tibau
Unidade Orçamentária:04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Ação: 2121 - Manutenção das Ações de Assistência a População Carente
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0030 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Natureza: 3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Fonte de Recurso: 17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região: 0001 - Tibau
Amparo Legal:art. 57, da Lei 8.666/93, conforme, Adesão Pregão nº 4/2024

CLARISSE REBOUÇAS DE SOUZA
Gestora do FMAS

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

ENZO ALEXANDRE MEDEIROS DE SIQUEIRA
Contratado

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:A5143188

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 620/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 620/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 212/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **MARIA ILIZETE NUNES PALHARES PINHEIRO**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:32B6AEC1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 621/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 621/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 214/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;
RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **MARISE FERREIRA DA CÂMARA NERY** , ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:C248B404

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 622/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 622/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 215/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **MARLEIDE DIAS DO NASCIMENTO SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:A45172ED

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 623/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 623/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 219/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;
RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **SOLANGE RODRIGUES DA SILVA MATOS** , ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:78857E7A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 624/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 624/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 226/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **VANUZA ALVES DA CRUZ** , ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:532A1815

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 625/2025 - GABINETE CIVIL

Portaria nº 625/2025 – GABINETE CIVIL.

Dispõe sobre a declaração de vacância de cargo público em virtude de exoneração de servidor público.

O Prefeito Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o disposto no art. 33, I, da Lei Municipal nº 570/2007;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo efetivo em decorrência da vacância;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo efetivo de PROFESSOR, provido pelo servidor FRANCISCO MARQUES SANTANA, matrícula nº 30-1 , inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.493.184-XX, em virtude de sua exoneração do cargo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de junho de 2025.

ART. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:93E7DC6B

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 626/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 626/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 191/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível ao servidor **CARLOS EDUARDO DA CÂMARA FRANÇA**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando o mesmo a ser remunerado de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:B8C74A7E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 627/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 627/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 201/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **JANAINA NUNES RODRIGUES**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:E4425905

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 628/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 628/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 138/2025e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA COLÔNIA CRUZ**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:BD8DDB28

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 629/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 629/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 137/2025 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **SIMONE CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel II para o Nivel III, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:DE7A75ED

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 630/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 630/2025 – GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE NÍVEL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Parcer Jurídico 208/2024 e a decisão nele contida;
CONSIDERANDO os arts. 10,12, §1º e 15 da Lei Municipal nº 638/2010;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida a Progressão de Nível a servidora **LUCIANA ALVES DA SILVA MIGUEL** , ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**, posicionando-se do Nivel I para o Nivel II, passando a mesma a ser remunerada de acordo com o padrão salarial constante na carreira.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se. Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:C0554445

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 631/2025 - GABINETE CIVIL

PORTARIA N° 631/2025 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela lei Municipal Nº 978/2025.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao senhor **Milton Rangel Gomes Melo**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 22713-1, inscrito no CPF/MF sob nº 379.457.424-91, ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 (cem reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela lei nº 978/2025, em seu artigo 3°, para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano e pernoites, no dia 07 de julho de 2025, uma vez que está transportando paciente, que realizará consulta no Hospital Universitário Ana Bezerra, Santa Cruz/RN.
Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 04 de julho de 2025.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Francisa Nilma Dos Santos
Código Identificador:9D7273F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
ADITIVO PRORROGAÇAO DE PRAZO - TP 001/2021

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Aditivo nº 008
Contrato N°: 20210115
Origem: Tomada de Preço nº 001/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR - CNPJ Nº 01.612.376/0001-10.
Contratada: L B CONSTRUCOES LTDA - CNPJ(MF): 04.113.698/0001-02.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, CAPINAÇÃO, PINTURA DE MEIO FIO, PODA DE ARVORES, COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ATE O ATERRO CONTROLADO DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN.
Fundamentação Legal: art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.
Vigência: Início: 30/06/2025 Término: 31/07/2025

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:AD6281C9

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO ADITIVO PRORROGAÇAO DE PRAZO - PE 003/2025

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Aditivo nº 002/2025
Contrato N°: 035/2024
Origem: Pregão Eletrônico nº 003/2023
Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR - CNPJ Nº 01.612.376/0001-10.
Contratado (a): COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN – COOPEDU - CNPJ nº 49.404.639/0001-21
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA VISANDO SUPRIR DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN.
Fundamentação Legal: art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.
Vigência: Início: 03/07/2025 a 03/07/2026

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:0AC62DF9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 061/2025** da Dispensa de Licitação **nº 029/2025**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a de **Contratação de empresa para aquisição de tendas no formato chapéu de bruxa para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura deste Município**, no valor de **R$ 45.000,00 (**quarenta e cinco mil reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 27 de junho de 2025.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:EB9CB11D

CPL
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2025

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 062/2025** da Inexigibilidade de Licitação **nº 025/2025**, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação da "Banda Forro da Vez" para apresentação de show durante a programação do Rasta Pé do Gavião 2025 em praça pública,** no valor de **R$ 2.650,00** (dois mil seiscentos e cinquenta reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 01 de julho de 2025.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:984DE29B

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

CONTRATO: Nº **099/2025**

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 029/2025**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN.**

CONTRATADO: **L L BRAGA - ME**

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de tendas no formato chapéu de bruxa para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município.**

VALOR TOTAL: **R$ 45.000,00 (**quarenta e cinco mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: PrefeituraMunicipaldeUmarizal, na dotação orçamentária Exercício 2025 Unidade 10001 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, Projeto 04.122.0001.2174 Manutenção das atividades e serviços administrativos da Sec Mun. de Infraestrutura, Elemento 44905200 Equipamentos e Material Permanente, Fonte 15000000 Recursos não vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 27 de junho a 31 de dezembro de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2025.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:0A55D95F

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2025

CONTRATO: Nº 100/2025

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação **nº 025/2025**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN**

CONTRATADO: **FORRO DA VEZ PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME**

OBJETO: **Contratação da "Banda Forro da Vez" para apresentação de show durante a programação do Rasta Pé do Gavião 2025 em praça pública.**

VALOR TOTAL: **R$ 2.650,00** (dois mil seiscentos e cinquenta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 06.001 – Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto – 13.392.0005.2084 – Promoção das Festividades de São João - 3000.00 - Despesas Correntes 33.90.39.22 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

– Festividades e Homenagens, Fonte 15000000 Recursos não vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 01 de julho a 31 de dezembro de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:F51FBD71

CPL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Infraestrutura deste município, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa para aquisição de tendas no formato chapéu de bruxa para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município.**

CONTRATADO: **L L BRAGA - ME**
VALOR TOTAL: **R$ 45.000,00 (**quarenta e cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.
Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito.

Umarizal – RN, 27 de junho de 2025.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:E59413CD

CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2025

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação da "Banda Forro da Vez" para apresentação de show durante a programação do Rasta Pé do Gavião 2025 em praça pública.**

CONTRATADO: **FORRO DA VEZ PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME**

VALOR TOTAL: **R$ 2.650,00** (dois mil seiscentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II e suas alterações posteriores.
Declaração de Inexigibilidade de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito Municipal.

Umarizal – RN, 01 de julho de 2025.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:554EE618

CPL
QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2022034001 – TP Nº 003/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATADO ADMINISTRATIVO EM EPÍGRAFE, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN E A EMPRESA SP CONSTRUÇÕES LTDA - ME.

Pelo presente instrumento, de um lado **MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.348.963/0001-92, com sede na Av. Gavião, n.º 19, Centro, Umarizal/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, aqui representado por seu Prefeito Constitucional, o Senhor **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, e, do outro lado, a empresa **SP CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 09.029.248/0001-50, com sede a Praça da Liberdade, 12 – Bairro: Centro - Caiçara do Norte/RN - CEP: 59.592-000, doravante denominada **CONTRATADA**, aqui representada pela Senhora **JAILZA MARIA ALVES DE MORAIS**, tendo em vista o constante no processo administrativo supra epigrafado e em observância às disposições legais, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente ADITIVO reger-se-á por toda legislação aplicável, especialmente pelo art. 124, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo objetiva a reequilíbrio econômico-financeiro contratual no valor de **R$ 81.077,16** (oitenta e um mil setenta e sete reais e dezesseis centavos), alterado o contrato original de serviços de limpeza urbana de **R$ 1.861.842,48**, para o valor total aditivado de **R$ 1.942.919,64** (um milhão novecentos e quarenta e dois mil novecentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Solicitação de Despesa.

CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA:

As Justificam o presente termo mediante a necessidade de ajustes de valores dos serviços, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), para que possamos da continuidade aos trabalhos, e as ações do executivo, no âmbito individual e coletivo, haja visto que esse serviço favorece o erário público, bem como o interesse público. Diante desses fatos e de acordo com a lei, é que optamos pelo presente Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem vigentes e inalteradas todas as demais cláusulas contratuais, naquilo que não colidirem com o ora estabelecido.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Umarizal/RN, em 04 de julho de 2025.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito
Pelo Contrante

JAILZA MARIA ALVES DE MORAIS
Pela Contratada

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:5C14ED5E

CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CE 002 2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Umarizal		
Prefeitura Municipal de Umarizal		
Concorrência por Menor Preço - 2/2025		
Resultado da Adjudicação		
Item: 10019 - SERVICOS AMPLIACAO DA ILUMINACAO PUBLICA DA DA AV DA INTEGRACAO E TAQUINA ALVES, E PAVIMENTACAO DA AV 27 DE NOVEMBRO E ALMIRANTE SOLTO MAIOR - Valor Referência: 822.813,93		
Fornecedor	Situação	Valor Total
ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI (16.917.533/0001-72)	Adjudicado em: 04/07/2025 - 10:00:40 - Por: Raimundo Nonato Dias Pinheiro	617.110,45

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:9D936D94

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CE 002 2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Umarizal
Prefeitura Municipal de Umarizal
Concorrência por Menor Preço - 2/2025
Resultado da Homologação

10019 - SERVICOS AMPLIACAO DA ILUMINACAO PUBLICA DA DA AV DA INTEGRACAO E TAQUINA ALVES, E PAVIMENTACAO DA AV 27 DE NOVEMBRO E ALMIRANTE SOLTO MAIOR - Quantidade: 1 - Valor de Referência: 822.813,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	617.110,45	617.110,45	Homologado em 04/07/2025 10:00:49 Por: Raimundo Nonato Dias Pinheiro

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:0DD6ECA9

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 029/2025**, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de empresa para aquisição de tendas no formato chapéu de bruxa para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 27 de junho de 2025.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal, de Umarizal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:3E7E8FEE

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2025

RECONHEÇO: a Inexigibilidade de Licitação **nº 025/2025**, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação da "Banda Forro da Vez" para apresentação de show durante a programação do Rasta Pé do Gavião 2025 em praça pública.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 01 de julho de 2025.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:9D5ED235

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025

Dispensa de Licitação nº 027/2025
Processo nº 951/2025/DISP

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Dispensa de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Contratação de empresa para aquisição de bebedouro, geladeira e freezer para atender as demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Upanema/RN.

EMPRESA: NADJA MARINA PIRES, CNPJ: 12.130.958/0001-86.
VALOR: R$9.198,00 (nove mil cento e noventa e oito reais).

EMPRESA: LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, CNPJ: 48.277.417/0001-22.
VALOR: R$2.777,68 (dois mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

EMPRESA: GLPA LICITACOES LTDA, CNPJ: 37.507.762/0001-99.
VALOR: R$10.285,00 (dez mil duzentos e oitenta e cinco reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 04 de julho de 2025.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:A958C31F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RENOVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

EDITAL N 003/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RENOVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE UPANEMA, inscrito no CNPJ sob o n. **08.085.771/0001-30**, sediada na **Rua João Francisco,** nº **90** – **Centro** – **Upanema**/**RN** – CEP: **59670-000**, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, o **Sr. Renan Mendonça Fernandes,** brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 002.460.191 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 083.881.514-60, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, 22, Centro, Upanema/RN, CEP: 59.670-000, em conformidade com o Decreto Municipal nº 017/2025 - GPMU, que "Regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a Admininistração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil, previsto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014"; Decreto Municipal nº 045/2021, que "Dispõe a pactuação do poder público com entidades do terceiro setor, nos termos das Leis nº 9.637/1998 e nº 13.019/2014 e dá outras providências" e, subsidiariamente, na Lei Federal n. 9.637/1998, na Lei Federal n. 13.019/2014 e nos termos do ADI 1.923/DF, **CONVOCA** as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que estiverem interessadas a obter a qualificação como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** no Município de **UPANEMA/RN**, na área da **SAÚDE,** para futura celebração de **CONTRATO DE GESTÃO**, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento.

DO OBJETO
Constitui objeto deste Edital a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, na área da **SAÚDE,** para habilitação de eventual e futura operacionalização da gestão e execução das ações e serviços relacionados às Unidades Básicas de Saúde situadas na Zona Urbana e Rural, Unidade Mista de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, Centro Especializiado em Reabilitação-CER, Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Fisioterapia**,** no âmbito do Município de **UPANEMA**, bem como, a renovação da qualificação para as Entidades anteriormente qualificadas, conforme condições constantes neste instrumento.
O presente Chamamento Público para Qualificação de Organização Social é de caráter permanente, com o objetivo de Seleção posterior de Entidade para Gestão e Administração de **saúde** e sendo permitida a apresentação de requerimento de qualificação das entidades interessadas até **5 (cinco) dias úteis,** observadas as disposições legais pertinentes e as condições constantes neste instrumento.

DO REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada na qualificação como Organização Social, no âmbito da Administração Direta do Município de **UPANEMA/RN**, deverá apresentar requerimento dirigido **a Secretária Municipal de Saúde**, conforme modelo que constitui o Anexo I deste Edital, acompanhado dos documentos na ordem abaixo, numerado, e indicado sua localização através de índice descrito no início das documentações.
A entidade que já for qualificada como Organização Social perante o Município de **UPANEMA/RN**, igualmente deverá apresentar apresentar requerimento dirigido à mesma entidade citada no item acima, conforme modelo que constitui o Anexo II deste Edital, acompanhado dos documentos na ordem abaixo, numerado, e indicado sua localização através de índice descrito no início das documentações.

Da Qualificação
Somente serão qualificadas as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 05 (cinco) anos, e que comprovem, pelo menos 03 (três) anos de serviços próprios na área da **SAÚDE,** desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pelo Decreto Municipal n. **045/2021, de 06 de julho de 2021**, que disponha da documentação relacionada abaixo:
- Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes desenvolvimento das próprias atividades;
previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, voltados para atuação no âmbito da entidade, um conselho de administração e/ou órgão congênere, bem como, uma diretoria executiva definidos nos termos do respectivo estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básico previstas neste Decreto;
Previsão de participação obrigatória, no conselho de administração, voltado para a atuação no município de Upanema/RN, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
composição e atribuições da diretoria executiva;
obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do instrumento celebrado;
no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
obrigatoriedade de, em caso de extinção ou desqualificação, o patrimônio, legados ou doações que lhe forem destinados por esta municipalidade, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou, na sua falta, ao patrimônio do Município;
comprovar a presença em seu quadro de pessoal, de profissional com formação específica para a gestão dasatividades a serem desenvolvidas, com notória competência e experiência de gestão nas áreas mencionadas no artigo 1º deste Decreto.
- não ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;
– apresentar os documentos listados no Artigo 7º do Decreto Municipal 045/2021;

2.3 As entidades qualificadas como Organizações Sociais - OS serão incluídas em cadastro que será disponibilizado na rede pública de dados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal.

DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO
O requerimento de qualificação e atualização dos dados, conforme modelo que constituem, respectivamente, os Anexos I e II deste Edital, dirigido o **Secretária Municipal de Saúde**, será autuado em processo administrativo e, posteriormente, será encaminhado para o Setor de Licitações, para emissão de parecer fundamentado.
O Setor de Licitações observará se a entidade requerente atende aos requisitos de qualificação constantes na legislação municipal, se atende às condições deste Edital, bem como se não incide nas causas de impedimento aqui previstas, realizando análise da documentação apresentada pela entidade, devendo, ao final, proferir parecer

fundamentado quanto à qualificação, opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido.

No caso de parecer pelo deferimento do pedido, o processo será encaminhado a **Secretária Municipal de Saúde**, para que verifique a existência de sanção que impeça a futura contratação, proferindo decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de qualificação.

A qualificação da entidade como Organização Social, bem como, a renovação da Qualificação para as Entidades anterioremente qualificadas, será formalizada através de Certificado de Qualificação, expedido no prazo de até 03 (três) dias uteis, após o deferimento, que será publicado no Diário Oficial.

O pedido de qualificação será indeferido quando:
a requerente não se enquadrar nas atividades dirigidas à saúde;
a requerente não atender ao disposto na legislação municipal e as condições deste Edital, inclusive no que tange à experiência na área da qualificação pretendida;
a documentação apresentada estiver incompleta ou não for apresentada no prazo concedido; e
a requerente incorrer em uma das hipóteses de impedimento previstas neste Edital.
Indeferido o pedido, após a ciência da entidade, a Secretaria poderá conceder o prazo de até 5 (cinco) dias para que a documentação seja complementada.
A entidade que tiver seu pedido indeferido poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares.
Será dada ciência à entidade de todo o resultado referente à solicitação autuada em processo administrativo do pedido de qualificação como Organização Social de de que trata este Edital.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A qualificação de entidade como Organização Social e a renovação da qualificação das entidades anteioremente qualificadas não obriga a Administração Pública Municipal a firmar Contrato de Gestão com elas, as quais não têm direito subjetivo a qualquer tipo de repasse financeiro.
As entidades qualificadas como Organização Social e as entidades que atualizarem seus dados e tiverem a qualificação renovada, poderão participar de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público específico, nos termos da legislação municipal vigente, para escolha da Organização Social apta a celebrar eventual Contrato de Gestão.
As entidades interessadas assumem todos os custos do requerimento de qualificação, sendo que o Município de **UPANEMA/RN** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da qualificação.

Qualquer pessoa poderá solicitar a **Secretaria Municipal de Saúde** esclarecimentos acerca do presente Edital, por meio do seguinte endereço eletrônico: **pmu_licitacao@hotmail.com** ou protocolizar petição nos dias úteis, das 08h às 13h, na sede da Prefeitura Municipal de UPANEMA/RN, situada na **Rua João Francisco**, nº**90, Centro, Upanema/RN** – CEP: **59.670.000.**
O edital completo poderá ser obtido no seguinte sítio eletrônico: **http://upanema.rn.gov.br/**

UPANEMA/RN, 04 de julho de 2025.

MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Saúde

MODELO DE REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO
(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DE OS

Local e data.

ASSUNTO: Requerimento de Qualificação como Organização Social de **Saúde**.
Senhora Secretária de **Saúde**
(NOME DA ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXX**, com sede no Município de **XXXXXXXXXXXXX**, sita(o) na (ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO, BAIRRO, CEP),
neste ato representada(o) pelo seu(sua) (CARGO DO(A) REPRESENTANTE), (NOME COMPLETO DO(A) REPRESENTANTE), portador(a) do RG n.º XXXXXXXXXX e
do CPF n.º XXXXXXXXXX, com fulcro no disposto no Decreto Municipal n.º 045, de 06 de julho de 2021, e nos termos do Chamamento Público de Qualificação de Organização Social n. **03/2025**, vem requerer a Vossa Excelência a aprovação para a qualificação como Organização Social de **Saúde**, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de **Upanema**/RN, para o que apresenta a documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Nome Completo Cargo RG e CPF
Nome da Entidade, Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

MODELO DE REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO
(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DE OS

Local e data.

ASSUNTO: Requerimento de Renovação de Qualificação como Organização Social de Saúde.
Senhora Secretária de Saúde
(NOME DA ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX, com sede no Município de XXXXXXXXXX, sita(o) na (ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO, BAIRRO, CEP),
neste ato representada(o) pelo seu(sua) (CARGO DO(A) REPRESENTANTE), (NOME COMPLETO DO(A) REPRESENTANTE), portador(a) do RG n.º XXXXXXXXXX e
do CPF n.º XXXXXXXXXX, com fulcro no disposto no Decreto Municipal n.º 045, de 06 de julho de 2021, e nos termos do Chamamento Público de Qualificação de Organização Social n. 03/2025, vem requerer a Vossa Excelência a aprovação para a qualificação como Organização Social de Saúde, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de **Upanema/RN**, para o que apresenta a documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Nome Completo Cargo RG e CPF
Nome da Entidade, Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

MODELO DE DECLARAÇÃO
(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

DECLARAÇÃO

(NOME DO(A) REPRESENTANTE), representante da (NOME DA ENTIDADE),
portador(a) do RG n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARO para os devidos fins de direito, que a entidade se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, inclusive no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7.º, da Constituição Federal; e que não existem fatos impeditivos para sua qualificação como Organização Social da Saúde. DECLARO, ainda, que a entidade compromete-se a comunicar a Secretaria Municipal de **Saúde** de **Upanema/RN**, qualquer fato que venha a comprometer sua qualificação.

Local e data.

Nome Completo Cargo RG e CPF
Nome da Entidade Telefone e E-mail (Firma Reconhecida)

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:27103E6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025

O Prefeito Constitucional do Município de Várzea/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa à Contratação especializada para Licença anual do SISTEMA BANCO DE PREÇOS, para atender as necessidades do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Várzea-RN, no valor total de R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), em favor da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.797.967/0001-95**, Processo Administrativo nº. 127/2025.

Publique-se.

Várzea/RN, 02 de julho de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:AC8E9BFB

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 338/2025 GP

Várzea/RN, em 09 de maio de 2025

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.

Resolve:

Conceder 01 (uma) diárias a Sr. ANDRÉ CRISTIANO, inscrito no RG nº 1650227, Coordenador de Endemias do Município de Várzea/RN, ao valor de cada diária de R$ 200,00 (Duzentos reais), para participar de uma Capacitação em Epidemiologia, Entomologia e Controle Vetorial das Arboviroses Urbanas.
O Evento ocorrerá no dia 27 e 28 de maio de 2025, no Auditório da I URSAP.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:926E82E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
DECRETO Nº 43/2025 – GP/PMV

Aprova o regulamento do estágio probatório dos servidores civis do Município de Viçosa/RN, elaborado pela Procuradoria Jurídica Municipal, segundo as diretrizes constantes no Regime Jurídico Único dos Servidores Civis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIÇOSA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 45, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO as diretrizes fixadas no art. 20, do Regime Jurídico Único dos Servidores Civis de Viçosa/RN, que dispõe sobre o estágio probatório dos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo neste município;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da avaliação do estágio probatório no âmbito municipal;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DEVERES DE FORMAÇÃO, GESTÃO E EVOLUÇÃO HUMANA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 1o O estágio probatório, que será acompanhado na forma deste regulamento, compreende os 3 (três) primeiros anos de efetivo exercício no cargo e, durante este período, o servidor do município de Viçosa terá seu trabalho e sua conduta avaliados permanentemente pela Comissão Especial de Avaliação-CEA.
Art. 2o Comissão Especial de Avaliação-CEA organizará assento funcional para cada servidor em estágio probatório, no qual deverão constar o nome, a classificação no concurso, o número e a data do ato de nomeação, a data da publicação oficial, a data da posse no cargo e a indicação da lotação para a qual foi designado, o início e o término de cada etapa de estágio, assim como qualquer outro dado, documento ou trabalho relacionado com sua atuação funcional e que possa interessar à verificação do cumprimento dos requisitos necessários ao prosseguimento, à permanência no estágio probatório ou à confirmação na carreira.
Art. 3o Serão observados os seguintes requisitos e princípios para a aprovação no estágio probatório:
- Assiduidade, pontualidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, probidade, interesse pelo serviço, como já especificado no art. 20 do Regime Jurídico Único;
- idoneidade moral, no âmbito pessoal, profissional e familiar, revelada por meio de condutas públicas e privadas compatíveis com a dignidade do cargo e que não exponham a imagem do Município ou gerem desconfiança no cidadão;
- zelo funcional, tido como dedicação e retidão no cumprimento dos deveres e funções do cargo;
– eficiência e efetividade no desempenho de suas funções;
- capacidade de resolução humanizada dos conflitos e controvérsias;
- qualidade técnica-funcional, proatividade, bom senso e segurança na tomada de decisões e manifestações funcionais;
- capacidade de gestão administrativa e funcional nos órgãos ou unidades de atuação do Município, com efetiva contribuição para a melhoria dos serviços,
- disposição e iniciativa para atuar em rede, de forma integrada e cooperativa no âmbito do Município de Viçosa e demais órgãos ou instituições de defesa de interesses sociais;
- inteligência emocional, aferida pela postura equilibrada que revele gentileza, paciência e temperança no trato com as pessoas, bem como amor e respeito aos valores e compromissos institucionais da Administração Pública:
- vocação para o exercício das funções de seu cargo, aferida pelo comprometimento e pelas iniciativas;
- adaptação ao cargo, aferida, inclusive, por intermédio de avaliações psiquiátricas e psicológicas por intermédio do setor médico competente, sempre que necessário;
- integração comunitária no que estiver afeto às atribuições do cargo, aferida, inclusive, pela atuação adequada e eficiente no atendimento ao público;
- empenho e dedicação ao aperfeiçoamento funcional periódico e multidisciplinar, aferidos através da frequência a cursos realizados pelo Município ou mesmo suas campanhas.
§ 1º Os requisitos de que trata este artigo serão apreciados, através dos relatórios de atividades funcionais, visitas de inspeção e correições realizadas pela Comissão Especial de Avaliação-CEA a qualquer

tempo, exames de trabalhos e de avaliações psicológicas e psiquiátricas de adaptação ao cargo.
§ 2º Não serão computados para fins de contagem do tempo de estágio probatório, os períodos de licenças e afastamentos diversos, salvo os de interesse institucional e/ou constitucionais, como férias.
§ 3º Na análise do atendimento dos requisitos e princípios narrados neste artigo serão levados em consideração as condições materiais, estruturais e de apoio técnico-administrativo disponíveis para o exercício das atividades funcionais aos servidores em estágio probatório, bem como o volume de demandas, procedimentos e atividades institucionais e comunitárias dos órgãos da administração municipal, como campanhas.
Art. 4° Considerando os deveres constitucionais e infraconstitucionais impostos aos servidores, aqueles em estágio probatório devem ser orientados, avaliados e fiscalizados em suas manifestações, devendo, para tanto, ser observados, entre outros, os seguintes deveres:
- guardar decoro pessoal e manter ilibada conduta pública e particular que assegure o prestígio do Município de Viçosa e a confiança do cidadão (art. 37, "caput", da C.F.);
- tomar os cuidados necessários ao realizar publicações em seus perfis pessoais nas redes sociais e aplicativos de mensagens, agindo com reserva, cautela e discrição, evitando-se a violação de deveres funcionais e manifestações que possam ser percebidas como discriminatórias, notadamente, em relação à origem, raça, gênero, orientação sexual, religião e a outros valores ou direitos legais e constitucionalmente protegidos e que possam comprometer os ideais defendidos pela Instituição;
- adotar prudência ao publicar, em seus perfis pessoais, redes sociais e aplicativos de mensagens, pronunciamentos oficiais sobre casos decorrentes de sua atuação funcional, sem prejuízo do compartilhamento ou da divulgação de publicações de perfis institucionais ou de notícias já publicadas oficialmente pelo Município, a fim de evitar disseminação de informações que aparência de oficiais mas que venham a divergir daquilo efetivamente oficial;
- utilizar o e-mail funcional exclusivamente para a realização de atividades institucionais, guardando o decoro pessoal e agindo com urbanidade no trato com os destinatários das mensagens.
Art. 5° Para a formação, orientação, avaliação e fiscalização humanizadas dos servidores públicos de Viçosa em estágio probatório, deverão ser consideradas, entre outras, respeitadas as peculiaridades das funções de cada unidade Institucional, as seguintes diretrizes:
- conhecimento das causas e deficiências sociais locais;
- capacidade de articulação, sobretudo no que tange à identificação dos campos conflituosos;
- ética para mediar demandas sociais, aferida pela capacidade de diálogo e de consenso, zelando pela democracia e defesa da sociedade e do seu ambiente de trabalho;
- atuação preventiva, com postura resolutiva, amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, com vistas à efetivação dos direitos e das garantias fundamentais;
- capacidade de mediar as demandas sociais, zelando pela democracia na defesa da sociedade e do serviço público;
- atendimento ao público organizado, eficiente e humanizado;
- boas práticas e efetividade da atuação resolutiva, capaz de alterar positivamente a realidade social da localidade em que atuar;
- racionalização e economicidade, com o adequado aproveitamento de ferramentas tecnológicas e virtuais disponíveis;
- atuação alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, aos Planos Gerais de Atuação, aos Programas de Atuação Funcional e aos respectivos Projetos Executivos do Município de Viçosa;
Art. 6º Para todos os efeitos legais, o período de estágio probatório compreende o de orientação e preparação, iniciando-se desde o curso de formação.
§ 1º Durante o período do estágio probatório, os servidores deverão ser orientados e avaliados periodicamente por uma equipe multidisciplinar que possa contribuir para fortalecer a sua saúde física e emocional.
§ 2º Os servidores em estágio probatório deverão ser submetidos a, pelo menos, uma avaliação ordinária anual, sem prejuízo da realização de avaliações extraordinárias ou de inspeções necessárias.

CAPITULO II
DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

Art. 7º Durante o triênio a que se refere o artigo 1º deste Regulamento, a atuação do servidor será acompanhada e avaliada pela Comissão Especial de Avaliação-CEA através de:
- análise dos trabalhos funcionais desenvolvidos, de acordo com índices adotados por órgãos oficiais, sejam municipais, estaduais ou federais, a depender da área de atuação do servidor e eventual programa que dependa de sua atuação:
– avaliações:
- inspeções:
- acompanhamento psicológic/psiquiátrico;
- outros instrumentos legais e administrativos.

Art. 8º O servidor em estágio probatório remeterá, no mínimo anualmente, a depender de frequência solicitada pela Comissão Especial de Avaliação-CEA, relatório de atividade funcional, que conterá:
- Parte narrativa, consistente nas impressões gerais do serviço, com ênfase para:
adesão e cumprimento de projetos e programas institucionais;
visitas e/ou participações em eventos, campanhas ou serviços realizados por órgão da administração municipal;
as condições materiais de sua lotação ou das instalações da mesma;
as relações com os demais setores da Prefeitura Municipal;
os fatores que dificultam ou contribuem para a eficiência dos serviços a cargo do seu órgão.
- Todas as atividades desenvolvidas e/ou produzidas no período, de acordo com art. 7º, I, deste decreto.
- Participações em audiências, eventos ou campanhas públicas afetas às diversas áreas de atuação do município;
- Informações sobre o atendimento ao público;
§ 1º O período de que trata este artigo para envio do relatório anual, será computado a partir do primeiro dia útil após a posse do servidor, dispondo este de mais 10 (dez) dias após o decurso de tempo, não computados os períodos de férias ou outros afastamentos temporários, para a entrega do relatório à Comissão Especial de Avaliação-CEA.
§ 2º No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação de cada um dos relatórios, a Comissão Especial de Avaliação-CEA apresentará sua análise, possibilitando a ciência rápida das orientações, para supressões dos equívocos constatados.
§ 3º O envio do relatório a que alude o *caput* deste artigo não exime o servidor em estágio probatório de encaminhar relatório em período diverso e em menor tempo ou maior frequência, quando solicitado pela Comissão Especial de Avaliação-CEA.
Art. 9º Em cada um dos relatórios, a Comissão Especial de Avaliação avaliará a permanência ou não do servidor em estágio probatório na carreira, devendo, quando for o caso, apresentar pedido de impugnação, devidamente fundamentado.
Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) meses de efetivo exercício, deverá ser instaurado procedimento específico de aferição do preenchimento das condições para deferimento ou não da estabilidade, levando-se em consideração toda a produção, a conduta do servidor em estágio probatório e sua demonstração de vocação para o exercício do cargo, com observância dos princípios arrolados no artigo 3º deste Regulamento.
Art. 10. A Comissão Especial de Avaliação controlará o recebimento dos materiais de trabalho, sejam os anuais ou demais solicitados até o encerramento do período de estágio probatório, determinando a anotação em ficha funcional e comunicando a Procuradoria Jurídica, no prazo de 10 (dez) dias, para adoção das providências disciplinares cabíveis, quando diante de eventual descumprimento por parte do servidor em estágio probatório.
Art. 11. A Comissão Especial de Avaliação, sempre que julgar conveniente ou necessário, poderá determinar a convocação dos servidores em estágio probatório para reuniões coletivas ou individuais, presenciais ou por teleconferência, sendo as individuais a qualquer tempo e as coletivas em data marcada com, ao menos 5 (cinco) dias de antecedência.
Art. 12. A Comissão Especial de Avaliação, após análise dos relatórios, examinará a atuação funcional de cada servidor em estágio probatório, emitindo parecer/decisão, respeitando as normas vigentes.
§ 1° Cada avaliação será anotada na ficha funcional com encaminhamento de cópia ao respectivo servidor, em caráter reservado, com recomendações, quando for o caso, para melhoria de suas atividades funcionais.

§ 2º Conferido avaliação negativa para o desempenho do servidor, o acompanhamento de sua carreira será permanente, exigindo-se a apresentação trimestral do relatório de atividades a que alude o art. 8º deste Regulamento, sem prejuízo da realização de visita de inspeção.
Art. 13. A Comissão Especial de Avaliação-CEA, 2 (dois) meses antes de decorrido o triênio, remeterá ao Chefe do Poder Executivo relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos membros em estágio probatório, concluindo, fundamentadamente, pelo seu deferimento ou não.
Parágrafo único. O deferimento do estágio probatório com a consequente estabilidade do servidor será deliberada pelo Comissão Especial de Avaliação e encaminhada ao Chefe do Poder Executivo.
Art. 14. Após publicada a decisão de confirmação na carreira do servidor, conceder-se-á prazo de 30 (trinta) dias para que manifeste interesse na devolução dos relatórios, sob pena de serem encaminhados ao arquivo e descartados, no prazo de 01 (um) ano.

CAPÍTULO III
DAS ATIVIDADES FISCALIZADORAS
Art. 15. As avaliações e/ou inspeções ordinárias serão realizadas pela Comissão Especial de Avaliação-CEA, pelo menos uma vez por ano, durante o período de estágio probatório, para verificar e avaliar precipuamente a regularidade e a eficácia social dos serviços prestados pelo servidor em estágio probatório e seu relacionamento com os órgãos de execução e com os serviços auxiliares nos ambientes funcionais e comunitários, no exercício de suas funções e no cumprimento dos deveres do cargo, observado o disposto nos artigos 3 º e 4º deste Regulamento e as seguintes diretrizes:
- transparência e periodicidade;
- resolutividade, eficiência e relevância social;
- efetividade no desempenho de suas atribuições;
- priorização da resolução consensual de conflitos.
- gestão administrativa eficiente e proativa das unidades, nas atribuições e nos serviços do servidor;
- unidade institucional, materializada pela adoção, por órgãos, unidades, cargos ou serviços do Município, de Programas de Atuação Funcional e respectivos Projetos Executivos, alinhados ao Planejamento Estratégico e ao Plano Geral de Atuação Funcional;
- racionalização e economicidade, com o adequado aproveitamento das ferramentas tecnológicas e virtuais disponíveis.
Art. 16. A Comissão Especial de Avaliação encaminhará ao Chefe do Poder Executivo relatório circunstanciado, analisando a regularidade do serviço e a eficiência da atividade da unidade ou do órgão de lotação do servidor, apontando as boas práticas observadas, as eventuais irregularidades constatadas, a falta ou deficiência de ocupação dos espaços institucionais de atuação, bem como as conclusões e medidas necessárias à prevenção de erros, correção de problemas e aprimoramento do serviço, registrando, ao final, eventuais críticas e elogios.
Art. 17. Para os fins do disposto no art. 16 deste Regulamento, compete à Comissão Especial de Avaliação-CEA, conforme a necessidade, emitir:
- recomendações sem efeito vinculativo;
- recomendações com força de determinações, nos casos de inobservância das normas legais e dos atos administrativos cogentes emanados da Comissão Especial de Avaliação, ou de outros órgãos da Administração Municipal;
- orientações em virtude de consulta oral apresentada pelo órgão de lotação do servidor;
- elogios e/ou anotações na ficha funcional;
- outras medidas adequadas ao caso, inclusive o acordo de resultados e as que visem ao aperfeiçoamento funcional do servidor em estágio probatório.
Art. 18. A Comissão Especial de Avaliação avaliará o cumprimento das formalidades exigidas para a realização da avaliação e a regularidade da utilização dos instrumentos de protocolo, registro, distribuição e andamento de expedientes internos e externos, observando o seguinte:
- período de exercício no órgão ou unidade;
participação em cursos de aperfeiçoamento;
- cooperações cumulativas, envolvendo outros órgãos ou unidades;
- eventuais afastamentos das atividades;
- utilização adequada dos sistemas oficiais e disponíveis;
- cumprimento dos deveres funcionais e obtenção dos índices esperados;
- organização do atendimento ao público e comparecimento aos atos de que deva participar ou que deva realizar/acompanhar;
Art. 19. A Comissão Especial de Avaliação avaliará se a atuação local do servidor em estágio probatório está alinhada ao Planejamento Estratégico Ins0titucional, ao Plano Geral de Atuação ou ao seu Programa de Atuação Funcional devendo, para tanto, aferir se o mesmo:
- conhece o Plano Geral de Atuação e reconhece sua importância para a estratégia institucional,
- possui Programa de Atuação Funcional ou prática equivalente;
- concebe o planejamento com objetivos, metas e atuação prática bem definidos;
- identifica e objetiva resultados sociais adequados;
- procura adotar ou executar as medidas tendentes à eficiência da gestão administrativa da unidade e dos serviços locais.
Art. 20. Para a avaliação da interação, cooperação e atividade-fim do servidor, serão considerados todos os mecanismos a disposição da Administração.
§ 1º Observadas as peculiaridades regionais, locais, estruturais e as relativas às atribuições do órgão ou unidade, serão analisadas as seguintes medidas de aproximação comunitária e de resolução de problemas:
- participação efetiva e/ou realização de audiências públicas;
- realização de palestras e participação em reuniões com agentes externos, especialmente vinculados às políticas públicas das respectivas áreas de atuação do município;
- adoção de outras medidas de inserção social, especialmente a atuação por meio de Projetos Sociais:
§ 2º A avaliação da atuação dos servidores em estágio probatório levará em conta, sempre que possível e adequado, a oitiva dos cidadãos diretamente interessados ou da respectiva sociedade organizada, desde que os relatos estejam acompanhados de dados concretos e efetivos sobre a atuação ministerial, sem apreciação valorativa genérica.

CAPÍTULO IV
DA IMPUGNAÇÃO AO DEFERIMENTO ESTÁGIO PROBATÓRIO
Art. 21. A Procuradoria Jurídica Municipal, de ofício ou a requerimento dos demais Órgãos da Administração ou de qualquer membro do Poder Executivo ou interessado, poderá apresentar impugnação ao deliberação do Comissão Especial de Avaliação-CEA que opte pelo deferimento do estágio probatório do servidor, suspendendo-se o exercício funcional até o definitivo julgamento em casos devidamente justificáveis.
§ 1º A impugnação, acompanhada dos elementos instrutórios necessários, será apresentada ao Procurador Geral do Município antes de escoado o triênio, na forma do que dispõe a Constituição Federal e o Regime Jurídico Único Municipal, devendo ser observado o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º O Procurador-Geral do Município poderá propor ao Chefe do Executivo, excepcionalmente, o não deferimento da estabilidade do servidor em estágio probatório que tenha decisão favorável pela Comissão Especial de Avaliação.
§ 3º A qualquer momento, poderá o pedido de impugnação ser aditado, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
Art. 22. Fica estabelecido o limite máximo de 100 (cem) pontos para a avaliação, distribuídos entre os princípios definidos no artigo 3º deste Decreto, a critério da comissão e podendo esta fixar a pontuação desejada, a sua discricionariedade, desde que respeitado a observância mínima a seguir:
– idoneidade moral, no mínimo 15 pontos;
- assiduidade e pontualidade, no mínimo 30 pontos;
– aptidão para o cargo, aferida, inclusive, pelo desempenho de indicadores que dependam das duas atribuições e outros fatores que a comissão entenda pertinente, no mínimo 20 pontos;
§ 1º Os demais critérios e suas respectivas pontuações, será fixado pela comissão, desde que observado os princípios já mencionados, até

que a distribuição completa da pontuação atinja o máximo de 100 (cem) pontos.
§ 2º A comissão deverá observar, em casos omissos, a forma de avaliação aplicada aos profissionais do magistério, segundo consta na Lei Municipal nº 307/2022, adotando sempre que necessário deliberações coletivas acerca dos critérios e pontuação.
Art. 23. Como condição para a aquisição da estabilidade, o funcionário deverá obter a média mínima de 70 (setenta) pontos nas três avaliações anuais a que for submetido.
Parágrafo único – quando, nas duas primeiras avaliações, a nota média obtida for inferior a 55 pontos, o funcionário será declarado inapto para o exercício do cargo, por não atingir a pontuação mínima exigida, quando serão adotados os procedimentos cabíveis para a exoneração do mesmo.
Art. 24. Na avaliação do servidor deficiente físico serão levadas em consideração as limitações e restrições médicas constantes de seu laudo pré-admissional, não podendo tais limitações interferirem na avaliação de seu desempenho, sendo vedado considera-las como elemento redutor de pontos.
Art. 25. Suspende-se o período de estágio probatório, voltando a correr no dia estabelecido para o retorno do servidor ao exercício do cargo ou do dia seguinte ao de sua liberação, nas hipóteses de:
– licença maternidade, licença paternidade ou adoção;
- licença para tratamento de saúde, desde que atestada a incapacidade com o consequente deferimento do benefício pelo INSS;
- afastamento para exercer mandato eletivo ou sindical;

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 27. Revogam-se todas as disposições em contrário.:

Gabinete do Prefeito Municipal de Viçosa/RN, 04 de julho de 2025.

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:A12B7ED9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
LEI Nº 332/2025

EMENTA: Dispõe sobre a proibição do uso de fogos de artifício sonoros e permite apenas o uso de fogos luminosos no âmbito do município de Viçosa/RN, levando em consideração a realidade das pessoas autistas, a proteção animal e a saúde pública, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIÇOSA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo de Viçosa aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte:
LE I
Art. 1º Fica proibido, no âmbito do município de Viçosa/RN, o uso de fogos de artifício que produzam estampidos, explosões ou qualquer tipo de ruído sonoro.
Art. 2º É permitido o uso de fogos de artifício que produzem apenas efeitos visuais, sem emissão de ruídos sonoros, conhecidos como fogos luminosos.
Art. 3º A fiscalização para o cumprimento desta lei será de responsabilidade do **Executivo** e dos órgãos competentes do município, que deverão aplicar as penalidades cabíveis em caso de infração.
Art. 4º As penalidades para o descumprimento desta lei incluem:
I - Advertência por escrito;
II - Multa no valor de **50,00 (cinquenta reais)** para pessoas físicas;
III - Multa no valor de **80,00 (oitenta reais)** para pessoas jurídicas;
IV - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
Art. 5º Esta lei entra em vigor **90 dias após sua publicação**.
Justificativa:
A presente proposta busca garantir **maior bem-estar para a população**, considerando que a restrição ao uso de fogos de artifício com estampido já foi adotada por diversos municípios brasileiros com sucesso. O impacto positivo dessa medida é amplo, abrangendo saúde pública, inclusão social e proteção ambiental.
Saúde e inclusão: Esta iniciativa tem um significado especial, já que estamos no **Abril Azul**, mês de conscientização sobre o autismo, e ontem foi o **Dia Mundial da Conscientização do Autismo**. Os ruídos intensos dos fogos de artifício podem causar extremo desconforto e sofrimento para **pessoas autistas** e outras pessoas sensíveis a sons altos, como idosos e crianças pequenas.
Atendimento à demanda popular: A proposta surge também como resposta às manifestações da população. Diversas mães e familiares se mobilizaram nas redes sociais, especialmente em uma postagem no **Instagram**, destacando a necessidade dessa regulamentação. Essas preocupações refletem o impacto direto dos fogos ruidosos na qualidade de vida de muitas famílias do município.
Proteção animal e saúde pública: O barulho dos fogos pode causar **pânico em animais**, resultando em fuga, acidentes e até óbitos. Além disso, a proibição do estampido **reduz riscos à saúde pública**, minimizando ocorrências de crises de ansiedade, acidentes causados por sustos e danos auditivos.
Por fim, esta é uma iniciativa que reforça o **compromisso do legislativo municipal com a qualidade de vida da população**

Gabinete do Prefeito Municipal de Viçosa/RN, em 03 de julho de 2025.

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:8040CB24

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2023

CONTRATANTE: Município de Florânia/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.181.562/0001-90.
CONTRATADA: AT GONDIM DE ALMEIDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.276.398/0001-32.
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato para continuidade da prestação de serviços de **locação de impressoras multifuncionais**, com fornecimento de toner, manutenção preventiva e assistência técnica, conforme especificações e quantidades constantes no contrato original.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 351.335,88 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.
VIGÊNCIA: Fica prorrogado até 04 de julho de 2026.

Florânia/RN, 04 de julho de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município de Florânia/RN

ANA TEREZA GONDIM DE ALMEIDA
Representante Legal
AT Gondim de Almeida EPP
CNPJ nº 07.276.398/0001-32

Publicado por:
Lazaro Washington Toscano Barros
Código Identificador:960D61B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 108/2025 – GABINETE DO PREFEITO – PUBLICADA POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO O ofício nº 041/2025 – CMJ/PRESIDÊNCIA da Câmara Municipal de Jucurutu/RN, que solicita a cessão da servidora deste município abaixo especificado,

RESOLVE:
Art. 1º. CEDER a pedido da Presidente da Câmara Municipal de Jucurutu, a servidora municipal **SANDRA SANTOS DE BRITTO SILVA**, inscrita no cadastro funcional sob n°1397, ocupante do cargo de Contadora, para exercer suas funções junto a Câmara Municipal de Jucurutu/RN.

Art. 2º. A presente cessão é feita com ônus para o órgão cessionário e tem prazo de validade partir de 03 de julho de 2025 até 02 de julho de 2026, podendo ser prorrogada e ou encerrada.

Art. 3º A Servidora deverá exercer as funções inerentes ao cargo de acordo com as normas legais e regulamentares, observando os princípios da administração pública.

Art. 4º Cumpre ao cessionário até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a frequência do servidor ao órgão cedente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de julho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 04 de julho de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:D98F4EF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 142/2025 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **MARIA JOSÉ MARTINIANO DIAS**, ocupante da função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ/RN**, dia 13/06/2025com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13/06/2025 revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 04/07/2025

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:1665B262

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
RESULTADO DISPENSA 28-2025

AVISO DE RESULTADO
CONTRATAÇÃO DIRETA EM RAZÃO DO VALOR
DISPENSA ELETRONICA Nº 28/2025
Processo nº 1095/2025
(fundamento: art. nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021)

O Agente de Contratação do Município de Afonso Bezerra, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso VI do Art. 72 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, TORNAR PUBLICO o resultado da Contratação Direta nas conformidades do artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Objeto:Contratação de Empresa para aluguel de uma prancha carreta para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Recursos Naturais no Município de Afonso Bezerra/RN.

JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

RESULTADO: FRACASSADO.

Apesar da ampla divulgação, **não houve manifestação de interesse por parte de nenhuma pessoa jurídica.** Diante da necessidade da contratação, o Agente de Contratação ratifica a **impossibilidade de competição** para o presente objeto, justificando a adoção da **dispensa de licitação através de Potencial Fornecedor participante da Pesquisa Mercadológica.** Tal medida visa a identificar empresas que já demonstraram capacidade técnica e condições de mercado para prestar os serviços demandados, mesmo que não tenham formalizado interesse na fase de publicidade inicial.

PROPOSTA MENOR PREÇO
Empresa Proponente: BDS EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES, inscrita no CNPJ nº 46.662.551/0001-11, Endereço: Rua Praia do Cajueiro, nº. 25 – Portal de Touros – Touros – RN – CEP 59584-000 Telefone: (84) 99409-7269 – e-mail: brunofelix9126@gmail.com.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	Valor Unit. R$	Valor global R$
	PRANCHA PARA CARRETA, TIPO CARGA, SEMI-REBOQUE, COM CARROCERIA	MÊS	12,00	5.000,00	60.000,00

01	ABERTA E CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 30 TONELADAS. COM COMPRIMENTO DE 19M E LARGURA DE 3M. PLACA MYD1C01, ANO 2021, MODELO 2022, CONFORME LICITADO.				

Fundamentação: contratação direta em razão do valor, de acordo com o Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021.

Empresa vencedora BDS EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES, inscrita no CNPJ nº 46.662.551/0001-11. SAGROU-SE VENCEDOR COM VALOR GLOBAL DE R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

Razão da escolha da proposta: **justificativa do menor preço e** comprovação de atendimento aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme preceitua o art. 72, Incisos V, VI e VII da NLL.

Afonso Bezerra-RN, 04 de julho de 2025.

FÁBIO F. VIANA
Agente de Contratação
Port. 110/2025

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:F1AA6AB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2024

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANGICOS E A EMPRESA CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 12.972.310/0001-57.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES E FUNDAMENTO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN, com sede na Av. Sen. Georgino Avelino, 118, Centro, na cidade de Angicos/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.409/0001-60, neste ato representado(a) pelo Prefeito, Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, brasileiro, casado, portador da Identidade RG: 656.153-ITEP/RN e CPF: 406.644.654-04, residente a Praça José da Penha, 89, Centro, Angicos/RN, CEP: 59.515-000; no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei orgânica municipal.

FORNECEDOR: CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI, com sede a RUA PROFESSORA VILMA BENICIO DE SOUZA Nº 60, ALTO DO GRANJA, Angicos/RN, CEP: 59515-000, inscrita no CNPJ: 12.972.310/0001-57; neste ato representada por FRANCISCO CANINDÉ DE AZEVEDO; CPF: 065.474.034-83, representante legal conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos do processo de origem da contratação.

FUNDAMENTO: O presente aditivo fundamenta-se na Subcláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços nº 017/2024, assinada em 11/07/2024, oriundo da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 008/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 529002/2024, no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO
Constitui objeto do presente a prorrogação da vigência da **Ata de Registro de Preços nº 017/2024**, de forma consensual entre as partes acima qualificadas, com relação aos itens fornecidos pela empresa, nas condições atualmente pactuadas, inclusive com relação aos respectivos valores registrados, durante o período de **27 de junho de 2025 a 27 de junho de 2026**, conforme manifestação expressa do fornecedor em sua anuência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS
Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados; ficando renovadas as quantidades originais registradas na ata, que passa a vigor com a seguinte redação, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0026510 - LOCAÇÃO DE DIARIA DE TENDA TIPO PIRAMIDAL TAMANHO 6X6M: DESCRIÇÃO: TENDA COM OS 04 LADOS, MEDINDA 6 METROS CADA, COM COBERTURA EM LONA EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA, LONA COM ANTI-CHAMA E ANTI-MOFO. ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, COM NO MINIMO 2,20M, DE PÉ DIREITO, A PARTIR DO PISO.	Aluban	Diária	100	250,95	25.095,00
13	0030703 - LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLASTICAS: DESCRIÇÃO: CADEIRAS PLÁSTICA SEM BRAÇO, REFORÇADAS, CAPACIDADE PARA ATE 120 KG.	Topplast	Diária	10.000	3,45	34.500,00
15	0026522 - LOCAÇÃO DE DIARIA DE RADIO COMUNICADOR DIGITAL. DESCRIÇÃO: RÁDIO COMUNICADOR COM ALCANCE DE 5KM, COM NO MÍNIMO 10 CANAIS PRINCIPAIS E 60 SUB-CANAIS COM FONE DE OUVIDO E MICROFONE DE LAPELA, BATERIA RECARREGÁVEL, E CARREGADOR. INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER SOLICITAÇÃO EXPRESSA PELA CONTRATANTE FICA IMPLÍCITO A OBRIGATORIEDADE DO ENCAMINHAMENTO DE TODO MATERIAL PARA O LOCAL DE ENTREGA EM PLENAS CONDIÇÕES DE USO A CONTRATADA.	Interbras	Diária	120	119,90	14.388,00
44	0030730 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EQUIPE DE APOIO - SEGURANÇA: DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EQUIPE ESPECIALIZADA EM EVENTO, CAPACITADA, TREINADA, UNIFORMIZADA E COM EXPERIÊNCIA PARA APOIO EM SERVIÇOS DE REVISTAS, AJUDANDO A MANTER A ORDEM DO SOSSEGO EM EVENTOS COM GRANDE FLUXO DE PUBLICO, DURAÇÃO MAXIMA DE CADA DIARIA É DE ATÉ 06 HORAS.	Ns	Diária	300	248,95	74.685,00

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS E RATIFICAÇÃO
Ratifica-se em todos os termos e condições as demais cláusulas constantes da ata de registro de preços de origem, naquilo que não conflitarem com este Termo, ora a constituir parte complementar daquela.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam este termo eletronicamente, para que produza seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

Angicos/RN, 27 de junho de 2025.

ASSINATURAS:

*Republicado por incorreção

Município De Angicos – CNPJ: 08.085.409/0001-60
MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal
CPF/MF: 406.644.654-04
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

CIA Promoções Eventos E Serviços EIRELI
CNPJ: 12.972.310/0001-57
FRANCISCO CANINDÉ DE AZEVEDO
Socio Administrador
CPF/MF: 065.474.034-83
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:1FB982C5

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2024

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANGICOS E A EMPRESA CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 12.972.310/0001-57.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES E FUNDAMENTO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN, com sede na Av. Sen. Georgino Avelino, 118, Centro, na cidade de Angicos/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.409/0001-60, neste ato representado(a) pelo Prefeito, Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, brasileiro, casado, portador da Identidade RG: 656.153-ITEP/RN e CPF: 406.644.654-04, residente a Praça José da Penha, 89, Centro, Angicos/RN, CEP: 59.515-000; no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei orgânica municipal.

FORNECEDOR: CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI, com sede a RUA PROFESSORA VILMA BENICIO DE SOUZA Nº 60, ALTO DO GRANJA, Angicos/RN, CEP: 59515-000, inscrita no CNPJ: 12.972.310/0001-57; neste ato representada por FRANCISCO CANINDÉ DE AZEVEDO; CPF: 065.474.034-83, representante legal conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos do processo de origem da contratação.

FUNDAMENTO: O presente aditivo fundamenta-se na Subcláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços nº 034/2024, assinada em 29/07/2024, oriundo da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 008/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 529002/2024, no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO
Constitui objeto do presente a prorrogação da vigência da **Ata de Registro de Preços nº 034/2024**, de forma consensual entre as partes acima qualificadas, com relação aos itens fornecidos pela empresa, nas condições atualmente pactuadas, inclusive com relação aos respectivos valores registrados, durante o período de **27 de junho de 2025 a 27 de junho de 2026**, conforme manifestação expressa do fornecedor em sua anuência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS
Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados; ficando renovadas as quantidades originais registradas na ata, que passa a vigor com a seguinte redação, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
19	0030708 - LOCAÇÃO DE DIARIA DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE: DESCRIÇÃO: SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE COMPOSTA MESA DE SOM ANALOGICA COM MÍNIMO DE 24 CANAIS, 02 CAIXAS SUBGRAVES; 04 CAIXAS DE SOM DE MÉDIOS, CABOS E CONECÇÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA, 01 OPERADOR TÉCNICO.	Próprio	Diária	30	2.900,00	87.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS E RATIFICAÇÃO
Ratifica-se em todos os termos e condições as demais cláusulas constantes da ata de registro de preços de origem, naquilo que não conflitarem com este Termo, ora a constituir parte complementar daquela.
E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam este termo eletronicamente, para que produza seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

Angicos/RN, 27 de junho de 2025.

ASSINATURAS:

*Republicado por incorreção

Município De Angicos – CNPJ: 08.085.409/0001-60
MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal
CPF/MF: 406.644.654-04
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

CIA Promoções Eventos e Serviços EIRELI
CNPJ: 12.972.310/0001-57
FRANCISCO CANINDÉ DE AZEVEDO
Socio Administrador
CPF/MF: 065.474.034-83
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:935E21B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 012/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025
PROCESSO Nº 2.464/2025 - VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 13 dias do mês de maio de 2025, o Município de Bom Jesus, por intermédio da Prefeitura municipal, com sede na Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, a Sra. Concebida da Luz Neta Pereira, inscrita no CPF/MF sob o 481.416.904-34, residente e domiciliado na Rua Travessa Luiz Matias, Centro, Bom Jesus/RN;

Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 009/2025, conforme Ata publicada em 03/07/2025 e homologada pela Autoridade Superior;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.003.806/0001-00, com sede na Rua Teófilo Barbosa De Lima, 96 - Centro, Tangara/RN – CEP: 59240-000, aqui representado pelo Sr. Anderson Magno Arruda de Oliveira, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 085.274.894-90, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para locação de estruturas e equipamentos para eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: **ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA**
CNPJ: **15.003.806/0001-00**
Valor total do item: R$3.809.600,00 (três milhões e oitocentos e nove mil e seiscentos reais).

LOTE 01 - INFRAESTRUTURA

Nº	DESCRIÇÃO DO LOTE 01	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**SOM DE GRANDE PORTE**: COM 02 MESAS DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 10 AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 19 CAIXAS TIPO LINE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY; 19 CAIXAS PARA GRAVE MODELO SB 850, 04 AMPLIFICADORES PARA GRAVES DE NO MÍNIMO 5000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 3000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 1000 WALTSRMS CADA, KIT DE MICROFONES PARA BATERIA, 02 MICROFONES SEM FIO, 15 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM O SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS.	DIÁRIA	40	R$ 5.000,00	R$ 200.000,00
2	**SOM PORTE MÉDIO**: 01 (UM) MESA DE 32 CANAIS BROTHERS OU SIMILAR, 01 PROCESSADOR DIGITAL IMPORTANDO, 01SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, 01 PAWERSUPLYFURMANNPL-08, 1 MONITORES TIPO SPPOID IMPORTADOS, SM 400 OU CLAIR BROTHERS OU SIMILAR, 01 AMPLIFICADORES DE 3000 WATS EM CADA PARA OS MONITORES, 01 AMPLIFICADORES DE PHONESBERINGER OITO CANAIS CADA MODELO POWER PLAY OU SIMILIAR, 04 CAIXA DE MÉDIO GRAVE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS, PARA SIDEFILL INDUSTRIALIZADO, 01 MONITOR PARA BATERIA COM NO MÍNIMO DOIS ALTO FALANTES DE 18 COM 800WATTS RMS SB850, 04 CAIXA DE SUBGRAVESSB 850 PARA SIDEFILL, 4 CAIXA TIPO LINEARRAY DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY COM COMPONENTES E IMPORTADOS E INDUSTRIALIZADO PARA SER UTILIZADO NO P.A. LER, 06 MICROFONES CONDENSADORES SHURE OU IMPORTADOS, 8 MICROFONES PARA INSTRUMENTOS SHURE OU IMPORTADOS, 02 MICROFONES SHURE PARA VOZ SHURE OU IMPORTADOS, 04 MICROFONES PARA TONS SHURE OU IMPORTADOS, 01 MICROFONE PARA BUMBO SHURE OU IMPORTADO, 02 MICROFONES SEM FIO DA MARCA SHURE OU IMPORTADO, 10 PEDESTAIS DE MICROFONES EM DIVERSOS TAMANHOS, 8 GARRA DE MICROFONES 30 CABOS XLR, 10 DIRECT BOX PASSIVOS, 10	DIÁRIA	60	R$ 3.000,00	R$ 180.000,00

	CABOS P10 MONO.				
3	**SOM DE PEQUENO PORTE**: ESPECIFICAÇÃO: COM 01 MESA DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 12 CANAIS; AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 04 CAIXAS ATIVA, NO MÍNIMO 3.000RMS CADA; 02 MICROFONES SEM FIO, 04 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM OS SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS.	DIÁRIA	100	R$ 200,00	R$ 20.000,00
4	**MESA PLÁSTICA**: DEVERÁ TER AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MÍNIMAS: -1 MESA PLÁSTICA QUADRADA NA COR BRANCA, MEDINDO 70 X 70 CM, EMPILHÁVEL. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	2.000	R$ 2,00	R$ 4.000,00
5	**CADEIRA PLÁSTICA**: PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA, SEM BRAÇO E CAPACIDADE PARA ATÉ 140KG, EMPILHÁVEL. AS CADEIRAS DEVERÃO POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME NBR 14776:2001	UNIDADE	10.000	R$ 4,80	R$ 48.000,00
6	**PISO PLÁSTICO PARA EVENTOS**: PISO MOLDADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E IMPACTO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE PROTEÇÃO ANTICHAMAS, ENCAIXE INTERTRAVADO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, NA COR GRAFITE . MÓDULO COM ESPESSURA DE 1,8CM. PISO EASYFLOOR.	METROS	20.000	R$ 9,00	R$ 180.000,00
7	**PALCO DE GRANDE PORTE**: MÍNIMO DE 14M DE FRENTE POR 10 M DE FUNDO, MÍNIMO 09 M DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTH-DAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS).	DIÁRIA	40	R$ 6.000,00	R$ 240.000,00
8	**PALCO DE MEDIO PORTE**: MEDINDO 10 METROS DE FRENTE POR 6 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 8 METROS DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTHDAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, BEM COMO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	60	R$ 2.500,00	R$ 150.000,00
9	**PALCO DE PEQUENO PORTE**: 08,00X 06, 00 MT; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PALCO COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 08 (FRENTE) X 06 (FUNDO) METROS, COM PISO DE 0, 50 CM ATÉ 2,20 CM DO SOLO (DEPENDENDO DA NECESSIDADE DA PRODUÇÃO). OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS).	DIÁRIA	100	R$ 1.800,00	R$ 180.000,00
10	**TENDA3X3**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 3M X 3M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	400	R$ 138,00	R$ 55.200,00
11	**TENDA4X4**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 4M X 4M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	400	R$ 156,00	R$ 62.400,00
12	**TENDA5X5**:TENDA PIRAMIDAL, MEDINDO 5M X 5M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50	UNIDADE	500	R$ 204,00	R$102.000,00
13	**BLACK DROP**: MEDINDO 3 METROS X 2 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMINO Q30.	DIÁRIA	60	R$ 293,00	R$ 17.580,00
14	**BLACK DROP**: MEDINDO 3 METROS X 4 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMINO Q30.	DIÁRIA	60	R$ 398,00	R$ 23.880,00
15	**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PALCO MÉDIO PORTE**: COM 16 BEAM 230/7R; 16 PAR LED 15WTS; 08 RIBALTA PIXEL A PIXEL DE 12 W TS; 04 STROBO DE LED, 01MESA DIGITAL COM NO MÍNIMO 07 UNIVERSOS DMX5 C/02 MONITORES DE 21 TOUCH SCREEN ; 04 MINI BRUT DE 04 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS SISTEMAS; 02 MÁQUINA DE FUMAÇA; 01 SISTEMA DE A/C TRIFÁSICO E ATERRADO, COM 01 DIMMER DE 12 CANAIS, 01 OPERADOR TÉCNICO; 01 AUXILIAR TÉCNICO. A RESPONSABILIDADE PELA ART/TRT É DA CONTRATADA	DIÁRIA	60	R$ 3.490,00	R$ 209.400,00
16	**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE PALCO GRANDE PORTE**: COM 22 BEAM POINT 280/10R; 22 BEAM 2307R, 16 BEY-E K10 WASH, 06 MOVINGH SPOT COM CYM E FACA 800W DE LED, 36 PAR LED 15W TS OUTDOOR; 18 RIBALTA PIXEL A PIXEL DE 12 WTS; 12 STROBO RGB DE LED, 12 RIBALTAS P5, 10 COBY OUTDOOR 300W, 12 REFLETORES PAR 64, 02 CANHÃO SEGUIDORES 4400W, 02 MESA DIGITAL COM NO MÍNIMO 07 UNIVERSOS DMX512 COM 02 MONITORES TOCH; 12 CALHA BRUT DE 02 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS; 01 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERCOM COM 04 PONTOS; 03 MÁQUINA DE FUMAÇA 3.000 COM CIRCULADORES; 01 SISTEMA DE A/C TRIFÁSICO E ATERRADO, COM 02 DIMMER DE 12 CANAIS. 01 OPERADOR TÉCNICO; 01 AUXILIAR TÉCNICO. A RESPONSABILIDADE PELA ART/TRT É DA CONTRATADA.	DIÁRIA	40	R$ 4.790,00	R$ 191.600,00
17	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED ALTA P03** OUTDOOR: 6,00M X 3,00M; PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO PARA USO EXTERNO (TIPO OUTDOOR) COM RESOLUÇÃO FÍSICA DE 108 X 108 PIXES, PROCESSADOR DE VÍDEO (DVI, HDMI, VGA, SDI E RCA), SERVIDOR DE VÍDEO, MAIN POWER, BUMPER, CABOS E ACESSÓRIOS. COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA AO VIVO COMPOSTA POR COMPUTADOR OU TABLETE DE BOA QUALIDADE, SERVIDOR UNIVERSAL, MESA DE CORTE, 02 CÂMERAS, CABEAMENTO E OPERADORES NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO, COM COMPUTADOR COMPATÍVEL COM O SISTEMA. CÂMERA DE VÍDEO COM TRIPÉ (COM OPERADOR) – CAPACIDADE MÍNIMA DE GRAVAÇÃO 1080/60P, DESIGNER ERGONÔMICO, LENTE GRANDE ANGULAR COM UMA DISTÂNCIA FOCAL MÍNIMA DE EQUIVALENTE EM 35MM A 28 MILÍMETROS, PERMITINDO ENCAIXAR MAIS PESSOAS E FUNDOS PARA O QUADROS DE NO MÍNIMO 21X ÓPTICO E 50X ZOOM INTELIGENTES QUE PERMITAM CAPTURA DE CENAS DE DIFÍCIL ACESSO, DE UM 1/4.5 DE ASSIM, PROPORCIONANDO IMAGENS NÍTIDAS, MESMO EM SITUAÇÕES DE POUCA LUZ.	DIÁRIA	200	R$ 2.700,00	R$ 540.000,00
18	**GERADOR 180KVA**: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR SILENCIADO 180 KVA. TODO O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DO EQUIPAMENTO, BEM COMO INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, E TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO E MANUSEIO DO EQUIPAMENTO, DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAL DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE QUALIFICADO.	DIÁRIA	100	R$ 1.700,00	R$ 170.000,00
19	**PRATICAVEIS**: TABLADO COM REGULAGEM DE 0,60 CENTIMETRO A 1,0 METROS DE ALTURA, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL E ACABAMENTO EM ESTRUTURA DE ALUMINIO NAS LATERAIS MEDINDO CADA PEÇA 1 METRO X 2 METROS (PRATICÁVEIS) COM ATERRAMENTO	UNIDADE	300	R$ 87,00	R$ 26.100,00
20	**PÓRTICO DE ENTRADA DIMENSÕES**: 10MT DE FRENTE X 4MT DE LARGURA X 6MT DE ALTURA, 06 PÉS, 04 ESPAÇOS 9MT X 1MT PARA 04 BANNERS, ESTRUTURADO EM ALUMÍNIO ADONISADO NA COR FOSCA, ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE SPOTS LIGHT. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	60	R$ 1.899,00	R$ 113.940,00
21	**GRID PARA ILUMINAÇAO GRANDE PORTE:** DIMENSÕES 14M X 10M X 6M DE ALTURA, EM ALUMÍNIO Q30. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	40	R$ 2.000,00	R$ 80.000,00
22	**GRID PARA ILUMINAÇÃO MEDIA**: NAS MEDIDAS DE 10 A 06 DE METROS DE LARGURA POR 06 A 08 DE FUNDO COM PÉ DIREITO DE 08 A 10 METROS DE ALTURA	DIÁRIA	60	R$ 1.700,00	R$ 102.000,00

	TODO EM BOX Q30 E Q 50.				
23	**GRADE DE ISOLAMENTO**: DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2M X 1,30M, EM ALUMÍNIO OU FERRO. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TÉRMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	METROS	20.000	R$ 10,00	R$ 200.000,00
24	**CAMARIM**: EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM FECHAMENTO EM TS MEDINDO 4X4, COM AR CONDICIONADO, ACESSO COM PORTA, 01 TOMADA, 02 SPOTS DE ILUMINAÇÃO.	DIÁRIA	100	R$ 1.125,00	R$ 112.500,00
25	**LOCAÇÃO DE ESTAND**: EM ALUMÍNIO ANONIZADO, COM FECHAMENTO EM TS, COM AR CONDICIONADO, ACESSO COM PORTA, 01 TOMADA, 02 SPOT DE ILUMINAÇÃO.	METROS	2.000	R$ 38,00	R$ 76.000,00
26	**CAMAROTE** COM ACESSIBILIDADE MEDINDO 16 METROS DE FRENTE POR 4 METROS DE FUNDO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO MEDINDO 2,20 X 2,20 X 0,10, REVESTIDO COM MADEIRITE PLASTIFICADO ANTICHAMAS 18MM, APOIADO SOBRE COLUNAS DE 2,20M EM AÇO COM DIÂMETRO 2.7/8" X ¼ DE ESPESSURA, COBERTO COM TOLDO 12 X 12 EM AÇO GALVANIZADO E LONA BRANCA ANTIMOFO E ANTICHAMAS.	DIÁRIA	20	R$ 2.000,00	R$ 40.000,00
27	**TRELIÇAS EM ALUMÍNIO**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TRELIÇAS EM BOX-TRUSS, FORMATO Q30, SENDO EM DURALUMÍNIO, COM PEÇAS DE 0,50M, 1M, 2M, 3M, 4M, SLEEV' S, CUBOS, CANTOS GRAU, PEÇAS CURVADAS, CUMEEIRAS, TALHAS, PARAFUSOS E PORCAS PARA MONTAGEM DOS MAIS DIVERSOS FORMATOS DE ESTRUTURA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNÍCIPIO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DA ESTRUTURA DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR PROPOSTO, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. DEVERÃO SER SEGUIDAS AS NORMAS TÉCNICAS DO CREA/RN E CBM. OBSERVAÇÕES: TODO ATERRAMENTO DEVERÁ SER FEITO SEGUINDO AS NORMAS E DIRETRIZES DO CORPO DE BOMBEIROS E ABNT. DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO. A EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM PROFISSIONAL TÉCNICO DURANTE O EVENTO, PARA EVENTUAIS ACONTECIMENTOS INESPERADOS	METROS	5.000	R$ 20,00	R$ 100.000,00
28	**ARQUIBANCADA**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE MÓDULO DE ARQUIBANCADA, MEDINDO 30M DE LARGURA, COM 06 DEGRAUS, COM INICIO DO PRIMEIRO PISO DE NO MINIMO 1,20M DO NIVEL DO CHÃO, ASSENTOS CONFECCIONADOS EM CHAPAS DOBRADAS E COM REFORÇOS DE SEGURANÇA EM INTERVALOS MAXIMOS DE 20CM, COM ENCAIXES E FIXADORES NOS DEGRAUS COM PINOS OU PARAFUSOS, ESCADAS DE ACESSO COM 2,30M DE LARGURA E ESPELHOS DE DEGRAUS NO MAXIMO 15CM, PARAPEITO E CORRIMÕES NO MINIMO DE 1,10 DE ALTURA E INTERVALOS DE VAOS LIVRES DE NO MAXIMO 15CM COM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO INFORMANDO A CAPACIDADE DE PESSOAS. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	DIÁRIA	20	R$ 3.000,00	R$ 60.000,00
29	**PLACAS DE FECHAMENTO**; DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PLACAS DE FECHAMENTO, EM ESTRUTURA METÁLICA DE FERROU OU ALUMÍNIO ONDULADO DE 12MM, COM MOLDURA EM FERRO CANTONEIRA, TIPO L OU U, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,20M DE COMPRIMENTO POR 2,20M DE ALTURA. COM GARRAS PARA FIXAÇÃO ENTRE ABAS E PÉS PARA FIXAÇÃO AO SOLO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM. OBS: A ART DEVERÁ SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	METROS	4.000	R$ 8,00	R$ 32.000,00
30	**LOCAÇÃO DE PAVILHÃO**: EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO OU ALUMÍNIO, PÉ DIREITO DE 03 A 05 METROS DE ALTURA, COBERTURA EM LONA ANTICHAMA, MODELO 02 AGUAS.	METROS	5.000	R$ 20,00	R$ 100.000,00
31	**BARRICADA DE ALUMINIO – 1M X 1M** - LEVE, RESISTENTE À CORROSÃO, COM BASE ANTIDERRAPANTE E ACABAMENTO VISÍVEL PARA SINALIZAÇÃO.	METROS	5.000	R$ 10,00	R$ 50.000,00

LOTE 02 – BANHEIROS QUIMÍCOS

Nº	DESCRIÇÃO DO LOTE 02	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**BANHEIROS QUÍMICOS**: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM DENSIDADE, RESISTENTE, TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 M DE ALTURA INTERIOR, 1,20M DE PROFUNDIDADE, 1,20M DE LARGURA E 0,5M DE ALTURA DO ASSENTO, COM A ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180º, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIÊNICO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	800	R$ 129,00	R$ 103.200,00
02	**BANHEIROS QUÍMICOS PNE**: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, PROJETADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, INCLUINDO CADEIRANTES, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM DENSIDADE, RESISTENTE, TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, COM A ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180º, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIÊNICO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	UNIDADE	200	R$ 199,00	R$ 39.800,00

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.
2.2. São participantes todos as Secretarias do município.
2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
2.3.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada lote da Ata.
2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme Lei Federal nº 14.133/2021

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
3.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata, desde que o prazo total de vigência, esteja conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on-line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO
8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
9.1. A Contratada obriga-se a:
9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;
9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
9.2. A Contratante obriga-se a:
9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO
10.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 12º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021
10.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
10.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta - corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
11.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto nº 3.555, de 2000, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
12.1.2. Apresentar documentação falsa;
12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
12.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
12.1.6. Cometer fraude fiscal;

12.1.7. Fizer declaração falsa;
12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: c. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante; d. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 3.555, de 2000, a Contratada que, no decorrer da contratação:
12.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
12.3.2. Apresentar documentação falsa;
12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
12.3.4. Cometer fraude fiscal;
12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.
12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: e. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
a. Multa:
a.1. Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;
a.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, pelo prazo de até dois anos;
b.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
c. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
12.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
12.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/21, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
13.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/2025 e a proposta da empresa.
13.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto n° 3.555, de 2000, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei Federal nº 14.133, de 2021, subsidiariamente.
13.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o Foro da Comarca de Macaíba/RN, com exclusão de qualquer outro.

Bom Jesus/RN, 04 de julho de 2025.

CONCEBIDA DA LUZ NETA PEREIRA
CPF: 481.416.904-34
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Bom Jesus/RN
Representante do Órgão Gerenciador

ANDERSON MAGNO ARRUDA DE OLIVEIRA
CPF: 085.274.894-90
Representante:
Anderson M A de Oliveira LTDA
CNPJ: 15.003.806/0001-00
Representante da Empresa

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:972B8293

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0885/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0885/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002- 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF – 4F92			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Dijonas José dos Santos, do Hospital do Seridó, para o Hospital do Coração, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:00AC0C1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0886/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0886/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198920-0			
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLC – 1I84			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Ana Heloisa Medeiros de Lima, para realizar atendimento no SARAH, em Fortaleza/CE, no dia 23/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Fortaleza/CE**	**23/06/2025**	**R$ 110,00**	**R$ 110,00**

Importa a quantia de R$ 110,00 (Cento e Dez Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:764E01EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0887/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0887/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 1 (um) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**JADSON DA SILVA PEREIRA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1993356-2			
DOCUMENTOS:	CPF: 036.xxx.xxx-43			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:20 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C52			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisco Rosaldo dos Santos, para realizar exame no CECAN, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B56E4FB1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0888/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0888/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198815			
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C22			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Nicolas Eduardo da Silva Lima, Para a Casa de Apoio Kaks, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:67C1891C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0891/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0891/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	14687			
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	15:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Mayara Moreira Costa, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 23/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:F5ECC005

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0894/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0894/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**VIVALDO GARCIA DE MEDEIROS**	
CARGO:	MOTORISTA	
MATRÍCULA:	1994530	
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-53	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde	
HORÁRIO DE SAÍDA:	10:30 horas	

TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQG – 9H84
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Itayane Dantas dos Santos, para realizar exame na Liga, em Currais Novos/RN, no dia 24/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	**Currais Novos/RN**	**24/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:76C68F4E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0899/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0899/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**RONEY COSTA DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15499			
DOCUMENTOS:	CPF: 829.xxx.xxx-49			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQG – 5B42			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Maria de Fatima Araújo, para realizar consulta na CECAN, em Natal/RN, no dia 25/06/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25/06/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 25 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:58E29035

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0902/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0902/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**VIVALDO GARCIA DE MEDEIROS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1994530
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-53
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQG – 9H84
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Maria Gorete da Nobrega, para realizar exame na Liga, em Currais Novos/RN, no dia 26/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Currais Novos/RN	26/06/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 26 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:92A197FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0903/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0903/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQL – 9B81
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Cleide Costa da Silva, para realizar atendimento no HUOL, em Natal/RN, no dia 26/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	26/06/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 26 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:ECDC9BBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0904/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0904/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	0509966
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	10:20 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**POLO SLC – 1184**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Manoel Aguia do Nascimento, na Casa de Apoio Kaks, em Natal/RN, no dia 26/06/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	26/06/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 26 de junho de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2F0ED6A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por meio do Setor de Contratações, realizará Dispensa, com critério de julgamento *MENOR PREÇO POR ITEM***,** na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Municipal Ordinária nº 1.392, de 24 de março de 2023, e demais normas aplicáveis. Com isso, informa que estará recebendo propostas adicionais para a seleção da proposta mais vantajosa.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: compraspmcaraubas@gmail.com.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto do presente procedimento é a contratação de pessoa jurídica especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado instalados na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caraúbas/RN e suas unidades vinculadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

A participação na presente dispensa ocorrerá por meio de envio de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação no e-mail oficial do Setor de Compras, no endereço eletrônico: *compraspmcaraubas@gmail.com*, ou protocoladas na Sede dessa Administração Pública, no endereço: Praça Cel. Reinaldo Pimenta, nº 104, Centro, Caraúbas/RN, CEP nº 59.780-000.

Os atos serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte/FEMURN.

O Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte/FEMURN poderá ser acessado pelo sítio eletrônico: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente no e-mail, não cabendo ao órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de envio indevido dos documentos, ainda que por terceiros não autorizados.

Para o objeto, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

que se enquadrem nas seguintes vedações:

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta, na forma deste item.

O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, por meio do e-mail oficial do Setor de Compras ou à Sede dessa Administração Pública, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data estabelecida para o envio.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

A proposta deverá conter informações de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

Encerrada a data limite do recebimento de Propostas, quando as propostas do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o setor designado para a contratação direta poderá negociar condições mais vantajosas.

4.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

4.1.2. Poderá, a critério da Administração, ser realizada negociação com os fornecedores que participaram da etapa de pesquisa de preços direta, conforme disposto do inciso IV, art. 23, da Lei nº 14.133/21, mesmo que estes tenham ofertados preços acima do melhor apresentado após término de prazo previsto neste instrumento, a fim de se obter a proposta economicamente mais vantajosa para a Administração.

4.1.2.1. Caso a negociação, conforme item anterior, apresente preços mais vantajosos, o fornecedor deverá ser selecionado e solicitado para o envio da proposta adequada ao valor negociado.

4.1.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio de e-mail, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado nos autos do processo de contratação.

Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

Encerrada a etapa de negociação, se houver, o setor designado para a contratação direta verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

apresentar preços inexequíveis;

não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que não haja majoração do preço.

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

Os *documentos a serem exigidos para fins de habilitação*, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021,** *constam a seguir* e *serão solicitados do fornecedor mais bem classificado nas propostas.*

5.1.1. Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.1.2. Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.1.3. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.1.4. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.1.5. Fica estabelecido que poderão ser apresentadas declarações complementares, quando necessárias, no campo específico do Termo de Referência, o qual se encontra como anexo a este aviso. Tais declarações visam complementar as informações e requisitos dispostos no referido documento, sendo consideradas parte integrante do processo e sujeitas às condições aqui estabelecidas.

5.1.6. Previamente à análise da documentação de habilitação, far-se-á consulta para verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário) ao seguinte cadastro: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/;

5.1.7. Cédula de Identidade do(s) titular(es) ou de um do(s) sócio(s) que exerça(am) a função de administrador da empresa;

5.1.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

5.1.10. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, no caso de sociedades comerciais;

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais e Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Qualificação Econômico-financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

A habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos enviados via e-mail ou protocolados na Sede dessa Administração Pública.

É exclusivamente dever do fornecedor apresentar a documentação que esteja vigente na data limite para recebimento das propostas, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do e-mail, sob pena de inabilitação.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

CONTRATAÇÃO

Após a Autorização, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O vencedor terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato* ***OU*** *aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização),* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do vencedor e aceita pela Administração.

O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor vencedor, implica o reconhecimento de que:

a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
republicar o presente aviso com uma nova data;
valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização dos procedimento na data limite para o recebimento das Propostas e demais documentos, os atos será automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação em contrário.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência;

Caraúbas/RN, 04 de julho de 2025.

ANTONIA EVERLANE BRAGA RODRIGUES
Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN
Autoridade Competente

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO
1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado instalados na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caraúbas/RN e suas unidades vinculadas.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
1	MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 9.000 BTU'S COM EVENTUAL TROCA DE PEÇAS.	SERVIÇO	85		
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 12.000 BTU'S COM EVENTUAL TROCA DE PEÇAS.	SERVIÇO	89		
3	MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 18.000 BTU'S COM EVENTUAL TROCA DE PEÇAS.	SERVIÇO	06		
4	MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 24.000 BTU'S COM EVENTUAL TROCA DE PEÇAS.	SERVIÇO	02		
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 BTU'S COM EVENTUAL TROCA DE PEÇAS.	SERVIÇO	0		

JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
2.1. A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, visa atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Caraúbas/RN. O pleno funcionamento desses equipamentos é essencial para garantir ambientes adequados de trabalho e atendimento à população, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados.
2.2. A Secretaria Municipal de Saúde de Caraúbas/RN possui em sua estrutura física diversos equipamentos de ar-condicionado instalados em setores administrativos, unidades básicas de saúde, postos de atendimento, farmácia central, centro de especialidades e demais espaços vinculados ao sistema municipal de saúde. Esses equipamentos são fundamentais para garantir um ambiente adequado ao atendimento à população, bem como para assegurar condições apropriadas de trabalho aos profissionais da saúde.
2.3. Considerando a utilização contínua desses aparelhos, é indispensável a realização de manutenções preventivas e corretivas de forma periódica, a fim de garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, evitar falhas inesperadas e prolongar sua vida útil.
2.4. A manutenção preventiva contribui para o bom desempenho dos sistemas, reduz o consumo de energia elétrica e previne o acúmulo de sujeiras e microrganismos que podem comprometer a qualidade do ar nos ambientes de saúde. Já a manutenção corretiva se faz necessária sempre que ocorrerem falhas ou paradas nos equipamentos, exigindo reparos técnicos que devem ser executados com agilidade e precisão.
2.5. A contratação de uma empresa especializada nesse tipo de serviço é essencial para assegurar que as manutenções sejam realizadas de acordo com as normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente considerando os critérios estabelecidos pela ANVISA e órgãos de vigilância sanitária. Além disso, empresas do ramo possuem mão de obra qualificada, ferramentas adequadas e capacidade de emitir relatórios técnicos e atestados de execução dos serviços, garantindo maior segurança e controle sobre as condições dos equipamentos.
2.6. A não realização desses serviços compromete diretamente a qualidade dos atendimentos prestados à população, pode ocasionar prejuízos financeiros com trocas prematuras de equipamentos, além de representar riscos à saúde de pacientes e servidores.
2.7. Dessa forma, a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado é medida imprescindível para a continuidade e a eficiência dos serviços de saúde no município de Caraúbas/RN.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
3.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois, conforme prevê o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/21, a classificação do bem ou o serviço será comum quando os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
3.3. O objeto desta contratação se enquadra como serviço contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal, conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 22/2024.

4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO
4.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21 e em consonância com o Decreto Municipal nº 22/2024.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
5.1. Este termo de referência foi elaborado em conformidade com o que determina o inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/21.

5.2. O procedimento licitatório obedecerá às disposições da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06, bem como a Lei Ordinária Municipal nº 1.392/23 e Decreto Municipal nº 22/2024.
5.3. Os quantitativos especificados necessários foram baseados em dados concretos, conforme expresso no item 5 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), visando assegurar a prestação dos serviços às reais necessidades da Unidade Administrativa, proporcionando um serviço de manutenção preventiva e corretiva nas centrais de ar-condicionado das unidades escolares e demais demandas crescentes e alinhadas ao atendimento da população, conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Caraúbas/RN.
5.4. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual. As justificativas estão constadas em campo específico do Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
7.1. Sustentabilidade;
7.1.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, estabelecidas na Lei nº 14.133/21, o presente Termo de Referência observará também a Lei nº 12.305, de2 de agosto de 2010, bem como os seguintes critérios elencados na instrução normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
7.2. Subcontratação;
7.2.1. Não será permitida a subcontratação.
7.3. Garantia da Contratação;
7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:
7.3.1.1. Primeiro, não há complexidade na presente ***contratação direta*** e execução do objeto será em conformidade com a demanda da administração;
7.3.1.2. Segundo, a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
7.3.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.
7.4. Da vistoria;
7.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO
8.1. Condições de execução;
8.1.1. O início da execução do objeto é de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com a necessidade de consumo, até a quantidade limite.
8.2. Local da prestação dos serviços;
8.2.1. Os serviços serão prestados no município de Caraúbas/RN, conforme locais a serem estabelecidos pela contratante.
8.2.2. As datas e horários da prestação serão estabelecidos pela contratante.
8.2.2.1. Os horários de realizações dos serviços poderão sofrer alterações conforme as necessidades, desde que acordado entre as partes.

9. GESTÃO DO CONTRATO
9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
9.6. Fiscalização.
9.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
9.6.2. Fiscalização Técnica;
9.6.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
9.6.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
9.6.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
9.6.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
9.6.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
9.6.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
9.6.3. Fiscalização Administrativa;
9.6.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.6.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.6.4. Gestor do Contrato;

9.6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

9.6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Recebimento:

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo definido no contrato, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

10.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.1.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.1.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.1.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

10.1.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.1.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.1.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo definido no contrato, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.1.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.1.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.1.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.1.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.1.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.1.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
10.1.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação:

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do art. 6º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme estabelecido no §2º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.2.3. Para fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato, conforme estabelecido no §1º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
10.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.3. Prazo de pagamento:

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

10.4. Forma de Pagamento:

10.4.1. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme dispõe o art. 7º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.4.1.1. A eventual perda das condições de que trata o item anterior não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração, conforme §1º, art. 7º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.4.1.2. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, conforme §2º, art. 7º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.4.1.3. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa, conforme §3º, art. 7º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.4.1.4. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme §4º, art. 7º do Decreto Municipal nº 138, de 29 de dezembro de 2022.
10.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Antecipação de pagamento:

10.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10.6. Cessão de crédito:

10.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
10.6.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
10.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
10.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de

pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
10.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.
10.7. Das demais condições do Pagamento:
10.7.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada das provas de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, do Certificado de Regularidade do FGTS.
10.7.2. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO
11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:
11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA, sob a forma PRESENCIAL, conforme inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21.
11.2. Regime de Execução:
11.2.1. O regime de execução do contrato será de forma continuada.
11.3. Exigências de habilitação:
11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o futuro CONTRATO comprovar os seguintes requisitos:
11.3.1.1. Previamente à análise da documentação de habilitação, o setor competente fará consulta para verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário) ao seguinte cadastro:
11.3.1.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas da União – TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
11.3.2. Habilitação Jurídica:
11.3.2.1. Cédula de Identidade do(s) titular(es) ou de um do(s) sócio(s) que exerça(am) a função de administrador da empresa.
11.3.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, quais sejam:
11.3.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
11.3.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
11.3.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
11.3.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
11.3.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
11.3.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
11.3.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
11.3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:
11.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
11.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
11.3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
11.3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
11.3.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais e Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
11.3.3.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
11.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:
11.3.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
11.3.4.1.1. A emissão deve ser com data de até 90 dias anteriores a data de abertura dos envelopes ou da data de vigência especificada na certidão.
11.3.5. Qualificação técnica:
11.3.5.1. Apresentar declaração de que o licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade mista, deste órgão celebrante.
11.3.5.2. Apresentar declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
11.3.5.3. Apresentar declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
12.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 36.222,16 (trinta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos)
12.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
12.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
12.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
12.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos nos Orçamentos Geral Municipal e Geral da União.
13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Unidade Orçamentária: 09.001 – Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2026- Manutenção e Estruturação dos Serviços do Laboratório Municipal de Análises Clínica
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16350000 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde – Lei n°12.858/2013.

Ação: 2102- Ações de Média e Alta Complexidade: Implantação e Manutenção
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16350000 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde – Lei n°12.858/2013.

Ação: 2122- Ação para Atenção Espec. em Reabilitação dos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Ação: 2138 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Ação: 2141-Manutenção do Custeio da Atenção à Saúde Bucal – CEO e Prótese Dentária
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16350000 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde – Lei n°12.858/2013.

Ação: 2142 - Implantação e Manutenção de Polo de Academia de Saúde
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Ação: 2159 - Ações de Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção básica em saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 - Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 26003120 - Transferência da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.

Ação: 2160 - Ações de Incremento temporário do limite Financeiro do MAC.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Ação: 2161 – Ações da Atenção Básica Prisional
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Ação: 2162 - Ações da Rede Saúde Mental (RSME):
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Ação: 2166 – Incentivo Financeiro da APS – Captação Ponderada

Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 15001002- Recursos Não Vinculados De Impostos – Despesas Com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16000000 Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 16350000 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde – Lei n°12.858/2013.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Obrigações da Contratante:

14.1.1. Fornecer a contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitadas para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;
14.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
14.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
14.1.4. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
14.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
14.1.6. Pagar à Contratada o valor resultante da realização dos serviços, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
14.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

14.2. Obrigações da Contratada:

14.2.1. Efetuar a realização do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
14.2.2. Entregar o objeto sem uso e que estejam em linha de produção, vedado o uso de material improvisado, de peças adaptadas ou recondicionadas, juntamente com os respectivos manuais de operação em língua portuguesa impressos e/ou em mídias eletrônicas.
14.2.3. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da realização do serviço, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a realização do objeto.
14.2.3. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
14.2.4. Custear todos os encargos inclusive impostos, taxas e emolumentos, encargos técnicos, trabalhistas e previdenciários que incidirem sobre o objeto contratado.
14.2.5. O funcionário designado para realizar os serviços deverá ter conhecimentos específicos e portar matérias em perfeito estado de funcionamento para garantir uma melhor qualidade.
14.2.6. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações dos serviços, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
14.2.7. Dispor de tempo suficiente para garantir o fornecimento sem interrupção.
14.2.8. Relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação dos serviços.
14.2.9. Manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que forem solicitados os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista.
14.2.10. Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.
14.2.11. Manter, em compatibilidade com o compromisso a ser assumido todas as condições de habilitação e de qualificação dos serviços na licitação.
14.2.12.A empresa contratada deverá informar o preposto.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
15.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações contidas no disposto do Art. 155 da Lei nº 14.133/21.
16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1. as sanções contidas no disposto do Art. 156 da Lei nº 14.133/21.

17. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que haja as devidas justificativas.
17.2. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme previsto no Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

18. DO FORO

18.1. Para a solução de qualquer pendência oriunda da execução do contrato não resolvida na esfera administrativa, será escolhido o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, renunciando a qualquer outro ainda que privilegiado.
Atenciosamente,

JOSÉ PAULINO DE MACÊDO NETO
Subsecretário Administrativo
Portaria SEG nº 021/2025-GP
Responsável pelo Termo de Referência

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:CDEBC457

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE CONTRATO N°001 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 218028/2025.

O MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, sediado na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, a **Sra. ANTONIA EVERLANE BRAGA RODRIGUES**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade sob n° 001.528.750-ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 022.493.054-04, residente na Rua Olindo Gurgel, Sebastião Maltez Fernandes, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a empresa **CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ nº 02.800.122/0001-98**, sediada na rua São José, n° 1523, Lagoa Nova, Natal-RN neste ato representada por **JOSE BEZERRA DE ARAÚJO** portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 81.474 e inscrito no CPF sob nº 019.888.674-87, doravante designado **CONTRATADO,** conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 218028/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 007/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de dietas enterais, suplementos e módulos destinados às ordens judiciais e demanda espontânea de pacientes que necessitam de terapia nutricional enteral domiciliar em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caraúbas/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
03	Suplemento alimentar com fórmula hiperprotéica (20g de proteína em 200ml), acrescido de Prolina e Arginina em sua composição, além de nutrientes importantes como Zinco, Selênio, Vitamina A, C e E, que auxiliam no processo de cicatrização. Não possui adição de sacarose e não contém glúten. Este produto não é isento delactose. Embalagem/apresentação: unidade de 200 ml Produto de referência/equivalente/similar ou de melhor qualidade: Novasource Proline	CUBITAN/ DANONE	UND	1.500	R$ 18,00	R$27.000,00
05	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses de idade com probióticos. Soro de leite desmineralizado, leite desnatado, maltodextrina, oleína de palma, galacto-oligossacarídeos, óleo de palmiste, óleo de canola com baixo teor erúcico, óleo de milho, minerais (citrato de cálcio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, fosfato de sódio dibásico, cloreto de potássio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, citrato de potássio, sulfato de manganês, iodeto de potássio, selenato de sódio), fruto-oligossacarídeos, vitaminas (L-ascorbato de sódio, mio-inositol, acetato de DL-alfa-tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, tiamina mononitrato, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, riboflavina, ácido N-pteroil-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, colecalciferol e cianocobalamina), taurina, L-carnitina, emulsificante lecitina de soja e reguladores de acidez hidróxido de potássio e ácido cítrico. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVDOS DE SOJA, CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN *Fonte proteica Embalagem/apresentação de 800G. Produto de referência/equivalente/similar ou de melhor qualidade: Nestogeno 1	APTAMIL 1 800G/ DANONE	UND	50	R$ 56,62	R$ 2.831,00
06	Fórmula infantil para lactentes de 6 a 12 meses de idade com probióticos. Soro de leite desmineralizado, leite desnatado, maltodextrina, oleína de palma, galacto-oligossacarídeos, óleo de palmiste, óleo de canola com baixo teor erúcico, óleo de milho, minerais (citrato de cálcio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, fosfato de sódio dibásico, cloreto de potássio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, citrato de potássio, sulfato de manganês, iodeto de potássio, selenato de sódio), fruto-oligossacarídeos, vitaminas (L-ascorbato de sódio, mio-inositol, acetato de DL-alfa-tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, tiamina mononitrato, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, riboflavina, ácido N-pteroil-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, colecalciferol e cianocobalamina), taurina, L-carnitina, emulsificante lecitina de soja e reguladores de acidez hidróxido de potássio e ácido cítrico. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVDOS DE SOJA, CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN *Fonte proteica Embalagem/apresentação de 800G. Produto de referência/equivalente/similar ou de melhor qualidade: Nestogeno 2	APTAMIL 2 800G/ DANONE	LATA	50	R$ 57,85	R$ 2.892,50
VALOR TOTAL						**R$ 32.723,50**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal, conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 022/2024.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R$$ 32.723,50 (trinta e dois mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2102 – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO
Despesa: 3.3.90.32 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
Fonte de Recurso: 15001002 – recursos não vinculados de impostos – despesas com ações e serviços públicos de saúde
AÇÃO: 2137 – MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 15000000 – recursos não vinculados de impostos – despesas com ações e serviços públicos de saúde
AÇÃO: 2143 – PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA
Despesa: 3.3.90.32 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
Fonte de Recurso: 15001002 – recursos não vinculados de impostos – despesas com ações e serviços públicos de saúde
AÇÃO: 2160 – INCREMENTO TEMPORÁRIO DO LIMITE FINANCEIRO DO MAC
Despesa: 3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso: 16000000 – Trans. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Despesa: 3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso: 26000000 – Trans. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Governo Federal – Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Caraúbas/RN, 04 de julho de 2025.

Fundo Municipal De Saúde Do Município De Caraúbas/RN	Cirurgica Bezerra Distribuidora LTDA
ANTONIA EVERLANE BRAGA RODRIGUES	***JOSE BEZERRA DE ARAÚJO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

MARIA MICAELLY SAMARA PEREIRA
Portaria Seg N°300/2025-GP
Secretaria Municipal da Saúde
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6D8112F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2025 CMDCA CERRO CORÁ/RN

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2025 CMDCA CERRO CORÁ/RN
PARA OSCS E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS COM ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE CERRO CORÁ/RN

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA/ Cerro Corá/RN, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na Lei Municipal nº 977 de 13 de março de 2023, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Cerro Corá, conforme deliberação da plenária realizada em, 10 de junho de 2025 e

Considerando, a Lei Federal nº 8069/90 ECA e, a Lei Municipal nº 977 de 13 de março de 2023, que dispõe sobre a criação do CMDCA/ Cerro Corá e a criação do FIA/ Cerro Corá;

Considerando a Lei Municipal nº 977/2023, que regulamenta o Fundo Especial para a criança e Adolescente no município de Cerro Corá/RN.

Considerando, o Marco regulatório das organizações da sociedade civil – Lei 13.019/2014 que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o poder público.

Considerando a necessidade de desenvolvimento de projetos que deverão ser aprovados pelo CMDCA/ Cerro Corá, bem como o funcionamento e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que disciplina a Forma para Seleção de Projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA/Cerro Corá/RN nos exercícios de 2025;

Considerando que O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) estabeleceu, em sua Resolução 137/2010, artigo 15 que a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos.

Considerando o Diagnóstico Situacional 001/2025 de 15 de maio de 2025, elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cerro Corá/RN.

RESOLVE:

Artigo 1° - Estabelecer procedimentos e realizar processo de análise e seleção de Projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cerro Corá/RN e que estejam em consonância com os eixos de ação do CMDCA/ Cerro Corá – RN.

Artigo 2º - Prevalecer dos princípios e das diretrizes da lei 13.019/2014, através da participação social, fortalecimento da sociedade civil e transparência na aplicação dos recursos, observando os fundamentos da gestão pública democrática e os princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia.

CAPITULO I – MODALIDADES

Artigo 3º - Poderão ser inscritas no chamamento público 001/2025, propostas para fortalecimento da rede de proteção, nas seguintes modalidades:

- Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, de políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, comtemplando ações de garantias de seus direitos;

- Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

- Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§1º Os projetos submetidos à análise na modalidade IIV deverão contemplar ações direcionadas aos art. 1º ao 4º da lei nº 8.069/90.

Artigo 4° - Os projetos submetidos a presente seleção poderão indicar, dentre os eixos previstos no chamamento público 001/2025, contemplando ações que visem:

Fortalecer a primeira Infância no município.

· Enfrentar ou prevenir problemas (violências e violações de direitos, doenças psicossomáticas) que dificultam a trajetória escolar e social de crianças e adolescentes principalmente os decorrentes da COVID-19.

Ampliar o acesso das crianças e adolescentes à cultura, à arte, ao esporte, ao lazer, à ciência e à tecnologia, criando oportunidades de aprendizagem que promovam seu desenvolvimento integral e/ou potencializem seu desempenho, oficinas/cursos profissionalizantes e acesso escolar.

Atuar em perspectiva Intersetorial, articulando e integrando ações da área educacional com ações da assistência social, da saúde, da cultura, do esporte e da segurança, para criar condições que favoreçam a inclusão, a permanência e o bom desempenho das crianças e adolescentes na escola.

Mobilizar e apoiar ações da sociedade civil e das famílias que tenham como objetivo proteger e promover direitos das crianças e adolescentes, favorecendo a sua inclusão, permanência e desenvolvimento na escola.

Mobilizar e apoiar o envolvimento e o protagonismo das próprias crianças e adolescentes em atividades voltadas à promoção da convivência democrática e à prevenção de violências no interior e no entorno das escolas e das comunidades locais.

Colaborar para a construção de políticas pedagógicas e políticas que fomentem e monitorem a implementação e atendimento a adolescentes egressos que cumprem medidas sócias educativas em meio aberto.

CAPITULO II – DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO TECNICA

Artigo 5º - Os projetos deverão ser apresentados por organizações não governamentais e governamentais, no âmbito do município, que estejam de acordo com os requisitos de habilitação do artigo 8º do presente edital onde terão prioridade de atendimento as organizações não governamentais por não disporem de orçamento próprio para funcionamento.

SEÇÃO I – DO RECEBIMENTO DE PROJETOS

Artigo 6º Os projetos deverão ser apresentados individualmente, optando por uma área, ressaltando que os projetos devem beneficiar exclusivamente crianças e adolescentes pertencentes ao município de Cerro Corá com a garantia de direitos previstos no art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do ECA.

Artigo 7º - O período de recebimento de inscrição dos projetos será de **07 a 18 de julho de 2025.** no CMDCA/Cerro Corá (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), situado à Rua Paulo Herôncio, nº 83, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Cerro Corá/RN, ficando o período antes do recebimento reservado a possíveis duvidas que surgirem por parte do proponente.

SEÇÃO II – DA HABILITAÇÃO JURIDICA

Artigo 8º- O Projeto no ato de sua entrega deverá ser acompanhado de:

§1º DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I– Ata da eleição da diretoria em exercício averbada em cartório; II – Oficio encaminhando o projeto ao Presidente do CMDCA;
III – Projeto no modelo padrão FIA Cerro Corá/RN (modelo anexo)
IV - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
V – Estatuto em vigor e Ata de Fundação, devendo constar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objetivo deste edital;
VI – Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais, INSS e dívida ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal, Certidão Débitos trabalhistas, Certidão FGTS, Certidão Estadual e Certidão Municipal;
VII– Declaração que não possui nenhum impeditivo de participar do Certame no Município;
VIII – Relação da diretoria com número de CPF, RG e endereço;
IX - Cópias de identidade, CPF e comprovante de residência do Presidente da entidade e do tesoureiro.
X – Comprovante de conta bancária pública para recebimento dos recursos (após a aprovação do projeto).
XI -Comprovação de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPITULO III – DOS RECURSOS DESTINADOS

Artigo 9º - Serão disponibilizados no presente edital valores para execução de 02 (dois) projetos, nos valores e temáticas abaixo expostos:

PROJETO A (R$ 15.000,00) – temática predominante: cultura e ações de profissionalização. Atividades a serem desenvolvidas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social do bairro Tancredo Neves;
PROJETO B (R$ 15.000,00) – temática predominante: esporte e lazer. Atividades a serem desenvolvidas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social do bairro Tancredo Neves.

Parágrafo Único: O valor do financiamento das políticas públicas contidas neste edital, será destinado para Projetos que comtemplem à educação, à profissionalização, o esporte, à cultura, à dignidade, o respeito e à liberdade da criança e do adolescente que residem obrigatoriamente no Bairro Tancredo Neves, zona urbana do município de Cerro Cora/RN.

CAPITULO IV – CRITERIOS DE AVALIAÇÃO E ANALISE DOS PROJETOS SEÇÃO I – COMISSÃO DE ANÁLISE
Artigo 10º- A comissão de análise de projetos será composta pelos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo-se a representação paritária.

§ 1º - Mediante solicitação do presidente do CMDCA, este poderá reunir-se extraordinariamente, para deliberar sobre os projetos e antecipar a divulgação da aprovação dos projetos.

§ 2º - Ficará a critério do CMDCA, avaliar e emitir parecer que esclareça a qualquer reclame encaminhado pelos proponentes, quanto a aprovação ou reprovação dos projetos a ele encaminhado. Tais contestações deverão ser encaminhadas por escrito em até 48 horas após a publicação.

§ 3° - É de responsabilidade do CMDCA/Cerro Corá, avaliar todo e qualquer material de divulgação dos projetos aprovados.

SEÇÃO II – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 11 - Para avaliação das propostas apresentadas, o CMDCA observará os seguintes critérios:

I. Estar de acordo com os princípios deste edital;
- Estar em consonância com a legislação relacionada à criança e ao adolescente;
- Os projetos serão avaliados a partir dos itens abaixo elencados, com a indicação do conceito de 1,0 (um) a 5,0 (cinco) pontos para cada item:

1. Consonância do projeto com a legislação relacionada à promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. Clareza e coerência entre a justificativa, os objetivos e as metas propostos no Projeto, tanto nos seus aspectos quantitativos, quanto qualitativos;
Prioridade para projetos que promovam a participação de crianças e adolescentes quando couber, bem como estimulem a redução das desigualdades, a equidade de raça, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de inclusão de pessoas com deficiência;
4. Impacto da ação e viabilidade: os projetos devem promover resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das crianças e adolescentes das comunidades atendidas; Priorização de crianças e adolescentes mais vulneráveis, com poucas alternativas de atendimento ou em cumprimento de medidas sócio educativas;
5. Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para execução do projeto;
Adequação e detalhamento da metodologia quanto a abordagem pedagógica, público- alvo, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;
Proposta de monitoramento e avaliação de resultados;
Envolvimento das famílias das crianças e adolescentes nos projetos de atendimento;
Adequação do orçamento, coerência entre os valores solicitados, seus objetivos e metas.

Artigo 12 - Os projetos serão considerados aprovados pela plenária do conselho observando-se o critério de notas e caso hajam propostas semelhantes terão prioridades aqueles que não foram comtemplados em edições anteriores e que apresentem capacidade técnica.

CAPITULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 13 - Os projetos habilitados serão publicados no Diário Oficial do Município e os repasses aconteceram mediante transferências bancarias.

Artigo 14 - O CMDCA/Cerro Corá divulgará em até 15 (quinze) dias do término do prazo da apresentação dos projetos o resultado da análise feita pelo CMDCA, discorrendo após a publicação de resultado o prazo para empenho.

Artigo 15 - Os Projetos deverão preencher, obrigatoriamente, os itens descritos: formulário de inscrição do Projeto e Projeto para concorrer ao Edital do FIA. ANEXO

Artigo 16 - As crianças e adolescentes (público-alvo) beneficiárias dos projetos deverão, prioritariamente, pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes no bairro Tancredo Neves, município de Cerro Corá/RN, conforme diagnóstico situacional emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que identificou essa localidade como de maior incidência de violações de direitos.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver demanda suficiente desse público para o preenchimento integral das vagas ofertadas, será permitida a inclusão de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social oriundos de outros bairros do município.

Artigo 17 - A inclusão no projeto para aquisição de material permanente será admitida desde que relacionada no projeto em consonância com as atividades fins, sob prévia aprovação e fiscalização do CMDCA.

§ 1º - Considera-se atividade afins aquelas atividades interventivas e imprescindíveis para alcançar os objetivos (gerais e específicos) expressos no projeto envolvendo as crianças/adolescentes, os eventuais contratados na qualidade de monitores deverão ter comprovada experiência e qualificação compatíveis com as atividades desenvolvidas.
§ 2º - Não serão objetos de financiamento projetos que visem à aquisição de veículos, construção e/ou reforma de imóveis.

Artigo 18 - Todo e qualquer material permanente de aquisição pelo financiamento do FIA é de propriedade do FIA, caso haja descontinuidade do projeto. Assim, o material adquirido será devolvido ao CMDCA/Cerro Corá para que seja disponibilizado para uso em outros projetos de mesmo cunho.
Artigo 19 - Cabe ao CMDCA/Cerro Corá deliberar sobre as questões omissas neste chamamento público.
Artigo 20 – A entidade deverá no primeiro mês do projeto enviar ao CMDCA a ficha dos comtemplados no projeto, e fotografias das atividades já executadas, repetindo o envio de relatório de atividades no termino do prazo de execução.
Artigo 21 – Cada projeto deverá ter duração de no mínimo seis meses, com carência de 30 dias para prestação de contas.
Artigo 22 - Cada projeto deverá conter as maneiras de como fará a divulgação do FIA sendo obrigatório a logomarca do FIA em qualquer material.
Artigo 23 – Todos os projetos aprovados para recebimentos de recursos do FIA, tem o dever de receber nas suas atividades, adolescentes socioeducandos apresentando para este fim o seu plano de acolhimento institucional.
Artigo 24 – Ficam impossibilitados de concorrer a esse edital as entidades que não tenham realizado prestação de contas parciais ou totais de projetos anteriores ou que tenham suas contas reprovadas.
Artigo 25 – Dúvidas poderão ser retiradas pelo e-mail: cmdcacerrocora@hotmail.com.
Artigo 26 - Os projetos apresentados ao CMDCA são bem comum podendo ser replicados por outras entidades em forma de tecnologia social.
Artigo 27 - As prestações de serviços de pessoas físicas ou jurídicas devem ser através de nota fiscal de prestação de serviço ou contratação, não sendo admitido o uso de bolsas, ou ajudas de custo injustificadas.
Artigo 28 - Conforme Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei 13.019/2014(MROSC), entidades que possuem membros no CMDCA poderão enviar projetos, porém no momento da votação conforme previsto na lei MROSC deverão se retirar da sala.
Artigo 29 - O gasto com pessoal não poderá ultrapassar 50% do projeto.
Artigo 30 - Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação no diário Oficial do município.

Cerro Corá/RN, 03 de julho de 2025.

ELCIONE ELICLEIDE DA SILVA
Presidente do CMDCA

ANEXO I

CALENDÁRIO	
De 07 à 18/07/2025	RECEBIMENTO DE PROJETOS
21 e 22/07/2025	ANALISE DOCUMENTAL E DE PROJETOS
23/07/2025	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO RESULTADO PRELIMINAR
24 e 25/07/2025	ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO - RECURSO
29/07/2025	RESULTADO DO RECURSO
31/07/2025	DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DEFINITIVO – HOMOLOGAÇÃO

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO:

Nº de Registro/Inscrição no CMDCA:
Data de entrega do Projeto:
Nome/razão social da Organização:
CNPJ da Organização:
Endereço completo da Organização:
CEP:
Endereço:
Bairro:
Número:
Complemento:
Cidade Estado:
Website ou rede social (Facebook, Instagram, etc.) da Organização (caso possua):
Dados do Presidente/gestor responsável pela Organização:
Nome Completo:
CPF:
Telefone fixo:
Telefone celular:
E-mail:
Dados do profissional da Organização que será responsável por coordenar a execução da proposta:
Nome completo:
CPF:
Telefone fixo:
Telefone celular:

E-mail:
Qual a natureza jurídica da organização que será responsável pela execução da proposta?
( ) Organização da Sociedade Civil ( ) Poder Público
Indique os tipos de beneficiários da proposta: ( ) Crianças de 00 a 06 anos
( ) Crianças de 07 a 11 anos
( ) Adolescentes de 12 a 14 anos ( ) Adolescentes de 15 a 17 anos
( ) Familiares ou responsáveis pelas crianças ou adolescentes ( ) Outros Indique qual (is):
Indique a quantidade prevista de beneficiários: Número de crianças de 00 a 06 anos ( )
Número de crianças de 07 a 11 anos ( )
Número de adolescentes de 12 a 14 anos ( )
Número de adolescentes de 15 a 17 anos ( )

Número de familiares ou responsáveis pelas crianças ou adolescentes ( ) Número de outro (s): ( )
Indique a quantidade de crianças ou adolescentes que serão beneficiados e que apresentam algum tipo de deficiência:
14: Descreva o perfil social, econômico e cultural dos beneficiários da proposta (crianças, adolescentes, familiares ou outros públicos que a proposta irá beneficiar:
Estão previstas estratégias de busca ativa do público alvo da proposta? Se sim, relacionar quais.
Estágio de atividades executadas pela Organização:
( ) Trata-se de uma ação que ainda não foi iniciada ( ) Trata-se de uma ação inicial e foi interrompida
( ) Trata-se de uma ação já iniciada? Se sim, quanto tempo de atividades relacionadas ao público alvo por essa Organização
( ) Descreva os resultados que já foram ou estão sendo alcançados e os eventuais desafios que já foram enfrentados para a realização das ações.

Cerro Corá/RN, XX de julho de 2025.

Solicitante/Presidente da Entidade

ANEXO III

PROJETO BÁSICO
A – IDENTIFICAÇÃO
Dados do Proponente

Órgão / Instituição proponente:		**CNPJ:**
Data de fundação da entidade:		
REGISTRO NO CMDCA Nº		
Endereço:		
Sede ( ) própria ( )provisória ( ) cedida ( ) comodato		
Cidade	**UF**	**(DDD) Telefone/Fax/E-mail**
E-mail institucional:		
Facebook entidade:		
Site ou blog entidade:		
Outras redes:		

Responsável pela Instituição

Nome		**C.P.F**
R.G./ Órgão expedidor	**Cargo Função:**	
Endereço Completo	**CEP**	**(DDD) Tel. Fax.**
E-mail do responsável:		

Descrição do Projeto

Titulo do projeto	**Período da execução**	
	Inicio	**Término**
MODALIDADE:		
AREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO: **( )CAPACITAÇÃO ( ) PESQUISA ( )ACOLHIMENTO ( ) FORTALECIMENTO DA REDE ( ) FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITARIOS E FAMILIARES** **( ) ESPORTE ( ) EDUCAÇÃO ( ) CULTURA ( ) LAZER ( )Socioeducativo** *( ) PREVENÇÃO AS DROGAS E A VIOLÊNCIA ( ) PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA ( ) PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES* *( ) PROFISSIONALIZANTE (Observar a Lei da Aprendizagem) OUTROS:*		

Responsável pela Execução:

Nome		**C.P.F**
R.G./ Órgão expedidor	**Cargo Função:**	
Endereço Completo	**CEP**	**(DDD) Tel. Fax.**
E-mail do responsável:		

CONSIDERAÇÕES GERAIS/APRESENTAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

OBJETIVOS:
OBJETIVO GERAL:
Descreva o problema em uma frase (buscar, garantir, colaborar, transformar, etc...)
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Estes objetivos correspondem a etapas do projeto

PÚBLICO ALVO:
GERAL:

POR FAIXA ETÁRIA:

PUBLICO	00-06	07-09	10-11	12-13	14-15	16-17	FAMILIAS	ATORES DA REDE CAPACITAÇÃO	TOTAL BENEFICIADOS
MASCULINO									
FEMININO									

CARACTERISTICAS DO TERRITÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

CARACTERISTICAS DO PUBLICO ALVO A SER ATENDIDO PELO PROJETO

METAS/AÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS.

Objetivo especifico	Meta/ação	Resultados esperados

10 - MEMÓRIA DE CÁLCULO

ORD	Item de despesa	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					

Obs: As prestações de serviços de pessoas físicas ou jurídicas devem ser através de nota fiscal de prestação de serviço ou contratação, não sendo admitido o uso de bolsas ou ajuda de custos injustificadas e não devem ultrapassar 50% do valor do projeto com exceção a casos justificados junto ao CMDCA.

11 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Metas/ações	Período/Mês					
	01	02	03	04	05	06

- METODOLOGIA DE TRABALHO

13. EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO:
Informe a composição da equipe de trabalho do projeto, não é preciso especificar o nome dos profissionais apenas as funções das pessoas que estarão envolvidas na execução do projeto.

Função no Projeto	Formação Profissional	Natureza do Vínculo (especificar se é CLT, Prestação de Serviços ou Voluntariado)	Número de Horas Semanais Trabalhadas no projeto

QUANTAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES JÁ SÃO ASSISTIDAS PELO PROJETO E QUANTAS PRETENDE INSERIR?

COMO AS FAMILIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDAS PELO PROJETO SERÃO ENVOLVIDAS?

COMO PRETENDE INSERIR NO PROJETO CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE ESTEJAM FORA DA ESCOLA E COMO PRETENDE INCENTIVA-LOS A VOLTAR A ESCOLA?

JÁ DESENVOLVEU OUTROS PROJETOS PELO FIA MUNICIPAL OU ESTADUAL? QUAIS?

POSSIVEIS PARCEIROS DESTE PROJETO E ENVOLVIMENTO COM AS DEMAIS POLITICAS INTERSETORIAIS

E SUA ENTIDADE OU PROJETO APRESENTA CAPACIDADE PARA RECEBER ADOLESCENTES PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA? ( ) SIM ( ) NÃO

SE SIM. INDICE QUAIS OS DIAS QUE O ADOLESCENTE PODERÁ ESTA NA SUA ENTIDADE E QUAIS AS ATIVIDADES QUE SERÃO OFERTADAS.

COMO SERÁ FEITA A DIVULGAÇÃO DO FIA/CMDCA NO PROJETO

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Cerro Corá/RN, XXX de julho de 2025.

Presidente Proponente

IMPORTANTE: Enviar cópia da versão final por e-mail: cmdcacerrocora@hotmail.com

O seu projeto ficará em nosso banco de dados e servirá de tecnologia social para outros projetos.

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:8FB11CAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 015-2025 DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN
AV PREFEITO MANOEL CORREIA, 35, CENTRO - ESPIRITO SANTO/RN CEP: 59180000 -
DECRETO Nº 15, de 05 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.972.398,65, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.972.398,65 (três milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao quinto dia de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

ESPIRITO SANTO/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.972.398,65**
02 .000 GABINETE DO PREFEITO					**9.600,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV.DO GABINETE DO PREFEITO				**6.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	6.000,00
	2099 Manutenção da Guarda Municipal				**3.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.600,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**120.000,00**
	2006 MANUT.DAS ATIV.DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2012 ENCARGOS E/OU AMORT.DA DIVIDA INTERNA				**100.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	100.000,00
04 .000 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**30.000,00**
	2013 MANT. DAS ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
05 .000 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**418.215,00**
	1007 CONTRUÇÃO DE MATADOURO				**392.215,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	144.900,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	247.315,00
	2014 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO				**26.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	26.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**488.440,00**
	2017 MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001001		0001	20.000,00
	2020 APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	30.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	6.000,00
	2024 MANUT.DA MERENDA ESCOLAR-PNAE FUNDAMENTAL				**179.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	125.900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	53.900,00
	2033 MANUT.DA MERENDA ESCOLAR-PNAE CRECHE				**113.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	46.800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	66.700,00
	2034 MANUT.DA MERENDA ESCOLAR-PNAE PRÉ-ESCOLA				**74.540,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	31.140,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	43.400,00
	2036 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR-PNAE-EJA				**49.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	38.500,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.500,00
07 .002 FUNDEB					**898.600,00**
	2018 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 30%				**350.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	41.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15400000	0001	165.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	45.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	99.000,00
	2019 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 70%				**255.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	255.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE 70%				**285.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	285.000,00
	2037 ALFABETIZAÇÃO DO JOVENS E ADULTOS 70%				**8.400,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	8.400,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					**84.400,00**
	1061 Urbanização do Largo do Calçadão				**84.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	56.600,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	27.800,00
11 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**1.126.100,00**
	2048 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**885.600,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	16.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	224.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	325.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	320.600,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO				**120.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17060000	0001	120.000,00
	2087 MANUT. DO PROG. SAÚDE BUCAL				**14.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	10.500,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	4.000,00
	2088 MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA				**80.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16050000	0001	80.000,00
	2090 MANUT. DO PROG. NASF.				**26.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	26.000,00
12 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**382.358,66**
	2073 MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL				**53.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
	2075 MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA-IGD PBF				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	5.000,00
	2076 PROGRAMA AUXILIO SOCIAL E BENEFICIOS EVENTUAIS				**150.350,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	150.350,00
	2091 MANUT. DO CRAS				**174.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	174.000,00
	2102 Enfrentamento da Emergência COVID19				**8,66**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16600000	0001	8,66
13 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA					**76.084,99**
	1043 CONST.DE UM MURO DE ARRIMO NA SEDE				**76.084,99**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	76.084,99
14 .000 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					**338.600,00**
	2044 MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTE				**338.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	337.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.600,00
Anexo II (Redução)					**3.972.398,65**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**20.000,00**
	2011 PAGAMENTO OBRIG.TRIB E CONTRIBUIÇÃO				**20.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	20.000,00
04 .000 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**30.000,00**
	2013 MANT. DAS ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
05 .000 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**27.800,00**
	1009 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO				**27.800,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	27.800,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**1.173.200,00**
	1011 AQUIS.E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS				**1.900,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	1.900,00
	2017 MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**91.500,00**

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	80.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	11.500,00
	2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**1.075.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	785.600,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	290.000,00
	2028 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO-BRALF				**3.500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15700000	0001	3.500,00
	2039 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA E LAZER				**700,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	700,00
07 .002 FUNDEB					**648.215,00**
	2018 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 30%				**206.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	131.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	75.000,00
	2019 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 70%				**392.215,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	392.215,00
	2031 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-CRECHE 30%				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	50.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					**6.000,00**
	2042 MANUTENÇÃO DA SEC.DE OBRAS				**6.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.000,00
09 .001 SEC. MUNI.DE TURISMO ESPORTE E LAZER					**128.600,00**
	1018 CONST.REF.DE QUAD.DE ESPORT.E/OUCAMP.FUTEBOL				**119.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	119.000,00
	1049 Reforma e/ou Melhorias do ginásio de Esportes				**9.600,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	9.600,00
11 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**92.600,00**
	2048 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**10.500,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	3.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	4.000,00
	2055 MANUT.DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAUDE				**6.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
	2061 PROG.MUNIC.ASSIST.HOSP.E AMBULATORIAL				**28.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	23.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	5.000,00
	2062 MANUTENÇÃO DO PROG.VIGILANCIA SANITARIA				**20.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	20.000,00
	2106 IMPL/MANUT. DE CONSORCIO PÚBLICO MUNICIPAL				**1.000,00**
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	1.000,00
	2087 MANUT. DO PROG. SAÚDE BUCAL				**1.600,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	1.600,00
	2090 MANUT. DO PROG. NASF.				**25.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	25.000,00
12 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**8,66**
	2066 SERV.DE CONVIVENCIA E FORT. DE VÍNCULOS AO IDOSO				**8,66**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	8,66
13 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA					**1.421.624,99**
	1025 CONCLUSÃO DO SANEAMENTO BÁISCO				**365.940,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	365.940,00
	1030 CONST. REF. E REINSTALAÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	60.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	40.000,00
	1042 CONST.E/OU REC.DEPAV.DE RUAS E AVENIDAS				**415.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	280.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	135.000,00
	1044 CONST.E/OU R.DE PRAC.CONT.E/OU ARB.V.PUB.				**101.084,99**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	76.084,99
	1045 CONST/RECUPERAÇÃO E OU MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS				**289.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17000000	0001	10.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	279.100,00
	1052 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS E AVENIDAS				**150.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	90.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	60.000,00
15 .000 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS					**424.350,00**
	2043 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO				**424.350,00**

PUBLICA					
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	150.350,00	
	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	274.000,00	

ESPIRITO SANTO/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:81037B51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 016-2025 DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN
AV PREFEITO MANOEL CORREIA, 35, CENTRO - ESPIRITO SANTO/RN CEP: 59180000 -
DECRETO Nº 16, de 05 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 497.152,49, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 497.152,49 (quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Servirá como fonte de recursos para fazer face à abertura do Crédito Suplementar especificado no Art. 1º deste decreto, o Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao quinto dia de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

ESPIRITO SANTO/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN					
AV PREFEITO MANOEL CORREIA, 35, CENTRO - ESPIRITO SANTO/RN CEP: 59180000 -					
Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**497.152,49**
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**497.152,49**
	1013 AQUIS. DE VEICULOS P/TRANSPORTE ESCOLAR				**497.152,49**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25690000	0001	497.152,49

ESPIRITO SANTO/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:374B027F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 113-2025 DE REMANEJAMENTO PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN
AV. PREFEITO MANOEL CORREIA, 35, CENTRO - ESPIRITO SANTO/RN CEP: 59180-000
PORTARIA Nº 113, de 05 de maio de 2025

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 642.350,00 (seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao quinto dia de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

ESPIRITO SANTO/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**642.350,00**
04 .000 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**1.000,00**
	2013 MANT. DAS ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
05 .000 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**13.800,00**
	2014 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO				**13.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	13.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**2.200,00**
	2017 MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**1.700,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.700,00
	2020 APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO				**500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	500,00
07 .002 FUNDEB					**90.000,00**
	2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE 70%				**90.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	90.000,00
09 .001 SEC. MUNI.DE TURISMO ESPORTE E LAZER					**40.000,00**
	2045 MANUT.DA SEC. MUNI.DE TURISMO, ESPORTE E LAZER				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.000,00
11 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**452.650,00**
	2048 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**117.650,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	11.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	6.650,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17060000	0001	2.000,00
	2087 MANUT. DO PROG. SAÚDE BUCAL				**16.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	16.000,00
	2088 MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA				**317.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	317.000,00
12 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**37.700,00**
	2073 MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
	2091 MANUT. DO CRAS				**700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	500,00
	2103 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**36.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	36.000,00
15 .000 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS					**5.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**642.350,00**
04 .000 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**1.000,00**
	2013 MANT. DAS ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS				**1.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	400,00
05 .000 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**13.800,00**
	2014 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO				**13.800,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	13.500,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	300,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**2.200,00**
	2017 MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**1.700,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	1.700,00
	2020 APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO				**500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	500,00
07 .002 FUNDEB					**90.000,00**
	2019 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 70%				**90.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	90.000,00
09 .001 SEC. MUNI.DE TURISMO ESPORTE E LAZER					**40.000,00**
	2085 REALIZAÇÃO DE FESTAS POPULARES E				
					40.000,00

	COMEMORATIVAS				
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
11 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**452.650,00**
	2048 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**165.650,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	161.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.350,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.100,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	1.200,00
	2055 MANUT.DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAUDE				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	4.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO				**2.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16000000	0001	2.000,00
	2061 PROG.MUNIC.ASSIST.HOSP.E AMBULATORIAL				**4.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	4.000,00
	2088 MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA				**258.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	100.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16050000	0001	158.000,00
	2090 MANUT. DO PROG. NASF.				**16.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	16.000,00
12 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**37.700,00**
	2064 MANUTENÇÃO DO CADASTRO UNICO				**100,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	100,00
	2070 SERV.DE CONV.E FORT.DE VINC.0 A 3				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	30.000,00
	2073 MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL				**1.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
	2074 SERV.DE PROTEÇÃO E ATENDI. INTEGRAL A PAIF/CRAS				**6.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	6.000,00
	2091 MANUT. DO CRAS				**600,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	100,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16600000	0001	500,00
15 .000 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS					**5.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	400,00

ESPIRITO SANTO/RN, 05 de maio de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:0E96502D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024

O Município de **FELIPE GUERRA/RN**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 08.349.086/0001-74, com endereço na Rua João Batista Gurgel, 97, Centro, Felipe Guerra/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, o **E & A COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA ME** - CNPJ: **16.859.386/0001-21**, **Rua Governador Dix Sept Rosado, nº 09-Centro**, representado por **FRANCISCO EDINARTE DE ALMEIDA** – CPF: **761.412.254-20**, denominado CONTRATADO, resolvem estabelecer o presente TERMO ADITIVO pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO de contratação de Pessoa Jurídica, visando Formação de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no Fornecimento de Material Elétrico para a iluminação pública, através da Secretaria Municipal de Infraestruturas e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN e os de sua responsabilidade através de convênios,

contratos ou comodatos, desta, para atender as necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN da ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° **24/2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E DO VALOR DO TERMO ADITIVO

2. **1-** Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do termo de aditivo de prazo até **03/07/2026.**

2.2- O valor total do presente termo de aditivo de prazo será R$ **279.200,00** (**duzentos e setenta e nove mil e duzentos reais**).

Fornecedor: **E & A COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA ME**		
CNPJ: **16.859.386/0001-21**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Governador Dix Sept Rosado, nº 09-Centro, 0 , CENTRO, Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **FRANCISCO EDINARTE DE ALMEIDA** - CPF: **761.412.254-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	Lâmpada Vapor de Sódio Tubular de 70 W Son-t plus, fluxo luminoso de 6220 Lm, eficiência luminosa 90 Lm/W, vida média 28.000 horas, com Selo Procel Impresso no produto;	SORTE LUZ	Unidade	500	R$ 32,00	R$ 16.000,00
2	Cabo Multiplexado NBR8182 - Cabos de potência Multiplexados auto sustentados com isolação estruda da PE ou XLPE para tensão de 06/1KV. Em alumínio destinam-se às instalações de redes aéreas de distribuição secundária e entrada de serviços. Norma Aplicável: Condutor Fase: Alumínio Têmpera H19 - Encordoamento classe 2 - Compactado.	K2 CONDUTORES ELETRICO	Metro	5000	R$ 8,90	R$ 44.500,00
3	Alça pré-formada para cabo multiplex (Pré-reunido) - Neutro isolado de 16mm	OLIVA	Unidade	800	R$ 6,00	R$ 4.800,00
5	Rele Foto NF: Descritiva técnica: Corpo e tampa: Polipropileno estabilizado contra radiações UV Contatos de encaixe: Latão estanhado Princípio de funcionamento: Eletromagnético Acionamento: Instantâneo Contato de carga: Normalmente fechado (NF) Proteção contra surtos de tensão: Varistor Tensão nominal: 127Vca ou 220Vca. Frequência: 50/60Hz. Capacidade de carga: Em 127Vca: 1000W, 1200VA Em 220Vca: 1000W, 1800VA Limite de Funcionamento: -5°C A + 50°C Faixa de operação (ABNT NBR 5123):	EXAUSTRON	Unidade	2000	R$ 32,00	R$ 64.000,00
11	Lâmpada Led Bulbo E27 6000k Branco Frio Bivolt 50w	SORTE LUZ	Unidade	200	R$ 52,00	R$ 10.400,00
12	Chave de Iluminação publica Aplicação: Comando automático, em grupo, da iluminação. Deve ser acionado por um relé fotoelétrico, foto eletrônico ou térmico. Descrição técnica: Corpo: Alumínio repuxado, polido quimicamente e anodizado. Contatos: Latão estanhado Contato de carga: Normalmente Aberto (NA). A pedido poderá ser fornecido com contatos normalmente fechados (NF) Fixação/instalação: Suporte de aço galvanizado a fogo Possibilidade de giro: 360° Acionamento Manual: Através de alavanca externa Cabos de Ligação: Preto: Linha/Fase Vermelho: Carga Branco: Neutro/Comum Modelos: 6904- 1 X 30A 6905- 1 X 50A 6906- 2 X 30A	EXAUSTRON	Unidade	60	R$ 415,00	R$ 24.900,00
13	Porca Olhal M16.	OLIVA	Unidade	1000	R$ 23,50	R$ 23.500,00
14	Cabo Plástico Chumbo de 2.1/1.2	K2 CONDUTORES ELETRICO	Metro	1000	R$ 3,90	R$ 3.900,00
15	Cabo Plástico Chumbo de 2/2,5mm	K2 CONDUTORES ELETRICO	Metro	1000	R$ 7,50	R$ 7.500,00
16	Cabo Plástico Chumbo de 2/4 mm	K2 CONDUTORES ELETRICO	Metro	400	R$ 12,50	R$ 5.000,00
17	CONECTOR PERFURANTE 16/2.1/2	INTELLI	Unidade	1000	R$ 11,00	R$ 11.000,00
18	CONECTOR AMPACTINHO VERMELHO	INTELLI	Unidade	50	R$ 23,00	R$ 1.150,00
19	BRAÇO 1.20M CURVO COM SAPATA. Fabricado em tubo de aço sae 1010/1020. Sapata para fixação em chapa de aço viga ?u?. Galvanizado a fogo conforme norma nbr 6323. Pintura sob consulta	OLIVA	Unidade	400	R$ 101,00	R$ 40.400,00
20	Fita Isolante Auto Fusão para alta Tensão - 19mm x 10m	TRAMONTINA	Unidade	100	R$ 34,00	R$3.400,00
21	Fita isolante 20m Largura: 19mm; - Capacidade de tensão: até 750V; - Adesão ao ferro: 32 (36); - Alongamento na ruptura: 210%; - Faixa de temperatura de operação: 0ºC até 105ºC; - Resistência à Tração lb/in (N/100 mm): 9 (158); - Resistência Dielétrica (V/mil): 1150 V/mil; - Material: PVC; - Material do Adesivo: à base de borracha sensível a pressão; - Resistente a produtos químicos: Sim; - Retardador de Chamas: Sim; - Referência do Fornecedor: HB004482483; - Modelo: 33+; - Marca: 3M	TRAMONTINA	Unidade	500	R$ 23,00	R$ 11.500,00
22	Relé Fotoelétrico 220V NA 1.000/1800VA 50/60Hz Tensão: 220 VCA; • Tecnologia digital, Microcontrolado; • Índice de proteção: IP 65; • Material do produto: Tampa em policarbonato com proteção UV, base em copolimero polipropileno, gaxeta em PVC; • Tipo de contato quando desenergizado: normalmente aberto (NA) – fail-off; • Filtro de tempo: impede acionamentos indevidos devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens e etc. Menor que 4 segundos para ligar ou para desligar (tipo instantâneo); • Lux para ligar: entre 3 e 20 Lux; • Lux pra desligar : menor que 80 Lux respeitando a relação de histerese entre liga e desliga (histerese): 1,2 a 4 vezes; • Exclusivo sistema de comutação dos contatos próximo ao zero de tensão da rede elétrica aumentando a vida útil do conjunto; • Design moderno com exclusivo fechamento sem parafusos; • Uso de sensor por silício, fototransistor; • Tensão de surto: Suporta mais de 4000V / 2000A; • Consumo: menor que 0,7W; • Rigidez dielétrica : Maior 2500 V; • Pinos em latão estanhados; • Mapa de marcação indelével do momento de retirada e colocação em campo; • Garantia: 1 ano • Potência de comando: Resistiva 1000W	EXAUSTRON	Unidade	10	R$ 32,00	R$ 320,00
24	REFLETOR DE LED DE 20W Tipo: Micro LED SMD Potência: 20 watts Cor: Branco Frio (6000k- 6500k) Fluxo Luminoso: 2.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 30.000 horas Proteções: IP66+ (Resistente a chuva)	SORTE LUZ	Unidade	20	R$ 39,00	R$ 780,00
25	REFLETOR DE LED DE 30W Tipo: Micro LED SMD Potência: 30 watts Cor: Branco Frio (6000k- 6500k) Fluxo Luminoso: 3.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 30.000 horas Proteções: IP66+ (Resistente a chuva)	SORTE LUZ	Unidade	50	R$ 53,00	R$ 2.650,00
26	REFLETOR DE LED 40W Tipo: Micro LED SMD Potência: 40 watts Cor: Branco Frio (6000k- 6500k) Fluxo Luminoso: 3.000 Lúmens Angulo de Abertura: 140 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 50.000 horas Proteções: IP66+ (Resistente a chuva)	SORTE LUZ	Unidade	50	R$ 70,00	R$ 3.500,00

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Valor Licitado	Vlr. Total(R$)
2	FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, FILTROS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE (UTILITÁRIOS)	ORIGINAL/GENUÍNA	Percentual%	10%	R$ 136.000,00	R$ 136.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3. Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4. O presente termo aditivo decorre de autorização da autoridade competente da contratante, exarada na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2024, e encontra amparo legal no Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ADITIVO

5. O CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente aditamento no Diário Oficial do Município, logo após sua assinatura, em até 20 (vinte) dias daquela data.

E POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, PARA UM SÓ EFEITO.

Felipe Guerra/RN, **03/07/2025**.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Representante Legal do órgão Gerenciador

FRANCISCO EDINARTE DE ALMEIDA
761.412.254-20
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:6D683779

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2024 DO PREGÃO ELETRÕNICO Nº 09/2024

O Município de **FELIPE GUERRA/RN**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 08.349.086/0001-74, com endereço na Rua João Batista Gurgel, 97, Centro, Felipe Guerra/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, o **JOSIMAR FERREIRA DE LIMA EIRELI** - CNPJ: **26.691.021/0001-94**, **R PROFESSOR RAIMUNDO NONATO DA SILVA** , representado por **JOSIMAR FERREIRA DE LIMA** – CPF: **024.023.534-73**, denominado CONTRATADO, resolvem estabelecer o presente TERMO ADITIVO pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO de contratação de Pessoa Jurídica, visando contratação de empresa especializada no Fornecimento de Material Elétrico para a iluminação pública, através da Secretaria Municipal de Infraestruturas e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, e os de sua responsabilidade através de convênios, contratos ou comodatos, desta, para atender as necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN da ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° **25/2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E DO VALOR DO TERMO ADITIVO

2. **1-** Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do termo de aditivo de prazo até **03/07/2026.**

2.2- O valor total do presente termo de aditivo de prazo será R$ **496.150,00** (**quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta reais**).

Fornecedor: **JOSIMAR FERREIRA DE LIMA EIRELI**		
CNPJ: **26.691.021/0001-94**	Telefone:	Email:
Endereço: **R PROFESSOR RAIMUNDO NONATO DA SILVA , 24 , CENTRO, Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **JOSIMAR FERREIRA DE LIMA** - CPF: **024.023.534-73**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	Refletor de LED Potência: 1000w, Fator potência: >0,95, Certificação: CE, IRC: Ra>80 Ra>70, Voltagem: AC 85-265V (bi-volt).CARACTERÍSTICAS - Cor Da Luz: Branco Frio 6500k - Alta economia de energia - Baixa emissão de calor - Maior eficiência luminosa (lm/W) - Não emite radiação infravermelha nem ultravioleta - Descarte que não prejudica o meio ambiente - Vida útil até 10 vezes maior comparado a outras tecnologias - Vida Útil: 80.000 horas - GARANTIA DE ATÉ 1 ANO	SPTM	Unidade	30	R$ 2.280,00	R$ 68.400,00
6	Luminária Pública LED 150w COB. Bivolt Pétala Dimensão: 885 x 330 x 110 mm, Cor: Branco Frio, Temperatura de cor: 6500 k, Tensão: 100-240v, Luminosidade: 12000 lumens, Material: Alumínio e vidro, Fator de Potência: >0,9, Nível de proteção: IP65 (para área externa), Peso: 7,8 Kg, Temperatura de Trabalho: (-30~+50°C), Voltagem: AC 90-265V.	SPTM	Unidade	200	R$ 308,00	R$ 61.600,00
7	Luminária de LED COB. Para iluminação Pública 100W Consumo: 100W, Tensão: Bivolt automático (100V - 240V), Cor da luz: Branco Frio (6000K), Luminosidade: 9.700, Lumens, com variação de 10%, Ângulo de iluminação: 125°, Proteção: IP66. Proteção contra jatos de água forte e poeira. Vida Útil : 40.000 horas, Medidas: 71cm x 38cm x 15cm. Material: Alumínio, Garantia de 1 ano	ESTAR	Unidade	500	R$ 412,00	R$ 206.000,00
8	Luminária de Led COB de 200W Informações: Potência: 200w, Voltagem: Bivolt automática (85-265v), Fluxo Luminoso: 20.000 Lúmens, Ângulo do feixe de luz: 120°	ESTAR	Unidade	200	R$ 510,00	R$ 102.000,00
9	REFLETOR DE LED 200W Tipo: Micro LED SMD Potência: 200 watts Cor: Branco Frio (6000k-6500k) Fluxo Luminoso: 19.000 Lúmens Angulo de Abertura: 120 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 50.000 horas Proteções: IP66+ (Resistente à chuva)	AVANT	Unidade	50	R$ 215,00	R$ 10.750,00
10	REFLETOR LED 400W Tipo: Micro LED SMD Potência: 400 watts Cor: Branco Frio (6000k-6500k) Fluxo Luminoso: 40.000 Lúmens Angulo de Abertura: 140 graus Voltagem: Bivolt Automático (110v - 220v) Material: Alumínio Vida útil: 60.000 horas Proteções: IP66+ (Resistente a chuva)	AVANT	Unidade	100	R$ 420,00	R$ 42.000,00
23	Lâmpada de Led de 30W Tensão Elétrica: BivoltVida Útil: 25.000 HorasAltura:13,9cmAviso: Para sua segurança, certifique-se que a rede elétrica esteja desligada no momento da instalação. Conservação e Manutenção do Produto: Limpar com pano seco. Não utilizar produtos abrasivos. O produto deve estar desligado da rede elétrica. Cor da Luz: Luz Branco FrioDiâmetro:8cmFluxo luminoso:3000 Lumens Formato: Alta Potência Garantia da Fabricante:12 MesesIRC (Índice de Reprodução de Cor):80%Modelo: AL30662Peso do Produto:0, 290KgPotência:30WProduto: Lâmpada LED Alta Potência Tipo de Soquete: E27Temperatura da Cor:6500K	AVANT	Unidade	150	R$ 36,00	R$ 5.400,00

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Valor Licitado	Vlr. Total(R$)
2	FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, FILTROS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE (UTILITÁRIOS)	ORIGINAL/GENUÍNA	Percentual%	10%	R$ 136.000,00	R$ 136.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3. Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4. O presente termo aditivo decorre de autorização da autoridade competente da contratante, exarada na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2024, e encontra amparo legal no Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ADITIVO

5. O CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente aditamento no Diário Oficial do Município, logo após sua assinatura, em até 20 (vinte) dias daquela data.

E POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, PARA UM SÓ EFEITO.

Felipe Guerra/RN, 03/07/2025.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

JOSIMAR FERREIRA DE LIMA
024.023.534-73
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:819915A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
DECRETO Nº 087/2025

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da Prefeitura Municipal de Itaú - RN, o crédito suplementar no valor de R$ 50.100,00(cinquenta mil e cem reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária Anual 661/2024 do Município de Itaú/RN.
DECRETA:
Art. 1º- Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 50.100,00 (cinquenta mil e cem reais) para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa					
	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ				
		1004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO			
			2.4 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO		
			220 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:					**R$ 1.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 1.000,00**
		1008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
			2.72 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA		
			37 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 4.000,00
			38 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:					**R$ 14.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 14.000,00**
		1009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO			
			2.18 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRANSITO		
			319 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:					**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 10.000,00**
	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
		3003 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento			
			2.22 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
			698 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 16050000	R$ 10.100,00
Total da Ação:					**R$ 10.100,00**
			2.65 - MANUTENÇÃO DA MATERNIDADE MARCOLINO BESSA		
			697 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 16050000	R$ 15.000,00
Total da Ação:					**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 25.100,00**

Valor total Suplementado: R$ 50.100,00
Art. 2º- Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I - R$ 50.100,00 (cinquenta mil e cem reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nº. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento, da seguinte forma:

	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ				
		1004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO			
			2.4 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO		
			190 - 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
Total da Ação:					**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 20.000,00**
		1008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
			2.72 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA		
			195 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:					**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 5.000,00**
	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
		3003 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento			
			2.127 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA DE SAÚDE (ABS)		
			749 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 16050000	R$ 2.000,00
Total da Ação:					**R$ 2.000,00**
			2.65 - MANUTENÇÃO DA MATERNIDADE MARCOLINO BESSA		
			670 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 16050000	R$ 16.100,00
			748 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 16050000	R$ 7.000,00
Total da Ação:					**R$ 23.100,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 25.100,00**

Valor total da Anulação: R$ 50.100,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GabinetedoPrefeitoMunicipal,em04/07/2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR
Prefeitomunicipal

Publicado por:
Isabelly Pinheiro Praxedes
Código Identificador:39A0EA2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS – DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2025 – CONVÊNIO 929804/2022

Às 13:30 horas do dia 04/07/2022, reuniu-se as Senhoras Monaliza de Nascimento Silva – Diretora Administrativa, Maria da Conceição Dantas dos Santos – Tesoureira e Joselânia Santos - Enfemeira, , em atendimento às disposições contidas no Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, Portaria conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021 no que couber, em razão de se tratar de entidade filantrópica, portanto, dispensada da realização de licitação em qualquer de suas modalidades, para realizar os procedimentos relativos a cotação prévia 001/2025, cuja objeto é a **Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz de Jardim do Seridó – RN).** Atendendo ao aviso enviaram seus documentos as seguintes empresas.

FORNECEDORES PARTICIPANTES
Licitante
Razão Social / CNPJ / CPF
CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA/ CNPJ: 42.591.738/0001-10
GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA/ CNPJ: 01.545.179/0001-25
PROENÇA COMERCIAL LTDA/ CNPJ: 33.337.231/0001-44,
ARJO BRASIL EQUIPAMENOS MEDICOS LTDA/ CNPJ: 28.997.632/0001-90
SAM MEDIC INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES/ CNPJ: 21.983.850/0001.27
MEDI-SAUDE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA/ CNPJ: 02.563.570/0001-15
1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA/ CNPJ: 05.993.698/0005-30
RTS RIO S/A/ CNPJ: 04.050.750/0001-29
SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA/ CNPJ: 58.426.628/0001-33
MAIS ÉTICA COMERCIAL LTDA/ CNPJ: 29.795.338/0001-69
DESEMATEC MÓVEIS HOSPITALARES LTDA/ CNPJ: 15.331.924/0001-48
CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA/ CNPJ: 07.626.776/0001-60

Recebidas as cotações de preços ofertadas pelas empresas participantes, procedeu-se ao levantamento das propostas apresentadas, com a devida verificação de sua compatibilidade em relação às exigências constantes no Edital do certame.

Em seguida, os autos processuais, acompanhados das propostas comerciais e dos catálogos dos produtos ofertados, foram encaminhados para análise técnica especializada, conforme parecer anexo. A referida análise abrangeu as propostas apresentadas pelas empresas CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 42.591.738/0001-10, e GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.545.179/0001-25, as quais foram as únicas que atenderam integralmente às especificações técnicas exigidas por esta Administração, conforme previsto no Edital.

Por outro lado, as empresas RTS RIO S/A, CNPJ nº 04.050.750/0001-29, SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 58.426.628/0001-33, e CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ nº 07.626.776/0001-60, tiveram suas propostas desclassificadas por não atenderem aos requisitos técnicos exigidos, conforme devidamente fundamentado no parecer técnico acostado aos autos.

Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com a ordem de classificação das propostas, observando-se primeiramente aquelas que apresentaram os menores preços. As propostas que não atenderam aos critérios técnicos e formais estabelecidos no edital foram desclassificadas, e, em consequência, foram analisadas as propostas subsequentes, obedecendo à sequência classificatória.

Diante disso, **esta Comissão acata integralmente o parecer técnico emitido pela profissional designada, Sra. Lorena Silva de Medeiros**, enfermeira devidamente qualificada, cuja formação e experiência conferem a ela a competência necessária para avaliação técnica dos produtos, considerando que a análise envolve conhecimento específico, terminologia técnica e aprofundamento na área da saúde.

Ocorrências:

Encerrada a fase de classificação das propostas e análise dos catálogos apresentados, deu-se início à etapa de verificação da documentação de habilitação das empresas melhor classificadas no certame. Constatada a regularidade documental dos respectivos licitantes, estes foram declarados vencedores dos itens correspondentes, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

O resultado final da cotação foi submetido à apreciação dos membros previamente designados para o acompanhamento e a execução do convênio, os quais, em consonância com a Sra. Monaliza de Nascimento Silva, Diretora Administrativa, manifestaram concordância com as decisões adotadas, validando o presente resultado.

Diante disso, autoriza-se a Comissão de Execução a adotar as providências administrativas necessárias à aquisição dos equipamentos objeto do presente Aviso de Cotação, conforme demonstrado no mapa comparativo de preços (anexo).

Fica esta ata constituída como instrumento formal de divulgação das propostas selecionadas, relativas à cotação prévia de preços realizada.

Nada mais havendo a tratar, às 14h30min, foram encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual lavrei a presente ata. A mesma foi lida, aprovada e assinada por mim, Monaliza de Nascimento Silva – Diretora Administrativa, e por todos os membros presentes da Comissão de Acompanhamento e Execução do Convênio da APAMI.

Jardim do Seridó/RN, em 04 de julho de 2025.

MONALIZA DE NASCIMENTO SILVA
Diretora Administrativa

MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS DOS SANTOS	***JOSELÂNIA SANTOS***
Tesoureira	Enfemeira

ANEXO I – PARECER DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
Ref.: Cotação Previa de Preços – Convênio n° 929804/2022.
Objeto: Aquisição de Equipamento e Material permanente para Unidade de atenção especializada em saúde **Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz**.

ASSUNTO AVISO DE COTAÇÃO
PARECER AVALIATIVO
A DIRETORIA DO HOSPITAL MATERNIDADE DR RUY MARIZ DE JARDIM DO SERIDÓ, em conformidade com o disposto no item 7, item do aviso de cotação nº 001/2025 Convenio Nº 929804/2022;
Considerando, as cotações de preços recebidas e a rigorosa análise destas, concluímos com o seguinte parecer:
Informamos que foi realizada a análise das propostas apresentadas pelas licitantes, com o objetivo de verificar a conformidade dos preços ofertados com as exigências estabelecidas no Edital, bem como a observância dos critérios de vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Após a devida verificação, constataram-se como mais vantajosas para os interesses do Hospital, por apresentarem os menores preços, as propostas das seguintes empresas:
CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 42.591.738/0001-10;
RTS RIO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.050.750/0001-29; e
GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.545.179/0001-25.
SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.426.628/0001-33.
CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.776/0001-60
Diante disso, foi realizada a análise dos catálogos técnicos apresentados pelas referidas empresas, com o intuito de aferir a compatibilidade dos itens ofertados com as especificações contidas no Edital, assegurando-se, assim, o atendimento ao interesse público e aos princípios que regem a contratação administrativa.
A empresa CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 42.591.738/0001-10, sagrou-se vencedora no Item 01 do certame, por haver atendido integralmente às exigências previstas no edital, ter ofertado o menor valor entre as propostas apresentadas e indicado produto com marca compatível com as especificações técnicas exigidas no Edital. Diante do exposto, opina-se favoravelmente à sua contratação.
A empresa RTS RIO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.050.750/0001-29, apresentou a proposta de menor valor para o Item 07. No entanto, durante a análise técnica dos catálogos apresentados, constatou-se que o produto ofertado não possui configuração compatível com as especificações exigidas por este órgão, conforme estabelecido no Edital. Ressalta-se, ainda, que já houve fornecimento anterior de modelo idêntico ao ora proposto, o qual, à época, não atendeu de forma satisfatória às necessidades da Administração. Diante do exposto, opina-se pelo parecer não favorável à sua contratação.
Considerando a desclassificação da empresa RTS RIO S/A, procedeu-se à análise da proposta da empresa CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.776/0001-60, a qual apresentou a segunda melhor oferta para o item 07 do certame e primeiro lugar para o item 03. Todavia, após criteriosa análise técnica dos catálogos apresentados, verificou-se que os produtos ofertados não atendem às especificações técnicas mínimas exigidas no Termo de Referência, em conformidade com as exigências contidas no Edital do certame. Ademais, registra-se que o modelo ora ofertado já foi anteriormente fornecido a esta Administração Pública, ocasião em que não atendeu de forma satisfatória às necessidades operacionais do órgão requisitante, comprometendo, inclusive, a adequada prestação dos serviços públicos vinculados. Diante do exposto e com fundamento nos princípios da eficiência, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da supremacia do interesse público, opina-se pelo indeferimento da proposta apresentada pela referida empresa, por não atender aos critérios técnicos e qualitativos exigidos, manifestando-se, portanto, parecer técnico desfavorável à sua contratação.
SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.426.628/0001-33, a qual apresentou a Terceira melhor oferta para o item 07 do certame. No entanto, durante a análise técnica dos catálogos apresentados, constatou-se que o produto ofertado não possui configuração compatível com as especificações exigidas por este órgão, conforme estabelecido no Edital. Ressalta-se, ainda, que já houve fornecimento anterior de modelo idêntico ao ora proposto, o qual, à época, não atendeu de forma satisfatória às necessidades da Administração. Diante do exposto, opina-se pelo parecer não favorável à sua contratação.
A empresa GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.545.179/0001-25, após a desclassificação das empresas anteriormente posicionadas, classificou-se como vencedora dos itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07, em razão da ordem de classificação e da apresentação de preços inferiores ao estimado, conforme previsto no Edital. Constatou-se, durante a análise técnica e documental, que a empresa atendeu integralmente a todas as exigências editalícias, apresentou o menor valor entre as propostas válidas e indicou produtos de marca compatível com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, não havendo quaisquer óbices à sua habilitação quanto aos aspectos técnico e comercial. Diante do exposto, opina-se de forma favorável à contratação da empresa GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA para o fornecimento dos itens supracitados, com fundamento nos princípios da legalidade, eficiência, competitividade e da vantajosidade para a Administração Pública, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.
Dito isto, solicitamos que se proceda o trâmite necessário e legal.
Sem mais para o momento, renovamos os votos de elevada estima e distinta consideração.
Jardim do Seridó – RN, 03 de julho de 2025.

LORENA SILVA DE MEDEIROS
Enfermeira

ANEXO II – MAPA DE APURAÇÃO

MAPA DE APURAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS								
FORNECEDORES								
EQUIPAMENTOS	QTD	VALOR REFERÊNCIAL	ARJO BRASIL	GMC DISTRIBUIDORA	SAM MEDIC	CACTOS DISTRIBUIDORA	MEDI-SAUDE	1000MEDIC
Freezer Comum horizontal	1	R$ 3.342,00				R$ 3.342,00		
Autoclave Vertical	1	R$ 33.934,00		R$ 33.933,00				
Monitor multiparâmetros	1	R$ 16.793,00		R$ 14.598,89		R$ 16.793,00		
Cadeira de Banho	1	R$ 450,00		R$ 299,99		R$ 450,00		
Poltrona Hospitalar	5	R$ 1.872,00		R$ 1.235,00		R$ 1.782,00	R$ 1.552,11	
Cama Hospitalar	8	R$ 6.040,00	R$ 8.800,00	R$ 2.965,00	R$ 4.218,00	R$ 6.040,00	R$ 4.377,91	
Bomba de infusão	5	R$ 12.642,00		R$ 4.598,99		R$ 12.642,00		R$ 10.977,89

EQUIPAMENTOS	QTD	VALOR REFERÊNCIAL	RTS RIO S.A.	PROENÇA COMERCIAL	SAMTRONIC INDÚSTRIA	MAIS ETICA	DESEMATEC MÓVEIS	CIRÚRGICA SÃO FELIPE
Freezer Comum horizontal	1	R$ 3.342,00						
Autoclave Vertical	1	R$ 33.934,00						
Monitor multiparâmetros	1	R$ 16.793,00						R$ 7.190,00
Cadeira de Banho	1	R$ 450,00						
Poltrona Hospitalar	5	R$ 1.872,00		R$ 1.238,00		R$ 1.718,00	R$ 1.630,00	
Cama Hospitalar	8	R$ 6.040,00				R$ 5.766,00	R$ 2.970,00	
Bomba de infusão	5	R$ 12.642,00	R$ 2.650,00	R$ 5.500,00	R$ 3.800,00	R$ 5.410,00		R$ 3.479,00
CLASSIFICAÇÃO								
ITENS	EQUIPAMENTOS		EMPRESAS			Jardim do Seridó – RN, 03 de julho de 2025		
01	Freezer Comum horizontal		CACTOS DISTRIBUIDORA					
02	Autoclave Vertical		GMC DISTRIBUIDORA					
03	Monitor multiparâmetros		GMC DISTRIBUIDORA					
04	Cadeira de Banho		GMC DISTRIBUIDORA			Lorena Silva de Medeiros		
05	Poltrona Hospitalar		GMC DISTRIBUIDORA			Enfermeira		
06	Cama Hospitalar		GMC DISTRIBUIDORA					
07	Bomba de infusão		GMC DISTRIBUIDORA					

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:4B46B7FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 185, DE 04 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 830, de 30 de dezembro de 2009, que dispõe do Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério Municipal.
CONSIDERANDO, a necessidade de interesse do serviço público, que o gozo das férias dos Professores e Pedagogos municipais devem ser dadas igualmente com o recesso escolar, conforme planejamento do Calendário Letivo Escolar Municipal/2025, mesmo que algum profissional não tendo concluído 12/12 avos do período aquisitivo.
CONSIDERANDO, Ofício nº 192/2025 – SEME/PMJS, protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração no dia 03/07/2025.
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder aos professores e pedagogos abaixo relacionados, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de **04/07/2025 à 18/07/2025**.

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Período aquisitivo
1513	Adriana Maria Cardoso	Professor	2024/2025
0361	Albaniza de Medeiros Dias Alves	Professor	2024/2025
1381	Aldjapatricia de Azevedo Fernandes	Professor	2024/2025
2048	Aline Keilla Azevedo dos Santos	Professor	2024/2025
2046	Alexsandro Morais de Azevedo	Professor	2024/2025
1909	Amanda Galdino de Oliveira	Professor	2024/2025
0449	Ana Cristina Medeiros de Azevedo Silva	Professor	2024/2025
1984	Ana Paula de Medeiros Domingos	Professor	2024/2025
0689	Anneliese Medeiros Brito	Professor	2024/2025
1975	Antonia Angela Fonseca de Luna	Professor	2024/2025
0406	Carmen Silene da Silva Azevedo	Professor	2024/2025
1985	Chirlene Felix dos Santos de Azevedo	Professor	2024/2025
0438	Claudimar dos Santos Ramos	Professor	2024/2025
0461	Cláudio Dias Nunes	Professor	2024/2025
1978	Cristiane Mata de Medeiros	Professor	2024/2025
1883	Daniele Costa de Medeiros	Professor	2024/2025
2174	Daiane Prisila Oliveira de Medeiros	Professor	2024/2025
1314904	Daiany da Costa Nobrega	Professor	2024/2025
0805	Déa Alves de Araújo Santos	Professor	2024/2025
1712	Debora Alves da Silva Barbosa	Professor	2024/2025
1773	Djaine de Araújo Dantas	Professor	2024/2025
1523	Edilza Maria de Azevedo	Professor	2024/2025
0362	Edna Morais de Lima Medeiros	Professor	2024/2025
1096	Eliane Nascimento de Azevedo	Professor	2024/2025
1977	Elis Regina dos Santos Rosa	Professor	2024/2025
0411	Eliziana Carneiro de Melo Gonçalves	Professor	2024/2025
1939	Emanuel Hudson da Silva	Professor	2024/2025
1380	Ester Alves Pequeno dos Anjos Cruz	Professor	2024/2025
1039	Ferlúcia do Nascimento Dantas	Professor	2024/2025
1882	Fihama Brenda Lucena da Costa	Professor	2024/2025
1976	Francielma Diniz Silva	Professor	2024/2025
0667	Francisca Ofélia Dantas Chianca	Professor	2024/2025
0500	Francisco de Assis da Silva	Professor	2024/2025
1732	Gilmaria Dantas Moraes de Medeiros	Professor	2024/2025
0700	Gildo Milton de Araújo	Professor	2024/2025
0663	Gisélia Maria de Medeiros Ferreira	Professor	2024/2025

1315005	Helisson Souza dos Santos	Professor	2024/2025
1862	Hortência Carla Cirne de Góis	Professor	2024/2025
1983	Isabel Cristina Lima e Silva	Professor	2024/2025
2047	Iris Santos Silva Azevedo	Professor	2024/2025
1389	Jaivânia Santos	Professor	2024/2025
0407	Jaqueline Maria de Oliveira	Professor	2024/2025
1900	Janaina Dantas de Medeiros Cunha	Professor	2024/2025
2085	Jayane do Nascimento Souza	Pedagogo	2024/2025
1884	Jane da Silva Araújo	Professor	2024/2025
1915	Jéssica Jennyfer Dias Dantas	Professor	2024/2025
1085	José Diniz Dantas de Medeiros	Professor	2024/2025
2180	Jose Avelino dos Santos	Pedagogo	2024/2025
0697	Jozelí Nascimento de Azevedo	Professor	2024/2025
1790	Katiane Cristina da Silva Sousa	Professor	2024/2025
1911	Laucimar Andreia S. de Medeiros	Professor	2024/2025
2078	Laize Karla de Lima	Pedagogo	2024/2025
0684	Luciano Jorge de França Jenuino	Professor	2024/2025
1857	Lucineide de Araújo Silva	Professor	2024/2025
1895	Luíza Laissa Pereira da Silva	Professor	2024/2025
1916	Lidiane Patrícia de Araújo Sales	Professor	2024/2025
1936	Mara Célia dos Santos Morais	Professor	2024/2025
1774	Maria Arlene Araújo da Silva Medeiros	Professor	2024/2025
1556	Maria Carla de Oliveira Medeiros	Pedagogo	2024/2025
1100386	Maria Salete de Oliveira Silva	Professor	2024/2025
1206800	Maria das Vitorias da Silva	Professor	2024/2025
1389	Maria Cristina Dantas de Oliveira	Professor	2024/2025
1424	Maria da Guia Azevedo da Cunha	Professor	2024/2025
2005	Maria de Fátima Araújo da Silva	Professor	2024/2025
0209	Maria de Fátima Costa de Oliveira	Pedagogo	2024/2025
0666	Maria de Fátima Medeiros de Araújo	Professor	2024/2025
1713	Maria Francineide Brito	Professor	2024/2025
0463	Maria Goretti Silva dos Santos	Professor	2024/2025
2002	Maria Margarete da Silva Borges	Professor	2024/2025
1856	Maria Misaely Lucena Araújo	Professor	2024/2025
1907	Marília Dantas Rodrigues de Albuquerque	Professor	2024/2025
1516	Mariluce Cunha de Souza Medeiros	Professor	2024/2025
0408	Marta Costa de Medeiros Batista	Professor	2024/2025
0806	Marluce Araújo da Costa	Pedagogo	2023/2024
1538	Milena Karina Fernandes de Araújo	Professor	2024/2025
0696	Mércia Azevedo do Nascimento Oliveira	Professor	2024/2025
0435	Osvanilda Meira Ferreira	Professor	2024/2025
1314246	Rafaela Melo da Silva	Professor	2024/2025
0557	Renata Carolina de Araújo Azevedo	Professor	2024/2025
1947	Rita de Cássia Gomes Rodrigues	Professor	2024/2025
1370	Rosa Maria de Medeiros Faria	Professor	2024/2025
0538	Salésia Medeiros	Professor	2024/2025
1314319	Samantha Larissa Silvino dos Santos	Professor	2024/2025
0409	Sandro Marins de Medeiros	Professor	2024/2025
0708	Severino Antônio da Silva e Paiva	Professor	2024/2025
1363	Sheylla Regina Sampaio de Sena	Pedagogo	2024/2025
1376	Solemar Maria de Figueiredo Santos	Professor	2024/2025
1371	Sônia Azevedo de Medeiros	Psicopedagogo	2024/2025
0413	Sônia Azevedo de Medeiros	Professor	2024/2025
0435	Telma Araújo da Costa Fonseca	Professor	2024/2025
1367	Zenaide Macêdo Sena	Professor	2024/2025

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 04 de julho de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração
Mat.: 2096

Publicado por:
Alani Pereira Dias
Código Identificador:AB741023

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.160/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: A R TORRES MUNDO DAS FLORES LTDA
CNPJ: 51.759.284/0001-35
ENDEREÇO: Rua São José, nº 1254, Lagoa Seca – Natal/RN, CEP: 59.031-630.
OBJETO: Aquisição de flores e folhagens naturais, para suprir a necessidade dos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Jundiá/RN.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DOSITENS	UNID	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	**ASTROMÉLIA** - MAÇO COM 10 HASTES DE Astromélia,também conhecida como lírio peruano e lírio dos incas, pois é originária da América do Sul.	MAÇO	50	70,00	3.500,00
2	**BOTÕES** - MAÇO CONTENDO 10 HASTES DE Botões de Rosas, para ornamentações de eventos	MAÇO	60	120,00	7.200,00
3	**COSTELA DE ADÃO** - Planta nativa do Brasil, possui folhas grandes e coriáceas com muitos cortes lanceolados.	PACOTE	50	40,00	2.000,00
4	**ESPUMA FLORAL** - A espuma para floresé feita com um material estéril e com propriedades antimicrobianas, que evita a proliferação de bactérias e fungos.	UNIDADE	100	30,00	3.000,00
5	**FOLHAGENS** - São espécies utilizadas para a decoração interna dos ambientes e em ações paisagísticas em jardins e outras áreas externas.	PACOTE	100	35,00	3.500,00
6	**GÉRBERAS** - Gérberae margarida-do-Transvaal, é uma erva da família das compostas. É nativa do sudeste da África do Sul.	PACOTE	40	35,00	1.400,00
7	**LISIANTHUS** - É uma planta ornamental da família das Gencianáceas e o seu cultivo pode ser feito como flor-de-corte ou em vasos.	PACOTE	40	70,00	2.800,00
8	**LIRIOS**	MAÇO	60	100,00	6.000,00
9	**MARGARIDAS** - Margaridaapresenta pétalas alargadas e delgadas que contornam o botão central, dourado ou amarelo.Suas folhas são ovais e seu caule é comprido, podendo chegar até 1 metro de altura.	PACOTE	70	45,00	3.150,00
10	**MONSENHOR** - O Crisântemo (Monsenhor) é umaplantatradicional asiática. O nome Crisântemo tem origem grega e significa "flor de ouro".	PACOTE	80	45,00	3.600,00
11	**PALMEIRINHA** - Palmácea - As palmeiras pertencem à família Aceraceae e se diferenciam das demais plantas por apresentarem características peculiares.Podem ser solitárias ou agrupadas, podem germinar por sementes ou rebrotar formando touceiras, de estipes mais finos ou de diâmetros maiores.	PACOTE	50	40,00	2.000,00
12	**SORRISO MARIA** - Floresde corte para ornamentação.	PACOTE	80	100,00	8.000,00
13	**TANGO** - Aflor tango, conhecida também como haste dourada canadense, haste canadense e vara dourada, é uma planta pertencente à família botânica.	PACOTE	50	100,00	5.000,00

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 032/2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses nos termos da Lei nº 14.133/2021.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 **–** Sec. Mun. de Administração**; AÇÃO:** 2004 **–** Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; **NATUREZA:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; **FONTE:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos. **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.

Jundiá/RN, 03 de julho de 2025.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Alexsandro Rabelo Torres

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:EF78E48A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 46/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos e serigráficos diversos, de forma parcelada, visando atender às necessidades das secretarias municipais e da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Fornecedor: **AK INOVACOES LTDA**		
CNPJ: **53.696.164/0001-61**	Telefone: **31988994543**	Email:
Endereço: **Rua Professor Amálio Pinheiro, 20 SALA 3, Santa Cruz, Guarapuava/PR, CEP: 85015-440**		
Representante: **Aleson Francisco Kulka** - CPF: **040.979.059-10**		

LOTE 03 - MEDALHAS E TROFÉUS						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0035907 - Medalha com fita de cetim base: acrílico, ps cristal (transparente) ou resina personalização com acabamento em resina ouro, prata e bronze, tamanho: 6,5x6,5cm.	PROPRIA	Unidade	1900	6,000	11.400,00
61	0030314 - TROFÉU EM GRANITO BRANCO COM VIDRO TRANSPARENTE. "SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 30X28CM.	PROPRIA	Unidade	50	60,000	3.000,00
90	0050772 - TROFÉU EM GRANITO MARACUJÁ COM VIDRO TRANSPARENTE. SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 18X27CM. 3MM DE ESPESSURA. VIDRO TRANSPARENTE. SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: REQUISIÇÃO DE	PROPRIA	Unidade	50	45,000	2.250,00
91	0031813 - TROFÉU EM GRANITO PRETO COM VIDRO TRANSPARENTE. SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 19X30CM. 3MM DE ESPESSURA.	PROPRIA	Unidade	50	45,000	2.250,00
92	0050773 - TROFÉU EM VIDRO TRANSPARENTE. SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 15X15CM. 3MM DE ESPESSURA.	PROPRIA	Unidade	50	34,000	1.700,00
93	0050774 - TROFÉU EM VIDRO TRANSPARENTE. SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 15X20CM. 3MM DEESPESSURA.	PROPRIA	Unidade	50	30,000	1.500,00
94	0035999 - Troféu em vidro transparente similar ou equivalente" tipo: acrílico, ps cristal ou resina dimensões: 27x30cm. 3mm de espessura.	PROPRIA	Unidade	300	29,750	8.925,00
95	0031817 - TROFÉU EM VIDRO TRANSPARENTE. TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 17X25CM. 3MM DE ESPESSURA.	PROPRIA	Unidade	300	18,980	5.694,00
96	0050775 - MEDALHA EM ACRÍLICO PERSONALIZADA "SIMILAR OU EQUIVALENTE", TIPO: ACRÍLICO, OS CRISTAL COM ADESIVO VINIL DE IDENTIFICAÇÃO DO E EVENTO COM7CM DE DIÂMETRO E 3MM DE ESPESSURA. ACOMPANHA FITA DE CETIM.	PROPRIA	Unidade	300	5,000	1.500,00
97	0036001 - Medalha em metal com fita de cetim "similar ou equivalente", tipo: acrílico, os cristal ou resina personalização com acabamento em resina (ouro, prata e bronze) dimensão: 6,5x6, 5cm.	PROPRIA	Unidade	300	7,000	2.100,00
98	0050776 - TROFÉU EM GRANITO BRANCO COM VIDRO TRANSPARENTE. "SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES:27X20CM.	PROPRIA	Unidade	50	69,980	3.499,00
99	0050777 - TROFÉU COM BASE EM GRANITO OU SIMILAR, COM VIDRO TRANSPARENTE. "SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DE 3MM ESPESSURA DIMENSÕES: 278X20CM.	PROPRIA	Unidade	300	60,000	18.000,00
100	0031810 - TROFÉU EM GRANITO CINZA COM VIDRO TRANSPARENTE. "SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES: 24X21CM. 3MM DE ESPESSURA.	PROPRIA	Unidade	300	59,980	17.994,00
101	0050778 - TROFÉU EM GRANITO MARACUJÁ COM VIDRO TRANSPARENTE. SIMILAR OU EQUIVALENTE" TIPO: ACRÍLICO, PS CRISTAL OU RESINA DIMENSÕES:16X30CM. 3MM DE ESPESSURA.	PROPRIA	Unidade	300	49,980	14.994,00
VALOR GLOBAL LOTE 03 - MEDALHAS E TROFÉUS						**94.806,00**

Valor Total R$ 94.806,00 (noventa e quatro mil oitocentos e seis reais). Prazo de Vigência: 03 de julho de 2025, vigente até 03 de julho de 2026. Data: 03/07/2025. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e AK INOVACOES LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:04DB7830

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos e serigráficos diversos, de forma parcelada, visando atender às necessidades das secretarias municipais e da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Fornecedor: **MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA**		
CNPJ: **11.886.312/0001-60**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA DOS COLIBRIS, 33 , CONJUNTO ALMEIDA POTIGUAR, SÃO GONÇALO DO AMARNTE/RN, CEP: 59290-000**		
Representante: **ALEXANDRE CARLOS OLIVEIRA DA SILVA** - CPF: **318.226.143-68**		

LOTE 08 - SERIGRÁFICOS

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
117	0050785 - CAMISETA MANGA CURTA: MALHA PV, COMPOSIÇÃO 33% VISCOSE E 67% POLIÉSTER COM TRATAMENTO ANTI-PEELING OU MALHA 30,1 PENTEADA 100% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 0,160G/M2, COR BRANCA OU COLORIDA, GOLA CARECA OU GOLA DE VIÉS, COM REFORÇO, IMPRESSÃO PERSONALIZA	MF	Unidade	3100	20,00	62.000,00
118	0050786 - CAMISETA SEM MANGA: MALHA PV, COMPOSIÇÃO 33% VISCOSE E 67% POLIÉSTER COM TRATAMENTO ANTI-PEELING OU MALHA 30,1 PENTEADA 100% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 0,160G/M2, COR BRANCA OU COLORIDA, GOLA CARECA OU GOLA DE VIÉS, COM REFORÇO, IMPRESSÃO PERSONALIZADA	MF	Unidade	1000	22,00	22.000,00
119	0050787 - CAMISETA GOLA POLO: MANGA CURTA COM PUNHO, MALHA PV, COMPOSIÇÃO 33% VISCOSE E 67% POLIÉSTER, COM TRATAMENTO ANTI-PEELING, COR BRANCA OU COLORIDA, PEITILHO FUNCIONAL COM 12CM, COM FECHAMENTO EM 2 OU 3 BOTÕES, COM IMPRESSÃO PERSONALIZADAS EM SERIGRAFI	MF	Unidade	1100	42,00	46.200,00
120	0050788 - CAMISETA MANGA CURTA: MALHA 100% ALGODÃO, COR A SER DEFINIDA (COLORIDA), GOLA CARECA OU GOLA V, COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA, FORMATO A SER DEFINIDO OU ESTAMPA TOTAL DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE CADA EVENTO, SENDO FRENTE 4 CORES, COSTA 4 CO	MF	Unidade	3100	24,00	74.400,00
121	0050789 - CAMISETA SEM MANGA: MALHA 100% ALGODÃO, COR A SER DEFINIDA (COLORIDA), GOLA CARECA OU GOLA V, COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA, FORMATO A SER DEFINIDO OU ESTAMPA TOTAL DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE CADA EVENTO, SENDO FRENTE 4 CORES E COSTA 4 COR	MF	Unidade	3000	24,00	72.000,00
122	0050790 - CAMISETA GOLA POLO: MANGA CURTA, MALHA PIQUE, COMPOSIÇÃO 40% ALGODÃO E 60% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 0,185G/M2, COR A SER DEFINIDA (COLORIDA), PUNHO COMPOSIÇÃO 48% ALGODÃO E 52% POLIÉSTER, PEITILHO FUNCIONAL COM 12CM, COM FECHAMENTO EM 2 BOTÕES, COM	MF	Unidade	1100	41,00	45.100,00
123	0050791 - CAMISETA MANGA CURTA (ATLETA): MALHA DRYSPORT, 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA 145G, MULTIFILAMENTOS COM TOQUE SUAVE, SECAGEM RÁPIDA, ACABAMENTO ANTI- BACTERIANO, COR A SER DEFINIDA (COLORIDA) INCLUSIVE FLUORESCENTE, GOLA CARECA OU GOLA V, COM IMPRESSÃO	MF	Unidade	1000	31,00	31.000,00
127	0050794 - BONÉ PERSONALIZADO: MODELO TRADICIONAL, GORRO COM VISEIRA, COM FECHAMENTO AJUSTÁVEL DE VELCRO OU DE PLÁSTICO, TAMANHO ADULTO OU INFANTIL (CONFORME DEMANDA DO SOLICITANTE), TECIDO TACTEL (100% POLIÉSTER). PERSONALIZAÇÃO NA PARTE FRONTAL COM ATÉ 4 CORESE NAS LATERAIS COM 1 COR, AMBAS EM SILKSCREEN. COR A DEFINIR PELO SOLICITANTE E MEDIANTE DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR.	MF	Unidade	400	18,00	7.200,00
128	0050795 - BONÉ PERSONALIZADO: MODELO TRADICIONAL, GORRO COM VISEIRA, COM FECHAMENTO AJUSTÁVEL DE VELCRO OU DE PLÁSTICO, TAMANHO ADULTO OU INFANTIL (CONFORME DEMANDA DO SOLICITANTE), TECIDO EM BRIM (100% ALGODÃO). PERSONALIZAÇÃO NA PARTE FRONTAL COM ATÉ 4 CORES E NAS LATERAIS COM 1 COR, AMBAS EM TRANSFER DIGITAL. COR A DEFINIR PELO SOLICITANTE E MEDIANTE DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR.	MF	Unidade	400	20,00	8.000,00
131	0050798 - SUBLIMAÇÃO: IMPRESSÃO PERSONALIZADA COLORIDA FRENTE E VERSO EM SERIGRAFIA PARA CAMISETAS NOS TAMANHOS PP, P, M, G. ARTE A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO.	MF	Unidade	10000	9,00	9.000,00
145	0050804 - COLETE NA COR A CRITERIO DA ADMNISTRAÇÃO EM TECIDO RIP STOP, BOLSO FRONTAL DO LADO DIREITO E ESQUERDO NA PARTE SUPERIOR COM PINTURA DA LOGO, BOLSO NA PARTE INFERIOR DE AMBOS OS LADOS, FECHAMENTO COM ZÍPER MODELO JACARÉ NA PARTE FRONTAL E PINTURA NAS COS T	MF	Unidade	100	96,00	9.600,00
146	0050805 - SHORT (ATLETA): MALHA DRYSPORT, 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA 145G, MULTIFILAMENTOS COM TOQUE SUAVE, SECAGEM RÁPIDA, ACABAMENTO ANTI-BACTERIANO, COR A SER DEFINIDA (COLORIDA) INCLUSIVE FLUORESCENTE, COM IMPRESSÃO PERSONALIZADAS EM SERIGRAFIA, FORMATO A	MF	Unidade	800	33,00	26.400,00
VALOR GLOBAL LOTE 08 - SERIGRÁFICOS						**412.900,00**

Valor Total R$ 412.900,00 (quatrocentos e doze mil e novecentos reais). Prazo de Vigência: 03 de julho de 2025, vigente até 03 de julho de 2026. Data: 03/07/2025. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:D3EA268E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 48/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos e serigráficos diversos, de forma parcelada, visando atender às necessidades das secretarias municipais e da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Fornecedor: **RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI**		
CNPJ: **27.232.288/0001-86**	Telefone: **8135219607**	Email:
Endereço: **Avenida Segismundo Pereira, 0 , Santa Mônica, Uberlândia/MG, CEP: 38408-170**		
Representante: **Renato Augusto de Assunção Ribeiro** - CPF: **113.993.006-01**		

LOTE 01 - MATERIAIS GRÁFICOS

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0035902 - Cartão papel couche 300g, fosco (sem verniz), 4x1, 10x15cm.	PROPRIA	Unidade	1600	0,98	1.568,00
3	0035903 - Folder papel couchê 115g, 4x4 21,1x29,7cm, duas dobras.	PROPRIA	Unidade	5500	0,50	2.750,00
4	0035904 - Folder papel couchê 115g, 4x4 21,1x29,7cm, três dobras.	PROPRIA	Unidade	2000	0,95	1.900,00
6	0035906 - Panfleto papel couchê 115g,4x4, 15x21cm.	PROPRIA	Unidade	2000	0,71	1.420,00
10	0035911 - Capa para processo papel offset 180g, cores variadas, 4x0 42cm x 30cm, uma dobra.	PROPRIA	Unidade	1000	1,650	1.650,00
11	0035912 - Cartilha do idoso capa papel couchê 150g, 4x4, 15x21cm.	PROPRIA	Unidade	200	9,03	1.806,00
38	0035945 - Cartão – controle de hiperdia papel cartão 300g, branco, 1x1, 21,5x8cm, uma dobra.	PROPRIA	Unidade	2000	0,79	1.580,00
41	0035948 - Ficha de visita papel cartão 300g, branco, 1x0, 15,6x10,2cm.	PROPRIA	Unidade	100	1,51	151,00
54	0035963 - Certificados papel couchê 180g bco, 4x4 tamanho a4, 21,1x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	1000	2,13	2.130,00
55	0050768 - CONVITES PAPEL LINHO PELADO 180G BCO, 1X1, TAMANHO A4, 21,1X29,7CM, UMA DOBRA.	PROPRIA	Unidade	500	1,73	865,00
56	0035965 - Crachá papel tríplex 180g, 4x0 12x10cm, com cordão.	PROPRIA	Unidade	1800	1,84	3.312,00
57	0035966 - Credenciais seminários e palestras papel couchê 250g, 4x0, 9,1x15,3cm, verniz total frente.	PROPRIA	Unidade	600	0,45	270,00
58	0035967 - Folheto papel couchê 115g, 4x4 21x15cm, sem verniz.	PROPRIA	Unidade	300	1,79	537,00

59	0050769 - PASTAS PARA EVENTOS PAPEL COUCHÊ 250G BCO, 4X0, C/ BOLSO INTERNO, ELÁSTICO, 45,5X35,7CM, UMA DOBRA.	PROPRIA	Unidade	1000	4,88	4.880,00
60	0030310 - PASTAS PARA EVENTOS, COM BOLSO INTERNO, PAPEL BRANCO, IMPRESSÃO COLORIDA, GRAMATURA 240G, ELÁSTICO, TAMANHO 32CM X 23CM, LOGOMARCA COLORIDA.	PROPRIA	Unidade	500	5,08	2.540,00
62	0035969 - Cartão - planejamento familiar papel cartão 300g bco, 1x1, 21,5x8cm, uma dobra.	PROPRIA	Unidade	3000	0,63	1.890,00
63	0035970 - Cartão de acompanhamento medicamentos de controle especial papel cartão 300g bco, 1x1, 20x10cm, uma dobra.	PROPRIA	Unidade	3000	0,63	1.890,00
64	0035974 - Cartão de vacinação cães e gatos papel cartão 300g verde, 4x1, 15x21cm, uma dobra.	PROPRIA	Unidade	1000	1,35	1.350,00
134	0050801 - CARTEIRA DE VACINAÇÃO PERSONALIZADA : PAPEL CARTÃO 300G, 21X10 COM UMA DOBRA.	PROPRIA	Unidade	1000	1,32	1.320,00
135	0043363 - Caderneta da gestante capa papel couchê 150g, 4x4, 15x21cm.	PROPRIA	Unidade	1000	7,77	7.770,00
136	0043364 - Caderneta da criança (feminino) capa papel couchê 150g, 4x4, 15x21cm.	PROPRIA	Unidade	1000	13,38	13.380,00
137	0043365 - Caderneta da criança (masculino) capa papel couchê 150g, 4x4, 15x21cm.	PROPRIA	Unidade	1000	11,31	11.310,00
141	0043368 - Cartão papel couche 300g, fosco (sem verniz), 4x1,10x20cm.	PROPRIA	Unidade	1000	1,32	1.320,00
152	0050811 - CARTÃO – CONTROLE DE INSULINA PAPEL CARTÃO 300G, BRANCO, 1X1, 21,5X8CM, UMA DOBRA.	PROPRIA	Unidade	1000	1,07	1.070,00
VALOR GLOBAL LOTE 01 - MATERIAIS GRÁFICOS						**68.659,00**

LOTE 02 - MATERIAIS SAÚDE

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0043644 - FOLHA DE FREQUÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS BLOCO C/ 100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	5	23	115,00
8	0043647 - ATESTADO MÉDICO DE AFASTAMENTO BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	3000	0,20	600,00
9	0043648 - BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA – BAU BLOCO COM 100 FOLHAS (FRENTE E VERSO) PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	5000	6,75	33.750,00
12	0035916 - Ficha evolução hospitalar bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x1, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	5000	6,75	33.750,00
13	0035918 - Ficha de referência – sus/rn bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x0, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	3000	6,17	18.510,00
14	0035919 - Ficha - prescrição médica e relatório de enfermagem bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x0, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	5000	5,70	28.500,00
15	0035920 - Ficha de prescrição médica bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x0, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	5000	5,70	28.500,00
16	0050762 - FICHA DE ATENDIMENTO DA SALA DO PRÉ – PARTO E SALA DE PARTO – BLOCO COM 100 FOLHAS (FRENTE E VERSO) PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Unidade	1500	6,91	10.365,00
17	0050763 - FICHA DE EVOLUÇÃO DIARIA DO ENFERMEIRO– BLOCO COM 100 FOLHAS (FRENTE E VERSO) PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Unidade	100	9,44	944,00
18	0050764 - FICHA DE PARÊMETROS HEMODINAMICOS BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21X29,7CM.	PROPRIA	Unidade	800	6,88	5.504,00
19	0035921 - Ficha de requisição de exames gerenciador de ambiente laboratorial bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x0, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	5000	5,70	28.500,00
20	0035923 - Ficha de citopatológicos para análise bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x0, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	2000	6,26	12.520,00
21	0035924 - Ficha de encaminhamento bloco c/100 folhas papel offset 75g, 1x0, 21x29,7cm.	PROPRIA	Unidade	3000	6,17	18.510,00
22	0043658 - LAUDO - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	1300	6,26	8.138,00
23	0043659 - PARECER RADIOLÓGICO BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	500	7,46	3.730,00
24	0050765 - PLANILHAS DE AUTORIZAÇÃO - PROCEDIMENTOS MÉDIA COMPLEXIDADE – APMC BLOCO C/100	PROPRIA	Bloco	50	8,62	431,00
25	0043661 - PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	100	8,02	802,00
26	0043662 - REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	800	7,57	6.056,00
27	0043663 - REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - COLO ÚTERO BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	1000	6,91	6.910,00
28	0043664 - RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL BRANCO BLOCO C/50 FOLHAS, PAPEL AUTOCOPIATIVO 2 VIAS, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	3000	8,15	24.450,00
29	0045718 - RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL AZUL/BRANCO BLOCO C/20 FOLHAS, PAPEL AUTOCOPIATIVO 2 VIAS,15X21CM.	PROPRIA	Bloco	3000	5,23	15.690,00
30	0045716 - RECEITUÁRIO SIMPLES BLOCO C/100 FOLHAS, PAPEL RECICLÁVEL 1X0, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	4000	4,19	16.760,00
31	0043667 - REQUISIÇÃO DE EXAMES GERENCIADOR DE AMBIENTE LABORATORIAL BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	1270	25,91	32.905,70
34	0050766 - EVOLUÇÃO NUTRICIONAL, BLOCO C/100 FOLHAS (FRENTE E VERSO).PAPEL OFFSET 75G, 1X1 21, 1X29, 7CM.	PROPRIA	Unidade	500	25,26	12.630,00
39	0043674 - ATESTADO – DEAMBULAR BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	500	20,00	10.000,00
40	0043675 - ATESTADO MÉDICO BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	3000	19,00	57.000,00
42	0045720 - RELATÓRIO – RESUMO SEMANAL SERVIÇO ANTIVETORIAL BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	100	10,00	1.000,00
43	0045721 - RELATÓRIO – REGISTRO DIÁRIO SERVIÇO ANTIVETORIAL BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X1, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	100	16,60	1.660,00
44	0043679 - REQUISIÇÃO DE EXAME BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	3000	6,17	18.510,00
45	0043680 - PLANILHAS DE AUTORIZAÇÃO - PROCEDIMENTOS ALTA COMPLEXIDADE – APAC BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	5	9,90	49,50
46	0043681 - CONTINUAÇÃO DO TERMO DE APREENSÃO DE PRODUTOS/EQUIPAMENTOS BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM	PROPRIA	Bloco	500	22,51	11.255,00
47	0043682 - CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA OU INTIMAÇÃO BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	500	25,07	12.535,00
48	0043683 - FICHA CADASTRAL – VIGILÂNCIA SANITÁRIA BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	500	27,19	13.595,00
49	0043684 - FICHA - ATENDIMENTO À DENÚNCIA BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	500	27,01	13.505,00
50	0043685 - FICHA - RECEBIMENTO DE DENÚNCIA BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	200	26,34	5.268,00
51	0043686 - FICHA – ENCAMINHAMENTO DE DEÚNCIA BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	200	25,77	5.154,00
52	0050767 - TERMO DE APREENSÃO PRODUTOS OU EQUIPAMENTOS BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	500	26,66	13.330,00
53	0043688 - TERMO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	500	26,56	13.280,00
69	0043704 - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM.	PROPRIA	Bloco	24	13,35	320,40
138	0043773 - FORMULÁRIO, TAMANHO 210 X 297 MM, A4, BLOCO COM 100 FOLHAS. ARTE A COMBINAR.	PROPRIA	Bloco	250	27,81	6.952,50
144	0043778 - CHECKLIST: EM TALÃO TIPO BLOCO CONTENDO FOLHAS CARBONADAS EM TAMANHO A4. 50X3VIAS	PROPRIA	Bloco	200	39,20	7.840,00
147	0050806 - FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR E TERRTORIAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	1000	27,39	27.390,00
148	0050807 - FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - BLOCO C/100 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 21,1X29,7CM.	PROPRIA	Bloco	1000	27,39	27.390,00
153	0045717 - RECEITUÁRIO AZUL TIPO B 26X9.5CM, BLOCO C/20 FOLHAS.	PROPRIA	Bloco	5000	9,03	45.150,00
VALOR GLOBAL LOTE 02 - MATERIAIS SAÚDE						**639.755,10**

Valor Total R$ 708.414,10 (setecentos e oito mil quatrocentos e quatorze reais e dez centavos). Prazo de Vigência: 03 de julho de 2025, vigente até 03 de julho de 2026. Data: 03/07/2025. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:D8898F11

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos e serigráficos diversos, de forma parcelada, visando atender às necessidades das secretarias municipais e da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN.

Fornecedor: **TC DISTRIBUIDORA ELRELI ME**		
CNPJ: **30.306.389/0001-69**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA CORONEL JOSÉ PINTO, 263 , CIDADE ALTA, NATAL/RN, CEP: 59025-020**		

Representante: **Thiago Cesar Miranda Soares** - CPF: **045.669.104-90**

LOTE 05 - CARIMBOS

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
73	0035983 - Carimbo estojo automático medindo 2,7 cm x 1,0 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	24,00	2.400,00
74	0035984 - Carimbo estojo automático medindo 3,8 cm x 1,4 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	23,98	2.398,00
75	0035985 - Carimbo estojo automático medindo 3,0 cm x 3,0 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	40,00	4.000,00
76	0035986 - Carimbo estojo automático medindo 4,5 cm x 4,5 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	58,00	5.800,00
77	0035987 - Carimbo estojo automático medindo 4,7 cm x 1,8 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	53,00	5.300,00
78	0035988 - Carimbo estojo automático medindo 5,9 cm x 2,3 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	50	51,00	2.550,00
79	0035989 - Carimbo estojo automático medindo 6,0 cm x 4,0 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	50	54,00	2.700,00
80	0035990 - Carimbo estojo automático medindo 7,0 cm x 1,0 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	50	64,55	3.227,50
81	0035991 - Carimbo estojo automático medindo 7,0 cm x 1,5 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	50	71,00	3.550,00
82	0035992 - Carimbo estojo automático medindo 7,6 cm x 3,8 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	300	67,00	20.100,00
83	0031807 - CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR COM ESTRUTURA EM METAL AUTO-ENTINTADO MANUAL DE 0 À 9 - 6 DÍGITOS. COR TINTEIRO: AZUL E/OU PRETO.	MARCA PROPRIA	Unidade	30	234,00	7.020,00
VALOR GLOBAL LOTE 05 - CARIMBOS						**59.045,50**

LOTE 06 - ADESIVO - BANNER e demais serviços

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
70	0035980 - Adesivo redondo impressão colorida, 7x7 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	1000	0,90	900,00
71	0035981 - Adesivo redondo impressão colorida, 10x10 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	1000	0,85	850,00
72	0035982 - Adesivo quadrado impressão colorida, 6x6 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	100	0,89	89,00
84	0030286 - ADESIVO AUTOCOLANTE PERSONALIZADO PARA ADESIVAÇÃO DE CARROS COM IMPRESSÃO DE COR CHEIA, M².	MARCA PROPRIA	Metro	100	55,00	5.500,00
85	0050770 - BANNER COR 4X0 CORES. MATERIAL LONA, ACABAMENTO COM ILHÓS M².	MARCA PROPRIA	Metro	100	75,00	7.500,00
86	0050771 - BANNER COR 4X0 CORES. MATERIAL LONA ACABAMENTO PERFIL DE MADEIRA, PONTEIRA E CORDÃO M².	MARCA PROPRIA	Metro	100	78,00	7.800,00
103	0036004 - Adesivo impresso digital com recorte redondo - formato 10x10.	MARCA PROPRIA	Unidade	3000	1,23	3.690,00
107	0036008 - Lona 440g impressa em alta resolução com acabamento nas bordas e ilhós aplicado - tam 6,00x3,00.	MARCA PROPRIA	Unidade	30	705,00	21.150,00
108	0036009 - Lona 440g impressa em alta resolução com acabamento nas bordas e ilhós aplicado - tam 3,00x2,70.	MARCA PROPRIA	Unidade	30	618,00	18.540,00
109	0036010 - Papel outdoor impresso - 3,00x2,00.	MARCA PROPRIA	Unidade	20	98,00	1.960,00
110	0036011 - Papel outdoor impresso - 3,00x2,70.	MARCA PROPRIA	Unidade	20	98,00	1.960,00
111	0036012 - Papel outdoor impresso - 2,20x1,60.	MARCA PROPRIA	Unidade	20	95,00	1.900,00
112	0036013 - Papel outdoor impresso - 2,00x2,00.	MARCA PROPRIA	Unidade	20	100,39	2.007,80
113	0036014 - Papel outdoor impresso - 4,00x1,50.	MARCA PROPRIA	Unidade	200	140,00	28.000,00
114	0050782 - ADESIVO BRILHO IMPRESSO EM ALTA RESOLUÇÃO - 3,00x2,00	MARCA PROPRIA	Unidade	500	266,67	133.335,00
115	0050783 - ADESIVO BRILHO IMPRESSO EM ALTA RESOLUÇÃO - 1,50x1,00	MARCA PROPRIA	Unidade	500	85,00	42.500,00
116	0050784 - ADESIVO BRILHO IMPRESSO EM ALTA RESOLUÇÃO COM RECORTE A LASER.	MARCA PROPRIA	Unidade	2000	112,55	225.100,00
143	0050803 - ENVELOPAMENTO VEICULAR. DESCRIÇÃO: CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE ADESIVO AUTOMOTIVO IMPRESSO EM POLICROMIA DIGITAL EM VEÍCULO NA LATERAL DIREITA; LATERAL ESQUERDA; FRENTE; FUNDO. TIPO DO MATERIAL: PVC/VINIL DE ALTA QUALIDADE CONTENDO RESISTÊNCIA A ALTAS E	MARCA PROPRIA	Metro	100	112,00	11.200,00
149	0050808 - ENVELOPAMENTO PARA JANELAS G5 DESCRIÇÃO: CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE ADESIVO PERSONALIZADO	MARCA PROPRIA	Metro	500	145,88	72.940,00
VALOR GLOBAL LOTE 06 - ADESIVO - BANNER e demais serviços						**586.921,80**

LOTE 07 - PERSONALIZADOS

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0050761 - CALENDÁRIO DE MESA 20X10 BASE: PAPEL TRIPLEX 300G, FORMATO TRIANGULAR, 4X0, SEM VERNIZ MIOLO: PAPEL COUCHÊ 250G, 4X4 ACABAMENTO: WIRE-O (ESPIRAL).	MARCA PROPRIA	Unidade	1000	13,50	13.500,00
87	0035996 - Caneca de acrílico 300ml personalizado.	MARCA PROPRIA	Unidade	700	12,00	8.400,00
88	0035997 - Canetas personalizadas para seminários e palestras.	MARCA PROPRIA	Unidade	2000	3,50	7.000,00
89	0030304 - CRACHÁ, EM PVC 0,5MM CRISTAL 4X4, FORMATO 8,5CM X 5,4CM, VERNIZ CRISTAL FRENTE E VERSO, COM CORDÃO.	MARCA PROPRIA	Unidade	420	18,00	7.560,00
102	0036003 - Lixeira para carro em tnt cores variadas medindo 17x26 cm.	MARCA PROPRIA	Unidade	1000	1,50	1.500,00
104	0050779 - SACOLAS DE PAPEL OFFSET GRAMATURA 120 ACABAMENTO PADRÃO: PLASTIFICAÇÃO BRILHO, REFORÇO NO FUNDO E NA BOCA DE PAPEL DUPLEX 220G/M, ALÇA DE NYLON E ILHOSES ESMALTADOS	MARCA PROPRIA	Unidade	500	8,49	4.245,00
105	0050780 - SACOLAS DE PAPEL OFFSET GRAMATURA 150 ACABAMENTO PADRÃO: PLASTIFICAÇÃO BRILHO, REFORÇO NO FUNDO E NA BOCA DE PAPEL DUPLEX 220G/M, ALÇA DE NYLON E ILHOSES ESMALTADOS	MARCA PROPRIA	Unidade	500	8,00	4.000,00
106	0050781 - SACOLAS DE PAPEL OFFSET GRAMATURA 180 ACABAMENTO PADRÃO: PLASTIFICAÇÃO BRILHO, REFORÇO NO FUNDO E NA BOCA DE PAPEL DUPLEX 220G/M, ALÇA DE NYLON E ILHOSES ESMALTADOS	MARCA PROPRIA	Unidade	500	9,18	4.590,00
124	0050792 - GARRAFA: SQUEEZE, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE E FLEXÍVEL, POLIETILENO, PVC ATÓXICO, CAPACIDADE 500 ML, APLICAÇÃO ÁGUA, BICO DE SILICONE, TAMPA ROSQUEÁVEL, CORES VARIADAS DE FRASCO E TAMPA, ESTAMPARIA POSSÍVEL EM SILKSCREEN. TAMANHO: 17CM X 7CM. PESO 45G.	MARCA PROPRIA	Unidade	1100	14,00	15.400,00
125	0050793 - GARRAFA DOBRÁVEL: SQUEEZE COLORIDO ACINTURADO COM MOSQUETÃO SUPERIOR, CONFORME COR ESCOLHIDA PELO SOLICITANTE, CAPACIDADE DE 480 ML, MATERIAL PLÁSTICO, BICO DE ROSCA TEXTURIZADA E PROTETOR PLÁSTICO PARA	MARCA PROPRIA	Unidade	1200	10,00	12.000,00

	O BICO (COM ALÇA). TAMANHO APROXIMADO: 26 X 12,6CM.					
126	0038099 - CHAVEIRO: acrílico transparente resistente com espessura de 4cm x 5cm, com área personalizável de 3cm x 4cm. Tamanho aproximado: 0.02cm x 0.05cm x 0.10cm. Kit com no mínimo 100 unidades.	MARCA PROPRIA	Pacote	1000	6,00	6.000,00
129	0050796 - CANECA: MATERIAL EM CERÂMICA, CLASSE AAA, FORMATO CILÍNDRICA, COR BRANCA, PERSONALIZÁVEL, CAPACIDADE PARA 325ML, TAMANHO APROXIMADO DE 9,5CM ALTURA E 8CM DIÂMETRO (11OZ). SOBRE A PERSONALIZAÇÃO, A ARTE SERÁ ENTREGUE PRONTA PELO SOLICITANTE EM JPEG TAMANHO	MARCA PROPRIA	Caixa	115	350,00	40.250,00
130	0050797 - COPO: TIPO LONG DRINK, ACRÍLICO, CAPACIDADE 350ML, POLIETILENO, TAMANHO APROXIMADO DE 18CMX13CM. COR DO COPO A ESCOLHA DO SOLICITANTE A DEPENDER DO ESTOQUE DO FORNECEDOR. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	MARCA PROPRIA	Caixa	115	398,51	45.828,65
132	0050799 - CORDÃO PERSONALIZADO DIGITAL: CORDÃO EQUIPADO COM ACABAMENTO ARGOLA METÁLIC COM ACESSÓRIO ENGATE. TAMANHO PADRÃO, COMPRIMENTO DE 85CM NAS LARGURAS DE 20MM, 25MM, 30MM OU 35MM.	MARCA PROPRIA	Unidade	2000	8,00	16.000,00
133	0050800 - ELÁSTICO PARA PROCESSO PERSONALIZADO: COSTURADO EM FORMA DE CIRCULO COM COSTURA REFORÇADA, PARA AGRUPAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS. IDEAL PARA UNIR PROCESSOS E TRANSPORTA-LOS DE FORMA MAIS SEGURA EVITANDO PERDAS DE DADOS.	MARCA PROPRIA	Unidade	3000	8,90	26.700,00
139	0043366 - Pulseira de identificação nylon, especificação: 18.5 x 27 x 0.1 cm. Cor e arte a combinar.	MARCA PROPRIA	Unidade	10000	0,75	7.500,00
140	0043367 - NECESSAIRE com nome impresso, tamanho	MARCA PROPRIA	Unidade	700	19,98	13.986,00
142	0050802 - PULSEIRA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, ESPECIFICAÇÃO: 18.5 X 27 X 0.1 CM. CORES E ARTE A COMBINAR.	MARCA PROPRIA	Unidade	20000	2,98	59.600,00
150	0050809 - BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA USO EM CAPACITAÇÕES. BLOCO COM 10 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM. ARTE A COMBINAR. FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM. ARTE A COMBINAR.	MARCA PROPRIA	Bloco	1000	7,63	7.630,00
151	0050810 - BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA USO EM CAPACITAÇÕES. BLOCO COM 20 FOLHAS PAPEL OFFSET 75G, 1X0, 15X21CM. ARTE A COMBINAR.	MARCA PROPRIA	Bloco	1000	8,38	8.380,00
154	0050812 - ECOBAG EM TECIDO DE ALGODÃO MEDINDO 30X40	MARCA PROPRIA	Unidade	300	12,85	3.855,00
155	0050813 - SACO EM ALGODÃO CRU TAMANHO 20X30 COM CORDÃO AJUSTÁVEL	MARCA PROPRIA	Unidade	300	11,98	3.594,00
156	0050814 - BLOCO DE ANOTAÇÕES TAMANHO 14X20 SEM CABEÇALHO	MARCA PROPRIA	Unidade	200	10,95	2.190,00
VALOR GLOBAL LOTE 07 - PERSONALIZADOS						**319.708,65**

Valor Total R$ 965.675,95 (novecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos). Prazo de Vigência: 03 de julho de 2025, vigente até 03 de julho de 2026. Data: 03/07/2025. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e TC DISTRIBUIDORA ELRELI ME/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:27F50498

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 1.950/2025 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 1.950/2025 – GP, Lagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇ AMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 26.500,00 PARA O EXERCÍCIO 2025 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 867/2024 de 21 de outubro de 2024 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2025, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando o Decreto nº 1.884/2025, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa para o Exercício 2025;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2025, em consonância ao Decreto Municipal nº 1.884/2025, de 06 de janeiro de 2025, que tem seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**26.500,00**
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**26.500,00**
	2099 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE APOIO À CULTURA				**26.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17190000	0001	26.500,00
Anexo II (Redução)					**26.500,00**
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**26.500,00**
	2099 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE APOIO À CULTURA				**26.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17190000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17190000	0001	11.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17190000	0001	10.000,00

Publicado por:
Jakeline Andresa da Silva
Código Identificador:416C2B5A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 1.951/2025 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 1.951/2025 – GP, Lagoa Nova/RN, 04 de julho de 2025.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 38.382,14 PARA O EXERCÍCIO 2025 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 867/2024 de 21 de outubro de 2024 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2025, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando o Decreto nº 1.884/2025, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa para o Exercício 2025;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 38.382,14 (trinta e oito mil, trezentos e oitenta e dois reais e quatorze centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Excesso de Arrecadação apurado neste exercício na fonte de recursos indicada.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2025, em consonância ao Decreto Municipal nº 1.884/2025, de 06 de janeiro de 2025, que tem seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**38.382,14**
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**38.382,14**
	2099 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE APOIO À CULTURA				**38.382,14**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17190000	0001	38.382,14

Publicado por:
Jakeline Andresa da Silva
Código Identificador:74C84C68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 1509/2025 DE 04 DE JULHO DE 2025

Decreto Nº. 1509/2025 Lucrécia/ RN, 04/07/2025.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 8.390,00 (oito mil e trezentos e noventa reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ R$ 8.390,00 (oito mil e trezentos e noventa reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 04/07/2025.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
	17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
		2.201 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
		957 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 990,00

Total da Ação:			**R$ 990,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 990,00**
	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	2.10 - Manutenção Educ. Basica FUNDAMENTAL 25%		
	1037 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021001	R$ 7.400,00
Total da Ação:			**R$ 7.400,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 7.400,00**

Valor total Suplementado: R$ 8.390,00

Redução

	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia		
	17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
	2.177 - Programa Gestão de Resíduos Sólidos		
	948 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 990,00
Total da Ação:			**R$ 990,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 990,00**
	18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	2.10 - Manutenção Educ. Basica FUNDAMENTAL 25%		
	1034 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021001	R$ 7.400,00
Total da Ação:			**R$ 7.400,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 7.400,00**

Valor total Reduzido: R$ 8.390,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Kylson Kennedy Bandeira
Código Identificador:2237511D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
2º AVISO DE COTAÇÃO/SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

O município de Maxaranguape/RN, torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, em obediência aos parâmetros impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO:
Contratação de empresa especializada em fornecimento de Mobiliários, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Maxaranguape/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01	ARQUIVO 4 GAVETAS	4	Und	R$ XX	R$ XX
02	MÓDULO DE ARMAZENAMENTO ALTO 2 PORTAS	17	Und	R$ XX	R$ XX
03	MÓDULO DE ARMAZENAMENTO ALTO 8 PORTAS	1	Und	R$ XX	R$ XX
04	ESTATE EM AÇO 6 PRATELEIRAS	17	Und	R$ XX	R$ XX
05	CONJUNTO PARA PROFESSOR	8	Und	R$ XX	R$ XX
06	MESA EM MDF	3	Und	R$ XX	R$ XX
07	MESA EM MDF	12	Und	R$ XX	R$ XX
08	REFEITÓRIO COM TAMPO INJETADO 8 CADEIRAS ADULTO	2	Und	R$ XX	R$ XX
09	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR BAIXO	12	Und	R$ XX	R$ XX
10	CADEIRA FIXA SOBRE LONGARINA COM ESPADAR BAIXO 3 LUGARES	13	Und	R$ XX	R$ XX
11	CONJUNTO INFANTIL COMPOSTO POR 6 MESAS 6 CADEIRA E 1 MESA CENTRAL	1	Und	R$ XX	R$ XX
Valor total					**R$ XX**

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: compraspmmaxaranguape@gmail.com, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (*Portable Document Format*), contendo no mínimo:
Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
Valor total por extenso;
Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
Data de emissão;
Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.
A cotação deverá ser encaminhada em até 03 dias úteis a partir dessa publicação, ou seja até 12:00 h (MEIO DIA) do dia 10/07/2025.

Maxaranguape/RN, 04 de julho de 2025.

Setor de Compras – PMM
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Kedson Jose de Lima
Código Identificador:275CEAE1

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
3º AVISO DE COTAÇÃO/SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

O município de Maxaranguape/RN, torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, em obediência aos parâmetros impostos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO:
Contratação de empresa especializada em fornecimento de Eletromésticos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Maxaranguape/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01	**Freezer Horizontal 543 Litros Dupla Ação - (DA550IFTech / Bivolt / Inverter)** **DUPLA AÇÃO** Dois equipamentos em um. Fácil ajuste da função do freezer ou refrigerados na frente do produto. Capac. Bruta:543 litros Largura:1668mm Altura:945mm Profundidade:728mm Peso Líquido:69kg / 90kg Bruto Faixa Temp.:2 a 8ºC e -18 a -22ºC	2	Und	R$ XX	R$ XX
02	**BALANÇA DIGITAL ELETRÔNICA - 300kg x 100g - Plataforma Aço Carbono 60x80cm** Balança Eletrônica Pesadora- 300kg Aprovada com Selo e Lacre do INMETRO Capacidade: 300kg Resolução: 100g Plataforma: 60 x 80cm * Estrutura em aço carbono * Plataforma com célula de carga central * Cabo do indicador de 3 metros * Pés reguláveis **Indicador Digital** Características * Caixa plástica ABS * Visor com displays luminosos vermelhos (LED) de 20mm e 6 dígitos	1	Und	R$ XX	R$ XX
03	Fogão 5 bocas, com mesa de vidro e grade de ferro fundido.	1	Und	R$ XX	R$ XX
04	**Fogão Industrial 4 Bocas Ferro Fundido Grelha 30x30 C/ Forno**	1	Und	R$ XX	R$ XX
05	**Geladeira Frost Free Duplex 340 litros. Cor: Branca ou Preta**	2	Und	R$ XX	R$ XX
Valor total					**R$ XX**

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: compraspmmaxaranguape@gmail.com, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (*Portable Document Format*), contendo no mínimo:
Descrição do objeto, item, unidade, quantidade, valor unitário e total;
Valor total por extenso;
Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
Endereços físico, eletrônico e telefone de contato;
Data de emissão;
Nome completo e identificação do responsável pela emissão;
Proposta em papel timbrado assinada e com validade no mínimo 60 (sessenta) dias.
A cotação deverá ser encaminhada em até 03 dias úteis a partir dessa publicação, ou seja até 12:00 (MEIO DIA) do dia 10/07/2025, .

Maxaranguape/RN, 04 de julho de 2025.

Setor de Compras – PMM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Kedson Jose de Lima
Código Identificador:153FD0BD

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
DECRETO 21

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN
RUA 15 DE NOVEMBRO, 110, Centro - MAXARANGUAPE/RN CEP: 59580000 -
DECRETO Nº 21, DE 03 de Julho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 80.489,69, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 80.489,69 (oitenta mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto. Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto. Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 02 de Maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

MAXARANGUAPE/RN, 03 de Julho de 2025

025.825.454-81
MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.489,69**
09 .001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento					**80.489,69**
	2073 Amortizaçao de Divida Junto RFB/INSS				**80.489,69**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	80.489,69
Anexo II (Redução)					**80.489,69**
10 .001 Sec. Municipal de Gestão Tributária					**80.489,69**
	2077 Manut.da Sec.Mun.de tributação				**80.489,69**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	80.489,69

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:1E764506

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
DECRETO 22

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN
RUA 15 DE NOVEMBRO, 110, Centro - MAXARANGUAPE/RN CEP: 59580000 -
DECRETO Nº 22, DE 03 de Julho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 217.827,39, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 217.827,39 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 02 de Junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

MAXARANGUAPE/RN, 03 de Julho de 2025

025.825.454-81
MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**217.827,39**
11 .001 Secretaria Municipal de Administração					**6.922,95**
	2078 Manut. da Sec. Mun. de Administração				**6.922,95**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.922,95
16 .001 Secretaria Municipal de Saúde					**210.904,44**
	2109 Manutenção da Secretaria Mun.de Saúde				**210.904,44**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	210.904,44
Anexo II (Redução)					**217.827,39**
06 .001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte					**217.827,39**
	2013 Manut.da Sec. Mun. de Educação e cultura				**6.922,95**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	6.922,95
	2021 Prog. de Transp.Escolar-PNAT FUNDAMENTAL				**63.538,62**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	32.347,62
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	31.191,00
	2025 Const.,reforma e Ampl.de unid.de Ensino				**20.794,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.397,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	10.397,00

	2039 Realização de Eventos Culturais				**15.015,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.015,00
	2054 Const., Ref. e Ampliaç. de Quadras de Esportes				**61.092,82**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	61.092,82
	2056 Promoção de Eventos Esportivos				**30.032,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.508,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	7.508,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.508,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.508,00
	2057 Jogos Escolares Municipais Básico				**20.432,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.462,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	6.462,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	7.508,00

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:2793F73E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025
Processo Administrativo Nº 85/2025

O município de Montanhas/RN ao que dispõe o art. 75 § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a quem interessar que estará realizando processo de **Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço global**, na hipótese do **art. 75, inciso II** da referida Lei e concomitante ao Decreto Municipal n° 298/2023 e demais legislações aplicáveis na intenção de obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
ü As propostas e documentos de habilitação serão enviados exclusivamente pelo **e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com.**
ü **Período de envio e recebimento**:
Início: 07/07/2025 às 8:00h; Término: 10/07/2025 às 23:59h.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
2.1. Aquisição de insumos químicos para realização de procedimentos de eutanásia em cobertura do Programa de Controle da Leishmaniose no ano de 2025 no município de Montanhas/RN, conforme termo de referência, anexos.

3. HABILITAÇÃO JURÍDICA
3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual
- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
4.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
4.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
4.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

4.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
4.12.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Os anexos abaixo citados, devem ser solicitados no e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com
a) ANEXO I – Termo de Referência;
b) ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
c) ANEXO III – Modelo de Proposta

Montanhas/RN, 04 de julho de 2025

ROBERTA DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO
1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência Aquisição de insumos químicos para realização de procedimentos de eutanásia em cobertura do Programa de Controle da Leishmaniose no ano de 2025 no município de Montanhas-RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	Acepromazina 0,2% - 20ml	Frasco	40	R$ 63,87	R$ 2.554,80
2	Cloridrato de Xilazina - 50ml	Frasco	20	R$ 106,23	R$ 2.124,60
3	Ketamina - 50ml	Frasco	20	R$ 223,69	R$ 4.473,80
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 9.153,20**	

1.2. Os itens objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.
1.3. Os itens objeto da presente aquisição são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento contratual sendo admitida sua prorrogação por igual período.
1.5. O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
1.6. O fornecimento dos itens acima descritos será parcelado, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.
2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO
3.1 O presente processo licitatório foi refeito em razão da ausência de fornecedores interessados na fase inicial da licitação, o que inviabilizou sua continuidade. Após análise, identificou-se que os valores estimados anteriormente estavam significativamente abaixo dos praticados pelo mercado, o que pode ter contribuído para a falta de propostas.
3.2 Diante disso, procedeu-se à reavaliação dos preços de referência, com base em pesquisas de mercado atualizadas, compras públicas recentes e demais fontes idôneas, a fim de garantir maior aderência à realidade do mercado e viabilizar a participação de empresas interessadas.
3.3 O novo procedimento busca assegurar a continuidade das ações de combate às endemias, essenciais para a saúde pública, mediante a aquisição adequada e tempestiva dos insumos necessários.
3.4 A aquisição dos referidos itens se justifica pelo fato de que os materiais e insumos requisitados são necessários para o Controle da Leishmaniose e garantia da saúde pública no município de Montanhas-RN.
3.5 A presente solicitação visa atender a solicitação da Coordenadoria do Setor de Combate às Endemias no município de Montanhas-RN, para a aquisição de insumos químicos para realização de procedimentos de eutanásia em cobertura do Programa de Controle da Leishmaniose no ano de 2025, com a responsabilidade técnica da Dra. Marione Albuquerque Moreira, Médica Veterinária sob o registro RN-00479-VP.
3.6 A resolução 1.000, de 11 de maio de 2012, prevê que a realização da eutanásia em animais está restrita a situações em que não há possibilidade de medidas alternativas, devendo apenas ser indicada pelo médico veterinário. Em relação aos controles que tratam da saúde pública, o

diagnóstico positivo de leishmaniose em animais se enquadra no critério II da referida resolução, que afirma que "o animal deve constituir ameaça à saúde pública" para a realização do procedimento.
3.7 A leishmaniose é uma doença que afeta tanto animais, como seres-humanos, sendo um problema de grande representatividade para a saúde pública do município. Pessoas contaminadas e que não fazem diagnóstico da doença ou não se tratam podem ter sequelas graves e até morrer em decorrência da enfermidade. O protozoário que causa a leishmaniose visceral necessita de um vetor, ou seja, um animal capaz de transportá-lo para

um ser vivo hospedeiro, em que a doença irá se desenvolver. No caso da leishmaniose visceral, este vetor é o mosquito palha (Lutzomyia longipalpis).
3.8 Os principais sintomas da leishmaniose são: febre duradoura (de 10 a 15 dias), anemia, perda de peso e fraqueza. Em um estágio mais avançado da infecção, a doença pode causar hepatoesplenomegalia, que se trata da expansão do fígado e do baço, causada geralmente quando o sistema imunológico está comprometido, o que deixa o paciente vulnerável às demais enfermidades.
3.9 As solicitações e os seus respectivos quantitativos foram devidamente analisados, sendo previamente autorizados pelo Secretário Municipal de Saúde.
3.10 Desnecessária a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 16, inciso I, do decreto Municipal publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/01/2024. Edição 3191 que faculta este instrumento por ocasião de dispensa de licitação em razão de valor, nos termos do art. 75, incisos I e II da lei nº 14.133 de 2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
4.1. A solução proposta tem como objetivo garantir a aquisição segura, eficiente e legalmente adequada de insumos químicos utilizados em procedimentos de eutanásia animal, especialmente em contextos de controle populacional, saúde pública e bem-estar animal, conforme legislação vigente.
4.2. Visão Geral da Solução
A solução compreende o fornecimento contínuo, em regime programado, de substâncias químicas específicas para eutanásia, devidamente registradas na ANVISA e/ou no MAPA, com comprovação de origem, qualidade e conformidade legal. Inclui-se no escopo:
Fornecimento de princípios ativos e/ou produtos prontos para uso (ex: tiopental sódico, embutidos anestésicos, bloqueadores neuromusculares, entre outros, conforme o protocolo aceito pela autoridade sanitária);
Embalagens seguras, invioláveis e com rotulagem conforme normas da ANVISA; Documentação técnica e certificações exigidas (BPF, registros, ficha de segurança – FISPQ, laudos analíticos);
Logística de transporte e armazenamento conforme normas de produtos controlados e perigosos; Apoio técnico e capacitação no uso correto dos insumos, se solicitado.
4.3. Componentes Principais da Solução
A solução é composta por três pilares interdependentes:
a) Insumos Químicos
Produtos de alta pureza, com estabilidade garantida dentro do prazo de validade;
Inclusão de insumos auxiliares, como diluentes e materiais de administração (se aplicável); Controle de lote e rastreabilidade.
b) Logística Especializada
Transporte em condições controladas (temperatura, segurança contra extravio ou desvio); Entregas programadas ou sob demanda, com rastreamento;
Armazenamento em local autorizado, conforme exigências legais.
c) Assistência Técnica e Suporte
Canal de atendimento para dúvidas técnicas e operacionais; Manual de uso seguro e descarte de resíduos;
Treinamento remoto ou presencial sobre manipulação, preparo e administração dos produtos (opcional ou conforme exigido em edital).

4.4. Exigências de Fornecimento
Registro e autorização legal: Todos os insumos devem possuir registro válido ou dispensa formal junto aos órgãos competentes (MAPA, ANVISA, Polícia Federal no caso de controlados);
Prazo de validade mínimo: 80% do prazo de validade remanescente na data da entrega; Condições de entrega: Entregas realizadas por transportadora autorizada para carga perigosa/química;
Lotes identificáveis e rastreáveis, com certificados de análise.
4.5. Manutenção e Assistência Técnica
Embora insumos químicos não demandem manutenção no sentido tradicional, a solução contempla:
Recolhimento de produtos vencidos ou danificados (logística reversa, quando aplicável); Suporte técnico contínuo quanto ao armazenamento e uso seguro;
Substituição imediata de insumos em caso de não conformidade comprovada.
4.6. Detalhes Técnicos, Funcionais e Operacionais
Compatibilidade com protocolos de eutanásia vigentes (ex: AVMA Guidelines, CFMV); Formulações compatíveis com vias de administração específicas (intravenosa, intraperitoneal, entre outras);
Potência e rapidez de ação adequadas à espécie-alvo; Embalagens projetadas para minimizar erros de manipulação; Manual técnico e FISPQ entregues junto ao produto;
Armazenamento exigido: temperatura controlada (geralmente entre 15°C e 25°C), em local seco e protegido de luz.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5.1. São requisitos de contratação:
5.1.1. Os insumos devem atender às normas técnicas e de segurança estabelecidas pelos órgãos reguladores, garantindo a eficácia e a segurança no uso.
5.1.2. A empresa fornecedora deve estar devidamente registrada e habilitada para comercializar insumos químicos específicos, com comprovação de regularidade fiscal e sanitária.
5.1.3. Os insumos devem ser compatíveis com os procedimentos de eutanásia utilizados, garantindo o bem-estar animal e a efetividade do procedimento.
5.1.4. Apresentação de certificados de qualidade, fichas técnicas, e demais documentos que atestem a conformidade dos produtos.
5.1.5. Capacidade de fornecer os insumos dentro do prazo estipulado para garantir a continuidade do programa
5.1.6. Insumos devem ser compatíveis com os procedimentos de controle de endemias realizados pela equipe, como fumigações, desinfecção ou outros métodos específicos

Da Subcontratação
5.2. Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação*:*
5.2.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Da Garantia da contratação
5.3. NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
Condições de Entrega
6.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da respectiva ordem de compra e/ou serviço.
6.2. Os bens deverão ser entregues no endereço informado pela secretaria demandante
6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
6.8. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.
7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual
7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário
7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
7.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da contracorrente bancária de titularidade do Contratado.
8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.
8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.
8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9.2. Exigências de habilitação
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
9.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
9.2.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.2.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
9.2.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.2.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.2.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
9.2.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
9.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
9.3.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.3.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
9.3.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
9.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.3.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
9.3.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
9.3.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias

úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
9.3.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
9.4.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
9.5.1. Comprovar possuir Autorização de funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Nº 6.360/76.
9.5.2. **ALVARÁ SANITÁRIO**, expedido pelo órgão federal ou estadual e municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio dos produtos correlatos que são exercidos pelos interessados, de conformidade com objeto contratual e compatível com o objeto desta licitação.

10. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
10.1 O custo estimado total da contratação será de R$ **9.153,20 (nove mil, cento e cinquenta e três reais e vinte centavos)**, conforme tabela acima.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
11.1. São obrigações da Contratante:
11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
11.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e
11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
12.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
12.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DO REAJUSTE
13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
15.2. A dotação orçamentária será informada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Montanhas/RN, 15 de maio de 2025

LILIAN MARIA DE LIRA LIMA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Port. Nº 009/2025

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025

TERMO DE CONTRATO DE Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS–RN E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXX.

O município de Montanhas – RN por intermédio da **Prefeitura Municipal de Montanhas**, com sede na Rua Nova, Nº 30, Centro, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.354.383/0001-08, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXX, endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade Nº XXXXXXXXX, expedida pela SSP RN, e CPF Nº XXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no **Processo Nº XXXX/XXXX** e em observância às disposições da Lei Nº 14.133/2021, da Lei Nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Dispensa de Licitação Nº xxx/xxxx**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, anexos do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao aviso de dispensa, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato fixado no edital é de 12 (meses) dias, com início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO.

3.1. O valor total da contratação é de R$ XXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).
3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão asseguradas através dos recursos do FPM, ICMS e tributos, programadas na dotação orçamentária do OGM 2025 na classificação abaixo:

A dotação orçamentária tem a seguinte Rubrica: Exercício 2025
Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Fonte: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS.

5.1. O prazo para liquidação e pagamento à CONTRATADA será de conformidade com a medição atestada pelo setor responsável e autorizada pela autoridade competente.

5.2. Compatível com o regime de execução deste contrato os pagamentos ficarão adstritos as medições mensais.

5.3. Demais condições estão descritas no Termo de Referência.

6 6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.

6.1. Em virtude da natureza do objeto e do curto prazo de execução o valor contratual é fixo e irreajustável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência e estão consolidadas no art. 140 da Lei 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, pertinente ao setor de engenharia do município e se procederá conforme Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. São obrigações da contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/colaborador especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações da contratada

10.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste termo;

10.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na disputa;

10.4. Todas as obrigações pertinentes as partes estão descritas no Termo de Referência e devem ser estritamente observadas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de execução do contrato;

11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.9;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a
11.1.7 deste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.9, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. Além destas sanções, devem ser observadas as demais descritas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO.

12.1. O presente termo de contrato poderá ser extinto:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES.

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com fornecimento de materiais, nestes termos a contratação se caracteriza como contratação por escopo, sob o método de medições parciais mensais.

14.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este termo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Nova Cruz-RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas-RN, XX de XXXXXX de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
P/ Contratada

MODELO DE PROPOSTA

A empresa (nome da empresa) , inscrita no CNPJ de Nº (cnpj da empresa) , com sede (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins contratação com o município de Montanhas, apresenta proposta de preços para Dispensa de n° cujo objeto de contratação é

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1					
Total por extenso			**Total**		

(cidade e estado) , de de .

(assinatura do representante legal)
Nº da cédula de identidade: Telefone, fax e e-mail para contato:

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:29501BEB

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 21-2025 DE 05 DE MAIO 2025

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 021/2025. Montanhas/RN, de 02 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 1.322.952,20, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.322.952,2 (um milhão, trezentos evinte e dois mil, novecentos e cinquentae dois reais e vinte centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, anulação parcial ou total de dotações orçamentárias de acordo com o Art. 43, 1º inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo II deste Decreto
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário

Montanhas/RN, de 02 de maio de 2025

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal De Montanhas

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.322.952,20**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**11.000,00**
	2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				**5.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
	2134 Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito				**6.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
03 .001 Secretaria Municipal de Administração					**193.752,20**
	1004 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente				**90.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	90.000,00
	1012 Amortização de Outras Dívidas Contratadas				**48.752,20**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	17510000	0001	48.752,20
	2003 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração				**55.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE	15010000	0001	5.000,00

		TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
05 .001 Secretaria Municipal de Educação					**5.000,00**
	2105 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/EJA				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
05 .002 Fundo de Manut. e Desenv. da Educação Básica					**600.000,00**
	2027 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%				**600.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	600.000,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**350.000,00**
	2036 Manutenção do Fundo Municipal de		**Saúde - FMS**		**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00
	2041 Financiamento da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**225.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	100.000,00
	1062 Modernização da Secretaria Municipal de Saúde/FMS e Suas Unidades Descentralizadas				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	50.000,00
	2161 Manutenção dos Serviços da Atenção Básica em Saúde				**70.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	5.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**21.200,00**
	2057 Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica - SCFV/PBF - CRAS				**11.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	6.000,00
	2064 Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	10.000,00
	2152 Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus				**200,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16600000	0001	200,00
08 .001 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo					**39.000,00**
	2008 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública				**34.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	24.000,00
	2070 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15010000	0001	5.000,00
09 .001 Sec. Mun. de Desenv. Rural, Abast. e Agricultura					**500,00**
	2081 Manutenção dos Serv. da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Agricultura				**500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
10 .001 Secretaria Municipal de Turismo e Cultura					**1.500,00**
	2083 Apoio aos Eventos Culturais e Festivos do Município				**1.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
13 .001 Procuradoria Geral do Município					**5.000,00**
	2130 Manutenção da Procuradoria Municipal				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
17 .001 Secretaria Municipal de Governo					**5.000,00**
	2137 Manutenção da Secretaria Municipal de Governo				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Transporte					**5.000,00**
	2072 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15010000	0001	5.000,00
19 .001 Secretaria Municipal de Esportes					**75.000,00**
	2211 Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes				**75.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	75.000,00
20 .001 Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher -					**11.000,00**
	2212 Manutenção da Secretaria Municipal de Politicas para as Mulheres				**11.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.500,00
Anexo II (Redução)					**1.322.952,20**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**11.000,00**
	2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				**11.000,00**
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE	15000000	0001	3.000,00

		TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
03 .001 Secretaria Municipal de Administração					**98.752,20**
	2003 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração				**45.752,20**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	11.252,20
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15010000	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2005 Manutenção do Setor de Protocolo, Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				**40.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
	2007 Contribuição para Formação do PASEP				**10.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	10.000,00
	2169 Implantação e Estruturação da Defesa Civil do Município				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
05 .001 Secretaria Municipal de Educação					**50.000,00**
	2010 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação				**45.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	45.000,00
	2012 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Ens. Fundamental				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
05 .002 Fundo de Manut. e Desenv. da Educação Básica					**600.000,00**
	2027 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%				**600.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	600.000,00
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**350.000,00**
	1019 Aquisição de Veículos e/ou Ambulâncias				**25.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	25.000,00
	2036 Manutenção do Fundo Municipal de		**Saúde - FMS**		**97.900,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	1.950,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	4.950,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	500,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	50.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	40.000,00
	2039 Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PAC'S				**2.100,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	2.100,00
	2041 Financiamento da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**175.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16003110	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	155.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	5.000,00
	2046 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16210000	0001	25.000,00
	1109 Construção Remanescente da Unidade Básica de Saúde Lagoa de Pedras e Cidade Nova				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	10.000,00
	1110 Construção de um Ponto de Apoio em EFS no Bairro Boa Esperança				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	5.000,00
	1111 Ampliação da Unidade Mista de Saúde Santa Izabel				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	10.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**21.200,00**
	2055 Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2057 Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica - SCFV/PBF - CRAS				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	10.000,00
	2066 Manutenção do Programa Primeira Infância - Criança Feliz				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	6.000,00
	2152 Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de				**200,00**
	Importância Internacional Decorrente do Coronavírus				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	200,00

08 .001 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo					**139.000,00**
	2008 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
	2070 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo				**43.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	14.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17550000	0001	9.500,00
	2071 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública				**80.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	80.500,00
09 .001 Sec. Mun. de Desenv. Rural, Abast. e Agricultura					**500,00**
	1040 Construção e/ou Reforma de Matadouro Público Municipal				**500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	500,00
10 .001 Secretaria Municipal de Turismo e Cultura					**31.500,00**
	2086 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura				**31.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	16.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	15.000,00
11 .001 Controladoria Geral do Município					**5.000,00**
	2090 Manutenção da Controladoria Geral		**do Município**		**5.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
17 .001 Secretaria Municipal de Governo					**5.000,00**
	2137 Manutenção da Secretaria Municipal de Governo				**5.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
20 .001 Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher -					**11.000,00**
	2212 Manutenção da Secretaria Municipal de Politicas para as Mulheres				**11.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	500,00

Montanhas/RN, de 02 de maio de 2025

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal De Montanhas

Publicado por:
Amarildo Cavalcante Moreira
Código Identificador:8121C99D

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA DE REMANEJAMENTO Nº 05-2025 DE 02 DE MAIO 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
Rua São José, 4, Centro - Montanhas/RN CEP: 59198000 -
PORTARIA Nº 05/2025. Montanhas/RN, de 02 de maio de 2025

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montanhas/RN, de 02 de maio de 2025

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal De Montanhas

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**70.000,00**
05 .001 Secretaria Municipal de Educação					**40.000,00**
	2010 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de				**40.000,00**

	Educação				
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	40.000,00
08 .001 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo					**20.000,00**
	2070 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
17 .001 Secretaria Municipal de Governo					**10.000,00**
	2137 Manutenção da Secretaria Municipal de Governo				**10.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**70.000,00**
05 .001 Secretaria Municipal de Educação					**40.000,00**
	2010 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação				**40.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	40.000,00
08 .001 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo					**20.000,00**
	2070 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
17 .001 Secretaria Municipal de Governo					**10.000,00**
	2137 Manutenção da Secretaria Municipal de Governo				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00

Montanhas/RN, de 02 de maio de 2025

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal De Montanhas

Publicado por:
Amarildo Cavalcante Moreira
Código Identificador:FBBDF193

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 00031

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS
RUA JUSTINIANO DA COSTA, Nº 118, CENTRO
MONTE DAS GAMELEIRAS-RN, CEP: 59217-000
CNPJ: 08.196.941/0001-54
DECRETO ORÇAMENTÁRIO 00031/2025 de 04 de Julho de 2025.

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o que faculta a o art. 6º, inciso III, da Lei Nº 0477/2024, de 27 de Dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1.º - Fica aberto ao orçamento vigente um Crédito Suplementar da importância de R$ 5.939.445,19 (Cinco Milhões, Novecentos e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Dezenove Centavos) na dotação constante do anexo I, deste Decreto.
Art.2.º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente crédito suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, §1.º inciso III, a anulação parcial da dotação orçamentária constante do anexo II, deste Decreto.
Art.3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Julho de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal

Anexo I	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.122.0008.2005 - CONTRIBUIÇÃO A FEMUN, CNM E AMLAP	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	105.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
28.843.0004.2008 - CONTRIBUCAO AO PASEP	
3390470000 - Obrigacoes tributarias e contributivas	86.445,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	330.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3390300000 - Material de uso e consumo	21.060,20
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	

12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	23.163,96
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	15.139,43
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
3390310000 - Premiacoes culturais, artisticas, cientificas, desportivas e outras	2.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2018 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	281.000,00
15400000 - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2018 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	98.488,58
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	75.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	37.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3190130000 - Obrigações Patronais	72.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	25.116,68
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390300000 - Material de uso e consumo	10.935,28
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	10.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390300000 - Material de uso e consumo	25.582,90
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	47.600,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	89.860,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	10.212,73
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	50.000,00
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2036 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE SAUDE	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	1.365.015,07
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2036 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE SAUDE	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	86.477,17
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.2037 - MANUT. DAS ATIVS. DO PROG. DE ATENÇÃO BASICA PAB	
3390300000 - Material de uso e consumo	24.800,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.2037 - MANUT. DAS ATIVS. DO PROG. DE ATENÇÃO BASICA PAB	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	29.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.2037 - MANUT. DAS ATIVS. DO PROG. DE ATENÇÃO BASICA PAB	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	10.060,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.2038 - MANUT. AS ATIVS. DO PROG. EQUIPE SAUDE DA FAMILIA - ESF	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	186.729,94
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.2040 - MANUT. DAS ATIV. DO PROG. AGENTES COM. DE SA PCAS	

3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	13.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0026.2052 - MANUT. DAS ATIVIS. DO PROG. DE EPID. E CONTRO DE DOENÇAS - ECD	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	279.410,95
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0026.2052 - MANUT. DAS ATIVIS. DO PROG. DE EPID. E CONTRO DE DOENÇAS - ECD	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	107.025,10
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2058 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. MUN. DE ASSIST. SOC	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	370.826,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2058 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. MUN. DE ASSIST. SOC	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	4.400,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2058 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. MUN. DE ASSIST. SOC	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	4.697,79
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2065 - MANUT. DAS ATIVS. DO SCFV	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	41.618,50
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2066 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE ASS. SO	
3390040000 - Contratacao por tempo determinado	96.646,59
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
23.695.0011.2068 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. DE TURISMO E M.AM	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	144.126,21
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
23.695.0011.2068 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. DE TURISMO E M.AM	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
27.812.0027.1077 - CONST. REF. E MODERNIZACAO DE QUADRAS POLIESPORTIVA	
4490920000 - Despesas de exercicios anteriores	59.348,01
17003110 - Transferencias da Uniao decorrentes de emendas parlamentares individuais	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.392.0028.2071 - APOIO AS FESTIVIDADES TRADICIONAIS E EVENTOS CULTURAIS DO MUNICIPIO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	965,52
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0211 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
26.122.0002.2075 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. MUNIC. DE TRANSPOR	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	15.604,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0211 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
26.122.0002.2075 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. MUNIC. DE TRANSPOR	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	58.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0002.2076 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SERV. URB	
3390300000 - Material de uso e consumo	52.341,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0002.2076 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SERV. URB	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	478.650,54
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0002.2076 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SERV. URB	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	17.884,02
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0002.2076 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SERV. URB	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	4.595,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.1090 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO AO INSS/FGTS	
4690710000 - Principal da divida contratual resgatado	99.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	22.843,99
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	229.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3390300000 - Material de uso e consumo	12.654,05
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	209.263,30

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	22.800,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3190130000 - Obrigações Patronais	173.851,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3190910000 - Sentencas judiciais	21.100,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	9.238,48
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	137.867,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0002.2081 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
3390350000 - Servicos de consultoria	124.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**5.939.445,19**
Anexo II	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.1002 - DIVUL. E MARKET. DAS ATIV. DESENVOLVIDAS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	1.975,52
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.1002 - DIVUL. E MARKET. DAS ATIV. DESENVOLVIDAS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	6.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	1.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3350410000 - Contribuicoes	2.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3390140000 - Diarias - civil	12.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3190130000 - Obrigações Patronais	36.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	11.391,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002 - MANUTENCAO DAS ATIVS. DO GABINETE DO PREF	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	12.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2003 - MANUT. DAS ATIVS. DO GABINETE DO VICE-PREF	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	28.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2003 - MANUT. DAS ATIVS. DO GABINETE DO VICE-PREF	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	25.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2003 - MANUT. DAS ATIVS. DO GABINETE DO VICE-PREF	
3190130000 - Obrigações Patronais	13.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2003 - MANUT. DAS ATIVS. DO GABINETE DO VICE-PREF	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	114.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2003 - MANUT. DAS ATIVS. DO GABINETE DO VICE-PREF	
3390300000 - Material de uso e consumo	19.800,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2003 - MANUT. DAS ATIVS. DO GABINETE DO VICE-PREF	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	5.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2004 - MANUT. DAS ATIVS DA ASSESSORIA ESPECIAL	

3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	6.300,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2004 - MANUT. DAS ATIVS DA ASSESSORIA ESPECIAL	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	6.800,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2004 - MANUT. DAS ATIVS DA ASSESSORIA ESPECIAL	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	56.563,30
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2004 - MANUT. DAS ATIVS DA ASSESSORIA ESPECIAL	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	5.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2004 - MANUT. DAS ATIVS DA ASSESSORIA ESPECIAL	
3190130000 - Obrigações Patronais	11.391,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0202 - GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2004 - MANUT. DAS ATIVS DA ASSESSORIA ESPECIAL	
3390300000 - Material de uso e consumo	12.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.122.0008.2005 - CONTRIBUIÇÃO A FEMUN, CNM E AMLAP	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.122.0008.2005 - CONTRIBUIÇÃO A FEMUN, CNM E AMLAP	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	11.697,79
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	5.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	5.116,68
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390300000 - Material de uso e consumo	7.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	17.152,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3190130000 - Obrigações Patronais	51.469,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	21.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	151.297,18
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
04.123.0004.2007 - ENCARGOS COM A DÍVIDA INTERNA	
3290210000 - Juros sobre a divida por contrato	277.800,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
28.843.0004.2008 - CONTRIBUCAO AO PASEP	
3390470000 - Obrigacoes tributarias e contributivas	260.491,20
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
28.846.0004.2009 - CUMPRIMENTO DE PRECATORIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	
4690910000 - Sentencas judiciais	107.846,61
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
28.846.0004.2009 - CUMPRIMENTO DE PRECATORIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	
3190910000 - Sentencas judiciais	173.536,94
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.122.0002.2010 - MANUT. DAS ATIVS DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO	
3390300000 - Material de uso e consumo	12.600,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.122.0002.2010 - MANUT. DAS ATIVS DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO	
3190130000 - Obrigações Patronais	22.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.122.0002.2010 - MANUT. DAS ATIVS DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.000,00

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.122.0002.2010 - MANUT. DAS ATIVS DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	6.300,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
04.122.0002.2010 - MANUT. DAS ATIVS DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	6.900,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.544.0019.1003 - AQUISICAO DE MATERIAL PARA IRRIGACAO	
3390300000 - Material de uso e consumo	12.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.544.0019.1004 - CONSTRUCAO DE CISTERNAS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	9.400,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.606.0018.1006 - CONSTR. E RECUP. DE PASSAGENS MOLHADAS	
4490510000 - Obras e instalacoes	67.800,00
15730000 - Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.606.0018.1007 - CONTR. DE TRAVAS ESPACADAS P/ IMPEDIR O TRANSITO DE ANIMAIS	
4490510000 - Obras e instalacoes	13.750,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.606.0018.1008 - AQUIS. DE TRATOR E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	
3390300000 - Material de uso e consumo	30.000,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.608.0018.1010 - APOIO AO PROG. NAC. DE FORT. DA AGRIC. FAMIL. PRONAF E AO SEGURO SAFRA	
3390300000 - Material de uso e consumo	9.000,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	40.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	16.445,40
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3390300000 - Material de uso e consumo	50.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.800,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.122.0002.2011 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
3190130000 - Obrigações Patronais	34.278,36
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.606.0020.2012 - CORTE DE TERRA DE PEQUENOS AGRICULTORES	
3390300000 - Material de uso e consumo	106.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
20.607.0019.2013 - PERFUR. INTALAÇÃO E LIMP. DE POÇOS TUBULAR	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	72.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0007.1014 - AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	
4590610000 - Aquisicao de imoveis	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.1020 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PNATE	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	23.163,96
15530000 - PNATE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.1021 - CONTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
4490510000 - Obras e instalacoes	25.582,90
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0028.1028 - CONST. E/OU REF. DE QUADRAS POLIESPORTIVAS EM UNIDADES ESCOLARES	
4490510000 - Obras e instalacoes	15.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	21.060,20
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	459.526,50
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
3390300000 - Material de uso e consumo	4.400,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	

0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.122.0014.2015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	
3190130000 - Obrigações Patronais	62.304,32
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2016 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PDDE	
3390300000 - Material de uso e consumo	25.790,00
15510000 - PDDE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2017 - MANUTENCAO DASA TIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3390300000 - Material de uso e consumo	57.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2017 - MANUTENCAO DASA TIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	132.986,28
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2017 - MANUTENCAO DASA TIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	561.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2017 - MANUTENCAO DASA TIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	68.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2017 - MANUTENCAO DASA TIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3190130000 - Obrigações Patronais	30.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2018 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	74.154,05
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2018 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	330.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2018 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	237.600,00
15400000 - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2019 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	
3190130000 - Obrigações Patronais	150.194,00
15400000 - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.361.0014.2019 - MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	17.884,02
15420000 - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0013.2027 - MANUT. DAS ATIVS. DO PNAC - CRECHE	
3390300000 - Material de uso e consumo	21.100,00
15520000 - PNAE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0013.2028 - MANUT. DAS ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL - FUNDEB (70%)	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.000,00
15421070 - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.365.0013.2029 - MANUT. DAS ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL - FUNDEB (30%)	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	48.046,18
15420000 - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB	
0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
12.366.0016.2031 - MENUTENCAO DAS ATIVIDADES DO EJA - FUNDEB (70%)	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	282.000,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.1042 - CONTRA. DE PROSSIO. MEDICOS ESPECIALIZADOS	
3390040000 - Contratacao por tempo determinado	30.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.1042 - CONTRA. DE PROSSIO. MEDICOS ESPECIALIZADOS	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	55.167,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.303.0026.1049 - PROG. DE QUALIFICAÇÃO DE ASSIST. FARMACEUT QUALIFAR/SUS	
3390300000 - Material de uso e consumo	30.000,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3190130000 - Obrigações Patronais	76.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2034 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SAUDE	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	168.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.122.0026.2036 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE SAUDE	
3390300000 - Material de uso e consumo	15.604,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

10.122.0026.2036 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE SAUDE	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	186.477,17
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0026.2038 - MANUT. AS ATIVS. DO PROG. EQUIPE SAUDE DA FAMILIA - ESF	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	13.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0026.2052 - MANUT. DAS ATIVIS. DO PROG. DE EPID. E CONTRO DE DOENÇAS - ECD	
3390320000 - Material, bem ou servico para distribuicao gratuita	45.000,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2058 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. MUN. DE ASSIST. SOC	
3390300000 - Material de uso e consumo	22.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2065 - MANUT. DAS ATIVS. DO SCFV	
3190130000 - Obrigações Patronais	18.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2066 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE ASS. SO	
3390320000 - Material, bem ou servico para distribuicao gratuita	50.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2066 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE ASS. SO	
3190130000 - Obrigações Patronais	22.488,58
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2066 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE ASS. SO	
3190920000 - Despesas de exercicios anteriores	76.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0021.2066 - MANUT. DAS ATIVS. DO FUNDO MUNIC. DE ASS. SO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	116.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
04.695.0011.1062 - IMPLANT. DA SINALIZAÇÃO TURISTICA DO MUNI	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	6.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
04.695.0011.1063 - INVENTARIO DO TURISMO LOCAL	
3390300000 - Material de uso e consumo	6.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
04.695.0011.1066 - CALENDARIO CONTINUO DE EVENTOS TURISTICOS	
3390300000 - Material de uso e consumo	5.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
04.695.0011.1066 - CALENDARIO CONTINUO DE EVENTOS TURISTICOS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	6.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
23.695.0011.1069 - CONSTRUÇÃO AO TURISMO	
4490510000 - Obras e instalacoes	5.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
0209 - SECRTARIA MUN. DO TURISMO E MEIO AMB.	
23.695.0011.2068 - MANUT. DAS ATIVIS. DA SEC. DE TURISMO E M.AM	
3190130000 - Obrigações Patronais	5.639,43
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.122.0028.2069 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. DE CULTURA E DESPORTO	
3390300000 - Material de uso e consumo	16.126,21
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.122.0028.2069 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. DE CULTURA E DESPORTO	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	18.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.122.0028.2069 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. DE CULTURA E DESPORTO	
3190130000 - Obrigações Patronais	11.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0210 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E DESPORTO	
13.392.0028.2072 - MANUT. DAS ATIVS. DA BANDA DE MUSICA OFICI	
3390300000 - Material de uso e consumo	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0009.1080 - REF. E AMPL. DE PREDIOS PUBLICOS	
4490510000 - Obras e instalacoes	59.348,01
17003110 - Transferencias da Uniao decorrentes de emendas parlamentares individuais	
0212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	
04.122.0002.2076 - MANUT. DAS ATIVS. DA SEC. MUNIC. DE SERV. URB	
3390300000 - Material de uso e consumo	30.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
04.122.0006.1090 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA JUNTO AO INSS/FGTS	
4690710000 - Principal da divida contratual resgatado	34.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	

04.122.0009.1092 - REFORMA E AMPLIACAO DA SEDE DA PREFEITURA	
4490510000 - Obras e instalacoes	14.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
03.092.0002.2080 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA JURIDICA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	22.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
03.092.0002.2080 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA JURIDICA	
3390300000 - Material de uso e consumo	22.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
0213 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO	
03.092.0002.2080 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA JURIDICA	
3190130000 - Obrigações Patronais	4.900,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**5.939.445,19**

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:DF042DBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU DECRETO 21 DA LEI ALDIR BLANC DE JUNHO DE 2025.

DECRETO Nº 21, DE 30 de junho de 2025

Abre Crédito Especial no valor de R$ 22.000,00 para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Parau/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 393 de 30 de junho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Especial no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinados às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos utilizados para abertura do crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superavit financeiro apurado na fonte especifica do recurso da Lei Aldir Blanc de n° 14.399, de 08 de julho de 2022.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parau/RN, 30 de junho de 2025

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**22.000,00**
02 .013 SECRETARIA DE CULTURA					**22.000,00**
	2135 APOIO CULTURAL-LEI ALDIR BLANC				**22.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27190000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27190000	0001	21.000,00

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:3CA85A8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1.559/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 1.559/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 139/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO**.

Data da Assinatura: 27/06/2025.
Vigência: 27/06/2025 até 27/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Orgão participante: O Fundo de saúde do municipio de Parelhas
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Fornecedor: **E.J DA SILVA & SILVA PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME**
CNPJ: n° 03.134.944/0001-40
Representante: Edson José da Silva
CPF: **616.***.***-49**.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
0012	0022477 - SORO ANTI A (TIPAGEM SANGUINEA) 10 ML	UND	10	R$ 23,55	R$ 235,50
0013	0004139 - SORO ANTI-B, COM 10 ML	UND	10	R$ 23,55	R$ 235,50
0014	0004140 - SORO ANTI D FATOR RH 10ML	FR	10	R$ 44,40	R$ 444,00
0029	0024365 - TOBOS PARA COLETA DE SANGUE(SORO) COM GEL SEPARADOR 5ML	UND	8	R$ 0,88	R$ 7.040,00
0037	0018897 - TGO / AST 120 ML	KIT	15	R$ 70,95	R$1.064,25
0038	0018898 - TGP/ ALT 120 ML	KIT	15	R$ 70,95	R$ 1.064,25
0039	0004106 - GGT-2 C/200 TESTES	KIT	10	R$ 122,45	R$ 1.224,50
0046	0024373 - REAGENTE AMILASE CINÉTICO 200ML	UND	6	R$ 280,00	R$ 1.680,00
Valor Total: R$ 12.988,00					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:266DCC99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1.559/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 138/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 1.559/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 138/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO**.

Data da Assinatura: 27/06/2025.

Vigência: 27/06/2025 até 27/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Orgão participante: O Fundo de saúde do municipio de Parelhas
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Fornecedor: **MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA**
CNPJ: n° 07.969.641/0001-06
Representante: Marquidones Valamira Fernandes
CPF: **537.***.***-44**.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
0015	0004143 - PLACAS ESCAVADAS DE KLINE PARA VDRL	UND	6	R$ 43,65	R$ 261,90
0025	0024367 - CORANTE PARA HEMATOLOGIA GIEMSA	UND	2	R$ 50,85	R$ 203,40
0027	0018913 - ASLO IMUNOLATEX	FR	4	R$ 44,90	R$ 179,60
0031	0024369 - REAGENTE GLICOSE COLORIMETRICO 500ML	UND	10	R$ 64,95	R$ 649,50
0032	0018886 - COLESTEROL TOTAL 200 ML	KIT	15	R$ 70,00	R$ 1.050,00
0035	0018900 - UREIA UV 200 ML	KIT	15	R$ 137,00	R$ 2.055,00
0036	0024371 - REAGENTE CREATINA CINÉTICO	KIT	15	R$ 53,95	R$ 809,25
0043	0018880 - ACIDO ÚRICO 125 ML	KIT	6	R$ 56,00	R$ 336,00
0044	0018882 - CALCIO SERICO 100 ML	KIT	8	R$ 74,65	R$ 597,20
0045	0024372 - REAGENTE MAGNÉSIO COLORIMETRICO 200ML	UND	6	R$ 65,00	R$ 390,00
0047	0024374 - REAGENTE FÓSFORO 200ML	UND	3	R$ 87,00	R$ 261,00
0048	0024375 - REAGENTE LACTATO DESIDROGENASE LDH CINÉTICO	UND	6	R$ 88,00	R$ 528,00
0050	0004110 - ALBUMINA ALB2 C/400 TESTES	KIT	3	R$ 48,00	R$ 144,00
0052	0026453 - SORO CONTROLE AB (TIPAGEM SANGUÍNEA) 10ML	UND	3	R$ 23,55	R$ 70,65
0053	0026454 - SORO CONTROLE RH (TIPAGEM SANGUÍNEA) 10ML	UND	3	R$ 23,55	R$ 70,65
0054	0026455 - REAGENTE PARA HEMATOLOGIA DIATON CP (23101 - SYS) 20L DIAGON	UND	30	R$ 178,95	R$ 5.368,50
0055	0026456 - REAGENTE PARA HEMATOLOGIA DIASULFOLYSE (23105-SYS) 5 L DIAGON	UND	3	R$ 715,95	R$ 2.147,85
0056	0026457 - REAGENTE PARA HEMATOLOGIA DIASTROM 4DL (23601-SYS) 5L DIAGON	UND	6	R$ 530,15	R$ 3.180,90
0057	0026458 - REAGENTE PARA HEMATOLOGIA DIASTROM 4DS (23602-SYS) 3 X 42ML DIAGON	UND	6	R$1.088,90	R$ 6.533,40

0059	0026460 - REAGENTE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP A) (REAGENTE 1 TTPA 4 ML) + CLORETO DE CÁLCIO 4 ML (12 UNIDADES)	UND	6	R$1.088,90	R$ 6.533,40
Valor Total: R$ 25.562,80					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:02D9BAE4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO: 1.559/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 140/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 1.559/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 140/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO**.

Data da Assinatura: 27/06/2025.

Vigência: 27/06/2025 até 27/06/2026

MUNICÍPIO DE PARELHAS
Representante: Tiago de Medeiros Almeida.

Órgão gerenciador: Secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Representante: Cícera Patrícia Mambarra Dantas Messias

Orgão participante: O Fundo de saúde do municipio de Parelhas
Representante: Tiago Tibério dos Santos

Fornecedor: **COMERCIO DE PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO HUMANO LTDA ME**
CNPJ: n° 13.626.917/0001-48
Representante: Gleide Maria da Silva Medeiros
CPF: 028.***.***-21.

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Valor Total(R$)
0002	0018938 - FITA DE URINA (COM 100 UNIDADES)	CX	50	R$ 32,70	R$ 1.635,00
0003	0018939 - BETA HCG (COM 50 UNIDADES)	CX	8	R$ 42,46	R$ 339,68
0004	0020977 - ÁGUA DESTILADA, NÃO ESTERIL, BAIXA CONDUTIVIDADE (ISENTA DE ÍONS). UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALÃO DE 5 LITROS	CX	250	R$ 13,20	R$ 3.300,00
0005	0022474 - TUBOS PARA COLETA DE SANGUE (PLASMA) COM EDTA TAMPA ROXA 4 ML	UND	8	R$ 0,60	R$ 4.800,00
0006	0022475 - TUBOS PARA COLETA DE SANGUE (PLASMA) COM CITRATO TAMPA AZUL 4 ML	UND	4	R$ 0,70	R$ 2.800,00
0010	0024362 - TUBOS DE FALCON 50ML PARA URINA.	UND	200	R$ 0,90	R$ 180,00
0011	0024364 - LÂMINA PARA MICROSCÓPIO CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	100	R$ 7,80	R$ 780,00
0016	0006480 - PIPETA AUTOMATICA DE 10 ML	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0017	0022478 - PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO COM EJETOR 20 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0018	0022479 - PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME FIXO COM EJETOR 25 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0019	0004149 - PIPETA AUTOMÁTICA 50 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0020	0022480 - PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME FIXO COM EJETOR 100 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0021	0022481 - PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME FIXO COM EJETOR 200 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0022	0022482 - PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME FIXO COM EJETOR 500 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0023	0022483 - PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME FIXO COM EJETOR 1000 MICROLITROS	UND	2	R$ 94,00	R$ 188,00
0024	0024366 - CORANTE PARA HEMATOLOGIA MAY GRUNWALD	UND	4	R$ 34,74	R$ 138,96
0028	0024368 - REAGENTE CPK CINÉTICO	UND	8	R$ 123,78	R$ 990,24
0033	0004113 - CKMB REAGENTE R1 2X4,94 ML E R2 COM 2X2,84 ML	KIT	8	R$ 242,04	R$ 1.936,32
0034	0024370 - REAGENTE TRIGLICERIDEOS 200ML	UND	15	R$ 148,72	R$ 2.230,80
0040	0018890 - FOSFATASE ALCALINA CINETICA 120 ML	KIT	8	R$ 65,00	R$ 520,00
0041	0018881 - BILIRRUBINA TOTAL 100 ML	KIT	8	R$ 72,04	R$ 576,32
0042	0004108 - BILIRRUBINA DIRETA C/100 TESTES	KIT	8	R$ 72,04	R$ 576,32
0051	0018895 - PCR (PROTEINA C REATIVA) 60 ML COM CONTROLE E CALIBRADOR EXCLUSIVO	KIT	24	R$ 84,96	R$ 2.039,04
	0026459 - REAGENTE TEMPO DE PROTROMBINA (TAP/TP) 10ML	UND	12	R$ 111,00	R$ 1.332,00
Valor Total: R$ 25.678,68					

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:2455D1B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

CONTABILIDADE
DECRETO Nº. 011-2025 DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
Rua Sen. Dinarte Mariz, 288, Centro, Passagem/RN - CEP: 59.259-000
CNPJ: 08.145.153/0001-39

DECRETO Nº 011, de 02 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 632.800,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 632.800,00 (seiscentos e trinta e dois mil e oitocentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao segundo dia de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

PASSAGEM/RN, 02 de maio de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**632.800,00**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**7.000,00**
	2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**7.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	7.000,00
03 .001 Sec. Munic.de Administração/Planejamento					**149.000,00**
	1010 Amortização da Dívida Junto ao INSS				**100.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	100.000,00
	2009 Manutenção da Sec. Municipal de Administração				**49.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	32.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**4.800,00**
	2017 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	300,00
	2149 Manutenção do SIAFIC				**4.500,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.500,00
05 .001 Secretaria Municipal de Infraestrutura					**153.000,00**
	2015 Manut. dos Serviços Iluminação Pública				**36.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	28.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	8.000,00
	2018 Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**117.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	75.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	28.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	14.000,00
06 .002 Fundo de Manut.Desenv.da Educação Básica					**87.000,00**
	2033 Manut.do Ensino Fundamental-FUNDEB 30%				**46.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	15401070	0001	46.000,00
		CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			
	2035 Manut.do Ensino Infantil Creche - FUNDEB 30%				**14.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	15401070	0001	14.000,00
		CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			
	2053 Manutenção do Ensino EJA - FUNDEB 30%				**14.500,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	15401070	0001	14.500,00
		CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO			
	2083 Manut.do Ensino Infantil Pré-Escolar - FUNDEB 30%				**12.500,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	12.500,00
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**133.500,00**
	2067 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social				**53.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	44.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	7.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	2119 Programa Passagem Cidadã LEI Nº 264/2017				**80.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	80.000,00
09 .001 Secretaria Municipal de Agricultura					**1.000,00**
	2075 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
16 .001 Secretaria Municipal de Transporte					**70.000,00**
	2145 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte				**70.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	70.000,00
17 .001 Sec. Munc.de Esporte, Juventude e Lazer					**26.000,00**
	2147 Manutenção do Setor de Juventude e Lazer				**26.000,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	26.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Recursos Humanos					**1.500,00**
	2148 Manutenção da Secretaria Municipal de Recursos Humanos				**1.500,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
Anexo II (Redução)					**632.800,00**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**7.000,00**
	2002 Manutenção da Publicidade e Comunicação Social				**2.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
	2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**5.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.000,00
03 .001 Sec. Munic.de Administração/Planejamento					**134.000,00**
	1006 Amortização da Divida de Precatórios				**132.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	132.000,00
	2009 Manutenção da Sec. Municipal de Administração				**800,00**
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	400,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS			
		ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	400,00
	2111 Manut.do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				**1.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.200,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**4.800,00**
	1070 Aquisição de Equipamentos e Materiais Pe rmanente				**4.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.500,00
	2017 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**300,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	300,00
05 .001 Secretaria Municipal de Infraestrutura					**179.000,00**
	1014 Construção de Calçadas,Acessibilidade, Passeios Públicos e Ciclovias.				**13.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	5.000,00
	1018 Construção e Recomposição de Pavimentação de Ruas e Avenidas				**161.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	36.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003120	0001	50.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	75.000,00
	1024 Construção e Ampliação de Cemitério Público				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
	2018 Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**1.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	1.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**70.000,00**
	2027 Manutenção do Ensino Infantil - PRÉ-ESCOLAR				**35.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	35.000,00
	2030 Manutenção do Ensino Infantil - CRECHE				**35.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	35.000,00
06 .002 Fundo de Manut.Desenv.da Educação Básica					**87.000,00**
	2037 Manutenção do Ensino EJA - FUNDEB 70%				**87.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	30.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	3.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	50.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	2.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15401070	0001	2.000,00
08 .001 Sec. Munic.de Trab., Hab. Assistência Social					**70.000,00**
	1054 Construção e Recup.de Unidade Habitacional Rural				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	20.000,00
	1055 Construção e Recup.de Unidade Habitacional Urbana				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**13.500,00**
	2063 Programa Municipal de Assistência Familiar Lei nº 145/2009				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	2068 Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF				**1.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	250,00
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	250,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
	2119 Programa Passagem Cidadã LEI Nº 264/2017				**5.500,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.500,00
	2153 Programa Família Acolhedora				**1.000,00**

		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
	2157 Manutenção da Estrutura da Vigilância Socioassistencail				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	2158 Elaboração do Plano Munic.de Educ. permanente dos Trabalhos do SUAS				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	2163 Elaboração de Plano e Diagnóstico de Segurança Alimentar				**3.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
09 .001 Secretaria Municipal de Agricultura					**66.000,00**
	1058 Const.de Açudes,Poços, Barreiros e Cisternas				**24.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	9.000,00
	1061 Construção, Ref.e Ampliação de Matadouro				**33.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	24.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	9.000,00
	1062 Construção, Reforma e Ampl. do Mercado Público				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	8.000,00
	2075 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura				**1.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
18 .001 Secretaria Municipal de Recursos Humanos					**1.500,00**
	2148 Manutenção da Secretaria Municipal de Recursos Humanos				**1.500,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.500,00

PASSAGEM/RN, 02 de maio de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Publicado por:
Maria Mercia de Brito Ferreira
Código Identificador:F3DEBC93

CONTABILIDADE
PORTARIA Nº. 153-2025 DE REMANEJAMENTO PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Rua Sen. Dinarte Mariz, 288, Centro, Passagem/RN - CEP:59.259-000
CNPJ: 08.145.153/0001-39
PORTARIA Nº 153, de 02 de maio de 2025

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 396.840,00 (trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminadano Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao segundo dia de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

PASSAGEM/RN, 02 de maio de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**396.840,00**
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**1.000,00**
	2017 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de		**Educação**			**152.800,00**
	2020 Manut.da Secretaria Municicipal de Educação				**6.300,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.800,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	3.500,00
	2021 Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE Fundamental				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	60.000,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**52.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.500,00
	2082 Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE /EJA				**20.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
	2086 Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE CRECHE				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.000,00
	2098 Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE PRE-ESCOLA				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
07 .002 Fundo Municipal de Saúde					**143.040,00**
	2042 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ..,				**139.040,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	12.040,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	66.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	50.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	11.000,00
	2092 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	4.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**100.000,00**
	2119 Programa Passagem Cidadã LEI Nº 264/2017				**100.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	100.000,00
Anexo II (Redução)					**396.840,00**
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**1.000,00**
	2017 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	500,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**152.800,00**
	2020 Manut.da Secretaria Municicipal de Educação				**2.800,00**
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	400,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS			
		ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15001001	0001	400,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	750,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	250,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	500,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001001	0001	400,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001001	0001	100,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17110000	0001	10.000,00
	2023 Formação de Profissionais do Magistério				**2.500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.500,00
	2027 Manutenção do Ensino Infantil - PRÉ-ESCOLAR				**1.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.000,00
	2030 Manutenção do Ensino Infantil - CRECHE				**1.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.000,00
	2031 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	120.000,00
	2032 Prog.Nac.Apoio ao Transp Escolar/PNATE				**2.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	2.000,00
	2101 Manutenção do Ensino Especial				**3.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.500,00
07 .002 Fundo Municipal de Saúde					**143.040,00**
	2042 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ..,				**71.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	61.000,00
	2092 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**44.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	40.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	4.000,00
	2120 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica				**28.040,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	28.040,00
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**100.000,00**
	2119 Programa Passagem Cidadã LEI Nº 264/2017				**100.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	100.000,00

PASSAGEM/RN, 02 de maio de 2025

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAUJO
Prefeita Constitucional de Passagem

Publicado por:
Maria Mercia de Brito Ferreira
Código Identificador:8D25DF4B

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEVANTAMENTO DE PREÇOS MERCADOLÓGICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, considerando os princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência pública e competitividade, visando a realização da melhor contratação possível para o objeto pretendido,

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos),

TORNA PÚBLICO o interesse em adquirir os produtos abaixo descritos, solicitando aos eventuais interessados a apresentação de propostas de preços, com o objetivo de levantamento de valores de mercado para a futura abertura de licitação.

OBJETO:
Aquisição de materiais de limpeza e higienização para atender o município de Passagem/RN

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Água sanitária de 1.000ml, de uso doméstico, com reg no Min da Saúde cx.c/12unds	CX	1.500
2	Álcool 70% caixa com 12 unidades x 500ml	CX	300
3	Álcool 92º 1000ml cx c/ 12 unid.	CX	350
4	Álcool gel 500ml cx c/ 12 unid.	CX	200
5	Desinfetante liquido de 500ml cx c/12 unid.	CX	1.500
6	Desodorizador de ambiente ml - pct c/ 06	PCT	400
7	Detergente liquído de 500ml cx c/ 12 unid.	CX	1.500
8	Limpador multiuso 500ml cx c/ 12 unid.	CX	300
9	Lustra móveis de 200ml.	UND	450
10	Naftalina pct c/ 50 unid.	PCT	550
11	Pastilhas sanitárias c/ suporte, fragrâncias variadas, com aproximadamente 35g.	UND	2.400
12	Polidor de alumínio 500 ml cx c/ 12 unid.	CX	100
13	Querosene 1000ml c/12	CX	50
14	Sabão em pedra cx c/ 10	CX	350
15	Sabão em pó de 500g c/20unid	CX	750
16	Sabão Liquido de 3 Litros	UND	450
17	Sabão Liquido refil 1L cx c/ 12 unid.	CX	20
18	Sabonete em barra infantil pct c/ 12 unid	PC	150
19	Sabonete líquido para mãos, embalagem 500ml	UND	250
20	Solda cáustica líquida para aplicação em limpeza geral	UND	150

LOTE 2

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Balde de plástico com alça 15 Litros	UND	200
2	Balde em plástico polietileno de alta densidade, resistente a impacto, paredes e fundos reforçados, alça em aço zincado ou alumínio, capacidade 5 litros.	UND	100
3	Baldes 10 Lts	UND	400
4	Cesto com tampa c/ pedal pequeno, 15 LT	UND	20
5	Cesto com tampa de 85Lts	UND	20
6	Cesto plástico grande c/ tampa e pedal 65 lt	UND	100
7	Cesto telado 10 LITROS	UND	350
8	Pá para lixo doméstico, plástica cor sortida, cabo longo	UND	200
9	Pá para lixo galvanizada, medindo aproximadamente 70cm	UND	150
10	Rodo com máxima aderência - tamanho g de 1 metro	UND	50
11	Rodo de 30 cm c/cabo de plástico	UND	300
12	Rodo de 40 cm c/cabo de plástico	UND	200
13	Rodo de 60 cm c/ cabo - plástico	UND	150
14	Vassoura de nylon, 30 cm	UND	400
15	Vassoura de pêlo sintético 60cm e Cabo de 150cm	UND	200
16	Vassoura de piaçava nº 14	UND	400
17	Vassoura pêlo sintético 40cm. acompanha cabo.	UND	200
18	Vassoura pet doméstica, rua e calcada, nº 8	UND	550
19	Vassourão gari c/ 40 cm	UND	50

LOTE 3

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Avental de Napa, medindo aproximadamente 70x120 cm	UND	150
2	Esponja dupla face multiuso	UND	2.400
3	Flanelas 40 X 60 cm.	UND	650
4	Fosforo c/ 10 unidade maço, pct c/ 10 maço	PCT	120
5	Lã de aço 10 X 14 pct 08 unid.	PCT	600
6	Luva emborrachada para limpeza em Látex impermeável, P, M, G.	PAR	150
7	Pano de chão em algodão, 45x65cm	DÚZIA	800
8	Pano de prato 100% algodão, 42x65cm	DÚZIA	800
9	Pano multiuso perfex 300x30cm	UND	200

LOTE 4

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Guardanapo 33x33cm, Cx/20maços, cor (branca)	CX	650
2	Guardanapo em papel branco, medindo aproximadamente 33 x 33 cm, com boa capacidade de absorção,	PCT	30

	sem furos, embalado em pacote de 100 unidades		
3	GUARDANAPO- papel absorvente, folhas simples, na cor branca, 4 dobras, dimensões mínimas de 18x22 cm, 100% fibras naturais, pacote com 50 unidades, com dados do fabricante e data de fabricação c/ prazo de validade.	PCT	400
4	Papel higiênico folha dupla 10 x 30 cm fardo c/ 64 und	FD	800
5	Papel toalha 60 folhas com 2 rolos	FD	500
6	Papel toalha interfolhado 1000 Folhas, fardo c/ 04 pacotes	FD	900

LOTE 5

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Bandeja em isopor funda medindo aproximadamente 23,5cm comprimento x 18cm largura x 3,3cm altura caixa com 400 unidades.	CX	50
2	Bandeja em isopor rasa medindo aproximadamente 15x15x1.8 caixas com 400 unidades.	CX	50
3	Bandeja em isopor tipo hamburgueira medindo aproximadamente Largura 40,00 cm Altura 30,00 cm Profundidade 70,00 cm. Caixa com 200 unidades.	CX	50
4	Bandeja laminada prata N3 - 27cm x 20cm, pct c/ 10 Unidades.	PCT	50
5	Bandeja Laminada Retangular Descartável, N.05 tamanho: 34 x 41 cm, pct c/ 10 Unidade	PCT	50
6	Caixa térmica Grande Isopor 170 Litros, Altura 0.53 m, Capacidade em volume 95 L, Largura 0.63 m	UND.	150
7	Caixa térmica para vacina com trava termolar 24 litros	UND	20
8	Colher descartável confeccionado em resina termoplástica branca ou translucida medindo 15 a 16 cm de comprimento muito resistente. Pacote com 50 unidades	PCT	100
9	Lustra móveis de Colher descartável, com padrão de 1º qualidade inmetro normatizado tamanho grande em acrílico, transparente, pacote com 50 unidades..	PCT	150
10	Copo descartável confeccionado em resina termoplástica branca ou translucida com capacidade de no máximo 150 ml, medindo aproximadamente 7,0 cm de diâmetro na boca, 4,0 cm de diâmetro no fundo e 7,0 cm de altura. caixa com 2.500 unidade.	CX	900
11	Copo Long Drink Cristal 340 ml. pct c/ 10 und	PCT	40
12	Copo plástico 300 ml, com padrão de 1º qualidade inmetro normatizado, na cor branca, caixa c/ 2000 Unidades.	CX	30
13	Copo plástico 300 ml, com padrão de 1º qualidade inmetro normatizado, na cor branca, caixa c/ 2000 Unidades.	CX	50
14	Copo plástico descartável de 200 ml, com padrão de 1º qualidade inmetro normatizado, na cor branca, caixa c/ 2500 Unidades.	CX	80
15	Copo plástico descartável de 50 ml, com padrão de 1º qualidade inmetro normatizado, na cor branca, cx c/ 5000 Unidade	CX	50
16	Faca descartável para refeição com tamanho padrão de 1° qualidade inmetro normatizado, tamanho médio em acrílico transparente. Pct com 50 und.	PCT	280
17	Filme em pvc: transparente, atóxico, com largura de 30 cm, em bobinas com aproximadamente 3kg de peso, embalado em caixa de papelão com 25 rolos.	UND	80
18	Garfo descartável confeccionado em resina termoplástica branca ou translucida medindo 10 cm de comprimento muito resistente. Pacote com 50 unidades.	PCT	80
19	Garfo descartável confeccionado em resina termoplástica branca ou translucida medindo 15 a 16 cm de comprimento muito resistente. Pacote com 50 unidades.	PCT	400
20	Garfo descartável, com padrão de 1º qualidade inmetro normatizado, tamanho grande, em acrílico, transparente, pacote com 50 unidades.	PCT	150
21	Marmitex de alumínio com capacidade de 750ml com tampa de cartão aluminado cx c/ 100 und.	CX	30
22	Mexedor descartável para café. Pct com 200 unidades.	PCT	10
23	Mini colher descartável confeccionado em resina termoplástica branca ou translucida medindo 08 cm de comprimento muito resistente. Pacote com 100 unidades.	PCT	100
24	Papel alumínio em rolo medindo aproximadamente 30 cm de largura e 7,5 MT de comprimento.	ROLO	100
25	Papel filme rolo 30cm	ROLO	200
26	Pote para sobremesa ou doce 200 ml confeccionado em resina translucida medindo aproximadamente 7,8 cm de diâmetro 4,7 de altura. Pacote com 10 unidades.	PCT	300
27	Prato descartável cartonado pequeno 18 cm pct 10 und	PCT	1.300
28	Prato fundo descartável confeccionado em resina termoplástica branca de alta qualidade muito resistente com 12 cm de diâmetro. Pacote com 50 unidades.	PCT	480
29	Prato raso descartável confeccionado em resina termoplástica branca de alta qualidade muito resistente com 15 cm de diâmetro. Pacote com 50 unidades.	PCT	900
30	Prato raso descartável confeccionado em resina termoplástica branca de alta qualidade muito resistente com 22 cm de diâmetro. Pacote com 50 unidades.	PCT	1.200
31	Quentinhas embalagem descartável nº 08 em isopor - resistente p/ acondicionar alimentos, redonda acompanhada de tampa, capacidade aproximadamente de 750ml deverá ser isento de materiais estranhos e sem deformidades, ou qualquer outro defeito de fabricação caixa com 100 unidades	CX	100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

As propostas apresentadas servirão exclusivamente para levantamento preliminar de preços e para a definição da modalidade licitatória adequada; Serão aceitas apenas propostas de empresas cuja atividade seja compatível com o objeto desta contratação;

Pedidos de esclarecimentos e envio de propostas deverão ser encaminhados para o e-mail: compraspassagemrn@gmail.com, aos cuidados do Chefe do Setor de Compras;

As propostas devem ser enviadas em formato PDF (Portable Document Format), devidamente assinadas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Descrição detalhada do objeto;

Valor unitário e valor total por extenso;

Número do CNPJ e/ou CPF do proponente;

Endereço físico e eletrônico, telefone e e-mail para contato;

Data de emissão da proposta;

Nome completo e identificação do responsável pela emissão.

VALIDADE DAS PROPOSTAS:

As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias.

PRAZO PARA ENVIO:
As propostas deverão ser encaminhadas até às 16h do dia 10 de julho de 2025.

Publique-se.

Passagem/RN, 04 de julho de 2025.

KEILA BENIZ DE LIMA
Responsável Pelo Setor De Compras

Publicado por:
Keila Beniz de Lima
Código Identificador:8F689A9A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 497 2025 - ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO ANUAL DE 2025

SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV
LEI Nº 497/2025,
DE 04 DE JULHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PILÕES-RN E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO ANUAL DE 2025 NO VALOR DE R$ 145.475,06, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

MARIA MADALENA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que confere o art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Pilões/RN, em Sessão Ordinária, de 20 de junho de 2025, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R$ 145.475,06, destinados a atender despesas decorrentes da aplicação desta lei, mediante recebimento de recursos da União oriundo da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, conhecida como Programa Escola em Tempo Integral - ETI, conforme dotações/rubricas orçamentárias que seguem:

ORGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO			**UND.ORÇAMENTÁRIA: 2009 –** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO			**SUBFUNÇÃO:** 361 – ENSINO FUNDAMENTAL		
PROGRAMA: 0012 – EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			**ATIV.:** 2160 – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL		
CÓDIGO	**ELEMENTO DE DESPESA**	**RECURSOS**			
		PRÓPRIOS	**TRANSFERÊNCIAS**	**ESTADO**	**TOTAL**
319004	Contratação por Tempo Determinado	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes Fonte recursos: Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
339030	Material de Consumo Fonte recursos: Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 101.832,55
339036	Outros Serviços de Terceiros PF Fonte recursos: Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
339039	Outros Serviços de Terceiros PJ Fonte recursos: Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
449052	Equipamentos e Material Permanente Fonte recursos: Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 43.642,518
TOTAIS		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 145.475,06**

Art. 2º - A cobertura para a abertura do crédito especial citado no Art. 1º, será oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação-FNDE, Conforme Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral, em duas parcelas anuais, totalizando um valor R$ 145.475,06 conforme demonstrativo abaixo:

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ETI, LEI Nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATR. EM REDES E SISTEMAS DE ENSINO Tempo Integral - ETI. R$ 145.475,00, (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e seis centavos)
TOTAL DOS SALDOS RECURSOS RECEBIDOS: **R$ 145.475,06**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, Secretaria de Governo, em Pilões/RN, 04 de julho de 2025.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:173828F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025-SSP

Processo Administrativo nº 423041/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento futuro e parcelado de combustíveis, destinado à frota de veículos do Município de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **AUTO POSTO PARAISO LTDA-ME**		
CNPJ: **02.795.690/0001-48**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA PAULO AFONSO , 204 , PARAISO, Santa Cruz/RN, CEP: 05920-000**		
Representante: **Bento de Lima Vasco** - CPF: **790.878.094-68**		

Item	Descrição	Marca	Quant.	Percentual Total
1	0044557 - Óleo diesel comum. Especificações: Combustível comum, norma CNPQ, aspecto límpido e isento de impurezas	SP	165.000,00	12%
2	0003565 - Óleo diesel S-10. Especificações: Combustível comum, norma CNPQ, aspecto límpido e isento de impurezas	SP	423.200,00	14,1%
3	0003566 - Gasolina comum. Especificações: Combustível comum, norma CNPQ, aspecto límpido e isento de impurezas	SP	205.700,00	14,1%

percentual: item 01 com o percentual de 12% (doze por cento), item 02 com o percentual de 14,1% (quatorze virgula um por cento), item 03 com o percentual de 14,1% (quatorze virgula um por cento)
VIGÊNCIA: **03 de julho de 2026**. SANTA CRUZ/RN, **03 de julho de 2025**.
ASSINATURAS: ANA FABRICIA DE ARAUJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA **Prefeito Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador **AUTO POSTO PARAISO LTDA-ME**. CNPJ Nº **02.795.690/0001-48** CPF de número **790.878.094-68** cargo **Empresário** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:DFEC4EC9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 15.2025- PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

DECRETO GABNº 15, de 02 de maio de 2025.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 34.447,89, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DESANTA MARIA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinada com a Lei Orçamentária Municipal vigente, nº 327/2024, que trata do orçamento municipal para o ano corrente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 34.447,89 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos)à dotação especificada no Anexo I deste Decreto, quando foramincorporadasasfontesde receita “17000000”e “15001002”, aosprojetosatividade detalhadosna tabela abaixo.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SANTA MARIA/RN, 02 de maio de 2025

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito do Município de Santa Maria/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo/Criação)					34.447,89
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					12.117,89
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				12.117,89
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	12.117,89
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					22.330,00
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				22.330,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	22.330,00
Anexo II (Redução)					34.447,89
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					12.117,89
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				12.117,89
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	12.117,89
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					22.330,00
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				1.146,55
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	146,55

		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2050 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - FB				2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2052 Atenção Primária a Saúde - PSE				500,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	500,00
	2053 Manutenção do Programa PIUBS - Programa de Informações de Unidades Básicas de Saúde				1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2055 Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde - Desempenho - AB				2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2056 Manutenção das Ações do "NASF/Núcleo de Apoio à Saúde da Família"				500,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	500,00
	2059 Manutenção das Ações do CAPS/Centro de ApoioPsico-Social				1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	500,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	500,00
	2060 Atenção Especializada à Saúde da População para Procedimentos no - MAC				2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2063 Incentivo Financeiro para Execução das Ações de Vigilância Sanitária				1.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
	2064 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância em Saúde - Despesas Diversas				880,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	780,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	100,00
	1082 Construção e Reforma de Academias ao Ar Livre				9.303,45
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	7.800,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.503,45

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:108CACDA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE
EDITAL Nº 002/2025 - SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 627/2025 de 02 de julho de 2025, tendo em vista o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na contratação de profissionais de Saúde para atuar no atendimento do Programa Saúde da Família, torna pública a abertura de Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal por tempo determinado profissionais da área da saúde, mediante contrato de vigência máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, observada a manutenção dos requisitos da condição de excepcional interesse público que a fundamente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e Coordenado pela Comissão de Seleção, constituída por 4 (servidores), conforme item 1.7 do Edital.

1.2 A participação na seleção é livre para quem atender, plenamente, aos requisitos exigidos para o exercício da função temporária, na forma estabelecida no Anexo IV, deste Edital.

1.2.1O contrato temporário a ser firmado para as funções oferecidas neste edital terá a duração de 12 (doze) meses, tendo como início a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

1.2.1.1A classificação dentro das vagas e/ou a aprovação no Processo Seletivo deste edital, não implica na contratação imediata, haja vista que a contratação dos aprovados poderá ser realizada a qualquer tempo durante a vigência do processo seletivo, observando-se os critérios de conveniência e oportunidade da Administração.

1.2 A Seleção Pública Simplificada de que trata este Edital será realizada em uma única etapa, de caráter classificatório, denominada de Avaliação Curricular.

1.3 Os atos advindos da execução desta Seleção Pública Simplificada serão exigidos ampla publicidade, devendo ainda ser veiculados no quadro de aviso da Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN e Diário Oficial da FEMURN.

1.4 O candidato que por qualquer motivo deixar de atender às normas aqui estabelecidas, será eliminado do certame.

1.5. O Processo Seletivo regido por este Edital visa ao provimento, mediante contrato por tempo determinado, de MÉDICOS DE ESF, MEDICOS PLANTONISTAS, FONOAUDIÓLOGO, DENTISTAS, para o cujas funções constam no ANEXO IV deste Edital, para atuar no Programa Estratégia da Família, em conformidade com a legislação em vigor.

1.5.1. O quantitativo de vagas e a descrição das atividades está detalhado no ANEXO IV deste Edital.

1.6. O credenciamento será realizado através do cumprimento dos requisitos expostos neste Edital.
1.7. Fica constituída a Comissão deste Edital, os seguintes membros:

I – JAIANE RODRIGUES DE FARIAS- Presidente;
II – gustavo rodrigues soares dos santos, Membro 1;
III–lindemberg torres de andrade, Membro 2;
IV- luiz fernando nascimento de souza, membro 3.

2.0. DAS FUNÇÕES, QUANTITATIVO DE VAGAS, REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO, REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO.

2.1. Os requisitos para contratação, jornada de trabalho, quantitativo de vagas disponíveis e valores da remuneração correspondentes a cada função ofertada e as atribuições constam no quadro estampado no Anexo IV deste edital.

3.0. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 Do total de vagas ofertadas por função neste edital, o percentual de 5% (cinco por cento), será reservado para contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, observando-se a habilitação técnica prevista no edital, em cumprimento ao que assegura o artigo 97, VI, "a", da Constituição Estadual.

3.2. Serão consideradas pessoas com deficiência as que se enquadrem nos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 3.298, de 20.12.1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24/10/1989.

3.3. Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas para portadores de necessidades especiais deverão, no ato de inscrição, declarar essa condição e especificar sua deficiência.

3.4. Os candidatos que se declararem portadores de necessidades especiais participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de aprovação, em conformidade ao que determina o artigo 41, incisos I a IV do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

3.5. O candidato que não declarar no ato de inscrição ser portador de deficiência ou necessidade especial ficará impedido de concorrer às vagas reservadas, porém disputará as de classificação geral.

3.6. A classificação do candidato não garante a ocupação da vaga reservada às pessoas portadoras de necessidades especiais, devendo ainda, quando convocado, submeter-se à Perícia Médica que será promovida pela Junta Médica do Município ou entidade por ele credenciada.

3.7. No dia e hora marcados para a realização da Perícia Médica, o candidato deve apresentar laudo médico atestando o tipo, o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e indicando a causa provável da deficiência.

3.8.A Perícia Médica decidirá, motivadamente, sobre:

a) A qualificação do candidato enquanto pessoa com deficiência, observando obrigatoriamente os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 3.298, de 20.12.1999; e

b)A compatibilidade da deficiência constatada com o exercício das atividades inerentes à função à qual concorre, tendo por referência a descrição das atribuições da função constante do edital.

3.9. O candidato que após a Perícia Médica não for considerado pessoa com deficiência terá seu nome excluído da lista de classificados para as vagas reservadas. No entanto, permanecerá na lista de classificação para as vagas de concorrência geral.

3.10. O candidato cuja deficiência for julgada incompatível com o exercício das atividades da função será desclassificado e excluído do certame.

3.11. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no certame serão preenchidas pelos demais candidatos da concorrência geral, observada a ordem de classificação.
Após a contratação, o candidato não poderá utilizar-se da deficiência que lhe garantiu a reserva de vaga no certame para justificar a concessão de licença.

4.0. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição deverá ser realizada no **dia 09 de julho de 2025**, no Centro Multi Uso de São Bento Do Norte-RN, situado na Avenida Ursulino Silvestre da Silva, s/n – (por trás do prédio da Prefeitura Municipal), no horário das 8h às 17h, mediante o preenchimento de Ficha de Inscrição e toda documentação exigida no edital.

4.2. Para efetivar sua inscrição, o candidato deverá entregar no ato desta os documentos a seguir relacionados:

a. Ficha de Inscrição, devidamente preenchida em letra de forma e sem rasuras.
b. Cópia da Cédula de identidade.
c. Cópia Comprovante de inscrição nos respectivos Conselhos para os cargos cujas profissões sejam reguladas por lei;
d. Cópia do Título de eleitor acompanhado do comprovante de votação da última eleição ou certidão quitação eleitoral, (exceto para estrangeiros);
e. Cópia do documento de quitação do serviço Militar, (quando do sexo masculino);
f. Cópia do cadastro de pessoa física (CPF);
g. Cópia do comprovante de endereço atualizado (com expedição de até 60 dias);
h. Cópia do diploma ou certificado de conclusão de curso, expedido por instituição de ensino reconhecido pelo MEC, Secretarias ou Conselho Estaduais de Educação.
i. Currículo atualizado, acompanhado de documentos que comprovem as informações ali constantes, observada a respectiva exigência de autorização legal para expedição dos documentos comprobatórios;

j. 01 Foto 3x4 recente;
k. Os documentos exigidos deverão ser entregues, **exclusivamente**, no ato da inscrição, acompanhados da ficha de inscrição devidamente preenchida e sem rasuras; a inscrição será anulada, na verificação de eventual falsidade nas declarações ou irregularidades nos documentos apresentados ou ausência de algum documento exigido, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais que couber em cada caso; não serão aceitas inscrições condicionais: via fax, via correio eletrônico, por procuração e fora do prazo; as informações prestadas no currículo são de inteira responsabilidade do candidato; não será permitido a juntada ou substituição posterior de quaisquer documentos exigidos neste edital, constituindo obrigação do candidato apresenta-lo no ato da inscrição, sob pena de ter a mesma indeferida; no ato da inscrição será entregue ao candidato, comprovante de requerimento da inscrição.

4.2.1. Será eliminado o candidato que deixar de encaminhar, no todo ou em parte, os documentos exigidos ou enviar os documentos sem preenchimento da ficha de inscrição eletrônica.

4.3. A inscrição do candidato indica conhecimento prévio e aceitação tácita das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4. Não serão recebidas inscrições fora dos prazos previstos no item 4.1.

4.5. Serão de responsabilidade exclusiva do candidato os dados cadastrais informados no ato da inscrição, dispondo a Administração, do direito de excluir da seleção o candidato que fornecer dados comprovadamente inverídicos, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

4.6. A inscrição é gratuita e livre para quem atender plenamente as condições estabelecidas nesta Edital.

4.7. Antes de efetuar a inscrição para fins de habilitação o candidato deverá certificar-se dos requisitos exigidos para a função.

4.8. É de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta e precisa dos requisitos e das atribuições da função.

5.0. DA SELEÇÃO

5.1. Em nenhuma hipótese a informação curricular não declarada no ato da inscrição será acatada posteriormente pela Comissão.

5.2 Os candidatos serão preliminarmente classificados na ordem decrescente da pontuação obtida na avaliação curricular de acordo com as informações lançadas pelo próprio candidato no formulário de inscrição, passando a Comissão a verificar se as informações prestadas se encontram devidamente comprovadas quando eventualmente o convocar para contratação.

5.2 Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que deixar de entregar quaisquer documentos quando solicitados para efetivação do contrato temporário.

5.3. A Avaliação Curricular valerá, no máximo, 20 (vinte) pontos, conforme critérios estabelecidos nos Anexos II e III.

5.4. A presente Seleção Pública Simplificada terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da sua homologação, podendo ser prorrogada por igual período.

5.5. Qualquer informação falsa ou não comprovada gera a eliminação do candidato do presente processo seletivo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.0. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A classificação geral se dará a partir dos pontos obtidos pelo candidato na Avaliação Curricular.

6.2. Em caso de empate, serão adotados os seguintes critérios, sucessivamente:

a)Maior tempo de experiência;
b)Maior grau de escolaridade/titulação acadêmica;
c)Idade mais avançada;
d)O candidato que tenha exercido a função de jurado, nos termos dos artigos 440 e 439 do Código de Processo Penal, segundo qual constitui também direito ao jurado, em igualdade de condições, no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública.

6.3. Permanecendo, ainda, o empate, serão solicitadas e analisadas as Certidões de Nascimento dos candidatos empatados, para constatar o desempate em hora(s) e minuto(s) do nascimento.

7.0. DOS RECURSOS

7.1. Poderá ser interposto recurso quanto ao resultado preliminar desta Seleção Pública Simplificada, dirigindo à Comissão de Seleção, no prazo estabelecido no Anexo I, mediante apresentação do Formulário constante no Anexo V, deste edital, devidamente preenchido e entregue no Centro Multi Uso de São Bento Do Norte-RN, situado na Avenida Ursulino Silvestre da Silva, s/n – (por trás do prédio da Prefeitura Municipal), no horário das 8h às.

7.2. Não serão analisados os recursos interpostos fora dos prazos estipulados no Anexo I.
O recurso deverá especificar o(s) item(s) impugnado(s) e as razões pelas quais a pontuação atribuída a ele(s) está(ão) incorretas.

8.0. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

8.1. A publicação final dos aprovados do certame será feita no dia 18 de julho de 2025.

8.2. A lista de aprovados no subitem anterior serão publicação no Diário Oficial da FEMURN e Site Oficial do Município, na data prevista no Cronograma do Anexo I.

9.0. DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. O resultado final desta Seleção Pública Simplificada será homologado pela Secretária Municipal de Saúde e publicado no Diário Oficial da FEMURN e Site Oficial do Município.

10.0. DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

10.1. Após o cumprimento das etapas anteriores, o candidato selecionado, estará apto para celebração de Contrato Temporário por Excepcional Interesse Público.

10.2. A convocação para contratação obedecerá à rigorosa ordem de classificação dos candidatos, e será efetuada de acordo com a necessidade do Município;

10.3. A convocação para contratação dar-se-á por meio de Edital da Secretaria de Saúde, publicado no site oficial e Diário Oficial da FEMURN e através de comunicação eletrônica para o e-mail fornecido no ato da inscrição.

10.4. O candidato deverá se apresentar quando convocado da data estabelecida no cronograma e não comparecendo será considerado como desistente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

10.5. São requisitos básicos para a contratação:

a)Ser brasileiro nato ou naturalizado;
b)Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da Contratação;
c)Possuir formação exigida para o Cargo pretendido comprovada através da apresentação do Diploma ou Certificado de conclusão do curso original e cópia do respectivo documento;
d)Estar regularmente registrado no Conselho Regional da classe correspondente a sua atuação profissional;
e)Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
f)Cumprir integralmente todas as determinações deste edital;
f)Não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos previstos pela Constituição Federal.

11.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Ocorrendo a comprovação de falsidade de declaração/informação ou de inexatidão dolosa ou culposa dos dados expressos no e-mail de inscrição, bem como falsidade e adulteração dos documentos apresentados pelos candidatos será descredenciado, bem como serão anulados todos os atos dele decorrentes, independentemente da época em que tais irregularidades vierem a ser constatadas, além de sujeitar o candidato às penalidades cabíveis.

11.2. A rescisão do contrato por iniciativa do contratado deve ser comunicada, por escrito, à Administração Contratante com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze dias) dias, para que não seja prejudicada a prestação do serviço.

11.3. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão instituída.

11.4. A interpretação do presente Edital deve ser realizada de forma sistemática, mediante combinação dos itens previstos para determinada matéria, prezando pela sua integração e correta aplicação, sendo dirimidos os conflitos e dúvidas pela Comissão instituída.

11.5. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – CRONOGRAMA
ANEXO II: AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E PONTUAÇÃO;
ANEXO III: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL;
ANEXO IV: REQUISITOS, VENCIMENTOS E NÚMERO DE VAGAS EATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES;
ANEXO V: FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO;
ANEXO VI: FICHA DE INSCRIÇÕES;
ANEXO VII: DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO; E
ANEXO VIII: RAZÕES DE RECURSOS.

11.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

11.7. Nenhum candidato poderá alegar o desconhecimento do presente Edital ou de qualquer outra norma vinculados ao certame, ou utilizar-se de artifícios de forma a prejudicar a seleção pública simplificada.

11.8. A contratação fica condicionada ao atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.9. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização.

11.13. A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada, por escrito, à Secretaria em que se encontra lotado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para que o serviço não tenha prejuízo à sua regular prestação. Neste caso, poderá ser convocado o próximo candidato da lista de classificados.

11.14. Os casos omissos neste edital serão analisados e deliberados pela Comissão, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Norte/RN, 04 de julho de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

LINDEMBERG TORRES DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE –RN -

EDITAL N° 002/2025

ANEXO I
CRONOGRAMA

EVENTO	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital	07 de julho de 2025
Inscrições	09 de julho de 2025
Julgamento da Avaliação Curricular	11 de julho de 2025
Divulgação da Lista de Classificação	14 de julho de 2025
Prazo para Interposição de Recurso	15 de julho de 2025 até as 15h
Resultado do Julgamento dos Recursos	17 de julho de 2025
Homologação e Resultado Final	18 de julho de 2025

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO II
AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E PONTUAÇÃO

TITULOS	COMPROVANTE/DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Doutorado	Diploma de conclusão do curso de pós- graduação em nível de doutorado (título de doutor) na área de atuação. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	**5**
Mestrado	Diploma de conclusão do curso de pós- graduação em nível de mestrado (título de mestre) na área de atuação. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar	**3**
Especialização	Certificado de conclusão de curso de pós- graduação em nível de especialização lato sensu em Urgência e Emergência e/ou UTI, com carga horária mínima de 360h/a.	**2**
TOTAL		**10**

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO III
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E PONTUAÇÃO

Tempo de exercício profissional na função para o cargo pretendido, sem sobreposição de tempo.	**Quantidade de Anos**	**Pontuação**
	Acima de 1 a 2 anos	**2 pontos**
	Acima de 2 a 4 anos	**4 pontos**
	Acima de 4 a 7 anos	**7 pontos**
	Acima de 7 anos	**10 pontos**
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS NA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		**10 pontos**
SOMATÓRIA TOTAL ENTRE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS (Formação Acadêmica) e EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		**20 pontos**

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO IV
REQUISITOS, VENCIMENTOS E NÚMERO DE VAGASE ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

N. ordem	Cargo	Formação	Salário	salário	Vagas
1	MÉDICO Programa Estratégia da Família	Ensino Superior completo em Medicina + Registro no conselho de classe	Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as faces do ciclo de vida, criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentara criação de grupos de patologia específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário,garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contrarreferência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar; Solicitar exames complementares,Verificar e atestar óbito; Conhecer a realidade das famílias pela quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais,demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de	16.000,00	02 + CR

			risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica,nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas,		
1	MÉDICO PLANTONISTA	Ensino Superior completo em Medicina + Registro no conselho de classe	Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consultas clínicas e procedimentos; realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica e procedimentos para fins de diagnósticos; encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrareferência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; clinicar e medicar pacientes; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; guardar sigilo das atividades inerentes às atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; realizar visitas domiciliares e participar de eventos visando prevenção; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo. Carga horária de 24 (vinte e quatro) horas por plantão.	R$2.650/ PLANTÃO	05 + CR
3	FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior completo em Fonoaudiologia + Registro no conselho de classe	Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas; dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos; supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de fonoaudiologia; assessorar órgãos e estabelecimentos públicos autárquicos, privados ou mistos no campo de fonoaudiologia; participar de Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos, dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição; exercer outras atividades correlatas. Carga horária de 30 (trinta) horas semanais.	R$ 3.000,00	01 + CR
2	DENTISTAS	Ensino Superior completo em Odontologia + Registro no conselho de classe	Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população; Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população; Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problema complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local; Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal; Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	R$ 3.600,00	2 + CR

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO V
REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Nome:	**Data:**
RG:	**CPF:**
Função:	

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO_____ _____

Assinatura do candidato: _____

Entregar via física no:

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO VI

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato:							
Data de Nascimento:	____/_____/_____			Naturalidade:			
RG:		U.F.:		CPF:			
Endereço:						Nº	
Bairro:		Cidade:			CEP:		
Tel.:		E-mail:					
Candidato ao Cargo de:							
Pessoa com Deficiência	( ) Sim ( ) Não						

Documentos que deverão ser anexados:
( ) Fotocópia da cédula de identidade - RG;
( ) Cópia do cadastro de pessoa física (CPF);
( ) Cópia do Título de Eleitor;
( ) Comprovante de quitação das obrigações eleitorais (1º e 2º turno ou declaração de quitação eleitoral);
( ) Cópia da Carteira do Conselho e sua quitação;
( ) Certidão de antecedentes criminais estadual-RN;
( ) Comprovação de residência/domicílio com documento emitido em seu nome atualizada, na impossibilidade deste, encaminhar Declaração da residência;
( )Currículo e documentos de comprovação da escolaridade exigida para os cargos (diploma ou certificados), experiências profissionais e demais titulações que possua;
( )Número do PIS/PASEP;
( )Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Eu, _____, candidato (a) ao Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2025 da Prefeitura Municipal de SÃO BENTO DO NORTE -RN, para contratação temporária – pessoa física, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, não possuir nenhum fato que possa me impossibilitar de cumprir integralmente o contrato de trabalho a ser firmado.

São Bento do Norte -RN, _____ de _____ de 2025.

_____
Candidato (a)

SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADADA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN

EDITAL N° 002/2025

ANEXO – VIII
RAZÕES DE RECURSOS

Processo Seletivo Simplificado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE**
Candidato: _____

N° do documento de identidade:
_____

Cargo: _____

Resultado da Análise Curricular:
_____

Fundamentação e Argumentação Lógica: _____

Data:_____/_____/_____

Assinatura:_____

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:3A0DB629

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 0515 - FMSF/2025

PORTARIA N.º 0515 - FMSF/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIARIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	02 DE JULHO DE 2025		
Datas de afastamento	03 DE JULHO DE 2025	Saída/origem	04H DO DIA 03 DE JULHO DE 2025
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	19:30 H DO DIA 03 DE JULHO DE 2025
Beneficiário	HARMENSON MEDEIROS DOS SANTOS		
CPF n.°	010.132.054-05		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE MARIA FERNANDA FERNANDES DE MEDEIROS PARA REALIZAR UM PROCEDIMENTO MEDICO NA POLICLINICA NATAL - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E LABORATÓRIO LOCALIZADA AV. CORONEL ESTEVAM, 277 - ALECRIM, NATAL, RN, NO DIA 03 DE JULHO DE 2025

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 02 DE JULHO DE 2025.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:59C625E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 26 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN

Rua 26 de Julho, 08, Centro, São José de Mipibu, RN - CEP: 59.162-000

CNPJ: 08.365.850/0001-03
DECRETO Nº 26, DE 02 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 497.711,81, para os fins que especifica e dá outras providéncias.

O Prefeito MUNICIPAL DE SAO JOSE DE MIPIBU/RN, no uso de suas atribuigdes legais que lhes são conferidas na Lei Organica desde Municipio e na Lei Orcamentaria vigente.
DECRETA:
Art. 12 - Fica aberto, no corrente exercicio, Crédito Suplementar no valor de R$ 497.711,81 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e onze reais e oitenta e um centavos) as dotagdes especificadas no Anexo | deste Decreto.
Art. 22 - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulagdo, em igual valor, do Superdvit Financeiro apurado em 31/12/2024, em conformidade com o disposto no Inciso |, do $ 12, do Art.43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de margo de 1964.

Art. 32 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicagdo, revogadas as disposicdes em contrario.

SAO JOSE DE MIPIBU/RN, 02 de maio de 2025

JOSE DE FIGUEIREDO VARELA_
Prefeito Municipal

Unidade orçamentár-ia	Agao	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo | (Acréscimo)					497.711,81
05.001 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAGAO					202.908,83
	2082	Programa Escola em Tempo Integral	(ETI)		202.908,83
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	256900000	001	202.908,83

06 .001 SEC. MUN.		DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS			277.817,18
	1058	Pavimentagéo e Drenagem de Vias			277.817,18
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAGOES	270000000	001	238.856,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAGOES	271032100	001	38.961,18
07 .301 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					16.985,80
	1084 Aquisicao de eSrasúo-dse e Material Permanente para AtEeqnuçiãp=oamPerniPtmoásrPiaDivà				16.985,80
		4P.E4.R9M0.A5N2 E MATERIAL			
		ENETQEUIPAMENTOS	26010000	0001	— 16.985,80

Publicado por:
Suzana de Brito Ferreira
Código Identificador:42CD0B51

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2024

Pregão Eletrônico Nº 36/2024-SRP

Processo Administrativo nº 3004/2024

OBJETO: Registro de Preços objetivando a aquisição futura e parcelada de móveis e mobiliários de escritório para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **A J P DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA**		
CNPJ: **31.070.140/0001-60**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Pinto Júnior, 48, Prado, Recife/PE, CEP: 50830-060**		
Representante: **Luiz Gil Martins de Souza** - CPF: **586.495.904-97**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0011198 - ARMÁRIO MULTIUSO: Armário multiuso 2 (duas) portas com 3 (três) prateleiras em MDF revestida em laminado em noce mare, tampo superior em MDF 25mm; Borda frontal com perfil em PVC e bordas posterior lateral em fita de poliestireno de 2 mm em cor casca de ovo. Puxadores em PVC na cor cinza. Dimensões aproximadas: altura 155 a 160 cm, largura de 75 a 80 cm e profundidade de 45 a 50 cm.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	24,00	498,000	11.952,00
5	0011201 - CADEIRA FIXA TIPO AUXILIAR: linha executiva, sem braços, assento e encosto estofados em espuma injeteda, revestido em tecido poliester verde. Estrutura em aço, pintura eletrostárica na cor preta.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	40,00	119,000	4.760,00
8	0011204 - ESTAÇÃO DE TRABALHO, NO FORMATO DE (L): Especificação : medindo 1360X1360X750 mm, fabricada em MDF de 25 mm de espessura, cor NOCE MARE, acabamento com fita de PVC de 2 mm de espessura, cor ovo.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	4,00	273,000	1.092,00
9	0011206 - GAVETEIRO: Gaveteiro tipo fichário para pasta suspensas em aço, contendo 4 (quatro) gavetas deslizantes, com chave e trava para as gavetas, medindo aproximadamente 075 x 036 x 1,50cm.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	7,00	559,000	3.913,00
11	0011207 - MESA DE REUNIÃO REDONDA, COM 1,50 M DE DIÂMETRO: Especificação : montada em conluna central de metalon pintado eletrostática, fabricada em MDF de 25 mm de espessura, com NOCE MARE, acabamento com fita de PVC de 2 mm de espessura, cor ovo.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	3,00	386,000	1.158,00
13	0011209 - ESTANTE EM AÇO - TRÊS PRATELEIRAS: Estante em aço carbono com no mínimo 3 (três) pratileiras, com dimensões aproximadas: 69 x 70 x 31 cm, na cor cinza.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	5,00	120,000	600,00
14	0011210 - ESTANTE EM AÇO - SEIS PRATELEIRAS: Estante em aço carbono com no mínimo 6 (seis) pratileiras, com dimensões aproximadas: 198 x 70 x 31 cm, na cor cinza.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	10,00	187,000	1.870,00
17	0011212 - ARMÁRIO ALTO: Armário alto, semiaberto, com duas portas com chave na parte inferior, quatro prateleiras, medindo 1600X830X420 mm, fabricado em MDF de 25 mm de espessura, cor NOCE MARE, acabamento com fita PVC de 2mm de espessura, cor ovo. Puxadores em PVC na cor cinza.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	3,00	470,000	1.410,00
18	0011213 - Estante aberta com quatro prateleiras, medindo 1660X800X350 mm; fabricado em MDF de 25 mm de espessura, cor NOCE MARE, acabamento com fita de PVC de 2 mm de espessura, cor ovo.	AÇOEXPRESS/VRR	Unidade	4,00	300,000	1.200,00

Importa a presente em R$ 27.955,00 (vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 15/12/2025.

São Paulo do Potengi/RN, 16 de dezembro de 2024.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Luiz Gil Martins de Souza –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:4A6B4DA1

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2024

Pregão Eletrônico Nº 36/2024-SRP

Processo Administrativo nº 3004/2024

OBJETO: Registro de Preços objetivando a aquisição futura e parcelada de móveis e mobiliários de escritório para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **CATFELLI DESIGN COMERCIO LTDA**		
CNPJ: **44.460.306/0001-04**	Telefone:	Email:
Endereço: **R OLIVACY RODRIGUES DE FREITAS, 17 QUADRA19 LOTE 18, AEROPORTO, Mossoró/RN, CEP: 59607-290**		
Representante: **João Ricardo de Oliveira Gonçalves** - CPF: **055.622.814-65**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0011197 - ARMÁRIO DE COZINHA EM AÇO: 01 balção, com no mínimo, 2 (duas) portas e 3 (três) gavetas, 1 (um) paneleito com no mínimo 4 (quatro) portas e 1 (um) armário aéreo com no mínimo 3 (três) portas. As peças deverão ter tamanho de no mínimo: Armário aéreo: 105 cm de largura, balcão: 105 cm de largura e 90 cm de altura; paneleiro: 70 cm de largura e 175 cm de altura. Peças em aço com pintura eletrostática na cor branca ou a critério do órgão.	ITATIAIA	Unidade	7,00	1.600,000	11.200,00
7	0011203 - MESA ESCRITÓRIO: Mesa de Escritório medindo: 160L X 70P X 75A CM, COM 02 GAVETAS EM MDF DE 25MM DE ESPESSURA; Cor Noce Mare, com acabamento reto, acabamento com fita PVC de 2mm de espessura, cor ovo. Puxadores em PVC na cor cinza.	MARCA PROPRIA	Unidade	14,00	260,000	3.640,00

Importa a presente em R$ 14.840,00 (quatorze mil, oitocentos e quarenta reais). VIGÊNCIA: 15/12/2025.

São Paulo do Potengi/RN, 16 de dezembro de 2024.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e João Ricardo de Oliveira Gonçalves –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:85B51936

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2024

Pregão Eletrônico Nº 36/2024-SRP

Processo Administrativo nº 3004/2024

OBJETO: Registro de Preços objetivando a aquisição futura e parcelada de móveis e mobiliários de escritório para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I..

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **GHPS BARRETO - ME**		
CNPJ: **27.103.616/0001-44**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA CEL. JOSE CIPRIANO DA SILVA, 1084 AP 402, 1084 AP 401, RIO DOCE, Olinda/PE, CEP: 53040-140**		
Representante: **Gustavo Henrique Pintan Sá Barreto** - CPF: **029.558.154-97**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
6	0011202 - BANCO TRÊS LUGARES, FABRICADO EM ESPUMA INJETADA: revestido em tecido poliester cor verde, montado em longarina de metalon, chapa 18", pintura eletrostática na cor preto fosco, linha EXECUTIVA.	PRÓPRIA	Unidade	22,00	539,000	11.858,00

Importa a presente em R$ 11.858,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais). VIGÊNCIA: 15/12/2025.

São Paulo do Potengi/RN, 16 de dezembro de 2024.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Gustavo Henrique Pintan Sá Barreto –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:5EC9BFA0

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2024

Pregão Eletrônico Nº 36/2024-SRP

Processo Administrativo nº 3004/2024

OBJETO: Registro de Preços objetivando a aquisição futura e parcelada de móveis e mobiliários de escritório para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **INTELIGENCIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI**		
CNPJ: **08.060.934/0001-20**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA, CENTRO, Sousa/PB, CEP: 58805-150**		
Representante: **Glauber Silva Queiroga de Sousa** - CPF: **039.923.934-02**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
10	0011205 - ARMÁRIO MULTIUSO EM AÇO: Armário multiuso 2 (duas) portas com 4 (quatro) prateleiras em AÇO com chave. Dimensões aproximadas: 196 X 43 X 15 cm, cor cinza.	GQS	Unidade	13,00	528,000	6.864,00

Importa a presente em R$ 6.864,00 (seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais). VIGÊNCIA: 15/12/2025.

São Paulo do Potengi/RN, 16 de dezembro de 2024.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Glauber Silva Queiroga de Sousa –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:05C224B6

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2024

Pregão Eletrônico Nº 36/2024-SRP

Processo Administrativo nº 3004/2024

OBJETO: Registro de Preços objetivando a aquisição futura e parcelada de móveis e mobiliários de escritório para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**		
CNPJ: **17.570.889/0001-45**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA PADRE OLIVEIRA ROLIM, LIBERDADE, Parnamirim/RN, CEP: 59155-600**		
Representante: **Luiza Pinheiro Fernandes Malheiro** - CPF: **455.408.294-68**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0011199 - CADEIRA GIRATORIA, TIPO EXECUTIVA ESPALDAR ALTO COM BRAÇOS REGULÁVEL: Assento e enconsto anatomicos NR17 em estofados em espuma injetada, revestida em tecido, poliéster verde, sistema de regulagem de inclinação no encosto e sistema de regulagem a gás de altura do assento. Base em Nylon giratória com 5 (cinco) rodízios duplos.	FRISOKAR	Unidade	33,00	449,000	14.817,00
4	0011200 - CADEIRA GIRATORIA, TIPO EXECUTIVA ESPALDAR MÉDIO COM BRAÇOS REGULÁVEL: Assento e enconsto anatomicos NR17 em estofados em espuma injetada, revestida em tecido, poliéster verde, sistema de regulagem de inclinação no encosto e sistema de regulagem a gás de altura do assento. Base em Nylon giratória com 5 (cinco) rodízios duplos.	FRISOKAR	Unidade	58,00	390,000	22.620,00
12	0011208 - CONJUNTO DE MESA INFANTIL: Conjunto de mesa e 04 (quatro) cadeiras tipo infantil, retangular com dimensões aproximadas 49x49 cm, em material plástico e com assentos ergonômicos. Cor a critério do órgão.	JR	Conjunto	11,00	690,000	7.590,00
15	0011211 - CONJUNTO DE MESA RETANGULAR: Mesa em tampo de granito e estrutura em aço com pintura eletrostática na cor preta ou branca a critério do órgão, com dimensões mínimas de 80 Largura x 110 Comprimento x 77 Altura cm. Cadeiras 4 (quatro) no mesmo padrão da mesa, sendo assentos com espuma D14 ou superior revestidas em material sintético impermeavél de alta qualidade na cor preta.	MADMELOS	Conjunto	7,00	787,000	5.509,00
16	0011215 - SOFÁ: Sofá 3 (três) lugares, com 6 (seis) pés em madeira tratada. Tamanho aproximado de AxLXP: 96, 210, 92 cm. Assentos e encostos fixo com enchimento em fibras selecionadas de alta qualidade e espuma D33 ou superior, com revestimento em couro sintético (courino) de alta qualidade. Cor Preta ou a critério do órgão.	JR	Unidade	2,00	1.210,000	2.420,00

Importa a presente em R$ 52.956,00 (cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais). VIGÊNCIA: 15/12/2025.

São Paulo do Potengi/RN, 16 de dezembro de 2024.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Luiza Pinheiro Fernandes Malheiro –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:15FB5275

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 457, DE 04 DE JULHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 2.300,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 457, DE 04 de julho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.300,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 04 de julho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.300,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**2.300,00**
	2138 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO				**2.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.300,00
Anexo II (Redução)					**2.300,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**2.300,00**
	1058 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos				**2.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.300,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:97847969

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 458, DE 16 DE JUNHO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 15.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 458, DE 16 de junho de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 16 de junho de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.000,00**
05 .002 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto					**15.000,00**
	2055 Promoções e Eventos Esportistas				**15.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	15.000,00
Anexo II (Redução)					**15.000,00**
05 .002 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto					**15.000,00**
	2049 Manutenção das ações do Setor do Ensino Especial				**4.772,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.772,00
	2050 Manutenção de Bandas de Musica				**1.328,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	356,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	616,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	356,00
	2052 Promoção e Eventos Culturais				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	1028 Reforma de Quadras Poliesportivas				**4.900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.900,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:195CDA1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 182 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006. (*)

LEI N° 182 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006. (*)

Dispõe Sobre As Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2007, e Dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA – RN, no uso de SABER que a Câmara legais que Municipal lhe confere nos termos do Artigo 87 da Lei Orgânica Municipal,
FAÇO aprovou e eu sancionei a seguinte Lei.

Art. 1º - O Orçamento do Município de Senador Elói de Souza, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2007, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos,
prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:
– As Metas Fiscais;
– As Prioridades da Administração Municipal;
– A Estrutura dos Orçamentos;
– As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

– As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
– As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
– As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
– As Disposições Gerais.

TÍTULO I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao disposto no Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2007 estão identificadas nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 587, de 29 de agosto de 2005, da STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as entidades da Administração Direta e Indireta que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes demonstrativos:
Demonstrativo I – Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora, e sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º – Em cumprimento ao § 1°, do art. 4°, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 deverão considerar a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizarão o Índice Oficial de Inflação Anual, conforme indicado pela Portaria nº 587/2005 da STN.

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a divisão dos valores correntes pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º – Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo II tem como finalidade comparar as metas fixadas com os resultados obtidos no exercício anterior, abrangendo Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos com metas.

§ 1° - De acordo com o exemplo da 58 Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria n° 587/2005-STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7° - De acordo com o § 2°, item II, do Art. 4° da LRF, os Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8° - Em obediência ao § 2°, inciso III, do Art. 4° da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOSOBTIDOSCOM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9° - O § 2°, inciso III, do Art. 4° da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10° - Em razão do que está estabelecido no § 2°, inciso IV, alínea "a", do Art. 4°, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria n° 587/2005-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11º - Conforme estabelecido no § 2°, inciso V, do Art. 4°, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.
§ 1° - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros beneficios que correspondam à tratamento diferenciado.
§ 2° - A compensação será acompanhada de medidas wovenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12º - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem paraço ente obrigação legal de sua execução por urn período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Carátér Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetoS ou atividades que venham caracterizar e. criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13º - O § 2°, inciso II, do Art. 4°, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja insult:do com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria n° 587/2005-SN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2007, 2008 e 2009.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela SN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15º - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIAEMEMÓRIADECÁLCULO DAS METASANUAISDO MONTANTE DADÍVIDAPÚBLICA.

Art. 16º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será .representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2007, 2008 e 2009.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2007, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2006 a 2009, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1° - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2007 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2° - Na elaboração da proposta orçamentária para 2007, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fisicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18º - O orçamento para o exercício financeiro de 2007 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administrarão Municipal.

Art. 19º - A Lei Orçamentária para 2007 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Art. 20º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21º - O Orçamento para exercício de 2007 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações. Fundos, Empresas Públicas e Outras (artigos. 1°, § 1° 4° I, "a" e 48 LRF).

Art. 22º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2007 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributose a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 23º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação deempenhos emovimentaçãofinanceira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9° da LRF):

I – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oirundos de transferências voluntárias;
II – Obras em geral, desde que ainda não inciadas;
III – Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2007, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2006 (art. 4°, § 2° da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 25º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4°, § 3° da LRF).

§ 1° - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2006.

§ 2° - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26º - O Orçamento para o exercício de 2007 destinará recursos para a Reserva de Contingência, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO n° 42/1999, art. **5°** e Portaria STN n° 163/2001, art. 8° (art. 5° III, "b" da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso, estes não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da. Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5', § 5° da LRF).

Art. 28º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8° da LRF).

Art. 29º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2007 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8°, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2007, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4°, § 2°, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4°, I, "1' e 26 da LRF).

Parágrafo Unico - As entidades benefici. das com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 32º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-fmanceiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3° da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2007, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei n° 8.666/1.993, devidamente atualizado (art. 16, § 3° da LRF).

Art. 33º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados corn recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2007 a preços`correntes.

Art. 36º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n° 163/2001.

§ 1° - A suplementação, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento de despesa para outro, poderá ser feita por Decreto ou Portaria do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Exec ativo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167. VI da Constituição Federal).

§ 2° - Os limites para suplementação será de no mínimo (10%) dez por cento e máximo de (30%) trinta por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2007, conforme dispõe o § 8° do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 3° - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

Art. 37º - Durante a execução orçamentária de 2007, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2007 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 38º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3° da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fisicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4°, "e" da LRF).

Art. 39º - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2007 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e

avaliar seus custos e cumprimento das metas fisicas estabelecidas (art. 4°, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40º - A Lei Orçamentária de 2007 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).
Art. 41° - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).
Art. 42º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2007, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, ajmitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1°, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2007.

Art. 44º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2007, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2006, acrescida de 10%, obedecido o limite prudential de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45º - Nos casos de necessidade temporária, de execpeional interesse público,

devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20. III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46º - O orçamento do Município de Senador Eloi de Souza para o exercício de 2007 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 30 de junho de 2006.

Art. 47º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas daapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I- redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;
II- eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1° da LRF, a contratação de mão-de-obra cajas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contains de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar beneficio fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses beneficios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 50º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3° da LRF).

Art. 51º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou beneficio de natureza tributária ou fmanceira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2° da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1° - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto rià'o cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2° - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2007, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53º - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(*) REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GP, Senador Elói de Souza/RN, em 11 de dezembro de 2006.

OZAILTON TEODOSIO DE MELO
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS						
METODOLOGIA EMEMÓRIA DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS						
I - RECEITAS						
Art. 4º, §2°, Inciso II da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISAO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RECEITAS CORRENTES		4.969.762,45	6.496.025,00	7.229.291,25	7.771.488,0 9	8.312.288,76
Receita Tributária	-	109.659,59	182.700,00	200.000,00	215.000.00	227.900,00
Receita de Contribuição		0,00	30.000,00	10.000,00	10.750,00	11.556,25
Receita Patrimonial		309,63	36.700,00	5.000,00	5.375,00	5.697,50
Receita Agropecuáńa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	57.500,00	8.000,00	8.600,00	9.245,00
Transferências Correntes		4.829.867,35	6.155.125,00	6.955.291,25	” 7.476.938,0 9	8.000.323,76
Outras Receitas Correntœ		29.925,88	34.000,00	51.000,00	54.825,00	57.566,25
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	470.700.00	513.532,00	539.560,78	563.543,92
Operaçaes de Crèdito		0,00	11.500,00	11.615,00	0,00	11.620,81
Alienação de Bens		0,00	41.700,00	42.117,00	45.275,78	47.539,56
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferéncias de Capital		0,00	412.000,00	453.200,00	487.190,00	496.933,80
Outras Rsceitas de Capital	-	0,00	5.500,00	6.600,00	7.095,00	7.449,75
Total	**-**	**4.969.762,45**	**6.966.725,00**	**7.742.823,25**	**8.311.048,8 7**	**8.875.832,68**
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.						
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.						
OZAILTON TEODOSIO DE MELO						
Prefeito Municipal						
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO						
Contador – CRC/RN – 2579						
Sec. Mun. De Administração						

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS		
METODOLOGIA EMEMÓRIA DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS		
I - RECEITAS		
Art. 4º, §2°, Inciso II da LRF		
Receita Tributárias		
Metas Anuais	Valor Nominal – R$	Variação %
2004		
2005	109.659,59	0,00
2006	182.700,00	66,61
2007	200.000,00	e,47
2008	215.000,00	7,50
2009	227.900,00	6,00
Nota: As correções dessa receita foram feitas prevendo um aumento gradual, de acordo com a fiscalizaçao tributéria no Munlclplo e obedecendo os Indices de inflação previstos para os anos seguintas		
Receita de Contribuição		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variacão %
2004		
2005	0,00	0,00
2006	30.000,00	0,00
2007	10.000,00	-66,67
2008	10.750,00	7,50
2009	11.556,25	7,50
Nota: Nesse grupo de receita foram feitas correções em distorções no orçamento de 2006, levando em consideraşão a arrecadado do exercícioo de 2005, observando um aumento gradual e constante baseados nos indices de inflação previstos para o período.		
Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	-	
2005	309,63	0,00
2006	36.700,00	11752,86
2007	5.000,00	-86,38
2008	5.375,00	7,50
2009	5.697,50	6,00

Nota: levando em consideraçao a arrecadação do exercício de 2005, observamos um aumento gradual e constante baseados nos Indices de inflação previstos para o período.		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS		
METODOLOGIA EMEMÓRIA DE DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS		
I - RECEITAS		
Art. 4º, §2•, Inciso II da LRF		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004		
2005	0,00	0,00
2006	41.700,00	0,00
2007	42.117,00	1,00
2008	45.275,78	7,50
2009	47.539,56	5,00
Nota:Seguindo a linha de previsto utilizada para as demais receitas, foi previsto tambèm para essa os mesmos Indices de correção.		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	-	
2005	0,00	0,00
2006	412.000,00	0,00
2007	453.200,00	10,00
2008	487.190,00	7,50

2009	496.933,80	2,00
Nota: Nesse grupo de receltas estão previstos os Convênios, tanto os convênios com a União quanto com o Estado, obedecendo- se as previsões contidas no PPA do município.		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal – R$	Variação %
2004	-	
2005	0,00	0,00
2006	5.500,00	0,00
2007	6.600,00	20,00
2008	7.095,00	7,50
2009	7.449,75	5,00
Nota:Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, fol previsto também para essa os mesmos Indices de correção.		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS		
METODOLOGIA EMEMÓRIA DE DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS		
I - RECEITAS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004		
2005	4.829.867,35	0,00
2006	6.155.125,00	27,44
2007	6.955.291,25	13,00
2008	7.476.938,09	7,50
2009	8.000.323,76	7,00
Nota: Nesse grupo de receita, levando em consideração a arrecadação do exercicio de 2005, observamos um aumento constante para os anos seguintes baseados nos Índices de inflação previstos.		

OUTRAS RECEITAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	-	0
2005	29.625,88	0,00
2006	34.000,00	13,81
2007	51.000,00	50,00
2008	54.825,00	7,50
2009	57.566,25	5,00
Nota: Nesse grupo de receita, levando em consideração a arrecadação do exercício de 2005, observamos um aumento baseados nos Índices de inflação para o periodo previstos nesta Lei.		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004		
2005	0,00	0,00
2006	11.500,00	0,00
2007	11.615,00	1,00
2008	0,00	-100,00
2009	11.620,81	0,00
Nota: Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos Índices. Não foi prevlsta a arrecadação dessa receita para o ano de 2008, por expressa vedação da Lei Complementar nº 101/2000.		

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS						
METODOLOGIA EMEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
II - DESPESAS						
Art. 4•, §2•, Inciso ll da LRF						
CATEGORIA ECONÓMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISAO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
DESPESAS CORRENTES (I)		4.813.034,28	5.665.650,00	6.250.714,13	6.654.260,16	7.057.482,10
Pessoal e Encargos Sociais		3.029.247,00	3.407.400,00	3.714.066,00	3.962.908,42	4.156.229,31
Juros e Encargos da Dívida		845,87	2.700,00	2.902,50	3.047,63	3.260,96
Outras Despesas Correntes		1.782.941,41	2.255.550,00	2.533.745,63	2.688.304,11	2.897.991,83
DESPESAS DE CAPITAL (II)		374.592,47	1.251.000,00	1.428.788,26	1.586.841,05	1.743.627,52
Investimentos		294.002,52	1.136.000,00	1.302.888,26	1.455.905,05	1.602.216,64
Inversões Financeiras		0,00	25.000,00	27.500,00	28.600,00	30.888,00
Transferência de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		80.589,95	90.000,00	98.400,00	102.336,00	110.522,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	50.075,00	63.320,86	69.947,66	74.723,06
Total	-	**5.187.626,75**	**6.966.725,00**	**7.742.823,25**	**8.311.048,87**	**8.875.832,68**
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.						
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.						
OZAILTON TEODOSIO DE MELO						
Prefeito Municipal						
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO						
Contador – CRC/RN – 2579						
Sec. Mun. De Administração						

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS		
II.a - DESPESAS		
Art. 4•, §2°. Inciso II da LRF		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004		
2005	3.029.247,00	0,00
2006	3.407.400,00	12,48
2007	3.714.066,00	9,00
2008	3.962.908,42	6,70
2009	4.156.229,31	4,88
Nota: Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos Indices de inflação previstos para o período.		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	-	

2005	845,87	0,00
2006	2.700,00	41,03
2007	2.902,50	7,50
2008	3.047,63	5,00
2009	3.260,96	7,00
Nota: Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos Indices de inflação previstos para o período.		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuals	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	-	
2005	1.782.941,41	0,00
2006	2.255.550,00	26,51
2007	2.533.745,63	12,33
2008	2.688.304,11	6,10
2009	2.897.991,83	7,80
Nota:Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos Indices de lnflação previstos para o período.		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS		
METODOLOGIA EMEMORIA DE DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS		
ll.a - DESPESAS		
Art. 4º, §2°, Inciso II da LRF		
INVESTIMENTOS		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	294.002,52	0,00
2005		
2006	1.136.000,00	286,39
2007	1.302.888,26	14,69
2008	1.455.905,05	11,74
2009	1.602.216,64	10,05
Nota: Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos Índices de inflação previstos para o período.		
INVERSÕES FINANCEIRAS		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variaçao %
2004		
2005	0,00	0,00
2006	25.000,00	0,00
2007	27.500,00	0,00
2008	28.600,00	4,00
2009	30.888,00	8,00
Nota: Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos fndicas de Inflação previstos para o período.		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variaçao %
2004	-	
2005	80.589,95	0,00
2006	90.000,00	11,68
2007	98.400,00	9,33
2008	102.336,00	4,00
2009	110.522,88	8,00
Nota: Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS		
METODOLOGIA EMEMORIA DE DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS		
ll.a - DESPESAS		
Art. 4º, §2°, Inciso II da LRF		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2004	-	0,00
2005	0,00	0,00
2006	50.075,00	0,00
2007	63.320,86	25,45
2008	69.947,66	10,47
2009	74.723,06	6,83
Nota: Os recursos destinados a Reserva de Contigência apresenta uma variação baseada nas de cada período.		
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela administração anterior.		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÂLCULO DAS METAS ANUAIS						
III - RESULTADO PRIMÁRIO						
Art. 4º. §2°. Inciso II da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RECEITAS CORRENTES (I)	-	4.969.762,45	6.496.025,00	7229.291,25	7.771.488,09	8.312289,76
Receitas Tributaries	-	109.659,59	182.700,00	200.000,00	215.000,00	227.900,00
Recedes de Contribuição	..	0,00	30.000,00	10.000,00	10 750,00	11.558,25
Receite Patrimonial	-	309,63	36.700,00	5.000,00	5 375,00	5.697,50
Aphceções Financeiras (II)	-	0,00	0,00	3.000,00	3.700,00	4.500,00
Outras Receitas Patrimonies	-	0,00	0,00	2.000,00	1.675,00	1.197,50
Receita Agropecuária	-	0.00	0.00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	-	0,00	57.500,00	8.000,00	8.600.00	9.245,00
Transferéncias Correntes	-	4.829.867,35	6 155.125,00	6.955.291,25	7.476.938,09	8.000.323,76
Outras Receitas Correntes	-	29.925,88	34.000,00	51.000,00	54.825,00	57.586,25
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I- II)	-	4.969.762,45	6.496.025,00	7.22629125	7.767.788,09	8.307.788,76
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	-	0,00	470.700,00	513.532,00	539.560,78	563.543,92
OperaoSeis de Credito (V)	-	0.00	11.500,00	11.615,00	0,00	11.620,81
Alienação de Bens (VI)	-	0,00	41.700,00	42.117,00	45.275,78	47.539,56
Amortização de Errpréstirno-s (VII)	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfe~cies de Capital	-	0,00	412.000,00	453.200,00	487.190,00	496.933,80
Outras Receitas de Capitar		0,00	5.500,00	8.600,00	7.095,00	7.449,75
Receitas Fiscais de Capital (VIII)= (IV - V - VI - VII)		0,00	417.500,00	459.800,00	494.285,00	504.383,55

RECEITAS NAO FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LIQUIDAS) (IX)4* (81+ VIII)	-	4.989.78.2r45	8.913.525,00	7.888.091,25	8.262.073,09	8.811172,31
RECEITA TOTAL	•	4.989.782,45	8.990.725,90	7.742.823,25	8.311.048,67'	8.875,832,88
DESPESAS CORRENTES (X)	-	4.813.034,28	5.885.850,00'	8.250.714,13	6.654.260,16	7.057.482,10
Pessoal e Encargos Socials	-	3.029.247,00	3.407.400,00	3.714.068,00	3.962.908,42	4.158229,31
Juros e Emerges da Divide (XI)	-	845,87	2.700,00	2.902,50	3.047,63	3.260.96
Outras Despesas Correntes	-	1.782 941,41	2.255.550,00	2.533.745,63	2.688.304,11	2.897.991.83
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) ii (X - XI)		4.812.188,41	5.682.950,00	6.247.811,63	6.651.212,54	7.054.221,14
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	-	374.592,47	1.251.000,00	1.428.788,26	1.586 841,05	1.743.627.52
i nvestirnentas	-	294.002.52	1.138.000,00	1.302.888,26	1 455.905,05	1.602.216,54
Inversões Financeiras	-	0,00	25.000,00	27.500,00	28.600,00	30.888.00
Transferencias de Capital	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divide (XIV)	•	80.589,95	90.000,00	98.400,00	102.336,00	110.522,88
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XI41- XIV)	-	294 002,52	1.161.000,00	1.330.388,26	1.484.505.05	1.633.104,64
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	-	0.00	50.075.00	63 320,86	89,947,68	74.723,06
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS OU DESPESAS FISCAIS LIQUIDAS XVII = XII + XV+XVI)	-	5.106_190,93	L874.025,00	7.841.520175	8.205.665,25	8.782.048,84
DESPESA TOTAL		5.187.826,75	8.968.725,00	7.742.823,25	8.311.048,87	8.875232,68
RESULTADO PRIMÁRIO IX-XVIII		-136.428,48	39.500,00	44.570,50	56.407,85	50.123,47
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.						
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.						

OZAILTON TEODOSIO DE MELO
Prefeito Municipal
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO
Contador – CRC/RN – 2579
Sec. Mun. De Administração

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4•, §2°, Inciso II da LRF

Especificação	2004 (b)	2005 (cl	2006 (d)	2007 (e)	2008	2009 (9)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	-	1.628.861,19	1.465.975,07	1.356.026,94	1.254.324,92	1.160.250,55
DEDUÇÕES (II)	-	(177.703,01)	(159.932,71)	(143.939,44)	(129.545,49)	(116.590,94)
Ativo Disponível	-	37.808,31	34.027,4-8	30.624,73	27.562,26	24.806,03
Haveres Financeiros	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Restas a Papar Processados	-	215.511,32	193.960,19	174.564,17	157.107,75	141.396,98
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (Ill) = (I - II)	-	1.806.564,20	1.625.907,78	1.499.966,38	1.383.870,41	1.276.841,50
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (!III + IV -V)	-	1.806.564,20	1.625.907,78	1.499.966,38	1.383.870,41	1_276.841,50
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f – e)	(g - f)
		-	(180.656,42)	(125.941,40)	(116.095,96)	(107.028,92)

Nota: - O cálculo Das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal, foi prejudicado pelo não fómecimento do relatório anual do exercicio de 2004, pela administração anterior.

Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.

OZAILTON TEODOSIO DE MELO

Prefeito Municipal

JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO

Contador – CRC/RN – 2579

Sec. Mun. De Administração

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V – MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4•, §2°, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2005	2007	2008	2009
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	1.628.861,19	1.465.975,07	1.356.026,94	1.254.324,92	1.160250,55
Divida Mobiliária	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas			1.628.861,19	1.465.975,07	1.356.026,94	1.254.324,92	1.150 250,55
DEDUÇÕES (II)	-	-	-177.703,01	-159.932,71	-143,939,44	-129.545,49	-116.590,94
Ativo Disponível	-	-	37.808,31	34.027,48	30.624,73	27.562,26	24.806,03
Haveres Financeiros	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	-	-	215.511,32	193.960,19	174.564,17	157.107,75	141.396,98
Dívida Consolidada Líquida			**1.806,564,20**	**1.625.907,78**	**1.499.966,38**	**1.383.870,41**	**1.276.841,50**

Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.

OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.

OZAILTON TEODOSIO DE MELO

Prefeito Municipal

JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO

Contador – CRC/RN – 2579

Sec. Mun. De Administração

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I – Metas Anuais

Art. 4º, §1°, da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2007			2008			2009		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PlB) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100
Receita Total	7.742.823,25	7.406.565,191	0,044	8.311.048,87	7.617.128,47	0,045	8.875.832,68	7.798.816,17	0,046
Receita Não-Financeira (I)	7.686.091,25	7.352.296,97	0,044	8.262.073,09	7.572.241,86	0,045	8.812.172,31	7.742.880,51	0,040
Despesa Total	7.742.823,25	7.406.565,19	0,044	8.311.048,87	7.617.128,47	0,045	8.875.832,68	7.798.816,17	0,041
Despesa Não-Financeira (II)	7.641.520,75	7.309.662,09	0,044	8.205.665,25	7.520.543,71	0,045	8.762.048,84	7.698.839,16	0,040
Resultado Primário	44.570,50	42.634,88	0,000	56.407,85	51.698,15	0,000	50.123,47	44.041,35	0.000
Resultado Nominal	(125.941,40)	(120.471,97)	-0,001	(116.095,96)	(106.402,68)	-0,001	(107.028,92)	(94.041,75)	0,000
Divida Pública	1.356.026,94	1.297.136,92	0,008	1.254.324,92	1.149.596,66	0,007	1.160.250,55	1.019.462,75	0,005

Consolidada									
Divida Consolidada Lillida	1.499.96(3,38	1.434.825,31	0,009	1.383.870,41	1.268.325,92_	0,008	1_276.841,50	1.121.906,24	0,006
				_					
Nota: O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:									

VARIÁVEIS	2007	2008	2009
PIB real (crescimento % anuai)	3,64	3,79	3,74
Taxa real e juro implícito sobre a dívida liquida do Governo (média % anual)	4,99	3,71	3,25
Câmbio (RS/US$ - Final do Ano)	2,4-8	2,58	2,70
Inflação média (% anual) projetada com base em indices oficiais de inflação	4,54	4.37	4,31
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	17.440.000.000,00	18.312.000.000,00	19.228.000.000,00
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:			

2007	2008	2009
Valor Corrente/1,0454	Valor Corrente/1,0911	Valor Corrente/1.1381
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.		
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.		
OZAILTON TEODOSIO DE MELO		
Prefeito Municipal		

JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO
Contador – CRC/RN – 2579
Sec. Mun. De Administração
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo Il - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Art. 4º, §2°, inciso I da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2005 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2005 (b)	% PIB	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	4.664.300,00	0,029	4.969.762,45	0,029	325.462,45	325.462,45
Receita Não-Financeira (1)	4.664.300,00	0,029	4.969.762,45	0,029	325.462,45	325.462,45
Despesa Total	4.544.300,00	0,029	5.187.626,75	0,029	643.326,75	643.326,75
Despesa Não-Financeira (II	4.544.300,00	0,029	5.106.190,93	0,029	561.890,93	561.890,93
Resultado Primário (I-II)	100.000,00	0,001	136.428,48	0,001	-236.428,48	-236.428,48
Resultado Nominal	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,00
Divida Pública Consolidada	56.500,00	0,000	1.628.861,19	0,000	1.572.361,19	1.572.361,19
Divida Consolidada Lillida	56.500,00	0,000	1.806.564,20	0,000	1.750.064,20	1.750.064,20
PIB Estadual Previsto e realizado para 2005.						

ESPECIFICAÇÃO	**VALOR**
Provisão do PIB Estadual para 2005	15.819.000.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2005	15.819.000.000,00
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.	
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.	
OZAILTON TEODOSIO DE MELO	
Prefeito Municipal	
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO	
Contador – CRC/RN – 2579	
Sec. Mun. De Administração	

LEI DE OIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS											
Demonstrativo ïll - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercicios anteriores											
Art. 4º, §2•,Inciso II da LRF											
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**										
	2004	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
Receita Total!	-	4.969.762,45	0,0	6.966 725,00	40,2	7.742923,25	11,1	8.311.048,87	7,4	8.875.832,68	6,7956
Receita Não Financeira (I)		4.969.762,45	0.0	7.668.800,00	54.3	7.686 091,25	02	8.262 073,09	7,4	8.812.172,31	6,6581
Despesa Total		5.187.626,75	0,0	6.966.725,00	34,3	7.742.823,25	11,1	8.311.048,87	7,4	8.875.832,68	6,7956
Despesa Não Financeira (II)		5.106.190,93	0,0	7.555.852,00	4-8,0	7.641.520,75	1,1	8.205.665,25	7,4	8.762.048,84	6,7805
Resultado Primário (I - II)		-136.428,48	0,0	112.948,00	-182,8	44.570,50	-60,5	56.407,85	-9,4	50.123,47	-11,141
Resultado Nominal	-	0,00	0,0	-180.656,42	0,0	-125.941,4,0	-30,3	(116.095,96)	0,7	(107.028,92)	-7,81
Dívida Pública Consolidada	-	1.628.861,19	0.0	1.465.975,07	-10,0	1.356.026,94	-7,5	1.254.324,92	-6,8	1.160.250,55	-7,5
Dívida Líquida Consolidada	-	1.806.564,20	0.0	1.625.907,78	-10,0	1.499.966,38	-7,7	1.383.870,41	-7,7	1.276.841,50	-7,734
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**										
	2004	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
Receita Total	-	5.195.886,64	0,0	6.966.725,00	34,1	7.406.565,19	6,3	7617.128,47	2.8	7.798.816,17	2,4
Receita Não Financeira (I)	-	5.195.886,64	0.0	7.668.800,00	47,6	7.352.296,97	-4,1	7.572.241,86	3,0	7.742.880,51	2,3
Despesa Total		5.423.663,77	0,0	6.966.725,00	28,5	7 406.565,19	6.3	7.617.128,47	2,8	7.798.816,17	2,4
Despesa Não Financeira (II)		5.338.522,62	0.0	7.555.852,00	41,5	7.309.662,09	-3,3	7.520.543,71	2,9	7.698.839,16	2,4
Resultado Primário (I - II)		-142.635,98	0.0	112.948.00	-179,2	42.634,88	-62.3	51.698,15	21,3	44.041,35	-14,8
Resultado Nominal	-	0,00	0,0	-180.656,42	0,0	-120.471,97	-33,3	-108.402,68	-11,7	-94.041,75	-11,6
Dívida Pública Consolidada	-	1.702.974,37	0.0	1.465.975,07	-13,9	1.297.136,92	-11,5	1.149.596,66	-11,4	1.019.462,75	-11,3
Dívida Líquida Consolidada		1.888.762,87_	0,0	1.625.907,78_	-13,9	1.434.825,31	-11,8	1.268.325,92	-11,6	1.121.906,24	-11,5
Nota: Metodologia de Cálculos dos Valores Constantes											

INDICES DE INFLAÇÃO					
2004	2005	2006	2007	2008	2009
-	5,68	4,55	4,54	4,37	4,31

VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,1049	**Valor Corrente x 1,0455**	**Valor corrente x 1,0000**	**Valor Corrente / 1,0454**	**Valor Corrente / 1,0911**	**Valor Corrente / 1,1381**
✓ Inflação Média (% anual) projetada com base no índice nacioanl de preços ao consumidor amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE.					
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.					
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.					
OZAILTON TEODOSIO DE MELO					
Prefeito Municipal					
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO					
Contador – CRC/RN – 2579					

Sec. Mun. De Administração						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Liquido						
Art. 4º, §2°, Inciso ll da LRF						
PATRIMÓNIO LIQUIDO	**2005**	**%**	**2004**	**%**	**2003**	**%**
Patrmônio/Capital	157.477,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**157.177,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.						
OBS: Não foi fornecido o relatório de 2004 pela adminsitração anterior.						
OZAILTON TEODOSIO DE MELO						
Prefeito Municipal						
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO						
Contador – CRC/RN – 2579						
Sec. Mun. De Administração						

NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos			
- Art. 4º, §2°, inciso II da LRF			
RECEITAS REALIZADAS	2005 (a)	2004 (d)	2003
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alinação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00'**	**0,00**
DESPESAS LIQUIDADAS	2005 (b)	2004 (e)	2003
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversbes Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divide	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Rejime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00_**	**0,00**	**0,00**
	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (1- II)	0,00	0,00	0,00
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.			
OZAILTON TEODOSIO DE MELO			
Prefeito Municipal			
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO			
Contador – CRC/RN – 2579			
Sec. Mun. De Administração			

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS FISCAIS					
DemoMtrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita					
Art. 4º, §2°, Inciso ll da LRF					
SETOR / PROGRAMA / BENFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	TRIBUTO/CONTRIBUIÇÃO	2O07	2008	2009	
TOTAL		-	-	-	
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.					
OZAILTON TEODOSIO DE MELO					
Prefeito Municipal					
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO					
Contador – CRC/RN – 2579					
Sec. Mun. De Administração					

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas	
Art. 4º, §2°, Inciso ll da LRF	
EVENTO	2007
Aumento Permanente da Receita (-) Transferências Constitucionais (-) Tranferencias ao	
FUNDEF	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesas (ll)	
Margem Bruta (III) = (I -r ll)	
Saldo Utilizado (IV) Impacto de Novas DOCC	
Maraem Líquida de Expansao de DOCC (III - IV)	
Senador Elói de Souza/RN em ____/_____/2006.	
OZAILTON TEODOSIO DE MELO	
Prefeito Municipal	
JOAO DOS SANTOS DE AZEVEDO	
Contador – CRC/RN – 2579	

Sec. Mun. De Administração

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:E7DD54EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 60/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 21/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: EASYCLEAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (CNPJ: 12.248.034/0001-89**),** R ARAPONGA, 0 LOTE BOSQUE DOS EUCALIPTO, ZONA DE EXPANSAO, São José de Mipibu/RN, CEP: 59162-000
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0008676 - ÁLCOOL GEL, etílico p/ limpeza de ambientes, tipo gel, composição hidroalcoólica, aparência visual gel, aplicação produto limpeza doméstica concentração 70%, odor eucalipto ou lavanda, frasco contendo 1 litro.	TUPI	UND	7000,000000	6,490	45.430,00
7	0008677 - AMACIANTE DE ROUPA, aspecto físico líquido viscoso, composição tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação artigos têxteis, características adicionais líquido concentrado, solúvel em água, base neutra, frasco com 02 litros.	EASYCLEAN	UND	2000,000000	4,490	8.980,00
13	0001591 - BALDE PLÁSTICO COM ALÇA, material resistente, capacidade de 12 litros.	EASYCLEAN	UND	200,000000	10,700	2.140,00
34	0008681 - DESINFETANTE DE PINHO, 500 ML, REFERÊNCIA PINHO SOL OU SIMILAR.	TOP CLEAR	UND	7000,000000	2,990	20.930,00
35	0001605 - DESINTUPIDOR PARA PIA, com bocal de borracha e cabo de polietileno.	PAULISTINHA	UND	100,000000	5,990	599,00
36	0008682 - DESODORIZADOR AMBIENTAL, essência: lavanda, brisa do mar ou floral, apresentação: aerossol, aplicação: aromatizador ambiental, sem CFC, com no mínimo 360 ml.	AR GRADAVEL	UND	1090,000000	9,190	10.017,10
38	0008684 - DETERGENTE, componente ativo linear alquibenzeno, sulfonato de sódio, p/ remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma natural, contém tensoativo biodegradável, Frasco com 2 litros.	EASYCLEAN	UND	2500,000000	3,990	9.975,00
39	0001760 - ESCOVA LIMPEZA DELICADA Com cerdas macias é ideal para limpezas delicadas. Dimensões: 4,5cm x 9,5cm x 2,5cm	BRUBALAR	UND	200,000000	4,240	848,00
40	0001612 - ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO, cabo plástico e cerdas sintéticas.	BRUBALAR	UND	173,000000	6,200	1.072,60
44	0006830 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO, esponja de lã de aço carbono, textura macia e isenta de sinais de oxidação, Pct c/ 8 unidades.	ASSOLAN	PCT	3000,000000	1,990	5.970,00
45	0008685 - ESPONJA DUPLA FACE - esponja para lavagem de louças e limpeza em geral dupla face, pacote com 04 unidades, sintética para limpeza, espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face, antibactérias, medidas mínimas: 110 X 70 mm X 20 mm.	DONA FAXINA	PCT	2500,000000	0,600	1.500,00
48	0001618 - FLANELA PARA LIMPEZA, medidas mínimas: 40x30 cm, cor a definir (amarela vermelha e laranja).	CRISTAL	UND	500,000000	2,170	1.085,00
63	0001766 - LIMPA VIDROS, tubos de 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas.	TOP CLEAR	UND	1600,000000	3,990	6.384,00
64	0001632 - LIMPADOR DE USO GERAL, tubo com 500 ml. utilizado para limpeza azulejos, plásticos e esmaltados, fogões e superfícies laváveis. indicado para remover gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos, riscos de lápis. aroma campestre. sem a presença de amô	TOP CLEAR	UND	1000,000000	5,490	5.490,00
72	0008688 - LUVA DE BORRACHA, tamanho grande, material látex natural, com c.ª (certificado de avaliação do ministério do trabalho), cor amarela, características adicionais aveludada internamente e antiderrapante	TALGE	Par	700,000000	2,780	1.946,00
73	0008689 - LUVA DE BORRACHA, tamanho médio, material látex natural, com c.ª (certificado de avaliação do ministério do trabalho), cor amarela, características adicionais aveludada internamente e antiderrapante	TALGE	Par	700,000000	2,780	1.946,00
74	0006816 - LUVA DE BORRACHA, tamanho pequeno, material látex natural, com c.ª (certificado de avaliação do ministério do trabalho), cor amarela, características adicionais aveludada internamente e antiderrapante.	TALGE	Par	200,000000	2,780	556,00
86	0001650 - PÁ COLETORA DE LIXO, material poliestireno, cabo de madeira, comprimento aproximado do cabo 80 cm, largura mínima 28, aplicação limpeza, cor a definir.	PAULISTINHA	UND	300,000000	8,950	2.685,00
90	0006817 - PANO DE CHÃO GRANDE FLANELADO TECIDO GROSSO 100% ALGODÃO MEDIDA: 40CM x 66 CM	SANTA TEREZINHA	UND	465,000000	3,750	1.743,75
92	0001653 - PANO DE PRATO, em tecido 100% algodão alvejado, com alto nível de absorção, tamanho aproximado 45 x 60 cm, devidamente abanhado, estampas variadas.	SANTA TEREZINHA	UND	990,000000	0,400	396,00
95	0008700 - PAPEL FILME, com medidas mínimas de 28cm x 30m 28x30, com ótimo alongamento e próprio para acondicionar e embalar os mais diversos materiais.	BOREDA	UND	1150,000000	3,390	3.898,50
96	0006818 - PAPEL HIGIÊNICO FARDO C/ 64 RL, medindo 30mx10cm, gofrado, picotado, branco, 100% celulose, folhas simples.	PALOMA	PC	1459,000000	8,260	12.051,34
99	0001772 - PASTILHA SANITÁRIA, desodorizador sanitário, peso líquido mínimo 25 g, aspecto físico tablete sólido, c/ suporte plástico para vaso sanitário.	MARILUX	UND	1932,000000	2,400	4.636,80
100	0001660 - POLIDOR DE ALUMÍNIO, líquido para limpeza de utensílios de cozinha, remove sujeiras e manchas dando brilho aos utensílios de metal. FR com 500 ml.	TOP CLEAR	UND	360,000000	2,700	972,00
102	0006846 - PRATO DESCARTÁVEL CUMBUCA FUNDA - 12cm – pacote com 10 unidades, de boa qualidade, cor branca	FANPLAST	PCT	3000,000000	1,000	3.000,00
103	0006847 - PRATO DESCARTÁVEL CUMBUCA FUNDO 15 Cm, pacote com 10 unidades, de boa qualidade, cor branca.	FANPLAST	PCT	3520,000000	2,200	7.744,00
105	0006849 - PRATO DESCARTÁVEL RASO 15 CM, Pacote com 10 unidades, de boa qualidade, Cor Branca.	CRISTAL COPO	PCT	3520,000000	1,700	5.984,00
106	0006850 - PRATO PARA REFEIÇÃO FUNDO DESCARTÁVEL 21 cm – Pacote com 10 unidades. Cor Branca.	FANPLAST	PCT	3010,000000	2,400	7.224,00
107	0006851 - PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL RASO 18CM, de boa qualidade, Branco, pacote com 10 unidades,	FANPLAST	PCT	3020,000000	2,000	6.040,00
113	0001666 - RODO, com cabo de madeira plastificada com rosca, suporte de plástico medindo no mínimo 30 cm, 02 borracha.	PAULISTINHA	UND	330,000000	7,200	2.376,00
116	0001671 - SABÃO DE COCO, 1kg, embalagem plástica.	MARILUX	UND	330,000000	7,200	2.376,00
117	0001672 - SABÃO EM BARRA, contendo 5 unidades de 200 g, totalizando a embalagem de 1 kg, embalado em saco plástico.	MARILUX	UND	620,000000	8,000	4.960,00
120	0001675 - SABÃO EM PÓ, embalagem (caixa/pacote) de 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de registro no ministério da saúde.	MARILUX	UND	1800,000000	7,120	12.816,00
148	0012561 - VASSOURA DE CERDAS DE NYLON, luxo base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufos	PAULISTINHA	UND	452,000000	6,700	3.028,40

Valor Total: R$ 206.800,49 (Um milhão, cento e noventa e seis mil, cento e trinta e três reais e doze centavos.)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 02 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

Easyclean Industria E Comercio LTDA
CNPJ: 12.248.034/0001-89
EVERTON AZEVEDO PALACIO
Representante

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:90E81EEE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 65/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 13/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA AS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA (CNPJ: 17.570.889/0001-45**),** R SENADOR DUARTE FILHO, 116 ********, SANTOS REIS, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59141-110.
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

LOTE 2 - EXCLUSIVO MEI/ME/EPP						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0012115 - ARMÁRIO EM AÇO COM 02 PORTAS DE ABRIR Armário vertical confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020, com espessura mínima de 0,50 mm em todas as partes. Recebe tratamento antiferruginoso por fosfatização e acabamento com pintura eletrostática a pó epóxi na cor cinza padrão RAL 7035, com espessura mínima de 40 micras, aplicada em estufa de cura a 180 ºC.		UND	30,000000	820,000	24.600,00
9	0012116 - ARQUIVO DE AÇO VERTICAL COM 04 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS Arquivo vertical confeccionado em chapas de aço SAE 1010/1020, com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento com pintura eletrostática a pó epóxi, aplicada em estufa com cura mínima de 180 °C, na cor cinza padrão RAL 7035 (ou equivalente)		UND	10,000000	740,000	7.400,00
10	0012117 - ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS CINZA - 194CM X 70CM X 30CM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: 6 Prateleiras de aço 70cm X 30cm com reforço inferior para uma melhor resistência; 4 Colunas de aço 90cm Bipartidas; 1 Kit parafuso e porca para montagem; 4 Pés de plástico L; MEDIDAS DO PRODUTO MONTADO: Estante de aço cinza com 164cm de altura x 70cm de comprimento x 30cm de profundidade		UND	40,000000	280,000	11.200,00

Valor Total: R$ 43.200,00 (Quarenta e três mil e duzentos reais.)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

JR Industria e Comercio de Moveis LTDA
CNPJ: 17.570.889/0001-45
JOSE RADAMÉS FERNANDES MALHEIRO
Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:8D176D6C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 13/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA AS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: MOVEPLAST INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA (CNPJ: 30.231.212/0001-40), LOT PALMARES I, 0 LOTE 06 QUADRA13, PREFEITO ANTONIO LINS SOUZA, RIO LARGO/AL, CEP: 57100-000.
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

LOTE 1						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0012108 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA- 01 INFANTIL - 02 A 05 ANOS CADEIRA Ref: CJA-01 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções, proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo. Ponteiras, sapatas, assento e encosto em polipropileno, injetados na cor LARANJA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Assento (340x260mm) e encosto (336x168mm) em polipropileno injetados na cor LARANJA. Altura do assento ao chão 260mm. MESA Ref: CJA-01 Mesa Laterais e suporte dos porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Travessa superior para fixação do tampo confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções, proteção da superfície com tratamento especial anticorrosivo. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor LARANJA. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada		Conj.	150,000000	190,000	28.500,00

	revestido na face superior em laminado melamínico acabamento texturizado na cor CINZA e revestimento na face inferior em chapa de balanceamento. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Altura da mesa: 464mm.					
2	0012109 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA- 04 CADEIRA Ref: CJA-04 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Ponteiras, sapatas, assento e encosto em polipropileno, injetados na cor VERMELHA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Assento (400x350mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno pigmentados na cor VERMELHA. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem no processo MIG em todas as junções. Altura do assento ao chão 380mm. MESA Ref: CJA-04 Mesa Laterais e suporte do porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Travessa superior para fixação do tampo confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor VERMELHA. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada (MDP), acabamento texturizado na cor CINZA. Porta livros (503x304mm) em polipropileno injetado na cor CINZA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, na cor CINZA. Altura da mesa 640mm.		Conj.	60,000000	290,000	17.400,00
3	0012110 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA- 05 CADEIRA Ref: CJA-05 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Ponteiras, sapatas, assento e encosto em polipropileno, injetados na cor VERDE. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, na cor CINZA. Assento (400x390mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno pigmentados na cor VERDE. Fixação do assento e encosto à estrutura através de rebites de repuxo. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Altura do assento ao chão 430mm. MESA Ref: CJA-05 Mesa Laterais e suporte do porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Travessa superior para fixação do tampo confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor VERDE, fixadas à estrutura através de rebites de repuxo. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada (MDP), acabamento texturizado na cor CINZA. Fitas de bordo em PVC com "primer", acabamento texturizado na cor VERDE coladas com adesivo "hot melting". Porta livros (503x304mm) em polipropileno injetado na cor CINZA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Altura da mesa: 710mm.		Conj.	60,000000	290,000	17.400,00
4	0012111 - CONJUNTO ALUNO TAMANHO CJA- 06 CADEIRA Ref: CJA-06 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno na cor AZUL, fixadas. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Assento (400x430mm) e encosto (396x198mm) em polipropileno na cor AZUL. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Altura do assento ao chão 460mm. MESA Ref: CJA-06 Mesa Laterais e suporte do porta livros confeccionados em tubo de aço secção oblonga de 29x58mm. Pés em tubo de aço secção circular 38mm. Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor AZUL. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Soldagem pelo processo MIG em todas as junções. Tampo (600x450mm) em madeira aglomerada (MDP), acabamento texturizado na cor CINZA. Porta livros (503x304mm) em polipropileno injetado na cor CINZA. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante na cor CINZA. Altura da mesa: 760mm.		Conj.	170,000000	320,000	54.400,00
5	0012112 - CONJUNTO PROFESSOR CJP-01 CADEIRA PROFESSOR Ref: CJP-01 Cadeira Estrutura em tubo de aço 20,7mm, em chapa 14 (1,90mm). Ponteiras e sapatas em polipropileno injetados na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Nos moldes das ponteiras e sapatas da cadeira deve ser grafado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Pintura dos elementos metálicos com tinta em pó híbrida epóxi, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 microns na cor cinza. Assento(400x430mm) e encosto (396 x 198mm) em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor cinza. Fixação do assento e encosto à estrutura através de rebites de repuxo 4,8mm, comprimento 16mm. Nos moldes do assento e encosto deve ser grafado com o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero e o nome da empresa fabricante do componente injetado. As peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Solda deve possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro de união. Devem ser eliminados respingos ou irregularidade de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Altura do assento ao chão 460mm. MESA PROFESSOR Ref: CJP-01 Mesa Laterais e suporte da saia em tubo de aço de 29x58mm em chapa 16(1,5mm) e suporte da saia em tubo 25x60(parede 1,50mm). Travessa superior confeccionada em tubo de aço secção circular 31,75mm (1 ¼") chapa 16(1,5mm). Pés em tubo de aço secção circular 38mm (1 ½") em chapa 16(1,5mm). Fechamento com ponteiras e sapatas em polipropileno injetadas na cor cinza, fixadas		Conj.	45,000000	430,000	19.350,00
6	0012113 - CONJUNTO REFEITÓRIO M2B-04 BANCOS Ref: M2B-04 Bancos Bancos: Estrutura: Pés em tubo de aço 1 1/2" em chapa 16 (1,5mm). Travessa longitudinal em tubo de aço 40x40mm em chapa 16 (1,5mm). Travessas transversais em tubo de secção retangular 20x50mm em chapa 16 (1,5mm). Suportes estruturais e de fixação do tampo em chapa de aço espessura de 3mm. Aletas de fixação do tampo em chapa de aço 14 (1,9mm). Fixação do tampo à estruturas através de parafusos 1/4" x 2 1/2", cabeça chata, bicromatizados; parafusos 1/4" x 2", cabeça chata, bicromatizados e parafusos para aglomerado, de 4,5mm x 22mm, cabeça panela, fenda Phillips, bicromatizados. . Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor vermelho. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor vermelha fixadas à estrutura através de encaixe. Assento (1350x350mm) em madeira aglomerada (MDP) espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento frost, na cor branca. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento frost, na cor branca. Furação e colocação de buchas em zamac, auto-atarrachantes, rosca interna 1/4", 13mm de comprimento. Topos transversais e longitudinais encabeçados com fita de bordo em PVC com primer, 29mm (largura) x 3mm (espessura), na cor vermelha coladas com adesivo "Hot Melting". Altura 380mm. MESA Ref: M2B-04 Mesa Mesa: estrutura: Pés em tubo de aço 1 1/2" em chapa 16 (1,5mm). Travessa longitudinal em tubo de aço 40x40mm em chapa 16 (1,5mm). Travessas transversais em tubo de secção retangular 20x50mm em chapa 16 (1,5mm). Suportes estruturais e de fixação do tampo em chapa de aço espessura de 3mm. Aletas de fixação do tampo em chapa de aço 14 (1,9mm). Fixação do tampo à estruturas através de parafusos 1/4" x 2 1/2", cabeça chata, bicromatizados; p		Conj.	42,000000	780,000	32.760,00
7	0012114 - MESA PARA CADEIRANTE A mesa para cadeirante deve ser constituída de estrutura metálica formada à partir de tubos de secção oblonga e circular e tampo fabricado em aglomerado com revestimento melamínico com fitas de borda e porta-livros plástico. O tampo deve ter dimensões aproximadas de 900x600 mm fabricado em chapa de aglomerado de 18mm de espessura com revestimento melamínico branco cristal em ambas as faces, com fita de borda de 3 mm de espessura com cantos arredondados com 6 porcas-garra alojadas diretamente no tampo. a altura do tampo até o chão deve ser de aproximadamente 820mm. Estrutura metálica da mesa deve ser confeccionada em tubos de aço 1010/1020, sendo a base do tampo um "u" de secção circular ø 31,75 mm com espessura de parede de 1,5 mm com 6 furos passantes de ø 7,0 mm, por esses furos devem ser inseridos parafusos cabeça panela fenda philips m6x45 mm que se fixarão nas porcas-garra do tampo. a esse "u" devem ser soldadas duas camisas metálicas de tubo oblongo 29x58mm e espessura de parede de 1,9mm unidas entre sí por um tubo oblongo 29x58mm com espessura de parede de 1,5mm. as pernas da mesas devem ser fabricadas com tubo oblongo 29x58mm espessura 1,9mm soldados aos pés da mesa fabricados em tubo de ø38,10mm e espessura de 1,5mm com ponteiras plásticas de acabamento padrão fde/fnde fixadas por meio de rebites tipo pop. a montagem das pernas da mesa ao conjunto estrutural do tampo deve ocorrer por meio de 4 parafusos, dois em cada perna. Todos os componentes da estrutura metálica devem ser fabricados em tubo de aço industrial, tratados por conjuntos de banhos químicos, e receber pintura epóxi em pó. O porta-livros deve ser injetado em polipropileno na cor cinza, medindo aproximadamente 503x302 sendo fixado na travessa por meio de 4 rebites de repuxe pop em alumínio com ø 4x10 mm.		UND	6,000000	883,000	5.298,00
VALOR GLOBAL LOTE 1						**175.108,00**

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 20 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

Moveplast Industria de Moveis LTDA
CNPJ: 30.231.212/0001-40
DEYSIANE NAYARA WANDERLEY
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:4C162B93

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 68/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 18/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.
FORNECEDOR: IRANAILSON DOMINGOS DA SILVA (CNPJ: 28.204.278/0001-08**),** Lagoa Nova, 3 CASA, Lagoa Nova, Lagoa Nova/RN, CEP: 59390-000.
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0012506 - VEÍCULO: VAN CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 15(QUINZE) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2010. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A ZONA RURAL NO SENTIDO OESTE RETORNANDO A SEDE NO SENTIDO LESTE COM PASSAGEM PELA ESCOLA MUNICIPAL SENHORA SANTANA. E SEGUINDO PARA O DESTINO FINAL DA ESCOLA FLORÊNCIA MARIA DA CONCEIÇÃO. SENTIDO SUL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 150 km/dia (manhã, tarde e noite) QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATATOS: 150 km/dia x 200 dias letivos = 30.000 km.	Fiat	Km	30000,000000	5,110	153.300,00
4	0012509 - VEÍCULO: MICRO-ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 15(QUINZE) E NO MÁXIMO 28 (VINTE E OITO) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2000. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A ZONA RURAL NO SENTIDO NORDESTE EM BUSCA DA ESCOLA MUNICIPAL SILVINO GARCIA DO AMARAL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 70 km/dia (manhã tarde). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATATOS: 70 km/dia x 200 dias letivos = 14.000 km.	Volkswagem	Km	14000,000000	5,700	79.800,00
7	0012512 - VEÍCULO: MICRO-ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 28(VINTE E OITO) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2000. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO NA DIREÇÃO OESTE DA ZONA RURAL DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS, VOLTANDO POR COMUNIDADES RURAIS DO SETOR SUL, RETORNANDO À ZONA URBANA PARA FINALIZAR O PERCURSO NA ESCOLA ESTADUAL Pe SINVAL LAURENTINO DE MEDEIROS. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 35 km/dia (noite). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 35 km/dia x 200 dias letivos = 7.000 km.	Volkswagem	Km	7000,000000	5,630	39.410,00
11	0012516 - VEÍCULO: ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 28(VINTE E OITO) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2012. TRAJETO DE IDA E VOLTA: ROTA ESPECIAL DESTINADA A VIAGENS DE VISITAÇÃO A MUSEU, AULAS DE CAMPO, EXPOSIÇÕES CIÊNTÍFICAS E CULTURAS, EVENTOS CULTURAIS, FORMAÇÕES PEDAGÓGICAS, PASSEIOS TURÍSTICOS ORIENTADOS PEDAGÓIFGICAMENTE, DENTRE OUTROS QUE ATENDAM A DEMANDA DE TODA A REDE MUNICIPAL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE UMA MÉDIA DE 20 VIAGENS DE NO MÍNIMO 600 KM CADA UMA, QUE MULTIPLICANDO RESULTA EM 12.000 KM/MÊS OU DIVIDIDO POR 20 DIAS LETIVOS AO MÊS RESULTA EM UMA MÉDIA DE 60KM/POR DIA. QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 60km/dia x 200 dias letivos = 12.000 km.	Mercedes Benz	Km	12000,000000	7,000	84.000,00
12	0012517 - VEÍCULO: ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 28(VINTE E OITO) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2012. TRAJETO DE IDA E VOLTA: ROTA ESPECIAL DESTINADA AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES DESPORTISTAS. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE UMA MÉDIA DE 20 VIAGENS DE NO MÍNIMO 400 KM CADA UMA, QUE MULTIPLICANDO RESULTA EM 8.000 KM/MÊS OU DIVIDIDO POR 20 DIAS LETIVOS AO MÊS RESULTA EM UMA MÉDIA DE 40KM/POR DIA. QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 40km/dia x 200 dias letivos = 8.000 km.	Mercedes Benz	Km	8000,000000	7,000	56.000,00

Valor Total: R$ 412.510,00 (Quatrocentos e doze mil, quinhentos e dez reais.)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

IRANAILSON DOMINGOS DA SILVA
CNPJ: 28.204.278/0001-08
Iranailson Domingos da Silva
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:36669472

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 18/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.
FORNECEDOR: E. ADRIANI A. DE AQUINO LOCACOES E TURISMO (CNPJ: 14.298.099/0001-64**),** RUA SÃO JOSÉ, 7500 , VALADÃO, Macau/RN, CEP: 59500-000
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0012513 - VEÍCULO: ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 30(TRINTA) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2012. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO AO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE LOCALIZADO EM CURRAIS NOVOS/RN. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 130 km/dia (manhã e tarde). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 260 Km x 200 dias letivos = 52.000 km.	VOLKSWAGEM	Km	52000,000000	4,340	225.680,00
9	0012514 - VEÍCULO: VAN CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 15(QUINZE) E NO MÁXIMO 28 (VINTE E OITO) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2012. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO AO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE LOCALIZADO EM CURRAIS NOVOS/RN. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 130 km/dia (manhã e tarde). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 260 Km x 200 dias letivos = 52.000 km.	FIAT	Km	52000,000000	2,400	124.800,00
10	0012515 - VEÍCULO: ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 30(TRINTA) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2012. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO, SUPERIOR E DE PÓS GRADUAÇÃO LOCALIZADAS EM CURRAIS NOVOS/RN. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 130 km/dia (noite). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 130 km/dia x 200 dias letivos = 26.000 km.	VOLKSWAGEM	Km	26000,000000	5,950	154.700,00

Valor Total: R$ 505.180,0 (Quinhentos e cinco mil, cento e oitenta reais.)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

E. Adriani A. De Aquino Locacoes E Turismo
CNPJ: 14.298.099/0001-64
ELTON ADRIANI ALMEIDA DE AQUINO
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:B4C4C568

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 71/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 15/2025.C

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN, CONFORME AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.
FORNECEDOR: RIOGRANDENSE COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI - ME (CNPJ: 4.114.994/0001-35**),** Av Moema Tinoco Da Cunha Lima, 593 LOTE 155 QUADRA06, Pajucara, Natal/RN, CEP: 05913-309.
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Valo

LOTE 01						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0012431 - AÇAFRÃO – 100G Descrição: Especiaria de cor amarelo alaranjada, obtida a partir da cúrcuma (raiz pura).	CASA DO MILHO PIPOCA	Pacote	179,000000	3,000	537,00
2	0012432 - ACHOCOLATADO LIQUIDO Descrição: líquido, sabor: chocolate, características adicionais: enriquecido com vitaminas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	BOA VIDA	Litro	781,000000	5,000	3.905,00
3	0012433 - ACHOCOLATADO LIQUIDO SEM LACTOSE Descrição: líquido, sabor: chocolate, características adicionais: enriquecido com vitaminas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	ITALAC	Litro	94,000000	6,990	657,06
4	0012434 - AÇÚCAR REFINADO Descrição: açúcar refinado, emb. com 1 kg, na cor branca, sacarose de cana de açúcar, embalagem em polietileno, contendo data de fabricação e prazo de validade, produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a resolução 12/78 da Comissão Nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA.	PURO MEL	KG	1406,000000	4,000	5.624,00
5	0012435 - ADOÇANTE LÍQUIDO (Edulcorante stévea) c/ 100 ml Descrição: Edulcorante stévea, o produto deverá ter marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	ADOCYL	Unidade	30,000000	3,000	90,00
6	0012436 - AMIDO DE MILHO – 500G Descrição: Sem glúten e embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote,quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	KIMIMO	Unidade	500,000000	7,000	3.500,00
7	0012437 - ARROZ – TIPO 1 Descrição: arroz branco, sub – polido, classe longo fino tipo 1, embalagem contendo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PANELAÇO	KG	3058,000000	6,000	18.348,00
8	0012438 - ARROZ PARBOILIZADO – TIPO 1 Descrição: Tipo 1, longo, constituídos de graus inteiros, com teor de unidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem contendo 1Kg, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	PANELAÇO	KG	4799,000000	4,800	23.035,20
9	0012439 - AVEIA EM FLOCOS. Peso líquido de 500g. Embalagem plástica de polietileno, transparente, resistente, com solda reforçada, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega, rotulagem de acordo com a legislação.	YOKI	Unidade	569,000000	4,000	2.276,00
10	0012440 - BEBIDA LÁCTEA – 1 LITRO Descrição: Sabores variados, com consistência cremosa ou líquida, acondicionada embalagem de saco plástico. Ingredientes obrigatórios: leite pasteurizado; soro de queijo pasteurizado e desnatado, açúcar, polpa de fruta, fermento lácteo, e estabilizantes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	NATURAL DA VACA	Litro	2345,000000	4,010	9.403,45
11	0012441 - BEBIDA LÁCTEA SEM LACTOSE– com no mínimo 850 ml, descrição: Bebida láctea UHT. Sem lactose. Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em garrafa resistente ou caixa, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	AURORA	GARRAFA	90,000000	4,010	360,90
12	0012442 - BISCOITO DOCE TIPO MARIA SEM LACTOSE Descrição: biscoito doce, dupla embalagem, contendo 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenado zero trans. açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos. VITAMINAS b1, b2, b6 e PP	3 DE MAIO	Pacote	60,000000	4,700	282,00
13	0012443 - BISCOITO DOCE, sequilho. Descrição: Sem lactose, que não tenha na composição leite ou glutén 0% de gordura trans, serão rejeitados biscoitos queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem de 400 gramas.	NAZINHA	Pacote	30,000000	3,000	90,00
14	0012444 - BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA Descrição: sem recheio, embalagem de 400g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.	MARILAN	Pacote	2345,000000	4,700	11.021,50
15	0012445 - BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO Descrição: Embalagem plástica, contendo 3 pacotes individuais, peso aproximado 330g. Isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto	MARILAN	Pacote	625,000000	4,000	2.500,00
16	0012446 - BISCOITO INTEGRAL, salgado, tipo cream cracker integral; embalagem de 400g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto. PRAZO DE VALIDADE: Mínimo de 06 meses.	VITARELLA	Pacote	60,000000	4,000	240,00

17	0012447 - BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER Descrição sem recheio, embalagem de 400g, contendo 3 pacotes individuais. Biscoitos acondicionados em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados. Embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.	MARILAN	Pacote	2345,000000	4,200	9.849,00
18	0012448 - BOLO DE OVOS – 500 G Descrição: Bolo com aproximadamente 500g, embalagem transparente contendo data de fabricação e validade mínima de 2 (dois) dias.	CASA DO BOLO	UND	1875,000000	6,500	12.187,50
19	0012449 - CAFÉ EM PÓ – 250G Descrição: café, tipo torrado, apresentação moído, tipo embalagem alto vácuo, validade prazo mínimo de 1 ano, normas técnicas laudo de classificação de café feito pela ABIC.	SUPREMO	Unidade	1000,000000	12,000	12.000,00
20	0011988 - COLORÍFICO EM PÓ – 1ª QUALIDADE Descrição: Condimento industrial, colorau em pó. Pacote c/ 100 gramas.	CORINGA	Pacote	3214,000000	1,000	3.214,00
21	0012450 - FARINHA DE MANDIOCA TIPO FINA 01 – 1KG Descrição: Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	BREJINHO	KG	670,000000	4,000	2.680,00
22	0012451 - FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO – 1KG Descrição: Especial sem fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 70 (setenta) dias a partir da data de entrega.	FINNA	KG	336,000000	4,000	1.344,00
23	0012452 - FEIJÃO CARIOCA Descrição: Tipo 1, acondicionado em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg	KERO MAIS	KG	603,000000	5,800	3.497,40
24	0012453 - FEIJÃO MACASSAR BRACO – TIPO 1 Descrição: Acondicionado em embalagem transparente, isento de sujidades, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, e apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg.	KERO MAIS	KG	603,000000	5,500	3.316,50
25	0012454 - FEIJÃO PRETO Descrição: Tipo 1, acondicionado em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, devendo apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 1kg	KERO MAIS	KG	641,000000	6,500	4.166,50
26	0012455 - FERMENTO QUÍMICO EM PÓ – 100 G Descrição: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado.	ROYAL	Unidade	188,000000	4,000	752,00
27	0012456 - FLOCOS DE MILHO TIPO FLOCÃO Descrição: Milho não transgênico em flocos. Embalagem de 500 mg, 1ª qualidade, contendo identificação, marca do fabricante, prazo de validade. Deverá apresentar validade mínima de 5 (cinco) meses a partir da data de entrega.	BOMILHO	Pacote	6046,000000	1,400	8.464,40
28	0012457 - LEITE DE SOJA EM PÓ Descrição: Composto de proteína isolada de soja. Isento de lactose e glúten, c/ sacarose e maltodextrina, instantâneo, c/ boa adaptabilidade, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem de 300g.	SUPRASOY	Unidade	135,000000	20,000	2.700,00
29	0011996 - LEITE EM PÓ INTEGRAL – 200G Descrição: A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	AURORA	Unidade	11156,000000	8,000	89.248,00
30	0011997 - LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE -380G Descrição: A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	NESTLE	Lata	180,000000	15,000	2.700,00
31	0012458 - MACARRÃO DE ARROZ ESPAGUETE- SEM GLÚTEM- PCT 500 Descrição: pacote de peso líquido 500g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.	URBANO	Pacote	60,000000	5,000	300,00
32	0012459 - MACARRÃO ESPAGUETE COM OVO – PCT 500 G Descrição: pacote de peso líquido 500g, contendo informação nutricional, data de validade, fabricação e lote.	VITARELLA	Pacote	9598,000000	2,800	26.874,40
33	0012460 - MARGARINA 80% DE LIPÍDIOS – 500G Descrição: Com 80% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis - embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA. Embalagem de 500 gramas	QUALY	Unidade	156,000000	5,500	858,00
34	0012461 - ÓLEO DE SOJA – 900ML Descrição: 1ª qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado; limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso liquido 900ml.	LIZA	Unidade	715,000000	7,600	5.434,00
35	0012462 - OVO DE GALINHA - BANDEJA C/30 Descrição: Classe A, tipo 3 grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, cor, odor ou sabor anormais; acondicionados em embalagem apropriada com 15 unidades. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do Regulamento interno de inspeção de Produtos de Origem Animal.	GRANJA ALMEIDA	BDJ	419,000000	18,000	7.542,00
36	0012463 - PÃO TIPO HOT DOG- PACOTE DE 500 G Descrição: embalagem de 500g íntegra, limpa, resistente, plástica, com informação nutricional, validade, lote e data de fabricação. Com gramatura de 50g cada pão.	CASARÃO	Pacote	1563,000000	5,000	7.815,00
37	0012464 - POLPA DE ACEROLA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	RN POLPAS	KG	625,000000	4,400	2.750,00
38	0012465 - POLPA DE CAJÁ – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	RN POLPAS	KG	313,000000	6,000	1.878,00
39	0012466 - POLPA DE GOIABA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	RN POLPAS	KG	625,000000	4,400	2.750,00
40	0012467 - POLPA DE MANGA – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	RN POLPAS	KG	625,000000	4,400	2.750,00
41	0012468 - POLPA DE MARACUJÁ – 1kg Descrição: Frutas selecionada, isenta de contaminação. A embalagem de 1 Kg deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas de isopor conforme legislação vigente da Secretaria da Saúde.	RN POLPAS	KG	625,000000	8,500	5.312,50
42	0012469 - PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA Descrição: cor média escura similar à carne cozida, embalada em saco plástico transparente de polipropileno, de 400g, contendo rotulagem, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade e registro no órgão competente.	SUPRESOY	Pacote	698,000000	4,500	3.141,00
43	0012470 - SAL REFINADO Descrição: Sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 1Kg.	LEBRE	KG	321,000000	1,000	321,00
44	0012471 - VINAGRE DE ÁLCOOL-500 ML Descrição: embalado em garrafa de conteúdo líquido de 500ml, com data de validade e fabricação.	MARATA	FRASCO	201,000000	1,900	381,90
VALOR GLOBAL LOTE 01						**306.097,21**

LOTE 03

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
51	0012478 - ABACAXI DE 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas. Com gramatura unitária de no mínimo 1,5 Kg.	IN NATURA	KG	1694,000000	4,000	6.776,00
52	0012479 - ACEROLA – 1ª QUALIDADE Descrição: Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras, isentas de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, isenta de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio e transporte.	IN NATURA	KG	938,000000	4,010	3.761,38
53	0012480 - ALFACE1ª QUALIDADE Descrição: Fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos.	IN NATURA	Molho	503,000000	3,000	1.509,00
54	0012481 - ALHO – 1ª QUALIDADE Descrição: Alho branco in-natura, de 1ª qualidade, sem réstia, bulho inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isentos sujidades, parasitas e larvas.	IN NATURA	KG	964,000000	33,000	31.812,00
55	0012482 - BANANA PRATA – 1ª QUALIDADE Descrição: Em pencas de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em pencas integra.	IN NATURA	KG	2118,000000	2,500	5.295,00
56	0012483 - BATATA DOCE – 1ª QUALIDADE Descrição: Branca/roxa, primeira qualidade, tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.	IN NATURA	KG	2143,000000	3,510	7.521,93
57	0012484 - BATATA INGLESA – 1ª QUALIDADE Descrição: Comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	IN NATURA	KG	893,000000	5,000	4.465,00
58	0006962 - CEBOLA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem réstia, nova, com casca sã e sem ruptura, isenta de sujidades, substâncias terrosas e sujeiras. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação.	IN NATURA	KG	1928,000000	4,000	7.712,00
59	0012485 - CENOURA – 1ª QUALIDADE Descrição: Sem folhas, primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa.	IN NATURA	KG	603,000000	4,000	2.412,00

60	0012486 - COENTRO – 1ª QUALIDADE Descrição: De Primeira qualidade, hortaliça classificada como verdura fresca, cor verde, aspecto e sabor próprio, isenta de sinais de apodrecimento, sujidades e materiais terrosos.	IN NATURA	Molho	2901,000000	1,900	5.511,90
61	0012487 - GOIABA VERMELHA – 1ª QUALIDADE Descrição: Com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras, isentas de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, isenta de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio e transporte.	IN NATURA	KG	938,000000	4,000	3.752,00
62	0006973 - JERIMUM DE LEITE Descrição: Boa qualidade, tamanho e coloração uniformes isenta, materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos.	IN NATURA	KG	1205,000000	2,900	3.494,50
63	0006974 - LARANJA COMUM – 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas, com casca fina. Com gramatura unitária de no mínimo 100 gramas.	IN NATURA	KG	1338,000000	3,500	4.683,00
64	0012488 - MAÇÃ VERMELHA NACIONAL – 1ª QUALIDADE Descrição: Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. Com gramatura unitária de no mínimo 100 gramas.	IN NATURA	Unidade	1906,000000	7,500	14.295,00
65	0012489 - MACAXEIRA – 1ª QUALIDADE Descrição: Raiz no tamanho normal de crescimento, uniforme, fresca, inteiras sem ferimentos causados por objetos cortantes, não fibrosa, livre de materiais terrosos, isenta de manchas roxas e outros defeitos que comprometam a qualidade do produto.	IN NATURA	KG	1518,000000	3,500	5.313,00
66	0012490 - MAMÃO FORMOSA – 1ª QUALIDADE Descrição: DE primeira, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho livre de sujidades, parasitas e larvas.	IN NATURA	KG	625,000000	2,900	1.812,50
67	0012491 - MARACUJÁ AZEDO – 1ª QUALIDADE Descrição: Tamanho e colorações uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	IN NATURA	KG	235,000000	7,000	1.645,00
68	0012492 - MELANCIA – 1ª QUALIDADE Descrição: Redonda, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	IN NATURA	KG	2564,000000	2,500	6.410,00
69	0012493 - MELÃO - 1ª QUALIDADE Descrição: sem partes escuras ou furadas.	IN NATURA	KG	2050,000000	3,000	6.150,00
70	0012494 - PIMENTÃO VERDE – 1ª QUALIDADE Descrição: 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.	IN NATURA	KG	1285,000000	4,000	5.140,00
71	0012495 - TOMATE – 1ª QUALIDADE Descrição: Tipo comum, tamanho médio, primeira, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho.	IN NATURA	KG	1606,000000	4,000	6.424,00
VALOR GLOBAL LOTE 03						**135.895,21**

Total: R$ 441.992,42 (Quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos.

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

Riograndense Comercio E Representacoes EIRELI - ME
CNPJ: 24.114.994/0001-35
MONIQUE SANDRELLY DE OLIVEIRA REGO
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:15F1A8E1

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 22/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz
Registro de Preços Eletrônico - 22/2025
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - 0012587 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO HIGH WALL TIPO SPLIT 9.000 BTUs Capacidade mínima nominal de refrigeração de 9.000 BTU/h, tensão de alimentação: 220 Volts / 60 Hz, filtro de ar removível e lavável, serpentina de cobre, condensadora com descarga de ar horizontal, gás refrigerante ecológico tipo R-410A, compressor do tipo rotativo inverter, ciclo frio, selo Procel A de eficiência energética ou equivalente no INMETRO, manual de instrução em português, garantia mínima de 12 meses, instalação completa (incluindo todos os materiais e serviços necessários), conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência - Valor Referência: 2.764,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
K J DE M ANDRADE LTDA (49.385.374/0001-61)	Adjudicado em: 04/07/2025 - 13:41:05 - Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA	VIX	VIX	40,0000	96.000,00

Item: 0002 - 0012588 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO HIGH WALL TIPO SPLIT 18.000 BTUs Capacidade mínima nominal de refrigeração de 18.000 BTU/h, tensão de alimentação: 220 Volts / 60 Hz, filtro de ar removível e lavável, serpentina de cobre, condensadora com descarga de ar horizontal, gás refrigerante ecológico tipo R-410A, compressor do tipo rotativo inverter, ciclo frio, selo Procel A de eficiência energética ou equivalente no INMETRO, manual de instrução em português, garantia mínima de 12 meses, instalação completa (incluindo todos os materiais e serviços necessários), conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência - Valor Referência: 4.412,96

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
K J DE M ANDRADE LTDA (49.385.374/0001-61)	Adjudicado em: 04/07/2025 - 13:41:05 - Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA	VIX	VIX	40,0000	156.000,00

Item: 0003 - 0012589 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO HIGH WALL TIPO SPLIT 36.000 BTUs Capacidade mínima nominal de refrigeração de 36.000 BTU/h, tensão de alimentação: 220 Volts / 60 Hz, filtro de ar removível e lavável, serpentina de cobre, condensadora com descarga de ar horizontal, gás refrigerante ecológico tipo R-410A, compressor do tipo rotativo inverter, ciclo frio, selo Procel A de eficiência energética ou equivalente no INMETRO, manual de instrução em português, garantia mínima de 12 meses, instalação completa (incluindo todos os materiais e serviços necessários), conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência - Valor Referência: 8.847,19

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BMJ COMERCIO LTDA (59.781.178/0001-60)	Adjudicado em: 04/07/2025 - 13:41:05 - Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA	AS-36UW2RKKDK00	VIX	30,0000	231.000,00

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:8F3E2022

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 22/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Registro de Preços Eletrônico - 22/2025			
Resultado da Homologação			
0001 - 0012587 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO HIGH WALL TIPO SPLIT 9.000 BTUs Capacidade mínima nominal de refrigeração de 9.000 BTU/h, tensão de alimentação: 220 Volts / 60 Hz, filtro de ar removível e lavável, serpentina de cobre, condensadora com descarga de ar horizontal, gás refrigerante ecológico tipo R-410A, compressor do tipo rotativo inverter, ciclo frio, selo Procel A de eficiência energética ou equivalente no INMETRO, manual de instrução em português, garantia mínima de 12 meses, instalação completa (incluindo todos os materiais e serviços necessários), conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência - VIX - Valor Referência: 2.764,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
K J DE M ANDRADE LTDA	2.400,00	96.000,00	Homologado em 04/07/2025 13:41:10 Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA
0002 - 0012588 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO HIGH WALL TIPO SPLIT 18.000 BTUs Capacidade mínima nominal de refrigeração de 18.000 BTU/h, tensão de alimentação: 220 Volts / 60 Hz, filtro de ar removível e lavável, serpentina de cobre, condensadora com descarga de ar horizontal, gás refrigerante ecológico tipo R-410A, compressor do tipo rotativo inverter, ciclo frio, selo Procel A de eficiência energética ou equivalente no INMETRO, manual de instrução em português, garantia mínima de 12 meses, instalação completa (incluindo todos os materiais e serviços necessários), conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência - VIX - Valor Referência: 4.412,96			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
K J DE M ANDRADE LTDA	3.900,00	156.000,00	Homologado em 04/07/2025 13:41:10 Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA
0003 - 0012589 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO HIGH WALL TIPO SPLIT 36.000 BTUs Capacidade mínima nominal de refrigeração de 36.000 BTU/h, tensão de alimentação: 220 Volts / 60 Hz, filtro de ar removível e lavável, serpentina de cobre, condensadora com descarga de ar horizontal, gás refrigerante ecológico tipo R-410A, compressor do tipo rotativo inverter, ciclo frio, selo Procel A de eficiência energética ou equivalente no INMETRO, manual de instrução em português, garantia mínima de 12 meses, instalação completa (incluindo todos os materiais e serviços necessários), conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência - AS-36UW2RKKDK00 - Valor Referência: 8.847,19			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
BMJ COMERCIO LTDA	7.700,00	231.000,00	Homologado em 04/07/2025 13:41:10 Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:1C6560BA

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 67/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 18/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede na av. Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.
FORNECEDOR: JOSE WELLYNGTON JALES DE MACEDO (CNPJ: 57.527.477/0001-47**),** MANOEL FELIPE, 299 ., CENTRO, Tenente Laurentino Cruz/RN, CEP: 59338-000
Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0012507 - VEÍCULO: MICRO-ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 15(QUINZE) E NO MÁXIMO 28 (VINTE E OITO) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2010. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A ZONA RURAL NO SENTIDO OESTE RETORNANDO A SEDE NO SENTIDO LESTE COM PASSAGEM PELA ESCOLA MUNICIPAL SENHORA SANTANA. E SEGUINDO PARA O DESTINO FINAL DA ESCOLA FLORÊNCIA MARIA DA CONCEIÇÃO. SENTIDO SUL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 150 km/dia (manhã, tarde e noite). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 150 km/dia x 200 dias letivos = 30.000 km.	citroen	Km	30000,000000	3,500	105.000,00
3	0012508 - VEÍCULO: ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 29(VINTE E NOVE) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2000. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A ZONA RURAL NO SENTIDO OESTE RETORNANDO A SEDE NO SENTIDO LESTE COM PASSAGEM PELA ESCOLA MUNICIPAL SENHORA SANTANA. E SEGUINDO PARA O DESTINO FINAL DA ESCOLA FLORÊNCIA MARIA DA CONCEIÇÃO.SENTIDO SUL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 150 km/dia (manhã, tarde e noite). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 150 km/dia x 200 dias letivos = 30.000 km.	marcopolo	Km	30000,000000	4,500	135.000,00
5	0012510 - VEÍCULO: ÔNIBUS CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 29(VINTE E NOVE) E NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2000. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A ZONA RURAL NO SENTIDO NORTE EM BUSCA DA ESCOLA MUNICIPAL SILVINO GARCIA DO AMARAL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 70 km/dia (manhã e tarde). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 70 km/dia x 200 dias letivos = 14.000 km.	marcopolo	Km	14000,000000	4,500	63.000,00
6	0012511 - VEÍCULO: VAN CAPAZ DE TRANSPORTAR UM MÍNIMO DE 15(QUINZE) E NO MÁXIMO 28 (VINTE E OITO) PASSAGEIROS ADULTOS SENTADOS. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DO ANO 2010. TRAJETO DE IDA E VOLTA: SAÍDA DA SEDE DO MUNICIPIO EM DIREÇÃO A ZONA RURAL NO SENTIDO NORTE EM BUSCA DA ESCOLA MUNICIPAL SILVINO GARCIA DO AMARAL. DISTÂNCIA PERCORRIDA: APROXIMADAMENTE 70 km/dia (manhã e tarde). QUANTIDADE DE Km A SEREM CONTRATADOS: 70 km/dia x 200 dias letivos = 14.000 km.	Fiat	Km	14000,000000	4,500	63.000,00

Valor Total: R$ 366.000,00 (trezentos mil e sessenta e seis reais.)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.

VIGÊNCIA DA ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

Jose Wellyngton Jales de Macedo
CNPJ: 30.231.212/0001-40
JOSE WELLYNGTON JALES DE MACEDO
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:995A4304

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO CULTURAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

Deste modo, a Prefeitura Municipal Tenente Laurentino Cruz, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura , torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

- OBJETO DO EDITAL

– O objetivo deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas diversas categorias como artes cênicas, circo, música, cultura popular, folguedos, dança, capoeira, artesanato, eventos culturais, economia criativa, culinária cultural, cultura negra, cultura cigana, audiovisual e demais linguagens culturais que possam ser identificadas no cadastro cultural do município, visando incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

- Cada proponente poderá realizar até 03 (três) inscrições

– Quando houver mais de três inscrições pelo mesmo proponente, será considerada a data da última inscrição.

– Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
1	Lançamento do edital	07/07/2025
2	Inscrições dos projetos	07/07/2025 a 15/07/2025 (MÍNIMO DE 8 DIAS ÚTEIS)
3	Análise do mérito cultural	16/07/2025 a 18/07/2025
4	Divulgação do resultado provisório	23/07/2025
5	Recebimento de recurso e julgamento	24/07/2025 a 25/07/2025 (MÍNIMO DE 2 DIAS ÚTEIS)
6	Divulgação do resultado final	29/07/2025
11	Abertura de contas e Assinatura do Termo de Execução Cultural	30/07/2025 a 01/08/2025
12	Realização de pagamentos	Até 08/08/2025

DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO

– O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 66.900,00 (Sessenta e seis mil e novecentos reais), dividido entre as seguintes categorias de apoio:

CATEGORIA	Prêmio de fomento cultural para pessoa física e pessoa jurídica	Valor Destinado por Proposta	Valor Total Por Faixa
FAIXA 1- FOMENTO **MANIFESTAÇÕES E LINGUAGENS ARTÍSTICAS (Música, Dança, Teatro, Artes Plásticas, Capoeira, Poesia)**	06 Projetos Selecionados	R$ 3.650,00	R$ 21.900,00
FAIXA 2- OBRAS E AQUISIÇÕES **AQUISIÇÃO E/OU REFORMAS**	02 Projetos Selecionados	R$ 10.000,00	R$ 20.000,00
FAIXA 3- SUBSÍDIO E MANUTENÇÃO **MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS**	02 Projetos Selecionados	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00
FAIXA 4- CULTURA VIVA	GRUPO OU COLETIVO/ PESSOA JURÍDICA		
PREMIAÇÃO PARA PONTOS DE CULTURA COM CNPJ COM NO MÍNIMO 10 ANOS DE ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO	01 Projeto selecionado	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
TOTAL DE FAIXAS- (4)	Total de Projetos (11)	Valor Total dos Recursos R$ 66.900,00	

– Ficam garantidos 20% das vagas direcionadas prioritariamente para propostas que serão desenvolvidos em áreas periféricas, áreas rurais voltadas para comunidades, assentamentos, quilombos e outras localidades de difícil acesso.

– **A** despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária, Conforme Lei 494/2024, de 04 de junho de 2024, Crédito Adicional Especial; Ação: Fomento Cultural para OSCs, Agentes culturais, Empresas Culturais, Coletivos Culturais; Natureza de Despesa:
33.90.31 – Premiações culturais, artísticas, cientificas, desportivas e outras.

- Sobre o valor total repassado pelo município de Tenente Laurentino Cruz/RN ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços, por não configurar como uma prestação de serviços.

– Os recursos destinados aos contemplados seguirá ordem de assinatura do Termo de Execução Cultural, sem necessidade de aguardar ordem cronológica de pagamentos.

– Havendo orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

– O apoio financeiro será orientado as seguintes características:

Projeto de fomento: Refere-se ao apoio concedido a pessoas físicas, pessoas jurídicas, coletivos culturais com reconhecida atuação no setor artístico cultural, identificado no Cadastro Cultural do município, para desenvolvimento de ações em âmbito municipal.
Ações culturais: As propostas culturais devem incluir formação, pesquisa, apoio a montagem de espetáculos, mostras, festival, edição de livro, feira cultural, aquisição de material de insumo, venda de produtos, economia solidária, economia criativa da cultura e tantos outros existentes.
– Propostas apresentadas por pessoa física e pessoa jurídica será necessária a apresentação de prova da existência em atividades artísticos culturais há no mínimo 12 meses, antes da inscrição, a ser comprovada através de fotos, links, materiais e outros documentos.
– Ausência de comprovações de atuação artístico-cultural, desenvolvimento da economia criativa, economia solidária, desclassifica o proponente na etapa de habilitação.

- QUEM PODE PARTICIPAR
- Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que reside e domicilia no município de Tenente Laurentino Cruz/RN, há pelo menos 12 meses, a contar da data de inscrição, com 18 anos completos ou menores por procuração dos responsáveis.
- Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
– O agente cultural pode ser:
- Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI), podendo optar pela inscrição pessoa física ou pessoa jurídica;
- Pessoa jurídica com fins lucrativos e sem fins lucrativos;
- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
– Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da

assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.
– Os coletivos culturais deverão informar o número mínimo de três (3) integrantes, seguido de assinaturas e informes de documentos.
– O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque com capacidade de decisão no projeto, sob pena de desclassificação imediata da proposta.

- QUEM NÃO PODE PARTICIPAR
– Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
- Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
- Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
- sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
- O agente cultural que integrar o Conselho Municipal de Política Cultural somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
– A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital, o que não inviabiliza a sua participação neste edital.
– É permitida apresentação de projetos intermediados por terceiros ou por procuração nos casos em que o agente seja menor, não alfabetizado ou esteja impossibilitado por questões de saúde.

- ETAPAS DO EDITAL
– Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I - Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II - Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
II – Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
IV - Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO
- As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulando no item 1.2, podendo ser prorrogado por decisão do gestor municipal.
- O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura , à Avenida Manoel Nascimento, 828, Centro, CEP.: 59.338-000, Tenente Laurentino Cruz/RN, no horário de expediente de segunda a sexta-feira das 07h às 13h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.
– Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, devendo não serem avaliadas.

– DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO
– Documentos de inscrição a ser enviado:
Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (Anexo I);
Portifólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural);
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;

Mini currículo da equipe de trabalho.
– Cada projeto poderá apresentar uma equipe de trabalho responsável pela execução das ações, sem obrigatoriedade de informar prestadores de serviços.
- O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

– ANÁLISE DE MÉRITO E SELEÇÃO DE PROJETOS

– A análise de mérito e seleção dos projetos culturais será realizado por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída pelo município ou por pareceristas contratados, sendo publicado, com antecedência mínima de pelo menos 3 dias antes do período previsto para análise do mérito e seleção dos projetos.

– Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

Tenham interesse direto na matéria;

Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos 12 meses, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

– O membro da Comissão de Avaliação e Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

– Para esta seleção serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

Identificação do critério	Descrição do critério	Pontuação máxima
A	**Trajetória cultural** – Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta para análise. (Aplicar 1 ponto para cada ano, até a pontuação máxima)	1 a 20
B	**Qualidade do Projeto - Descrição, objetivos e metas** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	1 a 20
C	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município** – A análise deverá considerar a contribuição para o enriquecimento e potencialização da cultura local nos aspectos sociais, artísticos e culturais.	1 a 20
D	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** - Analisar se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica e geográfica, bem como, formação de equipe de trabalho.	1 a 20
TOTAL DE PONTUAÇÃO..... 80		

- Além da pontuação acima, o proponente receberá bônus de pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

– Pontuação extra para proponentes pessoas físicas:

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação
E	Agentes culturais do gênero feminino	5
F	Agentes culturais negros e indígenas	5
G	Agentes culturais residentes na zona rural	5
H	Agentes culturais: idosos, transgêneros, matriz africana, ciganos, artistas circenses.	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

– Pontuação extras para proponentes pessoas jurídicas e coletivos ou grupos culturais sem CNPJ:

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação
I	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com representante legal pessoas negras, ou indígenas	5
J	Pessoas jurídicas com representante legal mulheres	5
L	Pessoas jurídicas sediadas em comunidades da zona rural	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

– O proponente que não atingir o ponto de corte equivalente à nota mínima de 40 pontos, na avaliação de mérito, será desclassificado.

– A nota da Comissão de Avaliação e Seleção será aplicada de forma coletiva, sendo vedado nota individual.

– Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:

maior pontuação no item A;

maior pontuação no item B;

maior pontuação no item C.

- Persistindo o empate, o Comissão de Avaliação e Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.

– A Comissão de Avaliação e Seleção indicará uma lista de suplentes que atingirem o ponto de corte. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.

– A relação dos pré-selecionados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz /RN (https://www.tenentelaurentinocruz.rn.gov.br/).

– Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do e-mail semec@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br dentro do prazo estipulado no cronograma, modelo no anexo VI.

– Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

– Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial e no site da Prefeitura de Tenente Laurentino Cruz/RN (https://www.tenentelaurentinocruz.rn.gov.br/).

DA HABILITAÇÃO

– Na etapa de habilitação será avaliado o preenchimento de todos os anexos obrigatórios, e o atendimento às condições previstas nos itens 9 e 10.

– Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura , designada pelo Chefe do Executivo.

- A lista de habilitados e inabilitados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN (https://www.tenentelaurentinocruz.rn.gov.br/).

– Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do e-mail semec@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br, dentro do prazo previsto neste edital, anexo VI.

– HABILITAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:
Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
Cópia atualizada do contrato social para empresas ou estatuto para Organizações da Sociedade Civil e suas alterações;
Cópia de ata que elegeu o representante legal, quando se tratar de Organização da Sociedade Civil;
Cópia do RG e CPF representante legal da pessoa jurídica;
Comprovante de residência (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do representante legal e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de Residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estadual;
Certidão de Débitos Municipal;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certidão de Regularidade Fiscal da Caixa Econômica Federal.

– PESSOA FÍSICA, RESPONSÁVEL POR COLETIVO CULTURAL:
Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e quando for em nome

de terceiro assinar Declaração de residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
Certidão Negativa de Débito Municipal;
Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.
– Os proponentes selecionados deverão abrir contas específicas para recebimentos dos recursos e informar ao órgão responsável pelo edital após o anúncio do resultado final.
- POLÍTICAS AFIRMATIVAS
– O presente Edital, por meio do sistema de cotas e pontuação extra, assegura mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos afirmativos.
- Grupos afirmativos são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas do Programa Nacional Aldir Blanc, com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades.

- CATEGORIA DE COTAS
- Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
– A quantidade de cotas destinadas a cada categoria está descrita no item 2.1.
– Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher autodeclaração.
– A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
- Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

- CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE
- Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo, nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
– Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
– Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

– REMANEJAMENTO DAS COTAS
– No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
– Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

- APLICAÇÃO DAS COTAS PARA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS
- As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência;

- Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
- pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
- Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica, ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica;
- As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo IV e Anexo V.

– ACESSIBILIDADE

– Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e/ou comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
– Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
– Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
– A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item anterior pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
– Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade.
- Quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.
- O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

– CONTRAPARTIDA
– Os proponentes, entidades, coletivos, empresas culturais contempladas neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
– As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas no prazo de validade do Termo de Execução Cultural, contados a partir do recebimento dos recursos.

- REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
– O remanejamento de recurso poderá ser destinado para aquisição de bens culturais, lançamento de novo edital ou dividido em partes iguais aos contemplados, quando houver vacância no preenchimento de todas as vagas ofertadas.
– O não preenchimento de todas as vagas será deflagado quando houver sobras na oferta, observando ainda o ponto de corte descrito no item 9.6.
– A decisão sobre o remanejamento de recursos fica a critério do órgão gestor responsável pela aplicação de recursos.

- ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DE RECURSOS
– O proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo estipulado de forma presencial (Anexo VII).
– O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/Secretaria Municipal de Educação eCultura, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
– Durante a assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária aberta especificamente, em qualquer banco, para o recebimento dos recursos deste Edital, em parcela única, dentro do cronograma estipulado neste edital.
– A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
– Será observado a validade das certidões negativas, devendo o proponente estar em dia com sua regularidade fiscal até a fase de pagamento.
– O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

– Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por 60 dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor.
– A prorrogação de prazos para execução de projetos culturais, deverá ser autorizada pelo órgão gestor, sob justificativa do proponente.

– DAS OBRIGAÇÕES
– Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Secretaria Municipal de Educação e Cultura Programa Nacional Aldir Blanc, Ministério da Cultura e Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
– O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

– MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
– Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão A Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
– O proponente deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 30 dias, após o fim da vigência estipulada no Termo de Execução Cultural.
– A ausência da prestação poderá implicar nas seguintes sanções:
- Advertência;
- Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Termo de Execução Cultural;

– Devolução de recursos corrigidos;

- Suspensão temporária de participação em processo de seleção pública e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

– DISPOSIÇÕES FINAIS
– O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial e no site da Prefeitura de Tenente Laurentino Cruz (https://www.tenentelaurentinocruz.rn.gov.br/).
– O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site (https://www.tenentelaurentinocruz.rn.gov.br/) e podem ser solicitados pelo e-mail semec@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br canal utilizado para dúvidas e demais informações.
– Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura de Tenente Laurentino Cruz/Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
– Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
– O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Tenente Laurentino Cruz/Secretaria Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- Este edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.
– O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.
– Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição e Plano de Trabalho;
Anexo II – Declaração para coletivo sem CNPJ;
Anexo III – Declaração de residência;

Anexo IV – Declaração para cotas – pessoas negras ou pessoas indígenas;
Anexo V – Declaração para cotas PCD;
Anexo VI – Formulário de recurso;
Anexo VII – Termo de Execução Cultural;
Anexo VIII – Relatório de Execução do Objeto.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 07 de Julho de 2025.

Francisco Macedo da Silva Prefeito Municipal

Maria Verônica de Oliveira Souza
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Anestor José Pereira
Coordenador de Cultura

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
1. DEFINIÇÃO DO AGENTE CULTURAL:
( ) Pessoa Física ( ) Pessoa Jurídica

– PREENCHIMENTO PARA PESSOA FÍSICA:
- Nome Completo:
- Nome artístico ou nome social (se houver):
- CPF:
- RG:
- Data de nascimento:
- E-mail:
- Telefone:
- Endereço completo:
- CEP:
- Cidade:
- Estado:

– RESUMO DA TRAJETÓRIA CULTURAL DO PROPONENTE:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

- Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional ( ) Comunidades Extrativistas

( ) Comunidades Ribeirinhas ( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

- Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

– Orientação sexual:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Não informar

- Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

- Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

- Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outro tipo, indicar qual

- É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

- Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

- Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não ( ) Bolsa família ( ) Benefício de Prestação Continuada ( ) Outro, indicar qual

- Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

- Se a resposta for sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência
– Se for concorrer as cotas de pessoas negra ou pessoa indígena, deverá preencher o anexo IV, se for concorrer pela cota de Pessoa com deficiência, deverá preencher o anexo V.

- Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins. ( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) Outro(a)s

- Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não ( ) Sim

- Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:

Ano de Criação:

Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

Descreva um resumo da trajetória cultural do coletivo.

– PARA PESSOA JURÍDICA
- Razão Social:
- Nome fantasia:
- CNPJ:
- Endereço da sede:
- Cidade:
- Estado:
- Número de representantes legais:
- Nome do representante legal:
- CPF do representante legal:
- E-mail do representante legal:
- Telefone do representante legal:

– Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Não Binária ( ) Não informar

– Orientação sexual do representante legal:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Não informar

- Raça/cor/etnia do representante legal

( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

- Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

9.1 - Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outra, indicar qual

- É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

- Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

DADOS DO PROJETO
– Nome do Projeto:

– Escolha a categoria a que vai concorrer: (Informar se seu projeto é na linguagem de artes cênicas, música, audiovisual, artesanato ou outro).

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

– Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

– Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

– Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

- Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária) ( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico ( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais ( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos

( ) Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque qual medida ou quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

- Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;
( ) Outra

– Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra

- Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

– Informe como as medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

– Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada).

– Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

– Informe como sua contrapartida social:
(Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada)

- Equipe que vai compor o seu projeto
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

– Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/8/2025	11/10/2025
Ex. Apresentação de espetáculo	Produção	Agenda de espetáculos gratuitos a comunidade	12/08/2025	31/12/2025
Ex Prestação de contas	Pós-produção	Entrega de relatório de execução do objeto	01/01/2025	30/01/2025

- Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais, site, blog.

– Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento
( ) Não ( ) Sim

– Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros ( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal ( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal ( ) Patrocínio privado direto

( ) Patrocínio de instituição internacional ( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas ( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

- Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

– O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

– PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Item	Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ex.: Fotógrafo	Serviço	1	R$1.100,00	R$1.100,00
2	Ex.: Produtor	Serviço	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

Nome completo e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURA

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(Lei Nº. 7.115/83)
(Apenas para Pessoa Física)

Eu documento de identidade órgão exp. CPF nacionalidade naturalidade
telefone (DDD e n°) celular e-
mail
na falta de documentos para comprovação de residência, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de há anos, e atualmente no endereço

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

Nome completo e assinatura

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 ANEXO IV

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, , CPF nº, RG nº
, DECLARO para fins de participação no Edital 01/2024 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural que sou
(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

Nome completo e assinatura do declarante

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, , CPF
nº, RG nº , DECLARO para fins de participação no Edital 01/2024 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

Nome completo e assinatura do declarante

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 ANEXO VI

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 01/2024 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

.

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

Nome completo e assinatura

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2025 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

PARTES
O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO],
portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem
firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

PROCEDIMENTO
Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI
14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR
EXTENSO] reais).
Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

OBRIGAÇÕES
São obrigações da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
executar a ação cultural aprovada;
aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
prestar informações à Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz Cora/Secretaria Municipal de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;
divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
– O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
– A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos: I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
– O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
- Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

- Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
– Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
– O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
- Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
- Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
– Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
- Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
- aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
– O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:

- Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
- Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
– O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
- Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
- Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
– Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
– Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
– O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
– A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
– A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
– Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
– As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

– A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
– Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

TITULARIDADE DE BENS

Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- Extinto por decurso de prazo;
- Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
má administração de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

SANÇÕES

– Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
- A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
- A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
– Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

– O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
– O Conselho Municipal de Política Cultura será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

PUBLICAÇÃO

O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Tenente Laurentino CruzRN.

FORO

Fica eleito o Foro de Currais Novos para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural: [NOME DO AGENTE CULTURAL]

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 ANEXO VIII
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

RESULTADOS DO PROJETO
Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:
META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

PRODUTOS GERADOS
A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc. ( ) Sim ( ) Não

Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades. ( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line) ( ) Vídeo
( ) Documentário ( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato ( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical ( ) Site
( ) Música
( ) Outros:

Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido. ( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais. ( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

EQUIPE DO PROJETO
Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

LOCAIS DE REALIZAÇÃO

De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial. ( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção. ( )Youtube
( )Instagram / IGTV ( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros:

Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local. ( )2. Itinerantes, em diferentes locais.

( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

Em que município e Estado o projeto aconteceu?

Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, extrato bancário, comprovante de encerramento de conta, notas fiscais, recibos, entre outros.

Tenente Laurentino Cruz/RN, de de 2025.

MARIA VERÔNICA DE OLIVEIRA SOUZA
Secreatária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Veronica de Oliveira Souza
Código Identificador:C1A06147

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2025.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 127/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 034/2025

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2025.

EMENTA: TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA DE PESQUISA DE PREÇOS, PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN. CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **Prefeitura Municipal de VÁRZEA/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo**Prefeito Municipal**, **Senhor Getúlio Luciano Ribeiro, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN**, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**; e do outro lado como **CONTRATADA**, **NP TECNOLOGIA**

E GESTÃO DE DADOS LTDA, com CNPJ 07.797.967/0001- 95 , situada na Rua IZABEL A REDENTORA, Nº 2356, EDIF LOEWEN SALA 117, CENTRO - São José dos Pinhais/PR - CEP 83005-010, **neste ato representado pelo o Sr. Rudimar Barbosa Dos Reis,**brasileiro, natural de Santa Maria/RS, empresário, nascido em 14/07/1966, portador do **RG SESP/PR, 40867635** e **CPF Nº 574.460.249-68**, residente e domiciliado na rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 3315 - Ap20 - Campo Comprido, CEP: 81200-528, Cidade: Curitiba - Estado: PR, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:

1.2 - DOS FUNDAMENTOS
A presente contratação encontra-se fundamentada na **CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 034/2025, na forma do art. 74, inciso I, da Lei n° 14.133/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA DO OBJETO:
2.1**.** Constitui objeto deste contrato a Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisa de preços, praticados pela administração pública, a fim de atender as necessidades do setor de compras e planejamento da Prefeitura Municipal de Várzea/RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
3.1 - O prazo de validade do presente contrato é de**04/07/2025 a 04/07/2026**, podendo ser prorrogado na forma da lei conforme Art. 107, inciso II da Lei 14.133/2021, mediante assinatura de termos aditivos, havendo acordo entre as partes.
CLAUSULA - QUARTA DO VALOR:
4.1. O valor total deste contrato é de R$ **12.300,00 (Doze mil e trezentos reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTI	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Licença anual de uso de software com acesso simultâneo para 1 usuário do SISTEMA BANCO DE PREÇOS, para as necessidades do setor de compras e planejamento da Prefeitura Municipal de Várzea/RN.	UND	1	R$ 12.300,00	R$ 12.300,00

CLAUSULA QUINTA - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

5.1 Pela perfeita execução do objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Várzea efetuará o pagamento dopreço proposto pela licitante vencedora, seguindo o estabelecido pela resolução 032/2016 do TCE-RN e do Decreto Municipal nº 015/2025 que estabelece a ordem cronológica dos pagamentos em âmbito municipal, conforme segue abaixo.

CAPÍTULO III DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 4º- A liquidação da despesa consistirá na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, tais como: o contrato, a nota de empenho, a Nota Fiscal ou fatura, o comprovante da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, objetivando apurar:
I - A origem e o objeto do que se deve pagar;
II - A importância exata a pagar;
III - A regularidade fiscal do contratante junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais;
IV - A regularidade trabalhista e previdenciária do contratante decorrentes dos contratos celebrados nos moldes da Lei nº 8.666, de 1993; e
V - A quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Art. 5º- O estabelecimento do procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança, efetuado junto ao setor de compras, pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras nas respectivas Unidades Gestoras.

§ 1º- A Nota Fiscal deverá possuir o atesto do Fiscal de Contrato, o qual procederá a conferência das mercadorias entregues no que diz respeito a quantidade, unidade, peso, marca, embalagem, validade e demais especificações constantes na nota fiscal.
§ 2º- Devidamente protocolada a solicitação de cobrança, deverá ser encaminhada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, pelo Setor de Compras ao Setor de gestão orçamentário-financeira para que este proceda ao registro contábil da fase da despesa "*em liquidação"*" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil do Município.

§ 3º- Após o registro contábil da fase da despesa "*em liquidação"*, o Setor de Gestão Orçamentário-financeira do Município encaminhará a correspondente documentação aos responsáveis pelos atos que compõem a fase da liquidação, a saber:
I - Gestor do contrato – para proceder a conferência da regularidade das condições e especificidade dos bens e/ou serviços prestados pelo fornecedor em conformidade com as condições da contratação e consequente emissão do Termo de Recebimento definitivo do objeto;
II - O Coordenador do Almoxarifado/Patrimônio que deverá proceder os registros dos bens duráveis, quando for o caso, para os quais emitirá guias de tombamento;

§ 4º- Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo em caso de má-fé, o credor terá até 05 (cinco) dias úteis para sanar as pendências. Após este prazo, a obrigação de pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da respectiva ordem cronológica.

§ 5º- No caso de interrupção da ordem cronológica, citada no § 3º, o crédito suspenso será novamente inscrito na ordem cronológica após ter sido corrigido o erro ou falha motivadora da suspensão da exigibilidade.
§ 6º- O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à unidade administrativa contratante.
§ 7º- No caso de inadimplência do contratado junto a ente público, observada durante o procedimento de liquidação, caso o contratado não apresente sua regularidade fiscal dentro do prazo estipulado no § 3º, o valor inadimplido será retido do montante a ser pago ao contratado.

Art. 6º- A tramitação entre o protocolamento e a liquidação regular das despesas deverão ocorrer no prazo máximo de:
I - Até o 30º dia subsequente à apresentação dos documentos para despesas provenientes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite previsto no parágrafo 4º do art. 3º deste decreto; e,
II - Em 45 dias corridos contados da apresentação dos documentos, para os demais casos.

CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

Art. 7º- As obrigações de pagamentos decorrentes de contratos celebrados com a Administração Pública Municipal terão como marco inicial a apresentação do documento de cobrança (Nota Fiscal ou Fatura), devidamente acompanhada da apresentação dos documentos comprobatórios da manutenção dos requisitos exigidos no contrato.

Parágrafo único. O pagamento de que trata o "caput" deve ocorrer:

I - Até o 5º dia útil subsequente após a liquidação para as despesas provenientes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite previsto no parágrafo quarto do artigo 3º deste decreto;

II - Em 30 dias corridos contados da liquidação, para os demais casos.

Art. 8º- Havendo recursos disponíveis para solver obrigação de natureza contratual e onerosa que esteja na ordem de classificação é vedado o pagamento parcial de crédito.

§ 1º- O pagamento parcial será permitido se houver indisponibilidade financeira para o pagamento integral, hipótese em que o saldo a pagar permanecerá na mesma ordem de classificação.

§ 2º- Poderá ser justificada ainda a não efetivação do pagamento nos prazos previstos no Parágrafo Único, do art. 7º, nos casos em que as datas de quitação coincidirem com o período de substituição de titulares da conta bancaria da fonte pagadora afetada, até que a instituição bancaria libere a movimentação através desses.

§ 3º- O fornecedor que, por razões particulares, não dispor de conta bancaria para recepcionar o pagamento através de transferência eletrônica, prevista na legislação para os casos de quitação com recursos federais, este será automaticamente suspenso da classificação da ordem cronológica até que seja sanada essa condição.

Art. 9º- A quebra da ordem cronológica de pagamentos somente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

§ 1º- As situações previstas nos incisos acima devem ser feitas mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente.

§ 2º- Os atos de que trata o § 1º deste artigo deverão ser publicados na imprensa oficial e disponibilizados nos sites oficiais dos respectivos Poderes e Órgãos.

§ 3º- A publicação do ato declaratório de quebra da ordem cronológica deve ocorrer até o 5º dia útil subsequente a sua assinatura.

§ 4º- No caso de insuficiência de fundos, a data de pagamento poderá ser postergada mantendo-se a ordem cronológica de pagamento dos contratos.

§ 5º- Não se sujeitarão às disposições deste Decreto os pagamentos decorrentes de:

I - Suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com operacionalização pautada em dispositivos da Lei Estadual nº 4.041, de 17 de dezembro de 1971;

II - Remuneração e demais verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatória, a exemplo de diárias, ajudas de custo, auxílios, dentre outras;

III - Obrigações tributárias;

IV - Outras despesas que não sejam regidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de1993 ou Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, contratações com concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgotos, telefonia fixa e móvel, Impressa Oficial, Internet e Serviço Postal (Correios) caráter permanente e necessário que atuam de forma administrativa e na execução da despesa pública, pessoas jurídicas inscritas na forma de Micro Empreendedor Individual (MEI); manutenção preventiva e corretiva das ambulâncias; locação de veículos e imóveis de utilidade indispensável ao funcionamento dos serviços públicos; medicamentos e materiais hospitalares (quando restarem extremamente prejudicados os serviços essenciais de saúde); e serviços de caráter continuado prestados por profissionais da saúde.

CAPÍTULO V DOS RESTOS A PAGAR

Art. 10- Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica de pagamento, deverá ser observado o que se segue:

I - As despesas inscritas como restos a pagar processados, observada a estrita ordem cronológica dos seus correspondentes atestos, terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição; e

II - Toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial para observância da ordem cronológica de pagamento a sua efetiva liquidação, o que, nos termos do presente Decreto, corresponderá à data da emissão do seu respectivo atesto.

Art. 11- O disposto no artigo anterior aplicar-se-á aos Restos a Pagar inscritos a partir do exercício financeiro de 20, restando ao Estado e aos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte o dever de estabelecimento de cronograma de pagamento para as suas dívidas contraídas ao longo dos exercícios anteriores, respeitado o prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 12- Os gestores das unidades administrativas designarão, por atos específicos, responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, intitulados Fiscal de Contrato e Gestor de Contratos, respectivamente.

Art. 13- Compete ao Fiscal de Contratos, verificar:
I - A execução do contrato;
II - A regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado; e
III - Acompanhar o recebimento de bens decorrentes de compras.

§ 1º- Com relação ao inciso I, no caso de obras e serviços de engenharia, a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados ficará a cargo do Engenheiro Responsável Técnico da Prefeitura Municipal de 2025, e ocorrerá na forma do cronograma físico das medições;

Art. 14- Sobre as verificações efetuadas, o Gestor de Contratos emitirá relatório mensal informando:
I - No caso de contratação de mão-de-obra terceirizada, se os salários e vantagens foram pagos corretamente aos empregados e se foram pagos de acordo com a legislação trabalhista;
II - Sobre a manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado, se as obrigações foram efetivamente cumpridas e recolhidas na forma da legislação em vigor; e
III - no caso de prestação de serviço, se os mesmos forem efetivamente executados em quantidade e qualidade especificada e no recebimento de materiais, se as quantidades e valores unitários e totais forem efetivamente recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO:

6.1. O objeto deste processo deverá ser executado em estrita conformidade com a proposta apresentada no que tange, quantidade e preço e conforme**Termo de Referência**do presente Processo de **INEXIGIBILIDADE Nº. 34/2025.**
6.2. Os serviços deverão ser prestados, conforme solicitação do Ordenador de Despesa.

CLAUSULA SETIMA– DO REAJUSTE:

7.1 - Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedida pelo Governo Federal.
7.2 - Decorrido o prazo acima estipulado, automaticamente, os preços mensais serão corrigidos monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
7.3 - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES:

8.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o estabelecido no art. 124 da Lei Federal N° 14.133/2021, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento).
8.2 - As alterações a que se referem ao item anterior serão consideradas formalizadas mediante 6 § 4º, inciso I do art. 92 da Lei 14.133/2021 aditamento contratual a ser emitido pela CONTRATANTE, após consentimento expresso da autoridade superior competente.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2025.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA.

FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

10.1 - DA CONTRATANTE:

10.1.1 - O Contratante é responsável exclusivo pela segurança de suas informações confidenciais e proprietárias.

10.2 - DO CONTRATADO:

I - O Contratado deverá cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste contrato, observadas as especificações deste contrato, sob pena de responder pelo descumprimento contratual, nos termos do artigo 156 da Lei n° 14.133/2021;
II - Reparar, corrigir ou refazer à suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os serviços objeto do Contrato em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções;
III - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, em consonância com o disposto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
IV-Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista pelo art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
V-Atender as solicitações de informações extraordinárias solicitadas pela Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato por infração;
VI-A emissão de informações, pareceres ou qualquer outro dado, com exceção dos requerimentos (formulários de pedidos), deverá ser feito em papel timbrado do próprio contratado;
VII-O CONTRATADO, não se responsabilizará pelos erros, falhas, omissões ou má fé do responsável por cada setor que venha a comprometer a fidelidade dos serviços, aqui contratados, devendo comunicar à pessoa do Presidente da Câmara, representante da CONTRATANTE, os deslizes ocorridos e prejudicados à Administração, para que se tomem as medidas de correção necessárias.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS:

11.1 - As despesas de estadia e alimentação decorrentes dos serviços ora contratados quaisquer que sejam as circunstâncias e o lugar, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES:

12.1 - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/2021 com as devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

13.1 - A fiscalização e posterior atesta da execução do referido contrato ficará na responsabilidade do Fiscal de Contratos, o Sr. Daniel dos Santos Cordeiro Junior, RG n° 003.420.845 em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.
13.2-O Gestor de contratos deverá fazer a validade dos documentos que comprovam a regularidade fiscal do contratado como também a regularidade do documento fiscal emitido para que seja encaminhado ao setor para efetiva liquidação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES:

14.1-O descumprimento, por parte da contratada, de qualquer das normas contratuais implicará na aplicação de penalidades, consistente em multas, conforme definido neste contrato, rescisão contratual e as multas previstas no art. 156 da Lei federal n° 14.133/2021.
14.2-O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da contratada, ficando a mesma, garantido o contraditório e a ampla defesa, sujeita às seguintes penalidades:
I - Advertência;
II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo IPCA;
III - Suspensão temporária de participação em licitação com a administração pública e com a Prefeitura Municipal de Várzea/RN pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso § 5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.
13.3-As multas lançadas pelo contratante serão deduzidas diretamente dos créditos que o contratado tiver em razão do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE:
15.1 - Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficial aqui considerado os sítios:
https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DECIMA SEXTA-DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1. O presente contrato poderá ser rescindido com fulcro no que preceitua a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.
16.2. O processo de Inexigibilidade nº. 034/2025 fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.
16.3. Fica eleito o Fórum da Comarca de Santo Antônio/RN, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que mais privilegiado, para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato.
E por estarem assim ajustados, combinados e contratados, as partes formam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, o que fazem na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram.

Várzea/RN, 04 de julho de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Constitucional
Prefeitura Municipal de Várzea
Contratante

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS
Representante Legal
NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda
CNPJ 07.797.967/0001- 95
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
ASSINATURA:
CPF:

_____
ASSINATURA:
CPF:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:570B959E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA 2025 5ª REVISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/RN
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA 2025

5ª REVISÃO

A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento torna pública a 5ª Revisão do Plano de Contratações Anual – PCA 2025, com a inclusão dos seguintes itens:
CONTRATAÇÃO DIRETA

Item	Objeto Resumido da Contratação	Período Previsto para a Contratação / Renovação	Unidade Gestora	Julgamento da Contratação	Classificação do Objeto	Valor Estimado (R$)	Modalidade Prevista	Tipo de Contratação
89-CD	Contratação de serviços de reambulação da Planta do Município de Viçosa/RN, com atualização cartográfica dos bairros, setores e logradouros.	3º Trimestre	Prefeitura Municipal de Viçosa/RN	Menor preço	Bem ou Serviço Comum	5.000,00	Dispensa	Nova contratação

No âmbito das Contratações Diretas, insere-se o item 89-CD. Destaca-se a necessidade de contratação de serviços especializados de reambulação da Planta do Município de Viçosa/RN, com a devida atualização cartográfica dos bairros, setores e logradouros, considerando o crescimento urbano, modificações nas delimitações e a importância de se manter as informações territoriais atualizadas para fins de planejamento, gestão pública e atendimento à população.
Ressalta-se que as demais disposições constantes nas versões anteriores do PCA 2025 permanecem inalteradas.

Viçosa/RN, 04 de julho de 2025.

ARMANDO VICENTE RODRIGUES FILHO
Portaria nº 031/2025
Secretário Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:92312509

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PARECER TÉCNICO SOBRE A PROVA DE CONCEITO DE SOFTWARE

Equipe Técnica Avaliadora
Designada por meio da Portaria nº 85/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Florânia/RN.
Data da Avaliação: 03/07/2025
Local: Prefeitura Municipal da Prefeitura de Florânia/RN

1. OBJETO DO PARECER
Este parecer tem como objetivo avaliar tecnicamente a Prova de Conceito (PoC) do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), conforme previsto no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 007/2025, com foco na verificação da adequação às especificações técnicas, funcionalidades mínimas exigidas e compatibilidade com o ambiente de tecnologia da informação do contratante.
2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO
A avaliação foi conduzida de forma presencial, em ambiente previamente agendado, e teve como base os seguintes instrumentos normativos e orientações constantes no Termo de Referência:
Avaliação objetiva dos requisitos técnicos descritos no item 5.52, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n e p. e anexo I.
4. RESULTADO DA AVALIAÇÃO
Após a realização da Prova de Conceito, verificamos os seguintes aspectos com base nas alíneas do item 5.52 e anexo I:

Item	Descrição dos Requisitos	Resultado
•	Interface web com segurança HTTPS	Atendido
•	Interface no idioma Português (Brasil)	Atendido
•	Área de login para usuários autorizados	Atendido
•	Cadastro de usuários	Atendido
•	Hospedagem do software pela contratada	Atendido
•	Classificação de documentos	Atendido
•	Atributos de classes	Atendido
•	Cadastros de documentos	Atendido
•	Cadastros de documentos em lote	Atendido
•	Buscas gerais	Atendido
•	Buscas detalhadas	Atendido

•	Buscas rápidas	Atendido
•	Módulo de workflow	Atendido
•	Leitura de Quer-cold endereçada ao processo	Atendido
•	Área de Dashbord	Atendido
•	Assinatura de documentos	Atendido

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solução apresentada pela empresa licitante X - SOLUTION DOC BUREAU LTDA, atendeu plenamente aos requisitos mínimos exigidos, demonstrando conformidade técnica, segurança operacional e adequação ao ambiente tecnológico da Prefeitura Municipal de Florânia/RN.

A demonstração foi realizada de forma clara, objetiva e funcional, com a devida orientação da equipe da empresa licitante e acompanhamento técnico da equipe designada.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Equipe Técnica aprova a Prova de Conceito apresentada, por estar em conformidade com os critérios e padrões estabelecidos no Termo de Referência.

Recomenda-se, portanto, a continuidade do processo de contratação com base nos resultados obtidos nesta etapa.

Florânia/RN, 04 de julho de 2025

Equipe Técnica Avaliadora:

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Secretário de Administração Planejamento

MATHEUS FLORÊNCIO DA SILVA
Coordenador Geral da Secretaria Administração

MATEUS EDUARDO BATISTA DE MEDEIROS
Encarregado em Manutenção e Suporte em Informática

Publicado por:
Laedson Silva de Medeiros
Código Identificador:E2B4420B



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 677/2025 / LDO - DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCICIO DE 2026

Lei Municipal nº 677/2025
Doutor Severiano/RN, 02 de julho de 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária PARA O EXERCICIO de 2026 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, Maria de Fatima Leite Gonçalves, Faz Saber, que a CÂMARA MUNICIPAL, aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - O orçamento do Município de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026, será elaborado, em conformidade com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, em cumprimento a Lei Orgânica do Município, e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro, compreendendo:

I – Das metas fiscais;
II - Das prioridades e metas da administração pública municipal;
III - Da estrutura e a organização dos orçamentos;
IV - Das diretrizes gerais para a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do Município e suas alterações;
V - Das disposições sobre as Dívida Pública Municipal;
VI - Das disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VII - Das disposições sobre alteração na Legislação Tributária;
VIII – Das disposições gerais.

Parágrafo único. Integra ainda esta lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal Nº. 101/00.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com as Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas as normas de contabilidade pública.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações e Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais, §3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da 13ª edição - Portaria nº 288/2023 - STN:

Art. 5º - Os anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos no Art. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:

I – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

Demonstrativo I – Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único – Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Art. 6º - Em cumprimento ao §3º, do art. 4º, da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentaria LDO 2026, deverá conter o Anexo de Riscos fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, ou incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 288/2023 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aquelas que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, inciso II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aquelas que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2006.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio as análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, em se utilizando os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇAO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 288/2023-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.
Parágrafo Único – A Portaria MTP nº 1.467/2022 Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 – Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio de contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 14 – O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único – O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 – O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único – De conformidade com a Portaria nº 375/2020-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 16 – A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único – O cálculo de Meta de Resultado Primário deverá obedecer a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e as normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 – O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada as Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 – Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

CRITÈRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS (ART. 4º, I, b, da LRF).

Art. 19. Se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Limitação de Empenho
Significa estabelecer limites em percentuais ou em valores absolutos para cada espécie de despesa, para as respectivas realizações e, consequentemente, para a assunção de obrigações. Limitação da Movimentação Financeira

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 20 – As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei e no art. 165, §2º da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos desta lei, não se constituindo, todavia, em limite a programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - A Lei Orçamentária para 2026 conterá recursos assegurados para projetos e atividades que contemplem os objetivos das políticas de garantias das Crianças, Adolescentes e Idoso.

§ 4º - A Lei Orçamentária para 2026 estabelecera prioridades para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Anexo de Prioridades e Metas de Forma Explicita. As seguintes variantes serão aceitas como SUAS:
- Política de Assistência Social;
- Assistência Social;
- Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Media e/ou Alta Complexidade;
- Serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais.

§ 5º - Para efeito da limitação de empenho, que trata a letra "b", do inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101/00, será utilizado o seguinte critério:
Suspensão de programas de investimentos ainda não iniciados;
Corte das despesas de manutenção dos órgãos;

§ 6º - Para o efeito do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar 101/2000, considerar-se-á irrelevante a despesa de caráter não continuado, no valor de até R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para compras e serviços e para obras e serviços de engenharia R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), podendo até os referidos valores serem adquiridos através de processo na modalidade de dispensa de licitação, base legal, Lei 14.133/21 que estabelece os valores para contratações diretas.Valores foram atualizados pelo Decreto 12.343, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 21 - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível da classificação institucional;
VI - Transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde;
VII - concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;
VIII - convenente, o ente da Federação com o qual a administração municipal pactue a execução de um programa com recurso proveniente de transferência voluntária.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Os programas governamentais serão identificados segundo as regiões de planejamento constantes no Plano Plurianual 2026 - 2029.

§3º Os projetos, atividades e operações especiais que têm impacto em todo Município, ou que atendam a situações emergenciais, serão alocados no código 9900 – Todo Município.

§ 4º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a sub função às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

§ 5º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 6º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 7º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 22 - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;
II - Orçamento da Seguridade Social;

Art. 23 - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos Orçamentos Fiscal e o da Seguridade Social, nos quais discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e os grupos de natureza de despesa, de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Portarias Interministeriais nº 163, de 04 de maio de 2001; nº 325, de 27 de agosto de 2001; nº 519, de 27 de novembro de 2001; e Portaria nº 248, de 28 de abril de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, órgãos e autarquias.

Art. 25 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 26 - O Orçamento de Investimento será constituído pela programação de investimento.

Art. 27 - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município, além da Mensagem e do respectivo Projeto de Lei, será composto de:

I - Quadros orçamentários consolidados;
II - Anexos do orçamento fiscal e da seguridade social;
III - anexo do orçamento de investimento das empresas estatais;
IV - Demonstrativos e informações complementares.

§ 1° A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:
I - Situação econômica e financeira do Município;
II - Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III - exposição da receita e despesa;
IV - Programação referente a recursos constitucionalmente vinculados;

§ 2° Integrarão a Lei Orçamentária a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados nos incisos I, II, III, IV, do §1º, incisos I, II e III, do § 2º, ambos do art. 2º, e incisos III e IV, do art. 22, todos da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Evolução da receita do tesouro:
a) arrecadada nos cinco últimos exercícios;
b) prevista para o exercício a que se refere à proposta;
c) prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

II - Estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
III - estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por natureza da receita;

IV - Estimativa da receita por fonte de recursos, isolada e conjuntamente;
V - Evolução da despesa do tesouro:
a) realizada nos cinco últimos exercícios.
b) fixada para o exercício a que se refere à proposta.
c) prevista para o exercício a que se elabora a proposta.

VI - Resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
VII - da despesa por poder e órgão dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
VIII - da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
IX - Da despesa por grupo de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
X - Da despesa por função e subfunção dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
XI - da despesa por programa de governo, do orçamento fiscal e da seguridade social.
XII - descrição sucinta de cada unidade administrativa do governo competência e legislação pertinente.

§ 3° Integrarão o anexo de informações complementares os seguintes demonstrativos:

I - Receita corrente líquida com base nos §1º e 3º, IV, do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/00;
II - Demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia.
III - demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

IV - DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES.

Art. 28 - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2026, as receitas e as despesas deverão ser orçadas pelo Poder Executivo a preços correntes de 2024.
Art. 29 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo II, considerando, ainda, os riscos fiscais demonstrados no Anexo III desta lei.

Art. 30 - As metas fiscais constantes do Anexo II desta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa, se verificado que o comportamento das receitas e despesas e as metas de resultado primário ou nominal indicar uma necessidade de revisão.

Art. 31 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - Fixadas as despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
II - Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações.

Art. 32 - O projeto de lei orçamentária conterá em nível de categoria de programação a identificação das fontes de recursos que não constarão da respectiva lei.

Art. 33 – A Lei Orçamentária Anual conterá dispositivo, seguindo os dispostos do Art. 41, inciso I e Art. 42 da Lei nº. 4.320/64; e Art. 165, §8º e Art. 167, inciso V da Constituição Federal, com fração não inferior à três décimos das despesas do orçamento anual.

§ 1º No decreto autorizativo, deverão constar, além das movimentações orçamentárias, os ajustes nas metas físicas das atividades e projetos envolvidos.

§ 2º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 34 - Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - Anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:
a) recursos vinculados;
b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

II - Anulem despesas relativas a:
a) dotações para pessoal e encargos sociais;
b) serviço da dívida;
c) transferências tributárias constitucionais para os municípios;
d) limite mínimo de Reserva de Contingência.

Art. 35 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a no mínimo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida e a 1% (um por cento) na lei orçamentária, sendo, no projeto e na lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

Parágrafo único. Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.

Art. 36 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais a conta de recursos do Tesouro relativa ao excesso de arrecadação serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual, acompanhada da exposição de motivos, contendo a atualização das estimativas da receita para o exercício.

Art. 37 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2026, não poderão ser canceladas ou anuladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades.

Parágrafo Único – O cancelamento ou anulações das dotações a que se refere o caput poderão ser efetuados em qualquer mês da execução do orçamento durante o exercício, para atender outros grupos de despesa, desde que a Unidade Orçamentária comprove, perante a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio de projeções, a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida até o final do exercício.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 38 - A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2026 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 39 - O Poder Judiciário encaminhará à Procuradoria do Município a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026, conforme determina o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando, no mínimo:

I - Número da ação originária
II - Data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
III - número do precatório;
IV - Natureza da despesa: alimentar ou comum;
V - Data da autuação do precatório;
VI - Nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
VII - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
VIII – data de atualização do valor requisitado;

IX - Data do trânsito em julgado; e
X - Número da Vara, a Comarca ou o Tribunal de origem.
Art. 40 - O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

VI - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 41 - Serão observados pelos Poderes Executivo e Legislativo na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, os limites previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 42 - As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com o texto da Lei Complementar Federal nº 101/00 que regulamentar a matéria.

Art. 43 - A captação de recursos na modalidade de operações de crédito, pela administração direta ou por entidade da administração indireta, observada a legislação em vigor, será feita mediante a contratação de financiamentos.

Art. 44 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido contratadas junto aos organismos financeiros competentes, até o período de elaboração do orçamento.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45 - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que objetivem alterar a legislação vigente, com vistas a seu aperfeiçoamento, adequação aos mandamentos constitucionais e ajustamento às leis complementares federais, resoluções do Senado Federal ou decisões judiciais.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 - A Secretaria Municipal de Administração divulgará, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa por unidade orçamentária, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento da despesa e a regionalização.

Art. 47 - O Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

Art. 48 - O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2026, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 49 – O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentaria na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentaria anual.

Art. 50 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, ou pelo não envio por parte do fornecedor ou credor do referido débito até a data do vencimento, (exemplo conta de energia, internet, boletos e outros).

Art. 51 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 52 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual, em todos os Poderes, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades associativas, desportivas e culturais sem fins lucrativos que prestam serviços públicos de forma complementar.

Art. 53 – Fica o poder Executivo Municipal autorizado a efetuar através do setor de contabilidade alguns ajustes caso acha necessário ao elabora a LOA no que se refere a inclusão ou alteração de projetos de atividades/Ações.
Art. 54 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Maria de Fátima Leite Gonçalves
Prefeita

Nesta data, 02 de julho de 2025, Eu, Maria de Fátima Leite Gonçalves, Prefeita Municipal de Doutor Severiano, supridas as formalidades legais, SANCIONO a presente Lei, para que surta seus legais efeitos.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

R$ 1,00

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) X 100	% RCL (a/RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) X 100	% RCL (b/RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) X 100	% RCL (c/RCL) X 100
Receita Total	62.044.710,92	59.946.580,58	0,000	145,540	66.329.959,44	64.086.917,35	0,000	145,420	69.126.970,00	66.789.343,02	0,000	####
Receitas Primárias (I)	55.520.803,31	53.643.288,21	0,000	130,240	59.341.947,87	57.335.215,35	0,000	130,100	61.649.797,00	59.565.021,28	0,000	####
Receitas Primárias Correntes	50.956.510,31	49.233.343,28	0,000	119,530	54.451.908,87	52.610.539,99	0,000	119,380	56.417.455,00	54.509.618,38	0,000	####
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.772.024,43	1.712.100,90	0,000	4,160	1.897.488,77	1.833.322,48	0,000	4,160	2.025.955,00	1.957.444,45	0,000	4,150
Transferências Correntes	44.079.858,73	42.589.235,47	0,000	103,400	47.120.438,24	45.526.993,49	0,000	103,300	50.077.675,00	48.384.227,06	0,000	####
Demais Receitas Primárias Correntes	5.104.627,15	4.932.006,91	0,000	11,970	5.433.981,86	5.250.224,02	0,000	11,910	4.313.825,00	4.167.946,87	0,000	8,840
Receitas Primárias de Capital	4.564.293,00	4.409.944,93	0,000	10,710	4.890.039,00	4.724.675,36	0,000	10,720	5.232.342,00	5.055.402,90	0,000	####
Despesa Total	46.279.708,30	44.714.694,00	0,000	108,560	50.907.679,12	49.186.163,40	0,000	111,610	54.640.281,00	52.792.542,03	0,000	####
Despesas Primárias (II)	44.167.289,26	42.673.709,43	0,000	103,610	48.584.018,18	46.941.080,36	0,000	106,510	51.312.270,00	49.577.072,47	0,000	####
Despesas Primárias Correntes	35.150.635,71	33.961.966,87	0,000	82,460	38.665.699,28	37.358.163,55	0,000	84,770	41.372.297,00	39.973.233,82	0,000	####
Pessoal e Encargos Sociais	22.216.114,48	21.464.844,91	0,000	52,110	24.437.725,93	23.611.329,40	0,000	53,580	26.148.366,00	25.264.121,74	0,000	####
Outras Despesas Correntes	12.934.521,23	12.497.121,96	0,000	30,340	14.227.973,35	13.746.834,15	0,000	31,190	15.223.931,00	14.709.112,08	0,000	####
Despesas Primárias de Capital	9.016.653,55	8.711.742,56	0,000	21,150	9.918.318,90	9.582.916,81	0,000	21,740	9.939.973,00	9.603.838,65	0,000	####
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	11.353.514,05	10.969.578,78	0,000	26,630	10.757.929,69	10.394.134,99	0,000	23,580	10.337.527,00	9.987.948,81	0,000	####
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.641.499,00	4.484.540,10	0,000	10,890	4.177.349,10	4.036.086,09	0,000	9,160	6.655.278,00	6.430.220,29	0,000	####
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.085.220,44	3.947.072,89	0,000	9,580	3.143.436,80	3.037.137,01	0,000	6,890	5.599.871,00	5.410.503,39	0,000	####
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema e-Pública (2494-6220-062). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:08.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima

R$ 1,00

Parâmetros	2026	2027	2028
PIB nominal	0,00	0,00	0,000

Receita Corrente Líquida - RCL	42.629.592,00	45.613.663,00	48.806.620,000

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026
AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	42.160.180,42	0,00	165,51	50.714.477,18	0,00	183,07	8.554.296,76	20,29
Receitas Primárias (I)	38.768.112,32	0,00	152,20	45.285.083,95	0,00	163,47	6.516.971,63	16,81
Despesa Total	40.957.239,15	0,00	160,79	42.095.351,89	0,00	151,96	1.138.112,74	2,78
Despesas Primárias (II)	38.683.678,85	0,00	151,87	38.982.145,34	0,00	140,72	298.466,49	0,77
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	84.433,47	0,00	0,33	6.302.938,61	0,00	22,75	6.218.505,14	7.364,98
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.177.218,91	0,00	20,32	5.177.218,91	0,00	18,69	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.667.933,24	0,00	18,33	4.667.933,24	0,00	16,85	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(279.383,91)	0,00	(1,10)	(6.672.868,04)	0,00	(24,09)	(6.393.484,13)	2.288,42

FONTE: Sistema e-Pública (1997-5778-177). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:09.
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB Nominal	0,00	0,00
Receita Corrente Liquida – RCL	25.472.405,23	27.701.606,12

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

R$ 1,00

VALORES A PREÇOS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2027	%
Receita Total	40.932.214,00	42.160.180,42	3,00	60.464.343,78	43,42	62.044.710,92	2,61	66.329.959,44	6,91	69.126.970,00	4,22
Receitas Primárias (I)	37.638.944,00	38.768.112,32	3,00	55.118.152,78	42,17	55.520.803,31	0,73	59.341.947,87	6,88	61.649.797,00	3,89
Despesa Total	39.909.514,00	40.957.239,15	2,63	42.690.846,57	4,23	46.279.708,30	8,41	50.907.679,12	10,00	54.640.281,00	7,33
Despesas Primárias (II)	37.720.028,00	38.683.678,85	2,55	40.329.008,24	4,25	44.167.289,26	9,52	48.584.018,18	10,00	51.312.270,00	5,62
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	(81.084,00)	84.433,47	(204,13)	14.789.144,54	17.415,7	11.353.514,05	(23,23)	10.757.929,69	(5,25)	10.337.527,00	(3,91)
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.412.104,22	5.177.218,91	(4,34)	4.952.527,60	(4,34)	4.641.499,00	(6,28)	4.177.349,10	(10,00)	6.655.278,00	59,32
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.947.317,15	4.667.933,24	(5,65)	4.301.994,10	(7,84)	4.085.220,44	(5,04)	3.143.436,80	(23,05)	5.599.871,00	78,14
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(371.859,04)	(279.383,91)	(24,87)	(365.939,14)	30,98	(216.773,66)	(40,76)	(941.783,64)	334,45	2.456.434,20	(360,83)

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	39.548.032,82	40.734.473,85	3,00	58.481.613,67	43,57	59.946.580,58	2,51	64.086.917,35	6,91	66.789.343,02	4,22
Receitas Primárias (I)	36.366.129,45	37.457.113,36	3,00	53.316.211,73	42,34	53.643.288,21	0,61	57.335.215,35	6,88	59.565.021,28	3,89
Despesa Total	38.559.916,90	39.572.211,75	2,63	41.247.194,75	4,23	44.714.694,00	8,41	49.186.163,40	10,00	52.792.542,03	7,33
Despesas Primárias (II)	36.444.471,50	37.375.535,13	2,55	38.965.225,35	4,25	42.673.709,43	9,52	46.941.080,36	10,00	49.577.072,47	5,62
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	(78.342,05)	81.578,23	(204,13)	14.350.986,38	17.491,6	10.969.578,78	(23,56)	10.394.134,99	(5,25)	9.987.948,81	(3,91)
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.229.086,20	5.002.143,87	(4,34)	4.785.050,82	(4,34)	4.484.540,10	(6,28)	4.036.086,09	(10,00)	6.430.220,29	59,32
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.780.016,56	4.510.080,42	(5,65)	4.156.516,04	(7,84)	3.947.072,89	(5,04)	3.037.137,01	(23,05)	5.410.503,39	78,14
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(359.284,11)	(269.936,14)	(24,87)	(353.564,38)	30,98	(209.443,15)	(40,76)	(909.935,88)	334,45	2.373.366,38	(360,83)

FONTE: Sistema e-Pública (2160-7092-810). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:11.
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
ANEXO DE METAS FISCAIS
2026

R$ 1,00

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	35.901.763,81	100,00	31.097.895,00	100,00	45.016.849,79	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	35.901.763,81	100,00	31.097.895,00	100,00	45.016.849,79	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	26.085.907,89	100,00	20.294.195,93	100,00	17.362.517,44	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.085.907,89	100,00	20.294.195,93	100,00	17.362.517,44	100,00

FONTE: Sistema e-Pública (2120-5421-680). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:14.

1 / 1

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024	2023	2022
	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	58.500,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	58.500,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2024	2023	2022
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2024	2023	2022
	(g) = ((Ia - IId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	58.500,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1983-3812-459). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:15.

1 / 1

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
ANEXO DE METAS FISCAIS
2025
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea "a")

R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

2022	**2023**	**2024**
4.579.005,27	5.662.217,18	8.928.607,64
1.239.389,78	1.815.111,83	2.363.176,33
1.164.662,81	1.689.690,25	2.099.885,43

74.726,97	125.421,58	263.290,90
0,00	0,00	0,00
1.591.405,60	1.659.328,49	2.329.603,50
1.591.405,60	1.659.328,49	2.329.603,50
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
159.503,64	1.314.053,03	2.825.050,40
0,00	0,00	0,00
159.503,64	1.314.053,03	2.825.050,40
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
1.588.706,25	873.723,83	1.410.777,41
1.075.796,51	851.223,83	1.410.777,41
15.107,30	22.500,00	0,00
497.802,44	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
4.563.897,97	**5.639.717,18**	**8.928.607,64**
2022	**2023**	**2024**
1.937.491,67	2.492.700,18	2.909.808,11
1.750.584,71	2.297.570,96	2.708.742,29
186.906,96	195.129,22	201.065,82
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
1.937.491,67	**2.492.700,18**	**2.909.808,11**
2.626.406,30	**3.147.017,00**	**6.018.799,53**
2022	**2022**	**2023**
12.532.480,65	22.773.703,10	31.702.310,74
2021	**2022**	**2023**
17.111.485,92	19.989.745,50	25.760.707,69
2022	**2023**	**2024**
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
2022	**2023**	**2024**
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

2022	**2023**	**2024**
231.247,21	219.287,93	228.840,35
231.247,21	**219.287,93**	**228.840,35**
2021	**2022**	**2023**
213.647,21	216.398,93	0,00
131.999,96	216.398,93	0,00
81.647,25	0,00	0,00
0,00	2.889,00	0,00
213.647,21	**219.287,93**	**0,00**
17.600,00	**0,00**	**228.840,35**
2022	**2023**	**2024**
17.111.485,92	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

2022	**2023**	**2024**
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	**0,00**	**0,00**
2022	**2023**	**2024**

	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**
	0,00	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema e-Pública (1262-7153-816). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:16.

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2025
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R$ 1,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2024	7.148.713,01	4.257.119,31	2.891.593,70	29.657.964,53*
2025	7.895.423,16	4.659.050,77	3.236.372,39	32.894.336,92
2026	8.866.033,69	4.891.983,30	3.974.050,39	36.868.387,31
2027	8.984.560,86	5.263.627,89	3.720.932,97	40.589.320,28
2028	9.115.052,08	5.441.560,60	3.673.491,48	44.262.811,76
2029	9.195.784,32	5.808.444,73	3.387.339,59	47.650.151,35
2030	9.241.778,83	6.322.032,81	2.919.746,02	50.569.897,37
2031	9.283.041,15	6.740.550,09	2.542.491,06	53.112.388,43
2032	9.255.761,39	7.359.514,07	1.896.247,32	55.008.635,75
2033	9.227.513,36	7.614.791,42	1.612.721,94	56.621.357,69
2034	8.998.993,92	7.925.641,84	1.073.352,08	57.694.709,77
2035	8.898.104,57	8.290.771,19	607.333,38	58.302.043,15
2036	8.831.041,12	8.424.913,89	406.127,23	58.708.170,38
2037	8.583.775,52	8.943.425,19	(359.649,67)	58.348.520,71
2038	8.347.260,11	9.245.487,26	(898.227,15)	57.450.293,56
2039	8.034.635,38	9.843.540,20	(1.808.904,82)	55.641.388,74
2040	7.749.967,85	10.196.877,18	(2.446.909,33)	53.194.479,41
2041	7.458.444,71	10.469.378,23	(3.010.933,52)	50.183.545,89
2042	7.139.486,40	10.717.285,72	(3.577.799,32)	46.605.746,57
2043	6.769.854,44	10.963.877,76	(4.194.023,32)	42.411.723,25
2044	6.421.744,94	11.002.753,91	(4.581.008,97)	37.830.714,28
2045	5.989.540,34	11.251.026,80	(5.261.486,46)	32.569.227,82
2046	5.565.451,34	11.365.183,60	(5.799.732,26)	26.769.495,56
2047	5.129.702,27	11.383.836,33	(6.254.134,06)	20.515.361,50
2048	4.667.651,66	11.411.494,00	(6.743.842,34)	13.771.519,16
2049	4.177.347,13	11.367.808,08	(7.190.460,95)	6.581.058,21
2050	3.730.450,93	11.259.222,08	(7.528.771,15)	(947.712,94)
2051	3.592.571,22	11.128.743,46	(7.536.172,24)	(8.483.885,18)
2052	3.454.501,46	10.964.936,53	(7.510.435,07)	(15.994.320,25)
2053	3.323.937,81	10.768.017,34	(7.444.079,53)	(23.438.399,78)
2054	3.180.760,05	10.614.165,08	(7.433.405,03)	(30.871.804,81)
2055	3.044.722,31	10.394.956,60	(7.350.234,29)	(38.222.039,10)
2056	2.906.799,12	10.136.850,07	(7.230.050,95)	(45.452.090,05)
2057	2.784.512,71	9.810.262,84	(7.025.750,13)	(52.477.840,18)
2058	2.677.160,43	9.411.848,11	(6.734.687,68)	(59.212.527,86)
2059	1.181.508,67	9.008.714,48	(7.827.205,81)	(67.039.733,67)
2060	1.113.361,10	8.633.532,03	(7.520.170,93)	(74.559.904,60)
2061	1.038.419,22	8.266.229,87	(7.227.810,65)	(81.787.715,25)
2062	960.902,34	7.906.097,96	(6.945.195,62)	(88.732.910,87)
2063	899.297,29	7.468.644,14	(6.569.346,85)	(95.302.257,72)
2064	842.795,79	7.008.389,01	(6.165.593,22)	(101.467.850,94)
2065	775.671,65	6.585.997,01	(5.810.325,36)	(107.278.176,30)
2066	719.293,65	6.124.931,32	(5.405.637,67)	(112.683.813,97)

2067	658.672,65	5.686.045,87	(5.027.373,22)	(117.711.187,19)
2068	603.903,45	5.235.922,93	(4.632.019,48)	(122.343.206,67)
2069	550.712,24	4.797.201,03	(4.246.488,79)	(126.589.695,46)
2070	489.093,64	4.409.901,77	(3.920.808,13)	(130.510.503,59)
2071	440.309,34	4.001.771,46	(3.561.462,12)	(134.071.965,71)
2072	394.094,57	3.612.582,88	(3.218.488,31)	(137.290.454,02)
2073	350.578,49	3.243.777,54	(2.893.199,05)	(140.183.653,07)
2074	309.911,36	2.896.448,99	(2.586.537,63)	(142.770.190,70)
2075	272.124,46	2.570.774,27	(2.298.649,81)	(145.068.840,51)
2076	237.252,75	2.267.558,92	(2.030.306,17)	(147.099.146,68)
2077	205.375,69	1.988.010,01	(1.782.634,32)	(148.881.781,00)
2078	176.503,73	1.731.810,15	(1.555.306,42)	(150.437.087,42)
2079	150.611,18	1.499.827,96	(1.349.216,78)	(151.786.304,20)
2080	127.491,74	1.289.981,77	(1.162.490,03)	(152.948.794,23)
2081	107.181,51	1.103.301,72	(996.120,21)	(153.944.914,44)
2082	89.464,85	937.761,39	(848.296,54)	(154.793.210,98)
2083	74.196,96	792.798,05	(718.601,09)	(155.511.812,07)
2084	61.220,53	667.220,17	(605.999,64)	(156.117.811,71)
2085	50.272,63	558.790,76	(508.518,13)	(156.626.329,84)
2086	41.153,65	466.357,98	(425.204,33)	(157.051.534,17)
2087	33.586,99	387.639,76	(354.052,77)	(157.405.586,94)
2088	27.288,69	320.459,98	(293.171,29)	(157.698.758,23)
2089	22.079,58	363.490,33	(341.410,75)	(158.040.168,98)
2090	17.790,32	215.665,86	(197.875,54)	(158.238.044,52)
2091	14.230,69	175.218,67	(160.987,98)	(158.399.032,50)
2092	11.299,64	141.307,20	(130.007,56)	(158.529.040,06)
2093	8.902,28	113.173,62	(104.271,34)	(158.633.311,40)
2094	6.976,20	83.207,80	(76.231,60)	(158.709.543,00)
2095	5.424,89	71.357,45	(65.932,56)	(158.775.475,56)
2096	4.188,59	56.180,05	(51.991,46)	(158.827.467,02)
2097	3.202,05	43.892,23	(40.690,18)	(158.868.157,20)
2098	2.411,55	33.394,76	(30.983,21)	(158.899.140,41)

*Considerar o Saldo Financeiro do Exercício Anterior: R$ 26.766.370,83

FONTE: Sistema e-Pública (1579-2691-929). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:16.

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026
AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
RECADASTRAMENTO DAS UNIDADES HABITACIONAIS DA ZONA URBANA DO MUNICIPIO	Anistia	ISENÇÃO DAS RECEITAS COM IPTU PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, RENDA INFERIOR A UM SALÁRIO MINIMO	35.000,00	35.000,00	35.000,00	RECADASTRAMENTO DAS CASAS RESIDENCIAIS DA ZONA URBANA PARA ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO
TOTAL			35.000,00	35.000,00	35.000,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1735-8061-716). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:17.

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026
AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026

Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	450.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	350.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(800.000,00)
Redução Permanente de Despesa (II)	450.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	(350.000,00)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	(350.000,00)

FONTE: Sistema e-Pública (2188-0599-172). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:17.

1 / 1

MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026
ARF - (LRF, art. 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	230.000,00	AÇÕES JUDICIAIS PROVENIENTES DE CAUSAS TRABALHISTAS OU EQUIVALENTES.	230.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	50.000,00	DEMANDAS JUDICIAIS PROVENIENTES DE AÇÕES JUDICIAIS SOBRE OBRIGAÇÕES DE FAZER, REFERENTE ATENDIMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE JUNTO A SECRETÁRIA DE SAÚDE.	50.000,00
SUBTOTAL	280.000,00	SUBTOTAL	280.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Outros Riscos Fiscais	55.000,00	RECADASTRAMENTO DAS CASAS RESIDENCIAIS DA ZONA URBANA PARA ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO	50.000,00
SUBTOTAL	55.000,00	SUBTOTAL	50.000,00
TOTAL	335.000,00	TOTAL	330.000,00

FONTE: Sistema e-Pública (2156-9140-715). Unidade Responsável: . Data da emissão: 04/07/2025 e hora de emissão: 07:18.

1 / 1

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:47888226

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI_Nº_509_2025_LDO_2026_ESPÍRITO_SANTO

LEI Nº 509/2025.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO, Estado do Rio Grande do Norte.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º - O Orçamento do Município de Espírito Santo/RN, para o exercício de 2026, será elaborado e executado segundos as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165 da Constituição Federal, art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:
I. As prioridades e metas da administração pública Municipal;

II. A estrutura e organização dos orçamentos;
III. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
IV. As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V. As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VII. As disposições sobre a dívida pública municipal;
VIII. As metas e riscos fiscais;
IX. As disposições finais.

CAPÍTULOI

PRIORIDADES EMETAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal estão em conformidade com aquelas especificadas no Plano Plurianual 2026-2029, e suas alterações posteriores.
§ 1º – As metas e prioridades constantes nos anexos definido pelo Plano Plurianual 2026-2029, de que trata este artigo, possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.
§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2026- 2029, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 será dada maior prioridade:
I– Às políticas de inclusão;
II – Ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
III – À austeridade na gestão dos recursos públicos;
IV – À promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
V– À promoção do desenvolvimento urbano e rural, e
VI – À conservação e à revitalização do ambiente natural.

CAPÍTULOII

ESTRUTURAEORGANIZAÇÃODOSORÇAMENTOS

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2026 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:
I- O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
II - O princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
III - O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.
Art. 4º - para efeito desta lei, entende-se por:
I– Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
II – Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
III - Programa: o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
IV - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V- Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental; e
VI - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.
Art. 5º - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, será composta de:
I- Texto da lei;
II - Quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos, fiscal e da seguridade social.
Parágrafo único - Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 6º – O orçamento fiscal, incluídos os de autarquias, fundações e fundos com contabilidade descentralizada, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163/01, e suas alterações posteriores.
§ 1º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2026-2029.
§ 2º - As Categorias econômicas estão assim detalhadas:
I– Despesas Correntes – 3; e
II – Despesas de Capital – 4.

§ 3º - Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:
I . Pessoal e Encargos Sociais - 1;
II. Juros e Encargos da Dívida - 2;
III. Outras despesas correntes - 3;
IV. Investimentos - 4;
V. Inversões Financeiras - 5;
VI. Amortizações da Dívida – 6; e
VII. Reserva de Contingência - 9.
§ 4º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I– Transferência à União – 20;
II – Transferência a Estados e ao Distrito Federal – 30;
III – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos – 50;
IV – Transferências a consórcios públicos – 71;
V– Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 – 73;
VI – Aplicações diretas – 90; e
VII – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – 91.
CAPÍTULOIII
DOS RECURSOSC ORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.
Art. 7º - Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal e demais órgãos da administração Indireta, encaminhará ao Poder Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições constantes desta lei.
Art. 8º - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, os definidos pelo art. 29-A da Constituição da República.
§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até 31 de julho de 2025, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício de 2025.
§ 2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:
I- Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
II - Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado pelo Poder Legislativo.
Art. 9º - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e das transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2025, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 10 – A Execução orçamentária do Poder Legislativo e demais órgão da Administração Indireta, serão independentes, e deve seguir às regras definidas no Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020 - SIAFIC, devendo esses órgãos enviar ao Poder Executivo a até o Décimo quinto dia do mês subsequente, conforme art. 7º, da Resolução nº 011/2016, as demonstrações da execução orçamentária e contábil para fins de integração à contabilidade geral do Município, em atendimento ao que determina o Tribunal de Contas do Estado e a Matriz da Saldos Contábeis.
CAPÍTULOIV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES
SEÇÃOI
DASDISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária do 2026, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando- se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.
Parágrafo Primeiro - Para atender ao art. 8º da Lei Complementar º 101/2000, os Poderes Legislativo, Executivo e demais órgãos da Administração Indireta, deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.
Parágrafo Segundo - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, com relação à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza da despesa (GND) até a Modalidade de Aplicação (MA), de acordo com o que dispõe o artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Parágrafo Terceiro - A Lei Orçamentária para o exercício de 2026, evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, desdobrando as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais, até a Modalidade de Aplicação (MA), tudo em conformidade com as Portarias MOG No 42/1999, Interministerial Nº 163/2001.

Art. 12 – O orçamento do Município para o exercício de 2026, será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.
Art. 13 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão elaborados levando em consideração a média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, exceto as definidas pelo seu valor percepta, fundo a fundo e os convênios, acrescidas de atualização quando necessárias.

Art. 14 – O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária Anual, a título de "subvenções sociais", auxílio financeiro, contribuições a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:
I- Sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;
II - Sejam associações, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse públicos e/ou organizações sociais; e
III - Sejam entidades do TERCEIRO SETOR.
Parágrafo Único – Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar Federal n º 101/00, de 4 de maio de 2000.
Art. 15 – O Município poderá transferir recursos financeiros, na forma de contribuições, para entidades privadas com ou sem fins lucrativos, através de convênio, conforme art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, de 4 de maio de 2000.
Art. 16 – O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:
I- Suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos, e operações especiais, estabelecendo um limite percentual com base no total da Despesa Fixada para o exercício de 2026, e utilizando-se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo 1º, Art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;
II - Transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA 2026, e em créditos adicionais, mediante DECRETO, até o limite de trinta e cinco por cento da despesa fixada, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.
§ 1º - A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.
§ 2º - A suplementação orçamentária através do recurso previsto no art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada como fonte o montante do excesso de arrecadação apurado.
§ 3º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2026, por ato do Executivo Municipal.
§ 4º - A proposta orçamentária para o exercício de 2026, trará autorização para abertura de crédito adicionais em quarenta por cento da despesa geral fixada.
§ 5º - A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, não compreenderá o limite definido no parágrafo anterior, devendo ser efetivado através de Ofício, Resolução, Portaria ou Decreto dos Poderes Executivo ou Legislativo.
§ 6º - Os Créditos Adicionais suplementares abertos para cobertura de despesas com Pessoal, serão excluídos do limite definido o § 4º desta Lei.
§ 7º - Os Créditos Adicionais abertos onde a fonte utilizada para sua anulação seja o superavit financeiro verificado no exercício anterior, e por excesso de arrecadação, serão excluídos do limite definido o § 4º desta Lei, como também a sua despesa da execução orçamentária do exercício corrente.
Art. 17º - O limite suplementar autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:
I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotação;
II – Suprir o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
III – Acolher as despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;
IV – Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas da Educação, Saúde e Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;
V – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31.12.2025, e o excesso de arrecadação de recursos, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.
Art. 18 – A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, Parágrafo 3°, 11, "a", "b", "c", e Parágrafo 4°), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.
Art. 19 - O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, quando nele conterá os dados de receitas e despesas municipais, e quadrimestral ou semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, quando nele conterá o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.
Art. 20 - Para atendimento do limite de distribuição dos recursos do FUNDEB, em caso que não seja aplicado o percentual de 70% dos recursos com os profissionais da educação, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono e rateio salarial aos profissionais para o cumprimento do que determina a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.
Art. 21 - Fica autorizada a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais, e o provimento dos candidatos aprovados, no período da validade do certame, como também processos seletivos.
Art. 22 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, visando o reforço da segurança pública.
Art. 23 – A Lei Orçamentária Anual conterá dotação para Reserva de Contingência, no valor equivalente a no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o ano de 2026, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
Parágrafo único – Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de junho, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.
Art. 24 – As alterações que visem reforço de autorização para despesa inicialmente computada de forma insuficiente na Lei Orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo para abertura de
crédito suplementar e respeitados os objetivos das referidas ações na forma do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, que será aberto por meio de Decreto do Chefe do Executivo Municipal.
Parágrafo Primeiro – As alterações decorrentes da abertura e da reabertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Parágrafo Segundo – As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou estrutura administrativa do município, desde que não altere o valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo e, no caso do Poder Legislativo, por portaria do Presidente da Casa.

Art. 25 – A contar da data da sanção ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, os Poderes Executivo, Legislativo e demais órgãos da Administração Indireta, terão o prazo de 30 (trinta) dias para divulgarem seus respectivos Quadros de Detalhamento da Despesa (QDD), detalhados até "elemento de despesas", nos respectivos Diários Oficiais e demais sítios mantidos na internet.

Parágrafo Único – Os Poderes Executivo, Legislativo e demais órgãos, poderão modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, por meio de sistemas próprios, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa dentro do mesmo Projeto ou Atividade, bem como a modalidade de aplicação, elemento de despesa e o identificador de uso das Fontes de Recursos de Contrapartida.

Art. 26 – Os Créditos Adicionais e Extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, serão autorizados por Lei específica abertos por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Primeiro - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos adicionais, autorizados na forma de "caput" deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II. os provenientes do excesso de arrecadação;

III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e

V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 27 - Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026, poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2°, do artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do "caput" deste artigo, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026, consoante disposições do Parágrafo 2°, do artigo 167, de Constituição Federal.

SEÇÃOII

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 28 - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como dos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, respectivamente, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 29 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

I- Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - O aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e

III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

SEÇÃOIII

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 30 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência geral (RGPS), própria (RPPS) quando for o caso, assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I- Das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;

II - De transferência de contribuição do Município;

III - De transferências constitucionais;

IV - De transferência de convênios.

CAPÍTULOV

DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕE SNA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

Art. 32 – A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequentemente aumento de receitas próprias.

Art. 33 – A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I– Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;

II – Revisão das isenções de impostos, taxas, incentivos fiscais e outras fontes de renúncia de receitas, aperfeiçoando seus critérios;

III – Compatibilização dos valores das taxas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, de forma a assegurar sua eficiência;

IV – Instituição de taxas para serviços de interesse da comunidade e de que as necessite como fonte de custeio;
§ 1º - Ocorrendo alterações na legislação tributária posterior ao encaminhamento da Proposta Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que impliquem aumento de arrecadação em relação à estimativa de receita constante da referida lei, os recursos adicionais será objeto de projeto de lei para abertura de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2026.
Art. 34 – Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art. 35- Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 36 - Não será permitida no exercício de 2026 a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego e renda, e arrecadação de impostos.
Art. 37 – Caso haja a necessidade de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2026 e os dois exercícios seguintes.
§ 1º - As situações previstas no caput deste artigo, para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:
I- Demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;
II - Estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2026 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.
§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
CAPÍTULOVI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PESSOAL
Art. 38 – Os Poderes Executivo, Legislativo, e demais órgãos, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento do mês de junho de 2025, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreiras e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
Art. 39 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:
I- Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - Se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e
III - Se observada à margem de expansão das despesas de caráter continuado.
Art. 40 – Atendidos os requisitos legais, os Poderes Executivo e Legislativo poderão, ainda:
I– Reestruturar o quadro de pessoal, com criação, extinção ou transformação de cargos, empregos e funções;
II – Realizar concursos públicos e testes seletivos, visando à admissão, quando necessário, de pessoal para a adequação da prestação do serviço público;
III – Conceder reajustes salariais, revisão anual e abonos financeiros, visando à recomposição de perdas salariais dos respectivos servidores.
Art. 41 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.
Parágrafo único – Para o cumprimento dos limites estabelecidos no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará as seguintes providências, pela ordem:
I– Redução das horas-extras realizadas pelos servidores municipais;
II – Redução do número de estagiários contratados;
III – redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, seja pela extinção de cargos e funções ou pela redução de valores a eles atribuídos;
IV – Exoneração dos servidores não estáveis;
V– Exoneração de servidor estável, desde que ato normativo especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.
CAPÍTULOVII
DASDISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 42 - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 43 – A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
Art. 44 – Ultrapassado o limite de endividamento definido Lei Complementar 101/2000, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da LIMITAÇÃO DE EMPENHO e movimentação financeira.
Parágrafo Único - A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no "caput", será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.
Art. 45 – Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2026, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias, incluindo as despesas com precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.
Parágrafo Único - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1° de julho de 2025, serão incluídos na proposta orçamentária para o

exercício de 2026, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1°).

CAPÍTULOVIII

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 46 - É parte integrante desta lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2026 e os dois seguintes.

Parágrafo Primeiro - O Anexo de metas fiscais será composto pelos demonstrativos definidos pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, e suas alterações.

Parágrafo Segundo - Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o Demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, e suas alterações.

CAPÍTULOIX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 - A proposta orçamentária para o exercício de 2026, será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 48 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo e demais órgãos, para o exercício de 2026, serão entregues ao Poder Executivo, conforme definhado no art. 7º desta Lei, para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Art. 49 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

I - Poder Executivo, até 1°de julho de 2025, junto ao Gabinete do Prefeito; e

II - Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único - As emendas ao orçamento indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos a sua cobertura e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 50 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2025, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º - A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I- Pessoal e encargos sociais;

II - Serviços da dívida;

III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - Categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;

V- Categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 51 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados à contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no artigo 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 52 – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração do Orçamento as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e despesas, por alteração na legislação federal ocorridas ou para melhor definição das suas classificações, após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 ao Poder Legislativo.

Art. 53 – A Lei Orçamentária Anual poderá conter transferências de recursos para custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 54 – Na ocorrência de Calamidade Pública reconhecida pela Assembleia Legislativa no âmbito do Estado e Município, ficam suspensas as regas estabelecidas no art. 65 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Art. 55 – O Poder Executivo fica autorizado a firmar consórcio público nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Art. 56 – As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

I - Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

II – Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda; e

III - Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Art. 57 – Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na LRF, a adoção de providências que objetivarem a sua adequação preservará os setores de Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 58 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Espírito Santo - RN, 02 de julho de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE

Prefeito Municipal

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
1. Receita.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.845.377,00	55.314.404,69	41.508.133,00	43.613.498,00	63.228.800,00	65.441.808,00	67.732.273,00
Receita Tributária	1.307.617,00	3.675.131,13	1.615.650,00	3.229.373,00	2.516.400,00	2.604.474,00	2.695.630,00
IPTU	65.532,00	22.998,91	58.697,00	265.134,00	15.000,00	15.525,00	16.068,00
ISS	626.539,00	3.311.191,55	561.191,00	1.369.251,00	2.000.000,00	2.070.000,00	2.142.450,00
ITBI	70.537,00	402,00	63.180,00	366.339,00	400,00	414,00	428,00
IRRF	500.009,00	340.538,67	892.275,00	1.186.326,00	500.000,00	517.500,00	535.613,00
Taxas	45.000,00	0,00	40.307,00	42.323,00	1.000,00	1.035,00	1.071,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	500.000,00	452.107,77	447.850,00	470.243,00	500.000,00	517.500,00	535.613,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	500.000,00	452.107,77	447.850,00	470.243,00	500.000,00	517.500,00	535.613,00
Receita Patrimonial	101.833,00	486.949,62	91.212,00	95.782,00	610.000,00	631.350,00	653.447,00
Aplicações Financeiras	90.054,00	462.794,38	80.662,00	84.704,00	600.000,00	621.000,00	642.735,00
Outras Receitas Patrimoniais	11.779,00	24.155,24	10.550,00	11.078,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	451,00	0,00	404,00	424,00	400,00	414,00	428,00
Transferências Correntes	43.896.157,00	50.687.898,79	39.317.799,00	39.780.697,00	59.577.000,00	61.662.195,00	63.820.375,00
Cota-Parte do FPM	20.249.292,00	24.468.685,21	18.137.290,00	19.191.159,00	30.000.000,00	31.050.000,00	32.136.750,00
Cota-Parte do ICMS	2.941.479,00	4.597.868,69	2.634.683,00	2.766.418,00	5.500.000,00	5.692.500,00	5.891.738,00
Cota-Parte do IPVA	150.000,00	165.798,21	134.355,00	141.073,00	180.000,00	186.300,00	192.821,00
Cota-Parte do ITR	103,00	6.856,51	92,00	97,00	7.000,00	7.245,00	7.499,00
Transferências da LC nº 61/1989	3.500,00	9.213,44	3.135,00	3.292,00	90.000,00	93.150,00	96.410,00
Transferências do FUNDEB	11.400.003,00	11.456.584,26	10.210.983,00	9.721.532,00	12.000.000,00	12.420.000,00	12.854.700,00
Outras Transferências Correntes	9.151.780,00	9.982.892,47	8.197.261,00	7.957.126,00	11.800.000,00	12.213.000,00	12.640.457,00
Outras Receitas Correntes	39.319,00	12.317,38	35.218,00	36.979,00	25.000,00	25.875,00	26.780,00
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	39.319,00	12.317,38	35.218,00	36.979,00	15.000,00	15.525,00	16.068,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.135.474,00	9.284.416,22	9.441.245,00	6.573.041,00	6.110.000,00	6.323.850,00	6.545.185,00
Operações de crédito	1.780.749,00	6.850.000,00	4.645.017,00	1.537.000,00	1.100.000,00	1.138.500,00	1.178.348,00
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	40.957,00	0,00	36.685,00	38.519,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	40.957,00	0,00	36.685,00	38.519,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00
Transferência de Capital	5.313.768,00	2.434.416,22	4.759.543,00	4.997.522,00	5.000.000,00	5.175.000,00	5.356.125,00
Convênios	4.598.205,00	179.171,34	4.118.612,00	4.324.543,00	1.000.000,00	1.035.000,00	1.071.225,00
Outras Transferências de Capital	715.563,00	2.255.244,88	640.931,00	672.979,00	4.000.000,00	4.140.000,00	4.284.900,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-4.348.875,00	-5.446.451,37	-3.895.288,00	-4.119.454,00	-7.139.200,00	-7.389.072,00	-7.647.690,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-4.348.875,00	-5.446.451,37	-3.895.288,00	-4.119.454,00	-7.139.200,00	-7.389.072,00	-7.647.690,00
RECEITA TOTAL	48.631.976,00	59.152.369,54	47.054.090,00	46.067.085,00	62.199.600,00	64.376.586,00	66.629.768,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	41.496.502,00	49.867.953,32	37.612.845,00	39.494.044,00	56.089.600,00	58.052.736,00	60.084.583,00

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
2. DESPESA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS				Exercício: **2026**			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.479.086,00	43.962.103,60	29.561.945,00	32.019.586,00	52.700.000,00	54.544.500,00	56.453.558,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.896.687,00	17.609.294,43	17.041.587,00	19.071.382,00	21.200.000,00	21.942.000,00	22.709.970,00
Juros e Encargos da Dívida	30.274,00	1.102,99	27.117,00	28.473,00	1.000.000,00	1.035.000,00	1.071.225,00
Outras Despesas Correntes	13.552.125,00	26.351.706,18	12.493.241,00	12.919.731,00	30.500.000,00	31.567.500,00	32.672.363,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.636.484,00	8.335.450,14	17.029.600,00	13.856.827,00	9.100.000,00	9.418.500,00	9.748.148,00
Investimentos	14.918.421,00	7.619.013,54	16.386.430,00	13.181.498,00	8.000.000,00	8.280.000,00	8.569.800,00
Inversões Financeiras	104.234,00	0,00	93.363,00	98.032,00	100.000,00	103.500,00	107.123,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	104.234,00	0,00	93.363,00	98.032,00	100.000,00	103.500,00	107.123,00
Amortização da Dívida	613.829,00	716.436,60	549.807,00	577.297,00	1.000.000,00	1.035.000,00	1.071.225,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	516.406,00	0,00	462.545,00	190.672,00	399.600,00	413.586,00	428.062,00
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	48.631.976,00	52.297.553,74	47.054.090,00	46.067.085,00	62.199.600,00	64.376.586,00	66.629.768,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	48.631.976,00	52.297.553,74	47.054.090,00	46.067.085,00	62.199.600,00	64.376.586,00	66.629.768,00
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
3. PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMARIAS.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS				Exercício: **2026**			
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	507.174,46	1.097.085,74	507.174,46	137.594,00	137.594,00	142.410,00	147.394,00
Pessoal e Encargos Sociais	115.960,75	8.878,93	115.960,75	40.395,00	40.395,00	41.809,00	43.272,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	391.213,71	1.088.206,81	391.213,71	97.199,00	97.199,00	100.601,00	104.122,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	507.174,46	1.097.085,74	507.174,46	137.594,00	137.594,00	142.410,00	147.394,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.942.772,52	964.580,09	1.942.772,52	262.547,00	262.547,00	271.736,00	281.247,00
Investimentos	1.882.772,52	964.580,09	1.882.772,52	262.547,00	262.547,00	271.736,00	281.247,00
Inversões Financeiras	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.942.772,52	964.580,09	1.942.772,52	262.547,00	262.547,00	271.736,00	281.247,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	2.449.946,98	2.061.665,83	2.449.946,98	400.141,00	400.141,00	414.146,00	428.641,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	2.449.946,98	2.061.665,83	2.449.946,98	400.141,00	400.141,00	414.146,00	428.641,00
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			

4. RESULTADO PRIMARIO.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO | Exercício: **2026** Pág.: 1/3

RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41.496.502,00	49.867.953,32	37.612.845,00	39.494.044,00	56.073.400,00	58.035.969,00	60.067.227,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.307.617,00	3.675.131,13	1.615.650,00	3.229.373,00	2.516.400,00	2.604.474,00	2.695.630,00
IPTU	65.532,00	22.998,91	58.697,00	265.134,00	15.000,00	15.525,00	16.068,00
ISS	626.539,00	3.311.191,55	561.191,00	1.369.251,00	2.000.000,00	2.070.000,00	2.142.450,00
ITBI	70.537,00	402,00	63.180,00	366.339,00	400,00	414,00	428,00
IRRF	500.009,00	340.538,67	892.275,00	936.326,00	500.000,00	517.500,00	535.613,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.000,00	0,00	40.307,00	292.323,00	1.000,00	1.035,00	1.071,00
Receitas de Contribuições	500.000,00	452.107,77	447.850,00	470.243,00	500.000,00	517.500,00	535.613,00
Receita Patrimonial	101.833,00	486.949,62	91.212,00	95.782,00	610.000,00	631.350,00	653.447,00
Aplicações Financeiras (II)	90.054,00	462.794,38	80.662,00	84.704,00	600.000,00	621.000,00	642.735,00
Outras Receitas Patrimoniais	11.779,00	24.155,24	10.550,00	11.078,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00
Transferências Correntes	39.547.282,00	45.241.447,42	35.422.511,00	35.661.243,00	52.421.600,00	54.256.356,00	56.155.328,00
Cota-Parte do FPM	16.519.434,00	19.972.151,26	14.796.456,00	15.653.882,00	24.000.000,00	24.840.000,00	25.709.400,00
Cota-Parte do ICMS	2.353.183,00	3.678.295,16	2.107.746,00	2.213.134,00	4.400.000,00	4.554.000,00	4.713.390,00
Cota-Parte do IPVA	120.000,00	138.667,95	107.484,00	112.858,00	144.000,00	149.040,00	154.256,00
Cota-Parte do ITR	82,00	5.485,26	73,00	77,00	5.600,00	5.796,00	5.999,00
Transferências da LC 61/1989	2.800,00	7.371,06	2.508,00	2.634,00	72.000,00	74.520,00	77.128,00
Transferências do FUNDEB	11.400.003,00	11.456.584,26	10.210.983,00	9.721.532,00	12.000.000,00	12.420.000,00	12.854.700,00
Outras Transferências Correntes	9.151.780,00	9.982.892,47	8.197.261,00	7.957.126,00	11.800.000,00	12.213.000,00	12.640.455,00
Demais Receitas Correntes	39.770,00	12.317,38	35.622,00	37.403,00	25.400,00	26.289,00	27.209,00
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	39.770,00	12.317,38	35.622,00	37.403,00	25.400,00	26.289,00	27.209,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	41.406.448,00	49.405.158,94	37.532.183,00	39.409.340,00	55.473.400,00	57.414.969,00	59.424.492,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	7.135.474,00	9.284.416,22	9.441.245,00	6.573.041,00	6.110.000,00	6.323.850,00	6.545.185,00
Operações de Crédito (VIII)	1.780.749,00	6.850.000,00	4.645.017,00	1.537.000,00	1.100.000,00	1.138.500,00	1.178.348,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	40.957,00	0,00	36.685,00	38.519,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO	Exercício: **2026**						
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	40.957,00	0,00	36.685,00	38.519,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00
Transferências de Capital	5.313.768,00	2.434.416,22	4.759.543,00	4.997.522,00	5.000.000,00	5.175.000,00	5.356.125,00
Convênios	4.598.205,00	179.171,34	4.118.612,00	4.324.543,00	1.000.000,00	1.035.000,00	1.071.225,00
Outras Transferências de Capital	715.563,00	2.255.244,88	640.931,00	672.979,00	4.000.000,00	4.140.000,00	4.284.900,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.354.725,00	2.434.416,22	4.796.228,00	5.036.041,00	5.010.000,00	5.185.350,00	5.366.837,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	46.761.173,00	51.839.575,16	42.328.411,00	44.445.381,00	60.483.400,00	62.600.319,00	64.791.329,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	46.761.173,00	51.839.575,16	42.328.411,00	44.445.381,00	60.483.400,00	62.600.319,00	64.791.329,00

DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	32.479.086,00	43.962.103,60	29.561.945,00	32.019.586,00	52.700.000,00	54.544.500,00	56.453.558,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.896.687,00	17.609.294,43	17.041.587,00	19.071.382,00	21.200.000,00	21.942.000,00	22.709.970,00

Juros e Encargos da Dívida (XIX)	30.274,00	1.102,99	27.117,00	28.473,00	1.000.000,00	1.035.000,00	1.071.225,00
Outras Despesas Correntes	13.552.125,00	26.351.706,18	12.493.241,00	12.919.731,00	30.500.000,00	31.567.500,00	32.672.363,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	32.448.812,00	43.961.000,61	29.534.828,00	31.991.113,00	51.700.000,00	53.509.500,00	55.382.333,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	15.636.484,00	8.335.450,14	17.029.600,00	13.856.827,00	9.100.000,00	9.418.500,00	9.748.148,00
Investimentos	14.918.421,00	7.619.013,54	16.386.430,00	13.181.498,00	8.000.000,00	8.280.000,00	8.569.800,00
Inversões Financeiras	104.234,00	0,00	93.363,00	98.032,00	100.000,00	103.500,00	107.123,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO	Exercício: **2026**						
Demais Inversões Financeiras	104.234,00	0,00	93.363,00	98.032,00	100.000,00	103.500,00	107.123,00
Amortização da Dívida (XXVII)	613.829,00	716.436,60	549.807,00	577.297,00	1.000.000,00	1.035.000,00	1.071.225,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	15.022.655,00	7.619.013,54	16.479.793,00	13.279.530,00	8.100.000,00	8.383.500,00	8.676.923,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	516.406,00	0,00	462.545,00	190.672,00	399.600,00	413.586,00	428.062,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	47.987.873,00	51.580.014,15	46.477.166,00	45.461.315,00	60.199.600,00	62.306.586,00	64.487.318,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	47.987.873,00	51.580.014,15	46.477.166,00	45.461.315,00	60.199.600,00	62.306.586,00	64.487.318,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-1.226.700,00	259.561,01	-4.148.755,00	-1.015.934,00	283.800,00	293.733,00	304.011,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-1.226.700,00	259.561,01	-4.148.755,00	-1.015.934,00	283.800,00	293.733,00	304.011,00
Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.							

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
5. RESULTADO NOMINAL.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL	Exercício: **2026**						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	745.147,68	462.794,38	80.662,00	84.704,00	87.669,00	87.669,00	87.669,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	25.000,00	1.102,99	27.117,00	28.473,00	29.470,00	29.470,00	29.470,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-3.290.081,36	-989.361,85	-4.095.210,00	-959.703,00	10.605.738,00	10.974.902,00	11.356.987,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	0,00	0,00	839.448,47	-29.381,53	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.557.971,93	11.400.117,41	5.557.971,93	11.400.117,41	11.799.122,00	11.799.122,00	11.799.122,00
DEDUÇÕES (XL)	5.029.311,75	10.560.668,94	5.029.311,75	10.560.668,94	10.930.292,00	10.930.292,00	10.930.292,00
Disponibilidade de Caixa	5.029.311,75	10.560.668,94	5.029.311,75	10.560.668,94	10.930.292,00	10.930.292,00	10.930.292,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.271.365,44	11.194.832,24	5.271.365,44	11.194.832,24	11.586.651,00	11.586.651,00	11.586.651,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	48.584,67	246.633,97	48.584,67	246.633,97	255.266,00	255.266,00	255.266,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	193.469,02	387.529,33	193.469,02	387.529,33	401.093,00	401.093,00	401.093,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00	528.660,18	839.448,47	868.830,00	868.830,00	868.830,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00	0,00	0,00	839.448,47	-29.381,53	0,00	0,00

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
6. MONTATE DA DIVIDA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA	Exercício: **2026**						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**

DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.557.971,93	11.400.117,41	5.557.971,93	11.400.117,41	11.400.117,00	11.799.122,00	11.799.122,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	5.557.971,93	11.400.117,41	5.557.971,93	11.400.117,41	11.400.117,00	11.799.122,00	11.799.122,00
DEDUÇÕES (II)	5.029.311,75	10.560.668,94	5.029.311,75	9.227.968,89	9.227.968,00	9.619.787,65	9.619.787,65
Ativo Disponível	5.271.365,44	11.194.832,24	5.271.365,44	11.194.832,24	11.194.832,00	11.586.651,00	11.586.651,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	48.584,67	246.633,97	48.584,67	153.507,72	153.508,00	153.507,72	153.507,72
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	193.469,02	387.529,33	193.469,02	1.813.355,63	1.813.356,00	1.813.355,63	1.813.355,63
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	528.660,18	839.448,47	528.660,18	2.172.148,52	2.172.149,00	2.179.334,35	2.179.334,35

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
7. RESULTADO PRIMARIO PPP.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - RESULTADO PRIMÁRIO PPP	Exercício: **2026**						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2023)**	**Realizada (2024)**	**Previsão (2024)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
8. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026					
DEMONSTRATIVO DE PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS	Exercício: **2026**				
ARF (LRF, art 4o, § 3o)	R$ 1,00				
PASSIVOS CONTINGENTES	**Valor**	**Providências**			**Valor**
Demandas Judiciais	0,00	NADA CONSTA			0,00
Assistências Diversas	0,00	NADA CONSTA			0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00	NADA CONSTA			0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	NADA CONSTA			0,00
Assunção de Passivos	0,00	NADA CONSTA			0,00
Assistências Diversas	0,00	NADA CONSTA			0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	NADA CONSTA			0,00
SUBTOTAL	**0,00**			SUBTOTAL	**0,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor**	**Providências**			**Valor**
Frustração de Arrecadação	4.000.000,00	CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS			4.000.000,00
Discrepância de Projeções	0,00	NADA CONSTA			0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00	NADA CONSTA			0,00
Discrepância de Projeções	0,00	NADA CONSTA			0,00
Outros Riscos Fiscais	2.000.000,00	CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS			2.000.000,00
SUBTOTAL	**6.000.000,00**			SUBTOTAL	**6.000.000,00**
TOTAL	**6.000.000,00**			TOTAL	**6.000.000,00**

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil											
9. DESMONTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026												
METAS ANUAIS	Exercício: **2026**											
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)	R$ 1,00											
ESPECIFICAÇÃO	**2026**				**2027**				**2028**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	62.199.600	59.521.148	0,06	0,00	64.376.586	59.234.989	0,06	0,00	66.629.768	59.074.180	0,05	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	61.583.400	58.931.483	0,06	0,00	63.738.819	58.648.159	0,05	0,00	65.969.677	58.488.941	0,05	0,00
Receitas Primárias Correntes	55.473.400	53.084.593	0,05	0,00	57.414.969	52.829.379	0,05	0,00	59.424.492	52.685.958	0,05	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.516.400	2.408.038	0,00	0,00	2.604.474	2.396.461	0,00	0,00	2.695.630	2.389.955	0,00	0,00
Transferências Correntes	52.421.600	50.164.211	0,05	0,00	54.256.356	49.923.036	0,05	0,00	56.155.328	49.787.506	0,04	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	535.400	512.344	0,00	0,00	554.139	509.881	0,00	0,00	573.534	508.497	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	6.110.000	5.846.890	0,00	0,00	6.323.850	5.818.780	0,00	0,00	6.545.185	5.802.983	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	62.199.600	59.521.148	0,06	0,00	64.376.586	59.234.989	0,06	0,00	66.629.768	59.074.180	0,05	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)	60.199.600	57.607.273	0,05	0,00	62.306.586	57.330.315	0,05	0,00	64.487.318	57.174.677	0,05	0,00

(II)												
Despesas Primárias Correntes	51.700.000	49.473.684	0,05	0,00	53.509.500	49.235.830	0,05	0,00	55.382.333	49.102.166	0,04	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	21.200.000	20.287.081	0,02	0,00	21.942.000	20.189.547	0,02	0,00	22.709.970	20.134.737	0,02	0,00
Outras Despesas Correntes	30.500.000	29.186.603	0,03	0,00	31.567.500	29.046.283	0,02	0,00	32.672.363	28.967.429	0,02	0,00
Despesas Primárias de Capital	8.100.000	7.751.196	0,00	0,00	8.383.500	7.713.931	0,00	0,00	8.676.923	7.692.990	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	400.141	382.910	0,00	0,00	414.146	381.069	0,00	0,00	428.641	380.035	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	62.199.600	59.521.148	0,06	0,00	64.376.586	59.234.989	0,06	0,00	66.629.768	59.074.180	0,05	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	60.483.400	57.878.852	0,06	0,00	62.600.319	57.600.588	0,05	0,00	64.791.329	57.444.214	0,05	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	62.199.600	59.521.148	0,06	0,00	64.376.586	59.234.989	0,06	0,00	66.629.768	59.074.180	0,05	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	60.199.600	57.607.273	0,05	0,00	62.306.586	57.330.315	0,05	0,00	64.487.318	57.174.677	0,05	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	283.800	271.579	0,00	0,00	293.733	270.273	0,00	0,00	304.011	269.537	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	283.800	271.579	0,00	0,00	293.733	270.273	0,00	0,00	304.011	269.537	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	87.669	83.894	0,00	0,00	87.669	80.667	0,00	0,00	87.669	77.728	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	29.470	28.201	0,00	0,00	29.470	27.116	0,00	0,00	29.470	26.128	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	11.799.122	11.291.026	0,01	0,00	11.799.122	10.856.756	0,01	0,00	11.799.122	10.461.142	0,01	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	868.830	831.416	0,00	0,00	868.830	799.439	0,00	0,00	868.830	770.308	0,00	0,00

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026			
METAS ANUAIS	Exercício: **2026**		
Variáveis	**Período**		
	2026	**2027**	**2028**
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	68,00	69,70	71,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	6,00	5,90	5,90
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,50	4,00	3,78
Projeção do PIB do Estado - R$ mil	100.679.394.501,00	106.820.837.565,00	113.336.908.656,50
Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:			
Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025;			
Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 12/01/2025			

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil							
10. DESMONTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Exercício: **2026**							
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)	R$ 1,00							
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2024 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas em 2024 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.054.090	0,05	94,36	59.152.370	0,07	118,62	12.098.280	25,71
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	42.328.411	0,05	84,88	51.839.575	0,06	103,95	9.511.164	22,47
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.054.090	0,05	94,36	52.297.554	0,06	104,87	5.243.464	11,14
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	46.477.166	0,05	93,20	51.580.014	0,06	103,43	5.102.848	10,98
Receita Total (COM FONTES RPPS)	47.054.090	0,05	94,36	59.152.370	0,07	118,62	12.098.280	25,71
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	42.328.411	0,05	84,88	51.839.575	0,06	103,95	9.511.164	22,47
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	47.054.090	0,05	94,36	52.297.554	0,06	104,87	5.243.464	11,14
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	46.477.166	0,05	93,20	51.580.014	0,06	103,43	5.102.848	10,98
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-4.148.755	0,00	-8,32	259.561	0,00	0,52	4.408.316	-106,26
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-4.148.755	0,00	-8,32	259.561	0,00	0,52	4.408.316	-106,26
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	5.557.972	0,01	11,15	11.400.117	0,01	22,86	5.842.145	105,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	528.660	0,00	1,06	839.448	0,00	1,68	310.788	58,79

R$ 1,00		
Parâmetros	**Valor Previsto 2024**	**Valor Realizado 2024**
PIB nominal	80.181.000.000,00	90.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	37.612.845,00	49.867.953,32
Fonte dos Parâmetros:		

Governo do Estado do Rio Grande do Nort: Assecom-RN em 12/01/2025

RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil										
11. DESMONTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES	Exercício: **2026**										
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)	R$ 1,00										
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**										
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	48.631.976	47.054.090	-3,24	46.067.085	-2,10	62.199.600	35,02	64.376.586	3,50	66.629.768	3,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.541.922	46.973.428	-3,23	45.982.381	-2,11	61.583.400	33,93	63.738.819	3,50	65.969.677	3,50
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	48.631.976	47.054.090	-3,24	46.067.085	-2,10	62.199.600	35,02	64.376.586	3,50	66.629.768	3,50
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	47.987.873	46.477.166	-3,15	45.461.315	-2,19	60.199.600	32,42	62.306.586	3,50	64.487.318	3,50
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.631.976	47.054.090	-3,24	46.067.085	-2,10	62.199.600	35,02	64.376.586	3,50	66.629.768	3,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	46.761.173	42.328.411	-9,48	44.445.381	5,00	60.483.400	36,08	62.600.319	3,50	64.791.329	3,50
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.631.976	47.054.090	-3,24	46.067.085	-2,10	62.199.600	35,02	64.376.586	3,50	66.629.768	3,50
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	47.987.873	46.477.166	-3,15	45.461.315	-2,19	60.199.600	32,42	62.306.586	3,50	64.487.318	3,50
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	-1.226.700	-4.148.755	0,00	-1.015.934	0,00	283.800	0,00	293.733	3,50	304.011	3,50
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-1.226.700	-4.148.755	0,00	-1.015.934	0,00	283.800	0,00	293.733	3,50	304.011	3,50
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	5.557.972	5.557.972	0,00	11.400.117	105,11	11.400.117	0,00	11.799.122	3,50	11.799.122	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	528.660	528.660	0,00	2.172.149	310,88	2.172.149	0,00	2.179.334	0,33	2.179.334	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	839.448	0,00	-29.382	-103,50	0	0,00	0	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2023	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	51.063.575	49.406.795	-3,24	46.067.085	-6,76	59.521.148	29,21	59.234.989	-0,48	59.074.180	-0,27
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	50.969.018	49.322.099	-3,23	45.982.381	-6,77	58.931.483	28,16	58.648.159	-0,48	58.488.941	-0,27
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	51.063.575	49.406.795	-3,24	46.067.085	-6,76	59.521.148	29,21	59.234.989	-0,48	59.074.180	-0,27
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	50.387.267	48.801.024	-3,15	45.461.315	-6,84	57.607.273	26,72	57.330.315	-0,48	57.174.677	-0,27
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	51.063.575	49.406.795	-3,24	46.067.085	-6,76	59.521.148	29,21	59.234.989	-0,48	59.074.180	-0,27
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	49.099.232	44.444.832	-9,48	44.445.381	0,00	57.878.852	30,22	57.600.588	-0,48	57.444.214	-0,27
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	51.063.575	49.406.795	-3,24	46.067.085	-6,76	59.521.148	29,21	59.234.989	-0,48	59.074.180	-0,27
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	50.387.267	48.801.024	-3,15	45.461.315	-6,84	57.607.273	26,72	57.330.315	-0,48	57.174.677	-0,27

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES								Exercício: **2026**			
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	-1.288.035	-4.356.193	0,00	-1.015.934	0,00	271.579	0,00	270.273	-0,48	269.537	-0,27
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-1.288.035	-4.356.193	0,00	-1.015.934	0,00	271.579	0,00	270.273	-0,48	269.537	-0,27
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	5.835.871	5.835.871	0,00	11.400.117	95,35	10.909.203	-4,31	10.856.756	-0,48	10.461.142	-3,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	555.093	555.093	0,00	2.172.149	291,31	2.078.611	-4,31	2.005.276	-3,53	1.932.205	-3,64
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	839.448	0,00	-28.116	-103,35	0	0,00	0	0,00
Nota:											
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º:											
II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;											

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
4,62	4,83	5,65	4,50	4,00	3,78
1,05	1,05	1,06	1,05	1,04	1,04
Fonte Índices de Inflação:					

Banco Central do Brasil
Mercado 2025 a 2028: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 28/03/2025

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
12. DESMONTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Exercício: **2026**		
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)				R$ 1,00		
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	36.069.164	100,00	29.652.874	100,00	30.841.831	100,00
TOTAL	**36.069.164**	**100,00**	**29.652.874**	**100,00**	**30.841.831**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	**2024**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
13. DESMONTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS	**2024 (a)**	**2023 (b)**	**2022 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	**2024 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2022 (i) = ((Ic - IIf)**
Valor (III)	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
14. DESMONTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R$ 1,00	
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (I)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0

Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0**	**0**	**0**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**0**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Valor	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0

Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Despesas Correntes (XIII)	**0**	**0**	**0**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**0**	**0**	**0**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2024**	**2023**	**2022**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**		
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**	**2023**	**2022**
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2024**	**2023**	**2022**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**	**0**	**0**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
15. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Exercício: **2026**	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**			
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0

2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2026**			
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
16. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ milhares
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0

2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	Exercício: **2026**			
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	Exercício: **2026**			
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0

2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
17. DESMONTRATIVO 6 - PROJECAO DE PLANO MILITARES.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas	Exercício: **2026**			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ milhares
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas	Exercício: **2026**			
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0

2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas	Exercício: **2026**			
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0

MUNICIPIO ESPIRITO SANTO	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil					
18. DESMONTRATIVO 7 - RENUNCIA DE RECEITA.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA	Exercício: **2026**					
AMF -Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2026	**2027**	**2028**	
NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	0	0	0	NADA CONSTA
TOTAL			**0**	**0**	**0**	
MUNICIPIO ESPIRITO SANTO				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
19. DESMONTRATIVO 8 - MARGEM E EXPANSAO DE DESPESA.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026						
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO				Exercício: **2025**		
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)						R$ 1,00
Eventos						**Valor previsto para 2026**
Aumento Permanente da Receita						16.132.515
(-) Transferências Constitucionais						10.000.000
(-) Transferências ao FUNDEB						500.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)						**5.632.515**
Redução Permanente de Despesa (II)						0
Margem Bruta (III) = (I + II)						**5.632.515**

Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	**5.632.515**
Novas DOCC	5.632.515
Novas DOCC Geradas por PPP	0

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:C5CD5759

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 496 2025 - LDO 2026

SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV
LEI Nº 496/2025,
DE 04 DE JULHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

MARIA MADALENA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que confere o art. 69, VI, da Lei Orgânica Munici- pal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Pilões/RN, em Sessão Ordinária, de 20 de junho de 2025, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Ficam estabelecidas as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamen- to Municipal para o exercício de 2026, com base nos princípios fixados na Constituição Fe- deral, na Constituição Estadual, na Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Orgâ- nica do Município.

Art. 2º – O Orçamento Anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legis- lativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Art. 3º – A proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal compor-se-á de:
I. Mensagem.
II. Projeto de Lei Orçamentária Anual.
III. Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, que faz parte inte- grante desta Lei.

Art. 4º – A estrutura orçamentária e a funcional programática que servirão de ba- se para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverão obede- cer à disposição constante da Classificação Institucional, da Relação de Funções, Subfun- ções. Programas para 2026 e do anexo referente às Metas e Prioridades para 2026, que são partes integrantes desta Lei.

Art. 5º – As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2026, são as estabelecidas no Anexo I, denominado Anexo de Metas Fiscais e Anexo II que é o De- monstrativo de Riscos Fiscais e Providências. O Anexo I desdobra-se em:

I - Tabela I – Metas Anuais;
II - Tabela II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III - Tabela III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
IV - Tabela IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
V - Tabela V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI - Tabela VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
VII - Tabela VII – Projeção Atuarial do RPPS;
VIII - Tabela VIII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
IX - Tabela IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Parágrafo Único – Os demonstrativos têm seus valores expressos em mil reais, es- tando eles em consonância com as regras estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, atra- vés da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 407, de 20 de junho de 2011.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º – A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2026 serão compatí- veis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público municipal, con- forme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II desta Lei, elaborado de acordo com a Portaria nº. 407, de 20 de junho de 2011.

Art. 7º – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exer- cício de 2026, estabelecidas no Anexo I desta Lei, incluem os investimentos, as atividades de natureza continuada, a implantação do plano de resíduos sólidos a conservação e manu- tenção do patrimônio, administrativas e as obrigações constitucionais e legais, as quais te- rão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei e na Lei Orçamentária de 2026, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, conforme segue abaixo:

I. Poder Legislativo

a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das ativi- dades administrativas, e melhoria das rotinas de trabalho;
b) Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Poder Executivo

a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:

a.1. Educação – oferta de vagas no ensino regular fundamental, para as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas se- guintes metas:

a.1.1. estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à amplia- ção das oportunidades educacionais com melhoria de ensino;

a.1.2. de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equida- de;

a.1.3. de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

a.1.4. Ampliação dos Serviços Prestados nas creches municipais, aumentando assim o nú- mero de vagas às pessoas que necessitam trabalhar e não tem onde deixar seus filhos.

a.2 – Saúde e saneamento – com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

a.3 – Promoção Social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ên- fase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município.

a.4 – Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das voca- ções locais.

a.5 – Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capaci- tação e criação e incentivo para a oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada.

a.6 – Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das deter- minações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

a.7 – De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de progra- mas voltados a implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festivi- dades histórico-culturais e artísticas.

b) Reforço da Infraestrutura Econômica, nas áreas de:

b.1 – Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

b.2 – Energia elétrica e solar, para fins de irrigação e eletrificação rural;
b.3 – Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo huma- no e de eletrificação rural;

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

c.1 – Do desenvolvimento da agropecuária;

c.2 – Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;

c.3 – Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

d.1 – A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Mu- nicipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

d.2 – A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de adminis- tração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 8º – Para consecução das prioridades previstas no art. 8º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I – NA ÁREA SOCIAL

a. Na Educação, Cultura e Desporto

a.1 – Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;

a.2 – Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumen- tando a oferta de vagas;

a.3 – Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para os professores da rede municipal;

a.4 – Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos.

a.5 – Redução da evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;

a.6 – Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais; com amplia- ção da acessibilidade em prédios públicos;

a.7 – Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;

a.8 – Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede municipal de ensino;

a.9 – Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;

a.10 – Apoio as atividades e extensão universitária;

a.11 – Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro (a).
a.12 – Apoio ao Desporto e as agremiações futebolísticas na distribuição de materiais espor- tivos, realizações de torneios, construção e reforma de obras de Infraestrutura como Giná- sios, Quadras Esportivas e Campos de Futebol.

b. Da saúde pública

b.1 – Elevação dos níveis da saúde da população, reduzindo o índice de mortalidade infan- til;

b.2 – Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;

b.3 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

b.4 – Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;

b.5 – Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;

b.6 – Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c. De habitação e saneamento básico

c.1 – Aprimoramento da infraestrutura básica do município;

c.2 – Construção e melhoria de casa populares.

d. De assistência Social

d.1 – Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;

d.2 – Ampliar os programas de assistência comunitária;

d.3 – Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias ca- rentes;

d.4 – Estimular programas de assistência comunitária;

d.5 – Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros e aqui- sição de alimentos, agasalhos, etc.

d.6 – Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;

d.7 – Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;

d.8 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;

II – NA ÁREA ECONÔMICA

a. Agropecuária

a.1 – Assistência e incentivo à produção agrícola;

a.2 – Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agriculto- res carentes;

a.3 – Fortalecimento do pequeno produtor rural;

a.4 – Distribuição de sementes ao pequeno produtor; corte de terras;

a.5 – Propiciar meios de combate a estiagem e a pobreza rural;

b. Indústria, comércio e turismo

b.1 – Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III – NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

a. Recursos Hídricos

a.1 – Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

a.2 – Construção e melhoria de açudes, barreiras e barragens subterrâneas.

b. Transportes

b.1 – Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

c. Energia

c.1 – Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;

c.2 – Manutenção da eletrificação urbana e rural.

d. Serviços Urbanos

d.1 – Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pú- blica da cidade, com modernização da coleta de lixo;

d.2 – Ampliação e manutenção da coleta de lixo;

d.3 – Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;

d.4 – Arborização da cidade;

Parágrafo Único – Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixa- ção das despesas de capital para o exercício de 2026.

Art. 9º – A Lei Orçamentária Anual de 2026 deverá estar em consonância com o Plano Plurianual e atender os seguintes princípios:

I - Gestão com foco em resultados: perseguir indicadores estratégicos de governo que refli- tam os impactos na sociedade, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetivi- dade dos programas e projetos;
II - A participação social: permanente em todo o ciclo de gestão do PPA e dos orçamentos anuais como instrumento de interação Município e cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas;
III - A transparência: ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10 – Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretiza- ção dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus obje- tivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respecti- vos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub- função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e Legislação posterior se for o caso.
§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programa, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 11 – Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a progra- mação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais, fundações, empresas públicas.
Art. 12 – O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legisla- tivo, até 30 de setembro de 2025.
Art. 13 – Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a progra- mação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações.
I – O orçamento a que pertence;
II – O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação;

a) DESPESAS CORRENTES:
Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL:
Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização e Refinanciamento da Dívida; Outras despesas de Capital.

Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme a regulamentação fixada pela Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005 e Portaria n° 72 de 01 de fevereiro de 2012.
Art. 15 - Constituem fonte de recursos para execução das despesas, aquelas exi- gidas na legislação vigente na forma das portarias da STN e normativas do Tribunal de Con- tas do Estado – TCE.
§ 1º - As fontes de recursos, seguirão a classificação definida pela Portaria Con- junta STN nº 1.593, de 15.12.2023, conforme anexo III.
Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos or- çamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legis- lação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 17 – O Projeto de Lei Orçamentária do Município relativo ao exercício de 2026 deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento, conforme Artigo 48 da LRF.
I – O princípio de transparência implica, além da observação do principio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 18 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei, orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere,

Art. 19 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentá- ria serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 20 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, tomando-se as medidas corretivas necessárias para manuten- ção do controle e do equilíbrio fiscal para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º – Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações, constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º – No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo e hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais;
II – Com a conservação do Patrimônio Público, conforme prever o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21 – Para os fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1o, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos e adequação de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estru- turas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, inclusive a realização de concurso público a qualquer título.

Art. 22 – O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 conterá autori- zação para abertura de créditos adicionais suplementares em percentual fixado entre os limites de 50% do total da despesa fixada para os Poderes Legislativo e Executivo, nas for- mas previstas no § 1º, incisos I a IV, do art. 43 da Lei nº. 4.320/64.
§ 1º. O Remanejamento de recursos entre órgãos independentemente da cate- goria econômica da despesa, não se incluem nos limites estabelecidos no caput deste arti- go, por se tratar de simples alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa.
§ 2º. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais indicarão os valores atribuí- dos aos grupos de natureza de despesa.
§ 3º. Quando a abertura de crédito suplementar e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais serão utilizados os recur- sos oriundos de suas respectivas fontes, os créditos suplementares abertos com esta finali- dade não serão computados no percentual fixado neste artigo.

Parágrafo Primeiro – O Poder Executivo poderá realizar transposição, remaneja- mento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma da legislação vigente.

Art. 23 - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas;
II – Suprir o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e ju- ros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
III – Acolher as despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;
IV – Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Pro- gramas da Educação, Saúde e Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

V – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31.12.2023, e o excesso de arrecadação de recursos, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei

Art. 24 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2026 conterá previsão de con- trapartida de transferências voluntárias, em conformidade com o percentual proposto em projetos de captação de recursos encaminhados a órgãos e entidades da União, Estados e entidades não governamentais.
Art. 25 – Firmado o instrumento de transferência voluntária, fica autorizada a su- plementação da dotação, tendo como limite o valor do repasse financeiro pactuado, não se incluindo nos limites estabelecidos no caput do art. 21 desta Lei.

Art. 26 – Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas em desacordo com as disposições do art. 165, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal e que anulem o valor de dotações orçamentárias vinculadas às seguintes fontes de recursos:

Art. 27 – É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e/ou auxílios financeiros a entidades privadas e a pessoas físicas, ressalvadas aquelas autorizadas em lei, de acordo com o dis- posto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e que preencham as seguintes condi- ções:
I – Sejam entidades privadas de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esportes, turismo, meio ambiente, de fomento à produ- ção e à geração de emprego e renda;
II – Sejam pessoas físicas carentes, assim reconhecidas por órgão público, federal, estadual e municipal, na forma da lei;
III – Participem de concursos, gincanas, atividades esportivas e culturais e outras festividades incentivadas e/ou promovidas pelo Poder Público Municipal, aos quais sejam ofertadas premiações ou auxílios financeiros.
§ 1º. As entidades privadas beneficiadas, a qualquer título, submeter-se-ão à fis- calização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.
§ 2º. Os repasses de recursos a entidades serão efetivados mediante convênios, conforme determina o artigo 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Art. 28 – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Pluria- nual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 29 – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2026, destinada ao atendi- mento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 30 - O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças até 30 de setembro de 2025, sua proposta orçamentária para fins de ajustamento e consolida- ção do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria de Finanças encaminhará à Câmara Municipal, até 20 de agosto de 2025, informações sobre a arrecadação da receita, efetivada até o mês de junho de 2025, bem como a projeção de arrecadação até o final do exercício, a qual servirá de parâmetro para a elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislati- vo.
Parágrafo Segundo - O Poder Executivo não poderá efetivar repasse ao Legislati- vo, superior a 7% da Receita arrecadada imediatamente no exercício anterior, § 2º, inciso I do Art. 29-A da Emenda Constitucional.

Art. 31 – A Lei Orçamentária estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhi- mento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Entidades e Fundos Especiais, da administração direta e indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 32 – O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua re- ceita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observado o disposto no Art. 212 da Constituição Federal.

Art. 33 – O Município aplicará anualmente em ações e serviços públicos de saú- de, no mínimo 15% (quinze por cento) dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição da República, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198, da Constituição Federal, e a EC 29 da Constituição Federal.

SEÇÃO I
DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 34 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destina- das a atender as ações de saúde, assistência e previdência social e contará com recursos provenientes:
I – De repasses do Fundo Nacional de Saúde;
II – Das receitas previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
III – Da receita de serviços de saúde;
IV – De repasses previstos na Lei Orgânica da Assistência Social;
V – Do orçamento fiscal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 35 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa de- corrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.
Art. 36 – Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2026, dotação especifica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.
Parágrafo Único – Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitu- ra Municipal, até 1º de julho de 2025, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).
Art. 37 – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.
Art. 38 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de cré- dito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Com- plementar nº 101/2000.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS
Art. 39 – No exercício financeiro de 2026, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 40 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação, assistência social e serviços urbanos.
Art. 41 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora ex- tra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde, de saneamento e serviços urbanos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 42 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 43 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em considera- ção, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capa- cidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I – Autorização da planta genérica de valores do município;
II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Ur- bano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto:
III – O pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, será feito à vista ou em parcelas mensais, conforme dispuser ato do Poder Executivo.
IV – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para co- brança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

V – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
VI – Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
VII – Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imó- veis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
VIII – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
IX – Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de policia;
X – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
§ 1º – Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPITULO VIII DA TRANSPARENCIA
Art. 44 – Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciários, bem como as autarquias, fundações e estatais devem manter os dados fiscais, orçamentários, bem com toda a exe- cução da despesa publica no portal da transparência, bem como a livre informação aos cidadãos, de forma clara e objetiva, em obediência a Lei nº 12.527/2011, Lei Complemen- tar nº 131/2009 e LRF/2000.

CAPÍTULO IX
DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 45 – O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 1º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 46 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade impreci- sa ou com dotação ilimitada.
Art. 47 – O Poder Executivo poderá realizar estudos visando a definição de siste- ma de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.
Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a eviden- ciar o curso das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.
Art. 48 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para serviços do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.
Art. 49 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Or- çamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a vo- tação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 50 – O Poder Executivo Municipal poderá contribuir, através da aquisição direta de bens e serviços, cessão de pessoal ou repasse de recursos financeiros, para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante a celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere, como disposto no art. 62, da Lei Complementar nº 101/2000.
Parágrafo único – A celebração de convênios com outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais.

Art. 51 – Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal.

Art. 52 – Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acrés- cimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao ple- no funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

Art. 53 – O Município, com a assistência técnica prevista no art. 64 da Lei Com- plementar nº 101/2000, estabelecerá, através de lei específica, normas para utilização de sistemas de apropriação e de apuração de custos e de avaliação de resultados, com vistas à economicidade, à eficiência e à eficácia das ações governamentais.

Art. 54 – O Projeto de Lei Orçamentária de 2026 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 55 – Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2025.

Art. 56 – Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às ou aos projetos pertinentes às metas previstas nesta Lei poderá ser executado, como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) a cada mês, do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

Art. 57 - O Projeto de Lei Orçamentária de 2026 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.
§ 1°. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2026 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
§ 2°. Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2026, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, os quais não onerarão o limite autorizado na Lei Orçamentária para o exercício de 2026.
§ 3°. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:
a) pessoal e encargos sociais;
b) pagamento do serviço da dívida municipal;

c) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS;
d) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do FUNDEB;
e) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
f) pagamento das despesas decorrentes de retenções de INSS, FGTS e PASEP.

Art. 58 - Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2025.

Art. 59 - Os Poderes Municipais deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do Município.

Art. 60 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposi- ções em contrário.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, Secretaria de Governo, em Pilões/RN, 04 de julho de 2025.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Fonte ou Destinação de Recursos 2026

Codificação não padronizada.	
Códig o	**Nomenclatura**
1	Recursos do Exercício Corrente
2	Recursos de Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

BLOCO DAS VINCULAÇÕES DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS (códigos de 500 a 999)		
Códig o Princi pal	**Nomenclatura**	**Especificação**
RECURSOS LIVRES (NÃO VINCULADOS)		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	Recursos de impostos e transferências de impostos de livre aplicação. Em atendimento ao disposto no inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para identificação do percentual mínimo aplicado em ASPS, essa fonte de recursos deverá ser associada ao marcador que identifica as despesas que podem ser consideradas para esse limite. A mesma lógica será utilizada para a identificação do percentual mínimo de aplicação em MDE.
501	Outros Recursos não Vinculados	Outros recursos não vinculados que não se enquadram na especificação acima.
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos.	Controle dos recursos não vinculados provenientes da compensação de impostos. Essa fonte de recursos deverá ser associada ao marcador que identifica as despesas que podem ser consideradas para cumprimento dos limites mínimos de aplicação em ASPS e em MDE.
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	Controle dos recursos recebidos do FUNDEB referente à repartição dentro de cada Estado, com base nos incisos I, II e III do art. 212-A da Constituição Federal. Na fase da despesa, quando for o caso, será necessário associar esta fonte ao marcador do percentual de aplicação no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício para identificar o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF.
541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	Controle dos recursos de complementação da União ao FUNDEB - VAAF, com base na alínea a do inciso V do art. 212-A da Constituição Federal. Na fase da despesa, quando for o caso, será necessário associar esta fonte ao marcador do percentual de aplicação no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício para identificar o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF.
542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	Controle dos recursos de complementação da União ao FUNDEB - VAAT, com base na alínea b do inciso V do art. 212-A da Constituição Federal. Na fase da despesa, quando for o caso, será necessário associar esta fonte ao marcador do percentual de aplicação no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício para identificar o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF.

543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	Controle dos recursos de complementação da União ao FUNDEB - VAAR, com base na alínea c, inciso V do art. 212-A da Constituição Federal.
544	Recursos de Precatórios do FUNDEF	Controle dos recursos decorrentes do recebimento de precatórios derivados de ações judiciais associadas à complementação devida pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério dos demais entes federados (Precatórios Fundef).
550	Transferência do Salário-Educação	Controle dos recursos originários de transferências recebidas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, relativos aos repasses referentes ao salário-educação.
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, destinados ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, destinados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	Controle dos demais recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com os Estados, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.
572	Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com outros municípios, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.
573	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	Controle dos recursos vinculados à Educação, originários de transferências recebidas pelos entes, relativos a Royalties e Participação Especial com base no art. 2º da Lei nº 12.858/2013.
574	Operações de Crédito Vinculadas à Educação	Controle dos recursos originários de operações de crédito, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências de entidades privadas, estrangeiras ou multigovernamentais em virtude de assinatura de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada a programas de educação.
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	Controle dos recursos transferidos pelos Estados para programas de educação, que não decorram de celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria.
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	Controle dos demais recursos vinculados à Educação, não enquadrados nas especificações anteriores.
RECURSOS VINCULADOS À SAUDE		
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e relacionados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e relacionados ao Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde.
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, e destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0 do orçamento da União.
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados ao Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde e destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0 do orçamento da União.
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	Controle dos recursos originários do Governo Federal, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, nos termos do art. 198, §7ª da Constituição Federal.
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	Controle dos recursos transferidos pela União, a título de assistência financeira complementar, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15.
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Estadual de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	Controle dos recursos originários de transferências dos Fundos de Saúde de outros municípios, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com os Estados, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.
633	Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com outros Municípios, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Controle dos recursos originários de operações de crédito, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.
635	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	Controle dos recursos vinculados à Saúde, originários de transferências recebidas pelos entes, relativos a Royalties e Participação Especial com base no art. 2º da Lei nº 12.858/2013.
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências de entidades privadas, estrangeiras ou multigovernamentais em virtude de assinatura de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada a programas de saúde.
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	Controle dos demais recursos vinculados à Saúde, não enquadrados nas especificações anteriores.
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Controle os recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - Lei Federal nº 8.742, 07/12/1993.
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	Controle dos recursos originários de transferências dos fundos estaduais de assistência social.
662	Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	Controle os recursos originários de transferência dos fundos municipais de assistência social.

665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres cuja destinação encontra-se vinculada a programas da assistência social.
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	Controle dos demais recursos vinculados à Assistência Social, não enquadrados nas especificações anteriores.
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Controle dos recursos originários de transferências federais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	Controle dos recursos originários de transferências estaduais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios ou contratos de repasse vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	Controle dos recursos originários de transferências de municípios em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios ou contratos de repasse vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	Controle dos recursos originários de transferências de entidades privadas, estrangeiras ou multigovernamentais em virtude de assinatura de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios ou contratos de repasse vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	Controle dos recursos transferidos pela União, originários da arrecadação de royalties do petróleo, do gás natural, da cota-parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção, exceto os recursos provenientes da Lei nº 12.858/2013, destinados às áreas da saúde ou da educação, e exceto os recursos classificados na FR 720 e na FR 721.
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	Controle dos recursos transferidos pelos Estados, originários da arrecadação de royalties do petróleo, do gás natural, da cota-parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção.
706	Transferência Especial da União	Controle dos recursos transferidos pela União provenientes de emendas individuais impositivas ao orçamento da União, por meio de transferências especiais, nos termos do art. 166-A da Constituição Federal.
707	Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Controle dos recursos provenientes de transferência da União com base no disposto no inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020.
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	Controle dos recursos transferidos pela União, referentes à compensação financeira pela exploração de recursos minerais em atendimento às destinações e vedações previstas na legislação.
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	Controle dos recursos transferidos pela União, referentes à compensação financeira de recursos hídricos em atendimento às destinações e vedações previstas na legislação.
710	Transferência Especial dos Estados	Controle dos recursos transferidos pelos Estados provenientes de emendas individuais impositivas ao orçamento desses entes, por meio de transferências especiais, nos termos das constituições estaduais que reproduziram o disposto no art. 166-A da Constituição Federal.
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	Controla os recursos originários de transferências obrigatórias da União que não decorram de repartição de receitas, como as transferências a título de auxílio ou apoio financeiro, e para os quais não tenha sido criada fonte ou destinação de receitas específica.
712	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	Controla as transferências obrigatórias de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.
713	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP	Controla as transferências obrigatórias de recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Controla as transferências obrigatórias de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	Controla a parcela dos recursos provenientes das transferências efetuadas pela União destinadas ao setor cultural, especificamente ao setor audiovisual, como ação emergencial adotada em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, em cumprimento ao Art. 5º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	Controla a parcela dos recursos provenientes das transferências efetuadas pela União destinadas ao setor cultural, como ação emergencial adotada em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, em cumprimento ao Art. 8º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	Controla os recursos provenientes das transferências da União a título de assistência financeira a serem utilizados no custeio da garantia prevista no §2º do art. 230 da CF, de gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos, conforme prevê o inciso IV, art. 5º, da Emenda Constitucional nº 123/2022.
718	Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	Controla os recursos provenientes das transferências da União a título de auxílio financeiro para os Estados e o Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores ou distribuidores de etanol hidratado em seu território, em montante equivalente ao valor recebido, conforme prevê o Inciso V, art. 5º, da Emenda Constitucional nº 123/2022.
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	Controla os recursos provenientes de transferências efetuadas pela União em decorrência da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura previstas no art. 6º da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.
720	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	Transferências da União referentes às participações na exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, destinadas ao Fundo Especial - FEP, conforme estabelece o art. 50-F da Lei 9.478/97, exceto os recursos obrigatórios para educação e saúde de que trata a Lei 12.858/2013.
721	Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo – Lei nº 13.885/2019	Controle dos recursos transferidos pela União, provenientes da cessão onerosa à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, originários dos leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, conforme estabelecido na Lei nº 13.885/2019.
749	Outras vinculações de transferências	Controle dos recursos de outras transferências vinculadas, não enquadrados nas especificações anteriores.
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS		
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	Controle dos recursos recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, decorrentes da distribuição da arrecadação da União com a CIDE - Combustíveis, com base no disposto na Lei nº 10.336/2001.
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	Controle dos recursos da COSIP, nos termos do artigo 149-A da Constituição Federal da República.
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	Controle dos recursos com a cobrança das multas de trânsito nos termos do art. 320 da Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	Controle dos recursos de taxas, contribuições e preços públicos vinculados conforme legislações específicas.
754	Recursos de Operações de Crédito	Controle dos recursos originários de operações de crédito, exceto as operações cuja aplicação esteja destinada a programas de educação e saúde.
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	Controle dos recursos decorrentes da alienação de bens da Administração Direta, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	Controle dos recursos decorrentes da alienação de bens da Administração Indireta, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.
757	Recursos de Depósitos Judiciais – Lides das quais o Ente faz parte	Controle dos recursos de depósitos judiciais apropriados pelo ente de lides das quais o ente faz parte, com base na Lei Complementar nº 151/2015, no art. 101 do ADCT da Constituição Federal.
758	Recursos de Depósitos Judiciais – Lides das quais o Ente não faz parte	Controle dos recursos de depósitos judiciais apropriados pelo ente de lides das quais o ente não faz parte, com base no art. 101 do ADCT da Constituição Federal.
759	Recursos Vinculados a Fundos	Controle dos recursos vinculados a fundos, com exceção dos fundos relacionados à saúde, à educação, à assistência social e aos regimes de previdência.
760	Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	Controle dos recursos de emolumentos, taxas e outros recursos arrecadados, judiciais ou extrajudiciais, observado o disposto em legislações específicas.
761	Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Controle dos recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos art. 82 do ADCT e da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.
799	Outras Vinculações Legais	Controle de outros recursos vinculados por lei, não enquadrados nas especificações anteriores.
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL		
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Controle dos recursos vinculados ao fundo em capitalização do RPPS. Esse plano existe tanto nos entes que segregaram quanto nos que não segregaram a massa dos segurados, observando-se o disposto na Portaria MF nº 464/2018. Na fase das despesas, será necessário associar esta fonte ao marcador que identifica a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no PO

		RPPS.
801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Controle dos recursos vinculados ao fundo em repartição do RPPS. Esse plano deve existir somente nos entes que segregaram a massa dos segurados, observando-se o disposto na Portaria MF nº 464/2018. Na fase da despesa, será necessário associar esta fonte ao marcador que identifica a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no PO RPPS.
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	Controle dos recursos destinados ao custeio das despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, observando- se o disposto na Portaria MPS nº 402/2008 e na Portaria MF nº 464/2018, ambas alteradas pela Portaria ME nº 19.451/2020.
803	Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	Controle dos recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), com base na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares), alterada pela Lei nº 13.954/2019.
804	Demais Recursos Previdenciários	Controle de demais recursos vinculados a benefícios previdenciários, como os benefícios mantidos sob responsabilidade financeira direta do Tesouro do ente Federativo, concedidos em atendimento a legislações específicas e que não foram incorporados ao RPPS.
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
860	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	Controle dos recursos financeiros junto aos tribunais de justiça vinculados ao pagamento de precatórios.
861	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	Controle dos recursos financeiros junto aos tribunais de justiça vinculados aos depósitos judiciais.
862	Recursos de Depósitos de Terceiros	Controle dos recursos financeiros decorrentes de depósitos de terceiros.
869	Outros Recursos Extraorçamentários	Controle dos demais recursos financeiros extraorçamentários, como, por exemplo, retenções e consignações.
OUTRAS VINCULAÇÕES		
880	Recursos Próprios dos Consórcios	Controle dos recursos próprios dos Consórcios Públicos (utilizada pelos consórcios públicos)
898	Recursos a Classificar	Classificação temporária enquanto não se identifica a correta vinculação.
899	Outros Recursos Vinculados	Controle dos recursos cuja aplicação seja vinculada e não tenha sido enquadrado em outras especificações.

Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária - CO

Esse marcador, definido no Anexo II da Portaria nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, tem como objetivo a identificação de informações que complementam a classificação por Fonte de Recursos ou que apresentam detalhes específicos da execução orçamentária. São informações relacionadas aos controles que normalmente estão associados às fontes de recursos, e que são importantes para geração de relatórios ou demonstrativos contábeis e fiscais padronizados.

Códig o	**Nomenclatura**	**Especificação**
1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	Identificação das despesas com MDE consideradas para o cumprimento do limite constitucional. Observa o disposto nos art. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Identificação associada à Fonte de Recursos não Vinculados de Impostos, bem como à Fonte de Recursos não vinculados da compensação de impostos para verificação dos limites estabelecidos no artigo 212 da Constituição Federal.
1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	Identificação das despesas com ASPS consideradas para o cumprimento do limite constitucional. Observa o disposto nos art. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Identificação associada à Fonte de Recursos não Vinculados de Impostos, bem como à Fonte de Recursos não vinculados da compensação de impostos para verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na LC 141/2012 e na Constituição Federal.
1070	Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	Observa o disposto no inciso XI do art. 212-A da Constituição Federal. Identificação associada à Fonte de Recursos do FUNDEB para verificação da aplicação mínima estabelecida nesse dispositivo.
1111	Benefícios previdenciários - Poder Executivo – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Identificam a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no Poder ou Órgão - PO RPPS, possibilitando a geração automática dos valores das linhas referentes a “Pessoal Inativo e Pensionista” no quadro da “Despesa Bruta com Pessoal” do Demonstrativo da Despesa
1121	Benefícios previdenciários - Poder Legislativo – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1122	Benefícios previdenciários - Tribunal de Contas – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1123	Benefícios previdenciários - Tribunal de Contas dos Municípios – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1124	Benefícios previdenciários - Ministério Público de Contas – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1125	Benefícios previdenciários - Ministério Público de Contas dos Municípios – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1131	Benefícios previdenciários - Tribunal de Justiça – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1132	Benefícios previdenciários - Tribunal de Justiça Militar – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1141	Benefícios previdenciários - Ministério Público – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
1151	Benefícios previdenciários - Defensoria Pública - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	

		com Pessoal, bem como a identificação das despesas com benefícios previdenciários efetuados em cada plano quando há segregação das massas. Serão associado às fontes de recursos utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários .
2111	Benefícios previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Identificam a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no PO RPPS, possibilitando a geração automática dos valores das linhas referentes a “Pessoal Inativo e Pensionista” no quadro da “Despesa Bruta com Pessoal” do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, bem como a identificação das despesas com benefícios previdenciários efetuados em cada plano quando há segregação das massas. Serão associados às fontes de recursos utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários .
2121	Benefícios previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2122	Benefícios previdenciários - Tribunal de Contas - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2123	Benefícios previdenciários - Tribunal de Contas dos Municípios - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2124	Benefícios previdenciários - Ministério Público de Contas - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2125	Benefícios previdenciários - Ministério Público de Contas dos Municípios - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2131	Benefícios previdenciários - Tribunal de Justiça - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2132	Benefícios previdenciários - Tribunal de Justiça Militar - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2141	Benefícios previdenciários - Ministério Público - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
2151	Benefícios previdenciários - Defensoria Pública - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	

3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	Transferências decorrentes de emendas parlamentares individuais, na forma previstas no parágrafo 9º do art. 166, da CF/88, acrescido pela Emenda Constitucional nº 86/2015. Esse marcador será associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias, na fase da arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos.
3120	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	Transferências decorrentes de emendas parlamentares de bancada, na forma prevista no parágrafo 11 do art. 166, da CF/88, acrescido pela Emenda Constitucional nº 100/2019. Esse marcador deverá ser associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias, na fase de arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos.
3210	Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	Transferências decorrentes de emendas parlamentares individuais, na forma prevista nas Constituições Estaduais de forma similar ao previsto no parágrafo 9º do art. 166, da CF/88. Esse marcador, de utilização pelos municípios, será associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias dos estados, devendo ser utilizado na fase da arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos.
3220	Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares de bancada	Transferências decorrentes de emendas parlamentares de bancada, na forma prevista nas Constituições Estaduais, de forma similar ao previsto no parágrafo 11 do art. 166, da CF/88. Esse marcador, de utilização pelos municípios, deverá ser associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias dos estados, devendo ser utilizado na fase de arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos.

INCLUÍDO CÓDIGO DE FONTE	
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais

Prefeitura Municipal de Pilões

RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN

CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155 | **Usuário: ALISSON BATISTA DE** | **Chave de Autenticação** 1496-5580-139

Metas da Receita

LDO 2026 - Valores em R$

Descrição	**2022**			**2023**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)	**22.000.000,00**		**22.260.030,80**	**36.000.000,00**		**22.051.103,70**
Receitas correntes						
Receita tributária						
Impostos						
Taxas						
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições						
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação						
Receita patrimonial						
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários						
Aplicações financeiras						
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços						
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes						
Transferências intergovernamentais						
Transferências da união						
Cota parte do FPM						
Complementação cota-parte do FPM						
Cota-parte do ITR						
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos						
Cota-parte do FEP						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências de recursos FNAS						
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE						
Transferências do salário educação						
Demais transferências de recursos do FN						
Demais transferências da União						
Transferências do Estado						

Cota-parte do ICMS						
Cota-parte do IPVA						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155			**Usuário: ALISSON BATISTA DE**		**Chave de Autenticação** 1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Cota-parte do IPI						
Cota-parte da CIDE						
Demais transferências dos Estados						
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais						
Transferências de recursos do FUNDEB						
Demais transferências multigovernamentais						
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes						
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital						
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital						
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital						
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155			**Usuário: ALISSON BATISTA DE**		**Chave de Autenticação** 1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						

Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: ALISSON BATISTA DE**	**Chave de Autenticação** 1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Descrição	**2024**				**2025**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**9.900.000,00000**			**1.003.860.000,00000**		
Receita Corrente Líquida (RCL)	**40.000.000,00**	**4,04**	**21.716.971,59**	**43.100.000,00**	**0,04**	
Receitas correntes						
Receita tributária						
Impostos						
Taxas						
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições						
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação						
Receita patrimonial						
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários						
Aplicações financeiras						
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços						
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes						
Transferências intergovernamentais						
Transferências da união						
Cota parte do FPM						
Complementação cota-parte do FPM						
Cota-parte do ITR						
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos						
Cota-parte do FEP						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências de recursos FNAS						
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE						
Transferências do salário educação						
Demais transferências de recursos do FN						
Demais transferências da União						
Transferências do Estado						
Cota-parte do ICMS						
Cota-parte do IPVA						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: ALISSON BATISTA DE**	**Chave de Autenticação** 1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Cota-parte do IPI						
Cota-parte da CIDE						
Demais transferências dos Estados						

Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais						
Transferências de recursos do FUNDEB						
Demais transferências multigovernamentais						
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes						
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital						
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital						
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital						
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: ALISSON BATISTA DE**	**Chave de Autenticação**	
					1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: ALISSON BATISTA DE**	**Chave de Autenticação**	
					1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Descrição	**2026**		**2027**		**2028**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**

Índice de deflação	**1.100.000.000,00000**		**0,00000**			
Receita Corrente Líquida (RCL)	**49.500.000,00**	**0,05**	**49.800.000,00**		**49.950.000,00**	
Receitas correntes						
Receita tributária						
Impostos						
Taxas						
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições						
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação						
Receita patrimonial						
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários						
Aplicações financeiras						
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços						
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes						
Transferências intergovernamentais						
Transferências da união						
Cota parte do FPM						
Complementação cota-parte do FPM						
Cota-parte do ITR						
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos						
Cota-parte do FEP						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências de recursos FNAS						
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE						
Transferências do salário educação						
Demais transferências de recursos do FN						
Demais transferências da União						
Transferências do Estado						
Cota-parte do ICMS						
Cota-parte do IPVA						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: ALISSON BATISTA DE**	**Chave de Autenticação** 1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Cota-parte do IPI						
Cota-parte da CIDE						
Demais transferências dos Estados						
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais						
Transferências de recursos do FUNDEB						
Demais transferências multigovernamentais						
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes						

Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital						
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital						
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital						
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: ALISSON BATISTA DE**	**Chave de Autenticação**	
					1496-5580-139	
Metas da Receita						
LDO 2026 - Valores em R$						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Pilões						
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN						
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155				**Usuário: RAYLANE JACOME DE**	**Chave de Autenticação**	
					1647-3945-402	
Metas da Despesa						
LDO 2026 - Valores em R$						

Descrição	**2022**			**2023**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Despesas correntes	**8.160.000,00**		**19.958.860,76**	**8.260.000,00**	**1.953.898,02**	**1.554.393,13**
Pessoal e encargos sociais	7.600.000,00		9.151.036,13	7.700.000,00		1.554.393,13
Juros e encargos da dívida	10.000,00			10.000,00		
Outras despesas correntes	550.000,00		10.807.824,63	550.000,00	1.953.898,02	
Despesas de capital	**7.900.000,00**		**1.179.831,85**	**2.300.000,00**		**98.171,49**
Investimentos	**6.100.000,00**		**978.850,58**	**500.000,00**		**83.009,30**
Custeados com recursos de alienação de ativos	5.600.000,00					
Outros recursos	500.000,00		978.850,58	500.000,00		83.009,30
Inversões financeiras	**1.200.000,00**			**1.200.000,00**		
Concessão de empréstimos	500.000,00			500.000,00		

Aquisição de títulos de capital já integralizados	100.000,00			100.000,00		
Custeados com recursos de alienação de ativos	100.000,00			100.000,00		
Demais inversões financeiras	500.000,00			500.000,00		
Amortização da dívida	**600.000,00**		**200.981,27**	**600.000,00**		**15.162,19**
Custeados com recursos de alienação de ativos	100.000,00			100.000,00		
Outros recursos	500.000,00		200.981,27	500.000,00		15.162,19
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência	100.000,00			100.000,00		
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Pilões

RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN

CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário: RAYLANE JACOME DE**	**Chave de Autenticação**
		1647-3945-402

Metas da Despesa

LDO 2026 - Valores em R$

Descrição	**2024**			**2025**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**9.900.000,00000**			**1.003.860.000,00000**		
Despesas correntes		**8.360.000,00**	**17.431.144,74**	**8.500.000,00**	**85.000.000,00**	
Pessoal e encargos sociais		7.800.000,00	7.554.284,08	8.500.000,00	85.000.000,00	
Juros e encargos da dívida		10.000,00				
Outras despesas correntes		550.000,00	9.876.860,66			
Despesas de capital		**8.100.000,00**		**521.708,53**		
Investimentos		**6.300.000,00**		**409.074,04**		
Custeados com recursos de alienação de ativos		5.800.000,00				
Outros recursos		500.000,00		409.074,04		
Inversões financeiras		**1.200.000,00**				
Concessão de empréstimos		500.000,00				
Aquisição de títulos de capital já integralizados		100.000,00				
Custeados com recursos de alienação de ativos		100.000,00				
Demais inversões financeiras		500.000,00				
Amortização da dívida		**600.000,00**		**112.634,49**		
Custeados com recursos de alienação de ativos		100.000,00				
Outros recursos		500.000,00		112.634,49		
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência		100.000,00				
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Pilões

RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN

CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário: RAYLANE JACOME DE**	**Chave de Autenticação**
		1647-3945-402

Metas da Despesa

LDO 2026 - Valores em R$

Descrição	2026		2027		2028	
	Valor previsto	Valor constante	Valor previsto	Valor constante	Valor previsto	Valor constante
Índice de deflação	**1.100.000.000,00000**		**0,00000**			
Despesas correntes	**9.000.000,00**	**9.000.000,00**	**0,00**			
Pessoal e encargos sociais	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00			
Juros e encargos da dívida						
Outras despesas correntes						
Despesas de capital						
Investimentos						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos						
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos						
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência						
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário: RAYLANE JACOME DE**	**Chave de Autenticação**
		2060-2272-973

Relação de Valores LDO por Fonte de Recursos - Consolidado

LDO 2026 Valores em R$

Código	Fonte de recurso - Destinação	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a-b)
1604	TRANSFERENCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADO AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITARIOS	330.000,00	330.000,00	0,00
15001001	RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCACAO -	4.076.988,77	4.076.988,77	0,00
15001002	RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAUDE -	3.398.413,85	3.398.413,85	0,00
15010000	RECURSOS ORDINARIOS -	21.657.872,41	21.657.872,41	0,00
15200000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DOS ESTADOS -	5.000,00	5.000,00	0,00
15401070	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS -	8.475.834,84	8.475.834,84	0,00
15411070	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF -	170.000,00	170.000,00	0,00
15421070	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT -	270.000,00	270.000,00	0,00
15500000	TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO -	354.000,00	354.000,00	0,00
15510000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTE AO PROGRAMA INHEIRO DIRETO NA ESCOLA -	20.521,18	20.521,18	0,00
15520000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) -	201.445,08	201.445,08	0,00
15530000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	185.383,74	185.383,74	0,00
15690000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE -	885.035,84	885.035,84	0,00
15710000	TRANSFERENCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES VINCULADOS A EDUCACAO	10.000,00	10.000,00	0,00
15990000	OUTROS RECURSOS VUNCULADOS A EDUCACAO -	107.161,20	107.161,20	0,00
16000000	TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL- BLOCO	3.127.143,11	3.127.143,11	0,00
16010000	TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL-BLOCO	797.186,88	797.186,88	0,00

16040000	Transferencias provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos	310.000,00	310.000,00	0,00
16050000	Assistencia Financeira da União destinada a complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da	390.000,00	390.000,00	0,00
16100000	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE -	103.000,00	103.000,00	0,00
16350000	ROYALTIES DO PETROLEO E GAS NATURAL VINCULADOS A SAUDE -	53.580,60	53.580,60	0,00
16590000	OUTROS RECURSOS VINCULADOS A SAUDE -	645.000,00	645.000,00	0,00
16600000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS -	826.254,93	826.254,93	0,00
17010000	OUTAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGENERES DOS ESTADOS -	608.644,80	608.644,80	0,00
17050000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS REFERENTE A ROYATIES DO PETROLEO E GAS NATURAL -	120.020,54	120.020,54	0,00
17063110	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais -	665.000,00	665.000,00	0,00
17150000	Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 5º, incisos I, II e III -	58.445,99	58.445,99	0,00
17500000	RECUROS DA CONTRIBUICAO DE INTERVENÇÃO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE -	2.143,22	2.143,22	0,00
17510000	RECURSOS DA CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA - COSIP -	32.148,36	32.148,36	0,00
17990000	OUTRAS VINCULAÇOES LEGAIS -	1.215.181,22	1.215.181,22	0,00
19900000	OUTRAS DESTINAÇÕES VINCULADAS DE RECURSOS -	228.593,44	228.593,44	0,00
145431070	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAR -	170.000,00	170.000,00	0,00
	Total geral	**49.500.000,00**	**49.500.000,00**	**0,00**

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário:** RAYLANE JACOME	**Chave de Autenticação Digital**
		1571-6718-863

Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária	
LDO 2026 - Valores em R$	
Unidade gestora	
Unidade orçamentária	**Valor**
Natureza da Despesa	
1 - Câmara Municipal de Pilões	
1001 - Câmara Municipal	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.800.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	380.000,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.000,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	15.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	120.000,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	90.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	170.000,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	70.000,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	40.000,00
Total da unidade orçamentária	**2.720.000,00**
Total da unidade gestora	**2.720.000,00**
2 - Prefeitura Municipal de Pilões	
2002 - Secretaria do Governo	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	26.790,30
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	322.148,36
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	33.933,52
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	58.222,54
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	10.716,12
3.3.90.30.00 Material de Consumo	31.790,30
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	7.501,28
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	16.074,18
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	85.012,84
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.778,30
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	31.432,24
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	21.432,24
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	101.803,14

Total da unidade orçamentária	**814.778,58**
2003 - Secretaria Municipal de Finanças	
3.1.90.03.00 Pensões	6.300,51
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	123.235,38
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	128.145,19
3.1.90.12.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	1.071,61
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	1.258.463,80
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	326.483,60
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	11.716,12
3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato	58.938,66
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	21.432,24
3.3.90.30.00 Material de Consumo	26.790,30
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.358,06
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.143,22
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	33.486,82
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.445,08
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	267.903,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.358,06
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	11.716,12
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	5.000,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	21.432,24
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	21.432,24
4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	22.317,39
Total da unidade orçamentária	**2.462.312,86**
2004 - Secretaria Municipal de Adm e Recursos Humanos	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	21.432,24
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	200.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	557.238,24
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.358,06
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	5.000,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	123.235,38
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	10.716,12
3.3.90.30.00 Material de Consumo	565.716,12
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.143,22
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.143,22

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário:** RAYLANE JACOME	**Chave de Autenticação Digital**
		1571-6718-863

Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária	
LDO 2026 - Valores em R$	
Unidade gestora	
Unidade orçamentária	**Valor**
Natureza da Despesa	
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	53.580,60
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	245.969,12
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	312.186,88
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	107.161,20
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	133.593,44
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	107.161,20
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	300.364,48
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	332.512,84
4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	53.580,60
Total da unidade orçamentária	**3.139.092,96**
2007 - Sec. Mun. de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	26.790,30
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	500.000,00

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	96.445,08
3.1.90.14.00 Diárias – Civil	5.358,06
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	10.716,12
3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.120.020,54
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.143,22
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.143,22
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	2.143,22
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	705.358,06
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	950.365,76
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	165.741,80
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	53.580,60
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.414.626,30
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	75.012,84
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	40.721,26
Total da unidade orçamentária	**5.173.309,60**
2009 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
3.1.90.03.00 Pensões	2.447,00
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	205.182,88
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	395.929,16
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	287.131,74
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	14.716,12
3.1.90.30.00 Material de Consumo	5.000,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	38.358,05
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	31.893,22
3.3.90.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes	5.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.116.767,48
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	37.924,16
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	102.501,28
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	21.531,28
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	5.000,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	867.780,66
3.3.90.37.00 Locação de Mão-de-Obra	7.143,22
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	722.582,83
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	9.030,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	209.161,20
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	625.807,28
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	5.000,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.155.866,06
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	685.415,38
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	40.000,00
Total da unidade orçamentária	**6.597.169,00**
2012 - Secretaria Municipal de Transportes	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	10.716,12
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	200.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	5.358,06
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	5.358,06
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.358,06
3.3.90.30.00 Material de Consumo	500.000,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.143,22
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	26.790,30
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	53.580,60
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15.716,12
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	10.716,12

Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária	
LDO 2026 - Valores em R$	
Unidade gestora	
Unidade orçamentária	**Valor**
Natureza da Despesa	
Total da unidade orçamentária	**907.879,88**
2013 - Secretaria Municipal de Cidadania	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	2.143,22
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	300.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	2.143,22
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	2.143,22
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	2.143,22
3.3.90.30.00 Material de Consumo	80.000,00
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	5.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.506,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.716,12
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.358,06
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	6.429,67
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	10.716,12
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	10.716,12
Total da unidade orçamentária	**450.158,19**
2014 - Secretaria Municipal de Esportes	
3.1.90.03.00 Pensões	5.358,06
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	10.716,12
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	75.358,06
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	5.358,06
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	10.716,12
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	10.716,12
3.3.90.30.00 Material de Consumo	26.074,18
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	30.358,06
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.358,06
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	21.432,24
3.3.90.37.00 Locação de Mão-de-Obra	5.358,06
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.432,24
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.358,06
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	25.716,12
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	222.877,32
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	21.432,24
Total da unidade orçamentária	**503.619,12**
2015 - Secretaria Municipal de Turismo e Lazer	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	5.358,06
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	26.790,30
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	10.716,12
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	5.358,06
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.358,06
3.3.90.30.00 Material de Consumo	10.716,12
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.716,12
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.716,12
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	5.358,06
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	117.877,32
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	10.716,12
Total da unidade orçamentária	**219.680,46**
2016 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
3.1.90.01.00 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	5.358,06
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	10.716,12
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	145.358,06
3.1.90.12.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	1.071,61
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	16.074,18
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	1.071,61

3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	10.716,12
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	10.716,12
3.3.90.30.00 Material de Consumo	18.217,40
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	4.286,44
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	2.143,22
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	23.575,46
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.217,40
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	7.501,28
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	20.969,12
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	358.990,02
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	123.235,38
Total da unidade orçamentária	**778.217,60**
2017 - Secretaria Municipal de Saúde	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	10.716,12

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário:** RAYLANE JACOME	**Chave de Autenticação Digital** 1571-6718-863

Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária	
LDO 2026 - Valores em R$	
Unidade gestora	
Unidade orçamentária	**Valor**
Natureza da Despesa	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	473.903,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	182.174,04
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	10.716,12
3.3.90.30.00 Material de Consumo	655.905,27
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	50.000,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	5.358,06
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	5.358,06
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	812.216,12
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	410.716,12
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.358,06
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	112.161,20
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	224.680,46
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	144.667,62
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	15.759,00
Total da unidade orçamentária	**3.169.689,25**
2019 - Fundo Municipal de Educação	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	46.724,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.925.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	695.000,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	12.610,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	82.500,84
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	20.000,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	50.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	3.000,00
Total da unidade orçamentária	**6.903.834,84**
2999 - Reserva de Contingência	
9.9.99.99.00 A Classificar	107.161,20
Total da unidade orçamentária	**107.161,20**
20007 - Sec. Mun. de Obras e Serviços Urbanos	

4.4.90.51.00 Obras e Instalações	200.000,00
Total da unidade orçamentária	**200.000,00**
20009 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	146.000,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.860.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	600.000,00
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	111.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	275.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	50.000,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	141.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	250.000,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	21.000,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	50.000,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	130.000,00
Total da unidade orçamentária	**6.634.000,00**
20015 - Secretaria Municipal de Turismo e Lazer	
3.3.90.30.00 Material de Consumo	50.000,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	50.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500.000,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
Total da unidade orçamentária	**605.000,00**
20017 - Secretaria Municipal de Saúde	
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	107.161,20
Total da unidade orçamentária	**107.161,20**
20019 - Fundo Municipal de Educação	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	45.000,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	75.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	30.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	30.000,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	30.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	60.000,00
Total da unidade orçamentária	**300.000,00**

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário:** RAYLANE JACOME	**Chave de Autenticação Digital**
		1571-6718-863

Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária	
LDO 2026 - Valores em R$	
Unidade gestora	
Unidade orçamentária	**Valor**
Natureza da Despesa	
Total da unidade gestora	**39.073.064,74**
3 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pilões	
2011 - Fundo Municipal de Assistência Social	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	118.948,93
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	110.010,27
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	43.936,09
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	42.296,30
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	31.076,74
3.3.90.30.00 Material de Consumo	246.050,51
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	74.697,65
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	57.867,04
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	5.358,06
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	114.301,85
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300.376,03
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.143,22

3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	21.432,23
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	61.375,20
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	2.143,22
4.4.90.20.00 Auxílio Financeiro a Pesquisadores	2.143,22
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	355.417,12
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	225.386,31
Total da unidade orçamentária	**1.817.103,21**
Total da unidade gestora	**1.817.103,21**
4 - Fundo Municipal de Saúde do Município de Pilões	
2010 - Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	534.296,72
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.010.532,33
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	184.317,26
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.143,22
3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	122.163,78
3.3.90.14.00 Diárias – Civil	18.753,21
3.3.90.30.00 Material de Consumo	560.391,44
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	58.938,66
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	5.358,06
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	643.452,78
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	243.255,92
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	16.074,18
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	159.670,18
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	10.716,12
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.832.229,90
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	385.388,88
Total da unidade orçamentária	**5.787.682,64**
20010 - Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	20.000,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	1,05
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	82.148,36
Total da unidade orçamentária	**102.149,41**
Total da unidade gestora	**5.889.832,05**
Total geral	**49.500.000,00**

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário:** RAYLANE JACOME	**Chave de Autenticação Digital**
		2092-6060-726

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2026 Valores em R$**
1	Receitas Correntes	43.170.536,99
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	871.000,00
1.1.1	Impostos	496.000,00
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	46.000,00
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	46.000,00
1.1.1.2.50.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	46.000,00
1.1.1.2.50.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	46.000,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	200.000,00
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	200.000,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	200.000,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	200.000,00
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	150.000,00
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	150.000,00
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	150.000,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	150.000,00
1.1.1.9	Outros Impostos	100.000,00
1.1.1.9.01	<<Natureza não encontrada>>	100.000,00

1.1.1.9.01.1	<<Natureza não encontrada>>	100.000,00
1.1.1.9.01.1.1	Outros Impostos - Principal	100.000,00
1.1.2	Taxas	115.000,00
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	115.000,00
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	115.000,00
1.1.2.2.01.1	<<Natureza não encontrada>>	115.000,00
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	115.000,00
1.1.3	Contribuição de Melhoria	260.000,00
1.1.3.0.00.1	<<Natureza não encontrada>>	250.000,00
1.1.3.0.00.1.1	Contribuição de Melhoria - Principal	250.000,00
1.1.3.1	Contribuição de Melhoria	10.000,00
1.1.3.1.99	Outras Contribuições de Melhoria	10.000,00
1.1.3.1.99.1	Outras Contribuições de Melhoria	10.000,00
1.1.3.1.99.1.1	Outras Contribuições de Melhoria - Principal	10.000,00
1.2	Contribuições	32.148,36
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	32.148,36
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	32.148,36
1.2.4.1.50	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	32.148,36
1.2.4.1.50.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	32.148,36
1.2.4.1.50.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	32.148,36
1.3	Receita Patrimonial	125.143,22
1.3.2	Valores Mobiliários	125.143,22
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	125.143,22
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	125.143,22
1.3.2.1.01.1	Remuneração de Depósitos Bancários	125.143,22
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários	125.143,22
1.3.2.1.01.1.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários - ROYATIES	5.000,00
1.3.2.1.01.1.1.03	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB	70.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04	Remuneração de Depósitos Bancários - FNDE	3.000,00
1.3.2.1.01.1.1.05	Remuneração de Depósitos Bancários - SAÚDE	20.000,00
1.3.2.1.01.1.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS	5.000,00
1.3.2.1.01.1.1.07	Remuneração de Depósitos Bancários - CIDE	2.143,22
1.6	Receita de Serviços	1.800.000,00
1.6.3	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.800.000,00
1.6.3.1	Serviços de Atendimento à Saúde	1.800.000,00
1.6.3.1.99	Outros Serviços de Atendimento à Saúde	1.800.000,00
1.6.3.1.99.1	Outros Serviços de Atendimento à Saúde	1.800.000,00
1.6.3.1.99.1.1	Outros Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	1.800.000,00
1.7	Transferências Correntes	39.602.245,41
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	25.065.435,20
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	16.207.397,91
1.7.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	16.205.797,91
1.7.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	16.205.797,91
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	16.205.797,91
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.600,00
1.7.1.1.52.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.600,00
1.7.1.1.52.1.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	1.600,00
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	120.020,54

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2026 Valores em R$**
1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	120.020,54
1.7.1.2.52.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	90.020,54
1.7.1.2.52.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	90.020,54

1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	30.000,00
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	30.000,00
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	5.599.329,99
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.599.329,99
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	3.127.143,11
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Primaria	3.127.143,11
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	645.000,00
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	645.000,00
1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	1.827.186,88
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal	1.827.186,88
1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.643.385,84
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	354.000,00
1.7.1.4.50.1	Transferências do Salário-Educação	354.000,00
1.7.1.4.50.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	354.000,00
1.7.1.4.51	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	20.521,18
1.7.1.4.51.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	20.521,18
1.7.1.4.51.1.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal	20.521,18
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	201.445,08
1.7.1.4.52.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	201.445,08
1.7.1.4.52.1.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	201.445,08
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	185.383,74
1.7.1.4.53.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	185.383,74
1.7.1.4.53.1.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	185.383,74
1.7.1.4.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	882.035,84
1.7.1.4.99.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	882.035,84
1.7.1.4.99.1.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	882.035,84
1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	610.000,00
1.7.1.5.50	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	610.000,00
1.7.1.5.50.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT	270.000,00
1.7.1.5.50.1.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAT - Principal	270.000,00
1.7.1.5.50.2	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF	170.000,00
1.7.1.5.50.2.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAF - Principal	170.000,00
1.7.1.5.50.3	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR	170.000,00
1.7.1.5.50.3.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR - Principal	170.000,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	821.254,93
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	821.254,93
1.7.1.6.50.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	821.254,93
1.7.1.6.50.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	821.254,93
1.7.1.6.50.1.1.01	Transf. Rec. FNAS - Bloco de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUAS	20.000,00
1.7.1.6.50.1.1.02	Transf. Rec. FNAS - Bloco de proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalemento de Vínculos - SCFV	200.000,00
1.7.1.6.50.1.1.04	Transf. Rec. FNAS - Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	157.000,00
1.7.1.6.50.1.1.99	Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	444.254,93
1.7.1.7	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	58.445,99
1.7.1.7.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	58.445,99
1.7.1.7.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	58.445,99
1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	5.600,00
1.7.1.9.51	<<Natureza não encontrada>>	5.600,00
1.7.1.9.51.1	Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	5.600,00
1.7.1.9.51.1.1	Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	5.600,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.130.975,37
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	4.701.588,77
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	4.476.988,77
1.7.2.1.50.1	Cota-Parte do ICMS	4.476.988,77
1.7.2.1.50.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.476.988,77
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	120.000,00

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2026 Valores em R$**
1.7.2.1.51.1	Cota-Parte do IPVA	120.000,00
1.7.2.1.51.1.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	120.000,00
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	1.600,00
1.7.2.1.52.1	Cota-Parte do IPI - Municípios	1.600,00
1.7.2.1.52.1.1	Cota-Parte do IPI - Municípios	1.600,00
1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	103.000,00
1.7.2.1.53.1	COTA PARTE DA CONTRUBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONIMICO	103.000,00
1.7.2.1.53.1.1	COTA PARTE DA CONTRUBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONIMICO - PRINCIPAL	103.000,00
1.7.2.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	53.580,60
1.7.2.2.52	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	53.580,60
1.7.2.2.52.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	53.580,60
1.7.2.2.52.1.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal	53.580,60
1.7.2.8	<<Natureza não encontrada>>	1.218.644,80
1.7.2.8.10	<<Natureza não encontrada>>	1.218.644,80
1.7.2.8.10.9	<<Natureza não encontrada>>	1.218.644,80
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	1.218.644,80
1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	157.161,20
1.7.2.9.52	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	157.161,20
1.7.2.9.52.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	157.161,20
1.7.2.9.52.1.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	157.161,20
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	8.405.834,84
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	8.405.834,84
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	8.405.834,84
1.7.5.1.50.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	8.405.834,84
1.7.5.1.50.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	8.405.834,84
1.9	Outras Receitas Correntes	740.000,00
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	520.000,00
1.9.2.2	Restituições	520.000,00
1.9.2.2.99	Outras Restituições	520.000,00
1.9.2.2.99.0.1	Outras restituições - Principal	520.000,00
1.9.2.2.99.0.1.10	Outras Restituições - Principal	220.000,00
1.9.9	Demais Receitas Correntes	220.000,00
1.9.9.0.99	<<Natureza não encontrada>>	220.000,00
1.9.9.0.99.1	<<Natureza não encontrada>>	220.000,00
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	220.000,00
2	Receitas de Capital	6.500.663,01
2.4	Transferências de Capital	6.225.663,01
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	1.893.774,66
2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	5.000,00
2.4.1.4.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.000,00
2.4.1.4.99.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.000,00
2.4.1.4.99.1.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	5.000,00
2.4.1.8	<<Natureza não encontrada>>	665.000,00
2.4.1.8.10	<<Natureza não encontrada>>	665.000,00
2.4.1.8.10.9	<<Natureza não encontrada>>	665.000,00
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	665.000,00
2.4.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.223.774,66
2.4.1.9.99	Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	1.223.774,66
2.4.1.9.99.1	Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	1.223.774,66
2.4.1.9.99.1.1	Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	1.223.774,66
2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.331.888,35
2.4.2.2	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.955.994,20
2.4.2.2.99	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.955.994,20
2.4.2.2.99.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.955.994,20
2.4.2.2.99.1.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	1.955.994,20
2.4.2.9	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.375.894,15
2.4.2.9.99	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.375.894,15

2.4.2.9.99.1	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.375.894,15
2.4.2.9.99.1.1	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.375.894,15
2.9	Outras Receitas de Capital	275.000,00
2.9.9	Demais Receitas de Capital	275.000,00
2.9.9.9	Outras Receitas de Capital	275.000,00

Prefeitura Municipal de Pilões		
RUA MARIA DELFINA , 22 - CENTRO - 59.960-000 - Pilões/ RN		
CNPJ: 08.148.488/0001-00 Fone: (84)3384-0155	**Usuário:** RAYLANE JACOME	**Chave de Autenticação Digital**
		2092-6060-726

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2026 Valores em R$**
2.9.9.9.99	Outras Receitas de Capital	275.000,00
2.9.9.9.99.1	Outras Receitas de Capital	275.000,00
2.9.9.9.99.1.1	Outras Receitas de Capital - Principal	275.000,00
Total geral		**49.671.200,00**

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:FC5296E4

